JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Confresa 4
Camara Municipal de Cotriguaçu 4
Camara Municipal de Ponte Branca 5
Camara Municipal de União do Sul 9
Camara municipal de Denise 9
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 10
Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – Coress/MT 10
Prefeitura Municipal de Água Boa 11
Prefeitura Municipal de Alto Garças 12
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 14
Prefeitura Municipal de Apiacás 21
Prefeitura Municipal de Araguaiana 22
Prefeitura Municipal de Araguainha 23
Prefeitura Municipal de Araputanga 28
Prefeitura Municipal de Aripuanã 29
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 33
Prefeitura Municipal de Cáceres 35
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 38
Prefeitura Municipal de Campo Verde 52
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 52
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 53
Prefeitura Municipal de Canarana 53
Prefeitura Municipal de Carlinda 55
Prefeitura Municipal de Castanheira 55
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 55
Prefeitura Municipal de Cláudia 95
Prefeitura Municipal de Cocalinho 97
Prefeitura Municipal de Colíder 99
Prefeitura Municipal de Colniza 100
Prefeitura Municipal de Comodoro 100
Prefeitura Municipal de Confresa 101
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 102
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 102
Prefeitura Municipal de Curvelândia 110
Prefeitura Municipal de Diamantino 111
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 114
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 115
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 150
Prefeitura Municipal de General Carneiro 151
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 151
Prefeitura Municipal de Indiavaí 152
Prefeitura Municipal de Itanhangá 152
Prefeitura Municipal de Itiquira 161
Prefeitura Municipal de Jangada 166
Prefeitura Municipal de Jauru 166
Prefeitura Municipal de Juara 166
Prefeitura Municipal de Juruena 167
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 168
Prefeitura Municipal de Matupá 169
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 174
Prefeitura Municipal de Nobres 175
Prefeitura Municipal de Nortelândia 176

Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 177
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 196
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 197
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 197
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 198
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 198
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 198
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 199
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 199
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 204
Prefeitura Municipal de Paranatinga 205
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 216
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 217
Prefeitura Municipal de Poconé 218
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 218
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 222
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 222
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 223
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 228
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 234
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 235
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 236
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 243
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 243
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 281
Prefeitura Municipal de São José do Povo 282
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 306
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 308
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 308
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 308
Prefeitura Municipal de Tabaporã 308
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 317
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 320
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 323
Prefeitura Municipal de Vila Rica 326

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Mauro Rosa da Silva - Água Boa

Segundo Vice-Presidente: Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

Terceiro Vice-Presidente: Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

Quarto Vice-Presidente: Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

Quinto Vice-Presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

Secretário Geral: Adalto José Zago - Apiacás

Primeiro Secretário: Altir Antônio Peruzzo - Juína

Segundo Secretário: Atail Marques do Amaral - Poconé

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Silvio José de Morais Filho - Araguainha

Segundo Tesoureiro: Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo atendimento
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE CONFRESA

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº003/2018

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2018

(Dispensa de Licitação – Processo Administrativo nº 004/2018).

TERMO ADITIVO Nº003 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS-ESPECIALIZADO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT E A EMPRESA WELLINGTON RAIMUNDO DOS SANTOS – ME, PARA ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO (Dispensa de Licitação – Processo Administrativo nº 004/2018).

A **CÂMARA MUNICÍPIAL DE CONFRESA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Mato Grosso, n° 120, Centro CEP: 78.652-000 Confresa – MT, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 37.465.385/0001-08, neste ato presentado pelo Sr. CRISTIANO LORSCHEITER ROCHA, brasileiro, união estável, servidor público, portador da Cédula de Identidade RG: 1.403.887-0–SSP/MT e inscrito no CPF nº. 892. 824.421-87, residente e domiciliado à Rua 29 de Julho, 57 – Setor da Saúde – Confresa – MT, que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE; WELLINGTON RAIMUNDO DOS SANTOS-ME**, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob o nº 71.358.766/0001-90, estabelecida à Rua dos Tupinambás, nº 460 – Sala 01 – Centro – Belo Horizonte – Minas Gerais - CEP: 30.120-070 e escritório em Mato Grosso na Rua Marzagão, 6 – sala 106 – Bairro Morada da Serra – Cuiabá – Mato Grosso – CEP: 78.055-255, representada neste ato pelo seu sócio proprietário Sr. WELLINGTON RAIMUNDO DOS SANTOS, nacionalidade: Brasileiro, profissão: Administrador, com endereço Rua José Lacerda Cintra, 15 – Apto 204 – Bairro Consil – Cuiabá – Mato Grosso – CEP: 78.040-343, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral nº 11.478.846 - SSPMG e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº 749.856.396-72, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato, com fundamento no artigo 24, inciso XIII, da Lei 8. 666/93, e demais ordenamento legais pertinentes, observando-se o contido processo administrativo nº 004/2018, resolvem celebrar o presente termo aditivo, mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto do presente Termo Aditivo é a prorrogação de vigência até 31 de dezembro de 2018.

C**LÁUSULA SEGUNDA:** Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

CLÁUSULA TERCEIRA: Por estarem justos e contratados, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Confresa - MT, 25 de Outubro de 2018.

CAMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL DE CONHECIMENTO PÚBLICO Nº002/2018

A Presidente da Câmara Municipal de Cotriguaçu – MT no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos quanto do presente **EDITAL DE CONHECIMENTO** tiveram, que as **Contas Anuais de Governo do Exercício de 2.017**, Gestão do Prefeito Municipal Srº. **Jair Klasner,** com **Parecer Prévio Favorável à Aprovação,** emitido pelo **TCE**, encontra-se na Câmara Municipal de Cotriguaçu a disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação, o qual poderá questionar a legitimidade, nos termos da Lei, em cumprimento a Constituição Federal artigo 31, § 3º e Constituição do Estado de Mato Grosso, artigo 209.

Câmara Municipal de Cotriguaçu, 30 de outubro de 2018.

Leani Friedrich Richter

PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO Nº 33-2018 CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Prefeitura Municipal de Ponte Branca
Av. Cel. Belmiro Nogueira da Silva
03.503.638/0001-33 Exercício: 2018

DECRETO Nº 33 , DE 03 DE SETEMBRO DE 2018 - LEI N.630

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

Resolve:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$76.570,80 distribuídos as seguintes dotações:

01	01	01	Gabinete do Presidente		
	2		01.031.1010.2001.0000	MANTER O GABINETE DI PRESIDENTE	38.664,87
			3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R.: 0 1 00
			1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente	
			001 001	Recursos Proprios do Municipio	
	3		01.031.1010.2001.0000	MANTER O GABINETE DI PRESIDENTE	8.205,93
			3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	F.R.: 0 1 00
			1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente	
			001 001	Recursos Proprios do Municipio	
	8		01.031.1010.2001.0000	MANTER O GABINETE DI PRESIDENTE	29.700,00
			3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	F.R.: 0 1 00
			1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente	
			001 001	Recursos Proprios do Municipio	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

01	01	01	Gabinete do Presidente		
	1		01.031.1010.1001.0000	ADQUIRIR VEICULO PARA O LEGISLATIVO	-2.000,00
			4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 0 1 00
			1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente	
			001 001	Recursos Proprios do Municipio	
	4		01.031.1010.2001.0000	MANTER O GABINETE DI PRESIDENTE	-4.450,00
			3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	F.R. Grupo: 0 1 00
			1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente	
			001 001	Recursos Proprios do Municipio	
	5		01.031.1010.2001.0000	MANTER O GABINETE DI PRESIDENTE	-2.000,00
			3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 1 00
			1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente	
			001 001	Recursos Proprios do Municipio	



Prefeitura Municipal de Ponte Branca

Av. Cel. Belmiro Nogueira da Silva

03.503.638/0001-33 Exercício: 2018

DECRETO Nº 33 , DE 03 DE SETEMBRO DE 2018 - LEI N.630

01	01	01	Gabinete do Presidente						
	6		01.031.1010.2001.0000	MANTER O GABINETE DI PRESIDENTE	-1.520,00				
			3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo:	0	1	00	
			1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente					
			001 001	Recursos Proprios do Municipio					
	7		01.031.1010.2001.0000	MANTER O GABINETE DI PRESIDENTE	-2.000,00				
			3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo:	0	1	00	
			1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente					
			001 001	Recursos Proprios do Municipio					
01	01	02	Secretaria da Camara						
	9		01.031.1010.1002.0000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	-15.000,00				
			4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo:	0	1	00	
			1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente					
			001 001	Recursos Proprios do Municipio					
	10		01.031.1010.1003.0000	AMPLIAR O PREDIO DA CAMARA	-20.000,00				
			4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo:	0	1	00	
			1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente					
			001 001	Recursos Proprios do Municipio					
	11		01.031.1010.2002.0000	MANTER AS ATIVIDADES DA CAMARA	-1.842,00				
			3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R. Grupo:	0	1	00	
			1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente					
			001 001	Recursos Proprios do Municipio					
	12		01.031.1010.2002.0000	MANTER AS ATIVIDADES DA CAMARA	-3.000,00				
			3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	F.R. Grupo:	0	1	00	
			1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente					
			001 001	Recursos Proprios do Municipio					
	13		01.031.1010.2002.0000	MANTER AS ATIVIDADES DA CAMARA	-6.000,00				
			3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo:	0	1	00	
			1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente					
			001 001	Recursos Proprios do Municipio					
	14		01.031.1010.2002.0000	MANTER AS ATIVIDADES DA CAMARA	-308,80				
			3.3.90.35.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	F.R. Grupo:	0	1	00	
			1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente					
			001 001	Recursos Proprios do Municipio					
	15		01.031.1010.2002.0000	MANTER AS ATIVIDADES DA CAMARA	-3.650,00				
			3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo:	0	1	00	
			1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente					
			001 001	Recursos Proprios do Municipio					

Prefeitura Municipal de Ponte Branca
Av. Cel. Belmiro Nogueira da Silva
03.503.638/0001-33 Exercício: 2018

DECRETO Nº 33 , DE 03 DE SETEMBRO DE 2018 - LEI N.630

01	01	02	Secretaria da Camara					
	16		01.031.1010.2002.0000	MANTER AS ATIVIDADES DA CAMARA	-6.800,00			
			3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo:	0	1	00
			1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente				
			001 001	Recursos Proprios do Municipio				
	17		01.031.1010.2003.0000	MANTER ENCARGOS COM DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE	-2.000,00			
			3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo:	0	1	00
			1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente				
			001 001	Recursos Proprios do Municipio				
	18		01.031.1010.2004.0000	MANTER O PREDIO DA CAMARA	-4.000,00			
			3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo:	0	1	00
			1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente				
			001 001	Recursos Proprios do Municipio				
	19		01.031.1010.2004.0000	MANTER O PREDIO DA CAMARA	-2.000,00			
			3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo:	0	1	00
			1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente				
			001 001	Recursos Proprios do Municipio				

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

_____
HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO Nº 36-2018 CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Prefeitura Municipal de Ponte Branca
Av. Cel. Belmiro Nogueira da Silva
03.503.638/0001-33 Exercício: 2018

DECRETO Nº 36 , DE 01 DE OUTUBRO DE 2018 - LEI N.630

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

Resolve:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$0,00 distribuídos as seguintes dotações:

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

01	01	01	Gabinete do Presidente			
	1		01.031.1010.1001.0000	ADQUIRIR VEICULO PARA O LEGISLATIVO	-3.000,00	
			4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 0 1 00	
			1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente		
			001 001	Recursos Proprios do Municipio		
			Dotação Anulada para o Executivo			
	4		01.031.1010.2001.0000	MANTER O GABINETE DI PRESIDENTE	-8.000,00	
			3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	F.R. Grupo: 0 1 00	
			1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente		
			001 001	Recursos Proprios do Municipio		
			Dotação Anulada para o Executivo			
01	01	02	Secretaria da Camara			
	14		01.031.1010.2002.0000	MANTER AS ATIVIDADES DA CAMARA	-1.691,20	
			3.3.90.35.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	F.R. Grupo: 0 1 00	
			1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente		
			001 001	Recursos Proprios do Municipio		
			Dotação Anulada para o Executivo			
	20		01.031.1010.2125.0000	AMORTIZAR E PAGAR ENCARGOS COM DIVIDA INTERNA	-3.000,00	
			4.6.90.71.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	F.R. Grupo: 0 1 00	
			1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente		
			001 001	Recursos Proprios do Municipio		
			Dotação Anulada para o Executivo			

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

CAMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL
ERRATA

Na publicação do EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE DE VEREADOR Nº 01/2018, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Edição nº 3.076, do dia 02 de outubro de 2018, página 10, ONDE SE LÊ: "COLIGAÇÃO (PPS/PT), LEIA-SE: COLIGAÇÃO (PSD/PT).

CAMARA MUNICIPAL DE DENISE

CÂMARA MUNICIPAL DE DENISE
CERTIDÃO

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em posse do mandado de INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO extraído dos autos 02/2017, as ***08hs30min do dia 30 de outubro de 2018***, *em companhia dos membros da CEI SALVADOR RENILDO OLIVEIRA SOARES (relator) e ELÍCIO ELIZEU DE LIMA (membro),* estivemos na sede da Prefeitura Municipal, situada na Praça Brasília, nº. 111, Centro, Município de Denise/MT, para intimar pessoalmente a Prefeita Eliane Lins da Silva à comparecer na Audiência Instrução designada para ser realizada em 01/11/2018 (quinta-feira), as 09h30min, no Plenário da Câmara Municipal deste Município para exercício da ampla defesa e contraditório.

Lida a intimação e instada a recebê-la, a denunciada RECUSOU-SE a opor sua assinatura no mandato, informando que somente assinaria/receberia na presença de seu advogado, que informou não saber o paradeiro.

Ato contínuo, efetuei imediata ligação telefônica no número celular 9.9237. 8736 do advogado constituído RAILTON FERREIRA DE AMORIM OAB/MT 23.886/O (constante na procuração encartada), o qual, após atender e se mostrar ciente do ato requereu que os documentos relacionados e o mandato de NOTIFICAÇÃO/INTIMAÇÃO fossem encaminhados através do seu endereço de e-mail: railtonamorimadv@gmail.com, o que foi atendido.

Certifico ainda que, em posse do mandado diligenciou-se na mesma data no endereço profissional do causídico informado no instrumento procuratório (Rua Três, Quadra 37, nº. 100, Bairro Centro, Cuiabá/MT), objetivando realizar a intimação pessoal da Defesa Constituída sobre o ato processual.

No local, por meio de interfone pessoa que identificou como Estagiário MILTON autorizado na procuração RECUSOU a receber a intimação pessoal, informando que o advogado RAILTON não se encontrava no endereço não sabendo informar quando estaria apto a recebê-la.

Novamente procedeu-se ligação no telefone celular do referido advogado que se encontrava na secretaria eletrônica aparentemente desligado.

Sendo está a expressão da verdade.

Firma-se a presente, para que produza seus efeitos.

Denise/MT, 30 de outubro de 2.018.

SALVADOR RENILDO OLIVEIRA SOARES

RELATOR

ELICIO ELIZEU DE LIMA

MEMBRO

CÂMARA MUNICIPAL DE DENISE
OFICIO Nº. 16/CEI/2018 - INTIMAÇÃO

Oficio nº. 16/CEI/2018

Exma. Eliane Lins da Silva.

Advogados: Hamilton Ferreira de Amorim OAB/MT nº. 23.886-O e Milton das Dores Magalhães OAB/MT nº. 20.256-E

Assunto: Audiência de Instrução da CEI.

Serve o presente para notificar Vossa Excelência á comparecer na Audiência de Instrução nos Autos doProcesso nº. 02/2017 a ser realizada em 01/11/2018 (quinta-feira) as 09h:30min no Plenário da Câmara Municipal de Denise/MT, localizado na Avenida Júlio José de Campos, nº. 111, Bairro Centro, cumprindo os termos do artigo 5º, inciso III e IV do DL 201/67.

Denise/MT, 29 de outubro de 2018.

AUDELINO DE OLIVEIRA PRIMO

Presidente da CEI

CÂMARA MUNICIPAL DE DENISE
DESPACHO

Despacho

Aos 29 dias do mês de outubro do ano de 2018, às 17h:16min, na Sala de Reunião da Câmara Municipal de Denise/MT, situada na Avenida Júlio Jose de Campos, nº. 111, Bairro Centro, na Cidade de Denise/MT, reuniram-se os vereadores **AUDELINO DE OLIVEIRA PRIMO, SALVADOR RENILDO OLIVEIRA SOARES e ELICIO ELIZEU DE LIMA**, respectivamente, Presidente, Relator e membro da Comissão Especial de Inquérito nº. 02/2017, instaurado pelas Portarias nº 023/2017 de 06/09/2017 e nº. 035/2018 de 24/10/2018, e Resoluções nº. 014/2017 de 06/09/2017 e nº. 025/2018 de 24/10/2018, da Exma. Senhora Prefeita **ELIANE LINS DA SILVA**, que apura os fatos referidos no processo acima mencionado, que se faz representada no ato pela advogada dativa Drª. **MARIZA RIVAROLA ROCHA OAB/MS nº. 5.869**, que apura os fatos referidos no processo acima mencionado.

Vistos etc.

a) Designa-se a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para realizar-se em 01/11/2018 as 09h:30min, intimando-se a Denunciada para querendo prestar seu depoimento, bem como participar dos atos de inquirição das testemunhas arroladas pela Defesa a qual realizar-se-á no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores, situado na Avenida Júlio Jose de Campos, nº 111, Bairro Centro na Cidade de Denise/MT; b) Intime-se as testemunhas arroladas pela Defesa nos endereços apontados (fls.218/228), bem como Denunciante para querendo comparecer à Audiência de Instrução, a qual designo para o dia 01.11.2018 as 09:h30m no Plenário da Câmara Municipal de Denise/MT, observando-se o prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas. c) Defere-se o pleito do item 4 contido na peça de Defesa Preliminar, determinando-se a juntada aos autos das cópias dos documentos solicitados que encontram-se arquivados nos átrios desta Casa de Leis, obedecendo o direito à ampla defesa e contraditório com vistas a douta Defesa para se manifestar, sob pena de preclusão; d) Fica a Defesa intimada para querendo a todo tempo juntar aos autos documentos novos que atendam os seus interesses ou complementar aqueles já jungidos a seu pedido, desde que, anterior ao fim da instrução processual, resguardando-se o direito de impugnação sob pena de preclusão; e) Sai a Comissão Processante e a Defesa Dativa intimados sobre a data da Audiência de Instrução do dia 01/11/2018 às 09h:30min. f) Intime-se pessoalmente a Denunciada e o Denunciante desta decisão, a Defesa Constituída, inclusive por edital.

Intime-se. Publique-se. Cumpra-se.

Denise/MT, 29 de outubro de 2.018

AUDELINO DE OLIVEIRA PRIMO

PRESIDENTE

SALVADOR RENILDO OLIVEIRA SOARES

RELATOR

ELICIO ELIZEU DE LIMA

MEMBRO

CÂMARA MUNICIPAL DE DENISE
ATA DE INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÕES

ATA DE INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÕES DA COMISSÃO PROCESSANTE

Aos 29 dias do mês de outubro do ano de 2018, às 17h:16min, na Sala de Reunião da Câmara Municipal de Denise/MT, situada na Avenida Júlio Jose de Campos, nº. 111, Bairro Centro, na Cidade de Denise/MT, reuniram-se os vereadores **AUDELINO DE OLIVEIRA PRIMO, SALVADOR RENILDO OLIVEIRA SOARES e ELICIO ELIZEU DE LIMA**, respectivamente, Presidente, Relator e membro da Comissão Especial de Inquérito nº. 02/2017, instaurado pelas Portarias nº 023/2017 de 06/09/2017 e nº. 035/2018 de 24/10/2018, e Resoluções nº. 014/2017 de 06/09/2017 e nº. 025/2018 de 24/10/2018, da Exma. Senhora Prefeita **ELIANE LINS DA SILVA**, que apura os fatos referidos no processo acima mencionado, que se faz representada no ato pela advogada dativa Drª. **MARIZA RIVAROLA ROCHA OAB/MS nº. 5.869**. Iniciados os trabalhos, foram deliberadas as seguintes providências: a) Instaurada a Sessão o Presidente concedeu à palavra a douta defesa que manifestou na Tribuna reiterando em todos os termos da defesa preliminar acostada as fls. 218/228. Nada mais. b) Vistos, discutido e relatado a Comissão Especial de Inquérito deliberou pelo prosseguimento da instrução processual nos termos do artigo 5º, inciso III, do Decreto 201/67.

Denise/MT, 29 de outubro de 2018.

AUDELINO DE OLIVEIRA PRIMO

PRESIDENTE

SALVADOR RENILDO OLIVEIRA SOARES

RELATOR

ELICIO ELIZEU DE LIMA

MEMBRO

MARIZA RIVAROLA ROCHA

OAB/MS Nº. 5.869

CÂMARA MUNICIPAL DE DENISE
CERTIDÃO

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em posse do mandado de INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO extraído dos autos 02/2017, as ***11hs00min do dia 30 de Outubro de 2018***, *em companhia do membro da CEI ELÍCIO ELIZEU DE LIMA,* estivemos na sede da Empresa Verde Cana, situada na Rua Paraná, Centro, Município de Denise/MT, para intimar a testemunha arrolada pela Defesa MACÁRIO RAEFFNER à comparecer na Sessão de Instrução nos autos de processo nº 002/2017, designada para ser realizada em 01/11/2018 (quinta-feira), as 09h30min, no Plenário da Câmara Municipal de Denise/MT.

Lida a intimação e instado a recebê-la, a testemunha RECUSOU-SE a opor sua assinatura no mandato, informando que somente assinaria se autorizado por seu advogado.

Sendo está a expressão da verdade.

Firma-se a presente, para que produza seus efeitos.

Denise/MT, 30 de outubro de 2.018.

SALVADOR RENILDO OLIVEIRA SOARES

RELATOR

ELICIO ELIZEU DE LIMA

MEMBRO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

ATO NORMATIVO N° 285

ATO NORMATIVO N° 285 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

***"*DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS DO CONVÊNIO Nº 002/2015 E 5º TERMO ADITIVO E DE ACORDO COM ARTIGO 43 DA LEI Nº 4.320/64"**

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Peixoto, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto,

RESOLVE:

Art. 1° - Fica aberto no Orçamento Anual do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Peixoto no exercício financeiro de 2018, Crédito Adicional Suplementar no valor total de R$ 618.825,63 (Seiscentos e Dezoito Mil, Oitocentos e Vinte e Cinco Reais e Sessenta e Três Centavos), destinados a atender a(s) seguinte(s) dotação(ões):

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO PEIXOTO

01.001.10.302.0001.20003.339030 – Material de Consumo	R$:	500.000,00
01.001.10.302.0001.20003.339039 – Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica	R$:	12.000,00
01.001.10.302.0001.20003.339047 – Obrigações Tributárias e Contributiva	R$:	6.825,63
01.001.10.302.0001.20003.449052 – Equipamentos e Material Permanente	R$:	100.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Art. 43, § 1º, Inciso II e § 3º, da Lei Federal nº 4.320/64, os provenientes de Excesso de Arrecadação, fonte Transferência de Recursos do Convênio Nº 002/2015 e 5º Termo Aditivo.

Art. 3º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se

Publique-se

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Presidente

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
EXTRATOS

EXTRATO DO IX TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 015/2016

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DOS PACIENTES ONCOLOGICOS DE ROO **CNPJ:** 11.161.816/0002-82

OBJETO: Aditar o prazo de vigência do Contrato n.º 015/2016, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de **01/11/2018 até 31/12/2018**, visando a continuidade da prestação de serviços especializados na realização de exame de mamografia, haja vista que com o advento da prorrogação as vantagens são de interesse público.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

VIGÊNCIA: 01/11/2.018 a 31/12/2.018 **DOTAÇÃO:** 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO XVI TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 026/2015

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: CRISTINA MATEUS MARÇAL DAGOSTINO-CLINICA **CNPJ:** 12.139.241/0001-03

OBJETO: Aditar o prazo de vigência do Contrato n.º 026/2015, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de **01/11/2018 até 31/12/2018**, visando a continuidade da prestação de serviços especializados na realização de consultas de endocrinologia, haja vista que com o advento da prorrogação as vantagens são de interesse público.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

VIGÊNCIA: 01/11/2.018 a 31/12/2.018 **DOTAÇÃO:** 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO XVI TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 027/2015

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: EDUARDO MACIEL NARVAES – ME **CNPJ:** 20.181.000/0001-42

OBJETO: Aditar o prazo de vigência do Contrato n.º 027/2015, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de **01/11/2018 até 31/12/2018**, visando a continuidade da prestação de serviços especializados na realização de biópsias de próstata, haja vista que com o advento da prorrogação as vantagens são de interesse público.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

VIGÊNCIA: 01/11/2.018 a 31/12/2.018 **DOTAÇÃO:** 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO XII TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 029/2015

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: GILL CESAR FERREIRA DE FREITAS – ME **CNPJ:** 14.151.743/0001-77

OBJETO: Aditar o prazo de vigência do Contrato n.º 029/2015, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de **01/11/2018 até 31/12/2018**, visando a continuidade da prestação de serviços especializados na realização de exames de endoscopia e colonoscopia, haja vista que com o advento da prorrogação as vantagens são de interesse público.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

VIGÊNCIA: 01/11/2.018 a 31/12/2.018 **DOTAÇÃO:** 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO XI TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 033/2015

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: R S EUZEBIO ME **CNPJ:** 22.803.869/0001-07

OBJETO: Aditar o prazo de vigência do Contrato n.º 033/2015, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de **01/11/2018 até 31/12/2018**, visando a continuidade da prestação de serviços especializados na realização de consultas de cardiologia, haja vista que com o advento da prorrogação as vantagens são de interesse público.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

VIGÊNCIA: 01/11/2.018 a 31/12/2.018 **DOTAÇÃO:** 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO I TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 026/2018

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: SARON SERVIÇOS DE ANESTESIA DE RONDONOPOLIS **CNPJ:** 12.544.605/0001-22

OBJETO: Prorrogar o quantitativo do objeto do Contrato n.º 026/2018, previsto em sua Cláusula 4ª, visando a continuidade da prestação de serviços especializados na realização de 21 Anestesias Sedação, haja vista que com o advento da prorrogação as vantagens são de interesse público.

DO VALOR: R$9.449,79 (nove mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e setenta e nove centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

VIGÊNCIA: 01/11/2.018 a 31/12/2.018 **DOTAÇÃO:** 33.90.39.00.00.00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 007/2018.

PROCESSO N°. 216/2018

ADESÃO 011/2018

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 007/2018.

Assunto: Adesão a **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 007/2018, DO PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2018.**

Órgão Gerenciador do Registro de Preço: **PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NALTA-MT.**

Empresa Vencedora do Certame: **JAILSON BAUMGARTNER E CIA, CNPJ: 17.020.529/0001-70.**

Item	Especificação do item	Qtde	Valor	Valor total
1	Contratação de serviços técnicos em consultoria, assessoria e assistência técnica rural voltada para a piscicultura, juntos aos pequenos agricultores.	3	5.000,00	15.000,00

Atenciosamente,

Água Boa, 30 de outubro de 2018.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

CODEMA
ERRATA DE PUBLICAÇÃO-CODEMA

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

O CODEMA - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Médio Araguaia, em correção à publicação do **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO, convite nº 001/2018,** publicado no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), pag 10, dia 25/10/2018, comunica a todos que:

AONDE SE LÊ:

Item	Descrição e marca	Quant.	Unid.	R$ unit	R$ total

03	PNEU PATROLA 1400X24 – **SGG Road Builder G2 10 lonas**	12	Unid.	1.877,00	22.524,00

LEIA-SÊ:

Item	Descrição e marca	Quant.	Unid.	R$ unit	R$ total
03	PNEU PATROLA 1400X24 – **SGG Road Builder G2 10 lonas**	12	Unid.	1.799,90	21.598,80

Agua Boa – MT., 30 de Outubro de 2018.

FERNANDO GORGEN
Presidente

CODEMA
ERRATA DE PUBLICAÇÃO-CODEMA

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

O CODEMA - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Médio Araguaia, em correção à publicação do **extrato do contrato nº 005/2018,** firmado com a empresa **PP PNEUS LTDA-EPP,** vencedora do **convite nº 001/2018,** publicado no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), pag 10, dia 25/10/2018, comunica a todos que:

AONDE SE LÊ:

Item	Descrição e marca	Quant.	Unid.	R$ unit	R$ total
03	PNEU PATROLA 1400X24 – **SGG Road Builder G2 10 lonas**	12	Unid.	1.877,00	22.524,00

LEIA-SÊ:

Item	Descrição e marca	Quant.	Unid.	R$ unit	R$ total
03	PNEU PATROLA 1400X24 – **SGG Road Builder G2 10 lonas**	12	Unid.	1.799,90	21.598,80

Agua Boa – MT., 30 de Outubro de 2018.

FERNANDO GORGEN
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº..: 111/2018

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: CASA DE APOIO SÃO DANIEL LTDA

Valor.....: 60.264,00 (sessenta mil duzentos e sessenta e quatro reais)

Vigência.....: Início: 02/10/2018 Término: 02/10/2019

Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 12/2018

Objeto.....: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE "CASAS DE APOIO" COM SEDE NAS CIDADES DE CUIABÁ/MT E GOIÂNIA/GO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, TRANSPORTE E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, COM ATENDIMENTO 24 HORAS, PARA PACIENTES EM TRATAMENTO DE SAÚDE, ENCAMINHADOS PELA CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS DE ALTO GARÇAS/MT, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidos no Edital e seus anexos.

Contrato Nº..: 112/2018

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: DYNAMICA CONSULTORIA EM SEGURANCA DO TRABALHO LTDA

Valor.....: 20.000,00 (vinte mil reais)

Vigência.....: Início: 02/10/2018 Término: 31/12/2018

Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 27/2018

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO A FIM DE ELABORAR PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS - PPRA - NR 09, LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO - LTCAT, E DO LAUDO TÉCNICO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE, PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO - NR 07, NAS UNIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL.

Contrato Nº..: 113/2018

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: L. C. SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM LTDA EPP

Valor.....: 101.490,00 (cento e um mil quatrocentos e noventa reais)

Vigência.....: Início: 02/10/2018 Término: 02/10/2019

Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 12/2018

Objeto.....: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE "CASAS DE APOIO" COM SEDE NAS CIDADES DE CUIABÁ/MT E GOIÂNIA/GO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, TRANSPORTE E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, COM ATENDIMENTO 24 HORAS, PARA PACIENTES EM TRATAMENTO DE SAÚDE, ENCAMINHADOS PELA CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS DE ALTO GARÇAS/MT, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidos no Edital e seus anexos.

Contrato Nº..: 114/2018

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Contratada...: MARIA LENILDA DA SILVA 04968931140
Valor.....: 38.575,00 (trinta e oito mil quinhentos e setenta e cinco reais)
Vigência.....: Início: 03/10/2018 Término: 31/12/2018
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2018
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM FORNECIMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES EM ÔNIBUS INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL, PARA ATENDER PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, PARA PACIENTES ATENDIDOS PELO SUS E FUNCIONARIOS A SERVIÇO DESTA MUNICIPALIDADE, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Contrato Nº..: 117/2018
Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Contratada...: LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS FREITAS LTDA - EP
Valor.....: 180.000,00 (cento e oitenta mil e reais)
Vigência.....: Início: 09/10/2018 Término: 09/10/2019
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 9/2018
Objeto.....: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS, REFERENTE A ANÁLISES CLÍNICAS, ANÁTOMO PATOLÓGICO E CITOLÓGICO, de forma complementar da cobertura dos serviços prestados pela rede Municipal de Saúde/SUS, à pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidos no Edital e seus anexos.

Contrato Nº..: 118/2018
Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Contratada...: QUELI JANICE JOST
Valor.....: 4.650,00 (quatro mil seiscentos e cinqüenta reais)
Vigência.....: Início: 05/11/2018 Término: 09/11/2018
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 54/2017
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS PARA REALIZAÇÃO DE CURSOS E OFICINAS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Contrato Nº..: 119/2018
Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Contratada...: ELIRIA MARIA BERTOTTI PERES
Valor.....: 4.250,00 (quatro mil duzentos e cinqüenta reais)
Vigência.....: Início: 26/11/2018 Término: 30/11/2018
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 42/2018
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM PROFISSIONAIS CAPACITADOS PARA ATUAREM COMO MINISTRADORES DE OFICINAS E CURSOS DE PINTURA EM EMBORRACHADO E TECIDO, MODELAGEM EM EVA, BONECAS DE PANO, ARTESANATO UTILITARIO, DECORAÇÃO DE GARRAFA, ARTESANATO EM FELTRO, CONFECÇÃO DE CAPAS DE CADERNOS E AGENDAS, JIU-JITSU E AULA DE MUSICA AOS INTEGRANTES DO SCFV (SERV. DE CONVIV. E FORTALEC. DE VÍNCULOS), PESSOAS CADASTRADAS NO BOLSA FAMILIA E ATENDIDAS PELO PAIF NO CRAS, de aco

---

Contrato Nº..: 120/2018
Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Contratada...: MARIA DE FÁTIMA BRITES
Valor.....: 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais)
Vigência.....: Início: 19/11/2018 Término: 23/11/2018
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 42/2018
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM PROFISSIONAIS CAPACITADOS PARA ATUAREM COMO MINISTRADORES DE OFICINAS E CURSOS DE PINTURA EM EMBORRACHADO E TECIDO, MODELAGEM EM EVA, BONECAS DE PANO, ARTESANATO UTILITARIO, DECORAÇÃO DE GARRAFA, ARTESANATO EM FELTRO, CONFECÇÃO DE CAPAS DE CADERNOS E AGENDAS, JIU-JITSU E AULA DE MUSICA AOS INTEGRANTES DO SCFV (SERV. DE CONVIV. E FORTALEC. DE VÍNCULOS), PESSOAS CADASTRADAS NO BOLSA FAMILIA E ATENDIDAS PELO PAIF NO CRAS, de aco

---

Contrato Nº..: 121/2018
Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Contratada...: CLINICA DE RADIOLOGIA PRIME DIAGNOSTICO LTDA ME
Valor.....: 46.205,00 (quarenta e seis mil duzentos e cinco reais)
Vigência.....: Início: 16/10/2018 Término: 31/12/2018
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2018
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS, DISPONDO DE APARELHAGEM E INSUMOS PRÓPRIOS, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, NO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Contrato Nº..: 122/2018

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: OI S.A

Valor.....: 151.563,40 (cento e cinqüenta e um mil quinhentos e sessenta e três reais e quarenta centavos)

Vigência.....: Início: 26/10/2018 Término: 26/10/2019

Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 14/2018

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNET DE LINK DEDICADO FIBRA ÓPTICA (IPCONNECT FULL) NA FIBRA COM VELOCIDADE DE 100MBPS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES NO PAÇO MUNICIPAL.

Aditivo Nº.....: 1 - Contrato Nº: 63/2018

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: CONSTRUTORA PROVIDENCIA EIRELI ME

Valor.....: 0,00 (zero)

Vigência.....: Início: 21/10/2018 Término: 20/02/2019

Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2018

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA CIVIL PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE GUIAS DE MEIO FIO, SARJETAS
E BOCA DE LOBO, CONF. PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

Aditivo Nº.....: 2 - Contrato Nº: 27/2018

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: CONSTRUTORA PROVIDENCIA EIRELI ME

Valor.....: 0,00 (zero)

Vigência.....: Início: 11/10/2018 Término: 31/12/2018

Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2018

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA CIVIL PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ACESSIBILIDADE E FUNCIONALIDADE PLENA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS "CARLOS DE ALMEIDA COUTO, CÉZAR BORGES" E CRECHE MUNICIPAL "CLEMÊNCIA MENDES DE OLIVEIRA", CONF. PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

Aditivo Nº.....: 1 - Contrato Nº: 72/2018

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: CONSTRUTORA AMIL LTDA

Valor.....: 360.980,88 (trezentos e sessenta mil novecentos e oitenta reais e oitenta e oito centavos)

Vigência.....: Início: 16/10/2018 Término: 20/03/2019

Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 5/2018

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E MEIO-FIO E SARJETAS, CONF. PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PORTARIA 293/2018

PORTARIA 293/2018

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – EXONERAR o Sr. **GILBERT SOUZA DE LIMA,** portador do **RG Nº 25145517 SSP/MT e do CPF Nº 551.388.881.53**, do cargo em comissão – **DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS 6 – SECRETARIO MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO,** junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Saneamento**.**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai–MT. 29 de Outubro de 2018.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

JURIDICO
PARECER JURÍDICO PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO 023/2018 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

PARECER JURÍDICO

Processo de Licitação Pregão 023/2018

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: ***Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa, para prestação de serviços especializados em exames laboratoriais, para atender as necessidades da Secretária Municipal de Saúde do Município de Alto Paraguai – MT.***

Solicitante: Comissão de Licitações

Veio a conhecimento desta Assessoria Jurídica em 25/10/2018 , processo licitatório em epígrafe, para análise quanto à legalidade e verificação das demais formalidades, bem como no que tange a atuação da Comissão de Licitações, na execução das atribuições e atos realizados pela Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Processos Licitatórios.

Importa mencionar que vieram para análise e parecer a minuta do edital do Pregão acima mencionado, com nove anexos referentes a modelos de documentos a serem apresentados. Veio também para análise, as minutas da Ata de Registro de Preços e do Contrato. Não vieram quaisquer outros documentos, sendo de responsabilidade desta Assessora tão somente a analise das minutas supracitadas.

Da Legislação: Cabe-nos, desde já, trazer à colação a aplicação das regras constitucionais que disciplinam a matéria, invocando-se, assim, dentre outros, o artigo 37, XXI da CF/88.

Além da aplicação da Constituição Federal, adota-se a orientação das melhores práticas, implicando, igualmente, na sua absoluta adequação às normas legais, sendo que são atendidas as disposições da Lei 8.666/93, que estabelece normas cogentes de Direito Público.

Ainda em preliminar, ***torna-se necessário referirmos que esta Unidade está se manifestando no sentido de, à vista das circunstâncias próprias de cada processo licitatório e na avaliação prévia das implicações legais a que está submetida aquela Secretaria, dar a Assessoria pertinente, a título de orientação e assessoramento, ressaltando-se que, no caso de haver irregularidades, as mesmas serão inexoravelmente apontadas em Auditoria Própria.***

Isto posto, ratificamos a orientação de que, em havendo dúvidas sobre determinado ato ou fato administrativo, bem como sobre artigo de lei, deverá ser, a consulta, encaminhada por escrito, juntamente com parecer do órgão técnico pertinente e o respectivo processo licitatório.

Este parecer limitar-se-á a analisar a regularidade do procedimento sob a ótica jurídica, vale dizer, esta Procuradoria verificara se o processo atende ao rito administrativo previsto na Lei de Licitações, não se imiscuindo o parecerista no juízo de conveniência e oportunidade do objeto licitação, assim coma no adentrara o ato opinativo no mérito de preços e orçamento praticados no processo, par escaparem do conhecimento e da legitimidade de atuação da desta Procuradoria.

Nesse sentido a lição doutrinaria:

"0 exame a ser procedido pela assessoria deve ser jurídica *stricto sensu*. Não a adequado que o assessor jurídico, no manejo de sua competência técnica especifica, pretenda aventurar-se em outras searas, expondo motivos pertinentes a expertise do objeto da licitação ou quanto conveniência e oportunidade dela, ou mesmo, quanto a critérios técnicos de composição dos custos e execução do contrato. 0 jurista só pode analisar os aspectos jurídicos do instrumento convocatório."(MOREIRA, Egonfiockman. GUIMARAES, Fernando Vernalha. 2' ed. A Lei Geral de Licitação — LGL e a Regime Diferenciado de Contratação— RDC. sac) Paulo: Metoda, 2015. p. 262)

Este parecer tem por objetivo prevenir a produção de atos irregulares e ilegais, que possam ser questionados e ate mesmo anulados posteriormente. Ainda, a adoção dos ditames previstos na Lei n° 8.666/93 pela Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, significa o afastamento de condições que causem prejuízos aos cofres públicos, pois permitirão a melhor contratação decorrente da mais ampla e legitima competitividade.

Trata-se de licitação da modalidade Pregão Presencial, do tipo "**Menor Preço**", sob o regime de execução indireta, cujo recebimento dos envelopes de documentação e proposta ocorrerá no mesmo local em data e horário a serem definidos pelo Pregoeiro Municipal.

A razão de ser do certame é estabelecer concorrência isonômica para seleção moral da proposta mais vantajosa para a administração e erário público. O plano factual nos permite inferir que o escopo legal foi alcançado, posto que dentre as empresas interessadas no certame, selecionou-se aquela que apresentar a proposta mais vantajosa.

0 procedimento da licitação deve seguir etapas e requisitos para que seja válida. A Lei 8.666/93 estabelece o rito, os atos e os requisitos necessários para todos os processos licitatórios, *ad litteram*:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual será. juntados oportunamente: (...)

Depreende-se que a licitação deve ser realizada em um processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado. Trata-se, logo, de um processo administrativo formal, exigência legal essa atendida no caso.

Nesse processo deve conter a autorização do agente público competente para a abertura da licitação. Deve conter, ainda, a indicação do objeto, de forma sucinta, o que consta no processo se no Termo de Referência .

Verificando se, o edital seguiu todas as cautelas recomendadas pela Lei 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93, e Decreto Municipal n. 004/2009, havendo descrição da dotação orçamentária, especificação dos objetos, requisitos para participação e previsão procedimental correta, com inversão das fases de habilitação e proposta.

Tendo em vista a obediência das clausulas e atinentes a leis que regulamenta o processo licitatório opino pelo prosseguimento regular do certame, com a conseqüente publicação do edital, dando a devida publicidade a todas as fases, devendo haver sempre disponibilidade de recursos orçamentários e a aprovação da despesa pelo setor administrativo municipal competente.

Deixo consignado no presente que deverá também, haver ampla pesquisa de mercada para evitar superfaturamento, buscando dessa forma, sempre o melhor preço para a Administração Pública.

Encaminhe o presente processo ao Controle Interno para conhecimento e manifestação.

Ressaltando ainda que para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, o presente Instrumento Convocatório deverá ser **PUBLICADO** conforme as determinações legais, tudo em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

Assim, atendidos os ditames legais e disponibilidade orçamentária, OPINO pelo PROSSEGUIMENTO do presente processo em conformidade com o artigo 38 da Lei 8666/93, sobre a minuta do edital de Licitação e a minuta da Ata de Registro de Preços, uma vez que não foram constatadas nenhuma cláusula que inviabilize a competição.

Este é o parecer, salvo melhor juízo, sem caráter vinculativo.

Alto Paraguai - MT, 25 de outubro de 2018.

RIUSDELAR LOPES PEREIRA

Assessora Jurídica

OAB/MT 12652

LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N. 025/2018

O Município de Alto Paraguai - MT, por meio do Pregoeiro Oficial nomeado pela **Portaria n. 160/2018**, torna público, para conhecimento dos interessados, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO** na forma **PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, tendo como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR LOTE**, cujo objeto é **Registro de preço para futura e eventual aQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS PARA ATENDer AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ALTO PARAGUAI - MT**. A abertura dos envelopes se dará em sessão pública do **dia 14 de Novembro de 2018, às 09h00min** (fuso horário local). O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Alto Paraguai – Setor de Licitação, nos dias úteis das 07h00min as 13h00min , sito à Rua Presidente Médici, 470, Bairro Planalto, Alto Paraguai - MT, e também no site: www.altoparaguai.mt.gov.br.

Alto Paraguai - MT, 30 de Outubro de 2018.

YHURI RAYAN ARRUDA DE ALMEIDA

Pregoeiro Oficial

PORTARIA 294/2018

PORTARIA 294/2018

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES,** no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º - **Designar** a Sra. **JANETE FERRER DE FIGUEIREDO**, portadora do **RG N° 415.687- SSP/MT** e do **CPF N° 304.759.961.00,** para responder Interinamente pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Mun. De Alto Paraguai – MT, 29 de Outubro de 2018

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

Prefeita Municipal

PORTARIA 292/2018

PORTARIA 292/2018

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – EXONERAR o Sr. **GILBERT SOUZA DE LIMA,** portador do **RG Nº 25145517 SSP/MT e do CPF Nº 551.388.881.53**, do cargo eletivo – **CONSELHEIRO TUTELAR,** junto a Secretaria Municipal de Assistência Social**.**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai–MT. 29 de Outubro de 2018.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

JURIDICO
PORTARIA 296/2018- FISCAL CONTRATO 119/2018

PORTARIA 296/2018

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Artigo 1º. Designar o servidor **EDVALTON PEREIRA DA SILVA, portador do CPF n°. 079.305.261-00**, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde para exercer **a função de FISCAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 119/2018[i], ressaltando que as obrigações do presente fiscal encontram-se em Cláusula 16ª. do Contrato Administrativo mencionado, sendo o supracitado fiscal CIENTE de suas obrigações.**

Artigo. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se; Registra-se;Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, 30 de outubro de 2018.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

[i] ***CONTRATO N° 119/2018 referente à* Adesão da Ata de Registro de Preço n° 105/2018 do Pregão Presencial n°055/2018 da Prefeitura Municipal de Diamantino –MT,** *celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a Empresa* ***TATIANA CAPITANIO-VEICULOS – ME*** **,** inscrita no CNPJ **n°. 09.103.941/0001-25,** *tendo por objeto é* ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS TIPO AMBULÂNCIA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO*** *DE ALTO PARAGUAI-MT,* Termo de compromisso ambulância n°5100501712271030401.

JURIDICO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.119/2018 CONTRATO ADMINISTRATIVO AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA , QUE FAZEM O MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI-MT E A EMPRESA TATIANA CAPITANIO-VEICULO ME.

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.119/2018

CONTRATO ADMINISTRATIVO AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA , QUE FAZEM O MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI-MT E A EMPRESA TATIANA CAPITANIO-VEICULO ME.

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 03.648.532/0001-28, com sede na Rua Presidente Médici, 470, bairro Planalto, Alto Paraguai - MT, neste ato, representada pela **PREFEITA MUNICIPAL,** a Excelentíssima Senhora **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES,** brasileira, Casada, Dentista, portadora da Cédula de Identidade RG n°. **08176490-4 SSP/RJ** e inscrita no CPF sob o n° **804.435.751-34**,doravante denominada **CONTRATANTE**. De outro lado, a Empresa **TATIANA CAPITANIO-VEICULOS-ME**, inscrita sob o **CNPJ: 09.103.941/0001-25**, situada na **Av. Julio Jose de Campos, sala B,N° 58, Bairro centro, CEP: 78.635-000 Água Boa**, neste ato representada pela Sra. Tatiana Capitanio ,inscrita no CPF sob o n°215.873.578-36, doravante denominado **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato Administrativo, com base na **Adesão a Ata de Registro de Preço n°.105/2018 do Pregão Presencial n°055/2018 da Prefeitura Municipal de Diamantino-MT**, e nas Leis Federais n.º 8.666/93, e n.º 10. 520/02, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS TIPO AMBULÂNCIA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI-MT, em conformidade com o Processo de Adesão a Ata de Registro de Preço n°.105/2018 do Pregão Presencial n°055/2018 da Prefeitura Municipal de Diamantino-MT, Termo de compromisso Ambulância n°5100501712271030401 assinado pela Prefeita Municipal DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, CPF 80443575134 datado de 28 de Dezembro de 2017.**

1.2. Ambulância tipo A – veiculo de transporte especializado modelo Fiat Pickup Ambulância motor 1.4, zero km, gasolina/álcool - flex, cor branca,ano/modelo 2018/2019, conforme especificações contida na proposta da licitante.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O regime de execução do contrato será por preço global, em conformidade com as legislações pertinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Este instrumento tem o valor total de **R$ 79.800,00 (setenta e nove mil e oitocentos reais).**

3.2. Estão inclusas no valor acima todas as despesas necessárias, tais como: mão-de-obra, tributos, emolumentos, despesas indiretas, encargos fiscais, trabalhistas previdenciários e comerciais e, ainda os gastos diversos

3.3. *Como condição para pagamento, a CONTRATADA deverá*apresentar a Certidão Negativa de Débitos com a Previdência Social, FGTS e CNDT.; Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada, observando que no caso do Estado de Mato Grosso, deverá ser especifica para participação em licitações públicas, bem como as Certidões de Dívida Ativa e Débitos Gerais junto ao Município de Alto Paraguai/MT, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão.

3.4. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

3.5. O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade fiscal da fornecedora.

CLÁSULA QUARTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1. Os preços fixados neste Contrato não serão reajustados no período de vigência do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E REALIZAÇÃO

5.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do mesmo, sendo **30/10/2018 a 29/10/2019.**

5.2. O presente contrato poderá ser prorrogado nos termos do Art. 57 da Lei nº 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento;

5.3. O Termo Aditivo para prorrogação de prazo deverá ser firmado, quando houver interesse por parte da Contratante, no máximo até 05(cinco) dias antes da data de seu vencimento.

CLÁUSULA SEXTA – DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

6.1. Os recursos financeiros necessários para a execução deste Contrato são oriundos da seguinte classificação orçamentária: **SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE**:

(449/114) 07.002.10.302.0009.1044 – 449052

6.2. Para o exercício de 2019, será utilizada Dotações Orçamentárias da Lei Orçamentária Anual – LOA/2019.

CLÁSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2. Entregar os VEÍCULOS NOVOS, ZERO QUILOMETRO, SEM ALIENAÇÃO, com as especificações, os prazos de entrega e as qualificações exigidas neste termo, de acordo com a marca indicada na proposta.

7.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a obrigação do fornecimento dos veículos objetos deste contrato, sem previa e expressa anuência do CONTRATANTE.

7.4. Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação.

7.5. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **Contratante**, cujas reclamações, se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Contratante, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.

7.6. Arcar com todos os danos causados a Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo CONTRATADA.

7.7. Em caso de manutenção ou sinistro, asubstituição por veículos reservas fica a cargo da Contratada, que deverá após solicitação da Contratante retirar o veículo e proceder sua substituição imediata.

7.8. Substituir o veiculo, por sua conta e no prazo de 30(trinta) dias úteis, caso o mesmo esteja em desacordo com as especificações, ou que tenha sofrido danos ou avarias no transporte ou danos que comprometam o seu uso regular.

7.9. Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência.

7.10. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para Contratante.

7.11. O recebimento definitivo dos produtos, não exclui responsabilidade do fornecedor, quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pela secretaria requisitante, nos termos do código de defesa do consumidor (lei n. 8.078/90).

7.12. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

7.13. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.14. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.15. A contratada será responsável todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste termo de referência.

7.16. A contratada será responsável pelas contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução da entrega dos materiais.

7.17. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 10.520/2002 e Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

8.2. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste processo licitatório;

8.3. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão;

8.4. Efetuar o pagamento conforme a Instrução Normativa desta Prefeitura, a partir da apresentação da respectiva Nota Fiscal juntamente com as devidas certidões;

8.5. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada; Comunicar à Contratada sobre possíveis irregularidades observadas na execução dos serviços, para imediata correção;

8.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os veículos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa contratada;

8.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a

terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.8. Receber os veículos, verificando o atendimento quanto às normatizações do Código de Trânsito Brasileiro, quantidade de combustível disponível, cabendo relatório, conforme o caso, e estado geral do veículo.

8.9. Utilizar os veículos, exclusivamente, para os serviços de competência da Administração Pública, representado por seus órgãos/entidades, envolvendo transporte de pessoas, materiais, ferramentas e equipamentos, obedecendo aos limites estabelecidos pela fabricante do veículo quanto à capacidade de cada marca/modelo.

CLAUSULA NONA - DA MANUTENÇÃO

9.0. A contratada devera conceder prazo de garantia de no mínimo 01 (um) ano ou 50.000(cinqüenta mil) km rodados, contados da data do recebimento definitivo, quanto a defeitos e imperfeições que venham a ser identificados, além das garantias já oferecidas pelo fabricante.

CLAUSULA DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

10.1. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste Instrumento**.**

10.2. Fiscalizar a execução dos serviços, a quem compete também proceder às advertências, multas e demais cominações;

10.3. Comunicar prontamente à Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas, neste Termo de Referência.

10.4. Acompanhar, fiscalizar, supervisionar, gerir e conferir a entrega dos produtos juntamente com a Gerencia de Patrimônio.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS AVARIAS E SINISTROS

11.1. Quando ocorrer avarias e sinistros, a contratante compromete-se:

11.1.1. Em caso de sinistro, notificar a Contratada imediatamente sobre o fato e para que tome as providencias cabíveis, tendo em vista que toda avaria e sinistro, bem como sinistros que envolverem a terceiros, correrão as expensas da Contratada.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO PARA DIPONIBILIZAÇÃO E ENTREGA DOS VEICULOS

12.1. Após a assinatura do contrato,a Contratante emitirá ordem de serviço solicitando a entrega dos veículos que serão utilizados, para a Contratada**,** que terá o prazo de até 30 (trinta) dias,contado a partir do recebimento da Nota de Empenho. O veiculo devera ser entregue na Sede da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai – MT, no seguinte endereço: Av. Presidente Medici, 470, Bairro Bela Vista, Cep: 78.410-000 Alto Paraguai – MT.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

13.1.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato:

a) Multa de até 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

13.2. Pela inexecução total ou parcial do Contrato:

a) multa de até 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida;

13.3. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município de Alto Paraguai.

13.4. ADVERTÊNCIA:

13.4.1. A aplicação da sanção administrativa de advertência pode ser efetuada nos seguintes casos:

a. Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou na licitação, desde que não acarretem prejuízos para a CONTRATANTE, independentemente da aplicação de multa;

b. Execução insatisfatória ou inexecução dos fornecimentos e/ ou produtos ora contratados, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou inidoneidade;

c. Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, a seu critério, desde que não sejam passíveis de sanção mais grave;

d. Atraso na entrega do bem ou na prestação do serviço contratado, pelo prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis.

13.5. MULTA

13.5.1. Conforme disposto no **(Art. 86 da Lei 8.666/93),** na forma prevista no instrumento convocatório ou no Contrato; neste caso a CONTRATANTE aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

a. 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de entrega dos materiais, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

ü O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subseqüente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b. 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

c. 15% (quinze por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de entrega;

d. 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta, se decorrido o prazo estabelecido na convocação para a assinatura do contrato.

13.5.2. A CONTRATADA não incorrerá em multa quando houver prorrogação do prazo, previamente autorizado pela CONTRATANTE, em decorrência de impedimentos efetivamente verificados sem que a ela seja imputável a culpa, ou em decorrência de acréscimos ou modificações no objeto inicialmente ajustado, respeitado o limite legal;

13.5.3. A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial;

13.5.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso da execução dos serviços ou fornecimento advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

13.6. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, POR PRAZO NÃO SUPERIOR A 02 (DOIS) ANOS

13.6.1. A suspensão do direito de licitar e contratar com a CONTRATANTE pode ser aplicada aos inadimplentes culposos que prejudicarem a execução do Contrato por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis da data do recebimento da respectiva intimação;

13.6.2. A sanção administrativa de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai/MT poderá ser aplicada nos seguintes prazos e situações:

13.6.2.1. Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:

I. Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenham acarretado prejuízos para a CONTRATANTE;

II. Execução insatisfatória dos fornecimentos e/ ou entrega dos produtos contratados;

13.6.2.2. Por 02 (dois) anos, nos seguintes casos:

I. não concluir os fornecimentos e/ ou entrega dos produtos contratados;

II. Recusar a fornecer informações suficientes ou fornecê-las inadequadamente, no que diz respeito à sua fruição, qualidade e riscos de operacionalização;

III. Prestar o serviço em desacordo com as normas aplicáveis à execução do objeto deste ajuste;

IV. Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo ao órgão licitador, ensejando a rescisão do contrato.

13.7. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

13.7.1. Enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o Contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sansão aplicada com base no inciso anterior.

13.7.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública será proposta pela Seção Administrativa e Financeira para aplicação à CONTRATADA nos casos a seguir indicados:

13.7.2.1. Condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.7.2.2. Prática de atos ilícitos, visando frustrar a execução do Contrato;

13.7.2.3. Demonstração de não possuir idoneidade para licitar e contratar com o órgão contratante, em virtude de atos ilícitos praticados, tais como:

a. praticar ação maliciosa e premeditada em prejuízo da Contratante ou ações que evidenciem interesses escusos ou má-fé;

b. apresentar qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte;

c. reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto deste Contrato sem o consentimento da CONTRATANTE, por escrito.

13.8. Independentemente das sanções administrativas a que se refere esta Cláusula à CONTRATADA está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, quando a inadimplência acarretar prejuízos ao órgão contratante;

13.9. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. Os casos de rescisão são os previstos nos Arts. 78, 79 e 80 da Lei n° 8.666/93, bem como os previstos neste Contrato, e ainda o presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de ambas as partes, com aviso de antecedência, de no mínimo 30 (trinta) dias, por escrito com recibo das partes.

14.2. Ficam reconhecido os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista na Lei n° 8.666/93.

14.3. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, vedada a alteração do objeto, assim como quaisquer modificações na destinação ou utilização do serviço contratado.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO, LEGISLAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15.1. O presente instrumento resulta da Licitação através da **Adesão a Ata de Registro de Preço n°.105/2018 do Pregão Presencial n°055/2018 da Prefeitura Municipal de Diamantino-MT**, sujeitam-se os Contratantes supra mencionados as cláusulas contratuais e as normas das Leis nº 8.666 de 21/06/93 e Lei n° 8.883 de 08/06/94 e alterações posteriores.

15.2. Para a execução do presente Contrato e especialmente aos casos omissos, aplicam-se os dispostos na Lei n° 8.666/93 e alterações seguintes, e ainda, os princípios gerais de direito.

15.3. Qualquer mudança nos dispostos deste instrumento que possa surgir e houver comum acordo entre as partes, para que a mesma possa ter valor, deverá ser lavrado por termo aditivo.

15.4. São prerrogativas da CONTRATANTE as previstas no Art. 58 da Lei n° 8.666/93, que as exercerá de acordo com as normas referidas no preâmbulo deste Contrato.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1. O acompanhamento da efetivação desse contrato ficará a cargo da **CONTRATANTE**, mediante nomeação de servidor especialmente designado para este fim, nos termos do Art. 67 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas atualizações;

16.2. A contratante deverá fiscalizar, através do Gestor do Contrato, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições contratadas, registrando as deficiências porventura existentes e comunicar, por escrito diretamente à contratada, todas e quaisquer irregularidades ocorridas com os empregados desta, afim de que sejam tomadas as devidas providências.

16.3. Fica designado pela secretaria de Assistência Social para fiscal de contrato a servidor **EDVALTON PEREIRA DA SILVA**, brasileiro, Servidor Público na função de **COORDENADOR DE SAÚDE**, inscrito no CPF sob o nº 079.305.261-00.

16.3.1. Caberá ao fiscal do contrato as seguintes atribuições:

a) Realizar conferências das notas fiscais atestadas pelo Fiscal do contrato, e posteriormente efetuar o pagamento, b) Atentar aos valores a serem pagos, tomando cuidado para que os pagamentos não ultrapassem o valor do contrato, c) Acompanhar e analisar os relatórios que por ventura venham a ser emitidos pelo Fiscal do contrato. Havendo qualquer apontamento que acuse atraso ou descumprimento da aquisição/serviço, o gestor devera notificar a contratada solicitando justificativa e o cumprimento no prazo estabelecido pela Secretaria demandante, d) Quaisquer outras ao qual a Administração julgar necessárias e convenientes para o excelente andamento do contrato. e) Orientar: estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do contrato; f) Fiscalizar: verificar o serviço prestado e a forma de execução do objeto do contrato, confirmando o cumprimento das obrigações; g) Interditar: paralisar a execução do contrato por estar em desacordo com o pactuado; h) Informa: a Administração o cometimento de falhas e irregularidades detectadas pela Contratada que implique comprometimento da aquisição e/ou aplicação de penalidades previstas; e noticiar os casos de afastamento em virtude de férias, licenças ou outros motivos, para que o substituto (suplente) possa assumir a gestão do contrato, evitando prejuízos, interrupções e suspensão das atividades de fiscalização; i) Ter total conhecimento do contrato e suas clausulas; j) Solicitar a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, decisões e providencias que ultrapassarem a sua competência; k) Zelar pelo bom relacionamento com a contratada, mantendo um comportamento ético, probo e cortes; l) Conferir os dados das faturas antes de atestá-las, promovendo as correções devidas e arquivando copia junto aos demais documentos pertinentes; m) Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, informando ao Gestor do Contrato aquelas que dependem de providencias, com vistas á regularização das faltas ou defeitos observados; n) Formalizar, sempre, os entendimentos com a Contratada ou seu Preposto, adotado todas as medidas que permitem compatibilizar as obrigações bilaterais; o) Avaliar constantemente a qualidade da execução contratual, propondo, sempre que cabíveis medidas que visem reduzir gastos e racionalizar os serviços; p) Observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes as suas atribuições, agindo com transparências no desempenho das suas atividades.

CLÁUSULA DECIMA SETIMA - DOS ILÍCITOS PENAIS

17.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA – DA ANTICORRUPÇÃO

18.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

CLÁUSULA DECIMA NONA – DO FORO

19.1. As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Diamantino – MT, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação será considerado fora de sua jurisdição.

19.2. E assim por estarem justos e contratados, na forma acima, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes que a tudo presenciaram, comprometendo-se por si e seus sucessores legais ao fiel cumprimento de todos dos dispositivos.

ALTO PARAGUAI - MT, 30 de outubro de 2018.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES Prefeita Municipal	**TATIANA CAPITANIO-VEICULOS – ME** **CNPJ 09.103.941/0001-25** **TATIANA CAPITANIO**
Fiscal do Contrato: **EDVALTON PEREIRA DA SILVA** CPF: 079.305.261-00	Contratado (a)
Testemunhas:	
EDUARDO GOMES SILVA CPF: 134.931.911 – 20	**MARIA APARECIDA DE ALMEIDA OLIVEIRA** CPF: 411.846.701-10

JURIDICO
PARECER JURÍDICO PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO 025/2018
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

PARECER JURÍDICO

Processo de Licitação Pregão 025/2018

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: ***Registro de Preço para futura e eventual aquisição de combustíveis para atender as demandas das Secretárias Municipais de Alto Paraguai – MT.***

Solicitante: Comissão de Licitações

Veio a conhecimento desta Assessoria Jurídica em 30/10/2018 , processo licitatório em epígrafe, para análise quanto à legalidade e verificação das demais formalidades, bem como no que tange a atuação da Comissão de Licitações, na execução das atribuições e atos realizados pela Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Processos Licitatórios.

Importa mencionar que vieram para análise e parecer a minuta do edital do Pregão acima mencionado, com nove anexos referentes a modelos de documentos a serem apresentados. Veio também para análise, as minutas da Ata de Registro de Preços e do Contrato. Não vieram quaisquer outros documentos, sendo de responsabilidade desta Assessora tão somente a analise das minutas supracitadas.

Da Legislação: Cabe-nos, desde já, trazer à colação a aplicação das regras constitucionais que disciplinam a matéria, invocando-se, assim, dentre outros, o artigo 37, XXI da CF/88.

Além da aplicação da Constituição Federal, adota-se a orientação das melhores práticas, implicando, igualmente, na sua absoluta adequação às normas legais, sendo que são atendidas as disposições da Lei 8.666/93, que estabelece normas cogentes de Direito Público.

Ainda em preliminar, ***torna-se necessário referirmos que esta Unidade está se manifestando no sentido de, à vista das circunstâncias próprias de cada processo licitatório e na avaliação prévia das implicações legais a que está submetida aquela Secretaria, dar a Assessoria pertinente, a título de orientação e assessoramento, ressaltando-se que, no caso de haver irregularidades, as mesmas serão inexoravelmente apontadas em Auditoria Própria.***

Isto posto, ratificamos a orientação de que, em havendo dúvidas sobre determinado ato ou fato administrativo, bem como sobre artigo de lei, deverá ser, a consulta, encaminhada por escrito, juntamente com parecer do órgão técnico pertinente e o respectivo processo licitatório.

Este parecer limitar-se-á a analisar a regularidade do procedimento sob a ótica jurídica, vale dizer, esta Procuradoria verificara se o processo atende ao rito administrativo previsto na Lei de Licitações, não se imiscuindo o parecerista no juízo de conveniência e oportunidade do objeto licitação, assim coma no adentrara o ato opinativo no mérito de preços e orçamento praticados no processo, par escaparem do conhecimento e da legitimidade de atuação da desta Procuradoria.

Nesse sentido a lição doutrinaria:

"0 exame a ser procedido pela assessoria deve ser jurídica *stricto sensu*. Não a adequado que o assessor jurídico, no manejo de sua competência técnica especifica, pretenda aventurar-se em outras searas, expondo motivos pertinentes a expertise do objeto da licitação ou quanto conveniência e oportunidade dela, ou mesmo, quanto a critérios técnicos de composição dos custos e execução do contrato. 0 jurista só pode analisar os aspectos jurídicos do instrumento convocatório."(MOREIRA, Egonfiockman. GUIMARAES, Fernando Vernalha. 2' ed. A Lei Geral de Licitação — LGL e a Regime Diferenciado de Contratação— RDC. sac) Paulo: Metoda, 2015. p. 262)

Este parecer tem por objetivo prevenir a produção de atos irregulares e ilegais, que possam ser questionados e ate mesmo anulados posteriormente. Ainda, a adoção dos ditames previstos na Lei n° 8.666/93 pela Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, significa o afastamento de condições que causem prejuízos aos cofres públicos, pois permitirão a melhor contratação decorrente da mais ampla e legitima competitividade.

Trata-se de licitação da modalidade Pregão Presencial, do tipo "**Menor Preço**", sob o regime de execução indireta*,* cujo recebimento dos envelopes de documentação e proposta ocorrerá no mesmo local em data e horário a serem definidos pelo Pregoeiro Municipal.

A razão de ser do certame é estabelecer concorrência isonômica para seleção moral da proposta mais vantajosa para a administração e erário público. O plano factual nos permite inferir que o escopo legal foi alcançado, posto que dentre as empresas interessadas no certame, selecionou-se aquela que apresentar a proposta mais vantajosa.

0 procedimento da licitação deve seguir etapas e requisitos para que seja válida. A Lei 8.666/93 estabelece o rito, os atos e os requisitos necessários para todos os processos licitatórios, *ad litteram*:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual será. juntados oportunamente: (...)

Depreende-se que a licitação deve ser realizada em um processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado. Trata-se, logo, de um processo administrativo formal, exigência legal essa atendida no caso.

Nesse processo deve conter a autorização do agente público competente para a abertura da licitação. Deve conter, ainda, a indicação do objeto, de forma sucinta, o que consta no processo se no Termo de Referência .

Verificando se, o edital seguiu todas as cautelas recomendadas pela Lei 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93, e Decreto Municipal n. 004/2009, havendo descrição da dotação orçamentária, especificação dos objetos, requisitos para participação e previsão procedimental correta, com inversão das fases de habilitação e proposta.

Tendo em vista a obediência das clausulas e atinentes a leis que regulamenta o processo licitatório opino pelo prosseguimento regular do certame, com a conseqüente publicação do edital, dando a devida publicidade a todas as fases, devendo haver sempre disponibilidade de recursos orçamentários e a aprovação da despesa pelo setor administrativo municipal competente.

Deixo consignado no presente que deverá também, haver ampla pesquisa de mercada para evitar superfaturamento, buscando dessa forma, sempre o melhor preço para a Administração Pública.

Encaminhe o presente processo ao Controle Interno para conhecimento e manifestação.

Ressaltando ainda que para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, o presente Instrumento Convocatório deverá ser **PUBLICADO** conforme as determinações legais, tudo em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

Assim, atendidos os ditames legais e disponibilidade orçamentária, OPINO pelo PROSSEGUIMENTO do presente processo em conformidade com o artigo 38 da Lei 8666/93, sobre a minuta do edital de Licitação e a minuta da Ata de Registro de Preços, uma vez que não foram constatadas nenhuma cláusula que inviabilize a competição.

Este é o parecer, salvo melhor juízo, sem caráter vinculativo.

Alto Paraguai - MT, 30 de outubro de 2018.

RIUSDELAR LOPES PEREIRA

Assessora Jurídica

OAB/MT 12652

PORTARIA 295/2018

PORTARIA 295/2018

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Exonerar a Sra. **ALINE DE PAZOS TABOSA FONTES,** portadora do **RG Nº 15371182 SSP/MT e do CPF Nº 002.248.441.80**, do cargo em comissão – **DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR- DAS 5 – ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL,** junto ao Gabinete da Prefeita**.**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai–MT. 30 de Outubro de 2018.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 283/2018.

SÚMULA: Suplementa o orçamento de 2018 da Câmara Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

O senhor **Adalto José Zago** Prefeito Municipal de Apiacás Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizado abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2018 da Câmara Municipal de Apiacás, aprovado pela Lei Municipal nº **1033/2017** de 16 de novembro de 2017, por anulação parcial de dotação no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), em atendimento ao parágrafo 1º, Inciso III, do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1.964.

Art. 2º - O Crédito Adicional que trata o artigo 1º será suplementado no orçamento da Câmara Municipal nas seguintes dotações orçamentárias:

01.001.01.031.0001.2001.3390-93-00 – Indenizações e Restituições R$ 10.000,00

Art. 3º - O valor do Crédito Suplementar ora autorizado será anulado ao mesmo montante da seguinte dotação orçamentária:

01.001.01.031.0001.2001.3390-14-00 – Diárias Civil R$ 10.000,00

Art. 4º - EsteDecreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Apiacás MT, 28 de setembro de 2018.

Adalto José Zago

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0270/2018.

SÚMULA: Suplementa o orçamento de 2018 da Câmara Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

O senhor **Adalto José Zago**Prefeito Municipal de Apiacás Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizado abrir Crédito Especialno Orçamento de 2018 da Câmara Municipal de Apiacás, aprovado pela Lei Municipal nº. 1057/2018 de 25 de abril de 2.018, por anulação parcial de dotação no valor de R$ 14.350,00 (quatorze mil, trezentos e cinquenta reais), em atendimento ao parágrafo 1º, Inciso III, do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1.964.

Art. 2º - O Crédito Especial que trata o artigo 1º será suplementado no orçamento da Câmara Municipal nas seguintes dotações orçamentárias:

01.001.01.031.0001.2001.3390-40-00 – Serviços da Tec. Da Informação R$ 14.350,00

Art. 3º - O valor do Crédito Especial ora autorizado será anulado ao mesmo montante da seguinte dotação orçamentária:

01.001.01.031.0001.2001.3390-39-00– Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica R$ 14.350,00

Art. 4º - EsteDecreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Apiacás MT, 03 de setembro de 2018.

Adalto José Zago

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 294/2018.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE PEDIDO DE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE

Artigo 1º - Exonerar, para fins de aposentadoria a Servidora Municipal Sra. **DORALICE SOUSA,** portadora da cédula de identidade nº 2286190-4 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 880.784.771-04, ocupante do cargo efetivo de Zeladora – Portaria nº 157/1997, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se

Cumpra-se.

Apiacás-MT, 31 de Outubro de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE CANCELAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE CANCELAMENTO DE PREÇOS REGISTRADOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 034/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 043/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2018

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à rua**das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás – MT.,** denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da empresa SAMUEL CONTRERA, CNPJ -31.424.835/0001-00, Av. Brasil n° 1120, Bairro Bom Jesus, Apiacás –MT., CEP 78.595-000, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 043/2018 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, em consonância com a cláusula 09 e na forma das cláusulas abaixo:

1. DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objeto o cancelamento de preços registrados na **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 034/2018, celebrada em 03/10/2018,** para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTÁRIA PARA AQUISIÇÃO DE PROTESES DENTARIAS COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, os quais, doravante não competem mais a fornecedora registrada.

2. DO CANCELAMENTO.

2.2. Por força do presente cancelamento, com fulcro na cláusula 09 da Ata de Registro de Preço.

"9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;"

Conforme documentos em anexo: Relatório Técnico, Declaração dos Pacientes, Counicado ao Prefeito, Relatório Fotográfico. O Município de Apiacás dá, então, por cancelada a obrigação da empresa, conforme Cláusula Primeira deste termo, confirmando, assim, o completo, total, irrevogável e absoluto cancelamento dos preços registrados, e, por consequência, o seu registro, no que pertine à fornecedora aqui em questão.

3. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

Assim, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, assina o Município de Apiacás este TERMO DE CANCELAMENTO DE PREÇOS REGISTRADOS PARA A EMPRESASAMUEL CONTRERA, CNPJ -31.424.835/0001-00 **na Ata de Registro de Preços 034/2018.**

Apiacás - MT, 30 de outubro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEPERTAMENTO PESSOAL
PARECER UNIFICADO

PARECER UNIFICADO

ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DA PERMANÊNCIA DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS NO PROGRAMA PRÓ-FAMÍLIA DE ARAGUAIANA/MT

Considerando a Instrução Normativa SETAS Nº 001 de Maio de 2017, que estabelece as diretrizes, normas e procedimentos para execução da Lei Estadual Nº 10.523 de 17 de março de 2017, que cria o Programa Pró-Família segue abaixo relacionadas as famílias que atendem ao critério de elegibilidade e condicionalidades do Programa. Encaminhamos, para análise, validação e publicação em veículo oficial.

JUSTIFICATIVA

Diante das respostas apresentadas pelas famílias no que tange as suas principais necessidades, o programa Pró-Família foi criado e compreendido como um processo amplo de constante construção capaz de compreender de forma ampla a questão social e a realidade vivenciada pelas famílias além do interesse daquela família na mudança de sua realidade e melhoria do seu território

De acordo com o Art. 13, parágrafo VII – O período regular de permanência das famílias no programa será de 12(doze), podendo ser prorrogado por igual período após avaliação da sua situação socioassistencial.

RELAÇÃO DAS FAMÍLIAS		
NOME	**NIS**	**CPF**
Aline Almeida Rocha	16035877657	030.804.971-39
Amanda Martins da Cruz	16035909540	702.843.921-62
Cássia Lopes Lemes	14138564310	702.303.471-42
Célia dos Reis	16227259889	008.534.971-25

Clara Inês Francisca da Abadia	23551240416	048.545.761-03
Daiane Duarte de Sousa	16036267275	034.693.731-08
Elenice Sousa Lira	16098731056	009.306.151-07
Franciele Mayla de Abreu	21063597619	016.232.531-28
Gardênia Regina Lopes Lima	16227237222	050.723.771-48
Ilva Sales da Abadia	16209350640	030.867.931-80
Ingrid Rodrigues de Sousa	21046408005	059.033.571-56
Ionesmar Ribeiro de Farias	20085494482	015.649.205-93
Janaina Pereira de Moura	23712592341	026.671.661-08
Jaqueline de Sousa Araújo	16325717474	846.113.081-20
Joice Cristina Lopes da Silva	16209640886	034.256.841-83
Kátia Lúcia Gomes da Conceição	16491613853	036.013.101-80
Leidiane Sousa Silva	22804727792	044.544.161-50
Luciana Vanessa Mariana da Silva	16470081461	033.292.691-54
Maria Aparecida Ribeiro Cardoso	16388455101	044.440.771-58
Maria Auxiliadora Sobrinho	12688992408	487.472.031-53
Maria de Fátima Pinto de Oliveira	16455469721	008.305.051-56
Maria de Fátima Salustiano da Silva	16493861501	017.824.371-00
Maria Edneide dos Santos	16493859981	020.046.245-82
Maria Neide Gomes Lima	16383722523	593.648.581-15
Maria Pereira da Costa	13231753405	460.765.651-87
Renata Pereira Lima	16559037038	048.544.981-10
Rosa de Jesus Nunes	16668379967	030.351.771-98
Santana Martins Rosa	16577011738	058.487.951-26

RELAÇÃO DAS FAMÍLIAS		
NOME	**NIS**	**CPF**
Aline Almeida Rocha	16035877657	030.804.971-39
Amanda Martins da Cruz	16035909540	702.843.921-62
Cássia Lopes Lemes	14138564310	702.303.471-42
Célia dos Reis	16227259889	008.534.971-25
Clara Inês Francisca da Abadia	23551240416	048.545.761-03
Daiane Duarte de Sousa	16036267275	034.693.731-08
Elenice Sousa Lira	16098731056	009.306.151-07
Franciele Mayla de Abreu	21063597619	016.232.531-28
Gardênia Regina Lopes Lima	16227237222	050.723.771-48
Ilva Sales da Abadia	16209350640	030.867.931-80
Ingrid Rodrigues de Sousa	21046408005	059.033.571-56
Ionesmar Ribeiro de Farias	20085494482	015.649.205-93
Janaina Pereira de Moura	23712592341	026.671.661-08
Jaqueline de Sousa Araújo	16325717474	846.113.081-20
Joice Cristina Lopes da Silva	16209640886	034.256.841-83
Kátia Lúcia Gomes da Conceição	16491613853	036.013.101-80
Leidiane Sousa Silva	22804727792	044.544.161-50
Luciana Vanessa Mariana da Silva	16470081461	033.292.691-54
Maria Aparecida Ribeiro Cardoso	16388455101	044.440.771-58
Maria Auxiliadora Sobrinho	12688992408	487.472.031-53
Maria de Fátima Pinto de Oliveira	16455469721	008.305.051-56
Maria de Fátima Salustiano da Silva	16493861501	017.824.371-00
Maria Edneide dos Santos	16493859981	020.046.245-82
Maria Neide Gomes Lima	16383722523	593.648.581-15
Maria Pereira da Costa	13231753405	460.765.651-87
Renata Pereira Lima	16559037038	048.544.981-10
Rosa de Jesus Nunes	16668379967	030.351.771-98
Santana Martins Rosa	16577011738	058.487.951-26
Viviane Ferreira de Souza Vicente	16674562425	035.081.181-42

PARECER SOCIAL

Considerando a INSTRUÇÃO NORMATIVA SETAS Nº 001 de Abril de 2017, que estabelece as diretrizes, normas e procedimentos para a execução da Lei Estadual nº 10.523 de 17 de março de 2017 que cria o programa Pró-Famílias. As famílias acima relacionadas atendem o critério de elegibilidade e condicionalidade do Programa.

Portanto, de acordo com a Instrução Normativa, art. 3º, Art. 5º, Art. 6º/Parágrafo Único e Art. 13/Parágrafo VII, aprovo e considero de grande valia a prorrogação da permanência dos beneficiários no programa. Cássia Lopes Lemes e Renata Pereira lima são substitutas de Nicole Gonçalves de Oliveira e Sueli Inácio Pereira. Houve essas substituições em razão de mudança de Município e Estado.

Conforme normas estabelecidas pelo programa, as famílias beneficiárias cumpriram todas as exigências determinadas.

Enfim, o Programa Pró-Família proporciona à família, dignidade, superação de vulnerabilidade, redução de desigualdade social e assim, transformar sonho em realidade.

Araguaiana/MT, 01 de outubro de 2018

_____

Zelita Simon Barbosa Silva

Assistente Social-CRESS/MT 4686

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N.º 135/2018

PORTARIA N.º 135/2018

"Dispõe sobre a averbação de tempo de contribuição da ***Sra. Conceição Mendes dos Santos Souza"***

O Senhor Getúlio Dutra Vieira Neto, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, inciso VI da Lei Orgânica do Município

Resolve:

Art. 1º Determina averbar o tempo de contribuição considerado e confirmado em 7.762 (sete mil, setecentos e sessenta e dois) dias, correspondentes á 21 (vinte e um) anos, 03 (três) meses e 07 (sete) dias, conforme CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO emitida pelo Instituto Nacional Do Seguro Social – INSS de protocolo nº 10001010.1.00032/18-7 e parecer jurídico expedido pela Procuradoria Jurídica Municipal.

Art.2º À Secretaria Municipal de Administração compete acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta Portaria;

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Araguaiana/MT, 30 de Outubro de 2018.

Getulio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 001/2018/SME

EDITAL Nº 001/2018/SME

O Secretário Municipal de Educação, torna público que estão abertas as inscrições para o processo de seleção de profissional da educação a ser designado para a função de Diretor da Escola Municipal de Educação Básica Paulo Lopes Teixeira, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Lei nº 9.394/1996 – LDB, da Lei Municipal nº 433/2002, da Lei Orgânica Municipal de 1990, da Lei Municipal nº 651/2011 e suas alterações.

DAS INSCRIÇÕES

1. As inscrições estarão abertas no Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar – CDCE da unidade escolar, no dia **05 a 14/11/2018**, conforme calendário anexo a este Edital, das **8h às 12h (horário de Brasília)**.

2.No ato da inscrição o candidato deverá apresentar e assinar os documentos:

a)Curriculum Vitae, comprovando habilitação em Licenciatura Plena (documentado), cópia da carteira de identidade – RG e CPF;

b) Declaração emitida pelo proponente de que está de pleno acordo com as condições deste Edital;

c) Ficha padrão de inscrição;

d) Termo de compromisso redigido pelo candidato para exercer a direção da escola em dedicação exclusiva à função de Diretor.

DOS REQUISITOS

3. Para participar do processo de seleção de que trata este Edital, o candidato integrante do quadro dos Profissionais da Educação deverá:

a) ser ocupante de cargo efetivo ou estável do quadro dos Profissionais da Educação Básica;

b) ter no mínimo 2 (dois) anos de efetivo exercício ininterruptos até a data da inscrição;

c) ser habilitado preferencialmente em nível de Licenciatura Plena em Pedagogia;

d)participar dos ciclos de estudos a serem organizados pelas Assessorias Pedagógicas, sob orientação da Secretaria Municipal de Educação.

DAS ETAPAS

4. A seleção do Profissional da Educação para o exercício da função de Diretor da escola pública municipal, biênio 2019/2020, será efetivada em duas etapas:

a)1ª etapa: ciclos de estudos nos dias **29 e 30/11/2018** organizados pelas Assessorias Pedagógicas, sob orientação da Secretaria Municipal de Educação, sendo 8 (oito) horas de formação presencial.

b)2ª etapa: seleção do candidato pela comunidade escolar, por meio de votação na própria unidade escolar, no dia **13/12/2018**, das **8h às 15h (horário de Brasília)**.

DA PROPOSTA DE TRABALHO

5. A apresentação da proposta de trabalho pelo candidato à comunidade escolar dar-se-á no período de **03 a 07/12/2018** em horário estabelecido pela unidade escolar/Comissão Eleitoral Escolar.

5.1. A apresentação da proposta de trabalho do candidato deverá ser realizada em Assembleia Geral e registrada em ata pela Comissão Eleitoral Escolar.

5.2. O candidato que não apresentar a proposta de trabalho em Assembleia Geral, em data e horário marcados pela Comissão Eleitoral Escolar, estará automaticamente desclassificado.

DOS CRITÉRIOS

6. Os critérios e demais normas inerentes ao processo de seleção para Diretor da escola pública municipal estão contidas no Título V da Lei Municipal nº 651/2011.

DA COMISSÃO ELEITORAL

7.Na unidade escolar haverá uma Comissão Eleitoral Escolar para conduzir o processo de seleção de candidato à direção, constituída em Assembleia Geral da comunidade escolar, convocada pelo dirigente da escola, conforme artigo 59 da Lei Municipal nº 651/2011.

7.1. As atribuições da Comissão Eleitoral Escolar serão nos termos do artigo 60 da Lei Municipal nº 651/2011.

7.2. A Comissão Eleitoral Escolar será composta nos moldes do artigo 59, § 1º da Lei Municipal nº 651/2011.

DA POSSE

8. No ato da posse o candidato eleito deverá apresentar e assinar os seguintes documentos:

a) termo de compromisso assegurando a regularidade de funcionamento da escola e autorização dos cursos ofertados junto ao Conselho Estadual de Educação – CEE-MT;

b) termo de compromisso assegurando a regularidade administrativa e financeira da unidade escolar;

c) termo de compromisso de participar em cursos de formação continuada ofertados pela Secretaria Municipal de Educação e/ou instituições parceiras.

8.1. O candidato eleito tomará posse no dia **19/12/2018** e terá o efetivo exercício da função no dia **01/01/2019**.

8.2. Comprovado ganho é de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação a realização da transmissão do cargo ao Diretor eleito.

DOS ANEXOS

9. Consta anexo a este Edital:

a)ficha de inscrição do candidato (anexo I);

b)amostra a ser seguida para a proposta de trabalho do candidato (anexo II);

c)termo de compromisso de dedicação exclusiva à função de Diretor (Anexo III);

d)ata de apuração da eleição dos membros da Comissão Eleitoral Escolar (Anexo IV);

e)designação dos componentes das mesas receptoras/escrutinadoras (Anexo V);

f)modelo de cédula para votação (anexo VI);

g)modelo de ata de apuração da eleição de Diretor (Anexo VII);

h)cronograma previsto (anexo VIII).

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

a) é vedada ao candidato a inscrição condicional ou por correspondência.

b) as inscrições que não atenderem aos requisitos para a função de Diretor serão indeferidas.

c) em hipótese alguma haverá prorrogação do prazo de inscrições.

d) a inscrição do candidato implicará no conhecimento deste Edital e compromisso tácito de aceitar as condições do processo de seleção, tais como se acham estabelecidas na Lei Municipal nº 651/2011.

e) o mandato do Diretor eleito será de 2 (dois) anos.

f) em caso de candidato único, o candidato deverá obter 50% (cinquenta por cento) mais um, dos votos válidos, para assim ser eleito.

g) os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação ouvida a Comissão Eleitoral Escolar.

h) este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Araguainha-MT, 30 de outubro de 2018.

LUIZ CARLOS ALVES DE SOUZA

Secretário Municipal de Educação

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO DO CANDIDATO (A) À DIREÇÃO

Escola para a qual se candidata: _____

I – DADOS PESSOAIS

Nome: _____

Sexo: _____Data nasc.: ____/____/____ Naturalidade: _____

UF: _____Estado civil:_____CPF: _____

RG: _____Órgão exp.: _____/____ Expedida em: _____

Titulo de eleitor:_____Zona:_____ seção:_____

Filiação: Pai: _____

Mãe:_____

Endereço: _____nº:____ bairro_____

Complemento: _____ Cidade: _____

CEP: _____telefone cel:_____

Tel fixo: _____ Email: _____

2. DADOS PROFISSIONAIS:

Graduação: _____

Pós graduação:

Especialização: ( ) não ( )sim Em: _____

Mestrado: ( ) não ( ) sim Em: ____ _____

Situação funcional: ( ) efetivo ( ) Estável – cargo: _____

Classe: _____ Nível: _____

Está em período probatório: ( ) não ( ) sim

Possui outro cargo efetivo: ( ) não ( ) sim

Rede de ensino: ( ) Estadual ( ) Municipal ( ) privada

Tempo de serviço na Unidade Escolar para qual se candidata:

( ) mais de dois anos ( ) dois anos ( ) um ano ( ) oriundo de outra unidade escolar

Tempo de serviço no Magistério Público: _____

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ocupou função de diretor (a) escolar em mandatos anteriores? ( ) sim ( ) não

Eleito ( ) Indicado ( ) - Período: _____

Araguainha-MT _____ de _____ de 2018.

_____

Candidato

ANEXO II

PROPOSTA DE TRABALHO

Nome do diretor:

Escola:

1. APRESENTAÇÃO

Importância da elaboração de Proposta de Trabalho.

2. INTRODUÇÃO Conceito de educação e de escola, de gestão, de planejamento, Breve diagnóstico 3. DELIMITAÇÃO DO CONTEXTO ESCOLAR Nome da escola, endereço, modalidades atendidas, quadro de professores (numero), quadro de pessoal administrativo (número) e número de alunos. 4. PRINCÍPIOS NORTEADORES Gestão democrática; Relação teoria e prática 5. OBJETIVOS, METAS E ESTRATÉGIAS - EIXOS BÁSICOS - GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (melhoria da escola, preservação do patrimônio publico) - GESTÃO PEDAGÓGICA(melhoria do ensino, participação da comunidade no cotidiano da escola, acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas)

EIXO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E GESTÃO FINANCEIRA

Objetivo (s):

Meta	Estratégia	Período	Responsável

EIXO DA GESTÃO PEDAGÓGICA

Objetivo (s):

Meta	Estratégia	Período	Responsável

ANEXO III

TERMO DE COMPROMISSO DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA À FUNÇÃO DE DIRETOR

Eu _____

Portador do Registro Geral de número:_____órgão emissor:_____ data de expedição em _____, inscrito no Cadastro Nacional de pessoa Física de número _____ Residente e domiciliado_____ lotado (a) na Unidade Escolar _____ocupante do cargo de _____.

Declaro estar ciente e de acordo com os termos estabelecidos no Edital nº 001/2018/SME e firmo o compromisso de, no caso de ser eleito (a), assumir a função de diretor (a) da escola em Regime de Dedicação Exclusiva, não tendo outro vínculo empregatício.

_____

Local e data

_____

Assinatura

Nome completo

ANEXO IV

ATA DE APURAÇÃO DA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO ELEITORAL

ATA Nº ____/____

Aos _____dias do mês de _____ do ano de _____, às _____horas, na Escola Municipal_____,situada à _____, foi realizada a Assembléia Geral da Comunidade Escolar, para proceder a escolha dos membros da Comissão Eleitoral Escolar, atendendo os dispositivos da Lei Municipal nº 651 de 30 de junho de 2011, que ao final do processo apresentou o seguinte resultado, ficando assim constituída:

Citar os escolhidos, representantes e suplentes dos segmentos: Profissionais da Educação Básica; dos Pais; Aluno maior que 14 anos; deverá ainda ser eleito um representante para presidir a comissão.

Nada mais havendo a relatar, Eu _____Secretário designado lavrei a presente Ata, que após sua leitura, segue assinada por mim e pelos presentes.

ANEXO V

DESIGNAÇÃO DOS COMPONENTES DAS MESAS RECEPTORAS E ESCRUTINADORAS

A Comissão Eleitoral, através da Lei Municipal nº 651 de 30 de junho de 2011, art. 72, designa os componentes das mesas receptoras e escrutinadoras para conduzirem o processo de seleção de candidato à direção.

TITULARES

Nome _____

Função _____

Segmento _____

Nome _____

Função _____

Segmento _____

Nome _____

Função _____

Segmento _____

SUPLENTES

Nome _____

Função _____

Segmento _____

Nome _____

Função _____

Segmento _____

ANEXO VI

MODELO DE CÉDULA ELEITORAL PARA CANDIDATURA ÚNICA E PARA MAIS DE UM CANDIDATO À DIRETOR ESCOLAR

Modelo de cédula eleitoral para candidatura única a diretor escolar:

CÉDULA ELEITORAL
Candidato (a): _____
Sim
Não

_____
Assinatura do presidente da
Comissão Eleitoral

_____
Assinatura do Secretário
da Mesa

Modelo de cédula eleitoral para mais de um candidato a diretor escolar:

CÉDULA ELEITORAL
Candidatos (as):
_____
_____
_____

_____
Assinatura do presidente da
Comissão Eleitoral

_____
Assinatura do Secretário
da Mesa

ANEXO VII

MODELO DE ATA DE APURAÇÃO DA ELEIÇÃO DE DIRETOR

Escola _____

Município _____

Aos _____ dias do mês de _____, do ano de dois mil e dezoito, às _____horas, encerrada a votação, reuniu-se a Comissão Eleitoral Escolar, juntamente com a mesa receptora, para realizar a escrutinação dos votos, apresentando o seguinte resultado:

1. Nome do (s) candidato (s); 2. Número (por extenso) dos votantes que compareceram na eleição; 3. Número (por extenso) dos votantes que deixaram de comparecer; 4. Número de votos (por extenso) recolhidos em separado; 5. Número (por extenso) de votos nulos; 6. Número (por extenso) de votos brancos; 7. Total de votos válidos (por extenso); 8. Total de votos obtidos por cada candidato; 9. Nome do candidato eleito; 10. Total de votos do candidato eleito.

Ocorrências

_____
_____
_____

(somente questões relevantes)

Nada mais havendo a relatar, Eu _____ Secretário da mesa receptora lavrei a presente Ata, que após sua leitura, segue assinada por mim, pelos demais membros da mesa receptora/Escrutinadora e pelos componentes da Comissão Eleitoral.

Comissão Eleitoral
_____
_____
_____
_____

Membros da mesa receptora/escrutinadora
_____
_____
_____
_____

ANEXO VIII

CRONOGRAMA PREVISTO

EVENTOS	DATAS PREVISTAS
Publicação do edital	Até 31/10/2018
Período de inscrições	05/11/2018 à14/11/2018
Divulgação das inscrições deferidas/indeferida	21/11/2018
Data final para apresentação de recurso quanto ao deferimento/indeferimento das inscrições	23/11/2018
Divulgação das inscrições deferidas e indeferida pós-recurso	26/11/2018
Assembléia Geral para exposição e debate das propostas	Data a ser definida pela Comissão Eleitoral, conforme Edital
Eleição	13/12/2018
Divulgação do resultado final do processo Eleitoral.	13/12/2018
Posse	19/12/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 018/2018/SEMEC/PMA/MT

PORTARIA Nº 018/2018/SEMEC/PMA/MT

DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO ESCOLAR DAS UNIDADES ESCOLARES/CENTROS PERTENCENTES À REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O ANO LETIVO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SRA LINDINALVA DE SOUZA ANDRADE, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI;

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto no Artigo 24, inciso I, da Lei 9.394/96;

Considerando ainda, a necessidade de normatizar o início e término do ano letivo para as unidades escolares/centros de educação da Rede Municipal de Ensino;

RESOLVE:

Art. 1º - Determina que o Calendário Escolar para a Rede Pública Municipal de Ensino deverá ter no mínimo 200 (duzentos) dias letivos e respeitando a carga horária estabelecida nas matrizes curriculares.

Art. 2º - A Secretaria encaminhará para as unidades escolares o modelo de calendário 2019, com datas estabelecidas para adequações às suas especificidades, anexo a esta Portaria.

I – Caberá a Unidade Escolar preencher esse modelo, aprová-lo em Assembleia Geral e encaminhar assinado pelo Diretor e Presidente do CDCE para a Secretaria Municipal de Educação no período de 31/10/18 a 16/11/18.

II – O Diretor da Unidade Escolar deverá observar as datas estabelecidas nesta Portaria e inserir os dados aprovados.

III – O calendário aprovado após Assembleia e não poderá ter mais alterações.

Parágrafo Único. O calendário será validado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, se houver necessidade de alterações, deverá ser observado o Artigo 2º e seus incisos.

Art. 3º - Estabelecer o início do ano letivo/2019 em 11/02/2019 e o término em 20/12/19 nas unidades escolares municipais.

I – Ao término do 1º semestre letivo, ocorrerá no período de recesso escolar/férias, pelo prazo de 15 (quinze) dias, a partir de 17 de julho a 31 de julho de 2019, destinado aos alunos e professores que estejam em regência de turma (sala de aula), articulação de aprendizagem, sala de recurso multifuncional lotados nas unidades escolares.

II - Ao termino do ano letivo, ocorrerá o período de recesso escolar e logo após o período de férias escolares com inicio em **26/12/2019** e termino em **24/01/2020**, pelo prazo de 30 dias.

Parágrafo único – As férias dos demais servidores lotados nas unidades escolares e não contempladas neste artigo serão tratadas em outro momento ou cedidas de forma coletiva no termino do ano letivo de 2019.

Art. 4º - Determinar que após o término das férias escolares, referente ao período 2017/2018, o professor da educação básica, efetivo e/ou estabilizado, retorne as suas atribuições funcionais, na unidade escolar de lotação, para participar do processo de atribuição de classe e/ou aula; planejamento das atividades escolares referente ao ano letivo 2019, formação pedagógica e demais atividades pertinentes.

Parágrafo único: A partir do dia 25/01/2019, as escolas realizarão as atividades relativas à atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho e organização de Semana Pedagógica/2019, conforme cronograma:

I – 02/01/19 a 24/01/19 – Formação de turmas nas escolas da rede municipal;

II - 25/01/19 – retorno das férias escolares 2017/2018 e Inicio do processo de contagem de pontos dos profissionais da educação efetivos estabilizados **as 07h00minh na E.M. Rodolfo Trechaud Curvo, iniciando com uma reunião entre secretário e profissionais da educação.**

III - 28/01/19 – inicio do processo de atribuição/2019 para efetivo;

IV - 29/01/19 – atribuição de classe e/ou aulas para remanescentes, removidos, novos concursados, substituição ou contrato temporário.

V - 30/01 a 01/02 – Organização do espaço físico e planejamento

VI - 04/02/19 a 08/02/19 – realização das atividades da Semana Pedagógica;

VII - 11/02/19 – início do ano letivo;

VIII – 17/07 a 31/07 recesso/férias escolares;

IX – 20/12/19 - término do ano letivo;

X - 26/12/19 a 24/01/2020 – férias escolares 2018/2019;

Art. 5º - Para atender ao calendário letivo/2019, os professores deverão inserir até o prazo máximo de 18/12/19, os dados da vida acadêmica no Diário de Classe, versão eletrônica, possibilitando a Secretaria Escolar realizar o fechamento do respectivo ano letivo, para que o processo de atribuição de classes e/ou aulas não seja comprometido.

Art. 6º - Compete a Secretaria Municipal de Educação e Cultura juntamente com Assessoria Pedagógica, no uso de suas atribuições acompanharem e fazer cumprir o disposto nesta Portaria.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Araputanga – MT, 29 de Outubro de 2018.

LINDINALVA DE SOUZA ANDRADE

Secretária de Municipal de Educação e Cultura

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO ADITIVO Nº. 160/2018

AO CONTRATO N° 219/2017 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PRODUÇÃO VTS INSTITUCIONAIS, COM PRODUÇÃO DE TEXTO, CAPTAÇÃO E EDIÇÃO DE IMAGENS, BEM COMO A INSERÇÃO DOS VTS EM EMISSORA DE TV LOCAL, PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS DESTE MUNICÍPIO; C. DE OLIVEIRA - ME; ADITIVO DE PRAZO E VALOR GLOBAL R$ 60.000,00; VIGENCIA 1º/11/2018 A 31/10/2019.

GABINETE DO PREFEITO
SEXTO ADITIVO Nº. 159/2018

AO CONTRATO N° 197/2017 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO TEMPORÁRIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE DESTE MUNICÍPIO; ALICE MENDES DE SOUZA NEVES LUDKE EIRELI - EPP*;* ADITIVO DE PRAZO E VALOR GLOBAL R$ 35.100,00; VIGENCIA 31/10/2018 A 30/11/2018.

LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ PREGÃO PRESENCIAL Nº 072/2018 RETIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através da comissão permanente de licitação, nomeada pela portaria 9.859/2018, torna público para o conhecimento dos interessados a **RETIFICAÇÃO** do **Pregão Presencial nº 072/2018** que tem como objeto que tem como objeto,futura e eventual aquisição de materiais permanentes, conforme especificações e quantidades estabelecidas nas propostas das emendas parlamentares nº. 13868.636000/1160-04, nº.13868.636000/1170-07, nº.13868.636000/1160-02,nº.13868.636000/1170-06,nº.13868.636000/1160-01,nº.13868.636000/1170-03, º.13868.636000/1170-04 e nº. 1386.636000/1150-01, para atender as necessidades das Secretaria Municipal de Saúde deste Município de Aripuanã.

ONDE SE LÊ NO EDITAL:

3. DA RELAÇÃO DESCRITIVA E QUANTITATIVA.

SEQ	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNIT.
43	695724	DEA - DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMATICO COM 1 ELETRODO, BATERIA COM NO MINIMO DE 200 CHOQUES E TELA DE ECG (APRESENTAR FOLDER/CATALOGO)	UN	02	8. 000,00

LEIA-SE:

SEQ	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNIT.
43	695724	DEA - DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMATICO COM RCP,1 ELETRODO E BATERIA COM NO MINIMO DE 200 CHOQUES E TELA DE ECG (APRESENTAR FOLDER/CATALOGO)	UN	02	8. 000,00

ONDE SE LÊ

SEQ	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNIT.
44	696718	DEA - DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMATICO COM 1 ELETRODO, BATERIA COM NO MINIMO DE 50 CHOQUES (APRESENTAR FOLDER/CATALOGO)	UN	01	6. 000,00

LEI SE

SEQ	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNIT.
44	696718	DEA - DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMATICO COM RCP, 1 ELETRODO E BATERIA COM NO MINIMO DE 50 CHOQUES (APRESENTAR FOLDER/CATALOGO)	UN	01	6. 000,00

A sessão fora designada para o dia 07/11/2018 às 08h00min (oito horas)

Aripuanã-MT, 29 de Outubro de 2018

Daniel Botoni

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
SEXTO ADITIVO Nº. 156/2018

AO CONTRATO N° 193/2017 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO TEMPORÁRIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE DESTE MUNICÍPIO; CLINICA MEDICA ARIPUANA LTDA- ME*;* ADITIVO DE PRAZO E VALOR GLOBAL R$ 31.500,00; VIGENCIA 31/10/2018 A 30/11/2018.

SEGUNDO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2018

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 003/2018

Aos **trinta dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezoito,** o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o n. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE,** representado pelo Prefeito Municipal**, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA** e a empresa **COMÉRCIO DE COMBUSTIVEL KRUPINSKI** inscrita no **CNPJ Nº. 00.449.484/0003-12** com sede na Rua 13 de maio, nº 857 – Bairro Cidade Alta, município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78325-000, Telefone: (066) 3565-2580, representada pelo **Sr. Elias Krefta**, portador do **RG Nº 3.824.753-0 SSP/PR** e **CPF Nº. 513.396.849-34,** resolvem celebrar o presente **termo de Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 002/2017,** observando as disposições contidas no Artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, no art. 5º, VIII do Decreto Federal nº 7.892/2013, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto o Registro de preço para futura e eventual aquisição de combustível do tipo óleo diesel BS-10 no atacado para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura deste município.

1.2. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DAS ALTERAÇÕES

2.1. Em face da negociação empreendida entre as partes, tendo como base o disposto no art. 5º, VIII, do Decreto Federal nº 7.892/2013, o presente termo aditivo altera o valor unitário do item registrado, passando a vigorar com a seguinte redação:

Seq.	Item	Descrição	Un	Valor Reajustado
01	675738	OLEO DIESEL B S-10 NO ATACADO	LITRO	**4,27**

3. DA RATIFICAÇÃO

3.1 Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições da **Ata de Registro de Preços nº 002/2018.**

E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 30 de Outubro de 2018.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

COMÉRCIO DE COMBUSTIVEL KRUPINSKI

CNPJ 00.449.484/0003-12

Elias Krefta

CPF Nº. 513.396.849-34

LICITAÇÃO
AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2018

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria ***9.859/2019***, **comunica que houve RETIFICAÇÃO DO EDITAL no item 8.3.1** , incluindo o subitem **K)** e **L)** do Pregão Presencial 064/2018, que tem como objeto Registro de preço para futura e eventual aquisição de oxigênio medicinal destinado ao Hospital Municipal, Unidade SAMU e Unidades Básicas de Saúde da Família deste Município. ***A sessão fora designada para o dia 29/11/2018 às 08h00min (oito horas),*** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital retificado poderá ser adquirido no site http://www.aripuana.mt.gov.br**,** pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 30 de Outubro de 2018.

Daniel Botoni

Pregoeiro

LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 077/2018

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria 9.859/2018, torna público que estará realizando licitação na Modalidade **Pregão Presencial Sistema Registro de Preço**, regido pela Lei Federalnº. 10.520/2002, os Decretos Federaisnº 7.892/2013, n° 8.250/2014 enº. 8.538/2015, osDecretos Municipais nº 1.392/08 e nº. 3.259/2018 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. **Objeto: Registro de preço para a futura e eventual aquisição de materiais para pintura predial, para atender as necessidades das Secretarias Municipais deste Município de Aripuanã.** Início da Sessão: **Dia 23/11/2018, às 08h00min (oito),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido no sitehttp://www.aripuana.mt.gov.br*, ou* pelo e-maillicitacao@aripuana.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 30 de outubro de 2018.

Daniel Botoni

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
SEXTO ADITIVO Nº. 157/2018

AO CONTRATO N° 194/2017 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO TEMPORÁRIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE DESTE MUNICÍPIO; P W S SOARES - ME; ADITIVO DE PRAZO E VALOR GLOBAL R$ 20.440,00; VIGENCIA 31/10/2018 A 30/11/2018.

LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 078/2018

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria 9.859/2018, torna público que estará realizando licitação na Modalidade **Pregão Presencial Sistema Registro de Preço**, regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, os Decretos Federais nº 7.892/2013, n° 8.250/2014 e nº. 8.538/2015, os Decretos Municipais nº 1.392/08

e nº. 3.259/2018 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. **Objeto: Registro de preço para a futura e eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de pintura predial, para atender as necessidades das Secretarias Municipais deste Município de Aripuanã.** Início da Sessão: **Dia 28/11/2018, às 08h00-min (oito),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido no sitehttp://www.aripuana.mt.gov.br*, ou* pelo e-maillicitacao@aripuana.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 30 de outubro de 2018.

Daniel Botoni

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
SEXTO ADITIVO Nº. 158/2018

AO CONTRATO N° 195/2017 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO TEMPORÁRIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE DESTE MUNICÍPIO; HELDER WAGNER BARROS SARAIVA - ME; ADITIVO DE PRAZO E VALOR GLOBAL R$ *35.080,00*; VIGENCIA 31/10/2018 A 30/11/2018.

LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ PREGÃO PRESENCIAL Nº 072/2018 RETIFICAÇÃO

SEQ	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNIT.
43	695724	DEA - DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMATICO COM 1 ELETRODO, BATERIA COM NO MINIMO DE 200 CHOQUES E TELA DE ECG (APRESENTAR FOLDER/CATALOGO)	UN	02	8. 000,00

LEIA-SE:

SEQ	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNIT.
43	695724	DEA - DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMATICO COM RCP,1 ELETRODO E BATERIA COM NO MINIMO DE 200 CHOQUES E TELA DE ECG (APRESENTAR FOLDER/CATALOGO)	UN	02	8. 000,00

ONDE SE LÊ

SEQ	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNIT.
44	696718	DEA - DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMATICO COM 1 ELETRODO, BATERIA COM NO MINIMO DE 50 CHOQUES (APRESENTAR FOLDER/CATALOGO)	UN	01	6. 000,00

LEIA SE

SEQ	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNIT.
44	696718	DEA - DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMATICO COM RCP, 1 ELETRODO E BATERIA COM NO MINIMO DE 50 CHOQUES (APRESENTAR FOLDER/CATALOGO)	UN	01	6. 000,00

A sessão fora designada para o dia 07/11/2018 às 08h00min (oito horas)

Aripuanã-MT, 29 de Outubro de 2018

Daniel Botoni

Pregoeiro

SEGUNDO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2018

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 024/ 2018

Aos **trinta dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezoito,** o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o n. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE,** representado pelo Prefeito Municipal**, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA** e a empresa **COMÉRCIO DE COMBUSTIVEL KRUPINSKI** inscrita no **CNPJ Nº. 00.449.484/0003-12** com sede na Rua 13 de maio, nº 857 – Bairro Cidade alta, município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78325-000, Telefone: (066) 3565-2580, representada pelo **Sr. Elias Krefta**, portador do **RG Nº 3.824.753-0 SSP/PR** e **CPF Nº. 513.396.849-34,** resolvem celebrar o presente **termo de Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 014/2018,** observando as disposições contidas no Artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, no art. 5º, VIII do Decreto Federal nº 7.892/2013, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto o Registro de preço para futura e eventual aquisição de combustíveis no atacado para atender as necessidades das Unidades Administrativas: Gabinete do Prefeito e das Secretarias Municipais de Administração, Finanças, Governo e Planejamento, Ação Social, Educação e Cultura, Infraestrutura, Saúde, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, Turismo, Indústria, Comércio deste Município.

1.2. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DAS ALTERAÇÕES

2.1. Em face da negociação empreendida entre as partes, tendo como base o disposto no art. 5º, VIII, do Decreto Federal nº 7.892/2013, o presente termo aditivo altera o valor unitário do item registrado, passando a vigorar com a seguinte redação:

Seq.	Item	Descrição	Un	Valor Reajustado
01	675738	ÓLEO DIESEL B S-10 NO ATACADO	LITRO	**4,27**

3. DA RATIFICAÇÃO

3.1 Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições da **Ata de Registro de Preços nº 014/2018.**

E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 30 de Outubro de 2018.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

COMÉRCIO DE COMBUSTIVEL KRUPINSKI

CNPJ 00.449.484/0003-12

Elias Krefta

CPF Nº. 513.396.849-34

GABINETE DO PREFEITO
QUINTO ADITIVO Nº. 161/2018

AO CONTRATO Nº 195/2016 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NESTE MUNICÍPIO, SENDO PAVIMENTAÇÃO EM TSD, MEIO FIO, SARJETA, DRENAGEM PROFUNDA, SINALIZAÇÃO VIÁRIA, CONTEMPLANDO AS RUAS: RUA CEREJEIRAS, TRAVESSA AMAPÁ, RUA RIO GRANDE DO SUL, AVENIDA JOÃO PAULO II, RUA MISSIONÁRIO DANIEL BERG, RIO GRANDE DO NORTE E AVENIDA JOSE MARELLO REFERENTE O CONVENIO Nº 816317/2015/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, CONTRATO DE REPASSE Nº1022763-93/2015; *MC TERRAPLANAGEM, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME;* ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA E EXECUÇÃO 31/10/2018 A 28/02/2019.

1° TERMO ADITIVO DE VINCULAÇÃO N° 017/2013

Associação Mato-grossense dos Municípios
www.amm.org.br | ammpresidencia@gmail.com

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO TERMO DE VINCULAÇÃO Nº 017/2013 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS Nº 078/2012 ORIUNDO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2012.

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Carajás, n°522, Bairro Centro, Barra do Garças/MT, inscrito no CNPJ sob o nº 03.439.239/0001-50, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr**. Roberto Angelo de Farias**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 480669 SSP/MT e CPF nº 460.924.041-68 , residente e domiciliado na Rua Pires de Campos,Nº 246, Centro, Barra do Garças/MT e o seu Regime Próprio de Previdência Social denominado legalmente **FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE BARRA DO GARÇAS – BARRA-PREVI**, com natureza jurídica de Fundo Contábil, devidamente inscrito no CNPJ n° 14.332.400/0001-09 situado na Rua Carajás, n°515, Bairro Centro, Barra do Garças/MT, representado neste ato pela **Sra. Patrícia Parreira Saraiva**, brasileira, portadora do CPF nº 522.064.831-49 e do RG nº 2237618 SSP/GO, Secretária Municipal de Administração, residente e domiciliada em Barra do Garças/MT, doravante denominado CONTRATANTE, e **a ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.234.260/0001-21, sediada na Avenida Rubens de Mendonça, 3.920, no Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT, neste ato representada por seu Presidente Neurilan Fraga, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 0042840-0 SSP/MT, CPF nº 063.907.691-34, residente e domiciliado na Avenida Valentin Peron, nº 66, Bairro Centro, CEP: 70.430-000, Nortelândia/MT, doravante denominada AMM E **COORDENADOR DO PROGRAMA AMM-PREVI**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Termo de Vinculação nº 013/2013 ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Técnicos nº 078/2012, observadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e legislação correlata, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência de que trata a Cláusula Terceira do Termo de Vinculação nº 017/2013, nos termos do § 4º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA
O prazo de vigência de que trata a Cláusula Terceira do Termo de Vinculação nº 017/2013 fica prorrogado para 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO
Na execução do presente termo aditivo observar-se-á o preço previsto na cláusula terceira do contrato nº 078/2012 com a alteração prevista na cláusula segunda do segundo termo aditivo firmado em 11 de dezembro de 2017, publicado no jornal oficial eletrônico dos municípios de Mato Grosso do dia 13 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições contidas no Instrumento original do Termo de Vinculação nº 017/2013.

CLÁUSULA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO
Incumbirá aos CONTRATANTES à publicação do extrato deste Termo Aditivo na imprensa oficial, conforme dispõe o parágrafo único do art. 61 da Lei n° 8. 666/93

CLÁUSULA SEXTA: DO FORO
O foro do presente Termo Aditivo será o da Comarca dos CONTRATANTES, excluído qualquer outro.

E, por estarem de acordo, foi o presente Termo Aditivo lavrado em três vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Cuiabá/MT, 17 de setembro de 2018.

ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS MUNICÍPIOS
Neurilan Fraga – Presidente

MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS
Roberto Angelo de Farias - Prefeito Municipal
Contratante

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE BARRA DO GARÇAS – BARRA-PREVI
Patrícia Parreira Saraiva – Secretária Municipal de Administração
Contratante

Testemunhas:

1. Renato Ferreira de Santana Lara
R.G. n.º 0742716-6 SSP/MT
C.P.F. n.º 569.651.251-87

2. Débora Simone Santos Rocha Faria
C.P.F. n.º 442.328.611-49
OAB: 4198

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº.610 DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

"Dispõe sobre a Nomeação dos candidatos aprovados no Concurso Público de Provas e Títulos da Prefeitura Municipal de Cáceres, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e:

CONSIDERANDO o que consta nos Processos submetido ao Protocolo Geral sob nº. 41709 de 03 de outubro de 2018.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear os candidatos abaixo relacionados**,** aprovado no Concurso Público de Provas e Títulos da Prefeitura Municipal de Cáceres, homologado pelo Decreto nº 447/2017, de 30 de agosto de 2017, para exercer sua função na **Secretaria Municipal de Educação,** no Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA COM DOCÊNCIA: 30 HORAS

LOCAL DE TRABALHO: ESCOLAS NA ZONA URBANA

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
151º(classificado)	TAYANI ARAUJO DOS SANTOS
152º(classificado)	LETICIA DO CARMO DUARTE
153º(classificado)	TATIANE SOUZA ARAUJO
154º(classificado)	ELIANE SANTANA DA SILVA
155º(classificado)	FERNANDA BENEDITA GARCIA DE MORAES
156º(classificado)	TEREZINHA MARIA BASSANI
157º(classificado)	CLEMILDA PAULA DA SILVA GONÇALVES
158º(classificado)	ROSEANE ROSA DE ARRUDA
159º(classificado)	ELIANE CRISTINA OLIVEIRA PINHEIRO
160º(classificado)	FABIANA RULIM DA SILVA LACORTT
161º(classificado)	MÔNICA CRISTINA DE MATOS
162º(classificado)	ELIANE ALVES DA CUNHA ABDEL AZIZ
163º(classificado)	ANA MARIA LUZ DO CARMO
164º(classificado)	ADRIANA BARBOSA LEITE
165º(classificado)	MARIA CRISTINA PINHEIRO DA SILVA
166º(classificado)	ANDERCELIA FATIMA RIBEIRO
167º(classificado)	ELAINE GAIVA LEAL
168º(classificado)	RAFAELA SANTOS COELHO
169º(classificado)	WILMA SEBASTIANA RODRIGUES SOUZA
170º(classificado)	ANA PAULA DOS REIS DE SOUZA
171º(classificado)	EVERALDO MENDES RODRIGUES
172º(classificado)	MARIA GISLAINE DE SANTANA
173º(classificado)	LEYRIANE APARECIDA NASCIMENTO PETRONILHO
174º(classificado)	SHEYLA SOCORRO OLIVEIRA CARNEIRO
175º(classificado)	ALCIENE BARBOSA DA CRUZ
176º(classificado)	ANA PAULA DA SILVA RIBEIRO
177º(classificado)	ELIARA SOUSA DIAS
178º(classificado)	VILMA ALVES ANTUNES
179º(classificado)	CÉLIA DE SOUZA FERREIRA
180º(classificado)	MARCIA APARECIDA DE BARROS DA CRUZ
181º(classificado)	MARIA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA
182º(classificado)	WALKÍRIA PAULINA DA SILVA
183º(classificado)	ROSANE PACHECO DE MORAES BRITO
184º(classificado)	MARIA APARECIDA DA SILVA

LOCAL DE TRABALHO: ZONA RURAL - ESCOLA MUNICIPAL SANTO ANTONIO DO CARAMUJO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
13º(classificado)	MARILZA HILÁRIO MARTINS
14º(classificado)	SONIA DOS REIS CARVALHO
15º(classificado)	GLEICE MARANGUELI DA SILVA

LOCAL DE TRABALHO: ZONA RURAL – ESCOLAS DO CAMPO: NUCLEO SADIA

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
8°(classificado)	EUNICE DE ALBUQUERQUE SILVA

Art. 2º Os documentos exigidos contidos no anexo I, devem ser apresentados na Coordenação de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Ato de Nomeação.

Art. 3º O candidato nomeado que não apresentar os documentos necessários à posse ou deixar de apresentar no prazo pré-estabelecido será considerado desistente, implicando automaticamente na sua desclassificação, com perda dos direitos decorrentes.

Art. 4º O candidato investido no cargo público municipal, submeter-se-á ao regime jurídico vinculado ao Estatuto do Servidor Público Municipal – Lei Complementar nº 25, de 27.11.97 e ao Regime de Seguridade Social do Município através do PREVI-CÁCERES - Lei Complementar nº 62, de 12 de dezembro de 2005.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de outubro de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 29.10.18

ANEXO I

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS

1	Cópia dos Documentos: RG e CPF
2	Cópia da Certidão de Casamento ou Nascimento
3	Cópia do Título de Eleitor
4	Documentos que comprovem estar quites com obrigações eleitorais
5	Cópia de Certificado de Reservista (masculino)
6	Cópia da Carteira de Trabalho (páginas onde constam, número e série da CTPS, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho: último registro de contrato e a próxima página em branco)
7	Cópia CNH (Em caso de cargo especifico verificar a categoria exigida)
8	Cópia de Cadastro no PIS/PASEP
9	Cópia do Diploma / Comprovante de Escolaridade
10	Cópia da Carteira do Conselho de Classe MT, quando se tratar de profissão regulamentada incluindo comprovante de quitação de anuidade
11	Número CPF Pai, Mãe, Cônjuge, Filhos e/ou Dependentes
12	Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos
13	Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de cinco
14	Cartão Vacina Adulto (especifico para trabalhos na área de saúde)
15	Comprovante de Residência à data da contração em nome do admitido (admite-se a contratação temporária para ACS até decisão final da ADI 2135, em tramitação no STF, conforme Resolução de Consulta nº 20/2008 TCE/MT)
16	Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público, assinado pelo servidor, com firma reconhecida.
17	Atestados Médicos Admissional, indicando se o candidato está apto ou não para o exercício das atribuições próprias do cargo
18	Certidão negativa dos últimos 5 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais
19	Declaração de Bens/ Imposto de Renda, com firma reconhecida.
20	Certidão Negativa de Débitos Junto ao Município de Cáceres (Original)
21	Telefone e E-mail.

ITEM	DOCUMENTOS PESSOAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 491 DE 26 DE OUTUBRO DE 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 44570 de 24 de outubro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, como responsável pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo:

Titular: GEOVANI DE ASSIS FERREIRA DE MORAES – respondendo pela Sede Adm. da Saúde

Suplente: MARIA LUCIA DA SILVA PEREZ – respondendo pelo Centro Referencial de Saúde – Postão.

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
014/2018	VISUAL SISTEMAS ELETRONICOS LTDA	Aquisição de Painel Eletrônico integrado para monitoramento online da circulação de cidadãos para atender as necessidades das unidades, conforme condições, quantidades e exigências mínimas estabelecidas neste contrato.	07.02.18	12 meses

§ 1º Os servidores acima designados devem acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Saúde e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência dos servidores responsável pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando a Portaria nº 108 de 14 de março de 2018.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 26 de outubro de 2018.

ANTÔNIO CARLOS DE JESUS MENDES

Secretário Municipal Interino de Saúde

Afixado em: 26.10.18.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 490 DE 26 DE OUTUBRO DE 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 44568, de 24 de outubro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **LEONARDO CARVALHO DA SILVA,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, como responsável para fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo.

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
209/2018	LUIS ERNESTO GOMEZ CARRASCO - ME	Constitui o objeto do presente Contrato Administrativo a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de limpeza, conservação, higienização e lavagem de veículos visando atender todas as Secretarias do Município de Cáceres – MT.	15/10/2018	12 Meses

§ 1º O servidor acima designado deverá acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Saúde e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pela fiscalização, deverá ser repassado ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 26 de outubro de 2018.

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Secretário Municipal Interino de Saúde

Afixado em: 26.10.18.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 108-112/2018 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2018

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 108-112/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2018 REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretaria Municipal de Educação e Saúde

Para atendimento do disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, a Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Administração torna públicos os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como, as respectivas empresas detentoras, conforme segue:

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de Equipamentos e Materiais Laboratoriais visando melhorar o atendimento à população no que diz respeito ao auxilio diagnóstico, bem como atender a demanda reprimida de exames do Município de Cáceres.

Empresa Vencedora:

SALVI E LOPES E CIA LTDA - CNPJ: 82.478.140/00014-34, Valor Total de R$ 1.086,19 (um mil e oitenta e seis reais e dezenove centavos);

Item	Descrição	qnt	UNI.	marca	valor unitario	valor total
01	AGITADOR TIPO KLINE	01	UN.	LABOR	739,99	739,99
29	SUPORTE PARA PIPETA WESTERGREEN	02	UN.	J-PROLAB	173,10	346,20

ORTONUTRE COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ: 11.541.499/0001-60, Valor Total de R$ 42.088,27 (quarenta e dois mil e oitenta e oito reais e vinte e sete centavos);

Item	Descrição	qnt	UNI.	marca	valor unitario	valor total
05	BANHO MARIA SOROLOGICO DIGITAL CAPACIDADE 7 LITROS OU 100 TUBOS FAIXA TEMP +30+60°C	03	UN	SOLIDSTEEL MOD. SSD-10L	R$ 1. 353,90	R$ 4. 061,70
07	DESTILADOR DE ÁGUA TIPO PILSEN	01	UN	SOLIDSTEEL MOD. SSD-5L	R$ 1. 567,12	R$1. 567,12
10	TERMOHIGRÔMETRO DIGITAL TEMPERATURA INTERNA -50+70°C TEMPERATURA EXTERNA -10+70°C	30	UN	INCOTERM MOD. 7664.01.0.00	R$ 81,80	R$ 2. 454,00
11	ESTUFA DIGITAL PARA CULTURA BACTERIOLÓGICA COM TIMER.	1	UN	Marca: SOLIDSTEEL Modelo: SSB-110L	R$ 3. 215,00	R$ 3. 215,00
12	ESTUFA DIGITAL DE ESTERILIZAÇÃO E SECAGEM DIVERSAS CAPACIDADE	01	UN	Marca: SOLIDSTEEL Modelo: SSD-110L	R$ 2. 665,49	R$ 2. 665,49
14	LAVADOR AUTOMÁTICO DE PIPETAS	01	UN	Marca: WEA Modelo: 2450	R$ 432,76	R$432,76
15	MICROPIPETAS MONOCAL VOLUME FIXO Volume de aspiração 5 µL, inexatidão de ± 2,0% e imprecisão de igual ou menor à 0,80%.	03	UN	Marca: MDI Modelo: FIB-0050	R$130,75	R$ 392,25
16	MICROPIPETAS MONOCAL VOLUME FIXO Volume de aspiração 10 µL, inexatidão de ± 1,0% e imprecisão de igual ou menor à 0,50%.	05	UN	Marca: MDI Modelo: FIB-0060	R$ 129,65	R$648,25
17	MICROPIPETAS MONOCAL VOLUME FIXO Volume de aspiração 20 µL, inexatidão de ± 1,0% e imprecisão de igual ou menor à 0,30%.	05	UN	Marca: MDI Modelo: FIB-0070	R$ 126,15	R$630,75
18	MICROPIPETAS MONOCAL VOLUME FIXO Volume de aspiração 25 µL, inexatidão de ± 1,0% e imprecisão de igual ou menor à 0,30%.	05	UN	Marca: MDI Modelo: FIB-0080	R$110,17	R$550,85
19	MICROPIPETAS MONOCAL VOLUME FIXO Volume de aspiração 50 µL, inexatidão de ± 0,8% e imprecisão de igual ou menor à 0,30%.	05	UN	Marca: MDI Modelo: FIB-0090	R$ 84,96	R$ 424,80
23	MICROPIPETAS MONOCAL VOLUME FIXO Volume de aspiração 500 µL, inexatidão de ± 0,8% e imprecisão de igual ou menor à 0,20%.	05	UN	Marca: MDI Modelo: FIB-0150	R$ 123,16	R$615,80
26	CONTADOR DIFERENCIAL DE CÉLULAS CONTAGEM DE ERITROBLASTOS, VALORES ABSOLUTOS E ÍNDICES HEMATIMÉTRICOS	02	UN	Marca: KACIL Modelo: CCS-02	R$ 513,00	R$ 1. 026,00
28	HOMOGENEIZADOR DE SANGUE E AMOSTRAS HORIZONTAL PARA 30 TUBOS OU 28 FRASCOS	02	UN	Marca: BENFER Modelo: 30 TUBOS	R$ 998,00	R$ 1. 996,00
30	ANALISADOR DE ELETRÓLITOS	01	UN	Marca: DRAKE Modelo: ISE-LAB	R$18. 400,00	R$ 18. 400,00
35	TERMÔMETRO DE MÁXIMA E MÍNIMA FAIXA DE MEDIÇÃO -10°C A 50°C	30	UN	Marca: INCOTERM Modelo: 7427.02.0.00	R$ 100,25	R$ 3. 007,50

EQUIPOS COMERCIAL LTDA – CNPJ: 11.674.540/0001-77, Valor Total de R$ 25.005,00 (vinte e cinco mil e cinco reais);

Item	Descrição	qnt	UNI.	marca	valor unitario	valor total
08	MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR	03	UN	Marca: PHYSIS Modelo: EXP	R$ 4753,00	R$ 14.259,00
34	CADEIRA PARA COLETA DE SANGUE	18	UN	Marca: RN	R$ 597,00	R$ 10.746,00

V.P SILVA BRINQUEDOS – ME – CNPJ: 18.448.863/0001-91, Valor Total de R$ 2.169,90 (dois mil e cento e sessenta e nove reais e noventa centavos);

Item	Descrição	qnt	UNI.	marca	valor unitario	valor total
09	BICO DE BUNSEN SEM REGISTRO DE GÁS	01	UN	Marca: RICILAB Modelo: RICILAB	R$ 30,40	R$ 30,40
20	MICROPIPETAS MONOCAL VOLUME FIXO - Volume de aspiração 100 µL, inexatidão de ± 0,8% e imprecisão de igual ou menor à 0,25%.	05	UN	Marca: KASVI Modelo: K1-100F	R$ 111,50	R$ 557,50
21	MICROPIPETAS MONOCAL VOLUME FIXO - Volume de aspiração 200 µL, inexatidão de ± 0,8% e imprecisão de igual ou menor à 0,15%.	05	UN	Marca: KASVI Modelo: K1-200F	R$133,00	R$ 665,00
22	MICROPIPETAS MONOCAL VOLUME FIXO - Volume de aspiração 250 µL, inexatidão de ± 0,8% e imprecisão de igual ou menor à 0,20%.	05	UN	Marca: LABORIMPORT Modelo: 250	R$ 183,40	R$ 917,00

EASY SOLUÇÕES DIAGNOSTICAS LTDA ME – CNPJ: 19.993.061/0001-25, Valor Total de R$ 97.608,22 (noventa e sete mil e seiscentos e oito reais e vinte e dois centavos)

Item	Descrição	qnt	UNI.	marca	valor unitario	valor total
25	CONTADOR AUTOMÁTICO PARA HEMATOLOGIA	01	UN	Marca: NIHON KOHDEN Modelo: MK 7300	R$97.608,22	R$97.608,22

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Secretário Municipal de Saúde

CONTRATADA:

SALVI E LOPES E CIA LTDA - CNPJ: 82.478.140/00014-34

ORTONUTRE COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ: 11.541.499/0001-60

EQUIPOS COMERCIAL LTDA – CNPJ: 11.674.540/0001-77

V.P SILVA BRINQUEDOS – ME – CNPJ: 18.448.863/0001-91

EASY SOLUÇÕES DIAGNOSTICAS LTDA ME – CNPJ: 19.993.061/0001-25

Prefeitura Municipal de Cáceres, 30 de outubro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

AVISO DE EDITAL PP RP 132/2018

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 132/2018

ABERTURA: 13 de novembro de 2018.

CREDENCIAMENTO: a partir das 08h00min.

INÍCIO DA SESSÃO: 13 de novembro às 08h15min.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de marmitas no limite urbano do Município, para atender as Secretarias Municipais.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108 / 3382 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 30 de outubro de 2018**.**

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 529, DE 30 DE OUTUBRO 2018

EXONERA O SERVIDOR ELTON FÁBIO SUARES DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE GABINETE, VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 531 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

DESIGNA O SERVIDOR LUCAS KOLLING PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 62/2018.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 532 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

DESIGNA A SERVIDORA MARIANE COSTA MOREIRA COMO AGENTE FISCALIZADOR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 01/2017.

AVISO DE RESULTADO PP 116/2018

AVISO DE RESULTADO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS,** através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL 116/2018**, destinada à**REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais de decoração natalina (imagens para presépio em tamanho natural) para atender as necessidades do município,** nenhuma empresa compareceu para participar do certame, ficando então **DESERTA**.

Campo Novo do Parecis - MT, 30 de outubro de 2018.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL 002/2018
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 018/2018

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item IX da Constituição Federal, e o disposto na Lei Municipal nº. 1. 544, de 19 de dezembro de 2012, que reestrutura o Regime Jurídico Administrativo de contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público e Edital de Processo Seletivo Simplificado Emergencial nº 002/2018.

CONSIDERANDO: o Memorando nº 1338 datado de 30 de outubro de 2018, proveniente da Secretaria Municipal de Educação.

C O N V O C A

O abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Emergencial, deverá comparecer no prazo de **03 (três) dias úteis,** a contar da data da publicação do Edital de Convocação na imprensa oficial, na Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura, no horário de 7h as 11h e de 13h as 15h, para assumir suas funções, na conformidade da Lei, munido dos documentos constantes no Edital de Processo Seletivo Simplificado Emergencial n° 002/2018.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cargo: *PROFESSOR –PEDAGOGIA 30 HORAS*

	CANDIDATO
24º	HÉLIA ROCHA DE SOUZA
25º	MARLEIDE ARAUJO DE BRITO

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

Campo Novo do Parecis, aos 30 dias do mês de outubro de 2018.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

CPF nº 929.162.010-68

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 530, DE 30 DE OUTUBRO 2018.

NOMEIA O SR. DENIWER HENRIQUE DE ARRUDA DEBALHO PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE AÇÕES ARTÍSTICO CULTURAL, VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 533 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

DESIGNA A SERVIDORA MARIANE COSTA MOREIRA COMO AGENTE FISCALIZADOR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE BEM IMÓVEL N° 89/2017.

AVISO DE RESULTADO PP 117/2018

AVISO DE RESULTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO PRESENCIAL 117/2018, destinado à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição

de tendas sanfonadas com balcão e fechamentos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, teve como vencedora a empresa: AVELINA MUNDIM CUNHA -ME, com o valor total de R$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais).

Campo Novo do Parecis - MT, 30 de outubro de 2018.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 534 DE 30 OUTUBRO DE 2018

DESIGNA A SERVIDORA MARIANE COSTA MOREIRA COMO AGENTE FISCALIZADOR/GESTOR DA EXECUÇÃO DO TERMO DE FOMENTO N° 03/2018.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 535 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

DESIGNA A SERVIDORA MARIANE COSTA MOREIRA COMO AGENTE FISCALIZADOR/GESTOR DA EXECUÇÃO DO TERMO DE FOMENTO N° 12/2018.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 536 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

DESIGNA A SERVIDORA MARIANE COSTA MOREIRA COMO AGENTE FISCALIZADOR/GESTOR DA EXECUÇÃO DO TERMO DE FOMENTO N° 13/2018.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2018 HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2018

Art. 1º - A Presidente da Comissão Especial de Processo Seletivo de Campo Novo do Parecis - MT, no uso de suas atribuições legais, **HOMOLOGA**as inscrições, conforme ANEXO I, referente ao Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital Nº005/2018.

Art. 2º - O candidato que não tiver sua inscrição homologada ou indeferida deverá interpor recurso, conforme disposto no item 13. do Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 005/2018, anexando o comprovante de pagamento e/ou justificativas/fundamentos para que tenha sua inscrição homologada. **O candidato que não interpor recurso em tempo hábil perderá o direito de realizar a prova.**

Art. 3º - Informamos aos candidatos homologados que a **prova escrita objetiva** será aplicada no dia **18 de novembro de 2018**, com início às **08h00min (horário local)**, na **Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida**, sito à Avenida Mato Grosso, Nº 1502 – Centro, em Campo Novo do Parecis - MT.

Art. 4º - O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de **UM DOS SEGUINTES DOCUMENTOS NO ORIGINAL:**

I - Cédula de Identidade - RG;

II - Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;

III - Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Certificado Militar;

V - Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);

VI - Passaporte.

Parágrafo único. Não será permitida a entrada de candidatos no local de prova após o horário de início.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Campo Novo do Parecis - MT, 30 de outubro de 2018.

MARGA CESCA

Presidente da Comissão Especial de Processo Seletivo

Simplificado n° 005/2018

Portaria 402/2018

ANEXO I

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME	DOCUMENTO
333380	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ADA FERNANDA DA COSTA MELO	19100060
339251	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ADIELLE LINS DE LIMA	3314857
338984	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ADRIANA DA SILVA OLIVEIRA	33118515
339016	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ADRIANA DOS SANTOS	6320886
333050	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ADRIANA FERNANDES DE SA CORDEIRO	16205545
339030	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	AEWELIS NADJA DA SILVA	14487853
333266	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ALAINE DE CARVALHO GOMES	1026607
335652	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ALAIS LINS DOS SANTOS	34779507
335277	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ALCIONE SILVA DO NASCIMENTO	20762658
339956	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ALERRANNY DE LIMA CHAVES	26718405
333584	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ALEXANDRA MELO COSTA	2034778
334493	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ALINE DA SILVA SANTOS	24014567
334064	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ALINE GONÇALVES DE ALMEIDA	20615760
339369	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ALINE OLIVEIRA DO NASCIMENTO	26200538
335630	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ALISON PEREIRA LIMA	21689318
340169	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ALLINE JULLIANE DA SILVA SANTOS	36876500
336212	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ALVINA SILVA DOS SANTOS	2019983
333995	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	AMANDA KARINA GEHRING	22713999
339498	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANA CARLA RODRIGUES DE SOUZA LIMA	14773155
333302	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANA FLAVIA CAMPOS ALVES	21308233
338792	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANA KAROLINA MINUSSI NOGUEIRA	19375000
333336	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANA LUCIA GABRIEL DE JESUS	15419282
333327	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANA LUIZA OLIVEIRA DE MACEDO	27201015
334088	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANA MARIA DA GAMA PRIETO	12781649
338366	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANA MARIA DOS SANTOS	35832398
333788	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANA PAULA ALVES	20278179
333917	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANA PAULA APARECIDA SOUZA SILVA	29091497
333610	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANA PAULA ARAUJO SARABIA	14529939
338038	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANA PAULA DA SILVA VITORIA	18967302
333702	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANA PAULA RONDON MENDES	22987215
333829	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANDERSON MONTEIRO DA SILVA	22174109
333411	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANDREIA ENGSTER CALGARO	18193528
338231	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANDREZA AMARAL RODRIGUES	2324077

333359	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANDRYELLE FERNANDA SERRA SANTOS	34717820
333227	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANGELA CRISTINA DA COSTA	6353942129
333184	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANIELLE LOPES DOS SANTOS	35137617
333163	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANNE CAROLINE SOARES SILVA	519550220142
336785	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ANTHONIO RAMON ALVES SANTOS LESSA	36564664
333674	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	APARECIDA DA GAMA MACIEL	25037960
339803	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ÁQUILA PRISCILA DA SILVA SOUSA	594833711
333058	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ARIANA ALVES DE OLIVEIRA	16078420
339432	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ARIANE STEPHANE LINS DE LIMA	2002004015627
339694	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ARLETE DE CASSIA COSTA DOS SANTOS OLCZEWSKI	16048539
334625	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	AVAIR DE OLIVEIRA FAVALESSA	10148264
333992	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	BARBARA GABRIELLI DE SOUZA COSTA	27023540
333656	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	BIANCA CONSOLARI OLIVEIRA	23598310
333613	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	BRUNA AMANDA FLORENCIO CUNHA	28305094
335005	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	BRUNA DA SILVA SANTOS	22280634
333496	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	BRUNA MENDES FERREIRA	22008128
333455	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	BRUNA WOODYMILA SIQUEIRA LOPES	1398206
339466	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	BRUNO MIGUEL CASTRO	27425932
334065	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CACIA CRISTIANE SIMAO	1457810
335060	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CACILDA APOLINÁRIO	14147661
336530	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CAMILA DA SILVA FONSECA RODRIGUES	16779606
338250	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CAMILA PEREIRA RODRIGUES	26515474
333600	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CAMILLA RAFAELA SANTOS DA SILVA SAUER	19199023
339545	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CAMYLLA DA SILVA MOREIRA	311286920064
338889	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CAROLINA FERREIRA DA SILVA	23839392
334087	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CAROLINE FARIAS GARCIA	21032505
338878	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CELESTE DE JESUS ROCHA LIMA	2688846
339952	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CÉLIA REGINA BEDNARCZUK	62832096
339430	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CELIA SOARES LAUERSDORS	12820105
333548	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CICERA MARIA DA SILVA BEZERRA MARQUES	2020159
333478	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CILEIA ROBERTO DOS SANTOS	1273675
334614	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CLARICE SCHNEIDER CORREA	7412800
333700	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CLEA RODRIGUES DA SILVA	14332345
337418	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CLEDI MARIA DORNELES	1009553
333215	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CLEIDIVÂNIA DE ALMEIDA SOUZA DE OLIVEIRA	1125801069
340184	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CLEONICE BARBOSA VILASBOAS BOTH	8289476
335133	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CLEUSA DE OLIVEIRA DE SOUZA	2143169
339521	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CLEVERSON FELIPE DE ZORZI CAMBRUSSI	18855687
333534	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CLICIA BELO DOS SANTOS	1630533670
335708	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CONSUELO LIMA DA SILVA DUARTE	15013871
333659	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CREUZA FRANCISCA DOS SANTOS	13875272
339947	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CRISTIANE ALMEIDA DO NASCIMENTO	29748895
340079	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CRISTIANE BARBOSA DOS SANTOS	15578291
333921	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CRISTIANE DA SILVA TAVARES	1701641
333959	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	CRISTIANE DE ALMEIDA ALVES	19845561
333551	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	DAIANE DE OLIVEIRA FARIAS DE FREITAS	9100269051
338817	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	DAIANY SIQUEIRA CARVALHO SANTOS	19127952
333209	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	DALVA APARECIDA VIEIRA DOS SANTOS	6511910
333813	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	DANIELE BEZERRA CORREIA	2052266
333061	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	DANIELLE SILVA TOMAZ	470690112
333434	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	DARLAINE FRANCISCA DAS DORES MACEDO	24264768
333627	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	DAYANE LUIZA ROCHA	24651699
333494	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	DEBORA CRISTINA COSTA CARVALHO LIRA	26684926
333776	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	DEBORAH CRISTINA BARBOSA	24357510
333786	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	DEIZIANY DA SILVA GONDIM	804383
333352	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	DHEILYS FERNANDES CAMPOS DAVI	24679348
333617	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	DIVA SILVA MELO	18845819
340217	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	DJENIFFER POLLIANA GODINHO DO CARMO	21941670
333536	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	DJENNIFFER MARLENE GOLLO DA SILVA	23240245
339982	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	EDILEUDA CARDOSO DE ARAUJO	97028049422
337466	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	EDINALVA RITA DA SILVA	10509585
333885	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	EDNALVA HENRIQUE DOS SANTOS	13254847
333052	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	EDUARDA DOS SANTOS FERRAZ	25698087
333638	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ELAINE DE OLIVEIRA CUSTÓDIO	1059000
333386	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ELAINE PINHEIRO NUNES DA SILVA	717130
333143	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ELAINE SABINO MEDINA	21521310
333923	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ELENIR MARTINS KOTTWITZ	4031281902
336092	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ELIANE ALVES FARIAS	14141248
333746	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ELIANE COSMO DA SILVA LEITE	15668231
333949	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ELIANE NOGUEIRA RAMOS	13628127
335117	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ELIANE PANTALEÃO DE ALMEIDA	20278446
333055	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ELISABETE VICENTE DE OLIVEIRA	31146821
333503	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ELISANDRA KEIT DIAS	287093426
338896	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ELISANGELA EMILIA SANTOS DE ALMEIDA	16512790
333189	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ELISANGELA MARIA DE PAIVA	14180090
333585	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ELIZABETH LOPES	1934135
339726	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ELIZAETE MAIA REIS SILVA	29478472

333867	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ELIZANGELA VITALINA NASCIMENTO DOS SANTOS	19437250
333606	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ELIZETE PEREIRA DE ARAUJO	11334100
333418	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ELIZEU UREL	683547
333919	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ELLEN GEYSE TELES DOMINGOS	27269094
333878	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ELZI LAURINDO GOMES	604640
339373	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	EMANUELE DA SILVA SCHIAVO	25419820
333664	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ERIKA SANTOS DE OLIVEIRA	427963120114
333127	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	EUEBERLIS SANTIAGO DA SILVA	15679454
333987	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	EVELYN SOARES DE OLIVEIRA	26986876
333185	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	EVILYN KETLYN VIEIRA	27905250
339275	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	FABIANE DOS ANJOS GOMES	15517624
333166	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	FABIANE VIEIRA DE SANTANA	18467156
333981	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	FABRICIA OLIVEIRA DE ALMEIDA BRITO	1520781938
333063	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	FERNANDA JHENIFER KEIT DE PAULA DIAS SILVA	19991967
335558	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	FERNANDA REGINA SARAIVA DE ALVARENGA	21582890
333155	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	FRANCIELE AZEVEVEDO DOS SANTOS	26547490
336453	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	FRANCIELI APARECIDA FERREIRA	18534384
333294	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	FRANCINETE OTAVIANO DA SILVA	354793962
333309	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	FRANCISCA IVONETE ALVES	13118595
333152	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	FRANCISCA MARIA SOARES	21688770
335462	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	FRANCISCO MICAEL DO NASCIMENTO SOARES	19632657
333870	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	GABRIELA DOS SANTOS CARDOSO	21536228
333450	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	GEAN DE ALMEIDA	23018356
335711	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	GEANE FERNANDES	21393257
338226	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	GEOVANE PEREIRA DA SILVA	29597579
335007	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	GÉSSICA DE AMEIDA SANTOS	1615389750
333557	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	GLAUCIA VICENTE BELCHIOR	20662041
333124	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	GLEZIANE MORAIS	82971483
333930	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	GRACIELE MORAIS DA SILVA	2117710
340326	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	GREYCIELLE THAIS CARDOSO DE ALMEIDA	21359
333436	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	HELLEN MAGALHAES RODRIGUES	26951649
333727	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	HELLEN TATIANE RIBEIRO DE MENESES	2138533
339627	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	HELOISE DA SILVA SOUZA	15980545
335606	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	IDELMA SILVA DE SOUZA NOGUEIRA	600666
334075	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	INES TERESINHA DA SILVA	464384
333560	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ÍNGRETI LAIVER DA SILVA NAVES	3840831105
338729	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ISABELA MAYRA DE JESUS	26387676
333225	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ISLE ELY OLIVEIRA SILVA	6226628

333481	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	IVANILDA DE SOUZA LIMA	418398
333648	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	IVANO VITÓRIA DE OLIVEIRA	16926706
333499	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	IZAQUE GUIMARÃES LEMES SARAIVA	10342788
336546	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JACSON PASTOR GOMES	21411514
333154	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JAISLANE SANTOS	35405635
338224	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JALBERTA MARIA DA SILVA	14331527
333324	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JANAÍ ARAÚJO DA SILVA	19429410
333360	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JANAINA ANA RODRIGUES	2920356
333259	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JANAIR APARECIDA DA SILVA	17139945
340298	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JANDIRA DE MATOS RANGEL	744937
334079	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JANIA MARIA CAR CARDOSO	2461851
333912	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JANICE MARIA RUPOLO IAPP	72263669
339282	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JAQUELINE WALKER KELLER	5134570621
338928	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JAYNE DA SILVA CATTO	503812961
333213	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JEANNE DARC DE CARVALHO LIRA	28744470
333945	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JEDISSA SILVA OLIVEIRA	23211121
338897	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JEFERSON PIRES DA SILVA	43480
333467	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JESIANE PEREIRA DA COSTA	1192643
333252	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JÉSSICA BARBOSA RIBEIRO	21206651
333569	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JÉSSICA DOS SANTOS SOARES	19691459
333117	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JESSICA LORANY DE BARROS TEIXEIRA	23084561
333110	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JÉSSICA NAYARA OLIVEIRA ANDRÉ	24519162
333102	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JÉSSICA SOARES DA SILVA	24265276
333278	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JHENYFFER KIARA RODRIGUES COSTA	24553360
333392	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JOANA RIOS LOPES	31827799
339561	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JOÃO GABRIEL SILVA SANTOS	26684772
335763	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JOSE FERNANDES SANTOS OLIVEIRA	23609486
338507	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JOSE WILSON TENORIO GUEDES	2006032080743
333685	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JOSEANE COSTA DE ANDRADE	372276420094
333350	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JOSEANE DA COSTA SILVA	352798320083
334089	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JOSEANE DA SILVA SANTOS	20314833
334277	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JOSEANE DOS SANTOS	18248659
334968	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JOSEFA MARIA DA SILVA	2917092
333065	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JOSICLEIDE DA SILVA	23471026
333576	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JOYCE KARIN NEPOMUCENO	5859356
333228	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JUCELIA GONCALVES	533364
339986	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JULIANA DE SOUZA SILVA	22086617
334078	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JULIANA ESTEVAN DA SILVA	15748502
334009	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JUNARA DO NASCIMENTO SILVA	22252576
337805	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	JUSSARA APARECIDA TORALES ROCHA	1454667
333374	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	KAMYLA S SIRIANI DOS SANTOS	26132532
339682	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	KAREN CRISTINA GONÇALVES DE OLIVEIRA	26234467

333892	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	KAROLINA DA SILVA DUARTE	23083174
333468	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	KATIA MODOLO SILVEIRA	22867210
333542	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	KATIA REGINA LIMA SOUZA	20315490
333390	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	KEITI LUCIANA DE CASTRO	19275170
333968	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	KELLY KAOANE BERTOTI	22414444
339984	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	KETTRE OLIVEIRA BELCHIOR	21525706
333251	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LARISSA LEMES NICOLETTI	26798140
339657	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LEANDRA ALVES BARBOSA	14331306
339580	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LEANDRA CARLA AZEVEDO DOS SANTOS	2519853
333128	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LEIDE ROMANTIEL MOREIRA DE JESUS	23240766
337023	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LETÍCIA DO NASCIMENTO PEDRO	21591563
333182	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LETICIA RIBEIRO SILVA	1305288
333828	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LILYANNY SARMENTO DA SILVA	319084
333696	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LINDINALVA DA SILVA OLIVEIRA	18547648
340174	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LISLLAYNE VIEIRA JANUÁRIO	250409596
333900	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LIZIANE LUDWINSKI FELIPE	16432177
333533	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LORANY LEMES BELOTTI DE ANDRADE	3831508
336434	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LORRAYNE DA SILVA PEREIRA	30186064
333730	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LOURDES DE ALMEIDA FERREIRA	15187853
333843	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LUANA CAROLINE SOUZA ROCHA	4139023155
333311	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LUCELIA ALVES DE SOUSA	13876058
333672	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LUCÉLIA DA GUIA MACIEL	16513525
333295	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LUCIA SOUZA PAULA	29942730
333369	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LUCIANA DA SILVA BARBOZA	6645724
338318	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LUCIANA DESTRO	1162472
333869	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LUCIANA VALIENTE FRANCISCO	17700116
339632	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LUCICLEIA ARAUJO SILVA	1112552367
333303	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LUCINEIA RODRIGUES COSTA	13654357
337151	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LUDIMILA SANTOS DE OLIVEIRA	545016794
338925	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LUIZ FERNANDO MENDONÇA TENÓRIO	16190637
333414	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LUZIA CARVALHO DE LIMA PAULA	16272846
333934	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LUZIA FRANCISCA AGOSTINHO	56053158
339928	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	LUZINETE PEREIRA GONÇALVES	1210927
333122	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MAGDA SOARES DA SILVA	20833024
333335	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MAIKELY SAMPAIO	20628382
333703	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARCELA MARIA DA SILVA SANTOS	26551764
333099	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARCELO NUNES DE OLIVEIRA	15773949
338634	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MÁRCIA APARECIDA LARROZA	15408663
333160	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MÁRCIA PAULA DE ASSIS	795093
338749	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARCIELE RAMOS	19845259
333991	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA ADRIANA ALVES SIMAO	22605339
333137	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA APARECIDA FERREIRA DE QUEIROZ	80070900
333131	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA APARECIDA MENDES	16963768
338396	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA APARECIDA OLIVEIRA SILVA	6893340
333424	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA AUGUSTA BROIO	1015708
333525	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA BRANDÃO DE ALMEIDA	9293876
333501	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA DA LIBERDADE SILVA SARAIVA LEMES	11680571
333415	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA DAS DORES SILVA	5518673
339885	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA DE LOURDE MONTEIRO DA SILVA	7053088
333438	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA DEUSILENE DA SILVA	13821679
333847	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA ELISABETE AMBROSIO DA SILVA	1663839597
339927	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA ELOISA DA SILVA	13136879
333604	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA EVA ALVES BRITO	12585831
335953	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA FATIMA	1212186
339900	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA GERLANE SILVA DOS SANTOS	20205422
333234	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA GUIOMAR PEDROSA DA SILVA	1868248
333866	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA INES BATISTA DA SILVA	15669289
338453	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA INES DA SILVA BRIGIDO	11868007
333313	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA JOSÉ NASCIMENTO DA SILVA	15982424
333988	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIA RAQUEL BRITO PINHEIRO	355844720088
335881	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIANA DO NASCIMENTO DUARTE	24497436
333238	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARIELBA JULIÃO DE ARAUJO SILVA	1310571
333135	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARILSA SANTANA DE ARRUDA	15645452
338786	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARILU DE JUSUS SANTOS	15970124
335247	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARINES KELLI DE OLIVEIRA	19166206
334007	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARISA CANDIOTTO PRESTES	83625759
339348	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MARLI APARECIDA LUVIZETO	47260400
333345	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MATHEUS MATIAS GOMES DE LIMA	22861173
333568	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MATHEUS SILVA DO NASCIMENTO	26797925
333170	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MATHEUS SOMMER CASTRO	1093728929
333460	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MATILDE DE OLIVEIRA TEODORO	21462496
335075	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MESSILENITA ALBUQUERQUE DA SILVA	25583689
333391	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MICHELLI TEREZA RAMOS DA SILVA	27991008
333510	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MILENA COSTA DA SILVA FEDRIZZI	24428469
333947	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MIRIAN GOMES DOS SANTOS	31493653
339629	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MIRIANA BRITO OLEJAS	25578170
333229	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MISAELLY PEDROSA SILVA DE OLIVEIRA	34232079
333304	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	NADIL MARIA DE PAIVA	10826297
333695	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	NAIARA CISTINA CAVALCANTE DIAS	11660414
337407	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	NAILA VITORIA DORNELES DE ALMEIDA	29749018
338821	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	NAIRYS BARRETO DA SILVA	26313626

337567	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	NAIURY NASCIMENTO VENANCIO DA SILVA	25019210
333473	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	NATALIA CARVALHO CORREA	16425219
333429	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	NATIELE FERNANDES DE SOUZA	2213376
333319	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	NEILA ADRIANA SANTOS	1071760
333855	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	NEIVA SILVEIRA DAVILA	14352311
333512	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	NELCI LOSS	266874
333243	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	NEUSA MARIA SCHOMMER	55417288
337388	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	NIEVA TOMAZ DA CRUZ	18902979
338427	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	NILSE MINUSSI	19375085
333856	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	NORILDA DE FATIMA BRAGA BORIÇA	42966495
338839	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	NUBIA SOUZA DE OLIVEIRA CORREIA	17499828
333715	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	OTILIA CARVALHO MARIANO	6958028
333768	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	PAMELA BARROS DE MELO	181812739
333491	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	PAMELA KAMILA GARCIA	1156815
333132	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	PATRICIA BRITO DIAS	6954574
333136	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	PATRICIA CAMARGO	17803349
333506	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	PATRICIA DE PAULA SILVA	25539337
333599	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	PATRICIA DOS SANTOS ALMEIDA TILLMANN	22929967
333098	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	PATRICIA FERREIRA DA SILVA	20811489
333960	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	PATRICIA PEREIRA ALVES	19099487
334817	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	PAULA GABRIELA DOS SANTOS	36088030
333933	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	PAULA VICENTE DA SILVA SALES	29128412
339126	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	PAULO JOAQUIM DE FREITAS GUERRA	2965078
339403	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	POLIANY OLIVEIRA MEDEIROS	19815611
333611	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	RAQUEL NUNES DE OLIVEIRA	210082620020
333197	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	RAYANE CHRISTINE	
333890	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	REGINALDO DE MELO SANTOS	17654114
338164	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	RENILDA DE MIRANDA LUCIANO	15100510
339517	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	RITA OLIVEIRA LANCELLOTTI	23765216
335946	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ROSANGELA DE SALES PINHEIRO	14679167
333328	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ROSELI MORESCO	16747283
333763	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ROSIANE SANTANA DE ARRUDA	24595152
333381	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ROSILEIA SIRIANI DOS SANTOS	12460540
333927	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ROSILENE DOS SANTOS SILVA	16382935
333846	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	ROVANYELLE RODRIGUES TONIASSO	2119083
339785	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	RYANE DIAS DOS SANTOS	14505894
339166	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	SAMANTHA TRENTIN SODRE	1549864
333898	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	SAMARA MARIA CARVALHO LIMA	351851520087
333482	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	SANDRA DE SOUZA SILVA	17886490
335250	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	SANDRA HELENA WEISS BERTOTI	59373943
333621	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	SANMARA KIVIA LIMA SOARES	35144416
337987	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	SARAH SANTANA DO CARMO	29479304
333758	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	SILMARA INACIO ACRIZIO	886723
339212	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	SILVANA MARIA GOMES FRANCELINO	3949268
334002	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	SILVANETE JESUS DA CRUZ	13381156
339304	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	SIMONE CHAVES VIEIRA	11511249
334026	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	SIMONE MATOS NASCIMENTO	875714
333753	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	SONIA MARA LEIDENS	15773787
333088	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	SUELI TERESINHA RAMIRO BENEDETTI	4038382992
333091	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	SUSANA DA SILVA ARAVA	15514690
333800	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	SUZANA AZEVEDO DOS SANTOS	18728006
340041	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	TAIRO BARROS BRANCO	219131220025
333749	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	TALYTA JOANE DOS SANTOS SILVA	23210974
333364	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	TANARA SAIBERT MALLMANN	10459170
333971	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	TANIA MARA SCHIAVINI	10914978
335885	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	TANIA MARIA ROCHA ALVES	142560045
338236	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	THAYNARA INES FERREIRA DA SILVA	26130700
333109	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	VALDECI OLIVEIRA DANIEL	1127289
339769	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	VALERIA APARECIDA FERNANDES DE SOUSA	35592796
340203	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	VALERIA OLIVEIRA SILVA	3548317
333139	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	VALÉRIA VIEIRA DE FREITAS	19598270
333861	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	VANESSA BARRINHAS DE MIRANDA	555445999
333984	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	VANESSA PEDRO DOS SANTOS	21937524
333167	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	VANI GONÇALVES DE ABREU	14687828
339516	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	VANIA TORRES SANTIAGO	19891440
333126	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	VANIRA FERREIRA GALVÃO	1093254995
337381	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	VERA LUCIA BRITZIUS	14453665
339862	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	VIVIAN KAROLINE DE MORAIS REIS	17558883
333526	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	WALQUIRIA SILVA TOMÉ ANDRADE	21990662
333639	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	WASHINGTON SOUZA	16450124
334039	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	WERICA DOS SANTOS	24780480
333920	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	WILMA ZAGO NEVES	14480859
338234	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	ADRIANA FERNANDES SANTOS	16767705
333895	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	CARLOS ANDRE DALAVIA LOPES	17455701
338361	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	CRISTIANE SOARES PEREIRA	18181090
333454	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	DEISY MARTINS SOARES	21571864
333217	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	DIEGO FARIAS NASCIMENTO	25732277
333376	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	IONE MALAQUIAS MAZETTI	20929617
333530	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	JAQUELINE RAMOS DE ALMEIDA	21320446
338830	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	MANON CRISTINE ALVES DOS SANTOS	24428612

333470	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO DA CONCEIÇÃO SILVA	32040806
333841	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	MATHEUS KENNEDY ALVES SODRE	27403904
339966	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	RAFAELA PEREIRA DA SILVA SOUZA	25344501
333637	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	SIDIONE DA SILVA SANTOS	25283804
338279	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	SIMONE LOPES DE CAMPOS	15492435
337097	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	SOLANGE FERNANDES DE SÁ	16556836
339202	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	SÔNIA FERNANDES ALVES	238743299
333173	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	SUZANA PEREIRA DA SILVA	2018574
334053	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	TATIANE DOS SANTOS DA SILVA	14546299
333807	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE	WESLEY BERGUE MARCIANO VARELA	23595566
337813	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO MARECHAL RONDON	ANDREIA DA MOTA RODRIGUES	19188536
333231	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO MARECHAL RONDON	ANDRESSA CRISTINA PEREIRA DAMASCO	25340840
337867	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO MARECHAL RONDON	ELIANE SOARES DA COSTA	12545953
336977	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO MARECHAL RONDON	EMILLY CIMARA ALVES PINTO	6203642
334405	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO MARECHAL RONDON	GIOVANA APA LAZZAROTTO	710580
335230	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO MARECHAL RONDON	GISELE DA SILVA PONCE	18544339
338149	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO MARECHAL RONDON	GRAZIELY APARECIDA DE OLIVEIRA	17130433
337873	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO MARECHAL RONDON	IRENE CARDOSO FORTINELLES	452693820122
333966	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO MARECHAL RONDON	KEILA RAMOS SOUZA	17925770
335216	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO MARECHAL RONDON	KEILA SOARES DE MOURA	104093027
333480	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO MARECHAL RONDON	MARCOS ANTONIO RONDON	24810665
333875	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO MARECHAL RONDON	ROZIELE ALMEIDA DE OLIVEIRA	17576695
335009	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO MARECHAL RONDON	SILVANA SEBASTIANA FERREIRA	13876252
335415	AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO MARECHAL RONDON	VANESSA INGLIDY MIRANDA MARTH	25341111
333520	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ADNA MARIA DA SILVA	771469
333654	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ADRIANA APARECIDA GOMES COSTA	14794063
334071	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ADRIANE RIZZOTTO	13876040
333314	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ADRIELI MARIA JAROSZEWSKI	31491466
333291	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ADRIJANE SANTOS DE OLIVEIRA	11285311
333686	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ALESSANDRA ALBURQUERQUE DA SILVA	4194176
333744	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	AMANDA TATIANE NUNES DA COSTA	14588250
333133	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ANA CLAUDIA LOSS DA SILVA	19010974
333772	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ANA CLEIDE MARTINS DA SILVA	33864551
333439	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ANA LUCIA OGNIBENE MINOZZO	21941793
340022	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ANA MARIA CEBALHO	11384450
333100	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ANA MEDEIROS	1335325
333540	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ANDREA ALVES DE LIMA	18874061
333681	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ANDREA BORTOLINI DA SILVA	14288770
334005	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ANDREIA ANTUNES DE MATOS	19761813
336229	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ANDREIA DIAS PEREIRA	18878237
333249	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ANDREIA FRANK DE VARGAS	9090029688
333447	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ANDRÉIA SILVA SANTOS	37710087
333891	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ANDRESSA LUIZA PEREZ	1089537847
333190	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ANGELA VERIDIANA POSSO	739863
333287	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ANGELICA BORTOLUSSI DOS SANTOS	14174820
336929	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	APARECIDA MARQUES ALVES KAISEKAMP	593548
333297	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ARLETE SOARES SILVA PINTO	11569760
333830	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	AURICÉLIA PIRES CARVALHO	139562920007
333643	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	BEATRIZ LOPES DA SILVA	879959
333777	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	BRUNA JULIANA BASTIANI	18153100
333970	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	BRUNA LUISA DOS ANJOS KOPPENHAGEN	24738123
334031	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	CANDIDA DA CRUZ SILVA	5948312
333114	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	CARLA WALESKA LIMA ZAMPARONE	264786

333737	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	CHRISTIAN ROGÉRIO DOS SANTOS	18940633
333119	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	CIRLENE GOMES DE OLIVEIRA	13170155
333888	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	CLARO CÉSAR PAES DA SILVA	923219
333462	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	CLEIDE SOARES DE MEDEIROS	66347672
333873	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	CLEMILDA PAULA DA SILVA GONÇALVES	15014754
336019	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	CLEONICE RODRIG RODRIGUES DE OLIVEIRA	15420868
333985	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	CRISTIANE ANDRÉIA PINTO PAZ	16900057
338434	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	CRISTIANE MARTINS DA SILVA	12245291
337502	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	DANIELA ARAUJO KLOS SANTANA	1249313
334052	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	DANIELA SIMÕES GARCIA	12425524
333078	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	DANIELE MARIA PEIXOTO TAVARES PORFIRIO	8750619
338955	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	DANIELI APARECIDA PEREIRA DA SILVA	90274376
333389	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	DANIELLI CINTRA DE SOUZA	13150120
339932	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	DANIELY AMANTI ASSIS	937162
334086	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	DAYLANE DE OLIVEIRA DOS REIS	973550
337535	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	DÉBORA FERREIRA KLOOS DE SOUSA	1346858
336047	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	DEUSIQUELE COSTA DE PAULA ROCHA	20980272
340147	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	EDILEUZA FATIMA CORDEIRO BEZERRA DE SOUZA	473291
333387	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ELAINE DA PENHA	17833337
333640	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ELAINE RODRIGUES GUALBERTO	18636225
333082	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ELIETE XAVIER QUADROS	12829854
333281	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ELISABETE MARIA RENA	95241077
333068	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ELISANDRA SOUSA DOS SANTOS	1267827
339012	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ELIZABETH CRISTINA BOHRER	40525955
334055	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ELIZABETH GOMES DOS SANTOS CAMELO	10530534
333641	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ELIZABETH RAMOS BRAGHIN	2269422
340210	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ELQUELAINE OLIVEIRA DA SILVA	20713967
333538	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ERICA CRISTHINA CASTRO DE OLIVEIRA	2044631
333272	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	EVELYSE CONSTÂNCIA DA COSTA LEITE PIMENTA	1801719
333097	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	FABIANA DA SILVA MENDES TEZORI	22946942
333793	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	FABIANA JEAN DA SILVA	13378830
334066	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	FABIANA MOTA DE OLIVEIRA	17322618
333435	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	FATIMA HELENA SILVEIRA FERNANDES	8026722457
333495	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	FERNANDA CARLA CARMINATTI	17422167
333070	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	FERNANDA SANTOS MELO DA SILVA	24229628
333357	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	FLÁVIA MARIA TEIXEIRA DA SILVA	26263734
333363	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	FRANCINELMA AZEVEDO FERREIRA	2256909
333961	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	FRANCITANIA RODRIGUES DOURADO	24831093
339686	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	GENY MARQUES SILVA	613053
340205	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	GILMA VONRONDOV	567208
333804	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	GILMAR DIONIZIO DA FONSECA	17916992
333908	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	GISELA BORGES CRISTOFOLI	28191404
333105	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	GIZELLE GOMES MACHRY CARDOSO	21098727
333286	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	GLAUCINEIA LAURIANO	469861
335306	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	GLEICY KELLY VIEIRA DOS SANTOS	18544398
333488	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	HELISANDRA CRIS MISTRO	70077426
333857	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	HILDA MARIA OLIVEIRA DA SILVA	15378730
333219	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ILZA RODRIGUES DE SOUZA	13494490

339266	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	INES TEREZINHA WALKER KELLER	4035121013
333911	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	IRISMARCO SEBASTIÃO DA SILVA	15394638
333222	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	IVANEI SALETE CAMPANHARO	50265900
337130	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	IVANETE P SILVA PEDROSA	9966269
337482	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	IZABEL CORDEIRO DA SILVA	21311129
337339	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	JANAINA MENDES DE MAGALHAES	20629567
333269	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	JESSICA LOPES FERREIRA	22668829
333833	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	JOANA DARC NASCIMENTO DOS SANTOS	312149120067
333756	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	JOANITA SALES DA COSTA LEIDENS	3819752
333064	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	JOSELMA MARIA DA SILVA	17321204
334024	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	JOSIANE DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO FERREIRA	18652743
333199	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	JOSILAINE AVELINO MERGENER CARDOSO	23068060
333299	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	JOYCE ROBERTA DA SILVA	14742950
333315	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	JUCIANE MARTINS KOTTWITZ DO NASCIMENTO	6090559979
333084	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	JULIANA ALVES BISPO MOREIRA DA SILVA	22683992
333655	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	JULIANA BRUNA DA CRUZ	15981738
339032	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	JULIANA GIARETA FROZZA	83861304
337403	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	JULIANE APARECIDA AMARO DA SILVA	18475710
333723	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	JUMARA NASCIMENTO INGRACIO MACHRY	18788530
334056	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	KARINY CRISTINA MIRANDA	17463807
338758	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	KARINY FERREIRA SILVA	958990
333865	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	KATIA GOMES FERNANDES	891848
333821	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	KEILA SILVA HIPÓLITO	184220109
333348	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	KELLEN CRISTINA VIEIRA MARTINS RIBEIRO	809603
333367	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	LARISSA RODRIGUES DOS SANTOS	14264765
337393	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	LÉIA DELISE	14385260
337397	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	LEILA DELISE	13931741
334081	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	LEILA MARA MADERS BORGES	940630
333794	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	LENILDA MARGARIDA RODRIGUES DE OLIVEIRA	8596263
333523	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	LIBNA TAYANE SILVA	21720320
333628	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	LIETE AMARAL RIBEIRO	588832
333427	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	LUCIA LUIZ DE CAMARGO	814447
333950	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	LUCIANA ALCANTARA NASCIMENTO	743851
333522	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	LUCIANA PIRES DA SILVEIRA	14832097
333781	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	LUCIANE TONIAZZO DE CAMARGO	2036870885
338184	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	LUCILENE TORRES FURTADO	1409146
336378	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	LURDES ARCONTI SPIRONELLO	132526746
340141	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	LUZIA MARQUES PEREIRA MENDONÇA	29812445
333688	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MACARIS ROHDEN	7083300868
333422	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARA SILVANA BRIGO GEISS	14148234
339708	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARCIANA DE OLIVEIRA	1257502
335619	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARGARIDA NOELIA DA COSTA LIMA CARDOSO	32032358
333502	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARGARIDA PAIM DE OLIVEIRA LIMA	30467926
333882	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARIA APARECIDA DE SOUZA	7204949
333425	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARIA APARECIDA VIEIRA	1688385
337082	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARIA AUXILIADORA MARQUES DE OLIVEIRA	8707979
333430	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARIA EDILEUSA DA SILVA	13991060
333579	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARIA HELENA MARQUES	143310173

337473	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARIA SOCORRO D NASCIMENTO SOARES	24935719
333080	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARIANE FERNANDES RIBAS	24619183
333791	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARILDE DE FATIMA SPNESKI OLIVESKI	14104156
333531	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARINETE APARECIDA BARBOSA DE MELO	729368
333792	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARINILZA NOGUEIRA DA CRUZ	5858453
339882	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARIZAM DIAS DO NASCIMENTO	6798748
333046	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARIZETE SILVA DAS PEDRAS	31838618
333212	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARLEI DE LIMA	17834325
334021	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARLENE CHAGAS ANDRADE DA SILVA	13255479
339848	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARLENE COSTA CAMPOS	9074279
333235	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARLI TERESINHA VOLPATTO DE ARAUJO	29016401
333375	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARTA HELENA ZAWASKI	2020421729
333976	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARTA LUIZ RAMOS PAULA	38453530
333618	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MAYSA TORRES DE ALMEIDA	1252909
340236	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MEIRE APARECIDA MEDEIRAS	1241283
335176	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MELINA GURGEL	10810749
334932	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MELISSA AMARAL DE TOLEDO SCARANELO	63463035
339283	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MÉRCIA GERALDO PEREIRA	2965551
333624	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MERINDA FERREIRA DOS SANTOS	29899125
333626	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MICAÉLLE CAETANO DE ALENCAR	23456159
338367	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MICHELE LIMA DA MATA	15773531
333320	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MICHELLE PATRICIA DOS SANTOS SILVA	23546140
333106	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MICHELLI DE OLIVEIRA GOULARTE	16048776
333907	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	NATÉRCIA BARRETO DA SILVA	6140342
333250	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	NATIELY DOS SANTOS FREITAS	1269604
337089	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	NAYARA DE PAULO	1022510
337646	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	NELI TEREZINHA OLIVEIRA	26730448
337654	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	PATRÍCIA OLIVEIRA BITENCOURT	21778965
333537	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	QUELI DA COSTA E SILVA	14845059
339057	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	RAQUEL SILVIA DE PAULA	772957
333275	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	REGINA FRANCO FIUZA	2383815
333437	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	REGINA MUNHOZ GARCIA	14678160
333205	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	RENATA GEHLEN	12863980
333948	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	RENILDA LOPES LIMA	1460649419
333938	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	RENILDA NUNES SANTANA	916230902
336773	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ROMARA KLAIS	12626325
333492	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ROSÂNGELA APARECIDA PEINADO PEREIRA	77874763
333773	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ROSANGELA DOS SANTOS MENDES	7898940
335833	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ROSELI LOPES DA SILVA	14886057
333323	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ROSELY GUEDES DA SILVA FORMAGGI	85488228
333310	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ROSENILDA UMBELINA	695055
336437	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ROSIANI ALVES SANTANA ROBERTO	15619346
333552	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ROSILEI SCHMITT	14096498
333716	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ROSILENE PEREIRA DA SILVA NEVES	783048
339148	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ROSINEI AGUIAR COUTINHO	15535665
333193	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ROSINEIDE DA SILVA PEREIRA	15631990
333401	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	SCARLATH RODRIGUES SILVA	16383346
333134	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	SERGIO FERREIRA DA SILVA MATOS	14545810

333333	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	SILVANA APARECIDA RODRIGUES SANTANA	7407912
333517	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	SILVANA OLIVEIRA DE MENEZES	398909350
333616	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	SILVANA PADILHA DA SILVA TONET	24229997
338180	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	SILVANEIA JESUS DA CRUZ	17364515
336747	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	SIMONE DA SILVA XAVIER	974301
333081	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	SONIA BARROS ROCCI DOS SANTOS	900078
338602	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	SUZANA BROGLIO	16131339
333790	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	SUZANA MALAQUIAS DE SOUSA OLIVEIRA	19151241
333834	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	TATIANE CAROLINA WEISS ARAÚJO	2027787
339178	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	TEREZINHA JESUS PEREIRA	13254944
333085	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	VALDENICE DE FÁTIMA FERREIRA ACCO	61500278
333433	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	VALQUIRIA CRISTINA ZIMMER	91192640
339714	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	VALQUIRIA LEITE DOS SANTOS	19639090
333404	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	VALTIANE CARVALHO MARIANO	18888836
333806	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	VANESSA CHAVIER DE BARROS	18815626
333596	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	VANUSA DE JESUS VAZ	1607487
333466	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	VERIDIANA MATILDE KOPPENHAGEN	11940190
338325	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	VILMA SILVA PEREIRA	16495934
333519	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	VIVIANE ANUNES VIEIRA CARDOSO	22158545
333767	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	VIVIANE DUARTE DOS SANTOS	278613676
333808	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	VIVIANE RODRIGUES DE ARAUJO	531548
333942	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	ZELINDA ANDRADE CORREA ZMORA	16963679
335107	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM ARTE - ÁREA URBANA	ALANDROALDO HAITO	98590013
339268	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM ARTE - ÁREA URBANA	RAQUIELI BEN	18547958
333660	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - ÁREA URBANA	ALEXANDRE FLORES	19804938
333742	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - ÁREA URBANA	ALINE SOUZA DE SÁ	1344083
337043	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - ÁREA URBANA	EDUARDO COSTA REVERTE	22450394
338394	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - ÁREA URBANA	EVANDRA GOMES NEIRA	18821065
336336	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - ÁREA URBANA	JOYCE ELISE DOS ANJOS KOPPENHAGEN	24738042
338517	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - ÁREA URBANA	LAURITA BEZERRA MIRANDA NUNES	2287232
333515	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - ÁREA URBANA	PRISCILA GOMES DA SILVA	14218119
340220	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - ÁREA URBANA	RAIANE JUDITH BARRETO SILVA	24948748
337144	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - ÁREA URBANA	TATIANE PELISSARI	16514742
333453	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - ÁREA URBANA	VALDOMIRO DE JESUS GONCALVES	886593
333677	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - ÁREA URBANA	WALISSON JUNIO MARTINS DA SILVA	30513430
333680	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - ÁREA URBANA	WASHINGTON GEORGE DE MORAES	943609
333675	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - ÁREA URBANA	AMANDA FOGAÇA SOUZA LOPES	2108593
333997	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - ÁREA URBANA	ANA PAULA SOUZA E SILVA	13871340
333975	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - ÁREA URBANA	ANTONIO CARLOS	18133142
338724	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - ÁREA URBANA	BRUNA CAROLINE JUSTEN	21539758
340006	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - ÁREA URBANA	DINACIR APARECIDA DA CRUZ RIBEIRO	614366618
333431	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - ÁREA URBANA	DIOGO MICHAEL HEPP	91152002
338546	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - ÁREA URBANA	DOMINGOS JOSE DIAS DE SOUZA	17455863
338802	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - ÁREA URBANA	EDEMILSON DOS SANTOS TRAFICANTE	17444373
338940	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - ÁREA URBANA	EDISON LEONARDO BALZ CARVALHO	26736799
339332	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - ÁREA URBANA	EDUARDO BATISTA DE LIMA MATOS	731560
333731	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - ÁREA URBANA	ELIANDRA ANDREA BAYERLE	62282231
339575	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - ÁREA URBANA	ELMA CONCEIÇÃO	16241665

333780	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - ÁREA URBANA	ERICK CARLOS XAVIER BARBOSA	18534422
338233	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - ÁREA URBANA	FLAVIA ALVES LIMA	22269819
338138	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - ÁREA URBANA	GEOVANE DA SILVA AMORIM	1312174
338890	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - ÁREA URBANA	GIOVANI DE SOUZA BRITO	12001678
333747	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - ÁREA URBANA	JHONE LUIZ NAZARIO	24935980
333951	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - ÁREA URBANA	JOÃO JULIO ANUNCIAÇÃO CAMPOS	548916
339523	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - ÁREA URBANA	JOEL SEREDNITZKEI DA SILVA JUNIOR	21123373
339819	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - ÁREA URBANA	KASSYA RAYANE POMBO	4951189151
333293	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - ÁREA URBANA	LILIAN VIEIRA DA SILVA	19272979
339494	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - ÁREA URBANA	LUCA VITOR	23738464
337607	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - ÁREA URBANA	MATHEUS ALMEIDA SAMUEL	28205839
335435	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - ÁREA URBANA	PETERSON CARLOS PINHEIRO	1063438558
333962	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - ÁREA URBANA	RONALDO APARECIDO DE ASSIS	13875310
338793	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - ÁREA URBANA	VIVIANI DA SILVA MARTINS	20660774
339854	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA - ÁREA URBANA	ADEILZA BALBINO DA SILVA	1340299
333405	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA - ÁREA URBANA	ELIZANE SOUZA DOS SANTOS	1180085
333500	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA - ÁREA URBANA	MACIEL FERRAZ BERBEL	877680
333226	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA - ÁREA URBANA	NARA CRISLAINE RAMOS PIRES	5395275
338652	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA - ÁREA URBANA	MARIA APARECIDA SAMPAIO	618892
333497	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA - ÁREA URBANA	MAYARA GOMES CUNHA	1347886052
333646	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM LETRAS - ÁREA URBANA	ADRIANA VITÓRIA DA SILVA TAVARES	16999088
333620	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM LETRAS - ÁREA URBANA	ANAIZA APARECIDA DE LIMA	280740
333690	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM LETRAS - ÁREA URBANA	CRISLANE RUIZ SOUSA DA GAMA	17691788
338534	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM LETRAS - ÁREA URBANA	EDNA TUBIANA BAU	77350853
333854	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM LETRAS - ÁREA URBANA	ELISIANE BACKES FUNK	13965778
333090	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM LETRAS - ÁREA URBANA	ELLIS DAIANE RODRIGUES ZANELLA	105498918
333120	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM LETRAS - ÁREA URBANA	FERNANDA PEREIRA	10920994
340129	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM LETRAS - ÁREA URBANA	GISLAINE THAIS DA SILVA	18101798
333901	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM LETRAS - ÁREA URBANA	JANDERSON SANTOS PINHEIRO	17137640
333440	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM LETRAS - ÁREA URBANA	JOVANICE CECÍLIA DA SILVA	15979156
337653	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM LETRAS - ÁREA URBANA	MARGARETH MARIA SILVA MOULIN	1654126
335704	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM LETRAS - ÁREA URBANA	MARIALEUZIVANIA LACERDA OLIVEIRA	13784412
338962	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM LETRAS - ÁREA URBANA	MARINETE APARECIDA BARBOSA DE MELO	729368
333993	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM LETRAS - ÁREA URBANA	NADIA QUINTEIRO RAMOS	14610698
340153	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM LETRAS - ÁREA URBANA	PAMELA CRISTINA SILVA SOUZA	22488677
333549	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM LETRAS - ÁREA URBANA	REGIANE FORNALSKI PERINI	23274948
333239	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM LETRAS - ÁREA URBANA	VALDIRENE CAMARGO FIGUEREDO DO NASCIMENTO	2537760
333073	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM LETRAS - ÁREA URBANA	VANESSA CRISTIN ANDRÉ FELÍCIO	20315481
333441	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA - ÁREA URBANA	CLAUDIO RICARDO ALVES PEREIRA	1312618
333858	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA - ÁREA URBANA	DANIELY CRISTHINA SANDRI	18635784
333474	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA - ÁREA URBANA	EDIVANIA AUGUSTO	35105062
333586	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA - ÁREA URBANA	FERNANDA DE SOUZA GARCIA MOLINA	13428047
339504	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA - ÁREA URBANA	JORGE CLEMENTE SCHIAVO	3016657128
337580	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA - ÁREA URBANA	LAIANA PAULA JERONYMO DA ROCHA	24056006
338674	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA - ÁREA URBANA	LUANA SANTANA DELGADO	24161357
333944	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA - ÁREA URBANA	LUIZA SOUZA OLIVEIRA	125636055
333967	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA - ÁREA URBANA	MARCOS LOPES SOARES	125301219996
333378	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA - ÁREA URBANA	MOISÉS RAMOS DOS SANTOS	25103466

338932	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA - ÁREA URBANA	OLDECIR STIELER MARTINS	6059531183
336503	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA - ÁREA URBANA	PAMELLA ALESKA SILVA SANTOS	23003871
333402	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA - ÁREA URBANA	RITA DE CASSIA TORRES SENA	6324656
338446	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA - ÁREA URBANA	ROMÁRIA DE CARVALHO CUNHA	232908120026
333416	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA - ÁREA URBANA	ROSANA MARTINS	13950282
333567	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA - ÁREA URBANA	SANDRA GOMES SOARES	374690
339440	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA - ÁREA URBANA	SANDRA MARIA DAVELISAMPAIO	456931
333115	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA - ÁREA URBANA	VALDECI OLIVEIRA DANIEL	1127289
333290	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA - ÁREA URBANA	WILK PEDRO ARCELINO	6825797
333657	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - DISTRITO ITAMARATI NORTE	CAROLINE SILVA DE ARAUJO	18533868
338740	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - DISTRITO ITAMARATI NORTE	FERNANDA CRISTINA DOS SANTOS	18951066
333972	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - DISTRITO ITAMARATI NORTE	FLORISA FERREIRA DA SILVA ALVES NETA SANTOS	211862420021
340152	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - DISTRITO ITAMARATI NORTE	LUCIANE ANTUNES	17399505
333770	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - DISTRITO ITAMARATI NORTE	LUZINETE ALVES RODRIGUES DUARTE	14680556
338833	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - DISTRITO ITAMARATI NORTE	MARCIA IRIS BAR BARBOSA	357011
333774	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - DISTRITO ITAMARATI NORTE	MARIA IVANETE SINKARCHUK MOLETTA	28797558
333798	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - DISTRITO ITAMARATI NORTE	MARLENE GODOY GUERRA SANTANA	23562226
335325	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - DISTRITO ITAMARATI NORTE	PATRICIA APARECIDA SILVA SPOLADOR	299016389
333990	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - DISTRITO MARECHAL RONDON	BRUNA GARCIA RODRIGUES	809547
335871	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - DISTRITO MARECHAL RONDON	ELIANE APARECIDA ZOIZOCAIROCE	20097300
333989	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - DISTRITO MARECHAL RONDON	JOSENILDA COSTA DA SILVA LIMA	19681631
333446	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - DISTRITO MARECHAL RONDON	LEONICE LIMA DA SILVA	18650872
335804	PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - DISTRITO MARECHAL RONDON	ZILDA SOUZA RIZZOTTO	686259

*** CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS – PNE's**

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME	DOCUMENTO
339627	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	HELOISE DA SILVA SOUZA	15980545
333170	AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA	MATHEUS SOMMER CASTRO	1093728929
337082	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MARIA AUXILIADORA MARQUES DE OLIVEIRA	8707979
333106	PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA	MICHELLI DE OLIVEIRA GOULARTE	16048776

AVISO DE RESULTADO PP 114/2018

AVISO DE RESULTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO PRESENCIAL 114/2018, destinado à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de contêineres destinados ao atendimentos da população na área de alimentação, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal, teve como vencedora a empresa: GREEN CONTAINER EIRELI, com o valor total de R$ 1.190.000,00 (hum milhão, cento e noventa mil reais).

Campo Novo do Parecis - MT, 30 de outubro de 2018.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 193, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Decreta Luto Oficial por 3 (três) dias nas repartições públicas do Município de Campo Novo do Parecis.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o falecimento da servidora efetiva Edleuza Ferreira de Oliveira Reis, CPF 878.953.581-20, servidora pública do Município de Campo Novo do Parecis, ocorrido no dia 29 de outubro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Luto Oficial nos órgãos que compõem a Administração Pública Municipal por três dias, entre 30 de outubro 01 de novembro de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 30 dias do mês de outubro de 2018.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de

Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretario Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 002/2018

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 002/2018

ABERTURA: 03 de dezembro de 2018.

CREDENCIAMENTO: a partir das 08h00min.

INÍCIO DA SESSÃO: 03 de dezembro às 08h15min.

OBJETO: **Contratação de empresa de engenharia para construção de escola de ensino fundamental no Bairro Jardim Alvorada.**

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 30 de outubro de 2018**.**

Leandro Nery Varaschin

Presidente da Comissão de Licitação.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE FOMENTO Nº 014/2018

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 13/2018, OBSERVADAS AS NORMAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 13.019/2014.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: **MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT**, CNPJ/MF 24.772.287/0001-36, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede na Av. Mato Grosso, nº 66-NE, Centro, representado pelo Prefeito Sr. **RAFAEL MACHADO**, RG nº 5060425773 SSP/RS e CPF nº 929.162.010-68, brasileiro, união estável, residente e domiciliado na Rua Caqui, 90-NE, Bairro Alvorada, nesta cidade.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: **ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PENITENCIÁRIOS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - ASPCNP**, CNPJ 26.607.686/0001-77, associação privada sem fins lucrativos, com sede na Rua Paraná, nº 1665-NE, Centro, Campo Novo do Parecis, neste ato representada por seu Vice-Presidente, Sr**. AGNO SERGIO SILVA RAMOS**, CPF 772.128.001-04, RG 993991 SSP/MT T, residente e domiciliado em Campo Novo do Parecis.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – Repasse a Organização da Sociedade Civil de valor para custear as despesas com transporte e entretenimento, na cidade de Cuiabá, conforme plano de trabalho, em anexo.

DA FUNDAMENTAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – Os recursos serão disponibilizados em conformidade com a Lei Federal 13.019/2014, Lei Complementar 101/2000 e Decreto Municipal nº 141/2016, com dotação orçamentária específica.

§1º A inexigibilidade de chamamento público tem fundamento no inciso VI, do Art. 30, da Lei 13.019/2014.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA - A Administração Pública repassará à Organização da Sociedade Civil o valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), em única parcela, através da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11 – Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 004 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Programática: 11.004.08.243.0013.20118.3.3.50.43.00.00

Fonte de Recurso: 01.00.000000 – Recursos Ordinários Exercício

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA QUARTA – Compete a Organização da Sociedade Civil:

I - transitar os recursos em conta bancária exclusiva para cumprimento do Termo de Fomento;

II - aplicar os recursos exclusivamente nas finalidades estabelecidas no presente Termo;

III - prestar contas dos recursos recebidos na forma de estabelecido na Lei 4.320/64 e Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

IV - fornecer dados complementares a Administração Pública, quando solicitado;

V - contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente termo;

VI - excluir a Administração Pública de qualquer responsabilidade civil, penal, trabalhista ou previdenciária, decorrentes da execução do objeto;

VII - prestar conta mensalmente dos valores recebidos e contas finais dos recursos recebidos em até 30 (trinta dias) do término da vigência da parceria;

VIII - dar ampla publicidade divulgando em seu sitio eletrônico ou mural as parcerias celebradas, contendo o objeto, data da assinatura do termo, nome do órgão responsável pela parceria, valores recebidos e a prestação de contas;

IX - desenvolver atividades de atendimento a pessoa portadora de deficiência intelectual e múltipla, na área de educação, conforme Plano de Trabalho;

X - dispor ainda de local físico adequado para a parceria estabelecida, bem como transporte para os usuários de suas residências até a sede da entidade.

CLÁUSULA QUINTA – Compete a Administração Pública:

I - acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II – indicar o gestor responsável pelo presente, a quem competira informar o superior hierárquico sobre quaisquer fatos que comprometam a execução da parceria e irregularidades na prestação de contas, e sobre as providências para solucioná-las;

III - emitir o Parecer Técnico conclusivo de análise das contas, fundamentado no Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação;

DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO

CLÁUSULA SEXTA - a Comissão de Monitoramento e Avaliação, nomeada por Portaria do Chefe do Poder Executivo Municipal, será composta por agentes públicos dos quais no mínimo 1/3 devem ser titulares de cargos permanentes e terá as seguintes atribuições:

I - a Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá realizar visitas ao local da prestação dos serviços, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, que redigirão o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da Parceria, que será submetido à homologação pela Comissão;

II – serão itens obrigatórios no Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da Parceria:

a) descrição sucinta das atividades e metas pactuadas;

b) análise das atividades e metas realizadas, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

c) relação entre valores transferidos e valores comprovadamente utilizados;

d) menção aos valores pagos na forma do Art. 54 da Lei 13.019/2014 (por exceção, sem transferência eletrônica), custos indiretos, remanejamentos

autorizados, sobras de recursos financeiros, aplicações e valores devolvidos, se houver;

e) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas na prestação de contas;

f) análise das auditorias realizadas pelos controles internos.

III - Responderão solidariamente o Gestor e a Comissão de Monitoramento e Avaliação por fatos inverídicos.

DO PRAZO

CLÁUSULA SÉTIMA - A vigência de 01 ano, a contar de 31 de outubro de 2018, podendo ser prorrogado por interesse da Administração Pública, devidamente formalizada e justificado.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA OITAVA - A inexecução total ou parcial do presente Termo ou o descumprimento de qualquer dispositivo do Plano de Trabalho enseja a sua rescisão, com as consequências previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, e Decreto Municipal nº 141/2016.

§1º. A rescisão poderá se dar mediante acordo das partes.

DAS RESPONSABILIDADES

CLÁUSULA NONA - A Organização da Sociedade Civil será responsável de:

I - Arcar com eventuais prejuízos causados, por dolo ou culpa, à Administração Pública e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, filiados ou prepostos, na execução dos serviços, objeto do presente termo;

II – Arcar com despesas diretas ou indiretas tais como:

a) encargos sociais;

b) encargos fiscais;

c) encargos trabalhistas;

d) encargos previdenciários;

e) encargos de ordem de classe;

f) indenizações civis;

g) outros devidos a empregados da Organização da Sociedade Civil no desempenho dos serviços para o cumprimento deste termo.

§1º fica a Administração Pública, isenta de qualquer vínculo empregatício com os colaboradores da Organização da Sociedade Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA –A Administração Pública responderá por acompanhar a execução do termo, zelando pelo cumprimento das normas estabelecidas, fazendo garantir o direito e os deveres das partes.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho, a Administração Pública poderá aplicar penalidades, garantido a prévia defesa, a saber:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em Chamamento Público e impedimento de celebrar Termos de Fomento, Termos de Colaboração e Contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

III - declaração de inidoneidade para participar em Chamamento Público ou celebrar Termos de Fomento, Termos de Colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Organização da Sociedade Civil ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

§1º. A sanção estabelecida no inciso "III", conforme o caso é facultado à defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A execução deste Termo será acompanhada e fiscalizada pela servidora Neide Pantaleão dos Santos, CPF 858.866.531-04.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Será de responsabilidade da Administração Pública, providenciar a publicação deste Termo por extrato, nos termos da legislação vigente, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data de sua assinatura.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – A avença poderá ser alterada, nos casos previstos na Lei n.º 13.019/2014, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente, exceto quanto ao OBJETO.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Os casos omissos ou controvertidos em face das presentes Cláusulas serão resolvidos administrativamente entre as partes, de acordo com a legislação pertinente.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Fica eleito o Foro da Comarca de Campo Novo do Parecis, renunciado qualquer outro, para dirimir eventuais conflitos.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Integram este Termo o memorando 527/2018, o Plano de Trabalho e demais documentação apresentada pela Organização da Sociedade Civil.

Campo Novo do Parecis-MT, 30 de outubro de 2018.

RAFAEL MACHADO

PREFEITO MUNICIPAL

AGNO SERGIO SILVA RAMOSASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PENITENCIÁRIOS DE CAMPO NOVO DO PARECIS – AGEM – PROJETO AGENTE MIRIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO Nº 112/2018

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do PREGÃO nº 112/2018 – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAÇAMBAS ESTACIONÁRIAS, COM DESTINAÇÃO PARA RESÍDUOS SÓLIDOS NÃO PERIGOSOS, ENTULHOS, E DEMAIS ITENS DO ECOPONTO MUNICIPAL: a empresa DEPÓSITO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CAMPO VERDE LTDA – EPP, CNPJ nº 06.065.605/0001-47, sagrou-se vencedora do certame com o valor de R$ 183.000,00 (cento e oitenta três mil reais). Campo Verde, 30 de outubro de 2018. Leila Gubert – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 60/2018

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeada pelo Decreto Municipal nº 09/2018, torna público para conhecimentos dos interessados a contratação abaixo:

Objeto: Aquisição de material emulsão asfáltica, composto de asfalto de petróleo tipo emulsão betuminosa RR-2C.

Contratado: EMAM – EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA. CNPJ/MF nº 04.420.916/0003-13.

Valor global: R$ 48.986,00 (quarenta e oito mil, novecentos e oitenta e seis reais).

Fundamento Legal: Art. 24, inciso I, da Lei 8.666/93 e art. 1º, I, do Decreto Municipal 33/2017.

Dispensa de Licitação: 60/2018.

Fica ratificada pelo prefeito municipal a dispensa de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o parecer jurídico, nos termos do artigo 26 da lei n° 8.666/93 e suas alterações.

Campos de Júlio - MT, 30 de outubro de 2018.

Rosineia Rodrigues Ramos Silva.

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 361/2018, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

PORTARIA N. 361/2018, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO ELETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal **JOCELENE APARECIDA TAVARES DIAS,** matrícula 1872, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, lotada na Secretária Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social.

PERÍODO AQUISITIVO DE FERIAS
10/01/2016 Á 09/01/2017
PERÍODO DO GOZO DE FERIAS
01/11/2018 À 30/11/2018

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 30 de Outubro de 2018.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
ATO ADMINISTRATIVO DELEGATÓRIO DE PODERES PARA A MOVIMENTAÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS DO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT.

ATO ADMINISTRATIVO DELEGATÓRIO DE PODERES PARA A MOVIMENTAÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS DO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT.

A Caixa Econômica Federal - CEF

Agência: 3437, Confresa – MT.

O **MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o n. 37.465.200/0001-20, com sede situada a Avenida Áurea Tavares de Amorim, s/n. Centro, na cidade de Canabrava do Norte – MT, do qual faz parte o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o n. 14.117. 983/0001-55, por seu representante legal, excelentíssimo senhor Prefeito Municipal **JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 011.173.691-96, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1563807-3, SEJUS/MT, residente e domiciliado à Rua 21 de Abril, Qd. 71, Lt. 08, centro, Canabrava do Norte – MT, na data de 02 de janeiro de 2017, concede poderes específicos a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, Sra. **POLIANA QUEIROZ DE SOUSA**, brasileira, solteira, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 964.728. 201-04, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1682139-4, SSP/MT, residente e domiciliado à Avenida Aurea Tavares de Amorim, centro, Canabrava do Norte – MT, nomeado pela Portaria n. 099/2017, e a **TESOUREIRA,** Sr. **ADELIANE VIANA DA SILVA RODRIGUES**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 2054661-0, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 028.565.241-92, residente e domiciliada à rua Araguaia, s/n, centro, Canabrava do Norte – MT , nomeada pela Portaria n. 347/2018 e embasada na Lei Orgânica Municipal – Lei n. 001/1993, de 15/08/1993, para assinarem CONJUNTAMENTE com o prefeito as transações bancárias das contas-correntes junto à Caixa Econômica Federal – CEF, conforme critérios abaixo:

SEMPRE CONJUNTAMENTE COM O PREFEITO – Sr. JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Abrir e encerrar constas de depósitos; Emitir Cheques; Solicitar saldo e extratos; Requisitar talonário de cheques; Endossar cheques; Cancelar cheques; Baixar cheques; Sustar, contra-ordenar cheques; Efetuar resgates/aplicações financeiras; Efetuar saques conta corrente; Cadastrar, alterar e desbloquear senhas; Efetuar pagamento por meio eletrônico; Efetuar transferência por meio eletrônico; Efetuar transferências para mesma titularidade – meio eletrônico; Liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro; Encerrar contas de depósito; Consultar contas/APLIC. Programa repasse recursos.

Gabinete do Prefeito, em 30 de Outubro de 2018.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

GABINETE
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018

EDITAL COMPLEMENTAR

Nº 002/2018

EXIGÊNCIA DO REGISTRO NO CONSELHO DE CLASSE

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018 da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, nos termos do Edital de Abertura 001/2018, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade,

RESOLVE:

Alterar o Anexo I do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado 001/2018, para CONSTAR a **Exigência do Registro no Conselho de Classe** para alguns cargos de Nível Superior, conforme segue:

CARGO	REQUISITO	REMUNERAÇÃO	CH	VAGAS	LOCAL DE TRABALHO
Enfermeiro	Nível Superior Completo em Enfermagem com Registro no COREN	R$ 6.653,97	40 h	Cadastro Reserva	Sede
Fisioterapia	Nível Superior Completo em Fisioterapia com Registro no CREFITO	R$ 6.455,18	30 h	Cadastro Reserva	Sede
Fonoaudiólogo	Nível Superior Completo em Fonoaudiologia com Registro no Conselho	R$ 3.034,93	20 h	Cadastro Reserva	Sede
Dentista	Ensino Superior Completo em Odontologia com Registro no CRO	R$ 6.575,89	40 h	Cadastro Reserva	Sede
Técnico em Educação Física	Graduação em Educação Física BACHAREL, com Registro no CREF	R$ 3.323,96	40 h	Cadastro Reserva	Sede
Assistente Social	Nível Superior Completo em Assistência Social + Registro no Conselho de Classe	R$ 4.019,68	30 h	Cadastro Reserva	Sede

Canarana, dia 30 de outubro de 2018.

Elaine Noeli Elsenbach

Presidente da Comissão

Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2018

GABINETE
PORTARIA Nº529/2018

De 17 de outubro de 2018.

Altera Período de férias da servidora **SEBASTIANA FERREIRA DE FREITAS** e da outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º – Alterar o segundo período de gozo de férias da servidora,Sebastiana Ferreira de Freitas agendada por meio da portaria n° 768/2017 de 18 de dezembro de 2017,para 15 de janeiro de 2019 a 29 de janeiro de 2019.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º já foram pagas 1/3 a mais da remuneração em 12/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 17 de outubro de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal .

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2018

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº 124/2018 Modalidade: Dispensa de Licitação nº 029/2018

RATIFICO o ato da Comissão Permanente de Licitação, que dispensou licitação com fundamento no art. 24, inciso II da Lei 8.666/93, corrigido e atualizado pela Lei Municipal nº 1.369/2018, c/c Resolução de Consulta nº 17/2014-TP do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, para a contratação da empresa **WAGNER R. DE SOUZA - ME**, inscrita no CNPJ nº 09.242.998/0001-05, estabelecida na Rua Roberta Aguiar nº 285, Quadra R3, lote 14, Bairro Loteamento Chácara Rapadura na cidade de Barra do Garças-MT pelo valor total de **R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)**, para a **realização de pesquisa de opinião publica sobre a satisfação dos usuários dos serviços públicos de saúde, limpeza urbana, coleta de lixo e demais necessidades da população com o intuito de nortear as ações do Poder Publico Municipal,** conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração, face ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

As despesas decorrentes da aquisição do objeto do presente contrato correrão à conta de dotação do orçamento vigente para o exercício de 2018, na seguinte classificação: 3.3.90.39 – outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

Publique-se.

Canarana-MT, 29 de Outubro de 2018.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº530/2018

De 17 de outubro de 2018.

Altera Período de férias da servidora KATIA CRISTINA EGEWARTH e da outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º – Alterar período de gozo de férias da servidora Katia Cristina Egewarth,agendado por meio da portaria n°768/2017 de 18 de dezembro de 2017,para 17 de dezembro de 2018 a 15 de janeiro de 2019.

Art. 2° - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º- O periodo de aquisição de férias compreende a 11/05/2017 a 10/05/2018.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 17 de outubro de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº531/2018

De 17 de outubro de 2018.

Altera Período de férias da servidora **NÍRES TEOTONIO CIRQUEIRA** e da outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º – Alterar o segundo período de gozo de férias da servidora,Níres Teotônio Cirqueira agendada por meio da portaria n° 768/2017 de 18 de dezembro de 2017,para 21 de janeiro de 2019 a 04 de fevereiro de 2019.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º já foram pagas 1/3 a mais da remuneração em 04/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 17 de outubro de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal .

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE DO PREFEITO
TERMO SUPRESSIVO Nº 001/2018

TERMO SUPRESSIVO AO TERMO DE CONVENIO Nº003/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM, POR UM LADO O MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DE OUTRO LADO ALUNOS DO INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO – IFMT, NOS TERMOS DA LEI N.º 1.086/2018.

O MUNICÍPIO DE CARLINDA - MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Tancredo de Almeida Neves s/nº, Centro, Carlinda/MT, CEP: 78587-000, CNPJ 01.617.905/0001-78, neste ato representado por sua Prefeita Senhora **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO**, portadora da Carteira de Identidade RG n.º 1165982-3, SSP/MT, inscrita no CPF sob n.º 854225171-72, com endereço a Estrada com. São Francisco S/N, Zona Rural, CEP: 78.587-000, doravante denominada **CONVENIENTE** e de outro lado,Alunos do Instituto Federal do neste ato representados pela aluna Renata Stefani Rodrigues Alencar portadora do RG n.º 2230288-3, SSP/MT e CPF nº050.930.971-28, **RESOLVEM** firmar o presente **TERMO DE SUPRESSIVO**, nos termos da Lei Municipal n.º1.086/2018, Lei nº 8.666/93 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 **-** O presente Termo Supressivo tem por objetivo suprimir a aluna, Jaqueline de Oliveira de Souza portadora do RG nº 2803986-6 SSP/MT e CPF nº 064.854.461-33 do Termo de Convenio nº 003/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO:

3.1 - Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Termo de Convenio ora aditado, não conflitantes com o presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

4.1 - O presente Termo Supressivo será levado à publicação no Diário Oficial dos Municípios (AMM), dentro do prazo estabelecido pelas normas em vigor.

E por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de testemunhas abaixo.

Carlinda/MT, em 30 de outubro de 2018

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RENATA STEFANI RODRIGUES ALENCAR

Representante de Alunos

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º 154/2018

CONTRATO N°: 154/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A): CARLOS ANTONIO PROCOPIO EIRELI – ME inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 23.504.807/0001-67

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL, CONF PROGRAMA NACIONAL DE ALIM. ESCOLAR PNAE E MERENDA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONF. PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR P/ CRECHE PNAEC/PNAEP/AEE, EJA

VALOR: R$ 89.792,30 (Oitenta e nove mil setecentos e noventa e dois reais e trinta centavos)

VIGÊNCIA: 05/09/2018 a 31/12/2018,

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 05.09.2018

EDITAL N.º 04/2018/GS/SMEC

Edital nº 04/2018/GS/SMEC

O Secretário Municipal de Educação e Cultura, no uso de suas atribuições legais e, com base na Lei nº 528 de 12 de setembro de 2006, torna pública a relação dos candidatos ao cargo de Diretor das Escolas da Rede Municipal de Ensino, que tiveram suas inscrições DEFERIDAS:

Nome	CPF	Escola
Marcia Quintino da Silva	510.528.329-68	Centro Educacional Municipal Pequeno Príncipe
Nilton Cezar Nunes da Silva	771.903.191-15	Escola Municipal “Castanheira”
Sonia Sokolovicz	627.114.071-87	Escolas Rurais Municipais

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheira – MT, 29 de outubro de 2018

_____

Julio Cezar Augusto do Nascimento

Secretário Municipal de Educação e Cultura

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 119/2018

DO OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos para atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 119.928,00 (cento e dezenove mil, novecentos e vinte e oito reais).

VIGENCIA: 12 (doze) meses

CONTRATADO: GMX LOCACOES E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.542.711/0001-62.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA

SETOR DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº61/2018

PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 019/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1365/2018

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.507.530/0001-19, com sede na Rua Tiradentes, nº 166, Centro, na cidade de Chapada dos Guimarães/MT, neste ato representado por pela sua Prefeita, Srª. **THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA**, brasileira, viúva, enfermeira, portadora do documento de Identidade n.º 303000 SSP/MT, e inscrita no CPF n.º 171.785.171-15 e pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** neste ato representado por seu Secretário(a) **Sr(a) JAMIRSON ALVES MURTINHO**, portador(a) da Carteira de Identidade RG nº. 13840061 e do CPF nº. 946.889.661-72 denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.889.035/0001-02, com sede na Rua Rubens Dersks, nº 105, Bairro Distrito Industrial - telefone: (54) 3522-4273, Município de Erechim/RS, neste ato representada por seu representante legal Sra. **MARCELA MANZANO DE FREITAS**, portador da Cédula de Identidade RG nº 16132173 SSP/MT e CPF sob o nº. 006.913.241-07, doravante denominada FORNECEDORA, considerando o resultado da licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 19/2018 do Processo Administrativo 1365/2018, RESOLVE** registrar os preços, nas quantidades estimadas anual, de acordo com a classificação por ela alcançada **do ITEM,** atendendo das condições previstas no Instrumento Convocatório, e as constantes desta **Ata de Registro de Preços**, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002; Decreto Municipal n.º 022, de 17 de maio de 2016; Decreto Municipal n.º 017, de 07 de março de 2012, que aprovou a Instrução Normativa SCLA n.º 004/2012; e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores:

1 CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender a secretaria municipal de saúde do Município de Chapada dos Guimarães, para atender a demanda do Hospital Dom Osvaldo, Centro de Especialização, Unidade de Saúde da Família do Centro, Unidade de Saúde da Família do Olho d" Água I, Unidade de Saúde da Família do Olho d" Água II, Unidade de Saúde da Família da Jangada Roncador, Unidade de Saúde da Família da Praia Rica, Unidade de Saúde da Família Água Fria, Unidade de Saúde da Família do João Carro, Unidade de Saúde Santa Cruz, Unidade de Saúde da Aldeia, Cadeia Pública de Chapada dos Guimarães, de acordo com as condições e demais especificações contidas no Edital e seus Anexos.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Superintendência de Licitação no seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município nas questões legais.

4 CLÁUSULA QUARTA – DAS ESPECIFICAÇÕES, DO LOCAL, DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1 DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS;

4.1.1 Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender a secretaria municipal de saúde do Município de Chapada dos Guimarães, para atender a demanda do Hospital Dom Osvaldo, Centro de Especialização, Unidade de Saúde da Família do Centro, Unidade de Saúde da Família do Olho d" Água I, Unidade de Saúde da Família do Olho d" Água II, Unidade de Saúde da Família da Jangada Roncador, Unidade de Saúde da Família da Praia Rica, Unidade de Saúde da Família Água Fria, Unidade de Saúde da Família do João Carro, Unidade de Saúde Santa Cruz, Unidade de Saúde da Aldeia, Cadeia Pública de Chapada dos Guimarães:

item	descrição	quantidade	un.	marca	valor	total
14187	cloreto de potassio 19,1% 10 ml	5000,0000	un - unidade	samtec	0,2100	1.050,0000
17019	alendronato sodio 70 mg comprimido	6000,0000	un - unidade	delta	0,2200	1.320,0000
66	acebrofilina xarope ad 50mg/5ml c/ 120ml	7000,0000	un - unidade	cimed	4,1000	28.700,0000
65	acebrofilina xarope ped 25mg/5ml c/120 ml	3000,0000	un - unidade	prati	3,0000	9.000,0000
14223	amitriptilina 25mg comprimido	100000,0000	un - unidade	teuto	0,0300	3.000,0000
17030	amoxilina 500 mg capsulas	40000,0000	un - unidade	prati	0,1600	6.400,0000
20039	anlodipino 10mg comprimido	90000,0000	un - unidade	geolab	0,0600	5.400,0000
17039	anlodipino 5mg comprimido	90000,0000	un - unidade	geolab	0,0300	2.700,0000
17051	azitromicina 500mg comprimido	25000,0000	un - unidade	medquimica	0,4500	11.250,0000

14291	benzilpenicilina benzatina 600.000 ui fa s/ diluente	8000,0000	un - unidade	teuto	6,1700	49.360,0000	
17053	benzilpenicilina benzatina po para solução injetavel 1.200.000 ui fa s	12000,0000	un - unidade	teuto	8,4400	101.280,0000	
62537	bupropiona comprimido 150mg	2000,0000	un - unidade	geolab	0,3500	700,0000	
15110	carbamazepina 200 mg comprimido	40000,0000	un - unidade	teuto	0,0900	3.600,0000	
64390	cefalexina 250 mg/5 ml c/ 60ml	6000,0000	un - unidade	teuto	5,7200	34.320,0000	
17085	cefalexina 500 mg capsulas	50000,0000	un - unidade	teuto	0,3100	15.500,0000	
60952	ceftriaxona 1g sodica fa injetavel im/iv	14000,0000	un - unidade	blau	7,7900	109.060,0000	
17101	clonazepam 2,5mg/ml - fr. com 20ml	7000,0000	un - unidade	geolab	1,9500	13.650,0000	
30227	clonazepam 2 mg comprimido	35000,0000	un - unidade	geolab	0,0500	1.750,0000	
62567	cloridrato de sertralina 50mg comprimido	20000,0000	un - unidade	geolab	0,1000	2.000,0000	
52020	cloridrato de tramadol 50mg/ml ampola com 1ml im/iv	14000,0000	un - unidade	teuto	0,5900	8.260,0000	
62569	codeina 30mg + paracetamol 500mg comprimido	15000,0000	un - unidade	geolab	0,3200	4.800,0000	
50092	dexclorfeniramina 2mg comprimidos	20000,0000	un - unidade	geolab	0,0700	1.400,0000	
62578	dexclorfeniramina xpe 0,4mg/ml 100 ml vd	10000,0000	un - unidade	hipolabor	1,0500	10.500,0000	
30229	diazepam 5mg comprimidos	30000,0000	un - unidade	santisa	0,0700	2.100,0000	
62596	diclofenaco 50 mg comprimido	80000,0000	un - unidade	vitamed	0,0300	2.400,0000	
3195	fluconazol 150 mg capsula	12000,0000	un - unidade	medquimica	0,4200	5.040,0000	
3209	fluoxetina, cloridrato cápsula 20 mg	100000,0000	un - unidade	teuto	0,0600	6.000,0000	
15215	furosemida 20mg/ml ampola com 2 ml	12000,0000	un - unidade	santisa	0,4200	5.040,0000	
17179	glibenclamida 5mg comprimido	100000,0000	un - unidade	medquimica	0,0200	2.000,0000	
17181	glicose 50% - 10ml ampola	6000,0000	un - unidade	samtec	0,2200	1.320,0000	
7137	hidrocortisona 100mg inj sem diluente-fa	8000,0000	un - unidade	teuto	2,1900	17.520,0000	
14349	hidrocortisona 500mg injetável frasco/ampola	12000,0000	un - unidade	teuto	4,5200	54.240,0000	
64417	ibuprofeno 300mg comprimido	15000,0000	un - unidade	geolab	0,1500	2.250,0000	
3707	itraconazol cápsula 100 mg	4000,0000	un - unidade	geolab	0,7700	3.080,0000	
4271	loratadina 1mg/ml xarope 100ml	8000,0000	un - unidade	mariol	2,1700	17.360,0000	
62613	metoclopramida 4mg/ml suspensão oral com 10ml	12000,0000	un - unidade	mariol	0,6100	7.320,0000	
61361	metoclopramida 5mg/ml amp 2ml	25000,0000	un - unidade	teuto	0,3100	7.750,0000	
17315	sulfato ferroso 40mg drageas	40000,0000	un - unidade	vitamed	0,0400	1.600,0000	
30204	vitamina c 500mg ampola com 5ml	20000,0000	un - unidade	santisa	0,6100	12.200,0000	
17199	losartana potássica 100 mg anti-hipertensivo	150000,0000	un - unidade	prati	0,2100	31.500,0000	
62585	glimepirida 2mg comprimido	40000,0000	un - unidade	cimed	0,0700	2.800,0000	
15043	adenosina 6mg/ml inj. ampola	250,0000	un - unidade	hipolabor	9,5300	2.382,5000	
62587	dobutamina 250mg/20 ml inj. ampola	2500,0000	un - unidade	teuto	3,9700	9.925,0000	
62589	norepinefrina 8mg/4ml inj. ampola	3500,0000	un - unidade	hipolabor	2,0400	7.140,0000	
62592	agua para injetaveis 10 ml	50000,0000	un - unidade	samtec	0,1400	7.000,0000	
13328	acido folico 5 mg c/20 cpr (neo folico)	40000,0000	un - unidade	hipolabor	0,0400	1.600,0000	
20314	terbutalina 0,5mg/ml ampola	2500,0000	un - unidade	hipolabor	2,2000	5.500,0000	
64512	clicobenzaprina 10mg: relaxante muscular/ comprimido.	5000,0000	un - unidade	cimed	0,1800	900,0000	
64508	omeprazol 40 mg sol. inj ev: inibidor da bomba de prótons.	1500,0000	un - unidade	blau	5,7100	8.565,0000	
64506	digoxina cpr 0.25 mg: antiarrítmico	20000,0000	un - unidade	pharlab	0,0500	1.000,0000	
4832	nimesulida 100 mg. comp.	20000,0000	un - unidade	cimed	0,0500	1.000,0000	
64419	metronidazol 250mg comprimido	20000,0000	un - unidade	prati	0,1100	2.200,0000	

62531	mononitrato de isossorbida 40mg compr	4000,0000	un - unidade	zydus	0,2400	960,0000
17237	nifedipino 10mg comprimido	50000,0000	un - unidade	geolab	0,0400	2.000,0000
4829	nifedipino 20mg comprimido	100000,0000	un - unidade	geolab	0,0500	5.000,0000
4842	nistatina solução 50 ml	2000,0000	un - unidade	prati	3,7200	7.440,0000
20250	paracetamol 500 mg compri.	40000,0000	un - unidade	prati	0,0500	2.000,0000
62538	paroxetina 20 mg compri.	10000,0000	un - unidade	zydus	0,2200	2.200,0000
62541	prednisolona 1 mg/ml c/ 100ml	5000,0000	un - unidade	prati	6,2900	31.450,0000
62548	ranitidina 150 mg compri.	20000,0000	un - unidade	medquimica	0,0800	1.600,0000
5711	ranitidina 25mg ampola.	20000,0000	un - unidade	teuto	0,4100	8.200,0000
6183	salbutamol 0,48mg/ml xarope oral 120ml	3000,0000	un - unidade	prati	1,1000	3.300,0000
339	amiodarona 200mg crp	35000,0000	un - unidade	geolab	0,3100	10.850,0000
324	amicacina 500mg inj ampola	5000,0000	un - unidade	teuto	1,4100	7.050,0000
62525	oleo hidratante c/ acido graxos essenciais 100 ml	150,0000	un - unidade	nutriex	2,3000	345,0000
VALOR TOTAL						**R$736.127,5000**

Valor total: **R$ 736.127,50** (setecentos e trinta e seis mil cento e vinte e sete reais e cinquenta centavos)

4.1.2 Do Local da entrega:

Secretaria: Secretaria Municipal de Saúde
Endereço: Rua E Bairro Santa Cruz
Telefone(s): 3301-1116
Contato: 3301-1116
E-mail: saudechapa@gmail.com

4.1.3 Do Prazo: 07 Dias (A partir da confecção do empenho e realização do pedido)

4.1.4 A embalagem do produto devera estar livre de violação de lacre e em perfeito estado, com as devidas garantias.

4.2 DA FINALIDADE:

Estes medicamentos serão utilizados para abastecer a farmácia municipal, a UPA (Unidade de Pronto Atendimento), Hospital, os PSFs (Posto de Saúde da Família) rural e urbano, CEM (Centro de Especialidades Médicas), para que se possa melhor atender a população de Chapada dos Guimarães

5 CLÁUSULA QUINTA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação.

5.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços – SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos convocatórios e respectivos contratos decorrentes, obedecido ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993.

5.3 A existência dos preços registrados não obriga a Administração e outros Órgãos/Entidades a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição/prestação de serviço(s), obedecida à legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro à preferência de entrega/execução do(s) produto/serviço(s), em igualdade de condições.

5.4 Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o ITEM, respeitadas à legislação, observando-se o seguinte.

5.5 O(s) preço(s) registrado(s) e a indicação do(s) respectivo(s) fornecedor(es) serão divulgados no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães, por meio do endereço: www.chapadadosguimaraes.mt.gov.br, na opção de Serviço de Informação ao Cidadão – “SIC”, em seguida na aba “Licitações” ou no link “LICITAÇÃO”, localizado na parte final da página inicial da Prefeitura e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

5.6 Quando das contratações decorrentes do registro de preços respeitar-se-á a ordem de classificação das empresas constantes da Ata;

5.7 Os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade do fornecimento do objeto, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados;

5.8 Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

5.9 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão municipal ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

5.10 Os órgãos e entidades que não participaram do PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar formalmente o pedido e interesse junto ao órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão,

com descrição e especificações dos produtos e quantitativos do ITEM que tenha interesse, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a ser praticado;

5.11 Caberá a Fornecedora beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.12 Os fornecimentos adicionais a que se refere os itens anteriores não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.13 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não pode exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

5.14 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

5.15 Ao órgão não participante compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

5.16 O órgão que efetivar o fornecimento será responsável pelos atos relativos ao cumprimento, pelo fornecedor, das condições pactuadas, aí incluída a aplicação de eventuais penalidades.

5.17 Caberá ao órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, descrever no seu pedido:

5.18 A especificação/descrição do objeto pretendido, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

5.19 A estimativa de quantidades a serem fornecidas no prazo de validade do registro;

5.20 O preço unitário e total do estimado das quantidades a serem fornecidas;

5.21 A quantidade total de unidades a ser aderida, por ITEM;

5.22 O prazo de validade de registro de preço;

5.23 Descrição das condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento, dotação orçamentária e, complementarmente, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características dos produtos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados por parte do fornecedor.

5.24 Fazer acompanhar dos orçamentos prévios para comprovação de vantagens.

5.25 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

5.26 A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviços, conforme disposto no art. 62 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

5.27 A Ata de Registro de Preços não poderá sofrer acréscimos em seus quantitativos, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 21 de junho de 1993.

5.28 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

5.29 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deve:

5.29.1.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.29.1.2 Frustrada a negociação, o fornecedor, será liberado do compromisso assumido;

5.29.1.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.29.1.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.29.1.5 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

5.29.1.6 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

5.29.1.7 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.29.1.8 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Secretaria Solicitante.

5.30 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas pela Superintendência de Licitação.

5.31 A partir da vigência da Ata de Registro de preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, as penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

5.32 É facultado à administração, quando o convocado não cumprir as exigências do edital ou não assinar a ata de registro de preços, no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.33 A recusa injustificada de fornecedor (es) classificado(s) em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas no edital.

5.34 A divulgação da Ata de Registro de Preços ocorrerá por publicação no Diário Oficial Eletrônico da Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM, no endereço eletrônico https://diariomunicipal.org/mt/amm/.

6 CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

6.1 Após a assinatura da Ata de Registro de Preço a Fornecedora se obriga, nos termos desta Ata, a assinar o contrato no período de vigência da Ata, onde passará a ser Contratada, e posteriormente retirar a Nota de Empenho para o fornecimento no prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal.

6.1.1 O contrato deverá ser assinado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir da convocação Oficial pela Superintendência de Licitação.

6.2 A Fornecedora obriga-se a cumprir, durante o período da vigência da Ata e do Contrato, todas as exigências, bem como, descrição e especificações básicas apresentadas nesta Ata, no edital e seus anexos.

6.3 A Fornecedora é obrigada a prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do município de Chapada dos Guimarães e atender prontamente a eventuais solicitações/reclamações.

6.4 A Fornecedora é obrigada a responsabilizar por todos os danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, na forma do art.70, da Lei n.º 8.6666/93.

6.5 A Fornecedora compromete-se ainda a:

6.5.1 Manter durante toda a execução do Contrato, as condições de qualificação e habilitação exigidas, obedecendo às disposições legais e regulamentos pertinentes.

6.5.2 Atender prontamente quaisquer exigências do fiscal do contrato, inerente ao objeto da contratação, bem como manter todas as condições estabelecidas neste instrumento.

6.5.3 Fornecer os produtos sempre em rigorosa observância aos termos da Contratação e da proposta a que se vinculam, bem como as cláusulas contratuais.

6.5.4 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação do serviço e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender.

6.5.5 Substituir, às suas expensas e responsabilidade, o serviço que não estiver de acordo com as especificações, sem ônus para a Contratante no todo ou em parte.

6.5.6 Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

6.5.7 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de transporte e demais custos resultantes da execução do contrato.

6.5.8 Responder por danos causados diretamente à Autarquia ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

6.5.9 Aceitar, nas mesmas condições acordadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, observando-se, em qualquer caso, o disposto na Lei de Licitações.

6.5.10 A empresa deverá disponibilizar atendimento, através de linha telefônica fixa e de telefonia móvel (celular) dentro do município de Chapada dos Guimarães, bem como um preposto para atender por e-mail ou nas dependências da Contratada ou da Contratante, caso ocorra possíveis alterações e solicitações de informações imediata.

6.5.11 Não caucionar ou utilizar o Contrato para quaisquer operações financeiras, sob pena de rescisão contratual.

6.5.12 Responsabilizar-se pelo pagamento de danos materiais e ou prejuízos de outra natureza causados por seus empregados no desempenho das atividades contratadas, em bens da CONTRATANTE ou de terceiros.

6.5.13 Garantir o atendimento extraordinários requisitados pela CONTRATANTE em situações excepcionais, como feriados e finais de semana.

6.5.14 Identificar seus funcionários com crachás e/ou devidamente uniformizados, quando no atendimento aos serviços solicitados.

6.5.15 Disponibilizar e manter informados os fiscais do Contratado, disponibilizando números de telefones para contato, e-mail e ou outra forma qualquer de meio eletrônico, sendo o primeiro, de natureza obrigatória.

6.5.16 Cumprir com as condições estabelecidas pela CONTRATANTE, obedecendo as condições fixadas no Contrato/Ordem de Fornecimento e Serviço e na proposta de preços.

6.5.17 Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

6.5.18 Responder pelos vícios e defeitos efetuando a substituição caso o equipamento apresente quaisquer irregularidades no funcionamento, segundo a garantia.

7 CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 A Contratante é obrigada a proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Fornecedora às dependências da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS, desde que devidamente autorizados.

7.2 A Contratante compromete-se a:

7.2.1 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

7.2.2 Comunicar a Contratada, de imediato, qualquer irregularidade verificada na aquisição dos serviços.

7.2.3 Efetuar o pagamento nas condições estabelecidas neste instrumento e fiscalizar, rigorosamente, os serviços prestados e cumprimento do objeto do Contrato.

7.2.4 Designar o fiscal e suplente de fiscal do Contrato, por meio de Portaria, ao qual ficará responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto contratado.

7.2.5 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das execuções contratuais.

7.2.6 Efetuar os pagamentos dentro do prazo estipulado e condições estabelecidas no contrato.

7.2.7 Aplicar as penalidades previstas no edital e instrumento contratual, na hipótese da Contratada não cumprir as cláusulas contratuais, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos serviços, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à Contratante.

7.2.8 Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo preposto da Contratada.

7.2.9 Efetuar a análise e consignar o “atesto” nas faturas/notas fiscais emitidas pela Contratada, efetivando o respectivo pagamento.

7.2.10 Rejeitar, no todo ou em parte, os itens de serviço em desacordo com o Contrato.

7.2.11 Prestar aos empregados da CONTRATADA informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza do fornecimento que tenham a executar;

7.2.12 Certificar que a entrega do objeto está sendo com a qualidade técnica, realizar a cobrança quando não realizado adequadamente;

7.2.13 Comunicar por escrito a CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada no fornecimento;

7.2.14 A entrega em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis;

7.2.15 A fiscalização pela Contratante, não exonera nem diminui a completa responsabilidade da futura FORNECEDORA, por qualquer inobservância ou omissão às Cláusulas contratuais

7.2.16 A gestão e fiscalização será exercida por servidor especialmente designado ao qual, compete dentre outras o dever de analisar as regras de negócios, as quantidades e valores a serem contratados de acordo com as disponibilidades orçamentárias/financeiras e as necessidades do órgão/entidade.

7.2.17 Notificar, formal e tempestivamente, a FORNECEDORA sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação.

7.2.18 Notificar a FORNECEDORA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

7.2.19 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação em conformidade com o Artigo 70 da Lei Federal Nº 8.666/93.

8 CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de vigência da Ata se recusar a assinar no *prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis* o contrato ou deixar de realizar a execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, apresentar documentação falsa ou fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, estarão sujeitas as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações legais.

a) Advertência. b) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor registrado; c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 05 (anos) anos; e/ou, d) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, reabilitação esta que será concedida sempre que a licitante ressarcir à Administração pelos prejuízos e, depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra “b”

8.2 As multas previstas nesta seção não eximem a licitante da reparação de eventuais perdas e danos ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

8.3 Se a licitante não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por parte do Município de Chapada dos Guimarães, o respectivo valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Procuradoria Geral do Município.

8.4 Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

8.5 As sanções pecuniárias a que se referem às cláusulas anteriores poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Contratante, ou, se for o caso, cobrada administrativamente ou judicialmente, aplicando-se subsidiariamente, as normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

8.6 A Fornecedora poderá ser penalizada inclusive com eventual rescisão do contrato caso à qualidade dos serviços e/ou a presteza no atendimento deixarem de corresponder à expectativa.

9 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA

9.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

9.1.1 Quando a Fornecedora não cumprir as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e/ou no Edital e seus anexos;

9.1.2 Quando a Fornecedora não retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 Quando a Fornecedora der causa a rescisão administrativa decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

9.1.5 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

9.1.6 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado.

9.1.7 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a Fornecedora será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.1.8 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Fornecedora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial Eletrônico da Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM, no endereço eletrônico https://diariomunicipal.org/mt/amm/..

9.1.9 A solicitação da Fornecedora para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão Gerenciador, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

9.1.10 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da Fornecedora relativas aos fornecimentos do objeto.

9.1.11 Caso o Órgão Gerenciador não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que a Fornecedora cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

10.1.1 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços;

10.1.2 A presente Ata de Registro de Preços Integra o Edital de Pregão Presencial/Registro de Preços nº 019/2018 e seus anexos e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) classificada(s).

11 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

11.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Chapada dos Guimarães do Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja**.**

E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **03 (três) vias de igual teor e forma** que, lido e achado conforme pelas **PARTES**, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Chapada dos Guimarães/MT, 15 de outubro de 2018.

CONTRATANTE:

_____

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

JAMIRSON ALVES MURTINHO RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO

Secretário Municipal de Saúde Procurador Geral do Município –

OAB/MT nº 11.055

FORNECEDORA:

_____

Empresa:INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ:12.889.035/0001-02

Representante:MARCELA MANZANO DE FREITAS

CPF:nº. 006.913.241-07 RG: 16132173 SSP/MT

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

RG: RG:

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 120/2018

DO OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos para atender as necessidades da Secretaria de Turismo do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 84.564,00 (oitenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e quatro reais).

VIGENCIA: 12 (doze) meses

CONTRATADO: GMX LOCACOES E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.542.711/0001-62.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 094/2018

DO OBJETO: contratação de empresa para aquisição de material de consumo para manutenção de bens e imóveis, sendo tintas, verniz e esmalte, na cor padrão do governo, com finalidade de atender as necessidades das Secretarias Municipais de Chapada dos Guimarães-MT.

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 197.647,50 (cento e noventa e sete mil, seiscentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

CONTRATADO: EDER ROBERTO DE PAULA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.822.294/0001-41.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 030/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3494/2018

Órgão Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E MEIO AMBIENTE – SMTUR

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares e comerciais, para atender as necessidades do Município de Chapada dos Guimarães/MT, de acordo com as condições e demais especificações contidas no Edital e seus Anexos.

Data/Horário: 22/11/2018 às 09:00h (nove horas) – Fuso Horário Local (Chapada dos Guimarães).

Informações/Contato:

Superintendência de Licitação/Secretaria Municipal de Administração

Telefone: (65) 3301-1570.

Atendimento:

- Telefônico: 09:00 às 12:00h e 14:00 às 18:00h.

- Presencial: 12:00 às 18:00h.

E-mail: licitachapada@gmail.com.

Endereço para retirada do Edital: O Edital completo e seus anexos poderão ser retirados no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães, por meio do endereço: www.chapadadosguimaraes.mt.gov.br, na opção de Serviço de Informação ao Cidadão – "SIC", em seguida na aba "Licitações" ou no link "LICITAÇÃO", localizado na parte final da página inicial da Prefeitura.

Maili da Silva Matoso

Pregoeiro Oficial

Visto:

Stéphanas Padilha

Superintendente de Licitação

Chapada dos Guimarães/MT, 30 de outubro de 2018.

SETOR DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº60/2018

PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 019/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1365/2018

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.507.530/0001-19, com sede na Rua Tiradentes, nº 166, Centro, na cidade de Chapada dos Guimarães/MT, neste ato representado por pela sua Prefeita, Srª. **THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA**, brasileira, viúva, enfermeira, portadora do documento de Identidade n.º 303000 SSP/MT, e inscrita no CPF n.º 171.785.171-15 e pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** neste ato representado por seu Secretário(a) **Sr(a) JAMIRSON ALVES MURTINHO**, portador(a) da Carteira de Identidade RG nº. 13840061 e do CPF nº. 946.889.661-72 denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **PRO SAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.297.758/0001-03, com sede na Quadra 02, lotes 49,51, 53 e 55, Bairro Industrial - telefone: (61) 3044-3261, Município de Ceilândia/DF, neste ato representada por seu representante legal Sr. **ANTONIO NETO SOUSA LOPES**, portador da Cédula de Identidade RG nº 0854434330 SSP/BA e CPF/MT sob o nº. 002.038.275-89, doravante denominada FORNECEDORA, considerando o resultado da licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 19/2018 do Processo Administrativo 1365/2018, RESOLVE** registrar os preços, nas quantidades estimadas anual, de acordo com a classificação por ela alcançada **do ITEM,** atendendo das condições previstas no Instrumento Convocatório, e as constantes desta **Ata de Registro de Preços**, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002; Decreto Municipal n.º 022, de 17 de maio de 2016; Decreto Municipal n.º 017, de 07 de março de 2012, que aprovou a Instrução Normativa SCLA n.º 004/2012; e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores:

1 CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender a secretaria municipal de saúde do Município de Chapada dos Guimarães, para atender a demanda do Hospital Dom Osvaldo, Centro de Especialização, Unidade de Saúde da Família do Centro, Unidade de Saúde da Família do Olho d" Água I, Unidade de Saúde da Família do Olho d" Água II, Unidade de Saúde da Família da Jangada Roncador, Unidade de Saúde da Família da Praia Rica, Unidade de Saúde da Família Água Fria, Unidade de Saúde da Família do João Carro, Unidade de Saúde Santa Cruz, Unidade de Saúde da Aldeia, Cadeia Pública de Chapada dos Guimarães, de acordo com as condições e demais especificações contidas no Edital e seus Anexos.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Superintendência de Licitação no seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município nas questões legais.

4 CLÁUSULA QUARTA – DAS ESPECIFICAÇÕES, DO LOCAL, DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1 DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS;

4.1.1 Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender a secretaria municipal de saúde do Município de Chapada dos Guimarães, para atender a demanda do Hospital Dom Osvaldo, Centro de Especialização, Unidade de Saúde da Família do Centro, Unidade de Saúde da Família do Olho d" Água I, Unidade de Saúde da Família do Olho d" Água II, Unidade de Saúde da Família da Jangada Roncador, Unidade de Saúde da Família da Praia Rica, Unidade de Saúde da Família Água Fria, Unidade de Saúde da Família do João Carro, Unidade de Saúde Santa Cruz, Unidade de Saúde da Aldeia, Cadeia Pública de Chapada dos Guimarães:

Item	Descrição	Quantidade Un.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
62520	acido tranexamico 250mg/ml iv - ampola	5000,0000	un - unidade	hipolabor	5,8300	29.150,0000
15070	amoxicilina 500 mg + clavulanato de potassio	15000,0000	un - unidade	ems	1,3200	19.800,0000
20056	bicarbonato de sódio 8,4% c/ 10 ml iv	1200,0000	un - unidade	samtec	0,5400	648,0000
17064	bromidrato de fenoterol com 20 ml frs	5000,0000	un - unidade	hipolabor	3,4700	17.350,0000
62540	butilbrometo de escopolamina gotas 10mg/ml com 20ml	6000,0000	un - unidade	hipolabor	8,2500	49.500,0000
62546	carvedilol 3,125 mg crp	20000,0000	un - unidade	biolab	0,1600	3.200,0000
20089	cefalotina 1g inj - fa	5000,0000	un - unidade	blau	4,0300	20.150,0000
17309	cloranfenicol 1g im/iv sem diluente fa	3500,0000	un - unidade	blau	4,0800	14.280,0000
62572	decanoato de haloperidol 50mg/ml sol. inj.	1000,0000	un - unidade	uniao quimica	6,9800	6.980,0000
64397	dexametasona 2mg/ml - ampola	15000,0000	un - unidade	farmace	0,5200	7.800,0000
62574	dexametasona 0,1% creme 10g	8000,0000	un - unidade	prati donaduzzi	1,0800	8.640,0000
62583	diclofenaco 75mg ampola com 3ml	25000,0000	un - unidade	hipolabor	0,6000	15.000,0000
62599	dopamina 5mg/ml solução injetavel ampola com 10 ml	6000,0000	un - unidade	hipolabor	1,5000	9.000,0000
62603	enoxoparina sodica 40 mg/0,4 ml sub curtanea seringas graduadas	600,0000	un - unidade	blau	25,5000	15.300,0000
62604	epinefrina, cloridrato 1 mg/ml solução injetavel	6000,0000	un - unidade	blau	2,2100	13.260,0000
17154	fenobarbital gotas c/ 20 ml 40 mg/ml frs	2000,0000	un - unidade	sanval	2,6000	5.200,0000
20171	flumazenil 0,1mg/ml iv c/ 5 ml	2000,0000	un - unidade	biochimico	15,3000	30.600,0000
61359	gentamicina 80mg/2ml	8000,0000	un - unidade	hipolabor	0,8500	6.800,0000
62517	hidralazina 20mg/ml inj amp	1000,0000	un - unidade	cristalia	5,8500	5.850,0000
62524	levotiroixina 25ug c/30cpr	15000,0000	un - unidade	merck	0,1200	1.800,0000
62526	maleato de metilergometrina 0,2mg/ml	1500,0000	un - unidade	uniao quimica	1,6100	2.415,0000
62527	mesilato de doxazosina 4mg compr	8000,0000	un - unidade	merck	0,3500	2.800,0000
30236	metildopa 250 mg comprimido	80000,0000	un - unidade	sanval	0,4500	36.000,0000
55466	vitamina k inj ampola	3000,0000	un - unidade	hipolabor	1,4300	4.290,0000
62591	citrato de fentanila 0,05 mg/10 ml injet.	5000,0000	un - unidade	hipolabor	2,0600	10.300,0000
62593	cloreto suxametonio 100 mg pó	2000,0000	un - unidade	blau	12,6000	25.200,0000
17240	nitroprussiato de sódio 50mg/2ml ampola	1000,0000	un - unidade	hypofarma	13,5300	13.530,0000
62595	argipressina 20 u/ml solução injetavel	200,0000	un - unidade	biolab	29,2500	5.850,0000
1736	cetoconazol com . 200 mg	30000,0000	un - unidade	prati donaduzzi	0,1800	5.400,0000
1738	cetoconazol creme 20 mg/g (2%) bisnaga	6000,0000	un - unidade	sobral	1,9000	11.400,0000
55511	soro fisiologico 0,9 % 250ml x 40 fr	80000,0000	un - unidade	beker	2,1400	171.200,0000
14209	nistatina creme vaginal cx c/100 tb	10000,0000	un - unidade	green pharma	3,7000	37.000,0000
64509	cimetidina 150 mg/ml solução inj: antiácido e antiulceroso	5000,0000	un - unidade	hypofarma	0,8700	4.350,0000
64507	aminofilina - 0,24mg/ml solução injetável: broncodilatador/ ampola	3500,0000	un - unidade	farmace	1,0400	3.640,0000
62528	metronidazol 400 mg compr	10000,0000	un - unidade	ems	0,4400	4.400,0000
30196	metronidazol 40mg / 100 ml	2000,0000	un - unidade	ems	8,2500	16.500,0000
64420	metronidazol gel vaginal	8000,0000	un - unidade	sanval	4,2000	33.600,0000
62530	midazolam 15 mg/3ml	4000,0000	un - unidade	hipolabor	1,5300	6.120,0000
4833	nimesulida 50mg c/ 15 ml	6000,0000	un - unidade	vitamedic	1,5000	9.000,0000
62536	pantoprazol 40 mg	30000,0000	un - unidade	ems	0,1800	5.400,0000
20258	prometazina 25mg ampola	15000,0000	un - unidade	sanval	2,3300	34.950,0000
58136	soro fisiologico 0,9% 500 ml bolsa flexivel sistema fechado	50000,0000	un - unidade	beker	2,7800	139.000,0000
62553	soro glicofisiologico 5%/0,9% 500 ml bolsa flexivel sistema fechado	10000,0000	un - unidade	beker	2,5400	25.400,0000
62554	soro glicose 50% 500ml bolsa flexivel sistema fechado	15000,0000	un - unidade	beker	2,5400	38.100,0000
62555	soro ringer com lactato 500ml bolsa flexivel sistema fechado	10000,0000	un - unidade	beker	2,6400	26.400,0000
6421	sulfadiazina de prata 1% creme c/ 50 gramas	6000,0000	un - unidade	prati donaduzzi	3,7500	22.500,0000
14394	sulfato de atropina 0,25mg/1ml ampola	5000,0000	un - unidade	isofarma	0,3600	1.800,0000
62556	sulfato de magnesio 10% inj-amp.	4000,0000	un - unidade	samtec	0,3200	1.280,0000
20122	alopurinol 100mg comprimido	50000,0000	un - unidade	sanval	0,0600	3.000,0000
62523	cloreto de sodio 20% ampola	5000,0000	un - unidade	samtec	0,2200	1.100,0000
1900	cloreto de sodio 0,9% solução nasal c/ 30 ml	5000,0000	un - unidade	farmace	0,7200	3.600,0000
VALOR TOTAL					**R$ 985.833,0000**	

Valor total R$ 985.833,00 (novecentos e oitenta e cinco mil oitocentos e trinta e três reais)

4.1.2 Do Local da entrega:

Secretaria: Secretaria Municipal de Saúde
Endereço: Rua E Bairro Santa Cruz
Telefone(s): 3301-1116
Contato: 3301-1116
E-mail: saudechapa@gmail.com

4.1.3 Do Prazo: 07 Dias (A partir da confecção do empenho e realização do pedido)

4.1.4 A embalagem do produto devera estar livre de violação de lacre e em perfeito estado, com as devidas garantias.

4.2 DA FINALIDADE:

Estes medicamentos serão utilizados para abastecer a farmácia municipal, a UPA (Unidade de Pronto Atendimento), Hospital, os PSFs (Posto de Saúde da Família) rural e urbano, CEM (Centro de Especialidades Médicas), para que se possa melhor atender a população de Chapada dos Guimarães

5 CLÁUSULA QUINTA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação.

5.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços – SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos convocatórios e respectivos contratos decorrentes, obedecido ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993.

5.3 A existência dos preços registrados não obriga a Administração e outros Órgãos/Entidades a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição/prestação de serviço(s), obedecida à legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro à preferência de entrega/execução do(s) produto/serviço(s), em igualdade de condições.

5.4 Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o ITEM, respeitadas à legislação, observando-se o seguinte.

5.5 O(s) preço(s) registrado(s) e a indicação do(s) respectivo(s) fornecedor(es) serão divulgados no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães, por meio do endereço: www.chapadadosguimaraes.mt.gov.br, na opção de Serviço de Informação ao Cidadão – “SIC”, em seguida na aba “Licitações” ou no link “LICITAÇÃO”, localizado na parte final da página inicial da Prefeitura e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

5.6 Quando das contratações decorrentes do registro de preços respeitar-se-á a ordem de classificação das empresas constantes da Ata;

5.7 Os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade do fornecimento do objeto, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados;

5.8 Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

5.9 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão municipal ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

5.10 Os órgãos e entidades que não participaram do PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar formalmente o pedido e interesse junto ao órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, com descrição e especificações dos produtos e quantitativos do ITEM que tenha interesse, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a ser praticado;

5.11 Caberá a Fornecedora beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.12 Os fornecimentos adicionais a que se refere os itens anteriores não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.13 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não pode exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

5.14 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

5.15 Ao órgão não participante compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

5.16 O órgão que efetivar o fornecimento será responsável pelos atos relativos ao cumprimento, pelo fornecedor, das condições pactuadas, aí incluída a aplicação de eventuais penalidades.

5.17 Caberá ao órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, descrever no seu pedido:

5.18 A especificação/descrição do objeto pretendido, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

5.19 A estimativa de quantidades a serem fornecidas no prazo de validade do registro;

5.20 O preço unitário e total do estimado das quantidades a serem fornecidas;

5.21 A quantidade total de unidades a ser aderida, por ITEM;

5.22 O prazo de validade de registro de preço;

5.23 Descrição das condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento, dotação orçamentária e, complementarmente, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características dos produtos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados por parte do fornecedor.

5.24 Fazer acompanhar dos orçamentos prévios para comprovação de vantagens.

5.25 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

5.26 A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviços, conforme disposto no art. 62 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

5.27 A Ata de Registro de Preços não poderá sofrer acréscimos em seus quantitativos, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 21 de junho de 1993.

5.28 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

5.29 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deve:

5.29.1.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.29.1.2 Frustrada a negociação, o fornecedor, será liberado do compromisso assumido;

5.29.1.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.29.1.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.29.1.5 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

5.29.1.6 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

5.29.1.7 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.29.1.8 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Secretaria Solicitante.

5.30 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas pela Superintendência de Licitação.

5.31 A partir da vigência da Ata de Registro de preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, as penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

5.32 É facultado à administração, quando o convocado não cumprir as exigências do edital ou não assinar a ata de registro de preços, no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.33 A recusa injustificada de fornecedor (es) classificado(s) em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas no edital.

5.34 A divulgação da Ata de Registro de Preços ocorrerá por publicação no Diário Oficial Eletrônico da Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM, no endereço eletrônico https://diariomunicipal.org/mt/amm/.

6 CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

6.1 Após a assinatura da Ata de Registro de Preço a Fornecedora se obriga, nos termos desta Ata, a assinar o contrato no período de vigência da Ata, onde passará a ser Contratada, e posteriormente retirar a Nota de Empenho para o fornecimento no prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal.

6.1.1 O contrato deverá ser assinado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir da convocação Oficial pela Superintendência de Licitação.

6.2 A Fornecedora obriga-se a cumprir, durante o período da vigência da Ata e do Contrato, todas as exigências, bem como, descrição e especificações básicas apresentadas nesta Ata, no edital e seus anexos.

6.3 A Fornecedora é obrigada a prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do município de Chapada dos Guimarães e atender prontamente a eventuais solicitações/reclamações.

6.4 A Fornecedora é obrigada a responsabilizar por todos os danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, na forma do art.70, da Lei n.º 8.6666/93.

6.5 A Fornecedora compromete-se ainda a:

6.5.1 Manter durante toda a execução do Contrato, as condições de qualificação e habilitação exigidas, obedecendo às disposições legais e regulamentos pertinentes.

6.5.2 Atender prontamente quaisquer exigências do fiscal do contrato, inerente ao objeto da contratação, bem como manter todas as condições estabelecidas neste instrumento.

6.5.3 Fornecer os produtos sempre em rigorosa observância aos termos da Contratação e da proposta a que se vinculam, bem como as cláusulas contratuais.

6.5.4 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação do serviço e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender.

6.5.5 Substituir, às suas expensas e responsabilidade, o serviço que não estiver de acordo com as especificações, sem ônus para a Contratante no todo ou em parte.

6.5.6 Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

6.5.7 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de transporte e demais custos resultantes da execução do contrato.

6.5.8 Responder por danos causados diretamente à Autarquia ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

6.5.9 Aceitar, nas mesmas condições acordadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, observando-se, em qualquer caso, o disposto na Lei de Licitações.

6.5.10 A empresa deverá disponibilizar atendimento, através de linha telefônica fixa e de telefonia móvel (celular) dentro do município de Chapada dos Guimarães, bem como um preposto para atender por e-mail ou nas dependências da Contratada ou da Contratante, caso ocorra possíveis alterações e solicitações de informações imediata.

6.5.11 Não caucionar ou utilizar o Contrato para quaisquer operações financeiras, sob pena de rescisão contratual.

6.5.12 Responsabilizar-se pelo pagamento de danos materiais e ou prejuízos de outra natureza causados por seus empregados no desempenho das atividades contratadas, em bens da CONTRATANTE ou de terceiros.

6.5.13 Garantir o atendimento extraordinários requisitados pela CONTRATANTE em situações excepcionais, como feriados e finais de semana.

6.5.14 Identificar seus funcionários com crachás e/ou devidamente uniformizados, quando no atendimento aos serviços solicitados.

6.5.15 Disponibilizar e manter informados os fiscais do Contratado, disponibilizando números de telefones para contato, e-mail e ou outra forma qualquer de meio eletrônico, sendo o primeiro, de natureza obrigatória.

6.5.16 Cumprir com as condições estabelecidas pela CONTRATANTE, obedecendo as condições fixadas no Contrato/Ordem de Fornecimento e Serviço e na proposta de preços.

6.5.17 Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

6.5.18 Responder pelos vícios e defeitos efetuando a substituição caso o equipamento apresente quaisquer irregularidades no funcionamento, segundo a garantia.

7 CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 A Contratante é obrigada a proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Fornecedora às dependências da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS, desde que devidamente autorizados.

7.2 A Contratante compromete-se a:

7.2.1 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

7.2.2 Comunicar a Contratada, de imediato, qualquer irregularidade verificada na aquisição dos serviços.

7.2.3 Efetuar o pagamento nas condições estabelecidas neste instrumento e fiscalizar, rigorosamente, os serviços prestados e cumprimento do objeto do Contrato.

7.2.4 Designar o fiscal e suplente de fiscal do Contrato, por meio de Portaria, ao qual ficará responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto contratado.

7.2.5 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das execuções contratuais.

7.2.6 Efetuar os pagamentos dentro do prazo estipulado e condições estabelecidas no contrato.

7.2.7 Aplicar as penalidades previstas no edital e instrumento contratual, na hipótese da Contratada não cumprir as cláusulas contratuais, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos serviços, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à Contratante.

7.2.8 Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo preposto da Contratada.

7.2.9 Efetuar a análise e consignar o “atesto” nas faturas/notas fiscais emitidas pela Contratada, efetivando o respectivo pagamento.

7.2.10 Rejeitar, no todo ou em parte, os itens de serviço em desacordo com o Contrato.

7.2.11 Prestar aos empregados da CONTRATADA informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza do fornecimento que tenham a executar;

7.2.12 Certificar que a entrega do objeto está sendo com a qualidade técnica, realizar a cobrança quando não realizado adequadamente;

7.2.13 Comunicar por escrito a CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada no fornecimento;

7.2.14 A entrega em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis;

7.2.15 A fiscalização pela Contratante, não exonera nem diminui a completa responsabilidade da futura FORNECEDORA, por qualquer inobservância ou omissão às Cláusulas contratuais

7.2.16 A gestão e fiscalização será exercida por servidor especialmente designado ao qual, compete dentre outras o dever de analisar as regras de negócios, as quantidades e valores a serem contratados de acordo com as disponibilidades orçamentárias/financeiras e as necessidades do órgão/entidade.

7.2.17 Notificar, formal e tempestivamente, a FORNECEDORA sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação.

7.2.18 Notificar a FORNECEDORA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

7.2.19 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação em conformidade com o Artigo 70 da Lei Federal Nº 8.666/93.

8 CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de vigência da Ata se recusar a assinar no *prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis* o contrato ou deixar de realizar a execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, apresentar documentação falsa ou fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, estarão sujeitas as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações legais.

a) Advertência. b) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor registrado; c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 05 (anos) anos; e/ou, d) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, reabilitação esta que será concedida sempre que a licitante ressarcir à Administração pelos prejuízos e, depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra “b”

8.2 As multas previstas nesta seção não eximem a licitante da reparação de eventuais perdas e danos ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

8.3 Se a licitante não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por parte do Município de Chapada dos Guimarães, o respectivo valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Procuradoria Geral do Município.

8.4 Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

8.5 As sanções pecuniárias a que se referem às cláusulas anteriores poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Contratante, ou, se for o caso, cobrada administrativamente ou judicialmente, aplicando-se subsidiariamente, as normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

8.6 A Fornecedora poderá ser penalizada inclusive com eventual rescisão do contrato caso à qualidade dos serviços e/ou a presteza no atendimento deixarem de corresponder à expectativa.

9 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA

9.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

9.1.1 Quando a Fornecedora não cumprir as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e/ou no Edital e seus anexos;

9.1.2 Quando a Fornecedora não retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 Quando a Fornecedora der causa a rescisão administrativa decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

9.1.5 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

9.1.6 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado.

9.1.7 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a Fornecedora será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.1.8 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Fornecedora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial Eletrônico da Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM, no endereço eletrônico https://diariomunicipal.org/mt/amm/..

9.1.9 A solicitação da Fornecedora para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão Gerenciador, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

9.1.10 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da Fornecedora relativas aos fornecimentos do objeto.

9.1.11 Caso o Órgão Gerenciador não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que a Fornecedora cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

10.1.1 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços;

10.1.2 A presente Ata de Registro de Preços Integra o Edital de Pregão Presencial/Registro de Preços nº 019/2018 e seus anexos e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) classificada(s).

11 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

11.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Chapada dos Guimarães do Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja**.**

E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **03 (três) vias de igual teor e forma** que, lido e achado conforme pelas **PARTES**, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Chapada dos Guimarães/MT, 15 de outubro de 2018.

CONTRATANTE:

_____

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

JAMIRSON ALVES MURTINHO RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO

Secretário Municipal de Saúde Procurador Geral do Município –

OAB/MT nº 11.055

FORNECEDORA:

_____

Empresa:PRO SAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME

CNPJ:21.297.758/0001-03

Representante:ANTONIO NETO SOUSA LOPES

CPF:002.038.275-89/RG:0854434330 SSP/BA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

RG: RG:

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 66/2018

DO OBJETO: registro de preços para futura e eventual aquisição de bens de consumo (material de limpeza), com a finalidade de atender as necessidades da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães.

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 14.220,00 (quatorze mil, duzentos e vinte reais).

VIGENCIA: 12 (doze) meses

CONTRATADO: MARIA JOSE DOS REIS NETO - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.226.940/0001-57.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 70/2018

DO OBJETO: registro de preços para futura e eventual aquisição de bens de consumo (material de limpeza), com a finalidade de atender as necessidades da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães.

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 289.358,10 (duzentos e oitenta e nove mil, trezentos e cinquenta e oito reais e dez centavos).

VIGENCIA: 12 (doze) meses

CONTRATADO: MARIA JOSE DOS REIS NETO - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.226.940/0001-57.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA

SETOR DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº59/2018

PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 019/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1365/2018

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.507.530/0001-19, com sede na Rua Tiradentes, nº 166, Centro, na cidade de Chapada dos Guimarães/MT, neste ato representado por pela sua Prefeita, Srª. **THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA**, brasileira, viúva, enfermeira, portadora do documento de Identidade n.º 303000 SSP/MT, e inscrita no CPF n.º 171.785.171-15 e pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE**

SAÚDE, neste ato representado por seu Secretário(a) **Sr(a) JAMIRSON ALVES MURTINHO**, portador(a) da Carteira de Identidade RG nº. 13840061 e do CPF nº. 946.889.661-72 denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.652.030/0001-70, com sede na Rodovia BR 480, 795, Centro, Cep: 99740-00 - telefone: (54) 3523-2700, Município de Barão de Cotegipe/RS, neste ato representada por seu representante legal Sr. **EDIVAR SZYMANSKI**, portador da Cédula de Identidade RG nº 5051132966 e CPF/MT sob o nº. 670.481.290-34, doravante denominada FORNECEDORA, considerando o resultado da licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 19/2018 do Processo Administrativo 1365/2018, RESOLVE** registrar os preços, nas quantidades estimadas anual, de acordo com a classificação por ela alcançada **do ITEM,** atendendo das condições previstas no Instrumento Convocatório, e as constantes desta **Ata de Registro de Preços**, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002; Decreto Municipal n.º 022, de 17 de maio de 2016; Decreto Municipal n.º 017, de 07 de março de 2012, que aprovou a Instrução Normativa SCLA n.º 004/2012; e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores:

1 CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender a secretaria municipal de saúde do Município de Chapada dos Guimarães, para atender a demanda do Hospital Dom Osvaldo, Centro de Especialização, Unidade de Saúde da Família do Centro, Unidade de Saúde da Família do Olho d" Água I, Unidade de Saúde da Família do Olho d" Água II, Unidade de Saúde da Família da Jangada Roncador, Unidade de Saúde da Família da Praia Rica, Unidade de Saúde da Família Água Fria, Unidade de Saúde da Família do João Carro, Unidade de Saúde Santa Cruz, Unidade de Saúde da Aldeia, Cadeia Pública de Chapada dos Guimarães, de acordo com as condições e demais especificações contidas no Edital e seus Anexos.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Superintendência de Licitação no seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município nas questões legais.

4 CLÁUSULA QUARTA – DAS ESPECIFICAÇÕES, DO LOCAL, DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1 DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS;

4.1.1 Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender a secretaria municipal de saúde do Município de Chapada dos Guimarães, para atender a demanda do Hospital Dom Osvaldo, Centro de Especialização, Unidade de Saúde da Família do Centro, Unidade de Saúde da Família do Olho d" Água I, Unidade de Saúde da Família do Olho d" Água II, Unidade de Saúde da Família da Jangada Roncador, Unidade de Saúde da Família da Praia Rica, Unidade de Saúde da Família Água Fria, Unidade de Saúde da Família do João Carro, Unidade de Saúde Santa Cruz, Unidade de Saúde da Aldeia, Cadeia Pública de Chapada dos Guimarães:

item	descrição	quantidade un.	unidade	marca	valor unitario	valor total itens
61297	aciclovir 200 mg cpr	10000,0000	un - unidade	pharlab	0,2000	2.000,0000
15056	albendazol 400mg comprimido	20000,0000	un - unidade	green pharma	0,3300	6.600,0000
17017	albendazol 40mg/ml suspensão oral	20000,0000	un - unidade	geolab	1,1000	22.000,0000
64388	azitromicina susp. oral 600mg c/ 15ml	5000,0000	un - unidade	brainfarma	5,8500	29.250,0000
1139	bromazepam 3mg comp	10000,0000	un - unidade	brainfarma	0,1000	1.000,0000
20062	brometo de ipratropio 20ml	7000,0000	un - unidade	hipolabor	0,7200	5.040,0000
62542	butilbrometo de escopolamina 6,67mg/ml + dipirona sódica 333,4mg/m	8000,0000	un - unidade	brainfarma	5,5000	44.000,0000
62543	butilbrometo de escopolamina 10mg/ml + dipirona sodica 250mg/ml c	20000,0000	un - unidade	brainfarma	0,3700	7.400,0000
17070	captopril 25mg comprimido	200000,0000	un - unidade	geolab	0,0200	4.000,0000
62545	carbonato de calcio 500mg + colecalciferol 200ui (vit d) crp	12000,0000	un - unidade	vitamed	0,0800	960,0000
62547	carvedilol 12,5 mg crp	20000,0000	un - unidade	baldacci	0,1400	2.800,0000
62566	cloridrato de loperamida - crp	6000,0000	un - unidade	pharmascience	0,0800	480,0000
62576	dexametasona 4mg/ml inj. - ampola com 2,5ml	20000,0000	un - unidade	farmace	0,5800	11.600,0000
51137	diazepam 10mg comprimido	30000,0000	un - unidade	santisa	0,0800	2.400,0000
14828	diazepam 5mg/ml ampola c/ 2ml	6000,0000	un - unidade	santisa	0,6700	4.020,0000
2372	dipirona sodica 500mg cpr	80000,0000	un - unidade	green pharma	0,0800	6.400,0000
2872	fenitoina 100mg cpr	35000,0000	un - unidade	cristalia	0,2000	7.000,0000
62605	fenitoina 50mg/ml solução injetavel empola c/ 5 ml	6000,0000	un - unidade	cristalia	2,4000	14.400,0000
52028	fenobarbital 100mg comprimido	60000,0000	un - unidade	cristalia	0,1300	7.800,0000

30264	fenobarbital 100mg ampola	5000,0000	un - unidade	cristalia	1,9000	9.500,0000
20176	furosemida 40mg comp	90000,0000	un - unidade	hipolabor	0,0400	3.600,0000
62607	heparina 5000 ui/0,25 ml sub cutanea	2500,0000	un - unidade	cristalia	5,0400	12.600,0000
17185	hidroclorotiazida 25 mg comprimido	250000,0000	un - unidade	med quimica	0,0200	5.000,0000
13376	hioscina 20mg/ml inj	15000,0000	un - unidade	farmace	0,9900	14.850,0000
3708	ivermectina comprimido 6 mg	8000,0000	un - unidade	vitamedic	0,2200	1.760,0000
62522	levodopa+cloridrato de benserazida 250 mg comprimido	4000,0000	un - unidade	ache	2,2800	9.120,0000
60465	hosp lidocaina 2%geleia c/30gr	10000,0000	un - unidade	pharlab	2,7200	27.200,0000
4270	loratadina 10 mg comprimido	20000,0000	un - unidade	cimed	0,0500	1.000,0000
64418	metoclopramida 10mg comprimdo	15000,0000	un - unidade	hipolabor	0,1100	1.650,0000
62560	tibolona 2,5 mg comprimido	2500,0000	un - unidade	brainfarma	0,5700	1.425,0000
6703	timolol 0,25% colírio c/5 ml	250,0000	un - unidade	brainfarma	1,2500	312,5000
61357	tramadol 50mg comprimido	12000,0000	un - unidade	hipolabor	0,1400	1.680,0000
62562	varfarina sodica 5 mg comprimidos	8000,0000	un - unidade	farmoquimica	0,1500	1.200,0000
15168	dimeticona 40mg comprimido	10000,0000	un - unidade	pharmascience	0,1000	1.000,0000
17404	epitezan pomada oftalmologica	150,0000	un - unidade	latinofarma	10,4900	1.573,5000
62571	etinilestradiol 0,03 mg+levonorgestrel 0,15 mg c/ 21 drg	30000,0000	un - unidade	mabra	0,0300	900,0000
62584	flunarizina 10 mg comprimido	20000,0000	un - unidade	brainfarma	0,0800	1.600,0000
62590	bissulfato de clopidogrel 75 mg comprimido	10000,0000	un - unidade	melcon	0,3300	3.300,0000
14167	losartana potassica 50mg: anti-hipertensivo	300000,0000	un - unidade	geolab	0,0500	15.000,0000
20101	cinarizina 75mg comprimido	45000,0000	un - unidade	brainfarma	0,1200	5.400,0000
64505	complexo b comprimido: polivitamínico	20000,0000	un - unidade	vitamed	0,0400	800,0000
64504	acetilcisteína xarope 20 mglml, frasco 100 ml.	5000,0000	un - unidade	geolab	7,8000	39.000,0000
14836	paracetamol 200mg / ml gts	12000,0000	un - unidade	farmace	0,7300	8.760,0000
17260	prednisona 20mg comprimido	20000,0000 un - unidade	un - unidade	brainfarma	0,1800	3.600,0000
17262	prometazina 25 mg comprimido	70000,0000 un - unidade	un - unidade	cristalia	0,1400	9.800,0000
62550	sacarato de hidroxido de ferro iii ev ampo.	2000,0000 un - unidade	un – unidade	claris	6,5000	13.000,0000
13378	sais p/ reidratacao 27,9g envel.	20000,0000 un - unidade	un – unidade	pharmascience	0,4800	9.600,0000
6430	sulfametoxazol + trimetoprima susp. oral 40 mg/ml + 8 mg/ml fr. 50	8000,0000 un - unidade	un - unidade	sobral	1,0000	8.000,0000
322	ambroxolvan xarope pediatrico 15mg/05ml vd 100ml	10000,0000 un - unidade	un - unidade	farmace	1,5900	15.900,0000
321	ambroxolvan xarope adulto 30mg/05ml vd 100ml	10000,0000 un - unidade	un - unidade	farmace	1,5900	15.900,0000
VALOR TOTAL					**R$ 423.181,00**	

Valor total: **R$ 423.181,00** (quatrocentos e vinte e três mil e cento e oitenta e um reais)

4.1.2 Do Local da entrega:

Secretaria: Secretaria Municipal de Saúde
Endereço: Rua E Bairro Santa Cruz
Telefone(s): 3301-1116
Contato: 3301-1116
E-mail: saudechapa@gmail.com

4.1.3 Do Prazo: 07 Dias (A partir da confecção do empenho e realização do pedido)

4.1.4 A embalagem do produto devera estar livre de violação de lacre e em perfeito estado, com as devidas garantias.

4.2 DA FINALIDADE:

Estes medicamentos serão utilizados para abastecer a farmácia municipal, a UPA (Unidade de Pronto Atendimento), Hospital, os PSFs (Posto de Saúde da Família) rural e urbano, CEM (Centro de Especialidades Médicas), para que se possa melhor atender a população de Chapada dos Guimarães

5 CLÁUSULA QUINTA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação.

5.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços – SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos convocatórios e respectivos contratos decorrentes, obedecido ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993.

5.3 A existência dos preços registrados não obriga a Administração e outros Órgãos/Entidades a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição/prestação de serviço(s), obedecida à legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro à preferência de entrega/execução do(s) produto/serviço(s), em igualdade de condições.

5.4 Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o ITEM, respeitadas à legislação, observando-se o seguinte.

5.5 O(s) preço(s) registrado(s) e a indicação do(s) respectivo(s) fornecedor(es) serão divulgados no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães, por meio do endereço: www.chapadadosguimaraes.mt.gov.br, na opção de Serviço de Informação ao Cidadão – “SIC”, em seguida na aba “Licitações” ou no link “LICITAÇÃO”, localizado na parte final da página inicial da Prefeitura e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

5.6 Quando das contratações decorrentes do registro de preços respeitar-se-á a ordem de classificação das empresas constantes da Ata;

5.7 Os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade do fornecimento do objeto, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados;

5.8 Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

5.9 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão municipal ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

5.10 Os órgãos e entidades que não participaram do PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar formalmente o pedido e interesse junto ao órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, com descrição e especificações dos produtos e quantitativos do ITEM que tenha interesse, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a ser praticado;

5.11 Caberá a Fornecedora beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.12 Os fornecimentos adicionais a que se refere os itens anteriores não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.13 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não pode exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

5.14 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

5.15 Ao órgão não participante compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

5.16 O órgão que efetivar o fornecimento será responsável pelos atos relativos ao cumprimento, pelo fornecedor, das condições pactuadas, aí incluída a aplicação de eventuais penalidades.

5.17 Caberá ao órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, descrever no seu pedido:

5.18 A especificação/descrição do objeto pretendido, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

5.19 A estimativa de quantidades a serem fornecidas no prazo de validade do registro;

5.20 O preço unitário e total do estimado das quantidades a serem fornecidas;

5.21 A quantidade total de unidades a ser aderida, por ITEM;

5.22 O prazo de validade de registro de preço;

5.23 Descrição das condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento, dotação orçamentária e, complementarmente, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características dos produtos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados por parte do fornecedor.

5.24 Fazer acompanhar dos orçamentos prévios para comprovação de vantagens.

5.25 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

5.26 A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviços, conforme disposto no art. 62 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

5.27 A Ata de Registro de Preços não poderá sofrer acréscimos em seus quantitativos, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 21 de junho de 1993.

5.28 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

5.29 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deve:

5.29.1.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.29.1.2 Frustrada a negociação, o fornecedor, será liberado do compromisso assumido;

5.29.1.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.29.1.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.29.1.5 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

5.29.1.6 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

5.29.1.7 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.29.1.8 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Secretaria Solicitante.

5.30 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas pela Superintendência de Licitação.

5.31 A partir da vigência da Ata de Registro de preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, as penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

5.32 É facultado à administração, quando o convocado não cumprir as exigências do edital ou não assinar a ata de registro de preços, no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.33 A recusa injustificada de fornecedor (es) classificado(s) em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas no edital.

5.34 A divulgação da Ata de Registro de Preços ocorrerá por publicação no Diário Oficial Eletrônico da Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM, no endereço eletrônico https://diariomunicipal.org/mt/amm/.

6 CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

6.1 Após a assinatura da Ata de Registro de Preço a Fornecedora se obriga, nos termos desta Ata, a assinar o contrato no período de vigência da Ata, onde passará a ser Contratada, e posteriormente retirar a Nota de Empenho para o fornecimento no prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal.

6.1.1 O contrato deverá ser assinado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir da convocação Oficial pela Superintendência de Licitação.

6.2 A Fornecedora obriga-se a cumprir, durante o período da vigência da Ata e do Contrato, todas as exigências, bem como, descrição e especificações básicas apresentadas nesta Ata, no edital e seus anexos.

6.3 A Fornecedora é obrigada a prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do município de Chapada dos Guimarães e atender prontamente a eventuais solicitações/reclamações.

6.4 A Fornecedora é obrigada a responsabilizar por todos os danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, na forma do art.70, da Lei n.º 8.6666/93.

6.5 A Fornecedora compromete-se ainda a:

6.5.1 Manter durante toda a execução do Contrato, as condições de qualificação e habilitação exigidas, obedecendo às disposições legais e regulamentos pertinentes.

6.5.2 Atender prontamente quaisquer exigências do fiscal do contrato, inerente ao objeto da contratação, bem como manter todas as condições estabelecidas neste instrumento.

6.5.3 Fornecer os produtos sempre em rigorosa observância aos termos da Contratação e da proposta a que se vinculam, bem como as cláusulas contratuais.

6.5.4 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação do serviço e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender.

6.5.5 Substituir, às suas expensas e responsabilidade, o serviço que não estiver de acordo com as especificações, sem ônus para a Contratante no todo ou em parte.

6.5.6 Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

6.5.7 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de transporte e demais custos resultantes da execução do contrato.

6.5.8 Responder por danos causados diretamente à Autarquia ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

6.5.9 Aceitar, nas mesmas condições acordadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, observando-se, em qualquer caso, o disposto na Lei de Licitações.

6.5.10 A empresa deverá disponibilizar atendimento, através de linha telefônica fixa e de telefonia móvel (celular) dentro do município de Chapada dos Guimarães, bem como um preposto para atender por e-mail ou nas dependências da Contratada ou da Contratante, caso ocorra possíveis alterações e solicitações de informações imediata.

6.5.11 Não caucionar ou utilizar o Contrato para quaisquer operações financeiras, sob pena de rescisão contratual.

6.5.12 Responsabilizar-se pelo pagamento de danos materiais e ou prejuízos de outra natureza causados por seus empregados no desempenho das atividades contratadas, em bens da CONTRATANTE ou de terceiros.

6.5.13 Garantir o atendimento extraordinários requisitados pela CONTRATANTE em situações excepcionais, como feriados e finais de semana.

6.5.14 Identificar seus funcionários com crachás e/ou devidamente uniformizados, quando no atendimento aos serviços solicitados.

6.5.15 Disponibilizar e manter informados os fiscais do Contratado, disponibilizando números de telefones para contato, e-mail e ou outra forma qualquer de meio eletrônico, sendo o primeiro, de natureza obrigatória.

6.5.16 Cumprir com as condições estabelecidas pela CONTRATANTE, obedecendo as condições fixadas no Contrato/Ordem de Fornecimento e Serviço e na proposta de preços.

6.5.17 Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

6.5.18 Responder pelos vícios e defeitos efetuando a substituição caso o equipamento apresente quaisquer irregularidades no funcionamento, segundo a garantia.

7 CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 A Contratante é obrigada a proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Fornecedora às dependências da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS, desde que devidamente autorizados.

7.2 A Contratante compromete-se a:

7.2.1 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

7.2.2 Comunicar a Contratada, de imediato, qualquer irregularidade verificada na aquisição dos serviços.

7.2.3 Efetuar o pagamento nas condições estabelecidas neste instrumento e fiscalizar, rigorosamente, os serviços prestados e cumprimento do objeto do Contrato.

7.2.4 Designar o fiscal e suplente de fiscal do Contrato, por meio de Portaria, ao qual ficará responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto contratado.

7.2.5 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das execuções contratuais.

7.2.6 Efetuar os pagamentos dentro do prazo estipulado e condições estabelecidas no contrato.

7.2.7 Aplicar as penalidades previstas no edital e instrumento contratual, na hipótese da Contratada não cumprir as cláusulas contratuais, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos serviços, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à Contratante.

7.2.8 Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo preposto da Contratada.

7.2.9 Efetuar a análise e consignar o “atesto” nas faturas/notas fiscais emitidas pela Contratada, efetivando o respectivo pagamento.

7.2.10 Rejeitar, no todo ou em parte, os itens de serviço em desacordo com o Contrato.

7.2.11 Prestar aos empregados da CONTRATADA informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza do fornecimento que tenham a executar;

7.2.12 Certificar que a entrega do objeto está sendo com a qualidade técnica, realizar a cobrança quando não realizado adequadamente;

7.2.13 Comunicar por escrito a CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada no fornecimento;

7.2.14 A entrega em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis;

7.2.15 A fiscalização pela Contratante, não exonera nem diminui a completa responsabilidade da futura FORNECEDORA, por qualquer inobservância ou omissão às Cláusulas contratuais

7.2.16 A gestão e fiscalização será exercida por servidor especialmente designado ao qual, compete dentre outras o dever de analisar as regras de negócios, as quantidades e valores a serem contratados de acordo com as disponibilidades orçamentárias/financeiras e as necessidades do órgão/entidade.

7.2.17 Notificar, formal e tempestivamente, a FORNECEDORA sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação.

7.2.18 Notificar a FORNECEDORA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

7.2.19 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação em conformidade com o Artigo 70 da Lei Federal Nº 8.666/93.

8 CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de vigência da Ata se recusar a assinar no *prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis* o contrato ou deixar de realizar a execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, apresentar documentação falsa ou fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, estarão sujeitas as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações legais.

a) Advertência. b) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor registrado; c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 05 (anos) anos; e/ou, d) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, reabilitação esta que será concedida sempre que a licitante ressarcir à Administração pelos prejuízos e, depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra “b”

8.2 As multas previstas nesta seção não eximem a licitante da reparação de eventuais perdas e danos ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

8.3 Se a licitante não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por parte do Município de Chapada dos Guimarães, o respectivo valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Procuradoria Geral do Município.

8.4 Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

8.5 As sanções pecuniárias a que se referem às cláusulas anteriores poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Contratante, ou, se for o caso, cobrada administrativamente ou judicialmente, aplicando-se subsidiariamente, as normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

8.6 A Fornecedora poderá ser penalizada inclusive com eventual rescisão do contrato caso à qualidade dos serviços e/ou a presteza no atendimento deixarem de corresponder à expectativa.

9 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA

9.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

9.1.1 Quando a Fornecedora não cumprir as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e/ou no Edital e seus anexos;

9.1.2 Quando a Fornecedora não retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 Quando a Fornecedora der causa a rescisão administrativa decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

9.1.5 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

9.1.6 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado.

9.1.7 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a Fornecedora será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.1.8 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Fornecedora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial Eletrônico da Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM, no endereço eletrônico https://diariomunicipal.org/mt/amm/..

9.1.9 A solicitação da Fornecedora para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão Gerenciador, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

9.1.10 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da Fornecedora relativas aos fornecimentos do objeto.

9.1.11 Caso o Órgão Gerenciador não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que a Fornecedora cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

10.1.1 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços;

10.1.2 A presente Ata de Registro de Preços Integra o Edital de Pregão Presencial/Registro de Preços nº 019/2018 e seus anexos e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) classificada(s).

11 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

11.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Chapada dos Guimarães do Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja**.**

E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **03 (três) vias de igual teor e forma** que, lido e achado conforme pelas **PARTES**, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Chapada dos Guimarães/MT, 15 de outubro de 2018.

CONTRATANTE:

_____

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

JAMIRSON ALVES MURTINHO RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO

Secretário Municipal de Saúde Procurador Geral do Município –

OAB/MT nº 11.055

FORNECEDORA:

_____

CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ:03.652.030/0001-70

Representante:EDIVAR SZYMANSKI

CPF:/RG:RG nº 5051132966 e CPF/MT sob o nº. 670.481.290-34

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

RG: RG:

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 74/2018

DO OBJETO: registro de preços para futura e eventual aquisição de bens de consumo (material de limpeza), com a finalidade de atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães.

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 651,50 (seiscentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos).

VIGENCIA: 12 (doze) meses

CONTRATADO: MARIA JOSE DOS REIS NETO - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.226.940/0001-57.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 78/2018

DO OBJETO: registro de preços para futura e eventual aquisição de bens de consumo (material de limpeza), com a finalidade de atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães.

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 5.806,47 (cinco mil, oitocentos e seis reais e quarenta e sete centavos).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

CONTRATADO: MARIA JOSE DOS REIS NETO - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.226.940/0001-57.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA

SETOR DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº58/2018

PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 019/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1365/2018

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.507.530/0001-19, com sede na Rua Tiradentes, nº 166, Centro, na cidade de Chapada dos Guimarães/MT, neste ato representado por pela sua Prefeita, Srª. **THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA**, brasileira, viúva, enfermeira, portadora do documento de Identidade n.º 303000 SSP/MT, e inscrita no CPF n.º 171.785.171-15 e pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** neste ato representado por seu Secretário(a) **Sr(a) JAMIRSON ALVES MURTINHO**, portador(a) da Carteira de Identidade RG nº. 13840061 e do CPF nº. 946.889.661-72 denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **MT PHARMACY DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI-EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.227.210/001-78, com sede na Avenida José Rodrigues de Prado, 940 (Avenida Antártica) CEP 78.040-000- telefone: (65) 2127-0380, Município de Cuiabá/MT, neste ato representada por seu representante legal Sr. A**LEXANDRE ALVES GUIMARÃES**, portador da Cédula de Identidade RG nº 981892 SSP/MT e CPF/MT sob o nº. 627.209.611-91, doravante denominada FORNECEDORA, considerando o resultado da licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 19/2018 do Processo Administrativo 1365/2018, RESOLVE** registrar os preços, nas quantidades estimadas anual, de acordo com a classificação por ela alcançada **do ITEM,** atendendo das condições previstas no Instrumento Convocatório, e as constantes desta **Ata de Registro de Preços**, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002; Decreto Municipal n.º 022, de 17 de maio de 2016; Decreto Municipal n.º 017, de 07 de março de 2012, que aprovou a Instrução Normativa SCLA n.º 004/2012; e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores:

1 CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender a secretaria municipal de saúde do Município de Chapada dos Guimarães, para atender a demanda do Hospital Dom Osvaldo, Centro de Especialização, Unidade de Saúde da Família do Centro, Unidade de Saúde da Família do Olho d" Água I, Unidade de Saúde da Família do Olho d" Água II, Unidade de Saúde da Família da Jangada

Roncador, Unidade de Saúde da Família da Praia Rica, Unidade de Saúde da Família Água Fria, Unidade de Saúde da Família do João Carro, Unidade de Saúde Santa Cruz, Unidade de Saúde da Aldeia, Cadeia Pública de Chapada dos Guimarães, de acordo com as condições e demais especificações contidas no Edital e seus Anexos.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Superintendência de Licitação no seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município nas questões legais.

4 CLÁUSULA QUARTA – DAS ESPECIFICAÇÕES, DO LOCAL, DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1 DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS;

4.1.1 Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender a secretaria municipal de saúde do Município de Chapada dos Guimarães, para atender a demanda do Hospital Dom Osvaldo, Centro de Especialização, Unidade de Saúde da Família do Centro, Unidade de Saúde da Família do Olho d" Água I, Unidade de Saúde da Família do Olho d" Água II, Unidade de Saúde da Família da Jangada Roncador, Unidade de Saúde da Família da Praia Rica, Unidade de Saúde da Família Água Fria, Unidade de Saúde da Família do João Carro, Unidade de Saúde Santa Cruz, Unidade de Saúde da Aldeia, Cadeia Pública de Chapada dos Guimarães:

item	descrição	quantidade	un.	marca	valor	total
049	cetamina injetavel c/ 10ml 50mg/ml	200	un –unidade	biochimico	60,0000	12.000,0000
063	colagenase 0,6 u/g + clorafenicol 0,001g/g de 30g pomada 7000,0000	7000	un - unidade	cristália	10,5000	73.500,0000
066	deslanosido 0,2 mg/ml inj. ampolas com 2 ml 3000,0000	3000	un -unidade	uniao quimica	1,6000	4.800,0000
069	dexametasona 0,1 % colirio com 5ml 500,0000	500	un –unidade	novartis	7,6000	3.800,0000
083	dramin b6 dl ou generico ev inj amp 9000,0000	9000	un –unidade	takeda	4,2000	37.800,0000
189	vitelonato de prata 10% oftálmico frasco com 5ml 100,0000	100	un –unidade	allergan	17,1000	1.710,0000
196	ciproflorixacino colirio 3,5 mg 5 ml 200,0000	200	un –unidade	allergan	13,6600	2.732,0000
230	amoxicilina + clavulanato suspensão oral 50 mg + 12,5 mg/ml : frasco 1000,0000	1000	un –unidade	ems	18,7200	18.720,0000
226	ocitocina 5ui/ml solução inj: estimulante uterino. ampola 1 ml. 3000,0000	3000	un –unidade	união quimica	1,2900	3.870,0000
142	neomicina + bacitracina pomada bisnaga com 10 g 14000,0000	14000	un –unidade	prati donaduzzi	1,3600	19.040,0000
018	amiodarona 50mg/ml solução injetavel ampola 3m. 4000,0000	4000	un -unidade	hipolabor	2,0000	8.000,0000
total					**185.972,0000**	

Valor total: R$ 185.972,00 (cento e oitenta e cinco mil e novecentos e setenta e dois reais)

4.1.2 Do Local da entrega:

Secretaria: Secretaria Municipal de Saúde
Endereço: Rua E Bairro Santa Cruz
Telefone(s): 3301-1116
Contato: 3301-1116
E-mail: saudechapa@gmail.com

4.1.3 Do Prazo: 07 Dias (A partir da confecção do empenho e realização do pedido)

4.1.4 A embalagem do produto devera estar livre de violação de lacre e em perfeito estado, com as devidas garantias.

4.2 DA FINALIDADE:

Estes medicamentos serão utilizados para abastecer a farmácia municipal, a UPA (Unidade de Pronto Atendimento), Hospital, os PSFs (Posto de Saúde da Família) rural e urbano, CEM (Centro de Especialidades Médicas), para que se possa melhor atender a população de Chapada dos Guimarães

5 CLÁUSULA QUINTA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação.

5.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços – SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos convocatórios e respectivos contratos decorrentes, obedecido ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993.

5.3 A existência dos preços registrados não obriga a Administração e outros Órgãos/Entidades a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição/prestação de serviço(s), obedecida à legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro à preferência de entrega/execução do(s) produto/serviço(s), em igualdade de condições.

5.4 Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o ITEM, respeitadas à legislação, observando-se o seguinte.

5.5 O(s) preço(s) registrado(s) e a indicação do(s) respectivo(s) fornecedor(es) serão divulgados no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães, por meio do endereço: www.chapadadosguimaraes.mt.gov.br, na opção de Serviço de Informação ao Cidadão – "SIC", em seguida na aba "Licitações" ou no link "LICITAÇÃO", localizado na parte final da página inicial da Prefeitura e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

5.6 Quando das contratações decorrentes do registro de preços respeitar-se-á a ordem de classificação das empresas constantes da Ata;

5.7 Os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade do fornecimento do objeto, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados;

5.8 Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

5.9 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão municipal ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

5.10 Os órgãos e entidades que não participaram do PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar formalmente o pedido e interesse junto ao órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, com descrição e especificações dos produtos e quantitativos do ITEM que tenha interesse, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a ser praticado;

5.11 Caberá a Fornecedora beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.12 Os fornecimentos adicionais a que se refere os itens anteriores não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.13 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não pode exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

5.14 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

5.15 Ao órgão não participante compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

5.16 O órgão que efetivar o fornecimento será responsável pelos atos relativos ao cumprimento, pelo fornecedor, das condições pactuadas, aí incluída a aplicação de eventuais penalidades.

5.17 Caberá ao órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, descrever no seu pedido:

5.18 A especificação/descrição do objeto pretendido, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

5.19 A estimativa de quantidades a serem fornecidas no prazo de validade do registro;

5.20 O preço unitário e total do estimado das quantidades a serem fornecidas;

5.21 A quantidade total de unidades a ser aderida, por ITEM;

5.22 O prazo de validade de registro de preço;

5.23 Descrição das condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento, dotação orçamentária e, complementarmente, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características dos produtos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados por parte do fornecedor.

5.24 Fazer acompanhar dos orçamentos prévios para comprovação de vantagens.

5.25 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

5.26 A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviços, conforme disposto no art. 62 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

5.27 A Ata de Registro de Preços não poderá sofrer acréscimos em seus quantitativos, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 21 de junho de 1993.

5.28 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

5.29 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deve:

5.29.1.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.29.1.2 Frustrada a negociação, o fornecedor, será liberado do compromisso assumido;

5.29.1.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.29.1.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.29.1.5 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

5.29.1.6 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

5.29.1.7 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.29.1.8 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Secretaria Solicitante.

5.30 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas pela Superintendência de Licitação.

5.31 A partir da vigência da Ata de Registro de preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, as penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

5.32 É facultado à administração, quando o convocado não cumprir as exigências do edital ou não assinar a ata de registro de preços, no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.33 A recusa injustificada de fornecedor (es) classificado(s) em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas no edital.

5.34 A divulgação da Ata de Registro de Preços ocorrerá por publicação no Diário Oficial Eletrônico da Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM, no endereço eletrônico https://diariomunicipal.org/mt/amm/.

6 CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

6.1 Após a assinatura da Ata de Registro de Preço a Fornecedora se obriga, nos termos desta Ata, a assinar o contrato no período de vigência da Ata, onde passará a ser Contratada, e posteriormente retirar a Nota de Empenho para o fornecimento no prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal.

6.1.1 O contrato deverá ser assinado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir da convocação Oficial pela Superintendência de Licitação.

6.2 A Fornecedora obriga-se a cumprir, durante o período da vigência da Ata e do Contrato, todas as exigências, bem como, descrição e especificações básicas apresentadas nesta Ata, no edital e seus anexos.

6.3 A Fornecedora é obrigada a prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do município de Chapada dos Guimarães e atender prontamente a eventuais solicitações/reclamações.

6.4 A Fornecedora é obrigada a responsabilizar por todos os danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, na forma do art.70, da Lei n.º 8.6666/93.

6.5 A Fornecedora compromete-se ainda a:

6.5.1 Manter durante toda a execução do Contrato, as condições de qualificação e habilitação exigidas, obedecendo às disposições legais e regulamentos pertinentes.

6.5.2 Atender prontamente quaisquer exigências do fiscal do contrato, inerente ao objeto da contratação, bem como manter todas as condições estabelecidas neste instrumento.

6.5.3 Fornecer os produtos sempre em rigorosa observância aos termos da Contratação e da proposta a que se vinculam, bem como as cláusulas contratuais.

6.5.4 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação do serviço e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender.

6.5.5 Substituir, às suas expensas e responsabilidade, o serviço que não estiver de acordo com as especificações, sem ônus para a Contratante no todo ou em parte.

6.5.6 Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

6.5.7 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de transporte e demais custos resultantes da execução do contrato.

6.5.8 Responder por danos causados diretamente à Autarquia ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

6.5.9 Aceitar, nas mesmas condições acordadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, observando-se, em qualquer caso, o disposto na Lei de Licitações.

6.5.10 A empresa deverá disponibilizar atendimento, através de linha telefônica fixa e de telefonia móvel (celular) dentro do município de Chapada dos Guimarães, bem como um preposto para atender por e-mail ou nas dependências da Contratada ou da Contratante, caso ocorra possíveis alterações e solicitações de informações imediata.

6.5.11 Não caucionar ou utilizar o Contrato para quaisquer operações financeiras, sob pena de rescisão contratual.

6.5.12 Responsabilizar-se pelo pagamento de danos materiais e ou prejuízos de outra natureza causados por seus empregados no desempenho das atividades contratadas, em bens da CONTRATANTE ou de terceiros.

6.5.13 Garantir o atendimento extraordinários requisitados pela CONTRATANTE em situações excepcionais, como feriados e finais de semana.

6.5.14 Identificar seus funcionários com crachás e/ou devidamente uniformizados, quando no atendimento aos serviços solicitados.

6.5.15 Disponibilizar e manter informados os fiscais do Contratado, disponibilizando números de telefones para contato, e-mail e ou outra forma qualquer de meio eletrônico, sendo o primeiro, de natureza obrigatória.

6.5.16 Cumprir com as condições estabelecidas pela CONTRATANTE, obedecendo as condições fixadas no Contrato/Ordem de Fornecimento e Serviço e na proposta de preços.

6.5.17 Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

6.5.18 Responder pelos vícios e defeitos efetuando a substituição caso o equipamento apresente quaisquer irregularidades no funcionamento, segundo a garantia.

7 CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 A Contratante é obrigada a proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Fornecedora às dependências da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS, desde que devidamente autorizados.

7.2 A Contratante compromete-se a:

7.2.1 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

7.2.2 Comunicar a Contratada, de imediato, qualquer irregularidade verificada na aquisição dos serviços.

7.2.3 Efetuar o pagamento nas condições estabelecidas neste instrumento e fiscalizar, rigorosamente, os serviços prestados e cumprimento do objeto do Contrato.

7.2.4 Designar o fiscal e suplente de fiscal do Contrato, por meio de Portaria, ao qual ficará responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto contratado.

7.2.5 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das execuções contratuais.

7.2.6 Efetuar os pagamentos dentro do prazo estipulado e condições estabelecidas no contrato.

7.2.7 Aplicar as penalidades previstas no edital e instrumento contratual, na hipótese da Contratada não cumprir as cláusulas contratuais, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos serviços, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à Contratante.

7.2.8 Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo preposto da Contratada.

7.2.9 Efetuar a análise e consignar o “atesto” nas faturas/notas fiscais emitidas pela Contratada, efetivando o respectivo pagamento.

7.2.10 Rejeitar, no todo ou em parte, os itens de serviço em desacordo com o Contrato.

7.2.11 Prestar aos empregados da CONTRATADA informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza do fornecimento que tenham a executar;

7.2.12 Certificar que a entrega do objeto está sendo com a qualidade técnica, realizar a cobrança quando não realizado adequadamente;

7.2.13 Comunicar por escrito a CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada no fornecimento;

7.2.14 A entrega em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis;

7.2.15 A fiscalização pela Contratante, não exonera nem diminui a completa responsabilidade da futura FORNECEDORA, por qualquer inobservância ou omissão às Cláusulas contratuais

7.2.16 A gestão e fiscalização será exercida por servidor especialmente designado ao qual, compete dentre outras o dever de analisar as regras de negócios, as quantidades e valores a serem contratados de acordo com as disponibilidades orçamentárias/financeiras e as necessidades do órgão/entidade.

7.2.17 Notificar, formal e tempestivamente, a FORNECEDORA sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação.

7.2.18 Notificar a FORNECEDORA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

7.2.19 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação em conformidade com o Artigo 70 da Lei Federal Nº 8.666/93.

8 CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de vigência da Ata se recusar a assinar no *prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis* o contrato ou deixar de realizar a execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, apresentar documentação falsa ou fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, estarão sujeitas as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações legais.

a) Advertência. b) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor registrado; c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 05 (anos) anos; e/ou, d) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, reabilitação esta que será concedida sempre que a licitante ressarcir à Administração pelos prejuízos e, depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra “b”

8.2 As multas previstas nesta seção não eximem a licitante da reparação de eventuais perdas e danos ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

8.3 Se a licitante não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por parte do Município de Chapada dos Guimarães, o respectivo valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Procuradoria Geral do Município.

8.4 Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

8.5 As sanções pecuniárias a que se referem às cláusulas anteriores poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Contratante, ou, se for o caso, cobrada administrativamente ou judicialmente, aplicando-se subsidiariamente, as normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

8.6 A Fornecedora poderá ser penalizada inclusive com eventual rescisão do contrato caso à qualidade dos serviços e/ou a presteza no atendimento deixarem de corresponder à expectativa.

9 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA

9.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

9.1.1 Quando a Fornecedora não cumprir as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e/ou no Edital e seus anexos;

9.1.2 Quando a Fornecedora não retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 Quando a Fornecedora der causa a rescisão administrativa decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

9.1.5 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

9.1.6 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado.

9.1.7 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a Fornecedora será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.1.8 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Fornecedora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial Eletrônico da Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM, no endereço eletrônico https://diariomunicipal.org/mt/amm/..

9.1.9 A solicitação da Fornecedora para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão Gerenciador, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

9.1.10 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da Fornecedora relativas aos fornecimentos do objeto.

9.1.11 Caso o Órgão Gerenciador não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que a Fornecedora cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

10.1.1 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços;

10.1.2 A presente Ata de Registro de Preços Integra o Edital de Pregão Presencial/Registro de Preços nº 019/2018 e seus anexos e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) classificada(s).

11 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

11.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Chapada dos Guimarães do Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja**.**

E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **03 (três) vias de igual teor e forma** que, lido e achado conforme pelas **PARTES**, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Chapada dos Guimarães/MT, 15 de outubro de 2018.

CONTRATANTE:

_____

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

JAMIRSON ALVES MURTINHO RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO

Secretário Municipal de Saúde Procurador Geral do Município –

OAB/MT nº 11.055

FORNECEDORA:

_____

MT PHARMACY DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI-EPP

CNPJ:04.227.210/001-78

Representante: ALEXANDRE ALVES GUIMARÃES

CPF:/RG:RG nº 981892 SSP/MT e CPF/MT sob o nº. 627.209.611-91

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

RG: RG:

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 178/2018

DO OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender a secretaria municipal de saúde do Município de Chapada dos Guimarães, para atender a demanda do Hospital Dom Osvaldo, Centro de Especialização, Unidade de Saúde da Família do Centro, Unidade de Saúde da Família do Olho d" Água I, Unidade de Saúde da Família do Olho d' Água II, Unidade de Saúde da Família da Jangada Roncador, Unidade de Saúde da Família da Praia Rica, Unidade de Saúde da Família Água Fria, Unidade de Saúde da Família do João Carro, Unidade de Saúde Santa Cruz, Unidade de Saúde da Aldeia, Cadeia Pública de Chapada dos Guimarães.

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 185.972,00 (cento e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e dois reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

CONTRATADO: MT PHARMACY DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI-EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.227.210/001-78.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 114/2018

DO OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos para atender as necessidades da Secretaria de Administração do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 22.848,00 (vinte e dois mil, oitocentos e quarenta e oito reais).

VIGENCIA: 12 (doze) meses

CONTRATADO: GMX LOCACOES E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.542.711/0001-62.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 115/2018

DO OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 322.668,00 (trezentos e vinte e dois mil, seiscentos e sessenta e oito reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

CONTRATADO: GMX LOCACOES E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.542.711/0001-62.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 116/2018

DO OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos para atender as necessidades da Secretaria de Esporte do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

VALOR ESTIMADO GLOBAL: 59.964,00 (cinquenta e nove mil, novecentos e sessenta e quatro reais).

VIGENCIA: 12 (doze) meses

CONTRATADO: GMX LOCACOES E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.542.711/0001-62.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 117/2018

DO OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos para atender as necessidades do Gabinete da Prefeitura do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 59.964,00 (cinquenta e nove mil, novecentos e sessenta e quatro reais).

VIGENCIA: 12 (doze) meses

CONTRATADO: GMX LOCACOES E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.542.711/0001-62.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA

SETOR DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº63/2018

PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 019/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1365/2018

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.507.530/0001-19, com sede na Rua Tiradentes, nº 166, Centro, na cidade de Chapada dos Guimarães/MT, neste ato representado por pela sua Prefeita, Srª. **THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA**, brasileira, viúva, enfermeira, portadora do documento de Identidade n.º 303000 SSP/MT, e inscrita no CPF n.º 171.785.171-15 e pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** neste ato representado por seu Secretário(a) **Sr(a) JAMIRSON ALVES MURTINHO**, portador(a) da Carteira de Identidade RG nº. 13840061

e do CPF nº. 946.889.661-72 denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **HALEX ISTAR INDUSTRIA FARMACEUTICA SA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.571.702/0001-98, com sede na BR 153, KM 03, Chácara Retiro - telefone: (65) 3625-2480, Município de Cidade de Goiânia/GO, neste ato representada por seu representante legal Sr. **ANTONIO VIRGINIO BARBOSA**, portador do CPF sob o nº. 557.319.378-34, doravante denominada FORNECEDORA, considerando o resultado da licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 19/2018 do Processo Administrativo 1365/2018, RESOLVE** registrar os preços, nas quantidades estimadas anual, de acordo com a classificação por ela alcançada **do ITEM,** atendendo das condições previstas no Instrumento Convocatório, e as constantes desta **Ata de Registro de Preços**, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002; Decreto Municipal n.º 022, de 17 de maio de 2016; Decreto Municipal n.º 017, de 07 de março de 2012, que aprovou a Instrução Normativa SCLA n.º 004/2012; e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores:

1 CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender a secretaria municipal de saúde do Município de Chapada dos Guimarães, para atender a demanda do Hospital Dom Osvaldo, Centro de Especialização, Unidade de Saúde da Família do Centro, Unidade de Saúde da Família do Olho d" Água I, Unidade de Saúde da Família do Olho d" Água II, Unidade de Saúde da Família da Jangada Roncador, Unidade de Saúde da Família da Praia Rica, Unidade de Saúde da Família Água Fria, Unidade de Saúde da Família do João Carro, Unidade de Saúde Santa Cruz, Unidade de Saúde da Aldeia, Cadeia Pública de Chapada dos Guimarães, de acordo com as condições e demais especificações contidas no Edital e seus Anexos.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Superintendência de Licitação no seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município nas questões legais.

4 CLÁUSULA QUARTA – DAS ESPECIFICAÇÕES, DO LOCAL, DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1 DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS;

4.1.1 Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender a secretaria municipal de saúde do Município de Chapada dos Guimarães, para atender a demanda do Hospital Dom Osvaldo, Centro de Especialização, Unidade de Saúde da Família do Centro, Unidade de Saúde da Família do Olho d" Água I, Unidade de Saúde da Família do Olho d" Água II, Unidade de Saúde da Família da Jangada Roncador, Unidade de Saúde da Família da Praia Rica, Unidade de Saúde da Família Água Fria, Unidade de Saúde da Família do João Carro, Unidade de Saúde Santa Cruz, Unidade de Saúde da Aldeia, Cadeia Pública de Chapada dos Guimarães:

Item	Descrição	Quantidade	UN.	Marca	Valor	Total
62606	GLUCONATO DE CALCIO 10%	4000,0000	UN - UNIDADE	ISOFARMA	1,3500	5.400,0000
62594	SOLUÇÃO DE MANITOL 20% 200ML INJ.	2000,0000	UN - UNIDADE	HALEX ISTAR	4,0000	8.000,0000
64503	SORO GLICOSE 5% 250ML BOLSA FLEXIVEL SISTEMA FECHADO	30000,0000	UN - UNIDADE	HALEX ISTAR	2,2500	67.500,0000
62529	METRONIDAZOL 5MG/ML COM 100 ML SOL. INJET. BOLSA	3000,0000	UN - UNIDADE	ISOFARMA	2,0000	6.000,0000
55510	SORO FISIOLOGICO 0,9 % 100ML BOLSA	100000,0000	UN - UNIDADE	HALEX ISTAR	1,8800	188.000,0000
62552	SORO GLICOFISIOLOGICO 5% / 0,9% 250 ML BOLSA FLEXIVEL SISTEMA FECHAD	18000,0000	UN - UNIDADE	HALEX ISTAR	2,2500	40.500,0000
VALOR TOTAL						**R$ 315.400,0000**

Valor total: R$315.400,00 (trezentos e quinze mil e quatrocentos reais)

4.1.2 Do Local da entrega:

Secretaria: Secretaria Municipal de Saúde
Endereço: Rua E Bairro Santa Cruz
Telefone(s): 3301-1116
Contato: 3301-1116
E-mail: saudechapa@gmail.com

4.1.3 Do Prazo: 07 Dias (A partir da confecção do empenho e realização do pedido)

4.1.4 A embalagem do produto devera estar livre de violação de lacre e em perfeito estado, com as devidas garantias.

4.2 DA FINALIDADE:

Estes medicamentos serão utilizados para abastecer a farmácia municipal, a UPA (Unidade de Pronto Atendimento), Hospital, os PSFs (Posto de Saúde da Família) rural e urbano, CEM (Centro de Especialidades Médicas), para que se possa melhor atender a população de Chapada dos Guimarães

5 CLÁUSULA QUINTA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação.

5.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços – SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos convocatórios e respectivos contratos decorrentes, obedecido ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993.

5.3 A existência dos preços registrados não obriga a Administração e outros Órgãos/Entidades a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição/prestação de serviço(s), obedecida à legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro à preferência de entrega/execução do(s) produto/serviço(s), em igualdade de condições.

5.4 Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o ITEM, respeitadas à legislação, observando-se o seguinte.

5.5 O(s) preço(s) registrado(s) e a indicação do(s) respectivo(s) fornecedor(es) serão divulgados no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães, por meio do endereço: www.chapadadosguimaraes.mt.gov.br, na opção de Serviço de Informação ao Cidadão – “SIC”, em seguida na aba “Licitações” ou no link “LICITAÇÃO”, localizado na parte final da página inicial da Prefeitura e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

5.6 Quando das contratações decorrentes do registro de preços respeitar-se-á a ordem de classificação das empresas constantes da Ata;

5.7 Os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade do fornecimento do objeto, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados;

5.8 Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

5.9 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão municipal ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

5.10 Os órgãos e entidades que não participaram do PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar formalmente o pedido e interesse junto ao órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, com descrição e especificações dos produtos e quantitativos do ITEM que tenha interesse, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a ser praticado;

5.11 Caberá a Fornecedora beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.12 Os fornecimentos adicionais a que se refere os itens anteriores não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.13 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não pode exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

5.14 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

5.15 Ao órgão não participante compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

5.16 O órgão que efetivar o fornecimento será responsável pelos atos relativos ao cumprimento, pelo fornecedor, das condições pactuadas, aí incluída a aplicação de eventuais penalidades.

5.17 Caberá ao órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, descrever no seu pedido:

5.18 A especificação/descrição do objeto pretendido, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

5.19 A estimativa de quantidades a serem fornecidas no prazo de validade do registro;

5.20 O preço unitário e total do estimado das quantidades a serem fornecidas;

5.21 A quantidade total de unidades a ser aderida, por ITEM;

5.22 O prazo de validade de registro de preço;

5.23 Descrição das condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento, dotação orçamentária e, complementarmente, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características dos produtos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados por parte do fornecedor.

5.24 Fazer acompanhar dos orçamentos prévios para comprovação de vantagens.

5.25 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

5.26 A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviços, conforme disposto no art. 62 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

5.27 A Ata de Registro de Preços não poderá sofrer acréscimos em seus quantitativos, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 21 de junho de 1993.

5.28 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

5.29 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deve:

5.29.1.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.29.1.2 Frustrada a negociação, o fornecedor, será liberado do compromisso assumido;

5.29.1.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.29.1.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.29.1.5 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

5.29.1.6 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

5.29.1.7 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.29.1.8 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Secretaria Solicitante.

5.30 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas pela Superintendência de Licitação.

5.31 A partir da vigência da Ata de Registro de preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, as penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

5.32 É facultado à administração, quando o convocado não cumprir as exigências do edital ou não assinar a ata de registro de preços, no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.33 A recusa injustificada de fornecedor (es) classificado(s) em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas no edital.

5.34 A divulgação da Ata de Registro de Preços ocorrerá por publicação no Diário Oficial Eletrônico da Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM, no endereço eletrônico https://diariomunicipal.org/mt/amm/.

6 CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

6.1 Após a assinatura da Ata de Registro de Preço a Fornecedora se obriga, nos termos desta Ata, a assinar o contrato no período de vigência da Ata, onde passará a ser Contratada, e posteriormente retirar a Nota de Empenho para o fornecimento no prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal.

6.1.1 O contrato deverá ser assinado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir da convocação Oficial pela Superintendência de Licitação.

6.2 A Fornecedora obriga-se a cumprir, durante o período da vigência da Ata e do Contrato, todas as exigências, bem como, descrição e especificações básicas apresentadas nesta Ata, no edital e seus anexos.

6.3 A Fornecedora é obrigada a prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do município de Chapada dos Guimarães e atender prontamente a eventuais solicitações/reclamações.

6.4 A Fornecedora é obrigada a responsabilizar por todos os danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, na forma do art.70, da Lei n.º 8.6666/93.

6.5 A Fornecedora compromete-se ainda a:

6.5.1 Manter durante toda a execução do Contrato, as condições de qualificação e habilitação exigidas, obedecendo às disposições legais e regulamentos pertinentes.

6.5.2 Atender prontamente quaisquer exigências do fiscal do contrato, inerente ao objeto da contratação, bem como manter todas as condições estabelecidas neste instrumento.

6.5.3 Fornecer os produtos sempre em rigorosa observância aos termos da Contratação e da proposta a que se vinculam, bem como as cláusulas contratuais.

6.5.4 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação do serviço e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender.

6.5.5 Substituir, às suas expensas e responsabilidade, o serviço que não estiver de acordo com as especificações, sem ônus para a Contratante no todo ou em parte.

6.5.6 Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

6.5.7 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de transporte e demais custos resultantes da execução do contrato.

6.5.8 Responder por danos causados diretamente à Autarquia ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

6.5.9 Aceitar, nas mesmas condições acordadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, observando-se, em qualquer caso, o disposto na Lei de Licitações.

6.5.10 A empresa deverá disponibilizar atendimento, através de linha telefônica fixa e de telefonia móvel (celular) dentro do município de Chapada dos Guimarães, bem como um preposto para atender por e-mail ou nas dependências da Contratada ou da Contratante, caso ocorra possíveis alterações e solicitações de informações imediata.

6.5.11 Não caucionar ou utilizar o Contrato para quaisquer operações financeiras, sob pena de rescisão contratual.

6.5.12 Responsabilizar-se pelo pagamento de danos materiais e ou prejuízos de outra natureza causados por seus empregados no desempenho das atividades contratadas, em bens da CONTRATANTE ou de terceiros.

6.5.13 Garantir o atendimento extraordinários requisitados pela CONTRATANTE em situações excepcionais, como feriados e finais de semana.

6.5.14 Identificar seus funcionários com crachás e/ou devidamente uniformizados, quando no atendimento aos serviços solicitados.

6.5.15 Disponibilizar e manter informados os fiscais do Contratado, disponibilizando números de telefones para contato, e-mail e ou outra forma qualquer de meio eletrônico, sendo o primeiro, de natureza obrigatória.

6.5.16 Cumprir com as condições estabelecidas pela CONTRATANTE, obedecendo as condições fixadas no Contrato/Ordem de Fornecimento e Serviço e na proposta de preços.

6.5.17 Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

6.5.18 Responder pelos vícios e defeitos efetuando a substituição caso o equipamento apresente quaisquer irregularidades no funcionamento, segundo a garantia.

7 CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 A Contratante é obrigada a proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Fornecedora às dependências da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS, desde que devidamente autorizados.

7.2 A Contratante compromete-se a:

7.2.1 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

7.2.2 Comunicar a Contratada, de imediato, qualquer irregularidade verificada na aquisição dos serviços.

7.2.3 Efetuar o pagamento nas condições estabelecidas neste instrumento e fiscalizar, rigorosamente, os serviços prestados e cumprimento do objeto do Contrato.

7.2.4 Designar o fiscal e suplente de fiscal do Contrato, por meio de Portaria, ao qual ficará responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto contratado.

7.2.5 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das execuções contratuais.

7.2.6 Efetuar os pagamentos dentro do prazo estipulado e condições estabelecidas no contrato.

7.2.7 Aplicar as penalidades previstas no edital e instrumento contratual, na hipótese da Contratada não cumprir as cláusulas contratuais, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos serviços, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à Contratante.

7.2.8 Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo preposto da Contratada.

7.2.9 Efetuar a análise e consignar o “atesto” nas faturas/notas fiscais emitidas pela Contratada, efetivando o respectivo pagamento.

7.2.10 Rejeitar, no todo ou em parte, os itens de serviço em desacordo com o Contrato.

7.2.11 Prestar aos empregados da CONTRATADA informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza do fornecimento que tenham a executar;

7.2.12 Certificar que a entrega do objeto está sendo com a qualidade técnica, realizar a cobrança quando não realizado adequadamente;

7.2.13 Comunicar por escrito a CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada no fornecimento;

7.2.14 A entrega em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis;

7.2.15 A fiscalização pela Contratante, não exonera nem diminui a completa responsabilidade da futura FORNECEDORA, por qualquer inobservância ou omissão às Cláusulas contratuais

7.2.16 A gestão e fiscalização será exercida por servidor especialmente designado ao qual, compete dentre outras o dever de analisar as regras de negócios, as quantidades e valores a serem contratados de acordo com as disponibilidades orçamentárias/financeiras e as necessidades do órgão/entidade.

7.2.17 Notificar, formal e tempestivamente, a FORNECEDORA sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação.

7.2.18 Notificar a FORNECEDORA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

7.2.19 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação em conformidade com o Artigo 70 da Lei Federal Nº 8.666/93.

8 CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de vigência da Ata se recusar a assinar no *prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis* o contrato ou deixar de realizar a execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, apresentar documentação falsa ou fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, estarão sujeitas as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações legais.

a) Advertência. b) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor registrado; c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 05 (anos) anos; e/ou, d) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, reabilitação esta que será concedida sempre que a licitante ressarcir à Administração pelos prejuízos e, depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra "b"

8.2 As multas previstas nesta seção não eximem a licitante da reparação de eventuais perdas e danos ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

8.3 Se a licitante não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por parte do Município de Chapada dos Guimarães, o respectivo valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Procuradoria Geral do Município.

8.4 Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

8.5 As sanções pecuniárias a que se referem às cláusulas anteriores poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Contratante, ou, se for o caso, cobrada administrativamente ou judicialmente, aplicando-se subsidiariamente, as normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

8.6 A Fornecedora poderá ser penalizada inclusive com eventual rescisão do contrato caso à qualidade dos serviços e/ou a presteza no atendimento deixarem de corresponder à expectativa.

9 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA

9.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

9.1.1 Quando a Fornecedora não cumprir as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e/ou no Edital e seus anexos;

9.1.2 Quando a Fornecedora não retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 Quando a Fornecedora der causa a rescisão administrativa decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

9.1.5 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

9.1.6 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado.

9.1.7 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a Fornecedora será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.1.8 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Fornecedora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial Eletrônico da Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM, no endereço eletrônico https://diariomunicipal.org/mt/amm/..

9.1.9 A solicitação da Fornecedora para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão Gerenciador, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

9.1.10 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da Fornecedora relativas aos fornecimentos do objeto.

9.1.11 Caso o Órgão Gerenciador não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que a Fornecedora cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

10.1.1 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços;

10.1.2 A presente Ata de Registro de Preços Integra o Edital de Pregão Presencial/Registro de Preços nº 019/2018 e seus anexos e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) classificada(s).

11 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

11.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Chapada dos Guimarães do Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja**.**

E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **03 (três) vias de igual teor e forma** que, lido e achado conforme pelas **PARTES**, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Chapada dos Guimarães/MT, 15 de outubro de 2018.

CONTRATANTE:

_____

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

JAMIRSON ALVES MURTINHO RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO

Secretário Municipal de Saúde Procurador Geral do Município –

OAB/MT nº 11.055

FORNECEDORA:

_____

Empresa: HALEX ISTAR INDUSTRIA FARMACEUTICA SA

CNPJ: 01.571.702/0001-98

Representante: ANTONIO VIRGINIO BARBOSA

CPF:nº. 557.319.378-34

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

RG: RG:

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 118/2018

DO OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos para atender as necessidades da Secretaria de Obras do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 59.964,00 (cinquenta e nove mil, novecentos e sessenta e quatro reais).

VIGENCIA: 12 (doze) meses

CONTRATADO: GMX LOCACOES E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.542.711/0001-62.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA

SETOR DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº62/2018

PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 019/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1365/2018

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.507.530/0001-19, com sede na Rua Tiradentes, nº 166, Centro, na cidade de Chapada dos Guimarães/MT, neste ato representado por pela sua Prefeita, Srª. **THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA**, brasileira, viúva, enfermeira, portadora do documento de Identidade n.º 303000 SSP/MT, e inscrita no CPF n.º 171.785.171-15 e pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** neste ato representado por seu Secretário(a) **Sr(a) JAMIRSON ALVES MURTINHO**, portador(a) da Carteira de Identidade RG nº. 13840061 e do CPF nº. 946.889.661-72 denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.520.829/0001-40, com sede na Rodovia BR 480, nº 180, CEP: 99740-000 - telefone: (54) 3523-2600, Município de Barão de Cotegipe/RS, neste ato representada por seu representante legal Sr. **RICARDO BENEDITO DE MAGALHÃES TAQUES**, portador da Cédula de Identidade RG nº 0430143-9 SSP/MT e CPF sob o nº. 346.165.431-00, doravante denominada FORNECEDORA, considerando o resultado da licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 19/2018 do Processo Administrativo 1365/2018, RESOLVE** registrar os preços, nas quantidades estimadas anual, de acordo com a classificação por ela alcançada **do ITEM,** atendendo das condições previstas no Instrumento Convocatório, e as constantes desta **Ata de Registro de Preços**, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002; Decreto Municipal n.º 022, de 17 de maio de 2016; Decreto Municipal n.º 017, de 07 de março de 2012, que aprovou a Instrução Normativa SCLA n.º 004/2012; e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores:

1 CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender a secretaria municipal de saúde do Município de Chapada dos Guimarães, para atender a demanda do Hospital Dom Osvaldo, Centro de Especialização, Unidade de Saúde da Família do Centro, Unidade de Saúde da Família do Olho d" Água I, Unidade de Saúde da Família do Olho d" Água II, Unidade de Saúde da Família da Jangada Roncador, Unidade de Saúde da Família da Praia Rica, Unidade de Saúde da Família Água Fria, Unidade de Saúde da Família do João Carro, Unidade de Saúde Santa Cruz, Unidade de Saúde da Aldeia, Cadeia Pública de Chapada dos Guimarães, de acordo com as condições e demais especificações contidas no Edital e seus Anexos.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Superintendência de Licitação no seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município nas questões legais.

4 CLÁUSULA QUARTA – DAS ESPECIFICAÇÕES, DO LOCAL, DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1 DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS;

4.1.1 Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender a secretaria municipal de saúde do Município de Chapada dos Guimarães, para atender a demanda do Hospital Dom Osvaldo, Centro de Especialização, Unidade de Saúde da Família do Centro, Unidade de Saúde da Família do Olho d" Água I, Unidade de Saúde da Família do Olho d" Água II, Unidade de Saúde da Família da Jangada Roncador, Unidade de Saúde da Família da Praia Rica, Unidade de Saúde da Família Água Fria, Unidade de Saúde da Família do João Carro, Unidade de Saúde Santa Cruz, Unidade de Saúde da Aldeia, Cadeia Pública de Chapada dos Guimarães:

item	descrição	quantidade	un	marca	valor	total
20000	aas 100mg comprimido	200000,0000	un - unidade	sobral	0,0200	4.000,0000
14693	amoxicilina susp. 250mg 60ml	6000,0000	un - unidade	prati	3,8200	22.920,0000
64387	atenolol 100 mg comprimido	50000,0000	un - unidade	prati	0,0700	3.500,0000
17047	atenolol 50mg comprimido	100000,0000	un - unidade	prati	0,0400	4.000,0000
20076	carbamazepina susp. 2% c/ 100ml - vd	600,0000	un - unidade	união quimica	13,1900	7.914,0000
62558	cetoprofeno 100mg inj iv fa	10000,0000	un - unidade	união quimica	2,9900	29.900,0000
17099	ciprofloxacino 500mg comprimido	40000,0000	un - unidade	prati	0,2000	8.000,0000
62559	cloridrato de lidocaina 2% sem vasoconstritor solução injetavel c	10000,0000	un - unidade	hipolabor	2,4000	24.000,0000
17107	clorpromazina 100mg comprimido	15000,0000	un - unidade	cristalia	0,2300	3.450,0000
62568	clorpromazina 25mg comprimidos	30000,0000	un - unidade	cristalia	0,2200	6.600,0000
64396	clorpromazina 40mg/ml solução oral c/ 20ml	250,0000	un - unidade	cristalia	5,2500	1.312,5000
17113	complexo b inj - amp	25000,0000	un - unidade	hypofarma	0,7400	18.500,0000
62597	dimeticona 75mg/ml c/ 10ml frs	7000,0000	un - unidade	natulab	0,8500	5.950,0000
2366	dipirona gotas 10 ml frs	20000,0000	un - unidade	natulab	0,7400	14.800,0000
2373	dipirona sodica 500mg/ml solução inj. ampola com 2 ml	25000,0000	un - unidade	santisa	0,4200	10.500,0000
62601	enalapril 10mg comprimido	80000,0000	un - unidade	medquimica	0,0400	3.200,0000
62602	enalapril 20 mg comprimido	250000,0000	un - unidade	sanval	0,0400	10.000,0000
2701	espironolactona comprimido 25 mg	60000,0000	un - unidade	aspen	0,1600	9.600,0000
3476	glicose 25%	4000,0000	un - unidade	samtec	0,2400	960,0000
17182	haloperidol 5mg comprimido	35000,0000	un - unidade	união quimica	0,1200	4.200,0000
60950	haloperidol 5mg inj ampola com 1 ml	5000,0000	un - unidade	hypofarma	1,2000	6.000,0000
64416	hidroxido de aluminio 61,5mg c/ 100ml	5000,0000	un - unidade	natulab	1,9400	9.700,0000
62519	hioscina+dipirona-inj amp	25000,0000	un - unidade	farmace	1,3900	34.750,0000
30233	ibuprofeno 50 mg gotas	10000,0000	un - unidade	natulab	1,1200	11.200,0000
17212	metformina 500 mg comprimido	80000,0000	un - unidade	prati	0,0700	5.600,0000
17213	metformina 850 mg comprimido	250000,0000	un - unidade	prati	0,0600	15.000,0000
15354	sulfato de morfina 10mg/ml ampola	15000,0000	un - unidade	hipolabor	1,9400	29.100,0000
6442	sulfato ferroso 25 mg/ml soluçao oral c/30 ml	4000,0000	un - unidade	natulab	0,8800	3.520,0000
30240	valproato de sódio 250 mg	15000,0000	un - unidade	biolab	0,2000	3.000,0000
62561	valproato de sodio 250mg/5ml c/ 100ml	500,0000	un - unidade	hipolabor	3,6900	1.845,0000
30241	valproato de sódio 500 mg comprimido	15000,0000	un - unidade	biolab	0,4800	7.200,0000
51095	mebendazol (mentelmin) susp 20mg/ml c / 30 ml	4000,0000	un - unidade	natulab	1,1600	4.640,0000
64511	ácido ascórbico 200 mg /ml solução oral: frasco 20 ml.	3000,0000	un - unidade	natulab	1,2900	3.870,0000
30225	carbonato de litio 300mg	15000,0000	un - unidade	hipolabor	0,2800	4.200,0000
14835	omeprazol 20mg caps	60000,0000	un - unidade	geolab	0,0700	4.200,0000
5659	propranolol 40mg comprimido	80000,0000	un - unidade	osorio de moraes	0,0200	1.600,0000
61349	risperidona 2mg cpr c/30	40000,0000	un - unidade	cristalia	0,1600	6.400,0000
17277	sinvastatina 20mg comprimido	150000,0000	un - unidade	sanval	0,0600	9.000,0000
20273	sinvastatina 40mg comprimido	80000,0000	un - unidade	sanval	0,1200	9.600,0000
51132	soro fisiologico 0,9% 10 ml ampolas.	15000,0000	un - unidade	samtec	0,1700	2.550,0000
17311	sulfametoxazol 400 mg + trimetoprima 80 mg comprimido	25000,0000	un - unidade	prati	0,1000	2.500,0000
VALOR TOTAL					R$ 368.781,5000	

Valor total: R$368.781,50 (trezentos e sessenta e oito mil setecentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos)

4.1.2 Do Local da entrega:

Secretaria: Secretaria Municipal de Saúde
Endereço: Rua E Bairro Santa Cruz
Telefone(s): 3301-1116
Contato: 3301-1116
E-mail: saudechapa@gmail.com

4.1.3 Do Prazo: 07 Dias (A partir da confecção do empenho e realização do pedido)

4.1.4 A embalagem do produto devera estar livre de violação de lacre e em perfeito estado, com as devidas garantias.

4.2 DA FINALIDADE:

Estes medicamentos serão utilizados para abastecer a farmácia municipal, a UPA (Unidade de Pronto Atendimento), Hospital, os PSFs (Posto de Saúde da Família) rural e urbano, CEM (Centro de Especialidades Médicas), para que se possa melhor atender a população de Chapada dos Guimarães

5 CLÁUSULA QUINTA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação.

5.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços – SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos convocatórios e respectivos contratos decorrentes, obedecido ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993.

5.3 A existência dos preços registrados não obriga a Administração e outros Órgãos/Entidades a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição/prestação de serviço(s), obedecida à legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro à preferência de entrega/execução do(s) produto/serviço(s), em igualdade de condições.

5.4 Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o ITEM, respeitadas à legislação, observando-se o seguinte.

5.5 O(s) preço(s) registrado(s) e a indicação do(s) respectivo(s) fornecedor(es) serão divulgados no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães, por meio do endereço: www.chapadadosguimaraes.mt.gov.br, na opção de Serviço de Informação ao Cidadão – “SIC”, em seguida na aba “Licitações” ou no link “LICITAÇÃO”, localizado na parte final da página inicial da Prefeitura e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

5.6 Quando das contratações decorrentes do registro de preços respeitar-se-á a ordem de classificação das empresas constantes da Ata;

5.7 Os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade do fornecimento do objeto, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados;

5.8 Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

5.9 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão municipal ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

5.10 Os órgãos e entidades que não participaram do PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar formalmente o pedido e interesse junto ao órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, com descrição e especificações dos produtos e quantitativos do ITEM que tenha interesse, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a ser praticado;

5.11 Caberá a Fornecedora beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.12 Os fornecimentos adicionais a que se refere os itens anteriores não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.13 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não pode exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

5.14 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

5.15 Ao órgão não participante compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

5.16 O órgão que efetivar o fornecimento será responsável pelos atos relativos ao cumprimento, pelo fornecedor, das condições pactuadas, aí incluída a aplicação de eventuais penalidades.

5.17 Caberá ao órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, descrever no seu pedido:

5.18 A especificação/descrição do objeto pretendido, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

5.19 A estimativa de quantidades a serem fornecidas no prazo de validade do registro;

5.20 O preço unitário e total do estimado das quantidades a serem fornecidas;

5.21 A quantidade total de unidades a ser aderida, por ITEM;

5.22 O prazo de validade de registro de preço;

5.23 Descrição das condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento, dotação orçamentária e, complementarmente, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características dos produtos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados por parte do fornecedor.

5.24 Fazer acompanhar dos orçamentos prévios para comprovação de vantagens.

5.25 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

5.26 A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviços, conforme disposto no art. 62 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

5.27 A Ata de Registro de Preços não poderá sofrer acréscimos em seus quantitativos, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 21 de junho de 1993.

5.28 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

5.29 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deve:

5.29.1.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.29.1.2 Frustrada a negociação, o fornecedor, será liberado do compromisso assumido;

5.29.1.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.29.1.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.29.1.5 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

5.29.1.6 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

5.29.1.7 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.29.1.8 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Secretaria Solicitante.

5.30 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas pela Superintendência de Licitação.

5.31 A partir da vigência da Ata de Registro de preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, as penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

5.32 É facultado à administração, quando o convocado não cumprir as exigências do edital ou não assinar a ata de registro de preços, no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.33 A recusa injustificada de fornecedor (es) classificado(s) em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas no edital.

5.34 A divulgação da Ata de Registro de Preços ocorrerá por publicação no Diário Oficial Eletrônico da Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM, no endereço eletrônico https://diariomunicipal.org/mt/amm/.

6 CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

6.1 Após a assinatura da Ata de Registro de Preço a Fornecedora se obriga, nos termos desta Ata, a assinar o contrato no período de vigência da Ata, onde passará a ser Contratada, e posteriormente retirar a Nota de Empenho para o fornecimento no prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal.

6.1.1 O contrato deverá ser assinado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir da convocação Oficial pela Superintendência de Licitação.

6.2 A Fornecedora obriga-se a cumprir, durante o período da vigência da Ata e do Contrato, todas as exigências, bem como, descrição e especificações básicas apresentadas nesta Ata, no edital e seus anexos.

6.3 A Fornecedora é obrigada a prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do município de Chapada dos Guimarães e atender prontamente a eventuais solicitações/reclamações.

6.4 A Fornecedora é obrigada a responsabilizar por todos os danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, na forma do art.70, da Lei n.º 8.6666/93.

6.5 A Fornecedora compromete-se ainda a:

6.5.1 Manter durante toda a execução do Contrato, as condições de qualificação e habilitação exigidas, obedecendo às disposições legais e regulamentos pertinentes.

6.5.2 Atender prontamente quaisquer exigências do fiscal do contrato, inerente ao objeto da contratação, bem como manter todas as condições estabelecidas neste instrumento.

6.5.3 Fornecer os produtos sempre em rigorosa observância aos termos da Contratação e da proposta a que se vinculam, bem como as cláusulas contratuais.

6.5.4 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação do serviço e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender.

6.5.5 Substituir, às suas expensas e responsabilidade, o serviço que não estiver de acordo com as especificações, sem ônus para a Contratante no todo ou em parte.

6.5.6 Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

6.5.7 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de transporte e demais custos resultantes da execução do contrato.

6.5.8 Responder por danos causados diretamente à Autarquia ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

6.5.9 Aceitar, nas mesmas condições acordadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, observando-se, em qualquer caso, o disposto na Lei de Licitações.

6.5.10 A empresa deverá disponibilizar atendimento, através de linha telefônica fixa e de telefonia móvel (celular) dentro do município de Chapada dos Guimarães, bem como um preposto para atender por e-mail ou nas dependências da Contratada ou da Contratante, caso ocorra possíveis alterações e solicitações de informações imediata.

6.5.11 Não caucionar ou utilizar o Contrato para quaisquer operações financeiras, sob pena de rescisão contratual.

6.5.12 Responsabilizar-se pelo pagamento de danos materiais e ou prejuízos de outra natureza causados por seus empregados no desempenho das atividades contratadas, em bens da CONTRATANTE ou de terceiros.

6.5.13 Garantir o atendimento extraordinários requisitados pela CONTRATANTE em situações excepcionais, como feriados e finais de semana.

6.5.14 Identificar seus funcionários com crachás e/ou devidamente uniformizados, quando no atendimento aos serviços solicitados.

6.5.15 Disponibilizar e manter informados os fiscais do Contratado, disponibilizando números de telefones para contato, e-mail e ou outra forma qualquer de meio eletrônico, sendo o primeiro, de natureza obrigatória.

6.5.16 Cumprir com as condições estabelecidas pela CONTRATANTE, obedecendo as condições fixadas no Contrato/Ordem de Fornecimento e Serviço e na proposta de preços.

6.5.17 Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

6.5.18 Responder pelos vícios e defeitos efetuando a substituição caso o equipamento apresente quaisquer irregularidades no funcionamento, segundo a garantia.

7 CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 A Contratante é obrigada a proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Fornecedora às dependências da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS, desde que devidamente autorizados.

7.2 A Contratante compromete-se a:

7.2.1 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

7.2.2 Comunicar a Contratada, de imediato, qualquer irregularidade verificada na aquisição dos serviços.

7.2.3 Efetuar o pagamento nas condições estabelecidas neste instrumento e fiscalizar, rigorosamente, os serviços prestados e cumprimento do objeto do Contrato.

7.2.4 Designar o fiscal e suplente de fiscal do Contrato, por meio de Portaria, ao qual ficará responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto contratado.

7.2.5 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das execuções contratuais.

7.2.6 Efetuar os pagamentos dentro do prazo estipulado e condições estabelecidas no contrato.

7.2.7 Aplicar as penalidades previstas no edital e instrumento contratual, na hipótese da Contratada não cumprir as cláusulas contratuais, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos serviços, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à Contratante.

7.2.8 Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo preposto da Contratada.

7.2.9 Efetuar a análise e consignar o “atesto” nas faturas/notas fiscais emitidas pela Contratada, efetivando o respectivo pagamento.

7.2.10 Rejeitar, no todo ou em parte, os itens de serviço em desacordo com o Contrato.

7.2.11 Prestar aos empregados da CONTRATADA informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza do fornecimento que tenham a executar;

7.2.12 Certificar que a entrega do objeto está sendo com a qualidade técnica, realizar a cobrança quando não realizado adequadamente;

7.2.13 Comunicar por escrito a CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada no fornecimento;

7.2.14 A entrega em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis;

7.2.15 A fiscalização pela Contratante, não exonera nem diminui a completa responsabilidade da futura FORNECEDORA, por qualquer inobservância ou omissão às Cláusulas contratuais

7.2.16 A gestão e fiscalização será exercida por servidor especialmente designado ao qual, compete dentre outras o dever de analisar as regras de negócios, as quantidades e valores a serem contratados de acordo com as disponibilidades orçamentárias/financeiras e as necessidades do órgão/entidade.

7.2.17 Notificar, formal e tempestivamente, a FORNECEDORA sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação.

7.2.18 Notificar a FORNECEDORA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

7.2.19 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação em conformidade com o Artigo 70 da Lei Federal Nº 8.666/93.

8 CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de vigência da Ata se recusar a assinar no *prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis* o contrato ou deixar de realizar a execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, apresentar documentação falsa ou fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, estarão sujeitas as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações legais.

a) Advertência. b) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor registrado; c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 05 (anos) anos; e/ou, d) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, reabilitação esta que será concedida sempre que a licitante ressarcir à Administração pelos prejuízos e, depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra “b”

8.2 As multas previstas nesta seção não eximem a licitante da reparação de eventuais perdas e danos ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

8.3 Se a licitante não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por parte do Município de Chapada dos Guimarães, o respectivo valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Procuradoria Geral do Município.

8.4 Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

8.5 As sanções pecuniárias a que se referem às cláusulas anteriores poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Contratante, ou, se for o caso, cobrada administrativamente ou judicialmente, aplicando-se subsidiariamente, as normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

8.6 A Fornecedora poderá ser penalizada inclusive com eventual rescisão do contrato caso à qualidade dos serviços e/ou a presteza no atendimento deixarem de corresponder à expectativa.

9 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA

9.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

9.1.1 Quando a Fornecedora não cumprir as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e/ou no Edital e seus anexos;

9.1.2 Quando a Fornecedora não retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 Quando a Fornecedora der causa a rescisão administrativa decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

9.1.5 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

9.1.6 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado.

9.1.7 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a Fornecedora será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.1.8 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Fornecedora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial Eletrônico da Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM, no endereço eletrônico https://diariomunicipal.org/mt/amm/..

9.1.9 A solicitação da Fornecedora para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão Gerenciador, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

9.1.10 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da Fornecedora relativas aos fornecimentos do objeto.

9.1.11 Caso o Órgão Gerenciador não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que a Fornecedora cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

10.1.1 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços;

10.1.2 A presente Ata de Registro de Preços Integra o Edital de Pregão Presencial/Registro de Preços nº 019/2018 e seus anexos e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) classificada(s).

11 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

11.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Chapada dos Guimarães do Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja**.**

E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **03 (três) vias de igual teor e forma** que, lido e achado conforme pelas **PARTES**, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Chapada dos Guimarães/MT, 15 de outubro de 2018.

CONTRATANTE:

_____

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

FORNECEDORA:

_____

Empresa: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 02.520.829/0001-40

Representante: RICARDO BENEDITO DE MAGALHÃES TAQUES

CPF:nº. 346.165.431-00 RG: 0430143-9 SSP/MT

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

RG: RG:

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 031/2018

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1364/2018)

Órgão Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de insumos para atender a secretaria municipal de saúde do Município de Chapada dos Guimarães, para atender a demanda do Hospital Dom Osvaldo, Centro de Especialização, Unidade de Saúde da Família do Centro, Unidade de Saúde da Família do Olho d" Água I, Unidade de Saúde da Família do Olho d" Água II, Unidade de Saúde da Família da Jangada Roncador, Unidade de Saúde da Família da Praia Rica, Unidade de Saúde da Família Água Fria, Unidade de Saúde da Família do João Carro, Unidade de Saúde Santa Cruz, Unidade de Saúde da Aldeia, Cadeia Pública de Chapada dos Guimarães.

Data/Horário: 14/11/2018 às 08:30h (oito horas e trinta minutos) – Fuso Horário Local (Chapada dos Guimarães).

Informações/Contato:

Superintendência de Licitação/Secretaria Municipal de Administração

Telefone: (65) 3301-1570.

Atendimento:

- Telefônico: 09:00 às 12:00h e 14:00 às 18:00h.

- Presencial: 12:00 às 18:00h.

E-mail: licitachapada@gmail.com.

Endereço para retirada do Edital: O Edital completo e seus anexos poderão ser retirados no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães, por meio do endereço: www.chapadadosguimaraes.mt.gov.br, na opção de Serviço de Informação ao Cidadão – "SIC", em seguida na aba "Licitações" ou no link "LICITAÇÃO", localizado na parte final da página inicial da Prefeitura.

Maili da Silva Matoso

Pregoeira

Visto:

Stéphanas Padilha

Superintendente de Licitação

Chapada dos Guimarães/MT, 30 de outubro de 2018.

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 174/2018

DO OBJETO: aquisição de materiais e insumos para atender a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 116.361,86 (cento e dezesseis mil, trezentos e sessenta e um reais e oitenta e seis centavos).

VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.

CONTRATADO: CIRURGICA MM HOSPITALAR LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.059.112/0001-10.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 175/2018

DO OBJETO: contratação de empresa para instalação de central de gás medicinal para atendimento das necessidades da upa 24 h da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Chapada dos Guimarães/MT.

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

CONTRATADO: ENI MARIA ALVES EIRELI - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.847.316/0001-19.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 179/2018

DO OBJETO: registro de preço para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 423.181,00 (quatrocentos e vinte e três mil e cento e oitenta e um reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

CONTRATADO: CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.652.030/0001-70.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 180/2018

DO OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender a secretaria municipal de saúde do Município de Chapada dos Guimarães, para atender a demanda do Hospital Dom Osvaldo, Centro de Especialização, Unidade de Saúde da Família do Centro, Unidade de Saúde da Família do Olho d" Água I, Unidade de Saúde da Família do Olho d' Água II, Unidade de Saúde da Família da Jangada Roncador, Unidade de Saúde da Família da Praia Rica, Unidade de Saúde da Família Água Fria, Unidade de Saúde da Família do João Carro, Unidade de Saúde Santa Cruz, Unidade de Saúde da Aldeia, Cadeia Pública de Chapada dos Guimarães.

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 985.833,00 (novecentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e trinta e três reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

CONTRATADO: PRO SAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.297.758/0001-03.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA

SETOR DE LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 41/2017

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 41/2017, que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT** e a Empresa **ESEQUIAS BRUGNOLI- EPP**, na forma e condições seguintes.

Aos vinte e seis dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, foi celebrado o presente Termo Aditivo de Contrato, tendo de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT,** inscrita no CNPJ do MF sob o nº 03.507.530/0001-19, com sede na Rua Tiradentes, nº 166, Centro, neste ato representado por pela sua Prefeita, a Srª. **THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA,** brasileira, viúva, enfermeira, portadora do documento de Identidade n.º 303000 SSP/MT, e inscrita no CPF n.º 171.785.171-15, e pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** neste ato representado por seu(ua) Secretário(a) **Sr(a) HELLEN CRISTINA XAVIER MOREIRA, portador(a) do CPF nº. 032.021.856.-24, doravante** denominada **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa**, ESEQUIAS BRUGNOLI-ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º11. 483.107/0001-54, com sede na Rua Abinel Freitas Pereira, n° 02, quadra 07, lote 02, Bairro Bom Clima, cidade de Chapada dos Guimarães/MT, CEP: 78.195-000, denominada **"CONTRATADA",** ajustam entre si o termo aditivo contratual, alterando as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO

1.1. Fica aditada a Cláusula Segunda do Contrato Principal.

1.2. A prorrogação do **prazo de vigência** do mencionado contrato e seus aditivos para **12 (doze) meses**. Terá início o presente Termo Aditivo a partir do encerramento do contrato principal, qual seja: **01/08/2018**, até a data de **30/07/2019**, podendo ser prorrogado por igual período ou estendido o período aqui estabelecido, no interesse das partes até o máximo previsto em Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA BASE LEGAL

2.1. O presente Termo Aditivo tem por fundamento o disposto no art. 57 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, com a presença do interesse público e a conveniência administrativa, em face de se tratar de atividade essencial à Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1. As demais Cláusulas e dispositivos do Contrato Principal e seus Aditivos continuam inalteradas, ratificando-o, no todo, para todos os fins e efeitos.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

4.1. Fica eleito o foro da Comarca de Chapada dos Guimarães com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do Presente Contrato, quando não resolvidas por meios administrativos e amigáveis.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 41/2017, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma da Lei n.º 8.666/93, ratificando todas as demais Cláusulas do contrato primitivo.

Chapada dos Guimarães – MT, 26 de Julho de 2018.

MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

Thelma Pimentel Figueiredo de Oliveira - Prefeita Municipal

Contratante

Hellen Cristina Xavier Moreira Renato de Almeida Orro Ribeiro

Secretária de Municipal de Educação

Contratante

Procurador Geral do Município - OAB/MT nº 11.055

ESEQUIAS BRUGNOLI-ME

CNPJ n.º 11.483.107/0001-54

Contratada

Testemunhas:

_____

Nome:

CPF:

_____

Nome:

CPF:

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 112/2018

DO OBJETO: ambulância tipo UTI móvel, equipada com medicamentos e materiais de urgência e emergência.

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 26.120,10 (vinte e seis mil, cento e vinte reais e dez centavos).

VIGÊNCIA: 01 (hum) mês.

CONTRATADO: VIP SAUDE E SOLUCOES MEDICAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.527.321/0001-70.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 060/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 060/2017

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA**

CONTRATADA: **TWI EMPREENDIMENTOS TECNOLOGICOS LTDA ME**

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar o valor inicial da contratação, bem como prorrogar o prazo de vigência, previstos, respectivamente, nas Cláusulas Segunda e Quinta, do Contrato nº 060/2017. O valor do presente aditivo é de **R$ 90.000,00 (noventa mil reais).** DATA: 12/09/2018.

RH
EDITAL DE DIVULGAÇÃO 04/2018

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE E PECUNIA AOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA-MT"

ALTAMIR KÜRTEN, Prefeito Municipal de Claudia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a lei:

Considerando o disposto na Lei Complementar 12/2013: *"Art. 122 - O servidor após cada quinquênio ininterrupto de efetivo exercício fará jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com vencimento padrão do cargo efetivo.",*

Considerando os requerimentos de Licença Prêmio por Assiduidade protocolados no departamento de RH e devidamente analisados pela assessoria jurídica da Prefeitura Municipal de Cláudia-MT;

DIVULGA:

A relação de servidores que usufruirão deLicença-Prêmio por Assiduidade:

Manutenção da Infraestrutura Escolar:

MATRICULA	NOME	PERIODO
1178	Sirlei Caldeira	01/11/2018 a 31/01/2019

A relação de servidores que usufruirão deLicença-Prêmio por Assiduidade em Pecúnia:

Motorista:

MATRICULA	NOME	PERIODO
0017	Devanir Toninato	11/2018 11/2019 11/2020

Operador de máquinas I:

MATRICULA	NOME	PERIODO
0044	Elias Ferreira Vasconcelos	11/2018 11/2019 11/2020

Professor:

MATRICULA	NOME	PERIODO
0066	José Carlos Smanhoto	11/2018 11/2019 11/2020
0117	Suzana Antoniazzi	11/2018 11/2019 11/2020

Manutenção da Infraestrutura escolar

MATRICULA	NOME	PERIODO
0034	Cleusa dos Santos Bender	11/2018 11/2019 11/2020

Fiscal de Tributos e Arrecadação:

MATRICULA	NOME	PERIODO
0051	Gaspar Fermino	11/2018 11/2019 11/2020

Assistente Administrativo:

MATRICULA	NOME	PERIODO
1190	Andreia Teolide Schneider Sielski	11/2018 11/2019 11/2020

Claudia-MT, 30 de Outubro de 2018.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

PREVI-CLAUDIA
RESOLUÇÃO DO CONSELHO PAI PARA 2019 DO PREVI-CLAUDIA

RESOLUÇÃO Nº 02/2018, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018.

O Conselho Curador do PREVI-CLÁUDIA - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de CLÁUDIA/MT, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei no 473/2013, de 24 de abril de 2013, e por seu Regimento Interno.

.

Considerando a deliberação tomada em reunião ordinária realizada em 25 de outubro de 2018;

Considerando o disposto no art. 4º da Resolução CMN 3.506, de 26 de outubro de 2007, que determina que os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social, deverão definir a política anual de investimentos dos recursos em moeda corrente;

Resolve:

Art. 1º - O **PREVI-CLAUDIA** – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cláudia/MT adotara a Política de Investimentos anexa.

Art. 2º - O presente Plano de investimentos terá validade de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, podendo ser alterado durante sua execução para adequação a legislação vigente.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cláudia/MT, 25 de Outubro de 2018.

_____

MARIA JANETE MORAES TRINDADE

Presidente do Conselho Curador

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2018 - REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

O Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que a empresa **CONSTRUTORA QUEIROZ LIMA EIRELI**, sagrou-se vencedora do processo de Licitação em referência, para a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA TIPO TSD (TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO – CAPA ASFÁLTICA) E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE MEIO FIO E SARJETA, PARA AS DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT**.

Cláudia/MT, 30 de Outubro de 2018.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

HEMILIN F. TIEDT

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 057/2018, SAJU CONSTRUTORA LTDA. CORRIGIDO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 057/2018, SAJU CONSTRUTORA LTDA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Nº 057/2018

Contrato de locação de máquinas e caminhões que entre si celebram o Município de Cocalinho, e a empresa SAJU CONSTRUTORA LTDA.

Contrato originário da licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL n.º 015/2018/, para Locação de Máquinas e caminhões, ano de fabricação não inferior a 1994 em bom estado de conservação, com motorista/operador, manutenção às expensas da contratada, o abastecimento com óleo diesel será as expensas da Contratante.

Este contrato será regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com suas alterações posteriores.

Cláusula Primeira - DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE COCALINHO, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia nº 676, CEP: 78680-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № 00.965.145/0001-27, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal Senhora Dalva Maria de Lima Peres, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral № 1.982.506 SSP-GO e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o № 556.892.561-53, residente e domiciliada à Av. Araguaia, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e do outro lado a empresa SAJU CONSTRUTORA LTDA , CNPJ: 07.485. 875/0001-70, com sede na Rua 20, S/Nº , lote 10, Goianinha, na cidade de Palmeiras - Goiás, Cep: 76.190-000 doravante denominado CONTRATADA,

Cláusula Segunda - DO OBJETO

Este contrato tem por objeto a Locação de Máquinas e caminhões, ano de fabricação não inferior a 1994 em bom estado de conservação, com motorista/operador, manutenção às expensas da contratada, o abastecimento com óleo diesel será as expensas da Contratante. para recuperação e manutenção de estradas de acordo com as especificações e detalhamentos do ANEXO I do PREGÃOPRESENCIAL nº.

015/2018 que, juntamente com a proposta da CONTRATADA, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

Cláusula Terceira - DO PREÇO

O preço global do presente contrato é de R$ 144.960,00(Cento e Quarenta Mil e Novecentos e sessenta Reais) no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA, sendo o(s) seguinte(s) preço(s).

Item	Qtde.	Descrição	Quant Horas	V. Unt.	VI Total
04	01	Escavadeira igual ou equivalente a EC 210 BLC em bom estado de conservação	480	203,00	97.440,00
05	01	Rolo Compactador	480	99,00	47.520,00

Cláusula Quarta - DO LOCAL E DO RECEBIMENTO

A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto descrito no Anexo I do Edital do Pregão nº. 015/2018, no endereço indicado pelo CONTRATANTE.

I - A execução do objeto dar-se-á nas condições estabelecidas no Anexo I mediante solicitação da Secretaria Municipal de Administração, respeitado o prazo máximo de 48(quarenta e oito) horas, a contar do recebimento da O.S(Ordem de Serviço).

Cláusula Quinta – DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados mensalmente, através da Tesouraria, em crédito em conta bancária, até o 5°(quinto) dia útil do mês subsequente á prestação dos serviços, após a entrega da Nota Fiscal de prestação dos serviços, com antecedência mínima de 05(cinco) dias, sendo calculado a partir do valor final da proposta ofertada pelo licitante vencedor.

Cláusula Nona - DA FISCALIZAÇÃO

§4°. A fiscalização da execução do contrato fica a cargo dos nomeados pela Portaria 015/2018, para acompanhar a execução dos Contratos Referente a Obras e Serviços de Engenharia:

Cláusula Décima– DA VIGÊNCIA

Este contrato tem vigência por 120 (Cento e Vinte) dias, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, da Lei 8.666/93.

Cláusula Décima Primeira - DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65 de Lei n.º 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade competente.

Cláusula Décima Terceira - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA não importará, de forma alguma, em alteração contratual.

Cláusula Décima Quarta - DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do contrato na no jornal de publicações oficiais do Município de Cocalinho, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Cláusula Décima Quinta - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Água Boa para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

E por estarem ajustadas, firmam este instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor, juntamente com as testemunhas que também o assinam.

Gabinete da Prefeita Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos vinte o nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

CONTRATANTE

SAJU CONSTRUTORA LTDA

CONTRATADA

...

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ C.P.F.	Nome: _____ C.P.F.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 056/2018, G C CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI - EPP. CORRIGIDO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 056/2018, G C CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI - EPP.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Nº 056/2018

Contrato de locação de máquinas e caminhões que entre si celebram o Município de Cocalinho, e a empresa G C CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI - EPP

Contrato originário da licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL n.º 015/2018/, para Locação de Máquinas e caminhões, ano de fabricação não inferior a 1994 em bom estado de conservação, com motorista/operador, manutenção às expensas da contratada, o abastecimento com óleo diesel será as expensas da Contratante.

Este contrato será regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com suas alterações posteriores.

Cláusula Primeira - DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE COCALINHO, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia nº 676, CEP: 78680-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № 00.965.145/0001-27, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal Senhora Dalva Maria de Lima Peres, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral № 1.982.506 SSP-GO e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o № 556.892.561-53, residente e domiciliada à Av. Araguaia, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e do outro lado a empresa G C CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI - EPP, CNPJ: 08.628.718/0001-39, com sede na Rua

Augusta Costa, quadra 14, lote 02, Setor Centro, na cidade de Trindade - GO, Cep: 75.388-736 doravante denominado CONTRATADA,

Cláusula Segunda - DO OBJETO

Este contrato tem por objeto a Locação de Máquinas e caminhões, ano de fabricação não inferior a 1994 em bom estado de conservação, com motorista/operador, manutenção às expensas da contratada, o abastecimento com óleo diesel será as expensas da Contratante. para recuperação e manutenção de estradas de acordo com as especificações e detalhamentos do ANEXO I do PREGÃOPRESENCIAL nº.

015/2018 que, juntamente com a proposta da CONTRATADA, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

Cláusula Terceira - DO PREÇO

O preço global do presente contrato é de R$ 87.840,00(Oitenta e sete Mil e Oitocentos e quarenta Reais) no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA, sendo o(s) seguinte(s) preço(s)

Item	Qtde.	Descrição	Quant Horas	V. Unt.	Vl Total
02	01	Pá carregadeira igual ou equivalente Komatsu WA180, a em bom estado de conservação.	480	94,00	45.120,00
03	01	Motoniveladora igual o equivalente a Carterpilar 120 B, em bom estado de conservação.	480	89,00	42.720,00

Cláusula Quarta - DO LOCAL E DO RECEBIMENTO

A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto descrito no Anexo I do Edital do Pregão nº. 015/2018, no endereço indicado pelo CONTRATANTE.

I - A execução do objeto dar-se-á nas condições estabelecidas no Anexo I mediante solicitação da Secretaria Municipal de Administração, respeitado o prazo máximo de 48(quarenta e oito) horas, a contar do recebimento da O.S(Ordem de Serviço).

II – O recebimento do objeto, pelo CONTRATANTE, dar-se-á por meio dos seguintes procedimentos, observando o disposto no art. 74 da Lei Federal nº. 8.666/93:

Cláusula Sexta- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente desta contratação correrá por conta da(s) dotação(s) orçamentária(s):

415 08.005 26.782.061 1.049 33.90.39.00.00.00

Cláusula Nona - DA FISCALIZAÇÃO

§4°. A fiscalização da execução do contrato fica a cargo dos nomeados pela Portaria 015/2018, para acompanhar a execução dos Contratos Referente a Obras e Serviços de Engenharia:

Cláusula Décima– DA VIGÊNCIA

Este contrato tem vigência por 120 (Cento e Vinte) dias, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, da Lei 8.666/93.

Cláusula Décima Primeira - DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65 de Lei n.º 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade competente.

Cláusula Décima Quarta - DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do contrato na no jornal de publicações oficiais do Município de Cocalinho, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Cláusula Décima Quinta - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Água Boa para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

E por estarem ajustadas, firmam este instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor, juntamente com as testemunhas que também o assinam.

Gabinete da Prefeita Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, ao vinte o nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

CONTRATANTE

G C CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI - EPP

CONTRATADA

...

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PREFEITURA DE COLIDER/RH
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2016

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 256/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colider - MT

CONTRATADO: MICHEELE MAYARA DE OLIVEIRA CALAÇA

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº **256/2017**, com fundamento na Clausula Sétima, **por término de contrato.**

VALOR RESCISÓRIO: R$209,00 (duzentos e nove reais)

DATA: 01/10/2018

SECRETARIA: Municipal de Educação.

PREFEITURA DE COLIDER/RH
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 218/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: MARIA APARECIDA AGUIAR CAMPOS

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. **218/2018**, com fundamento na Clausula Sétima, por termino de contrato.

VALOR RESCISÓRIO: R$1.817,02 (hum mil e oitocentos e dezessete reais e dois centavos)

DATA: 26/10/2018

SECRETARIA: Educação.

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 061/2018

A Prefeitura Municipal de Colider - MT, através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que em razão da INABILITAÇÃO da empresa PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA, RETIFICA o resultado do Pregão Eletrônico nº 061/2018 que foi publicado no Diário Oficial do Estado – D.O.E na edição nº 27373 de 26 de outubro de 2018, pagina 81, Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso na edição nº 3.094 de 29 de outubro de 2018, página 64 e 65 e no Diário Oficial da União – D.O.U na Sessão 03 de 29 de outubro de 2018, pagina 194, passando o processo acima a ter o seguinte resultado:

EMPRESAS	ITENS	VLR. TOTAL (R$)
AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	053, 085, 138, 145, 165, 217, 246 e 252	**276. 630,000**
AGLON COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	**082, 099, 101, 194 e 303**	**139. 120,000**
ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR EIRELI – EPP	**002, 004, 010, 016, 017, 025, 029, 030, 033, 046, 047, 052, 065, 068, 089, 094, 118, 125, 130, 131, 137, 142, 154, 168, 186, 197, 241 e 286**	**562. 947,000**
AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP	**039, 059, 132 e 214**	**108. 650,000**
ARMAZÉM DOS MEDICAMENTOS EIRELI – ME	**006, 012, 024, 026, 027, 032 e 034**	**194. 960,000**
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	**055, 056, 061, 067, 090, 095, 143, 148, 171, 174, 175, 203, 244, 245, 247, 248, 250, 263, 265, 267, 287, 305, 308 e 309**	368. 460,000
CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	**172 e 290**	60. 900,000
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	**097, 100, 115, 152, 163, 183, 198, 239, 270, 283 e 298**	503. 120,000
DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	**058, 073, 102, 134, 157, 169, 196, 200, 201, 202, 211, 225, 226, 249, 266, 281 e 304**	748. 052,000

DISTRIBUIDORA BRASIL COM. DE PROD. MEDICOS HOSPITALARES LTDA EPP	**098, 153, 166, 223, 275 e 284**	50.915,000
FARMACIA SUPER POPULAR LTDA EPP	**041, 048, 114, 119, 141, 182, 224, 228, 256 e 264**	402.150,000
GOLDENPLUS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES LTDA	**184, 185, 191 e 272**	228.980,000
GRAZIELA VELANI ABUFARES COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI – EPP	**054**	20.800,000
INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	**069, 070, 078, 086, 087, 088, 091, 103, 104, 105, 110, 124, 126, 133, 139, 140, 156, 158, 159, 190, 192, 205, 208, 234, 235, 237, 240, 242, 271, 277, 285, 296, 297, 300, 301 e 307**	781.272,000
L A DALLA PORTA JUNIOR – EPP	**179**	10.872,000
LIFE CENTER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP	**019, 020, 021, 092, 093, 136, 150, 164, 178, 180, 181, 207, 218, 222, 253, 254, 261 e 289**	179.725,000
LUMANN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP	**001, 007, 008, 009, 013, 036, 038, 050, 051, 121, 257 e 302**	316.263,000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	**096, 116, 127, 162, 177, 199, 230, 231, 236, 238, 262, 268, 294 e 295**	318.110,000
MERCANTIL BARRETO COMERCIAL DE PROD. HOSP. E SUPRIMENTOS LTDA – ME	**018, 072, 123 e 255**	199.650,000
MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	**079, 084, 106, 209, 215, 216, 229 e 269**	203.685,000
PRO-REMEDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS EIRELI ME	**076, 107, 108, 113 e 293**	73.330,000
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	**144, 161, 278 e 279**	52.460,000
REALMED HOSPITALAR EIRELI ME	**003, 035, 040, 193 e 227**	165.949,000
SANI MEDICAMENTOS EIRELI EPP	**042**	17.678,000
SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI	**147, 155, 167, 170, 213, 232, 243, 273, 274, 292 e 299**	206.724,000
VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS - EIRELI	**062, 063, 064, 066, 080, 112, 122, 173, 276, 280, 306 e 310**	209.530,000

Colider/MT, 30 de Outubro de 2018.

DEVANIL OLIVEIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 08/2016

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 008/2016

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 008/2016

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT.

CONTRATADA: FORGOV CONSULTORIA E CONTABILIDADE LTDA, CNPJ nº 20.936.958/0001-04.

OBJETO: Pelo Presente Termo Aditivo, As Partes Supra -Identificadas, De Comum Acordo, Resolvem Prorrogar O Prazo mencionado na clausula quarta do CONTRATO DE EMPRESA PARA LOCAÇAO DE SOFTWARE PARA GESTAO E GERENCIAMENTO DAS XMLS DO APLIC/TCE-MT, ATRAVES DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, CUSTOMIZAÇÃO, MANUTENÇÃO CORRETIVA LEGAL E ATENDIMENTO TECNICO ESPECIALIZADO, N 008/2016.

PRAZO: 30 de Outubro de 2018 à 31 de Dezembro de 2018.

VALOR GLOBAL: R$ 3000,00 (três mil reais).

Colniza/MT, 30 de Outubro de 2018.

Jesineison de Aguiar Brandão

Vereador Presidente Câmara Municipal de Colniza/MT

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018

Procedimento: 25.740/2018

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza/MT nomeada através do Decreto nº 136/GP/2018 faz saber aos interessados que estamos prorrogando a LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018**. Motivo: licitação Deserta**. A presente licitação tem porobjeto a **seleção de empresa para Execução dos serviços de AMPLIAÇÃO E READEQUAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL VALMIR NEUMANN, do Distrito do Guariba, Município de Colniza – MT.**Estamos convocando participantes para a 2ª chamada que será realizada no dia **26 de novembro de 2018, às 08h00min (oito) horas,** no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza – MT no endereço Av. dos Pinhais, Centro, Colniza - MT. É necessário que, seja informado ao Departamento de Licitação **via e-mail: licitacao@colniza.org** a retirada do mesmo, para que possamos comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias. Este setor de licitação não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone **(066) 3571- 1000.**

Colniza – MT, 30 de Outubro de 2018.

Vânia Orben

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO TERMO DE ERRATA TERMO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA Nº 006/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO/MT

TERMO DE ERRATA

Foi publicado no dia 17 de Outubro 2018, na página 66, do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, o extrato do Termo de Cooperação Financeira nº. 006/2018

Onde se lê:

TERMO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA Nº: 006/2018

DATA: 09/10/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.

CONTRATADO: CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE COMODORO MT

OBJETO: O presente Convênio tem por objeto o repasse de recursos para o Conselho da Comunidade da Comarca de Comodoro, destinados à Cooperação Financeira para garantir a manutenção e o atendimento dos serviços de saúde e odontologia aos internos da Cadeia Pública de Comodoro, conforme a Lei Municipal nº 1.712/2017 de 14/06/2017.

DOTAÇÃO: 02.06.2.208.3.3.50.41 (901)

Leia-se:

TERMO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA Nº: 006/2018

DATA: 09/10/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.

CONTRATADO: CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE COMODORO MT

OBJETO: O presente Convênio tem por objeto o repasse de recursos para o Conselho Comunitário de Segurança Pública de Comodoro - MT, destinados à Cooperação Financeira com o objetivo de subvencionar as atividades publicas realizadas pelo mesmo conforme a Lei Municipal nº 1.790/2018 de 06/09/2018.

DOTAÇÃO: 02.06.2.208.3.3.50.41 (901)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL 039-2018 TRIBUTOS

EDITAL 039/2018

Pelo presente dá-se publicidade ao requerimento da Sr (a) THAYLA VALLENTINA ALVES SOUZA – CPF: 073.672.471-07; cadastramento de titularidade de imóvel com respeito ao Imóvel LOTE 41 – QUADRA 02 – Rua Santa Inês - Bairro Genoveva, sendo que qualquer interessado em impugnar o citado requerimento deverá fazê-lo num prazo de 15 (quinze) dias junto ao setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Confresa.

Confresa, 30 de Outubro de 2018.

_____ _____

Juliana M. Festi Murano Rônia Maria. C. B. Milhomem

Chefe Departamento de Tributos Secretaria de Finanças

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 508/2018 DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

Portaria 508/2018 de 29 de Outubro de 2018.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO E/OU COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: Oficio 141/2018 PREVICON de 29/10/2018 – CONCLUSÃO DO PROCESSO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a servidora pública municipal MARIA DE JESUS PEREIRA TAVARES, matricula 000097, efetiva no cargo de PROFESSOR DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL CENTRAL.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 29 de Outubro de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 055-2018

DECRETO MUNICIPAL N. 055/2018 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

CONCEDE PRAZO PARA CONCESSÃO DE ANISTIA PARCIAL DE MULTA E REMISSÃO PARCIAL DE JUROS A CONTRIBUINTES INADIMPLENTES, NA FORMA DA LEI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CONSIDERANDO a adesão dos contribuintes inadimplentes quando ocorre chamamento para realização de acordos de pagamentos dos débitos, com oferta de anistia parcial de multas e remissão de juros;

CONSIDERANDO a necessidade de incremento na arrecadação de tributos municipais;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica prorrogado até a data de 07 de dezembro de 2018 o prazo para adesão dos contribuintes inadimplentes para com a Prefeitura de Confresa à oferta de anistia parcial de multas e remissão parcial de juros conforme Lei Municipal n. 753/2017**.**

Art. 2º. Fica autorizado o parcelamento dos débitos, de forma mensal, em até 12 (doze) vezes, a partir da publicação do presente Decreto, devendo os procedimentos serem formalizados pelo Setor de Tributos da Prefeitura de Confresa.

Art. 3º. Poderão ser parcelados os débitos vencidos até a data de 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 30 de outubro de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ERRATA DO EXTRATO DE CONTRATO CPL Nº. 272/2017

A Comissão Permanente de Licitações Torna Público que na Publicação realizada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Mato Grosso, ANO XIII, Nº 2.903 Página 87, do dia 25 de janeiro de 2018

Onde lê se:

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1931/2017

DO OBJETO: locação de um imóvel para instalação e Funcionamento do CRAS

VIGÊNCIA: 04/12/2017 a 04/12/2018;

DO VALOR GLOBAL: R$ 48.000,00

DATA: Confresa, 04 de dezembro de 2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – **Contratado: Jamerson Alves Medeiros CPF:** 038.803.951-52

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

Ler -se:

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1931/2017

DO OBJETO: locação de um imóvel para instalação e Funcionamento do CRAS

VIGÊNCIA: 04/12/2017 a 04/12/2018;

DO VALOR GLOBAL: R$ 47.333,25

DATA: Confresa, 04 de dezembro de 2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – **Contratado: Jamerson Alves Medeiros CPF:** 038.803.951-52

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

LEILÃO Nº 002/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO 3319/2018

Objeto: Venda em Leilão Público dos bens móveis relacionados, a quem oferecer o maior lance, adotando-se como critério de julgamento o do melhor preço, que deverá ser igual ou superior ao da avaliação, reservando-se à Administração Pública o direito de não alienálos caso não seja alcançado o preço mínimo atribuído.

Abertura: 30/11/2018 - Horário de Cuiabá – MT

Horário: 8h (oito horas)

Local: Departamento de Licitações (Prefeitura Municipal de Conquista D' Oeste)

Maiores Informações: Prefeitura Municipal de Conquista D' Oeste, de 2ª a 6ª, no horário comercial ou pelo telefone (65) 3265-1000

O Edital poderá ser obtido através do site: www.conquistadoeste.mt.gov.br

Lote	Descrição	Nº Registro Patrimonial	Placa	Chassi	Ano/ Mod.	Lance Inicial [R$]
1	VOLKSWAGEN KOMBI, COR BRANCA	1646	KAK 8760	9BWGBO7X93POO4710	2002/ 2003	R$ 5. 600,00
2	NISSAN FRONTIER 4X4 XE, COR CINZA.	1401	JZY 4571	94DCMUD225J5605522	2004/ 2005	R$ 10. 400,00
3	FIAT DOBLO 1.4, COR PRATA.	1642	NUF-7718	9DB119107B1069238	2010/ 2011	R$ 13. 000,00
4	MICRO ÔNIBUS IVECO MODELO MARCOPOLO FRATELLO, COR BRANCA.	1872	JZG-8502	93ZC4980118300393	2001/ 2001	R$ 8. 000,00
5	SUCATA - ONIBUS MERCEDES BENS MODELO OF 1318	1654	BYD-5882	9BM384088RB043096	1994/ 1994	R$ 5. 000,00
6	CAMINHONETE VOLKSWAGEM, AMAROK CD 4X4 SE, DIESEL, 180 CV, COR BRANCA.	2458	QBZ-3095	WV1DB42H8EA027332	2013/ 2014	R$ 40. 000,00

Conquista D'Oeste, 29 de outubro de 2018.

Hélio José Garcia Mendes

Secretario de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

TERMO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 202/2018- ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 202/2018

b) Licitação Nr.: 137/2018-PR

c) Modalidade: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

d) Data Homologação: 30/10/2018

e) Objeto da Licitação: **"CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM CASA DE APOIO EM CUIABÁ-MT, COM O OBJETIVO DE PRESTAR SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES (CAFÉ, ALMOÇO E JANTAR DE BOA QUALIDADE), TRANSPORTE/ LOCOMOÇÃO DOS PACIENTES ATÉ OS LOCAIS DE CONSULTAS, LABORATORIAIS E TRATAMENTO MÉDICO"**

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

- 010843- MICHAEL FERRAZ DO NASCIMENTO – ME

Totalizando (01) item no valor global de R$ **172.000,00 (CENTO E SETENTA E DOIS MIL REAIS).**

JAIR KLASNER

PREFEITO

SEC. GOVERNO
DECRETO Nº 1.219/2018

"Dispõe sobre o horário de funcionamento e atendimento ao público no Setor Administrativo das repartições Públicas Municipais, na forma que especifica."

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu - MT, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO que a atuação da Administração Pública Municipal está pautada nos princípios da moralidade, legalidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar o horário exclusivo de trabalho interno, a fim de que os servidores possam organizar o expediente administrativo, primando pelos princípios que regem a Administração Pública e garantindo o aperfeiçoamento dos serviços,

D E C R E T A:

Art. 1º. A partir do dia 05 de novembro de 2018, o horário de atendimento ao público no Setor Administrativo das Repartições Públicas Municipais será das 7h00 às 11h00, de segunda à sexta-feira.

Paragrafo Primeiro – O atendimento ao público nos demais estabelecimentos públicos sendo, Departamento de Arrecadação, Escolas, Hospital, Unidades Básicas de Saúde, CRAS, Conselho Tutelar, Vigilância em Saúde, Farmácia Básica, Unidade de Reabilitação, permanece inalterado.

Paragrafo Segundo – Sempre que houver a conveniência administrativa ou o interesse público, haverá o atendimento fora do horário previsto, desde que devidamente autorizado pelo Prefeito ou o Secretário Municipal de cada Secretaria, inclusive nas hipóteses de continuidade de julgamento de propostas de certames licitatórios de maior complexidade, bem como o atendimento a situações de interesse coletivo e emergências de comunidades da zona rural.

Art. 2º. A partir do dia 05 de novembro de 2018, o horário de funcionamento para expediente exclusivamente interno do Setor Administrativo das Repartições Públicas Municipais, será das 13h00 às 17h00, de segunda à sexta-feira.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução do presente decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu, aos 30 de Outubro de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 327/2018

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR a partir de 24/10/2018 o Sr. **JULIO CESAR DA SILVA**, portador do CPF n.º 514.657.441-34, do cargo de **Diretor do Departamento de Urbanismo**, nomeado pela Portaria 074/2017, Lotada na Secretaria Municipal da Cidade.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 29 de Outubro de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 037/2018 PROCESSO Nº 205/2018

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto **é** ASSUNTO **"CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE SCANNER DE IMPRESSÃO DIGITAL (HAMSTER), PARA ATENDER A DEMANDA DE PONTO ELETRÔNICO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU",** com fulcro no artigo 24da Lei no 8.666/93 e lei municipal 1.006/2017, e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, exigência do art.38, inciso VI, do mesmo diploma legal.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

CONTRATADO: AGRODATA INFORMATICA LDTA ME

CNPJ: 06.853.262/0001-85

ENDEREÇO: RUA DAS CASTANHEIRAS, Nº 1180, CENTRO, SINOP - MT

VALOR GLOBAL: R$ 11.000,00 (ONZE MIL REAIS).

VIGÊNCIA: 03 (três) MESES a partir da data de assinatura do contrato.

Cotriguaçu/MT, 30 Outubro de 2018

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 205/2018 - DISPENSA 037/2018

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº: 205/2018

b) Licitação Nrº: 037/2018- DL

c) Modalidade: Dispensa de licitação p/ Compras e Serviços

d) Data Homologação: 30/10/2018

e) Objeto da Licitação**: "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE SCANNER DE IMPRESSÃO DIGITAL (HAMSTER), PARA ATENDER A DEMANDA DE PONTO ELETRÔNICO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU"**

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

012888– **AGRODATA INFORMATICA LDTA ME** – CNPJ: **06.853.262/0001-85**

Item (1), no valor global de R$ **R$ 11.000,00 (ONZE MIL REAIS).**

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO N° 088/2018

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT E A EMPRESA AGRODATA INFORMATICA LDTA ME

CNPJ: 06.853.262/0001-85 "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE SCANNER DE IMPRESSÃO DIGITAL (HAMSTER), PARA ATENDER A DEMANDA DE PONTO ELETRÔNICO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU". O presente contrato tem o valor global de R$ 11.000,00 (ONZE MIL REAIS). Válidos por 03 (três) meses podendo ser prorrogado, O presente contrato vigorará a partir 31 de Outubro de 2018 válido até 03 de Janeiro de 2019. *O presente instrumento contratual advém de* PROCESSO DE COMPRA **Nº 205/2018** na modalidade de DISPENSA *Nº 37/2018*, cujas regras e condições também estão insertas no edital e processo e vincula-se na íntegra às disposições legais contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, e suas alterações posteriores.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 329/2018

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR a partir de 18/10/2018 a Sra. **TAIANE GILIOLI GELLER**, portador do CPF n.º 040.669.491-50, do cargo de **Agente Administrativo**, vinculada ao Contrato de Prestação de Serviços 003/2017, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 30 de Outubro de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

SEC. GOVERNO
DECRETO Nº 1.215/2018

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA REDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA INCIDENTES SOBRE DÉBITOS DE QUALQUER NATUREZA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU, PREVISTOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 074/2017 E LEI COMPLEMENTAR Nº 079/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e

CONSIDERANDO a LEI COMPLEMENTAR Nº 074/2017, dispõe sobre mutirão fiscal e redução de multas e juros de mora incidentes sobre débitos de qualquer natureza da dívida ativa municipal do município de Cotriguaçu, na forma e condições que especifica e dá outras providencias.

CONSIDERANDO que existe Contribuintes do Município de Cotriguaçu que desejam saldar seus débitos, com o alcance da citada norma;

CONSIDERANDO que os benefícios da Lei podem ser estendido aos contribuintes que aderirem até o fim do presente exercício fiscal, não estando vinculado a ação compartilhada do Mutirão Fiscal, como expressamente ressalvado no §8º do Art. 1º da LC 74/2017

RESOLVE

Art. 1º. A concessão do incentivo fiscal previsto na LEI COMPLEMENTAR Nº 074/2017 e LEI COMPLEMENTAR Nº 079/2018, autorizando a Secretaria Municipal de Finanças, por meio do Departamento Municipal de Tributos, a conceder a redução de multas e juros de mora incidentes sobre débitos de qualquer natureza da dívida ativa municipal do município de Cotriguaçu, vencidos até 31 de dezembro de 2017, ajuizados ou não, mantida a cobrança das respectivas atualizações monetárias, desde que o débito seja integralmente recolhido aos cofres municipais, nas seguintes proporções:

I – Remissão de 95% (noventa e cinco por cento) dos juros e da multa, para o contribuinte que optar pelo pagamento em parcela única;

II - Remissão de 80% (oitenta por cento) dos juros e da multa, para o contribuinte que optar pelo pagamento em até 03 (três) parcelas, sendo a primeira paga no ato do parcelamento e as demais vencíveis a cada 30 (trinta) dias, sucessivamente);

III - Remissão de 60% (sessenta por cento) dos juros e da multa, para o contribuinte que optar pelo pagamento em até 06 (seis) parcelas, sendo a primeira paga no ato do parcelamento e as demais vencíveis a cada 30 (trinta) dias, sucessivamente);

IV - Remissão de 40% (quarenta por cento) dos juros e da multa, para o contribuinte que optar pelo pagamento em até 09 (nove) parcelas, sendo a primeira paga no ato do parcelamento e as demais vencíveis a cada 30 (trinta) dias, sucessivamente);

§1º Em qualquer opção, o valor mínimo da parcela não poderá ser inferior a R$ 70,00 (setenta reais).

§2º O pagamento da primeira parcela gerará pedido de suspensão dos processos judiciais ajuizados para cobrança dos Tributos e encargos, sendo que somente se requererá a extinção do processo após pagamento integral do parcelamento.

§3º ainda no caso dos débitos objeto de processos judiciais ajuizados, a extinção dos mesmos somente será requerida após pagamento integral do parcelamento e efetiva apresentação de cópia do comprovante de recolhimento das custas processuais, que ficam a cargo do contribuinte.

§4º O pagamento da primeira parcela propiciará a expedição da carta de anuência para baixa de eventuais protestos, sendo a apresentação da mesma ao Cartório e o pagamento de emolumentos devidos responsabilidade exclusiva do contribuinte.

§5º Até a integral liquidação do parcelamento, a certidão que será fornecida ao contribuinte será a positiva com efeitos de negativa, certificando-se haver débito parcelado nos termos da Lei.

§6º Para o enquadramento do contribuinte, deverá haver o reconhecimento expresso da dívida original e seus acessórios. O parcelamento de débitos que estejam sendo objeto de impugnação judicial ou administrativa somente será deferido mediante apresentação, pelo contribuinte, de renúncia expressa ao direito em que se funda a ação ou impugnação.

§ 7°. Ficam excluídas dos efeitos deste Decreto as ações com trânsito em julgado.

§ 8º - Os benefícios previsto no caput deste artigo se estende aos contribuintes que estão inadimples com os impostos e taxas no exercício financeiro deste ano.

Art. 2º - A concessão dos benefícios está condicionada ao cumprimento da normativa prevista na Lei Complementar Nº 074/2017, devendo o Departamento Municipal de Tributos solicitar esclarecimento, em caso de dúvida quanto a aplicabilidade da norma, a Secretaria Municipal de Finanças.

Parágrafo Único: Os benefícios que refere-se ao caput deste artigo, vigorará até dia 30 de novembro, podendo ser prorrogado por conveniência administrativa.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4 º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.5º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 08 de outubro de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

SEC. GOVERNO
DECRETO Nº 1.213/2018

“Dispõe sobre a regulamentação e criação da unidade Laboratório Municipal de Cotriguaçu/MT, e dá outras providências”.

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu/MT, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

Considerando o disposto na Lei Federal nº. 8080 de 19 de setembro de 1990, que trata das condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, como direito fundamental do ser humano;

Considerando o Decreto nº 7.508 de 28 de Junho de 2011, Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa;

Considerando o disposto na Resolução – RDC/ANVISA nº. 302, de 13 de outubro de 2005, que dispõe sobre Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos.

Considerando o disposto na Resolução – RDC/ANVISA nº 63 de 25 de novembro de 2011 que dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde.

Considerando a necessidade de regulamentação do funcionamento do Laboratório Municipal de Análises Clínicas do Município de Cotriguaçu.

DECRETA

Art. 1º - Fica regulamentado e criado no âmbito do Município de Cotriguaçu/MT como parte integrante do Sistema Único de Saúde - SUS, com sede a Rua Geneci Castanha s/nº, Bairro Centro, a Unidade Laboratório Municipal de Análises Clínicas, subordinado à Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único – O Laboratório Municipal de Análises Clínicas compete à realização de procedimentos e exames laboratoriais de Análises Clínicas além de orientação aos pacientes de rotina pertinente relacionada ao seu âmbito.

Art. 2º - Este Decreto regulará, respeitando as normas Federais e Estaduais do SUS, o funcionamento, o quadro de pessoal, a área de abrangência, e o funcionamento do Laboratório Municipal de Análises Clínicas.

Parágrafo Único – O Laboratório Municipal de Análises Clínicas de Cotriguaçu, atenderá a demanda referenciada dos usuários do Sistema Único de Saúde originárias das Unidades de Atenção Básica e serviço de média complexidade, salvo dispositivos na Legislação vigente.

Art. 3º - O Laboratório Municipal de Análises Clínicas funcionará 8 horas por dia, em horário a ser definido pela Secretaria de Saúde, de segunda a sexta-feira, na forma estabelecida na legislação municipal, de acordo com as normas vigentes estabelecidas ao Laboratório e em horários especiais em casos de urgência e emergência.

Art. 4º - O quadro de pessoal do Laboratório Municipal de Análises Clínicas será composto por equipe técnica podendo ser profissionais Farmacêuticos, Médicos, Biomédicos e Técnicos em Laboratório de Análises Clínicas ou Patologia Clínica, registrados nos respectivos Conselhos de Classe, capacitados em quantidade suficiente para atender a demanda de atendimento.

Art. 5º - O Laboratório Municipal de Análises Clínicas prestará serviços, cuja duração e escala serão regulamentadas por ato do secretariado de saúde Municipal, que poderá delegar tal competência à Secretaria de Saúde.

Art. 6º - O Laboratório Municipal de Análises Clínicas deverá ser registrado junto ao Conselho Federal do Respectivo Responsável Técnico e na Vigilância Sanitária, bem como os seus profissionais nele vinculados, de acordo com a Legislação vigente.

Art. 7º - Fica o Responsável Técnico em confeccionar todos os Documentos sanitários conforme Regulamentação do Conselho no qual está registrado e da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, além do Manual de Boas Práticas em Análises Clínicas, dos Procedimentos Operacionais Padrão, e outros Programas que garantam a Qualidade das Análises Clínicas ao usuário.

Art. 8º - O Laboratório Municipal de Análises Clínicas poderá terá como fontes de custeio e financiamento recursos da União, outros convênios e recursos próprios do Município de Cotriguaçu - MT.

Art. 9º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 05 de Outubro de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

SEC. GOVERNO
LEI Nº 1.061/2018

Dispõe sobre a Contratação Temporária de pessoal em caráter excepcional ou em regime de substituição e aulas livres para provimento dos cargos na administração direta e dá outras providências.

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu - MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder contratação de prestadores de serviços, para atender as necessidades excepcionais ou temporárias, para os cargos definidos no Anexo I desta Lei.

Art. 2° - A seleção dar-se á mediante processo seletivo simplificado, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Finanças e Administração, sujeito à ampla divulgação, inclusive do Jornal Oficial dos Municípios, veiculo de comunicação vinculado a AMM – Associação Matogrossense dos Municípios, como órgão de comunicação oficial deste Município, conforme dispõe a Lei Municipal.

Art. 3° - A contratação será regida pelo regime jurídico estatutário Municipal, vinculado ao Regime geral da Previdência Social (INSS).

Art. 4° - O vencimento previsto para os contratos por tempo determinado de que trata esta lei, obedecerá aos valores contidos na lei especifica que trata à carreira e nos respectivos demonstrativos de atribuição de cada atividade, observados os níveis salariais do plano de cargos, carreira e vencimento da Prefeitura Municipal.

Art. 5° - O prazo de contratações prevista nesta lei será para o prazo máximo de dois anos.

Art. 6° - O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, nos termos e condições do Estatuto dos Servidores Municipais, especialmente com a aprovação de concursados e o termino da vigência do contrato.

Art. 7º-Adita-se o Lotacionograma do Poder Executivo, para nele incluir os novos cargos criados.

Paragrafo único – O vencimento das remunerações dos novos cargos criados nessa Lei, que porventura não esteja expressamente contemplado em Lei que disponha sobre Plano de Cargos e Carreira do Município, será equiparado a das carreiras semelhantes ou equivalentes, considerando o nível de escolaridade e a carga horária, a ser regulamentado por Decreto do Poder Executivo.

Art. 8° - As despesas decorrentes de aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 09° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 30 de Outubro de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

ANEXO I

DAS VAGAS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

Categoria Funcional	Cargo Concorrido	Local de Lotação	Prova Prática	Vagas	Cadastro Reserva	C/H	Rem. Inicial R$
Agente de Manutenção e Conservação	Motorista de Grande Porte - CNH Cat. "**D**"	Estrutura Administrativa Sede	**SIM** (Direção e manobras com Caminhões)	Não	**01**	40	1.899,51
Agente de Manutenção e Conservação	Operador de Máquinas Pesadas - CNH "**D**" Motoniveladora	Estrutura Administrativa Sede	**SIM** (Direção e manobras com Motoniveladora)	Não	**01**	40	1.899,51
Agente de Manutenção e Conservação	Operador de Máquinas Pesadas - CNH "**D**" Escavadeira	Estrutura Administrativa Sede	**SIM** (Direção e manobras com Escavadeira)	Não	**01**	40	1.899,51
Agente de Manutenção e Conservação	Operador de Máquinas Pesadas - CNH "**D**" Pá Carregadeira	Estrutura Administrativa Sede	**SIM** (Direção e manobras com Pá Carregadeira)	Não	**01**	40	1.899,51
Agente de Manutenção e Conservação	Motorista de Grande Porte - CNH Cat. "**D**"	Estrutura Administrativa Nova União	**SIM** (Direção e manobras com Caminhões)	Não	**01**	40	1.899,51
Agente de Manutenção e Conservação	Operador de Máquinas Pesadas - CNH "**D**" Motoniveladora	Estrutura Administrativa Nova União	**SIM** (Direção e manobras com Motoniveladora)	Não	**01**	40	1.899,51
Agente de Serviço Saúde	Limpeza	Secretaria de Saúde Nova União	**NÃO**	Não	**01**	40	954,00
Agente de Serviço Saúde	Limpeza	Secretaria de Saúde Agrovila	**NÃO**	Não	**01**	40	954,00
Agente de Serviço Saúde	Limpeza	Secretaria de Saúde Ouro Verde do Norte	**NÃO**	Não	**01**	40	954,00
Agente de Serviço Saúde	Limpeza/Cozinha/Lavanderia	Secretaria de Saúde Sede	**NÃO**	Não	**01**	40	954,00
Agente de Serviço Saúde	Costureira	Secretaria de Saúde Sede	**NÃO**	Não	**01**	40	954,00
Agente de Serviço Saúde	Limpeza	Secretaria de Saúde Novo Horizonte	**NÃO**	Não	**01**	40	954,00
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	Secretaria de Saúde MA 23	**NÃO**	Não	**01**	40	1.181,89
Agente de Serviço Saúde	Limpeza	Secretaria de Saúde Nova Esperança	**NÃO**	Não	**01**	40	954,00
Agente de Vigilância	Agente de Vigilância	Estrutura Administrativa Sede	**NÃO**	Não	**01**	40	990,26
Agente de Vigilância	Agente de Vigilância	Secretaria de Saúde Sede	**NÃO**	Não	**01**	40	990,26
Agente de Vigilância	Agente de Vigilância	Secretaria de Saúde Nova União	**NÃO**	Não	**01**	40	990,26
Agente Operacional	Motorista veículo leve	Estrutura Administrativa Sede	**SIM** (Direção e Manobras com veículo leve)	Não	**01**	40	1.500,09
Agente Público	Auxiliar de Serviços Gerais	Estrutura Administrativa Sede	**NÃO**	Não	**01**	40	954,00
Agente Público	Auxiliar de Serviços Gerais	Estrutura Administrativa Nova União	**NÃO**	Não	**01**	40	954,00
Agente Público	*Office Boy* (Menor aprendiz entre 14 a 18 anos)	Estrutura Administrativa Sede	**NÃO**	Não	**01**	30	763,20

DAS VAGAS - NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

Categoria Funcional	Cargo Concorrido	Local de Lotação	Prova Prática	Vagas	Cadastro Reserva	C/H	Rem. Inicial R$
Apoio Administrativo Educacional	Nutrição/Zeladora	Secretaria de Educação Agrovila	**NÃO**	**Não**	**01**	30	954,00
Apoio Administrativo Educacional	Vigia	Secretaria de Educação Agrovila	**NÃO**	**Não**	**01**	30	954,00
Apoio Administrativo Educacional	Nutrição/Zeladora	Secretaria de Educação Nova União	**NÃO**	**Não**	**01**	30	954,00
Apoio Administrativo Educacional	Vigia	Secretaria de Educação Nova União	**NÃO**	**Não**	**01**	30	954,00
Apoio Administrativo Educacional	Nutrição/Zeladora Espaço Rural	Secretaria de Educação Nova União	**NÃO**	**Não**	**01**	30	954,00
Apoio Administrativo Educacional	Nutrição/Zeladora	Secretaria de Educação Sede	**NÃO**	**Não**	**01**	30	954,00
Apoio Administrativo Educacional	Vigia	Secretaria de Educação Sede	**NÃO**	**Não**	**01**	30	954,00
Apoio Administrativo Educacional	Nutrição/Zeladora	Secretaria de Educação Nova Esperança	**NÃO**	**Não**	**01**	30	954,00
Apoio Administrativo Educacional	Vigia	Secretaria de Educação Nova Esperança	**NÃO**	**Não**	**01**	30	954,00
Apoio Operacional	Motorista Ônibus + CNH **"D"**	Secretaria de Educação Sede	**SIM** (Direção e Manobras Ônibus Escolar)	**Não**	**01**	40	1.817,36
Apoio Operacional	Motorista Ônibus + CNH **"D"**	Secretaria de Educação Nova União	**SIM** (Direção e Manobras Ônibus Escolar)	**Não**	**01**	40	1.817,36
Apoio Operacional	Motorista Ônibus + CNH **"D"**	Secretaria de Educação Nova Esperança	**SIM** (Direção e Manobras Ônibus Escolar)	**Não**	**01**	40	1.817,36
Apoio Operacional	Motorista Ônibus + CNH **"D"**	Secretaria de Educação Agrovila	**SIM** (Direção e Manobras Ônibus Escolar)	**Não**	**01**	40	1.817,36
Auxiliar Administrativo	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa/ Sede	**NÃO**	**Não**	**01**	40	990,26

Auxiliar Administrativo	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa/ Nova União	**NÃO**	**Não**	**01**	40	990,26
Auxiliar Administrativo	Auxiliar Administrativo	Secretaria de Saúde/Sede	**NÃO**	**Não**	**01**	40	990,26
Auxiliar Administrativo	Auxiliar Administrativo	Secretaria de Saúde/ Agrovila	**NÃO**	**Não**	**01**	40	990,26
Auxiliar Administrativo	Auxiliar Administrativo	Secretaria de Saúde/Nova União	**NÃO**	**Não**	**01**	40	990,26
Auxiliar de Consultório Odontológico	Auxiliar de Consultório Odontológico	Secretaria de Saúde/ Agrovila	**NÃO**	**Não**	**01**	40	954,00
Auxiliar de Consultório Odontológico	Auxiliar de Consultório Odontológico	Secretaria de Saúde/Nova União	**NÃO**	**Não**	**01**	40	954,00
Auxiliar de Consultório Odontológico	Auxiliar de Consultório Odontológico	Secretaria de Saúde/Sede	**NÃO**	**Não**	**01**	40	954,00
Motorista	Motorista (Saúde) + CNH **"D"** Motorista Ambulância/ SAMU	Secretaria de Saúde Sede	**SIM** (Direção e Manobras Veículo equivalente à ambulância)	**Não**	**01**	40	1.282,13
Motorista	Motorista (Saúde) + CNH **"D"** Motorista Ambulância	Secretaria de Saúde Nova União	**SIM** (Direção e Manobras Veículo equivalente à ambulância)	**Não**	**01**	40	1.282,13

DAS VAGAS - NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO

Categoria Funcional	Cargo Concorrido	Local de Lotação	Prova Prática	Vagas	Cadastro Reserva	C/H	Rem. Inicial R$
Agente Administrativo	Agente Administrativo	Estrutura Administrativa Sede	**NÃO**	**Não**	**01**	40	1.172,80
Agente Administrativo	Agente Administrativo	Estrutura Administrativa / Nova União	**NÃO**	**Não**	**01**	40	1.172,80
Agente de Fiscalização	Fiscal de Tributos	Estrutura Administrativa Sede	**NÃO**	**Não**	**01**	40	1.500,09
Assistente Técnico em Saúde	Técnico em Enfermagem + COREN	Secretaria de Saúde/Agrovila	**NÃO**	**Não**	**01**	40	1.631,82
Assistente Técnico em Saúde	Técnico em Enfermagem + COREN	Secretaria de Saúde/Nova Esperança	**NÃO**	**Não**	**01**	40	1.631,82
Assistente Técnico em Saúde	Técnico em Enfermagem + COREN	Secretaria de Saúde/Vale Verde	**NÃO**	**Não**	**01**	40	1.631,82
Assistente Técnico em Saúde	Técnico em Enfermagem + COREN	Secretaria de Saúde/Sede	**NÃO**	**Não**	**01**	40	1.631,82
Assistente Técnico em Saúde	Técnico em Enfermagem + COREN	Secretaria de Saúde/Nova União	**NÃO**	**Não**	**01**	40	1.631,82
Assistente Técnico em Saúde	Técnico em Radiologia + CRTR	Secretaria de Saúde/Sede	**NÃO**	**Não**	**01**	20	1.515,26
Auxiliar de Sala	Auxiliar de Classe Nível Médio	Secretaria de Educação Agrovila	**NÃO**	**Não**	**01**	20	1.046,19
Auxiliar de Sala	Auxiliar de Classe Nível Médio	Secretaria de Educação Nova União	**NÃO**	**Não**	**01**	20	1.046,19
Auxiliar de Sala	Auxiliar de Classe Nível Médio	Secretaria de Educação Sede	**NÃO**	**Não**	**01**	20	1.046,19
Auxiliar Téc. de Saúde	Auxiliar em Enfermagem + COREN	Secretaria de Saúde/Nova União	**NÃO**	**Não**	**01**	40	1.398,68
Auxiliar Téc. de Saúde	Auxiliar em Enfermagem + COREN	Secretaria de Saúde/Vale Verde	**NÃO**	**Não**	**01**	40	1.398,68
Orientador Social	Orientador Social	Estrutura Administrativa Sede	**NÃO**	**Não**	**01**	40	1.172,80
Professor	Professor - Nível Médio	Secretaria de Educação/Nova Esperança	**NÃO**	**Não**	**01**	30	1.484,50
Professor	Professor Nível Médio Espaço Rural	Secretaria de Educação Nova União	**NÃO**	**Não**	**01**	30	1.484,50
Professor	Professor - Magistério	Secretaria de Educação Nova Esperança	**NÃO**	**Não**	**01**	30	1.746,46
Professor	Professor - Magistério Espaço Rural	Secretaria de Educação Nova União	**NÃO**	**Não**	**01**	30	1.746,46
Técnico Adm. Educacional	Técnico Administrativo Educacional	Secretaria de Educação/Agrovila	**NÃO**	**Não**	**01**	30	1.180,24
Técnico Adm. Educacional	Técnico Administrativo Educacional	Secretaria de Educação/Sede	**NÃO**	**Não**	**01**	30	1.180,24
Técnico Adm. Educacional	Técnico Administrativo Educacional	Secretaria de Educação/Nova União	**NÃO**	**Não**	**01**	30	1.180,24

DAS VAGAS - NÍVEL SUPERIOR

Categoria Funcional	Cargo Concorrido	Local de Lotação	Vagas	Cadastro Reserva	C/H	Rem. Inicial R$
Especialista em Saúde	Enfermeiro + COREN	Secretaria de Saúde/Nova União	**Não**	**01**	40	3.613,28
Especialista em Saúde	Enfermeiro + COREN	Secretaria de Saúde/Sede	**Não**	**01**	40	3.613,28
Especialista em Saúde	Enfermeiro + COREN	Secretaria de Saúde/Nova Esperança	**Não**	**01**	40	3.613,28
Especialista em Saúde	Bioquímico + CRF	Secretaria de Saúde/Sede	**Não**	**01**	40	3.613,28
Especialista em Saúde	Farmacêutico	Secretaria de Saúde/Sede	**Não**	**01**	40	3.613,28
Especialista em Saúde	Odontólogo + CRO	Secretaria de Saúde/Nova União	**Não**	**01**	40	3.613,28
Especialista em Saúde	Odontólogo + CRO	Secretaria de Saúde/Sede	**Não**	**01**	40	3.613,28
Especialista em Saúde	Odontólogo + CRO	Secretaria de Saúde/Agrovila	**Não**	**01**	40	3.613,28
Professor	Professor Licenciado em Pedagogia	Secretaria de Educação Agrovila	**Não**	**01**	30	2.619,69
Professor	Professor Licenciado em Língua Portuguesa	Secretaria de Educação Agrovila	**Não**	**01**	30	2.619,69

Professor	Professor Licenciado em Matemática	Secretaria de Educação Agrovila	**Não**	**01**	30	2.619,69
Professor	Professor Licenciado em outras licenciaturas	Secretaria de Educação Agrovila	**Não**	**01**	30	2.619,69
Professor	Professor Licenciado em Pedagogia	Secretaria de Educação Nova Esperança	**Não**	**01**	30	2.619,69
Professor	Professor Licenciado em Língua Portuguesa	Secretaria de Educação Nova Esperança	**Não**	**01**	30	2.619,69
Professor	Professor Licenciado em Matemática	Secretaria de Educação Nova Esperança	**Não**	**01**	30	2.619,69
Professor	Professor Licenciado em outras licenciaturas	Secretaria de Educação Nova Esperança	**Não**	**01**	30	2.619,69
Professor	Professor Licenciado em Pedagogia / Normal Superior	Secretaria de Educação Nova União	**Não**	**01**	30	2.619,69
Professor	Professor Licenciado em outras licenciaturas	Secretaria de Educação Nova União	**Não**	**01**	30	2.619,69
Professor	Professor Licenciado em Língua Portuguesa	Secretaria de Educação Nova União	**Não**	**01**	30	2.619,69
Professor	Professor Licenciado em Matemática	Secretaria de Educação Nova União	**Não**	**01**	30	2.619,69
Professor	Professor Nível Superior	Secretaria de Educação Nova União/Espaço Rural	**Não**	**01**	30	2.619,69
Professor	Professor Licenciado em Pedagogia	Secretaria de Educação/Sede	**Não**	**01**	30	2.619,69
Técnico de Nível Superior	Assistente Social + CRESS	Estrutura Administrativa/Sede	**Não**	**01**	30	3.613,28
Técnico de Nível Superior	Médico Veterinário + CRM	Secretaria de Agricultura Sede	**Não**	**01**	40	3.613,28
Técnico de Nível Superior	Engenheiro Civil	Estrutura Administrativa Sede	**Não**	**01**	40	3.613,28

DAS VAGAS PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

Categoria Funcional	Cargo Concorrido	Local de Lotação	Vagas	Cadastro Reserva	C/H	Rem. Inicial R$
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 02	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 03	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 04	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 05	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 06	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 07	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 08	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 09	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 10	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 11	**01**	**Não**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 12	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 14	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 15	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 16	Não	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 17	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 18	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 19	**01**	**Não**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 20	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 21	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 22	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 23	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 24	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 25	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 26	**01**	**Não**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 27	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 31	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 32	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 33	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 34	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 35	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 36	**01**	**Não**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 37	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 38	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 39	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 40	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 41	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 42	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 43	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 44	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 45	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 46	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 47	**01**	**Não**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 48	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 49	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 50	**Não**	**01**	40	1.181,89

Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	MA 51	**Não**	**01**	40	1.181,89
Agente de Combate à Endemias	Agente de Combate à Endemias	Secretaria de Saúde Nova União	**01**	**01**	40	954,00

*A quantidade de vagas descritas são as disponíveis no Lotacionograma, uma vez que não é possível determinar quantos servidores poderão se encontrar em licença durante o ano de 2019. Lembrando o Processo Seletivo será para composição do cadastro de reservas e que os Secretários Municipais apresentarão as respectivas justificativas no ato de convocação e deverá ser obedecido o limite de gastos de pessoal.

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 88/2018

JAIR KLASNER, PREFEITO DO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 37, item II da Constituição Federal, e o disposto no artigo 24 da Lei Municipal nº 019/2005.

C O N V O C A:

Os abaixo relacionados, aprovados em Processo Seletivo Simplificado 003/2017, que deverão comparecer no prazo de 10 (Dez) dias, à contar desta data, na Prefeitura Municipal, no horário de 7:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei, apresentando **fotocópia** da seguinte documentação:

• Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento ou averbações, se houver;

• Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos, se tiver;

• Fotocópia da Cédula de Identidade e CPF;

• Cópia da Carteira de Trabalho e do Cartão de Cadastramento no PIS/PASEP;

• Fotocópia do Título de Eleitor com o comprovante de votação na última eleição;

• Fotocópia do Certificado de Reservista, de isenção ou de dispensa (se do sexo masculino);

• Declaração de que nunca foi demitido do serviço público por justa causa; (prefeitura fornece modelo)

• Fotocópia do comprovante de Escolaridade;

• Declaração de Bens e Direitos; (prefeitura fornece modelo da declaração);

• Declaração de não acumulo ilegal de cargo; (prefeitura tem o modelo)

• Conta bancária;

• Endereço atualizado;

• Fotocopia da CNH exigida para o exercício do cargo (quando necessário).

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 10 (Dez) dias, à partir desta data, e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi selecionado(a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cotriguaçu – MT, em 30 de Outubro de 2018.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

DOS CONVOCADOS

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NOVA UNIÃO

LILIANE PORTILHO DA SILVA

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 328/2018

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE COMISSÃO

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando o disposto no Art. 75 Lei Municipal 522/2007, de 22 de Outubro de 2007, que dispõe sobre o Código Disciplinar;

Considerando relatório conclusivo apresentado pela comissão de Instrução Sumária.

Considerando a necessidade administrativa;

RESOLVE

Art. 1º. INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinar, em desfavor à servidora **Adriana Ramires Murtinho**, ocupante do cargo de Professor, nomeada em caráter efetivo pela Portaria nº 247/2012 e Termo de Posse 106/2012 datados de 04 de Julho de 2012.

Art. 2º - Designar os servidores **Taís de Souza Gelio Schuster**, Servidora Efetiva para o cargo de Técnico em Nível Superior Educacional, **Tania Cristina Cardoso Eufrásio**, Servidora Efetiva para o cargo de Técnico em Nível Superior e **Eder Aparecido Fabiano**, Servidor Efetivo para o cargo de Especialista em Saúde, para sob presidência da primeira, constituírem Comissão.

Art.3º - O prazo para concluir os trabalhos será de acordo com os prazos dispostos no Código Disciplinar.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.5º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 30 de Outubro de 2018

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N° 087/2018

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA **MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT E A EMPRESA MICHAEL FERRAZ DO NASCIMENTO – ME CNPJ: 11.276.497/0001-91 PARA: "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM CASA DE APOIO EM CUIABÁ-MT, COM O OBJETIVO DE PRESTAR SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES (CAFÉ, ALMOÇO E JANTAR DE BOA QUALIDADE) , TRANSPORTE/ LOCOMOCAO DOS PACIENTES ATÉ OS LOCAIS DE CONSULTAS, LABORATORIAIS E TRATAMENTO MÉDICO",** O presente contrato tem o valor global **de R$ 172.000,00 (CENTO E SETENTA E DOIS MIL REAIS). Q**ue integra o presente instrumento e que é de pleno conhecimento das partes. – O presente contrato vigorará a partir de 31 **de Outubro de 2018 até 31 de Outubro de 2019**, podendo ser prorrogado, na forma prevista no inciso II, do artigo 57, da Lei 8666/93 e alterações posteriores. O presente instrumento contratual advém de **PROCESSO DE COMPRA Nº 202/2018** na modalidade de **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO TENDO COMO DETENTORA A PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA-MT**. Cotriguaçu 30 de Outubro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 327/2018

***CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** A SERVIDOR, PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e;

Considerando o disposto na Lei Complementar 008/2001(Regime Jurídico Estatutário) no artigo 88 e Lei Complementar 024/2005 (Regime Próprio de Previdência Social) dos Servidores Públicos do Município, Curvelândia – MT artigo 15;

RESOLVE,

Art. 1º Conceder **AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** a servidora **SHIRLEY POLIANNE SIQUEIRA ALVES**, matrícula funcional n° 1736, efetiva no cargo de **TECNICO DE MULTIMEIOS DIDÁTICOS - PROFISSIONALIZADO**, lotada na Secretaria de Educação, a mesma deverá permanecer afastada do trabalho até 25/11/2018.

Parágrafo Primeiro: conforme parágrafo único da Lei Complementar nº 08/2001, o servidor licenciado para tratamento de saúde não poderá dedicar-se a qualquer outra atividade remunerada, sob pena de ter cassada a Licença.

Parágrafo Segundo: A partir do 31º dia da data do afastamento, a remuneração da segurada será de responsabilidade do Regime de Previdência Municipal – **CURVELÂNDIA-PREV** – Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Curvelândia-MT, conforme previsto no Artigo 15 da Lei Complementar 024/2005 de 23 de novembro de 2005.

Parágrafo Terceiro: O pagamento doAuxilio doença pelo Regime de Previdência Municipal – **CURVELÂNDIA-PREV** está condicionado à apresentação do Laudo Médico Pericial, com perícia realizada e aprovada pela comissão médica pericial do município.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia-MT, 25 de outubro de 2018.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 328/2018

***PRORROGA AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** A SERVIDOR, PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e;

Considerando o disposto na Lei Complementar 008/2001(Regime Jurídico Estatutário) no artigo 88 e Lei Complementar 024/2005 (Regime Próprio de Previdência Social) dos Servidores Públicos do Município, Curvelândia – MT artigo 15;

RESOLVE,

Art. 1º Prorrogar **AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** a servidora **SUELI BARBOSA DA SILVA**, matrícula funcional n° 1672, efetiva no cargo de **PROFESSOR I - PEDAGOGIA**, lotada na Secretaria de Educação, a mesma deverá permanecer afastada do trabalho até 31/01/2019.

Parágrafo Primeiro: conforme parágrafo único da Lei Complementar nº 08/2001, o servidor licenciado para tratamento de saúde não poderá dedicar-se a qualquer outra atividade remunerada, sob pena de ter cassada a Licença.

Parágrafo Segundo: A partir do 31º dia da data do afastamento, a remuneração da segurada será de responsabilidade do Regime de Previdência Municipal – **CURVELÂNDIA-PREV** – Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Curvelândia-MT, conforme previsto no Artigo 15 da Lei Complementar 024/2005 de 23 de novembro de 2005.

Parágrafo Terceiro: O pagamento doAuxilio doença pelo Regime de Previdência Municipal – **CURVELÂNDIA-PREV** está condicionado à apresentação do Laudo Médico Pericial, com perícia realizada e aprovada pela comissão médica pericial do município.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia-MT, 25 de outubro de 2018.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2018 - PROCESSO Nº 062/2018

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2018

PROCESSO Nº 062/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE TRATORISTA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM TRATOR DE PNEU AGRÍCOLA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA, COMPREENDENDO GRADAGEM E ARAGEM DE TERRAS, PARA ATENDER OS PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES RURAIS DESTE MUNICIPIO.

O Prefeito Municipal de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, Sr. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas e o Parecer da Assessoria Jurídica do Município, resolve RATIFICAR o ato de Dispensa de Licitação, fulcrada no inciso XXII, do artigo 24 da Lei 8.666/93, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93.

Considerando a necessidade de contratação dos serviços acima especificados;

Considerando a justificativa apresentada pelo ilustre Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças e a emissão de parecer jurídico pela ilustre procuradora jurídico municipal senhora Rosiane Pereira dos Santos, onde a mesma expressa ser favorável a contratação da referida empresa, através da dispensa de licitação;

Considerando ainda, que concordamos e entendemos necessário e legal a contratação da instituição indicada para prestação dos serviços indicados, RATIFICO os termos da presente Dispensa de Licitação Nº 016/2018, para que produza todos os efeitos legais, inclusive possibilite a celebração do contrato administrativo com a empresa WALDEMI LUIS DE OLIVEIRA – MEI – 770.073.606-53, fornecedor escolhido e justificado.

Por fim determino a publicação desse ato de ratificação, com a consequente publicação do seu extrato na imprensa oficial para que produza todos os efeitos previstos em lei.

FORNECEDOR: WALDEMI LUIS DE OLIVEIRA – MEI – 770.073.606-53

CNPJ Nº 31.788.648/0001-06

VALOR ESTIMADO: 5.100,00 (Cinco Mil e Cem Reais).

Curvelândia - MT, 30 de Outubro de 2018.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 329/2018

CONCEDE ***LICENÇA-MATERNIDADE*** *A SERVIDORA* **EFIGENIA INACIA GOMES LOPES** *E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

Considerando a Lei Municipal Complementar nº 034/2009, Lei Complementar nº 08/2001 e Lei Federal 11.770,

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder a Servidora Sra. **EFIGENIA INACIA GOMES LOPES,** matrículafuncional 265, efetiva no cargo de **Professor I - Pedagogia**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, licença para gozo de **AUXÍLIO MATERNIDADE**, no período de 20/09/2018 a 19/03/2019, totalizando 180 dias, conforme Atestado Médico.

Art. 2º - Durante os primeiros 120 (cento e vinte) dias da Licença, a remuneração da servidora afastada será pago pelo RPPS (Regime Próprio de Previdência Social), os 60 (sessenta) dias restantes serão pagos pela prefeitura.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20/09/2018 revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia-MT, 29 de outubro de 2018.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 035/2018

A Prefeitura Municipal de Curvelândia-MT, através do Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 14/11/2018 às 08h30min, a Licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 035/2018, do tipo “Menor Preço por Item", com reserva de cota para micro e pequenas empresas, cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção, elétricos, hidráulicos e pintura, para serem utilizados na construção, manutenção e conservação de prédios públicos desta município. O edital completo estará à disposição dos interessados no Setor de Licitação, situado na rua São Bernardo nº 523, Centro, Curvelândia-MT, e gratuitamente no site: www.curvelandia.mt.gov.br. Maiores informações, através do e-mail: licitacao@curvelandia.mt.gov.br, ou pelo telefone (65) 3273-1275.

Curvelândia-MT, 30 de Outubro de 2018.

Gustavo Alves do Carmo

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2018 - PROCESSO Nº 063/2018

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2018

PROCESSO Nº 063/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA, PARA ATENDER OS PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES RURAIS DESTE MUNICIPIO.

O Prefeito Municipal de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, Sr. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas e o Parecer da Assessoria Jurídica do Município, resolve RATIFICAR o ato de Dispensa de Licitação, fulcrada no inciso XXII, do artigo 24 da Lei 8.666/93, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93.

Considerando a necessidade de contratação dos serviços acima especificados;

Considerando a justificativa apresentada pelo ilustre Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças e a emissão de parecer jurídico pela ilustre procuradora jurídico municipal senhora Rosiane Pereira dos Santos, onde a mesma expressa ser favorável a contratação da referida empresa, através da dispensa de licitação;

Considerando ainda, que concordamos e entendemos necessário e legal a contratação da instituição indicada para prestação dos serviços indicados, RATIFICO os termos da presente Dispensa de Licitação Nº 017/2018, para que produza todos os efeitos legais, inclusive possibilite a celebração do contrato administrativo com a empresa MAURI SOARES DA SILVA – MEI – 956.013.921-53, fornecedor escolhido e justificado.

Por fim determino a publicação desse ato de ratificação, com a consequente publicação do seu extrato na imprensa oficial para que produza todos os efeitos previstos em lei.

FORNECEDOR: MAURI SOARES DA SILVA – MEI – 956.013.921-53

CNPJ Nº 16.455.565/0001-01

VALOR ESTIMADO: 6.840,00 (Seis Mil, Oitocentos e Quarenta Reais).

Curvelândia - MT, 30 de Outubro de 2018.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2018

A Prefeitura Municipal de Curvelândia – MT, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados, que realizará no dia 21/11/2018 às 08h00min, licitação do tipo menor preço global por empreitada, cujo objeto visa a Contratação de Empresa para execução de Obras de Pavimentação Asfáltica tipo tratamento superficial duplo (TSD) e drenagem superficial, distribuídos em 5.210,60 m² nas ruas Paranavaí, Desbravadores, Primavera, Paraíba e estrada do rio dos Bugres no Município de Curvelândia - MT.

O edital completo estará à disposição dos interessados no Setor de Licitação, situado na Rua São Bernardo nº 523 Centro, Curvelândia - MT. Maiores informações, através do e-mail: licitacao@curvelandia.mt.gov.br, ou pelo telefone (65) 3273-1275.Curvelândia - MT, 30 de Outubro de 2018. **Janes Barbosa de Melo -** Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2018/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MU-**

NICÍPIO DE DIAMANTINO-MT, CONFORME PROPOSTA Nº 5103501712191631140.

FORNECEDOR REGISTRADO:**CIRÚRGICA GONÇALVES LTDA - EPP.**

CNPJ nº: 15.371.628/0001-70

Valor total da ata: **R$ 1.570,00 (um mil quinhentos e setenta reais).**

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 31 de Outubro de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 195/2018

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Sr. **ALBERTO DUALIBI JUNIOR,** brasileiro, casado, engenheiro sanitarista, portador do RG N.º 687.054 SSP/MT e CPF N. º941.547.241-34 como Fiscal de Serviços de Engenharia do Contrato n. º **56/2018**, cujo OBJETO é: Contratação de Empresa para Prestação de Serviço em Execução de Teste de Permeabilidade do Solo no Loteamento Célia Regina, Loteamento Jardim Tropical, Loteamento Posto Gil e Loteamento Deciolândia para Elaboração do Projeto de Teste de Infiltração/ Permeabilidade e Elaboração de Serviços Técnicos a Serem Executados.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 29 outubro de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2018/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT, CONFORME PROPOSTA Nº 5103501712191631140.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI.**

CNPJ nº: 12.313.826/0001-90

Valor total da ata: **R$ 29.440,00 (vinte e nove mil quatrocentos e quarenta reais).**

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 31 de Outubro de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2018/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT, CONFORME PROPOSTA Nº 5103501712191631140.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**LP COMÉRCIO REPRESENTAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.**

CNPJ nº: 10.832.896/0001-29

Valor total da ata: **R$ 3.104,00 (três mil cento e quatro reais).**

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 31 de Outubro de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2018/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**OFICINA - ENGENHEIROS CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA.**

CNPJ nº: 57.349.904/0001-44

Valor total da ata: **R$ 119.000,00 (cento e dezenove mil reais**).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 31 de Outubro de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2018/ SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT, CONFORME PROPOSTA Nº 5103501712191631140.**

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Pregoeiro e Equipe Apoio, HOMOLOGO o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

O certame tem como vencedores as empresas:

CIRÚRGICA GONÇALVES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº: **15.371.628/0001-70**, que sagrou-se vencedora dos itens nº 45912 e 45915, **com o valor total de R$ 1.570,00 (um mil quinhentos e setenta reais).**

LP COMÉRCIO REPRESENTAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº: 10.832.896/0001-29, que sagrou-se vencedora dos itens nº **47681, 36665 e 47680,** com o valor total de **R$ 3.104,00 (três mil cento e quatro reais).**

RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, inscrita no CNPJ nº: 12.313.826/0001-90, que sagrou-se vencedora dos itens nº 45914, 45910, 45913, 45911, 47679, 3437, 36664 e 45908, com o valor total de **R$ 29.440,00 (vinte e nove mil quatrocentos e quarenta reais). A ata encontra-se disponível no setor de licitação.**

Diamantino – MT, 30 de Outubro de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2018, COM REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, C.N.P.J. nº 03. 648.540/0001-74, com sede na Av. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2211 - Jardim Eldorado, Diamantino - MT, CEP: 78.400-000 Fone: (065) 3336-6400/6423, **TORNA PÚBLICO**, o resultado de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com REGISTRO DE PREÇOS, do tipo **"Menor preço por item",** tendo como objetivo **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ROLOS DE LED PARA ATENDER A DEMANDA NAS FESTIVIDADES NATALINAS PARA DECORAÇÃO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT,** que se deu no dia 30/10/2018, sagrou-se vencedora do lote único, a empresa **LUZ E CIA EIRELI**, inscrito no CNPJ nº 31.075.299/0001-77, perfazendo um valor total de **R$ 40.000,00** (quarenta mil reais). A ata encontra-se disponível no setor de licitação.

Diamantino – MT, 30 de Outubro de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro

SETOR RH
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 051/2018 - CONTRATADO(A): KEILA MICHELE GROSS: O presente contrato tem como objeto a contratação do(a) servidor(a) no cargo **DENTISTA**, lotado(a) na **Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária**. O (A) CONTRATO(A)receberá o vencimento de R$ 4.446,94 (Quatro Mil Quatrocentos e Quarenta e Seis Reais e Noventa e Quatro Centavos), equivalente a carga horário de 40 (quarenta) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária. I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária; II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com Unidades do PSF - 2.032; III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado - 3.1.90.04.00.00.00.00.0047; IV – Fonte do Recurso: Próprio; Diamantino/MT, 01 de Novembro de 2018.

SETOR RH
PORTARIA GAB Nº 194/2018

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONCEDE LICENÇA COM VENCIMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA ALBA MITSY DOS SANTOS PIMENTEL

RESOLVE:

ART. 1º - Concede Licença com vencimento por motivo de doença em pessoa da família a servidora, **ALBA MITSY DOS SANTOS PIMENTEL,** matricula nº 398-1, no Cargo/Função de Professora, lotada da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período de 13 de Novembro de 2018 a 10 de Fevereiro de 2019.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 29 de Outubro de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SETOR RH
PORTARIA GAB Nº 193/2018

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONCEDE LICENÇA COM VENCIMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA ALBA MITSY DOS SANTOS PIMENTEL

RESOLVE:

ART. 1º - Concede Licença com vencimento por motivo de doença em pessoa da família a servidora, **ALBA MITSY DOS SANTOS PIMENTEL,** matricula nº 398-1, no Cargo/Função de Professora, lotada da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período de 15 de Agosto de 2018 a 12 de Novembro de 2018.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativo a 15 de Agosto de 2018.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 29 de Outubro de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2018/ SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Pregoeiro e Equipe Apoio, HOMOLOGO o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

O certame tem como vencedor a empresa:

OFICINA - ENGENHEIROS CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA, inscrita no CNPJ nº: 57.349.904/0001-44, que sagrou-se vencedora do Lote único, **com o valor total de R$ 119.000,00 (cento e dezenove mil reais**). A ata encontra-se disponível no setor de licitação.

Diamantino – MT, 30 de Outubro de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 173/2018

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA EFETIVA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino-Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.67,VI da Lei Orgânica do Município e,

DECRETA:

Art. 1° – Fica **EXONERADA** a pedido, a servidoraefetiva**: CLEIR BENEDITA COSTA SANTOS**, brasileira, portadora da Carteira de Identidade RG nº 1297708-0 SESP-MT, inscrita no CPF sob o nº 875.055.091-87, nomeada para o **Cargo de Auxiliar de Regência** na função de **Auxiliar de Regência** no cargo atual de **TDI-Técnico de Desenvolvimento Infantil** pelo Decreto Municipal nº. 01/2007 e empossada em 06 de Fevereiro de 2007, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, exonerada em 29 de Outubro de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data da assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino, 29 de Outubro de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 178/2017

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 178/2017

CONTRATADO: ALESSANDRA MARQUES DOS SANTOS

O presente **TERMO** tem por finalidade a **RESCISÃO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº. 178/2017**, tendo como objeto a contratação da servidora com o cargo de **PROFESSORA EDUCAÇÃO INFANTIL**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Escola Municipal Décio Furigo**,** com inicio dia 13/03/2017 e termino dia 15/10/2018**.**

LICITAÇÃO
SEGUNDA ATA DE RECEBIMETO DE ENVELOPE, ABERTURA E JULGAMENTO DE DOCUMENTOS.

SEGUNDA ATA DE RECEBIMETO DE ENVELOPE, ABERTURA E JULGAMENTO DE DOCUMENTOS.
CREDENCIAMENTO Nº 007/2018, INEXIGIBILIDADE Nº 012/2018
OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURIDICAS ESPECILIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA PLANTÕES NO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.

Aos vinte e nove dias do mês de Outubro de 2018 (dois mil e dezoito), a partir das 14hs 00min (quatorze) horas na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Diamantino-MT, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitação para conduzir os processos licitatórios de Credenciamentos na área da Saúde, formada pelos seguintes servidores: Nicholas da Costa Machado - Presidente, Karinna Teixeira Rocha - Membro, Rodolfo de Oliveira Martins Junior - Membro e Marcela Nunes Reiners Batista - Membro, nomeados através da portaria nº 264/2017 de 30 de Novembro de 2017, com a finalidade de analisar a documentação referente ao processo de Credenciamento nº 007/2018, que tem como objeto o **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURIDICAS ESPECILIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA PLANTÕES NO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT,** divulgado em conformidade com o que determina a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, com vistas a atingir o maior numero de pessoas jurídicas interessadas. Aberto os trabalhos os membros da Comissão Especial constataram a entrega de dois envelopes, tempestivamente lacrados, da empresa **1 – D. L. RODRIGUES NETO - ME, inscrita no CNPJ Nº 03.053.591/0001-53**. **2 – IDENAY VALDES MOLINA-ME**, **inscrita no CNPJ Nº 28.554.069/0001-86.** Os participantes não estavam presente no ato da sessão. Em conformidade com o Edital do Credenciamento nº 007/2018, a CEL procedeu à avaliação da documentação na presente data. Em seqüência, as documentações foram rubricadas e conferidas pala CEL, comprovando a autenticidade das mesmas. A Comissão averiguou que quanto à documentação a empresa: **1 – D. L. RODRIGUES NETO - ME, inscrita no CNPJ Nº 03.053.591/0001-53**, cumpriu todos os requisitos solicitados no edital, bem como toda a documentação esta de acordo, estando ela APTA ao credenciamento. **2 – IDENAY VALDES MOLINA-ME**, **inscrita no CNPJ Nº 28.554.069/0001-86,** cumpriu todos os requisitos solicitados no edital, bem como toda a documentação esta de acordo, estando ela APTA ao credenciamento. Nada mais havendo a relatar, encerrou-se a presente sessão às 15:00 horas. O Presidente abriu a palavra para o caso de alguém desejar dela fazer uso. Ninguém se manifestou. Assim, o Presidente, para dar cumprimento ao que dispõe o artigo 109 da Lei 8.666/93 determinou que o resultado fosse publicado na imprensa oficial e que o prazo fosse aguardado lavrando a presente ata, que uma vez lida e achada conforme vai assinada por todos os presentes.

Nicholas da Costa Machado - Presidente

Karinna Teixeira Rocha - Membro

Rodolfo de Oliveira Martins Junior - Membro

Marcela Nunes Reiners Batista - Membro

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
DECRETO N.º 098/2018 DE 23 DE OUTUBRO DE 2018.

NOMEIA O SENHOR JOELSON RODRIGUES DOS ANJOS JACARANDÁ PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Fica nomeado para exercer o cargo de **DIRETOR DE EDUCAÇÃO** o Senhor **JOELSON RODRIGUES DOS ANJOS JACARANDÁ.**

ARTIGO 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 23 de Outubro de 2018.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrado na Chefia de Gabinete e publicado por afixação no local público e de costume, conforme Legislação em vigor.

Data Supra.

LUIZ CASTRO DE SOUZA

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2018

Órgãos: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Identificação: Pregão Presencial nº 022/2018

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de Equipamentos e materiais permanente para o Centro de Reabilitação Ariston Delmondes, para atender às necessidades da Secretaria de Saúde, conforme condições e especificações, constante no edital e seus anexos.

Data: 13/11/2018

Horário: credenciamento às 08h00min e às 09h00min horas abertura do Pregão (horário de Mato Grosso).

Local: Departamento de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Dom Aquino – MT, situada na Avenida Cuiabá, n.º 143, centro, Município de Dom Aquino-MT.

Os interessados poderão adquirir o edital e seus anexos, no horário normal de expediente (07:00 às 13:00), no Departamento de Licitações, através de meios digitais (pen drive, e-mail etc). Quaisquer informações pelos fones (0xx66) 3451-1202/1299, ou pelo e-mail: licitacaopmda@gmail.com.

Dom Aquino-MT, 30 de outubro de 2018.

WANUSA SOARES ALVES

Pregoeira

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
DECRETO N° 099/2018 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE PLANTÃO DE SERVIDORES COMISSIONADOS E PRESTADORES DE SERVIÇOS DA PREFEITURA MUNICIPAL NOS EXERCÍCIOS DE 2018 E 2019"

O Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, Senhor **VALDÉCIO LUIZ DA COSTA,** no uso de suas atribuições legais que lhe confere o cargo,

Considerando a necessidade de disciplinar e orientar os servidores comissionados e prestadores de serviços da Prefeitura Municipal de Dom Aquino-MT sobre a obrigatoriedade do comprometimento com a Gestão;

Considerando a possibilidade do surgimento da necessidade de atendimento ao contribuinte em horário em que a Prefeitura Municipal não esteja funcionando, sobretudo no período noturno, nos finais de semanas e feriados;

Considerando, finalmente a pretensão do Gestor em disponibilizar mecanismos que possam aproximar cada vez mais a Administração do cidadão Dom Aquinense,

DECRETA:

Artigo 1°. Fica os servidores comissionados e prestadores de serviços da Prefeitura Municipal de Dom Aquino, na obrigatoriedade de manter seus aparelhos telefônicos, principalmente os celulares, em constante funcionamento no período noturno, finais de semana e feriados, para possível atendimento na solução de eventuais demandas dos cidadãos Dom Aquinenses.

Artigo 2°. Para levar a efeito o artigo primeiro, será elaborada uma planilha estabelecendo os plantões com escalonamento entre todos os servidores comissionados e prestadores de serviços.

Artigo 3°. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 4°. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 30 de outubro de 2018.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrado na Chefia de Gabinete e publicado por afixação no local público e de costume, conforme Legislação em vigor.

Data Supra.

LUIZ CASTRO DE SOUZA

Chefe de Gabinete

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
RESOLUÇÃO N.º 001 /2018 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre a convocação para a II Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

JOENIR BOSCO COSTA MAGALHÃES FERREIRA, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

ART. 1º - Convocar a II Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o tema "Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento as Violências", que acontecerá no dia 23 de novembro.

ART. 2º - Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 30 de outubro de 2018.

JOENIR BOSCO COSTA MAGALHÃES FERREIRA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LUÍS CASTRO

Chefe de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL
EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2018

O Prefeito Municipal de Feliz Natal Sr. **Rafael Pavei** e a presidente a Sra. **Juliele Moura Rodrigues** presidente da Comissão Especial de Organização, Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público, do Município de Feliz Natal MT, nomeada através da Portaria nº 324, de 24 de outubro de 2018, e considerando o disposto na: Constituição Federal Art. 37 Incisos II e III; na Constituição do Estado de Mato Grosso, Art. 129 Incisos I e II; na Lei Orgânica Municipal Art. 56, Inciso II e III; na Lei Complementar Municipal nº 003/2007, que trata do Estatuto dos Servidores Público do Município de Feliz Natal; na Lei nº 050/2018, que trata sobre do Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município de Feliz Natal MT e pela Lei Municipal nº 019/2012, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica Municipal de Feliz Natal, *divulga e estabelece normas regulamentares* para a abertura do processo de seleção de pessoal, através de Concurso Público destinado ao provimento de vagas existentes e à formação de *cadastro de reserva* em cargos disponibilizados exclusivamente para essa finalidade, e outros que vierem a vagar, ou quando houver a necessidade de ampliação de vagas, junto a Prefeitura Municipal de Feliz Natal, conforme Anexos a seguir, publicados no site: www.feliznatal.mt.gov.br

Anexo I - Informação das vagas; local de lotação e trabalho; valor da taxa de inscrição, carga horária e remuneração inicial, etc.;

Anexo II - Das atribuições dos cargos;

Anexo III - Conteúdo Programático das provas;

Anexo IV - Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição;

Anexo V - Modelo de Atestado Médico para os(as) candidatos(as) portadores(as) de deficiência física;

Anexo VI - Modelo de Recurso a ser protocolado junto a Comissão de Concurso Público;

Anexo VII - Modelo de protocolo de Títulos de Pós Graduação;

Anexo VIII - Modelo de protocolo de Laudo de Avaliação Médica (obrigatório PNEs);

Anexo IX - Cronograma da previsão dos trabalhos do Concurso Público.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público de Provas e Provas de Títulos será regido por este edital e pelos diplomas legais dispostos em seu preâmbulo e executado pela empresa *S.O.S. Assessoria Contábil e Administrativa Ltda,* inscrita no *CRA-MT nº 301* e *CNPJ nº 03.190.857/0001-00.*

1.2. O concurso destina-se a selecionar candidatos para admissão no quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Feliz Natal, aos cargos dispostos no Anexo I, deste Edital, onde se encontram também dispostos os respectivos vencimentos, carga horária de trabalho, local de trabalho e valor da inscrição e informações adicionais.

1.3. O prazo de validade do presente concurso será de dois anos, contados a partir da data de publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, a critério da administração.

1.4. O regime jurídico dos servidores do Município de Feliz Natal é o Estatutário e foi instituído pela Lei Complementar 003/2007, a qual estabelece no §9º, do artigo 16, o montante de 10% das vagas da ampla concorrência, reservada aos deficientes físicos.

1.5. O Regime Previdenciário do Município de Feliz Natal é Próprio, regido através da Lei Municipal nº 391/2012 que instituiu o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Feliz Natal, será denominado pela sigla "FELIZ PREVI".

1.6. A seleção de que trata este edital será composta de exame de habilidades e conhecimentos mediante aplicação de Provas: Objetiva (múltipla escolha) para os diferentes níveis de escolaridades: Nível Fundamental (incompleto e completo); Nível Médio e Técnico e; Nível Superior, e de provas de títulos de Pós Graduação de caráter meramente classificatório, exclusivamente para os candidatos aos cargos do Nível Superior e de Prova Subjetiva (Prova Prática) aos cargos mencionados no Anexo I, parte integrante deste Edital, sendo de caráter eliminatório e classificatório

1.7. As informações adicionais acerca da pontuação dos Títulos de Pós Graduação estão disponibilizadas no item 13 deste Edital.

1.7.1. A pontuação máxima dos Títulos de Pós Graduação será de 05 (cinco) pontos.

1.8. As inscrições serão realizadas exclusivamente via Internet através do site: www.feliznatal.mt.gov.br

1.8.1. O(a) candidato(a) que deixar de recolher a taxa de inscrição não participará das provas do referido Processo de Concurso, exceto aqueles que obtiverem autorização para se inscreverem gratuitamente.

1.9. O local de realização das Provas Objetiva (múltipla escolha) será informado aos(as) candidatos(as) quando da homologação das inscrições em Edital Complementar previsto para o dia **07/12/2018** e será publicado no site www.feliznatal.mt.gov.br

1.9.1. As eventuais alterações suplementares serão informadas em Editais Complementares no site www.feliznatal.mt.gov.br

1.10. O(a) candidato(a) que se declarar portador(a) de deficiência física deverá inscrever-se em conformidade com o item 4 (quatro) deste Edital.

1.11. Para se inscrever como portador(a) de deficiência física, o(a) candidato(a) deverá observar no Anexo I deste Edital a compatibilidade com os cargos disponíveis.

1.11.1. Caso o(a) candidato(a) não requeira a prerrogativa disposta no *caput* do subitem anterior, terá tratamento igualitário junto aos demais candidatos concorrentes.

1.12. O(a) candidato(a) que necessitar de atendimento especial para a realização das provas, tais como: gestantes; lactantes e deficientes físicos deverão requerer por escrito junto a Comissão de Concurso Público, através do formulário Anexo VI, ou encaminhar e-mail para a empresa organizadora até o dia **03/12/2018** para as providências cabíveis, anexando ao e-mail a documentação exigida para a devida comprovação.

1.13. O(a) candidato(a) que necessitar de aplicação de provas em Braille ou necessitar de um leitor para a prova deverá requerer essa condição junto a Comissão de Concurso Público ou encaminhar e-mail para a empresa organizadora até o dia **03/12/2018** para as providências cabíveis, anexando ao requerimento a documentação com a devida justificativa.

1.13.1. O deferimento para o tratamento especial será avaliado e dependerá de autorização da Comissão de Concurso Público.

1.13.2. A solicitação de condições ou recursos especiais será atendida, seguindo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

1.13.3. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade, o qual assumirá total responsabilidade pela guarda da criança e não haverá descontos do tempo destinados à amamentação.

1.13.4. A candidata lactante que não levar acompanhante para cuidar da criança não realizará as provas, para não prejudicar os demais candidatos.

1.13.5. O rol de candidatos que tiverem atendimento especial deferido será divulgado no endereço: www.feliznatal.mt.gov.br e em mural no dia da prova.

1.13.6. Se o requerente de atendimento especial não tiver o nome incluído na listagem, o mesmo deverá interpelar junto a Comissão de Concurso Público para conhecer as razões do indeferimento.

1.13.7. Se por motivo alheio a Organização do Concurso o(a) candidato(a) tiver sua inscrição anulada ou cancelada, mesmo que já paga a taxa de inscrição, o(a) candidato(a) não terá à respectiva devolução.

1.13.8. Se por motivo alheio a Organização do Concurso o(a) candidato(a) deixar de realizar qualquer prova, e isso for motivo para sua desclassificação, o(a) candidato(a) não terá a respectiva devolução da taxa paga.

1.14. O(a) candidato(a) que entender que esse Edital de Concurso não está adequado às normas vigentes da legislação poderá impetrar recursos para a impugnação através do Modelo Anexo IV deste Edital, até as **18:00hs do dia 06/11/2018**, o qual será avaliado pela Comissão e pela empresa Organizadora.

2. DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

2.1. A inscrição será realizada somente via Internet no site www.feliznatal.mt.gov.br

2.2. O período normal de inscrição será de **16/11/2018** até as **23:00hs do dia 02/12/2018**;

2.3. O(a) candidato(a) interessado em participar do certame deverá:

2.3.1. Preencher a ficha de inscrição no site, declarando o conhecimento integral do conteúdo deste Edital de Concurso;

2.3.2. Emitir o comprovante de inscrição;

2.3.3. Emitir o boleto e efetuar o pagamento bancário impreterivelmente até o vencimento **03/12/2018**;

2.3.4. O(a) candidato(a) não poderá pagar o boleto após o vencimento, sob pena de não ter sua inscrição homologada e nem a devolução do recurso pago;

2.3.5. Acompanhar diariamente a evolução do processo do concurso através de Edital Complementar no site: www.feliznatal.mt.gov.br.

2.4. O(a) candidato(a) que obtiver autorização para inscrever-se como isento não precisará gerar o boleto de cobrança. Porém, deverá preencher todos os dados no formulário de inscrição para que seja efetivamente consolidada.

3. **DA ISENÇÃO E DAS TAXAS PARA INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO**

3.1. Poderão requerer a isenção da taxa de inscrição:

3.1.1. O(a) candidato(a) doador(a) regular de sangue, desde que:

3.1.1.1. Apresente cópia da carteira de doador(a) regular de sangue, expedido por Banco de Sangue público ou privado, conforme determinação da Lei Estadual nº 7.713/2002;

3.1.1.2. Comprovar ao menos três doações antes do lançamento deste edital.

3.1.2. O(a) candidato(a) que perceba até um salário mínimo e meio terá os benefícios da Lei Estadual nº 6.156/1992, desde que devidamente comprovado, com os seguintes documentos:

3.1.2.1. Cópia da CTPS ou Portaria de nomeação ou contrato de prestador de serviços, se servidor público, além do comprovante de rendimento, se exercer atividade remunerada;

3.1.3. For membro de família de baixa renda nos termos do Decreto Federal nº 6.135/2007 e comprovar com os seguintes documentos;

3.1.3.1. Anexar cópia do Número de Identificação Social – NIS, atribuído ao Candidato pelo Órgão Gestor Nacional do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal–CadÚnico.

3.1.4. Estar desempregado(a):

3.1.4.1. Comprovar a situação de desempregado mediante cópia da CTPS (Carteira de Trabalho) e folhas subsequentes em branco em relação às anotações do último emprego e cópia do seguro-desemprego, ou cópia da publicação do ato de exoneração, se ex-servidor estatutário do serviço público, com baixas do último emprego não superior a 6 meses,.

3.1.5. Será excluído(a) do concurso público o candidato(a) que, não atendendo, à época de sua inscrição, aos requisitos previstos em Lei, tenha obtido vantagens, com uso de fraudes ou qualquer outro meio que evidencie má fé, à redução de que trata as leis mencionadas.

3.1.6. A exclusão será precedida de procedimento em que se garanta ao candidato a sua defesa; e uma vez confirmada, importará a anulação da respectiva inscrição e dos demais atos praticados pelo candidato, sem prejuízo de outras sanções penais cabíveis.

3.2. O período para requerimento de isenção da taxa de inscrição será entre os dias **16/11/2018 até as 23:00hs do dia 21/11/2018**, anexando ao e-mail a documentação exigida no Anexo IV.

3.2.1. O site **www.feliznatal.mt.gov.br** na data provável de **27/11/2018**, divulgará a relação dos(as) candidatos(as) habilitados(as) à realizarem a inscrição gratuita.

3.2.2. O(a) candidato(a) que requereu isenção da taxa de inscrição e não foi contemplado na lista de homologados para essa finalidade, poderá impetrar recursos em até 48 horas para conhecer as razões do indeferimento da referida taxa de isenção.

3.2.3. O(a) candidato(a) que obtiver autorização para inscrever-se gratuitamente terá até as 22h 59min do dia **02/12/2018** para confirmação da inscrição.

3.2.4. A inscrição isenta realizar-se-á nos mesmos procedimentos das inscrições pagas, pelo site: www.feliznatal.mt.gov.br.

3.2.5. Após o preenchimento da Ficha de Inscrição e da efetiva confirmação, a inscrição gratuita será validada automaticamente pelo sistema.

3.3. A Taxa de Inscrição será diferenciada por nível de escolaridade:

3.3.1. Valor da Taxa de Inscrição aos(as) candidatos(as) do Ensino Fundamental Incompleto e Completo será de R$ 50,00 (cinquenta reais);

3.3.2. Valor da Taxa de Inscrição aos(as) candidatos(as) do Nível Médio e Técnico será de R$ 80,00(oitenta reais);

3.3.3. Valor da Taxa de Inscrição aos(as) candidatos(as) do Nível Superior será de R$ 120,00 (cento e vinte reais).

3.4. Das disposições gerais sobre a Inscrição no Concurso Público.

3.4.1. A única forma de realizar a inscrição será via internet no site: www.feliznatal.mt.gov.br.

3.4.2. A informação prestada no ato da inscrição e os dados mencionados serão de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), respondendo este por qualquer falsidade na forma da lei.

3.4.3. Não será permitida, após a conclusão da inscrição, a complementação de informações, bem como revisão via internet.

3.4.4. Pequenos ajuste na inscrição poderá ser realizada pelo próprio candidato(a) no Portal do Concurso, na área do Candidato.

3.4.5. Ajustes relevantes, de nº de documentos ou troca de cargos deverão ser requeridos via e-mail à empresa. Porém, caso o candidato já tenha pago o boleto não há como fazer compensação de valores nem mesmo aproveitar os valores pagos para a nova inscrição.

3.4.6. O comprovante de inscrição será emitido no ato da realização da inscrição e somente terá validade com a apresentação do boleto devidamente pago até a data do vencimento e deverá ser mantido em poder do(a) candidato(a) e apresentado nos locais de realização das provas, (quando solicitado) juntamente com documento de identificação nos termos do item 14.5 e seus subitens.

3.4.7. Não será possível o(a) candidato(a) se inscrever mais de uma vez, mesmo que em cargos diferentes, dada a vinculação do número do CPF. *Portanto, antes de se inscrever, o(a) candidato(a) deve observar com atenção as informações prestadas e somente confirmar a inscrição após ter absoluta certeza sobre o cargo ao qual irá concorrer.*

4. DO(A) CANDIDATO(A) PORTADOR (A) DE DEFICIÊNCIA FÍSICA

4.1. Do total das vagas abertas neste concurso, durante o prazo de validade do mesmo, 10% (dez) por cento das vagas serão providas a candidatos(as) portadores(as) de deficiência física, conforme dispõe Lei Complementar nº 003/2007 no artigo 16, parágrafo 9º, a convocação para a posse será proporcional à dos demais candidatos(as) aprovados(as).

4.1.1. As vagas dispostas aos(às) candidatos(as) portadores(as) de deficiência estão disponibilizadas no Anexo I deste Edital.

4.1.2. O(a) candidato(a) que não se declarar portador(a) de deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos(as).

4.1.3. O(a) candidato(a) portador(a) de deficiência deverá digitalizar o laudo médico em formato **.pdf**, e enviar no e-mail: contato@sosconsultoria.com.br até o dia **02/12/2018** para que seja destacado seu nome nas listagens de candidatos como Portador de Deficiência.

4.2. Para concorrer a uma dessas vagas, o(a) candidato(a) deverá:

a) no ato da inscrição, declarar-se portador de deficiência e;

b) mencionar a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência.

4.2.1. O(a) candidato(a) portador(a) de deficiência deverá entregar impreterivelmente no dia da Prova Objetiva ao fiscal de sala mediante protocolo modelo Anexo VIII (em duas vias), mais o laudo médico original contendo as informações declaradas.

4.2.2. Diante da não comprovação da condição prevista no subitem anterior, o(a) candidato(a) será excluído da listagem de portador(a) de deficiência e constará no rol dos demais candidatos(as), concorrendo com o mesmo grau de igualdade.

4.2.3. A Organização do concurso não se responsabilizará por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada desse documento ao seu destino.

4.2.3.1. Não será permitida a entrega da comprovação da deficiência física posterior à data predeterminada no subitem 4.2.1.

4.3. O laudo médico original valerá somente para fins de confirmação da inscrição como portador (a) de deficiência à este Concurso Público de vagas. Este documento não será devolvido, e também não será fornecida cópia do mesmo para uso posterior.

4.4. A relação de candidatos(as) que tiverem a inscrição deferida para concorrer na condição de portadores(as) de deficiência será divulgada na Internet, no endereço eletrônico www.feliznatal.mt.gov.br na data provável de **07/12/2018**, quando da homologação das inscrições.

4.5. A inobservância do disposto no subitem 4.2 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos(as) candidatos(as) em tal condição, e eventualmente, o não atendimento às condições especiais necessárias.

4.6. O(a) candidato(a) que necessitar de atendimento especial para a realização da prova deverá requerer junto a Comissão do Concurso, ou encaminhar e-mail à empresa organizadora através do modelo do Anexo VI conforme dispõe o subitem 1.13. e encaminhar a justificativa anexada ao e-mail: contato@sosconsultoria.com.br.

4.7. O(a) candidato(a) que se declarar portador(a) de deficiência, se aprovado(a) no concurso, será convocado a submeter-se à perícia médica especial, a ser realizada por equipe multiprofissional sob responsabilidade do município, que verificará a condição física e a compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência apresentada.

4.8. O(a) candidato(a) convocado para a perícia médica deverá comparecer na data e horário previstos no ato convocatório.

4.9. A não observância do disposto no subitem anterior, a reprovação na perícia médica ou o não comparecimento à perícia acarretará a perda do direito à vaga reservada aos(as) candidatos(as) portadores (as) de deficiência física.

4.10. O(a) candidato(a) portador(a) de deficiência reprovado(a) na perícia médica por não ter sido considerado(a) deficiente, caso aprovado(a) no concurso, figurará na lista de classificação geral em igualdade de condições aos demais candidatos(as).

4.11. O(a) candidato(a) portador(a) de deficiência, caso por lapso ou fraude de perícia seja empossado no cargo e reprovado(a) em perícia médica futura (no decorrer do estágio probatório) em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo será exonerado(a) sem justa causa.

4.12. O(a) candidato(a) que, no ato da inscrição, declarar-se portador(a) de deficiência, classificado(a) no concurso e considerado(a) portador(a) de deficiência, terá seu nome publicado em lista à parte e figurará também na lista de classificação geral em destaque.

4.13. As vagas destinadas aos(as) portadores(as) de deficiências definidas no subitem 4.1 que não forem providas por falta de candidatos(as) aprovados(as) poderão ser preenchidas pelos demais candidatos(as) classificados(as), observada a ordem geral da classificação final.

4.14. A convocação do(a) candidato(a) portador(a) de deficiência aprovado(a) respeitará a ordem cronológica de classificação e o percentual de limite de vagas abertas.

4.14.1. Serão convocados(as) os(as) candidatos(as) deficientes na mesma proporcionalidade da convocação geral, resguardado o limite previsto neste Edital.

5. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA

5.1. Ser aprovado(a) em Concurso Público.

5.2. Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa, desde que, amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal.

5.3. Estar em dia com as obrigações eleitorais e, em caso de candidato do sexo masculino, também com as militares.

5.4. Preencher todos os requisitos exigidos para o exercício do cargo, conforme item 2 deste edital.

5.5. Ter idade mínima de dezoito anos completos na data da posse e atender as exigências de escolaridade.

5.6. Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade das esferas federal, estadual ou municipal.

5.7. Ser considerado apto física e mentalmente para o exercício do cargo no exame médico pré admissional, devendo o(a) candidato(a) apresentar os exames laboratoriais exigidos no item 12 deste Edital para avaliação clínica.

5.8. Declarar o não acúmulo de Cargo Público, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

5.9. Estar devidamente registrado e quite com o Conselho Regional de sua formação acadêmica, quando exigido para a efetiva posse do(a) candidato(a).

5.10. Estar com a Carteira Nacional de Habilitação em dia na realização dos exames práticos e na posse para o cargo.

5.11. Cumprir as demais determinações deste edital.

6. DAS FASES DO CONCURSO PÚBLICO

6.1. A seleção de que trata este edital compreenderá as seguintes fases, conforme o quadro a seguir.

6.2. A Prova Objetiva (múltipla escolha) terá a duração de 3:30 (três horas e trinta minutos) e será aplicada **na data provável de 16 de dezembro de 2018**, no turno da manhã, das 08h00min às 11h30min e será confirmada por Edital Complementar na divulgação das inscrições homologadas, previstas para **07 de dezembro de 2018**.

6.3. A Prova Subjetiva (Prova Prática) terá a duração de 3 (três) horas e serão aplicadas **na data provável de 16 de dezesseis de 2018**, no turno da tarde, das 12h00min às 16h00min, independentemente do conhecimento do resultado da Prova Objetiva.

6.4. Os Gabaritos preliminares das Provas Objetivas serão publicados nos murais do Paço Municipal, e ainda, no site: www.feliznatal.mt.gov.br no dia seguinte à realização das provas conforme disposto no Anexo IX, deste Edital tendo como data provável dia **na data provável de 17 de dezembro de 2018**.

6.5. Os locais e os horários de realização das Provas Objetivas serão informados em Edital Complementar, previsto parapublicação em **07 de dezembro de 2018**.

6.6. Na data provável de **11 de dezembro de 2018** será publicado o ensalamento dos candidatos.

6.6.1. Será de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.

6.7. A prova de títulos obedecerá ao critério previsto no item 13 deste Edital de Concurso.

7. DAS PROVAS: OBJETIVA E PROVA DE TÍTULOS

7.1. **Candidatos(as) de Nível Fundamental Incompleto (Alfabetizado):**

7.1.1. A Prova Objetiva de múltipla escolha para os(as) candidatos(as) de Nível Fundamental Incompleto e Completo será composta de 20 (vinte) questões com 4 (quatro) alternativas cada.

7.1.1.1. O Conteúdo Programático das Provas está disponível no Anexo III deste Edital, devidamente discriminado pelos cargos concorridos.

7.1.1.2. Haverá um campo de marcação para cada uma das quatro opções: "**A, B, C ou D**", sendo que o(a) candidato(a) deverá preencher no cartão de respostas apenas aquele correspondente à resposta que julgar correta de acordo com o enunciado da questão.

7.1.1.3. O(a) candidato(a) deverá marcar somente um dos quatro campos da cartão de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcação indevida.

7.1.2. O(a) candidato(a) deverá obter o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de acertos das questões da Prova Objetiva (múltipla escolha), sob pena de desclassificação.

7.1.3. O(a) candidato(a) que zerar (não pontuar) em qualquer das disciplinas aplicadas na Prova Objetiva, mesmo que tenha alcançado o mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos acertos das questões estará desclassificado do Concurso Público.

7.1.4. Prova Subjetiva (Prova Prática): Os(as) candidatos(as) concorrentes aos cargos dispostos no Anexo I que farão Prova Prática, terão as informações contidas no Anexo III deste Edital, que trata especificamente do Conteúdo Programático das provas, sendo exigido o atendimento dos questionamentos realizados pelos fiscal e a realização da prova pratica na íntegra.

7.1.4.1. O(a) candidato(a) deverá obter o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de aproveitamento na Prova Subjetiva (Prova Prática), sob pena de desclassificação.

7.1.5. As disciplinas que compõem a Prova Objetiva terão pesos diferenciados e estão mencionados na tabela abaixo e totalizarão o máximo de 100 (cem) pontos:

DISCIPLINAS	QUESTÕES	PESO	PONTUAÇÃO
Língua Portuguesa	5 (cinco)	6 (seis)	30 (trinta) pontos
Matemática	5 (cinco)	4 (quatro)	20 (vinte) pontos
Conhecimentos Gerais	5 (cinco)	4 (quatro)	20 (vinte) pontos

Conhecimentos Específicos	5 (cinco)	6 (seis)	30 (trinta) pontos
		TOTAL	**100 (cem) pontos**

7.2. **Candidatos(as) de Nível Fundamental Completo:**

7.2.1. A Prova Objetiva de múltipla escolha para os(as) candidatos(as) de Nível Fundamental Incompleto e Completo será composta de 25 (vinte e cinco) questões com 4 (quatro) alternativas cada.

7.2.1.1. O Conteúdo Programático das Provas está disponível no Anexo III deste Edital, devidamente discriminado pelos cargos concorridos.

7.2.1.2. Haverá um campo de marcação para cada uma das quatro opções: "**A, B, C ou D**", sendo que o(a) candidato(a) deverá preencher no cartão de respostas apenas aquele correspondente à resposta que julgar correta de acordo com o enunciado da questão.

7.2.1.3. O(a) candidato(a) deverá marcar somente um dos quatro campos da cartão de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcação indevida.

7.2.2. O(a) candidato(a) deverá obter o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de acertos das questões da Prova Objetiva (múltipla escolha), sob pena de desclassificação.

7.2.3. O(a) candidato(a) que zerar (não pontuar) em qualquer das disciplinas aplicadas na Prova Objetiva, mesmo que tenha alcançado o mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos acertos das questões estará desclassificado do Concurso Público.

7.2.4. Prova Subjetiva (Prova Prática): Os(as) candidatos(as) concorrentes aos cargos dispostos no Anexo I que farão Prova Prática, terão as informações contidas no Anexo III deste Edital, que trata especificamente do Conteúdo Programático das provas, sendo exigido o atendimento dos questionamentos realizados pelos fiscal e a realização da prova pratica na íntegra.

7.2.4.1. O(a) candidato(a) deverá obter o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de aproveitamento na Prova Subjetiva (Prova Prática), sob pena de desclassificação

7.2.5. As disciplinas que compõem a Prova Objetiva terão pesos diferenciados e estão mencionados na tabela abaixo e totalizarão o máximo de 100 (cem) pontos:

DISCIPLINAS	**QUESTÕES**	**PESO**	**PONTUAÇÃO**
Língua Portuguesa	5 (cinco)	4 (quatro)	20 (vinte) pontos
Matemática	5 (cinco)	4 (quatro)	20 (vinte) pontos
Conhecimentos Gerais	5 (cinco)	4 (quatro)	20 (vinte) pontos
Conhecimentos Específicos	10 (cinco)	4 (quatro)	40 (quarenta) pontos
		TOTAL	**100 (cem) pontos**

7.3. **Candidatos(as) de Nível Médio:**

7.3.1. A Prova Objetiva (múltipla escolha): para os(as) candidatos(as) do Nível Médio e Técnico será composta de 40 (quarenta) questões com 4 (quatro) alternativas cada.

7.3.1.1. Haverá um campo de marcação para cada uma das quatro opções: "**A, B, C ou D**", sendo que o(a) candidato(a) deverá preencher no cartão de respostas apenas o campo correspondente à resposta que julgar correta, de acordo com o enunciado da questão, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcação indevida.

7.3.1.2. O Conteúdo Programático das Provas está disponível no Anexo III deste Edital, devidamente discriminados por cargo concorrido.

7.3.2. O(a) candidato(a) deverá obter o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de acertos das questões da Prova Objetiva (múltipla escolha), sob pena de desclassificação.

7.3.3. O(a) candidato(a) que zerar (não pontuar) em qualquer das disciplinas aplicadas na Prova Objetiva, mesmo que tenha alcançado o somatório mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos acertos das questões estará desclassificado(a) do Concurso Público.

7.3.4. As disciplinas que compõem a Prova Objetiva terão pesos diferenciados e estão mencionados na tabela abaixo e totalizarão o máximo de 100 (cem) pontos:

DISCIPLINAS	**QUESTÕES**	**PESO**	**PONTUAÇÃO**
Língua Portuguesa	10 (dez)	3,0 (dois)	30 (trinta) pontos
Matemática	10 (dez)	2,0 (dois)	20 (vinte) pontos
Conhecimentos Gerais	10 (dez)	1,5 (um e meio)	15 (quinze) pontos
Conhecimentos Específicos	10 (dez)	3,5 (três e meio)	35 (trinta e cinco) pontos
		TOTAL	**100 (cem) pontos**

7.4. **Candidatos(as) de Nível Superior:**

7.4.1. A Prova Objetiva (múltipla escolha): para os(as) candidatos(as) do Nível Superior será composta de 40 (quarenta) questões com 4 (quatro) alternativas cada.

7.4.1.1. O Conteúdo Programático da Prova Objetiva está disponível no Anexo III.

7.4.1.2. Haverá um campo de marcação para cada uma das quatro opções: "**A, B, C ou D**", sendo que o(a) candidato(a) deverá preencher no cartão de respostas apenas o campo correspondente à resposta que julgar correta, de acordo com o enunciado da questão, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcação indevida.

7.4.2. O(a) candidato(a) deverá obter o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de acertos das questões da Prova Objetiva (múltipla escolha), sob pena de desclassificação.

7.4.3. O(a) candidato(a) que zerar (não pontuar) em qualquer das disciplinas aplicadas na Prova Objetiva, mesmo que tenha alcançado o somatório mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos acertos das questões estará desclassificado(a) do Concurso Público.

7.4.4. Prova de Títulos: A prova de títulos descrita no item 13 deste Edital terá seu resultado adicionado na soma das notas aos(as) candidatos(as) classificados(as), em caráter meramente classificatório.

7.4.4.1. O Título de Pós Graduação deverá ter exclusividade na área de atuação do cargo concorrido neste Concurso Público.

7.4.5. As disciplinas que compõem a Prova Objetiva (múltipla escolha) terão pesos diferenciados e estão mencionados na tabela abaixo totalizando 100 (cem pontos):

DISCIPLINAS	QUESTÕES	PESO	PONTUAÇÃO
Língua Portuguesa	10 (dez)	3,5 (três e meio)	35 (trinta e cinco) pontos
Conhecimentos Gerais	10 (dez)	1,5 (um e meio)	15 (quinze) pontos
Conhecimentos Específicos	20 (vinte)	2,5 (dois e meio)	50 (cinquenta) pontos
		TOTAL	**100 (cem pontos)**

8. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO

8.1. Todos os candidatos terão suas provas objetivas corrigidas por meio de processamento eletrônico e as provas subjetivas por processamento manual.

8.2. A nota em cada questão das provas objetivas, feita com base nas marcações do cartão de respostas, será igual a ponto positivo para os acertos e não haverá contagem negativa de pontos para os erros.

8.3. Serão reprovados do Concurso Público os(as) candidatos(as) dos diferentes níveis de escolaridade que obtiverem acertos de questões inferiores a 50% (cinquenta por cento), no somatório, e ainda, aqueles(as) que não pontuarem (zerarem) em qualquer das disciplinas aplicadas.

8.4. As provas subjetivas (provas práticas) terão avaliação entre 0 e 100 pontos, e é obrigatório o(a) candidato(a) conquistar no mínimo 50 (cinquenta) pontos, sob pena de desclassificação.

8.5. Da avaliação das provas reguladas pelas normas do DETRAN:

8.5.1. No ato da prova prática os candidatos aos cargos de: *Motoristas e Operadores Máquinas* deverão estar obrigatoriamente com as *CNHs em plena validade,* ou com a *CNH anterior em plena validade* e o protocolo expedido via internet pelo DETRAN do encaminhamento da carteira compatível ao cargo concorrido, conforme exigência deste edital disposto no Anexo I do quadro de vagas.

8.5.2. O(a) candidato(a) que não atender o subitem anterior não poderá realizar a prova e estará automaticamente desclassificado do Concurso Público.

8.5.3. Está disponível no Anexo III deste Edital a modalidade e a avaliação das provas práticas desses cargos.

8.6. Os(as) candidatos(as) desclassificados(as) na forma do subitem 8.3 e 8.4, deste edital, não terão qualquer classificação neste Concurso Público.

8.7. Os demais que concorrerão à provas subjetivas (provas prática) têm as informações descritas no Anexo I deste Edital e as informações pormenorizadas no Anexo III, que trata do Conteúdo Programático das Provas.

8.8. O nome dos(as) candidatos(as) classificados(as) serão ordenados de acordo com os valores decrescentes da nota final nas Provas Objetivas e Provas Subjetivas e Prova de Títulos de Pós Graduação, até o limite das vagas dos(as) aprovados(as), seguindo o critério de desempate previsto no item 10 neste edital

8.9. Os cálculos porventura citados neste edital serão considerados até a segunda casa decimal, arredondando-se o número para cima, se o algarismo da segunda casa decimal for igual ou superior a cinco e para baixo se inferior a cinco.

9. DA NOTA FINAL NO CONCURSO

9.1. A nota final no concurso será a soma das notas obtidas na Prova Objetiva e Subjetiva (prova prática), acrescentado a soma das Provas de títulos (quando houver).

10. DOS CRITÉRIOS DO DESEMPATE

10.1. Em caso de empate nas notas das provas e para fins de classificação, como critério de desempate, terá preferência o(a) candidato(a) que:

I. Possuir m**aior idade**, dentre os(as) candidatos(as) com mais de 60 (sessenta) anos, completados até a data da prova, nos termos do Art. 27 da Lei nº 10.741/2003, considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento;

II. Possuir maior quantidade de acertos nas questões da prova objetiva;

III. Possuir maior quantidade de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;

IV. Possuir maior quantidade de acertos na prova de Conhecimentos Gerais;

V. Possuir maior quantidade de acertos na prova de Língua Portuguesa;

VI. O(a) candidato(a) mais velho(a).

11. DOS RECURSOS

11.1. Não será aceito recurso via postal, via fax ou extemporâneo.

11.2. O recurso deverá ser protocolado no e-mail da empresa organizadora: contato@sosconsultoria.com.br ou no portal do candidato, na pagina do concurso, devidamente embasado teoricamente e com argumentação suficientemente capaz de alterar o disposto, sob pena de não conhecimento.

11.3. O(a) candidato(a) que sentir-se prejudicado poderá interpor recursos das fases de publicações dos Editais Complementares, no interstício máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a divulgação dos seguintes atos:

11.3.1. Poderá interpor recursos de: retificação de informações pessoais; homologação das Inscrições; questões equivocadas das provas; gabarito prévio e classificação prévia.

11.3.2. Para interpor recursos o(a) candidato(a) deverá utilizar-se do modelo de formulário Anexo VI, disposto no edital e encaminhar via e-mail.

11.3.3. O(a) candidato(a) deverá ser objetivo e consistente em seu pleito. E ainda, justificar o recurso e embasar-se teoricamente, sob pena de não ter o conhecimento do seu recurso.

11.3.4. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

11.4. Todos os recursos com fundamentação teórica e devidamente justificados serão apresentados à Banca Examinadora para análise e eventual defesa ou aceitação e correção.

11.5. Se do exame de recurso resultar anulação de questão integrante de provas, a pontuação correspondente a essa questão será atribuída pontos a todos(as) candidatos(as) concorrente e será divulgado no site www.feliznatal.mt.gov.br.

11.5.1. Não será encaminhada resposta individual ao(a) candidato(a) recursante.

11.5.2. O resultado dos recursos conhecidos serão disponibilizados no site para apreciação de todos(as) os(as) candidatos(as)

11.6. Em nenhuma hipótese será aceito pedido de revisão de recursos (recurso de recurso) e/ou recurso de Gabarito Oficial, bem como recursos contra o Resultado Final.

11.7. Recursos cujo teor desrespeite a Organização do Concurso serão preliminarmente indeferidos.

12. DA NOMEAÇÃO, DA POSSE E DO EXERCÍCIO DO CARGO

12.1. O(a) candidato(a) aprovado(a) no Concurso Público terá garantido sua vaga para a posse no cargo público, que poderá ocorrer até o final da validade deste concurso. Porém, será fator determinante a avaliação clínica médica, laboratorial e psicológica sobre a saúde física e mental do(a) candidato(a), para consolidar a aprovação no cargo.

12.1.1. O critério de convocação será pela discricionariedade e necessidade da Administração Municipal e respeitado os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

12.2. O(a) "*candidato(a) classificado(a)*" listará sequencialmente no rol do resultado final, após o atendimento das vagas abertas para os(as) "*candidatos(as) aprovados(as)*" e "*cadastro de reservas"* e serão promovidos à este status sempre que vagar o cargo.

12.2.1. As oportunidades serão abertas por vários motivos: em razão de exoneração, aposentadoria ou morte de servidor, ou até mesmo de desistência de outros aprovados.

12.2.2. O(a) candidato(a) que compor a lista de ***"CLASSIFICADOS"*** será automaticamente considerado(a) "***CADASTRO DE RESERVA***" da instituição e não terá direito a convocação para posse, exceto, se houver a necessidade ou a criação de novas vagas, por necessidade da Administração Municipal.

12.3. O(a) candidato(a) aprovado(a) para as vagas existentes será convocado(a) por meio de publicação no Jornal Oficial dos Municípios AMM, ou por meio de publicação no mural do Paço Municipal, e ainda, no endereço eletrônico do Município de Feliz Natal www.feliznatal.mt.gov.br e deverá apresentar em até 30 (trinta) dias os seguintes documentos:

12.3.1. Documento de identidade;

12.3.2. CPF;

12.3.3. CNH compatível com a função do cargo inscrito;

12.3.4. Título eleitoral;

12.3.5. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - cópia autenticada (se candidato do sexo masculino);

12.3.6. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais.

12.3.7. Comprovante do PIS ou PASEP, caso tenha sido empregado;

12.3.8. Comprovante de endereço;

12.3.9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores;

12.3.10. Certidão de nascimento ou casamento;

12.3.11. Certidão de nascimento dos filhos;

12.3.12. Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos;

12.3.13. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

12.3.14. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

12.3.15. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

12.3.16. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município ou (positiva com efeito de negativa);

12.3.17. Comprovante de qualificação cadastral expedido pelo sistema e-social.

12.3.18. Comprovante de abertura de Conta Salário Junto a Caixa Econômica.

12.4. Das declarações exigidas, os modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse.

12.5. O(a) candidato(a) convocado deverá às suas expensas, por força do Decreto nº 091/2013, apresentar para avaliação de posse os seguintes exames de saúde, devidamente acompanhado do Atestado Médico ou Laudo Médico, quando for o caso:

12.5.1. **Item I.** Exames obrigatórios para todas as funções públicas.

12.5.1.1. Para as funções cuja área de atuação seja: **ADMINISTRATIVA, DOCÊNCIA, OPERACIONAL, SAÚDE, EDUCAÇÃO**, etc...

a) Hemograma completo em jejum;

b) Glicemia em jejum;

c) Reação sorológica para lues (V.D.R.L);

d) Gama G.T. (gama glutamil trasferase);

e) Perfil lipídico (colesterol L.D.L, colesterol H.D.L e triglicerídeos;

f) Eletrocardiograma (E.C.G;

g) RX de tórax em P.A. e perfil e os laudos correspondentes;

h) E.A.S. (exame de urina tipo I).

12.5.2. **Item II.** Exames complementares para as funções ligadas às áreas de educação de crianças, jovens e adultos.

12.5.2.1. Para as funções de docência, **PROFESSORES** e **TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - TDI:**

a) Exames do item I;

b) Laringoscopia de cordas vocais com avaliação médico otorrinolaringologista;

c) Audiometria tonal (com avaliação de fonoaudiólogo)

d) Exame de acuidade visual, fundo de olho e tonometria em ambos os olhos.

12.5.3. **Item III.** Exames complementares para as funções ligadas a condução de veículos automotores.

12.5.3.1. Para as funções cuja área de atuação seja a direção de veículos automotores de passeio e de carga: **MOTORISTAS:**

a) Exames do item I;

b) Exame de acuidade visual, fundo de olho e tonometria em ambos os olhos.

12.5.4. **Item IV.** Exames complementares para as funções ligadas a alimentos e bebidas.

12.5.4.1. Para as funções cuja área de atuação seja a preparação, manipulação, armazenamento e outras atividades ligadas à alimentos: **MERENDEIRA E NUTRICIONISTA:**

a) Exames do item I;

b) Parasitológico de fezes.

12.5.5. O(a) candidato(a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado(a) excluído(a) do Concurso Público.

12.5.6. Após a posse, o(a) candidato(a) será lotado(a) na unidade da Estrutura Administrativa designada pela Secretaria de Administração do Município, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto a lotação dos cargos previamente definidos.

13. DAS PROVAS DE TÍTULOS

13.1. Receberá bônus através de comprovação de Título de Pós-Graduação os(as) candidatos(as) do Nível Superior que obtiverem o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de acertos nas questões da prova, conforme item 1.7. deste Edital, de caráter meramente classificatório.

13.2. Do Título de Pós Graduação aos candidatos de Nível Superior:

13.2.1. Será permitido apenas 1 (um) único título de Pós Graduação de especialização na área especifica de formação do candidato, e que seja compatível com o cargo concorrido, onde a pontuação máxima do Título de Pós Graduação se restringirá a 5 (cinco) pontos.

13.2.2. O Título de Pós Graduação (em área de atuação do cargo concorrido) será entregue em cópia autenticada em cartório, impreterivelmente na data da realização da Prova Objetiva (turno da manhã) ao fiscal de sala, para as respectivas anotações na ata de sala, quando da realização das provas, (caso o candidato requeira protocolo deverá trazer o Modelo Anexo VII preenchido).

13.3. Será aceita declaração de conclusão de curso, desde que, devidamente juntado ao Histórico Escolar ou Certificado de conclusão devidamente registrado pelo MEC (ambos em cópias autenticadas).

13.4. Tabela de pontuação de bônus por títulos:

TÍTULOS ADMITIDOS PARA EFEITO DE PONTUAÇÃO, RELATIVOS À ÀREA INSCRITA.	
Pós Graduação (Especialização) na área inscrita (Lato Sensu)	3 (três) pontos
Pós Graduação (Especialização) na área inscrita (Stricto Sensu)	5 (cinco) pontos

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A inscrição do(a) candidato(a) implicará na aceitação das normas para o Concurso Público contida nos comunicados, deste edital e aos demais Editais Complementares publicados.

14.2. É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a este Concurso Público que sejam publicados no mural do paço municipal e no endereço eletrônico do município www.feliznatal.mt.gov.br

14.3. Não serão dadas, por telefone, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O(a) candidato(a) deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados na forma do subitem 14.2 deste edital.

14.4. O(a) candidato(a) deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de trinta minutos do horário pré-fixado para o seu início munido de caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente, do comprovante de inscrição, do comprovante do pagamento da taxa de inscrição, do documento de Identificação original, Laudo de Perícia médica (se for o caso) e, dos títulos de Pós Graduação (se for o caso).

14.5. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação (somente modelo com foto).

14.5.1. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

14.5.2. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.

14.6. Por ocasião da realização das provas, o(a) candidato(a) que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 14.5 deste edital, não poderá fazer as provas e estará automaticamente desclassificado do Concurso Público.

14.7. Caso o(a) candidato(a) esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

14.7.1. A identificação especial será exigida, também, ao(a) candidato(a) cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do(a) portador(a).

14.8. Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferente dos predeterminados em edital ou em comunicado.

14.9. Não será admitido ingresso de candidato(a) no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

14.10. O(a) candidato(a) deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas, no mínimo por uma hora após o início das provas.

14.10.1. A inobservância do subitem anterior acarretará a não correção das provas e consequente eliminação do(a) candidato(a) do Concurso Público.

14.11. O(a) candidato(a) que se retirar do ambiente de provas não poderá retornar sob nenhuma hipótese.

14.12. O(a) candidato(a) somente poderá se retirar do local de realização das provas por desconforto pessoal, para ir aos lavatórios/banheiros acompanhado de um fiscal devidamente credenciado.

14.13. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão do afastamento de candidato da sala de provas.

14.14. Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não comparecimento a estas implicará a eliminação automática do(a) candidato(a).

14.15. Será eliminado do concurso o(a) candidato(a) que, durante a realização das provas, for surpreendido portando quaisquer aparelhos eletrônicos ativos, tais como: bip, telefone celular, smartphone, walkman, agenda eletrônica, despertador eletrônico, palmtop, tablet, receptor (ponto auditivo), gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme, relógio eletrônico (calculadora), óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro, quepe, boina etc., qualquer outra vestimenta que possibilite disfarces para facilitar tentativa de comunicação interna ou externa e criar possibilidade de fraude.

14.15.1. A Organização do Concurso recomenda que o(a) candidato(a) *não leve nenhum dos objetos citados no subitem anterior*, no dia de realização das provas.

14.15.2. A Organização do Concurso não ficará responsável pela guarda de quaisquer objetos do(a) candidato(a), bem como não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou equipamentos durante a realização das provas, nem por danos neles causados.

14.15.3. Não será permitida a entrada de candidatos(as) no ambiente de provas portando armas, mesmo os autorizados por lei. O(a) candidato(a) que estiver armado será encaminhado à coordenação.

14.16. No dia de realização das provas, a Organização do Concurso poderá submeter os(as) candidatos(as) ao sistema de detecção de metal.

14.17. Terá suas provas anuladas e estará automaticamente eliminado do Concurso Público o(a) candidato(a) que, durante a sua realização:

14.17.1. For surpreendido fornecendo ou recebendo auxílio para a execução das provas ou comunicando-se com outros candidatos(as);

14.17.2. Utilizar-se de quaisquer dos objetos constantes dos subitens 14.15 e 14.16, além de quaisquer outros objetos que não forem expressamente permitidos;

14.17.3. Faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos(as);

14.17.4. Fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição, comprovante de pagamento ou em qualquer outro meio que não os permitidos;

14.17.5. Não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;

14.17.6. Afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;

14.17.7. Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o cartão de respostas;

14.17.8. Descumprir as instruções contidas no caderno de provas ou no cartão de respostas;

14.17.9. Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

14.17.10. Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso Público;

14.17.11. Não permitir a coleta de sua assinatura;

14.17.12. Ficar comprovado que o uso de caneta fabricada em material não transparente, contenha qualquer indício de fraude ao concurso;

14.17.13. For surpreendido portando anotações em papéis que não os permitidos;

14.17.14. Não permitir ser submetido a detector de metal.

14.18. No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação destas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao seu conteúdo e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.

14.19. Se, a qualquer tempo for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o(a) candidato(a) se utilizado de processo ou meio ilícito, suas provas serão anuladas e ele estará automaticamente eliminado do Concurso Público.

14.20. O descumprimento de quaisquer das instruções supracitadas implicará a eliminação do(a) candidato(a), constituindo tentativa de fraude, sem prejuízo das punições legais.

14.21. O resultado final do concurso será homologado pela Prefeita Municipal de Feliz Natal, e publicado nos órgãos da imprensa local e no endereço eletrônico do município.

14.22. O(a) candidato(a) deverá manter atualizado seu endereço perante o Departamento de Recursos Humanos, enquanto estiver participando do Concurso Público, por meio de requerimento a ser enviado à Administração Municipal. Será de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a) os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.

14.23. Os casos omissos serão resolvidos pela Organização do Concurso Público e pela Comissão de Concurso Público.

14.24. As alterações de legislação com entrada em vigor antes da data de publicação deste edital serão objeto de avaliação pela Organização do Concurso.

14.25. A legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste edital, bem como as alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores, não serão objeto de avaliação.

14.26. O(a) candidato(a) é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição e o cargo concorrido e as demais informações.

14.27. Não será permitido que as marcações no cartão de respostas sejam feitas por outra pessoa, salvo em caso do(a) candidato(a) tenha solicitado atendimento especial para esta finalidade. Nesse caso, se necessário, o(a) candidato(a) será acompanhado por agente devidamente identificado e autorizado.

14.28. Quaisquer alterações nas regras fixadas neste edital só poderão ser feitas por meio de outro edital.

14.29. Decorridos 120 (cento e vinte) dias da homologação do Concurso Público e não havendo óbice administrativo ou judicial, é facultada a incineração dos registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Concurso Público, os registros eletrônicos.

Feliz Natal MT, 30 de outubro de 2018.

Juliele Moura Rodrigues

Pres. Comissão Especial de Organização, Acompanhamento d Fiscalização do Concurso Público.

Rafael Pavei

Prefeito Municipal

ANEXO I - DAS VAGAS

NÍVEL: ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO R$ 50,00

CARGOS COM 40 HORAS SEMANAIS DE ATIVIDADES

Cargo Concorrido	Local de Lotação	VAGAS			PP*	Remuneração Inicial R$
		AC*	CR*	PNE*		
Agente de Serviços Gerais III	Estrutura Administrativa **Zona Urbana**	**Não**	**02**	**Não**	**Não**	1.145,60
Agente de Serviços Gerais III	Estrutura Administrativa **Ass. ENA – 100km**	**01**	**Não**	**Não**	**Não**	1.145,60
Eletricista	Estrutura Administrativa **Zona Urbana**	**01**	**Não**	**Não**	**Sim**	1.593,20
Mecânico de Máquinas Pesadas	Estrutura Administrativa **Zona Urbana**	**01**	**Não**	**Não**	**Sim**	2.490,46
Monitor de Curso de Corte e Costura	Estrutura Administrativa **Zona Urbana**	**01**	**Não**	**Não**	**Sim**	1.145,60
Motorista Nível I – **Transporte Escolar – CNH "D"**	Estrutura Administrativa **Zona Urbana**	**01**	**01**	**Não**	**Sim**	1.805,53

Motorista Nível I – **Transporte Escolar – CNH "D"**	Estrutura Administrativa **Ass. ENA – 100km**	**03**	**01**	**Não**	**Sim**	1.805,53
Motorista II + **CNH "C"**	Estrutura Administrativa **Zona Urbana**	**04**	**01**	**01**	**Sim**	1.794,81
Motorista II + **CNH "C"**	Estrutura Administrativa **Ass. ENA – 100km**	**01**	**Não**	**Não**	**Sim**	1.794,81
Operador de Máquinas II + **CNH "C"**	Estrutura Administrativa **Zona Urbana**	**01**	**Não**	**Não**	**Sim**	1.436,25
Operador de Máquinas II + **CNH "C"**	Estrutura Administrativa **Ass. ENA – 100km**	**01**	**Não**	**Não**	**Sim**	1.436,25
Operador de Máquinas III + **CNH "C"**	Estrutura Administrativa **Zona Urbana**	**03**	**Não**	**Não**	**Sim**	1.794,81
Operador de Máquinas IV + **CNH "C"**	Estrutura Administrativa **Zona Urbana**	**Não**	**01**	**Não**	**Sim**	3.181,75
Vigia	Estrutura Administrativa **Zona Urbana**	**03**	**Não**	**01**	**Não**	1.145,60
Vigia	Estrutura Administrativa **Ass. ENA – 100km**	**02**	**Não**	**Não**	**Não**	1.145,60

OBSERVAÇÃO – AOS PROFISSIONAIS MOTORISTAS E OPERADORES DE EQUIPAMENTOS:

Aos cargos que exigem Carteira Nacional de Habilitação CNH, as mesmas deverão estar em plena validade no dia da realização da prova prática, sob pena de não ser habilitado à realizar a prova.

NOMENCLATURAS:

Vagas AC* = Ampla Concorrência

Vagas CR* = Exclusivamente para Cadastro de Reserva

Vagas PNE* = Portadores de Necessidades Especiais

PP* = Realiza Prova Prática

NÍVEL: ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO R$ 50,00

CARGOS COM 40 HORAS SEMANAIS DE ATIVIDADES

Cargo Concorrido	**Local de Lotação**	**VAGAS**			**PP***	**Remuneração Inicial R$**
		AC*	**CR***	**PNE***		
Apoio em Manutenção e Infraestrutura Escolar: **Nutrição Escolar**	Estrutura Administrativa **Zona Urbana**	**Não**	**01**	**Não**	**Não**	1.062,64
Apoio em Manutenção e Infraestrutura Escolar: **Nutrição Escolar**	Estrutura Administrativa **Ass. ENA – 100km**	**Não**	**01**	**Não**	**Não**	1.062,64
Apoio em Manutenção e Infraestrutura Escolar: **Zeladora**	Estrutura Administrativa **Zona Urbana**	**Não**	**01**	**Não**	**Não**	1.062,64
Apoio em Manutenção e Infraestrutura Escolar: **Zeladora**	Estrutura Administrativa **Ass. ENA – 100km**	**01**	**01**	**Não**	**Não**	1.062,64
Auxiliar de Oficina	Estrutura Administrativa **Zona Urbana**	**01**	**Não**	**01**	**Não**	1.328,24
Padeiro	Estrutura Administrativa **Zona Urbana**	**01**	**Não**	**Não**	**SIM**	1.475,82

NÍVEL: MÉDIO E TÉCNICO

VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO R$ 80,00

CARGOS COM 40 HORAS SEMANAIS DE ATIVIDADES

Cargo Concorrido	**Local de Lotação**	**VAGAS**			**PP***	**Remuneração Inicial R$**
		AC*	**CR***	**PNE***		
Agente Administrativo I	Estrutura Administrativa	**02**	**02**	**01**	**Não**	1.794,81
Agente Administrativo II	Estrutura Administrativa	**Não**	**01**	**Não**	**Não**	2.448,23
Agente de Tributos I	Estrutura Administrativa	**Não**	**02**	**Não**	**Não**	1.794,81
Assistente Administrativo II	Estrutura Administrativa	**02**	**Não**	**01**	**Não**	1.436,25
Assistente Administrativo II	Estrutura Administrativa **Ass. ENA – 100km**	**01**	**Não**	**Não**	**Não**	1.436,25
Auxiliar de Contabilidade	Estrutura Administrativa	**Não**	**01**	**Não**	**Não**	2.448,23
Auxiliar de Laboratório de Análises Clínicas	Estrutura Administrativa	**Não**	**01**	**Não**	**Não**	1.436,25
Monitor de Laboratório de Informática	Estrutura Administrativa	**01**	**Não**	**Não**	**Não**	1.145,60
Monitor de Laboratório de Informática	Estrutura Administrativa **Ass. ENA – 100km**	**01**	**Não**	**Não**	**Não**	1.145,60
Monitor de Música	Estrutura Administrativa	**01**	**01**	**Não**	**Não**	2.302,69
Professor Indígena (Magistério) (Etnia Kamaiurá)	Escola Municipal Indígena Sol e Lua: Aldeia Morená	**01**	**Não**	**Não**	**Não**	2.455,35
Professor Indígena (Magistério) (Etnia Kaiabi)	Escola Municipal Indígena Ka'i: Aldeia Guarujá	**01**	**Não**	**Não**	**Não**	2.455,35
Professor Indígena (Magistério) (Etnia Waurá)	Escola Municipal Indígena Aruwak: Aldeia Aruwak	**01**	**Não**	**Não**	**Não**	2.455,35
Técnico Administrativo Educacional	Estrutura Administrativa	**01**	**Não**	**01**	**Não**	1.152,43
Técnico Administrativo Educacional	Estrutura Administrativa **Ass. ENA – 100km**	**01**	**Não**	**Não**	**Não**	1.152,43

Técnico Agrícola/Agropecuária	Estrutura Administrativa	**01**	**Não**	**Não**	**Não**	1.475,83
Técnico em Desenvolvimento Infantil	Estrutura Administrativa – sede do Município	**01**	**04**	**01**	**Não**	1.152,43
Técnico em Desenvolvimento Infantil	Estrutura Administrativa **Ass. ENA – 100km**	**01**	**01**	**Não**	**Não**	1.152,43
Técnico em Enfermagem	Estrutura Administrativa Sede do Município	**05**	**Não**	**Não**	**Não**	1.436,25
Técnico em Enfermagem	Estrutura Administrativa **Ass. ENA – 100km**	**02**	**Não**	**Não**	**Não**	1.436,25
Técnico em Informática	Estrutura Administrativa	**01**	**Não**	**Não**	**Sim**	2.213,74
Visitador Sanitário	Estrutura Administrativa	**Não**	**01**	**Não**	**Não**	1.258,93

NÍVEL: SUPERIOR

VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO R$ 120,00

Cargo Concorrido	**Local de Lotação**	**VAGAS**			**CHS***	**Remuneração Inicial R$**
		AC*	**CR***	**PNE***		
Assistente Social	Estrutura Administrativa	**01**	**Não**	**Não**	30	3.874,07
Bioquímico + CRF	Estrutura Administrativa	**01**	**Não**	**Não**	40	3.946,00
Enfermeiro + COREN	Estrutura Administrativa	**Não**	**01**	**Não**	40	3.589,58
Enfermeiro + COREN	Estrutura Administrativa **Ass. ENA – 100km**	**02**	**Não**	**Não**	40	3.589,58
Engenheiro Civil + CREA	Estrutura Administrativa	**Não**	**01**	**Não**	40	4.469,43
Farmacêutico/Bioquímico + CRF	Estrutura Administrativa	**01**	**Não**	**Não**	40	3.946,00
Fisioterapeuta + Crefito	Estrutura Administrativa	**01**	**Não**	**Não**	30	3.262,88
Fonoaudiólogo + Crefono	Estrutura Administrativa	**01**	**Não**	**Não**	40	3.262,88
Médico Veterinário + CRMV	Estrutura Administrativa	**01**	**Não**	**Não**	20	2.235,00
Nutricionista + CRN	Estrutura Administrativa	**01**	**Não**	**Não**	40	3.262,88
Professor Classe B – Lic. Plena Pedagogia	Estrutura Administrativa **Ass. ENA – 100km**	**01**	**Não**	**Não**	20	1.559,15
Professor Classe B – Lic. Plena Pedagogia	Estrutura Administrativa	**Não**	**01**	**Não**	40	3.118,30
Professor Classe B – Lic. Plena Pedagogia Infantil	Estrutura Administrativa **Ass. ENA – 100km**	**01**	**Não**	**Não**	20	1.559,15
Professor Classe B – Bel. Educação Física + CREF	Estrutura Administrativa	**01**	**01**	**Não**	40	3.118,30
Psicólogo + CRP	Estrutura Administrativa	**02**	**Não**	**Não**	40	3.099,51

NOMENCLATURAS:

Vagas AC* = Ampla Concorrência

Vagas CR* = Exclusivamente para Cadastro de Reserva

Vagas PNE* = Portadores de Necessidades Especiais

CHS*: Carga horária semanal

Anexo II

Das atribuições dos cargos

1. ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE NÍVEL DO ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS I - Descrição Analítica: Executar serviços de limpeza nos locais de trabalho dos órgãos públicos. Auxiliar no recebimento, entrega, pesagem e contagem de materiais. Responsabilizar-se pela manutenção e conservação do equipamento utilizado. Controlar a entrada e saída de pessoas e veículos pelos portões de acesso sob sua vigilância, verificando quando necessário, as autorizações do ingresso. Verificar se as portas e janelas e demais vias de acesso, estão devidamente fechadas quando do encerramento do expediente. Investir quaisquer condições anormais que tenha observado, responder as chamadas telefônicas e anotar recados. Levar ao imediato conhecimento das autoridades competentes qualquer irregularidade verificada. Acompanhar funcionários, quando necessário, no exercício de suas funções. Exercer tarefas afins ou que sejam determinadas por seus superiores.

ELETRECISTA – Descrição Analítica: Executar trabalhos rotineiros de eletricista, colocando e fixando os quadros de distribuição, caixa de fusíveis ou disjuntores, utilizando ferramentas manuais, comuns e específicas, para estruturar a parte geral da instalação elétrica; Efetuar a ligação de fios à fonte fornecedora de energia, utilizando alicates, chaves, conectores e materiais isolantes, testando posteriormente a ligação para completar o serviço de instalação; Promover a instalação, reparo ou substituição de tomadas, fios lâmpadas, painéis, interruptores, disjuntores, alarmes, campainhas, chuveiros, torneiras elétricas, utilizando chaves, alicates e outras ferramentas, para atender as necessidades de consumo de energia; Realizar a manutenção e instalação de ornamentos de ruas, festas, desfiles e outras solenidades programadas pela organização, montando as luminárias e aparelhos de som, para obter os efeitos desejados; Executar a manutenção preventiva e corretiva de máquinas e equipamentos elétricos, reparando peças e partes danificadas, para assegurar o seu perfeito funcionamento; Supervisionar as tarefas executadas por seus auxiliares, acompanhando as etapas de instalação, manutenção e reparação elétrica, para assegurar a observância das especificações de qualidade e segurança; Executar a manutenção da iluminação pública. Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

MECÂNICO DE MÁQUINAS PESADAS - Descrição Analítica: Examinar o veículo ou equipamentos rodoviários, inspecionando-os para determinar os defeitos e anormalidades de funcionamento dos mesmos; Efetuar o desmonte, a limpeza e montagem de motores à diesel, peças de transmissão, diferencial e outras partes, segundo técnicas apropriadas; Proceder a distribuição, ajuste ou retificação de peças do motor, utilizando ferramentas manuais, instrumentos de mediação e controle e outros equipamentos para assegurar-lhes seu bom funcionamento; Executar a substituição, reparação ou regulagem total ou parcial dos sistemas mecânicos dos equipamentos, utilizando ferramentas apropriadas para recondicioná-las a assegurar seu

funcionamento; Testar o veículo ou equipamento, uma vez reparado, dirigindo-o para comprovar o resultado da tarefa realizada; Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

MONITOR DE CURSO DE CORTE E COSTURA – Descrição Analítica: Operar máquinas de costura comum, overloque ou máquinas industriais de pequeno e médio porte; executar os serviços de corte, costura e reformas de rouparias em variadas formas e tipos de tecidos de uso nos diversos setores da Prefeitura, tais como: toalhas, lençóis, aventais, panos de prato, jalecos, gorros, enxovais de bebês e outros. Requisitar ao seu superior hierárquico material necessários ao funcionamento dos serviços sob sua responsabilidade; executar os serviços de limpeza e conservação dos equipamentos sob sua responsabilidade; ministrar cursos. Executar outras tarefas correlatas.

MOTORISTA I (Transporte Escolar) – Descrição Analítica: Conduzir os veículos pertencentes à Secretaria Municipal de Educação de acordo as disposições contidas no Código Nacional de Trânsito; manter os veículos sob sua responsabilidade em condições adequadas de uso e, detectar, registrar e relatar, ao superior hierárquico, as condições mecânicas, elétricas e de funilaria anormais que ocorram, em trabalho, mantendo a higienização necessária ao uso do veículo; recolher veículo à garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, comunicando qualquer defeito por ventura existente, executar tarefas a fins e de interesse da municipalidade, executar tarefas correlatas, a critério do superior imediato. O transporte escolar será realizado por pessoa com habilitação específica na categoria aferida. Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público; Participar de planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; Participar da elaboração do Plano Político Pedagógico; Participar de reuniões de trabalho; Participar de ações administrativas escolares e das interações educativas com a comunidade; Cumprir os horários de trabalho e calendários escolares; Auxiliar para que seja mantida a disciplina em âmbito escolar; Zelar pelo bom nome da Unidade de Ensino; Qualificar-se, permanentemente, com vistas à melhoria de seu desempenho profissional; Respeitar pais, alunos, colegas, autoridades de ensino e servidores administrativos, de forma compatível com a missão de educador; Cooperar com os membros da equipe escolar, na solução dos problemas da administração do estabelecimento de ensino; Zelar pelo patrimônio público; Cumprir as normativas, memorandos, determinações e regulamentos expedidos pela Direção da Escola, pela Secretaria Municipal de Educação ou pelo Chefe do Executivo Municipal. Participar das ações administrativas, cívicas e interações educativas da comunidade.

MOTORISTA II – Descrição Analítica: Conduzir e zelar pela conservação de veículos automotores em geral; Conduzir veículos automotores destinados ao transporte de passageiros e cargas de pequenos portes; Recolher veículo à garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, comunicando qualquer defeito, por ventura, existentes; Manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento; Fazer reparos de emergências; Zelar pela conservação do veículo que lhe fora entregue; Encarregar-se do transporte e entrega de correspondência ou de carga que lhe for confiada, zelando para não haver excessos que prejudique o veículo; Promover o abastecimento de combustíveis, água e óleo; verificar o funcionamento do sistema elétrico, lâmpadas, faróis, sinaleiras, buzinas e indicadores de direção; providenciar a lubrificação quando indicada; verificar o grau de densidade e nível da água da bateria, bem como a calibração dos pneus; executar tarefas a fins e de interesse da municipalidade.

OPERADOR DE MÁQUINAS II - Descrição Analítica: Operar veículos motorizados, especiais, tais como: guinchos, guindastes, máquinas de limpeza de rede de esgoto, retroescavadeira, carro plataforma, máquinas rodoviárias, agrícolas, tratores e outros; Serviços de carregamento de caminhões em cascalheiras, draga de areia, jazida de pedras, entulhos e lixeiras; Abrir valetas e cortar taludes, proceder escavações, transporte de terra, compactação, aterro e trabalho semelhante; Auxiliar no conserto de máquinas; Lavrar e discar terras, obedecendo as curvas de níveis; Cuidar da limpeza e conservação da máquina, zelando pelo seu bom funcionamento; Efetuar reparos mecânicos ou elétricos simples em situações de inexistência de serviços especializados; Lavrar e discar terras, obedecendo as curvas de níveis; Serviços de destocas, terraplanagem, aleiramentos; Abertura de cascalheiras e remoção de cascalhos; Remover entulhos e lixeiras; Cuidar da limpeza e conservação da máquina, zelando pelo seu bom funcionamento; Ajustar as correias transportadoras à ilha pulmão do conjunto de britagem; Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

OPERADOR DE MÁQUINAS III - Descrição Analítica: Operar máquinas rodoviárias, tratores de pequenos portes, máquinas agrícolas e equipamentos móveis; operar equipamentos motorizados, especiais, tais como: motoniveladoras, guinchos, guindastes, trator de esteira, máquinas de limpeza de rede de esgoto, retroescavadeiras, pá carregadeira e máquinas rodoviárias, Abrir valetas e cortar taludes; Proceder escavações, transporte de terra, compactação, aterro e trabalho semelhantes; Serviço de remoção de entulhos, lixos, restos de construção, carregar caminhões; Auxiliar no conserto de máquinas; Lavrar e discar terras, obedecendo curvas de nível; Cuidar da limpeza, conservação e lubrificação das máquinas, zelando pelo seu bom funcionamento; Executar reparos mecânicos ou elétricos simples, em situações de inexistência de serviços especializados; Observar e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho; executar outras tarefas que lhe serão determinadas pelo superior hierárquico; Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

OPERADOR DE MÁQUINAS IV - Descrição Analítica: Operar máquinas rodoviárias, tratores de grande porte, máquinas agrícolas e equipamentos móveis; operar equipamentos motorizados, especiais, tais como: motoniveladoras, guinchos, guindastes, trator de esteira, máquinas de limpeza de rede de esgoto, retroescavadeiras, Escavadeira Hidráulica, pá carregadeira e máquinas rodoviárias, Abrir valetas e cortar taludes; Proceder escavações, transporte de terra, compactação, aterro e trabalho semelhantes; Serviço de remoção de entulhos, lixos, restos de construção, carregar caminhões; Auxiliar no conserto de máquinas; Lavrar e discar terras, obedecendo curvas de nível; Cuidar da limpeza, conservação e lubrificação das máquinas, zelando pelo seu bom funcionamento; Executar reparos mecânicos ou elétricos simples, em situações de inexistência de serviços especializados; Observar e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho; executar outras tarefas que lhe serão determinadas pelo superior hierárquico; Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

VIGIA - Descrição Analítica: Executar os serviços que sejam determinados pelos superiores, responsabilizar-se pela manutenção e conservação do equipamento utilizado. Proceder a apreensão de animais soltos nas vias públicas e outras tarefas correlatas. Exercer serviços de vigia e guarda de bens públicos e tarefas correlatas. Exercer vigilância em locais previamente determinados, realizar ronda de inspeção em intervalos fixados, adotando providencias tendentes a evitar roubo, incêndios, danificações nos edifícios, praças, jardins, materiais sob sua guarda, etc. Controlar a entrada e saída de pessoas e veículos pelos portões de acesso sob sua vigilância, verificando quando necessário, as autorizações do ingresso. Verificar se as portas e janelas e demais vias de acesso, estão devidamente fechadas quando do encerramento do expediente. Investir quaisquer condições anormais que tenha observado, responder as chamadas telefônicas e anotar recados. Levar ao imediato conhecimento das autoridades competentes qualquer irregularidade verificada. Acompanhar funcionários, quando necessário, no exercício de suas funções. Exercer tarefas afins ou que sejam determinadas por seus superiores.

2. ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE NÍVEL DO ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

APOIO EM MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA – NUTRIÇÃO ESCOLAR - Descrição Analítica:armazenar e preparar os alimentos que compõem a merenda; manter a limpeza e a organização do local, dos materiais e equipamentos necessários ao refeitório e a cozinha; manter a higiene, a organização e o controle dos insumos utilizados na preparação, conservação, armazenamento e distribuição da merenda e demais refeições da alimentação escolar; participar da elaboração do cardápio da merenda escolar. Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público; Participar de planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; Participar da elaboração do Plano Político Pedagógico; Participar de reuniões de trabalho; Participar de ações administrativas escolares e das interações educativas com a comunidade; Cumprir os horários de trabalho e calendários escolares; Auxiliar para que seja mantida a disciplina em âmbito escolar; Zelar pelo bom nome da Unidade de Ensino; Qualificar-se, permanentemente, com vistas à melhoria de seu desempenho profissional; Respeitar pais, alunos, colegas, autoridades de ensino e servidores administrativos, de forma compatível com a missão de educador; Cooperar com os membros da equipe escolar, na solução dos problemas da administração do estabelecimento de ensino; Zelar pelo patrimônio público; Cumprir as normativas, memorandos, determinações e regulamentos expedidos pela Direção da Escola, pela Secretaria Municipal de Educação ou pelo Chefe do Executivo Municipal. Participar das ações administrativas, cívicas e interações educativas da comunidade.

APOIO EM MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA – ZELADOR(A) - Descrição Analítica: Elaborar funções de limpeza e manutenção da infraestrutura escolar, vigilância, segurança, execução de pequenos reparos elétricos, hidráulicos, sanitários e de alvenaria, execução da limpeza das áreas externas incluindo serviço de jardinagem, assegurando a presença da função nos turnos de funcionamento da escola, controlar a entrada e saída de pessoas e veículos pelos portões de acesso, verificando, quando necessário, as autorizações de ingresso. Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público; Participar de planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; Participar da elaboração do Plano Político Pedagógico; Participar de reuniões de trabalho; Participar de ações administrativas escolares e das interações educativas com a comunidade; Cumprir os horários de trabalho e calendários escolares; Auxiliar para que seja mantida a disciplina em âmbito escolar; Zelar pelo bom nome da Unidade de Ensino; Qualificar-se, permanentemente, com vistas à melhoria de seu desempenho profissional; Respeitar pais, alunos, colegas, autoridades de ensino e servidores administrativos, de forma compatível com a missão de educador; Cooperar com os membros da equipe escolar, na solução dos problemas da administração do estabelecimento de ensino; Zelar pelo patrimônio público; Cumprir as normativas, memorandos, determinações e regulamentos expedidos pela Direção da Escola, pela Secretaria Municipal de Educação ou pelo Chefe do Executivo Municipal. Participar das ações administrativas, cívicas e interações educativas da comunidade.

AUXILIAR DE OFICINA – Descrição Analítica: Inspecionar veículos e máquinas em geral, diretamente ou utilizando aparelhos específicos, a fim de detectar as causas da anormalidade de funcionamento; desmontar, limpar, reparar, ajustar e montar carburadores, peças de transmissão, diferencial e outras que requeiram exame, seguindo técnicas apropriadas e utilizando ferramental necessário; revisar motores e peças diversas, utilizando ferramentas manuais, instrumentos de medição e controle, e outros equipamentos necessários, para aferir-lhes as condições de funcionamento; regular, reparar e, quando necessário, substituir peças dos sistemas de freio, ignição, alimentação de combustível, transmissão, direção, suspensão e outras, utilizando ferramentas e instrumentos apropriados, para recondicionar o equipamento e assegurar seu funcionamento regular; montar motores e demais componentes do equipamento, guiando-se por esquemas, desenhos e especificações pertinentes, para possibilitar sua utilização; fazer reparos simples no sistema elétrico de veículos.

PADEIRO - Descrição Analítica: Ligar as máquinas e fornos; manusear os produtos necessários à fabricação do pão, bolos, roscas, bolachas, doces e outros, nas suas respectivas etapas de produção; controlar a temperatura ambiente necessária ao crescimento e maturação da massa; pesar e medir os ingredientes necessários, utilizando balança e outros medidores apropriados para obter a quantidade necessária ao preparo dos produtos; fazer limpeza nas máquinas e utensílios todas as vezes que proceder a fabricação de uma remessa de pão e outros produtos; zelar pela higiene e a boa qualidade do produto processado; arrumar e manter a ordem e limpeza no ambiente de trabalho; ministrar cursos de panificação e confeitaria, quando necessário.

3. ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE NÍVEL DO ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

AGENTE ADMINISTRATIVO I – Descrição Analítica: Executar atividades de apoio administrativo de acordo com as necessidades da administração. Executar tarefas de digitação em geral. Organizar o sistema de arquivos, relatórios. Classificar expediente recebido, proceder a entregas, realizar controles da movimentação de processos, documentos. Organizar e elaborar mapas de controle, boletins, demonstrativos, fazer anotações em fichas, manusear fichários, proceder a expedição de correspondência, documentos e outros papéis. Conferir o material de suprimento e controlar sua movimentação. Executar tarefas de apoio aos diversos setores de administração que for necessário. Executar outras atividades compatíveis com as especificadas e conforme a necessidade do Município, desde que solicitadas por seu superior.

AGENTE ADMINISTRATIVO II – Descrição Analítica: Examinar processos; redigir expedientes administrativos, tais como: memorandos, cartas, ofícios, relatórios; revisar quanto ao aspecto redacional, ordens de serviço, instruções, exposições de motivos, projetos de lei, minutas de decreto e outros; efetuar ou orientar o recebimento, conferência, armazenagem e conservação de materiais e outros suprimentos; manter atualizados os registros de estoque; realizar trabalhos digitados, operar com terminais eletrônicos e equipamentos de microfilmagem; executar tarefas afins conforme as necessidades do Município ou determinação superior. Revisa e confere a emissão de cartas de apresentação, certidões, declarações e dossiês. Controla processo de admissão. Mantém cadastro e controla benefícios e vantagens oferecidas pela Prefeitura auxiliam na realização de estudos referentes a cargos e salários. Controlam contratos e prestações de serviço, documentos do arquivo geral e bens patrimoniais da Prefeitura. Controla e elabora relatórios, analisa requisições de materiais. Emite documentações contratuais e editais. Consulta preços no mercado e elabora mapas comparativos. Calcula e preenchem formulários para auto recolhimentos, legais; controlar rescisões de contratos de trabalho, encargos sociais, folha de pagamento. Revisa e confere a emissão de ofícios, cartas de apresentação, certidões e declarações. Controla processo de admissão e sistema de treinamento. Verifica e providencia as condições para a realização de eventos. Mantém cadastro e controla benefícios e vantagens oferecidas pela Prefeitura. Exercer tarefas afins ou que sejam determinadas por seus superiores.

AGENTE DE TRIBUTOS I – Descrição Analítica: Constituir o crédito tributário através do exame de livros fiscais e contábeis, arquivos, documentos, papéis fiscais dos contribuintes ou das pessoas a eles equiparados, utilizando para tanto, métodos de fiscalização que vissem as circunstâncias e condições exatas relacionadas com as obrigações tributárias. Realizar junto a estabelecimentos e órgãos públicos verificações objetivando revisar, comple-

mentar ou promover correções dos lançamentos efetuados por contribuintes sob fiscalização. Realizar diligências com o objetivo de instruir processos administrativos, tributários ou programas de fiscalização. Participar de sindicâncias e inquéritos administrativos. Desempenhar outras funções na administração por designação superior. Executar outras atividades compatíveis com as especificações, conforme as necessidades do Município ou determinação superior.

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II – Descrição Analítica: Examinar processos; redigir expedientes administrativos, tais como: memorandos, cartas, ofícios, relatórios; revisar quanto ao aspecto redacional, ordens de serviço, instruções, exposições de motivos, projetos de lei, minutas de decreto e outros; efetuar ou orientar o recebimento, conferência, armazenagem e conservação de materiais e outros suprimentos; manter atualizados os registros de estoque; realizar trabalhos digitados, operar equipamentos de microfilmagem; executar tarefas afins conforme as necessidades do Município ou determinação superior. Revisa e confere a emissão de cartas de apresentação, certidões, declarações e dossiês. Controla processo de admissão. Mantém cadastro e controla benefícios e vantagens oferecidas pela Prefeitura, auxilia na realização de estudos referentes a cargos e salários. Controlam contratos e prestações de serviço, documentos do arquivo geral e bens patrimoniais da Prefeitura. Controla e elabora relatórios, analisa requisições de materiais. Emite documentações contratuais e editais. Consulta preços no mercado e elabora mapas comparativos. Calcula e preenchem formulários para auto recolhimentos, legais; controlar rescisões de contratos de trabalho, encargos sociais, folha de pagamento. Revisa e confere a emissão de cartas de apresentação, certidões, declarações e dossiês. Controla processo de admissão. Controla sistema de treinamento. Verifica e providencia as condições para a realização de eventos. Mantém cadastro e controla benefícios e vantagens oferecidas pela Prefeitura. Exercer tarefas afins ou que sejam determinadas por seus superiores.

AUXILIAR DE CONTABILIDADE – Descrição Analítica:escrituração de livros fiscais, classificação de despesas, análise e conciliação de contas, bem como auxiliar na elaboração de balancetes e outros demonstrativos, conhecer teoria e prática da profissão, manter-se atualizado com a legislação; elaborar orçamentos, relatórios e planilhas; manter registros e controles, conhecer e operar Excel.

AUXILIAR DE LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS – Descrição Analítica: Atendimento a pacientes que necessitam realização de exames; Recebimento de material como: sangue, urina, fezes e outras secreções; Coleta de material do paciente como: sangue, urina e outras secreções; Manipulação de material como: sangue, urina, fezes e outras secreções com uso de material de proteção como: máscaras, luvas e eventuais realizações de exames laboratoriais simples e trabalho em microscópio e outros equipamentos de laboratório; Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA – Descrição Analítica: Colaborar com o docente no desempenho das atividades previstas no laboratório de informática de acordo com o plano de trabalho, sob orientação e supervisão. Auxiliar os alunos na realização de trabalhos no laboratório de informática, sempre que compatível com seu grau de conhecimento e experiência; cooperar no atendimento e orientação aos alunos, visando sua adaptação e maior integração na escola; agendar a utilização do laboratório pelos alunos, professores e funcionários; apresentar ficha de ponto de monitoria, devidamente preenchida e assinada até o último dia útil de cada mês a professora de laboratório. Colaborar com a integração entre os alunos e o professor da disciplina, bem como com a Instituição e seus órgãos; no horário escolhido o aluno monitor deverá estar disponível para orientar os colegas na execução de trabalhos e auxiliá-los nas dúvidas.

MONITOR DE MÚSICA – Descrição Analítica: Preparar, dirigir e coordenar os programas e projetos musicais, apropriados para estudantes; transmitir conhecimentos da arte musical; escolher repertórios, dirigir ensaios e apresentações; preparar e reger fanfarra, coro, bandas e grupos folclóricos; organizar e manter o arquivo musical; providenciar a seleção de participantes para composição dos diversos grupos musicais; solicitar aquisição de instrumentos e uniformes para os diversos grupos; ministrar aulas teóricas e práticas de música e transmitir conhecimentos específicos sobre os instrumentos e prática destes; preparar os grupos para apresentações em eventos promovidos pelo Município; manter a disciplina dos integrantes do grupo sob sua responsabilidade; apurar a frequência e realizar avaliação dos participantes; executar outras tarefas correlatas.

PROFESSOR INDIGENA - Descrição Analítica: Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público; Elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; Participar da elaboração do Plano Político Pedagógico; Desenvolver a regência efetiva; Avaliar o rendimento escolar de acordo com a proposta vigente no âmbito municipal; Trabalhar a recuperação do aluno de acordo com a necessidade do mesmo; Participar de reuniões de trabalho; Desenvolver pesquisa educacional; Participar de ações administrativas escolares e das interações educativas com a comunidade; Cumprir e fazer cumprir os horários de trabalho e calendários escolares; Manter e fazer com que seja mantida a disciplina em sala de aula e fora dela, quando no exercício de suas funções; Zelar pelo bom nome da Unidade de Ensino; Qualificar-se, permanentemente, com vistas à melhoria de seu desempenho como educador; Respeitar pais, alunos, colegas, autoridades de ensino e servidores administrativos, de forma compatível com a missão de educador; Cooperar com os membros da equipe escolar, na solução dos problemas da administração do estabelecimento de ensino; Zelar pelo patrimônio público; Cumprir as normativas, memorandos, determinações e regulamentos expedidos pela Direção da Escola, pela Secretaria Municipal de Educação ou pelo Chefe do Executivo Municipal; Participar das ações administrativas, cívicas e interações educativas da comunidade.

TÉCNICO AGRÍCOLA/AGROPECUÁRIA - Descrição Analítica: Executar e conduzir diretamente a execução técnica de trabalhos profissionais referentes à instalação, montagens e operações. Prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou nos trabalhos de vistoria, perícia, avaliação, arbitramento e consultoria, sob a supervisão de um profissional de nível superior, exercendo dentre outras as seguintes tarefas: coleta de dados de natureza técnica; desenho de detalhes e de representação gráfica de cálculo; elaboração de orçamento de materiais, equipamentos, instalações e mão-de-obra; detalhamento de programas de trabalho, observando normas técnicas e de segurança; aplicação de normas técnicas concorrentes aos respectivos processos de trabalho; execução de ensaios de rotina, registrando observações relativas ao controle de qualidade dos materiais, peças e conjuntos; regulagem de máquinas, aparelhos e instrumentos técnicos. Executar, fiscalizar, orientar e coordenar diretamente serviços de manutenção e reparos de equipamentos, instalações e arquivos técnicos específicos, bem como conduzir e treinar as respectivas equipes. Dar assistência técnica na compra venda e utilização de equipamento e materiais especializados, limitada a prestação de informações quanto as características técnicas e de desempenho. Responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos e detalhes e pela condução de equipe na execução direta de projeto. Ministrar disciplina técnica, atendida a legislação específica em vigor. Executar outras atividades compatíveis com as especificadas e conforme a necessidade do município, desde que solicitadas pelo seu superior.

TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - Descrição Analítica: Atendimento ao público; atividades de escrituração, arquivo, protocolo, estatística, atas, transferências escolares, boletins etc., relativas ao funcionamento das secretarias escolares; assistência e/ou administração dos serviços de almoxarifado, dos serviços de planejamento e orçamentários, dos serviços financeiros.

TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - Descrição Analítica: Auxiliar diretamente o professor regente no desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias; participar do planejamento e elaboração das atividades para as aulas; contribuir para o bem estar da criança, propiciando um ambiente de respeito, carinho, atenção individual e coletiva, segurança, tranquilidade e aconchego; participar de capacitações de formação continuada, grupos de estudo, troca de experiências, reuniões, formações estabelecidas pelo calendário da SMEC, bem como de todas as atividades que visem à melhoria do processo educativo e a integração da instituição com a família e comunidade; auxiliar a criança na execução de atividades pedagógicas e recreativas diárias, estimulando a mesma em suas ações e movimentos; orientar, acompanhar e auxiliar a higiene, alimentação, repouso e bem estar das crianças, realizando os banhos e trocas de roupas quando necessário; respeitar as diferenças individuais e atuar junto às crianças nas diversas fases da Educação Infantil, auxiliando no processo de desenvolvimento integral da criança nos aspectos afetivos, físicos, motores, intelectuais e psicológicos; auxiliar na construção de atitudes e valores significativos para o processo das crianças, na construção de material didático e brinquedos, garantindo que estes estejam sempre organizados; responsabilizar-se pela recepção e entrega das crianças junto às famílias e acompanhamento até a sala, mantendo um diálogo constante entre família e instituição; acompanhar, juntamente com o professor (a) e demais funcionários, as crianças em sala de aula, atividades no pátio, passeios e outros eventos programados pela unidade; zelar pelo cumprimento dos princípios de ética profissional, nos aspectos referentes à intimidade e privacidade dos usuários e profissionais; cumprir e fazer cumprir o Estatuto da Criança e Adolescente e as legislações vigentes, de âmbito municipal, estadual e federal.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM - Descrição Analítica: Fazer curativos, aplicar injeções e outros medicamentos de acordo com orientação recebida, verificar sinais vitais e registrar no prontuário; Proceder a coleta para informações sanguíneas, efetuando os devidos registros; Auxiliar na colocação de talas e aparelhos gessados; Pesar e medir pacientes; Efetuar a coleta de material para exames de laboratório e a instrumentação em intervenções cirúrgicas; Auxiliar os pacientes em sua higiene pessoal, movimentação e alimentação; Auxiliar nos cuidados “post-mortem”; Registrar as ocorrências relativas a doentes; Prestar cuidados de enfermagem aos pacientes em isolamento; Preparar, esterilizar o material instrumental, ambientes e equipamentos, obedecendo a prescrição; Zelar pelo bem estar e segurança dos pacientes; Zelar pela conservação dos instrumentos utilizados; Ajudar a transportar doentes para cirurgias, retirar e guardar próteses e vestuário pessoal do paciente; Auxiliar nos socorros de emergência; Desenvolver atividades de apoio nas salas de consultas e de tratamento de pacientes; Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

TÉCNICO EM INFORMÁTICA - Descrição Analítica: As atribuições descritas abaixo serão executadas em todos os órgãos da Prefeitura Municipal. Dar suporte aos usuários de softwares aplicativos tais como planilhas, editores, sistemas operacionais, software de apresentação e etc... Executar outras tarefas afins.

VISITADOR SANITÁRIO - Descrição Analítica: Inspecionar estabelecimentos comerciais, industriais, feiras, mercados etc., verificando as condições sanitárias, para garantir a qualidade do produto; Colher amostras de alimentos e embalagens, interditando-os e encaminhando-os para análise sanitária; Lavrar auto de infração, expedir intimação e aplicar penalidade de advertência, quando necessário, visando preservar a saúde da comunidade; Encaminhar as amostras de fontes naturais como poços, minas, bicas etc., para análise dos pedidos relacionados com serviços individuais de abastecimento de água; Receber solicitação de alvará e caderneta de controle sanitário para os estabelecimentos comerciais e/ou industriais, fazendo os registros e protocolos para expedição do respectivo documento; Vistoriar a zona rural no que diz respeito ao saneamento, orientando sobre a adução de água potável, destino de dejetos e uso adequados de agrotóxicos, para manter a saúde da população; Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

4. ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE NÍVEL DO ENSINO SUPERIOR

ASSISTENTE SOCIAL - Descrição Analítica: Realizar ou orientar estudos e pesquisas no campo da assistência social; preparar programas de trabalho referentes ao Serviço Social; realizar e interpretar pesquisas sociais; orientar e coordenar os trabalhos nos casos de reabilitação profissional; encaminhar pacientes a dispensários e hospitais, acompanhando o tratamento e a recuperação dos mesmos a assistindo os familiares; planejar e promover inquéritos sobre a situação social de escolares e de suas famílias; fazer triagem dos casos apresentados para estudo ou encaminhamento; estudar os antecedentes da família, participar de estudo e diagnóstico dos casos e orientar os pais em grupo ou individualmente, sobre o tratamento adequado; supervisionar o Serviço Social através das agências; orientar nas seleções sócio-econômica para a concessão de auxílios e ou amparo pelos serviços de assistência a velhice, a infância abandonada, a cegos etc. Fazer levantamentos sócio-econômicos com vistas a planejamento habitacional nas comunidades. Executar outras atividades compatíveis com as especificadas, conforme a necessidade do Município.

BIOQUÍMICO - Descrição Analítica: Orientar e controlar a produção de kits destinados às análises bioquímicas, microbiológicas e sorológicas destinados às análises clínicas, imunológicas e aos bancos de sangue. A produção de produtos sorológicos destinados às análises clínicas, biológicas, imunológicas e aos bancos de órgãos. Executar e supervisionar análises toxicológicas destinadas à identificação de substâncias entorpecentes e outros tóxicos, com a finalidade de garantir a qualidade, grau de pureza e homogeneidade dos alimentos e produtos dietéticos. Orientar e executar a coleta de amostras de materiais biológicos destinados às análises clínicas, biológicas, análises citológicas e hormonais com o fim de esclarecer o diagnóstico clínico. Assessorar autoridades, em diferentes níveis, preparando informes e documentos sobre legislação e assistência farmacêutica, exarando pareceres, a fim de servir de subsídio para a elaboração de ordens de serviço, portarias, decretos, etc. Produzir e realizar a análise de soros e vacinas em geral e de outros produtos imunológicos, valendo-se de métodos laboratoriais (físicos, químicos, biológicos e imunológicos) para controlar a pureza, qualidade e atividade terapêutica. Executar outras atividades compatíveis com as especificadas, conforme as necessidades do Município.

ENFERMEIRO - Descrição Analítica: Supervisionar trabalhos relacionados com as atividades assistenciais, dirigidas à comunidade na área de saúde e programas sociais. Coordenar e auxiliar a execução de projetos específicos nas áreas de saúde e promoção social. Elaborar levantamentos e dados para estudo e identificação de problemas de saúde e sociais na comunidade. Orientar grupos específicos de pessoas face a problemas de saúde, higiene e habitação, planejamento familiar e outros. Participar de campanhas preventivas e/ou de vacinação. Elaborar mapas, boletins e similares. Elaborar relatórios, anotações em fichas apropriadas os resultados obtidos. Ministrar cursos de primeiros socorros. Supervisionar as atividades de planejamento ou execução referentes à sua área de atuação. Executar outras atividades compatíveis com as previstas no cargo e/ou com as especificadas, conforme as necessidades do Município e determinação superior.

ENGENHEIRO CIVIL - Descrição Analítica: Elaborar e executar projetos de arquitetura, estrutura, elétricos e hidro sanitários; fiscalizar obras e serviços; realizar especificações e quantificações de materiais; realizar perícias e fazer arbitramentos; colaborar na elaboração de plano diretor do Município; examinar projetos e proceder vistorias de construções e obras; realizar assessoramento técnico; emitir parecer sobre questões de sua especialidade; realizar e executar outras atividades afins. Executar outras atividades compatíveis com as especificadas, conforme a necessidade do Município.

FARMACÊUTICO BIOQUIMICO - Descrição Analítica: Executar a manipulação farmacêutica e o aviamento de receitas médicas; controlar a requisição e guarda de medicamentos; organizar e atualizar fichários e produtos farmacêuticos, químicos e biológicos, mantendo registro permanente do estoque de drogas; participar de estudos e pesquisas microbiológicas e imunológicas químicas, físico-químicas e físicas; colaborar na realização de estudos e pesquisas farmacodinâmicas e de estudos toxicológicos; manter coleções de culturas microbianas-padrão; analisar os efeitos de substâncias adicionadas aos alimentos; realizar estudos e pesquisas sobre efeitos dos medicamentos; detectar e identificar substâncias tóxicas; efetuar análises clínicas; orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por auxiliares; executar outras tarefas afins.

FISIOTERAPÊUTA - Descrição Analítica: Orientar pessoas no tratamento de doenças, através de exercícios, treinos, movimentos, controle da respiração, trações, aplicações, massagens, nebulizações. Prestar assistência na área da Fisioterapia em suas diversas atividades, relativas à Ortopedia e a Traumatologia, Neurologia, Geriatria, Reumatologia, Cardiologia, Ginecologia e Obstetrícia (pré e pós-parto), Pediatria, Pneumologia. Atender à população de um modo geral diretamente ou quando encaminhados por outros profissionais. Prestar atendimento na recuperação pós-operatória e/ou tratamentos com gesso. Elaborar e emitir laudos. Anotar em fichas apropriadas os resultados obtidos. Colaborar nas atividades de planejamento e execução, relativo à melhoria do atendimento e qualidade de vida da população. Preparar relatórios de atividades relativos à sua especialidade e outras afins, conforme a necessidade do Município.

FONOAUDIÓLOGO - Descrição Analítica: Atender consultas de fonoaudiologia em ambulatórios, hospitais, unidades sanitárias e efetuar exames médicos em escolares e pré-escolares. Examinar servidores públicos municipais para fins de controle do ingresso, licença e aposentadoria. Preencher e assinar laudos de exames e verificação; fazer diagnósticos em diversas patologias fonoaudiológicas (dislalia, dislexia, disortografia, disfonia, problemas psicomotores, atraso de linguagem, disartria e afasia) e recomendar a terapêutica indicada para cada caso; prescrever exames laboratoriais. Atender a população de um modo geral, diagnosticando enfermidades, medicando-os ou encaminhando-os, em casos especiais, a setores especializados. Atender emergências e prestar socorros; elaborar relatórios; elaborar e emitir laudos médicos; anotar em ficha apropriada os resultados obtidos; Ministrar cursos de primeiros socorros; Supervisionar em atividades de planejamento ou execução, referente à sua área de atuação; Preparar relatórios das atividades relativas ao emprego; Executar outras tarefas compatíveis com as previstas no cargo, particularidades do Município ou designações superiores.

MÉDICO VETERINÁRIO - Descrição Analítica: Elaborar e coordenar projetos de produção animal, a nível municipal em parceria com outras entidades; Prestar assistência técnica, prioritariamente, a grupo de produtores e, individualmente, a produtores contemplados com programas do governo; Inspecionar e fiscalizar locais de produção, manipulação, armazenagem e comercialização de produtos de origem animal, visando à observância de medidas sanitárias, higiênicas e tecnológicas consideradas necessárias; Participar e coordenar na realização de exposições, feiras, simpósios e cursos; Promover e coordenar a busca de transferência de novas tecnologias que venham a beneficiar a pequena propriedade rural; Desenvolver estudos sobre as causa que originam os surtos epidêmicos, realizando autópsias em animais mortos, para possibilitar o tratamento adequado ao combate à epidemia; Dedicar-se ao melhoramento zootécnico da produção e da exploração de espécies animais, selecionando reprodutores, procedendo à inseminação artificial, estabelecendo rações e tipos de alojamento mais indicado em função da espécie, raça, idade e fim a que se destinam, para obter espécies de maior peso e resistência às enfermidades; Controlar o manejo e distribuição de carnes e alimentos de origem animal; Inspecionar periodicamente o gado e outros animais, efetuando exames somáticos, para detectar infecções ou doença; Providenciar a imunização das diferentes espécies de animais, vacinando-os contra moléstias, como cólera, raiva e outras, para evitar a propagação de doenças; Atuar na qualidade de instrutor de treinamentos e outros eventos de igual natureza, mediante participação prévia em processo de qualificação e autorização superior; operar equipamentos e sistemas de informática e outros, quando autorizado e necessário ao exercício das demais atividades; Dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; Manter organizados, limpos e conservados os materiais, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade.

NUTRICIONISTA - Descrição Analítica: Orientar pessoas no tratamento de doenças de hipertensão, diabetes, obesidade, hipercolesteremia, controle microbiológico, pontos críticos de controle de qualidade, desnutrição. Atender à população de um modo geral diretamente ou quando encaminhados por outros profissionais. Prestar atendimento na recuperação pós-operatória e/ou outros. Elaborar e emitir laudos. Anotar em fichas apropriadas os resultados obtidos. Colaborar nas atividades de planejamento e execução, relativo à melhoria do atendimento e qualidade de vida da população. Preparar relatórios de atividades, relativo à sua especialidade e outras afins, conforme a necessidade do Município. Preparar os cardápios da alimentação fornecida aos alunos da rede municipal de ensino, preparar as listas com os produtos e as quantidades dos alimentícios a serem adquiridos e acompanhar o preparo da merenda escolar nas escolas.

PROFESSOR CLASSE B - Descrição Analítica: Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público; Elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; Participar da elaboração do Plano Político Pedagógico; Desenvolver a regência efetiva; Avaliar o rendimento escolar de acordo com a proposta vigente no âmbito municipal; Trabalhar a recuperação do aluno de acordo com a necessidade do mesmo; Participar de reuniões de trabalho; Desenvolver pesquisa educacional; Participar de ações administrativas escolares e das interações educativas com a comunidade; Cumprir e fazer cumprir os horários de trabalho e calendários escolares; Manter e fazer com que seja mantida a disciplina em sala de aula e fora dela, quando no exercício de suas funções; Zelar pelo bom nome da Unidade de Ensino; Qualificar-se, permanentemente, com vistas à melhoria de seu desempenho como educador; Respeitar pais, alunos, colegas, autoridades de ensino e servidores administrativos, de forma compatível com a missão de educador; Cooperar com os membros da equipe escolar, na solução dos problemas da administração do estabelecimento de ensino; Zelar pelo patrimônio público; Cumprir as normativas, memorandos, determinações e regulamentos expedidos pela Direção da Escola, pela Secretaria Municipal de Educação ou pelo Chefe do Executivo Municipal; Participar das ações administrativas, cívicas e interações educativas da comunidade.

PSICÓLOGO - Descrição Analítica: Desenvolver programas de ajustamento psicossocial no contexto organizacional. Traçar perfil psicológico. Desenvolver métodos e técnicas de psicologia organizacional. Coordenar e orientar os trabalhos de levantamento de dados científicos relativos ao comportamento humano e ao mecanismo psíquico. Colaborar com médicos, assistentes sociais e outros profissionais, na ajuda aos inadaptados. Realizar

entrevistas complementares. Propor soluções convenientes para os problemas de desajuste escolar, profissional e social. Colaborar no planejamento de programas de educação, inclusive a sanitária e na avaliação de seus resultados. Atender a portadores de deficiência mental e sensorial ou portadores de desajuste familiar ou escolar, encaminhando-os à escolas ou classes especiais. Emitir pareceres sobre matéria de sua especialidade. Orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por auxiliares. Desenvolver, aplicar e manter atualizados programas nas áreas de treinamento, recrutamento e seleção de pessoal e de avaliação de desempenho. Executar outras atividades compatíveis com as especificadas e com sua especialidade, que venham a ser solicitadas por seus superiores.

Anexo III

CONTEÚDO PROGRAMATICO DAS PROVAS

ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA:

1.1. Língua Portuguesa - Língua Portuguesa - 05 (cinco) questões - Peso 6 (seis) pontos:

Compreensão e interpretação de textos: habilidade de ler, compreender e interpretar textos em língua portuguesa, verbais, não verbais e mistos. Ortografia. Separação de sílabas. Acentuação gráfica. Classe de palavras. Flexão quanto ao gênero, número e grau do substantivo e do adjetivo. Crase. Frase e Oração. Sujeito. Predicado. Sinônimos e Antônimos. Figuras de linguagem.

OBS. Nível de complexidade compatível com a escolaridade.

1.2. Matemática - 05 (cinco) questões - Peso 4 (quatro) pontos:

Sistema de Numeração Decimal: Escrita e Leitura de Números; Operações elementares: Somar, subtrair, multiplicar e dividir; frações ordinárias e decimais, Sistema Métrico; perímetros e áreas das principais figuras planas, Sistema Monetário; Medidas de tempo; regra de três simples; juros simples, porcentagem, números pares e ímpares, equação de 1º grau. Relações métricas no triângulo retângulo.

OBS. Nível de complexidade compatível com a escolaridade.

1.3. Conhecimentos Gerais - 05 (cinco) questões - Peso 4 (quatro) pontos: História dos pioneiros e fundadores do município; Conhecimentos geográficos e históricos do município; Aspectos políticos sobre governantes do Município; Assuntos políticos, econômicos e culturais veiculados nas mídias (rádios, jornais, revistas e televisão), da atualidade e dos últimos anos; comemorações e festas históricas, cívicas e populares; Símbolos do município (bandeira, brasão e hino); Temas relacionados à questão social; religiosa e à política da realidade nacional; Atualidades e acontecimentos do Município: relacionados às áreas de: econômica, política, saúde, segurança, lazer, educação, infraestrutura e meio-ambiente.Conhecimentos geográficos e históricos do Estado de Mato Grosso; Aspectos políticos sobre governos: Estadual e Federal; comemorações e festas históricas, cívicas e populares do Estado de Mato Grosso; Símbolos do Estado (bandeira, brasão e hino); Temas relacionados à questão econômica e social estadual e nacional; Acontecimentos importantes do Estado e da União, veiculados nas mídias (rádios, jornais, revistas, internet e televisão), da atualidade e dos últimos anos; relacionados às áreas: econômica, política, saúde, segurança, lazer, educação, infraestrutura, meio ambiente e cultura.

OBS. Nível de complexidade compatível com a escolaridade.

1.4. Conhecimentos Específicos – 05 (cinco) questões - Peso 6 (seis) pontos:

1.4.1. AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS III: Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal; Noções de ética e cidadania; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Noções de Direitos humanos; Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Noções de Higiene e limpeza pessoal, e no ambiente do trabalho. Demais atividades pertinentes aos cargos, tais como: Funções; ferramentas utilizadas; noções de podas de árvores; plantio; replantio; equipamentos utilizados; ferramentas e utensílios comuns ao exercício das funções acima; conhecimento sobre limpeza e conservação de bens móveis e imóveis; dependências internas e externas, utilizando materiais e produtos específicos, visando preservar a higiene; executar serviços internos e externos de limpeza e conservação de prédios públicos, pátios, jardins, manter limpos os equipamentos e utensílios, caixa d'água, mobiliário, instalações diversas, cortinados; conservar e responsabilizar-se pela guarda e manutenção das ferramentas e instrumentos de trabalho; observar e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho; executar tarefas correlatas, a critério do superior imediato.

1.4.2. ELETRICISTA: Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal; Noções de ética e cidadania; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Noções de Direitos humanos. Noções de Higiene e limpeza pessoal, e no ambiente do trabalho. Demais atividades pertinentes aos cargos, tais como: Funções; ferramentas utilizadas. Conceitos básicos do desenho técnico; Noções de Linhas (Definição e classificação de linhas paralelas, perpendiculares e inclinadas); Projeto Elétrico e detalhes construtivos, Esquemas elétricos e sua representação; Noções de Eletrotécnica; Baixa e alta tensão - generalidade; Manobras, choque elétrico cargas elétricas, perigos da corrente elétrica; Fusíveis, disjuntores e interruptores; A importância da iluminação; Lâmpada tipos e usos; Esquemas elétricos; Estudo das escalas usadas em arquitetura; Definição de termos usuais em Instalações Elétricas; tipos de plantas do projeto Elétrico, Detalhes construtivos, Esquemas elétricos e sua representação; Simbologia, Normas e Convenções de Instalações Elétricas. Localização de elementos e traçados de percursos de instalações elétricas. Esticamento e fixação de linhas; Emendas de condutores; Instalação de interruptores, tomadas, cigarras, quadro anunciador. Princípio do funcionamento de: Motores; Geradores e; Transformadores. Controle de voltagens 110v, 220v e 380v. Amperagem.

OBS. Este cargo realizará prova prática, após a prova teórica.

1.4.2.1. Eletricista:A Prova Subjetiva (Prova Prática) será realizada com o acompanhamento de um fiscal que solicitará do candidato informações pertinente ao cargo concorrido e o mesmo deverá demonstrar conhecimento e habilidade quanto a denominação e qualificação dos materiais e equipamentos utilizados na execução dos trabalhos, demonstrar ainda sua utilização, bem como a identificação técnica dos equipamentos. Realizará uma atividade de montagem e/ou desmontagem de instalações elétrica pertinente ao cargo. Nessa modalidade de prova prática, o candidato pontuará conforme o desempenho e tempo gasto na tarefa.

OBS. A nota da Prova Prática para esse cargo terá validade de 0 a 100 pontos e o candidato não poderá obter nota menor que 50 (cinquenta) pontos, sob pena de ser desclassificado no resultado final.

1.4.3. MECÂNICO DE MÁQUINAS PESADAS: Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal; Noções de ética e cidadania; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Noções de Direitos humanos. Noções de Higiene e limpeza pessoal, e no ambiente do trabalho. Demais atividades pertinentes aos cargos, tais como: funções; ferramentas, calibragens e utensílios comuns ao exercício da função; **t**ipos de manutenção, plano de manutenção e lubrificação; conhecimento sobre conservação de peças. Conservar e responsabilizar-se pela guarda e manutenção das ferramentas e instrumentos de trabalho; observar e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho. Tipos de lubrificantes; funcionamento elétrico e mecânico; soldas, hidráulica; desenho mecânico; desmontagem do motor, câmbio, transmissão e diferencial.

OBS. Este cargo realizará prova prática, após a prova teórica.

1.4.3.1. Mecânico de Máquinas Pesadas:A Prova Subjetiva (Prova Prática) será realizada com o acompanhamento de um fiscal que solicitará do candidato informações pertinente ao cargo concorrido e o mesmo deverá demonstrar conhecimento e habilidade quanto a denominação e qualificação dos materiais e equipamentos utilizados na execução dos trabalhos, demonstrar ainda sua utilização, bem como a identificação técnica dos equipamentos. Realizará uma atividade de montagem e/ou desmontagem de um setor do equipamento. Nessa modalidade de prova prática, o candidato pontuará conforme o desempenho e tempo gasto na tarefa.

OBS. A nota da Prova Prática para esse cargo terá validade de 0 a 100 pontos e o candidato não poderá obter nota menor que 50 (cinquenta) pontos, sob pena de ser desclassificado no resultado final.

1.4.4. MONITOR DE CURSO DE CORTE E COSTURA: Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal; Noções de ética e cidadania; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Noções de Direitos humanos. Noções de Higiene e limpeza pessoal, e no ambiente do trabalho. Demais atividades pertinentes aos cargos, tais como: Funções; Materiais e aviamentos usados em corte e costura. Tipos de costura. Traçados Básicos. Tipos de Tecidos. Preparação do Tecido. Estrutura dos Tecidos. Técnicas de Corte de Tecidos. Enfesto, encaixe, risco e corte de moldes. Modelagem em Corte e Costura. Acabamentos finos manuais e à máquina. Cor e textura. Tecnologia de costura. Prática profissional nas máquinas reta, overloque, ziguezague e bainha. Noções de qualidade. Processo de criação. Percepção. Cor, disco cromático, espectro. Criatividade: conceito, originalidade, criatividade e desenvolvimento, inibição, processo e produto.

OBS. Este cargo realizará prova prática, após a prova teórica.

1.4.4.1. Monitor de Curso de Corte e Costura:A Prova Subjetiva (Prova Prática) será realizada com o acompanhamento de um fiscal que solicitará do candidato informações pertinente ao cargo concorrido e o mesmo deverá demonstrar conhecimento e habilidade quanto a denominação e qualificação dos materiais e máquinas utilizadas na execução dos trabalhos, demonstrar ainda sua utilização. Realizará uma atividade de medir e recortar um molde, identificar alguns tipos de tecidos e linha, realizar a costura da peça moldada, bem como fazer barras e demonstrar conhecimento nos diversos tipos de pontos manuais e à máquina (chulear, cingir etc...). Nessa modalidade de prova prática, o candidato pontuará conforme o desempenho e tempo gasto na tarefa.

OBS. A nota da Prova Prática para esse cargo terá validade de 0 a 100 pontos e o candidato não poderá obter nota menor que 50 (cinquenta) pontos, sob pena de ser desclassificado no resultado final.

1.4.5. MOTORISTA I – TRANSPORTE ESCOLAR CNH "D": Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal; Noções de ética e cidadania; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Noções de Direitos humanos; Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Noções de Higiene e limpeza pessoal e no ambiente do trabalho; Conhecimento sobre limpeza e conservação; Segurança no trabalho; Demais atividades pertinentes aos cargos, tais como: Procedimento correto para economizar combustível; Cuidados necessários para conservação do veículo; Conhecimento de defeitos simples do motor; Conhecimento básico sobre sistema de freios; Defeitos simples do sistema elétrico. Prevenção de acidentes e incêndio.Primeiros socorros.Legislação de trânsito no seu todo conforme preceitua o Código Nacional de Trânsito Lei 9.503/97. Regras de relações humanas adequadas ao trabalho; Legislação de trânsito: Regras gerais de circulação; Regra de ultrapassagem; regra de mudança de direção; regra de preferência; velocidade permitida; classificação das vias; Deveres e proibições; Infrações básicas para a apreensão de documentos de habilitação de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro; Infrações básicas para a cassação de documentos de habilitação; Principais crimes e contravenções de trânsito; Conhecimento de sinais sonoros e gestos de agente autoridade de trânsito; Tipos de sinalização; placas de regulamentação; Advertência e indicação; Sinais luminosos. Cuidados especiais ao transportar passageiros.

OBS. Este cargo realizará prova prática, após a prova teórica.

1.4.5.1. Motorista I (Transporte Escolar) – CNH "D":A Prova Subjetiva (Prova prática de trânsito)a esse cargo consiste na posse efetiva no mínimo da CNH "**D**" plenamente em vigor. A prova ao(a) candidato(a) desse grupo, consistirá na comprovação de conhecimento e manutenção obrigatória de um Ônibus do Transporte Escolar. Nessa fase da prova o(a) candidato(a) fará manobras e demonstrará o desempenho do veículo, bem como sua a habilidade profissional, fará ainda prova de balizas, de estacionamento, garagem e percurso no trânsito. Nessa modalidade de prova prática, o(a) candidato(a) será avaliado conforme a pontuação apresentada no ato da prova prática, com as planilhas de pontos a serem conquistados por suas habilidades. O(a) candidato(a) que incorrer em erros perderá pontos nas manobras solicitadas pelo fiscal. As Provas Subjetivas terão suas notas somadas ao resultado da Prova Objetiva. O resultado da pontuação obtida pelo candidato será o fator determinante para sua colocação no cargo concorrido. O(a) candidato(a) que provocar acidente será desclassificado(a) do concurso. A nota da Prova Prática valerá de 0-100 pontos, sendo obrigatoriamente o candidato pontuar o mínimo de 50%.

1.4.6. MOTORISTA II – CNH "C": Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal; Noções de ética e cidadania; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Noções de Direitos humanos; Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Noções de Higiene e limpeza pessoal e no ambiente do trabalho; Conhecimento sobre limpeza e conservação; Segurança no trabalho; Demais atividades pertinentes aos cargos, tais como: Procedimento

correto para economizar combustível; Cuidados necessários para conservação do veículo; Conhecimento de defeitos simples do motor; Conhecimento básico sobre sistema de freios; Defeitos simples do sistema elétrico. Prevenção de acidentes e incêndio.Primeiros socorros.Legislação de trânsito no seu todo conforme preceitua o Código Nacional de Trânsito Lei 9.503/97. Regras de relações humanas adequadas ao trabalho; Legislação de trânsito: Regras gerais de circulação; Regra de ultrapassagem; regra de mudança de direção; regra de preferência; velocidade permitida; classificação das vias; Deveres e proibições; Infrações básicas para a apreensão de documentos de habilitação de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro; Infrações básicas para a cassação de documentos de habilitação; Principais crimes e contravenções de trânsito; Conhecimento de sinais sonoros e gestos de agente autoridade de trânsito; Tipos de sinalização; placas de regulamentação; Advertência e indicação; Sinais luminosos. Cuidados especiais ao transportar passageiros.

OBS. Este cargo realizará prova prática, após a prova teórica.

1.4.6.1. Motorista II – CNH "C":A Prova Subjetiva (Prova prática de trânsito)a esse cargo consiste na posse efetiva no mínimo da CNH "**C**" plenamente em vigor. A prova ao(a) candidato(a) desse grupo, consistirá na comprovação de conhecimento e manutenção obrigatória de um caminhão basculante. Nessa fase da prova o(a) candidato(a) fará manobras e demonstrará o desempenho do veículo, bem como sua a habilidade profissional, fará ainda prova de balizas, de estacionamento, garagem e percurso no trânsito. Nessa modalidade de prova prática, o(a) candidato(a) será avaliado conforme a pontuação apresentada no ato da prova prática, com as planilhas de pontos a serem conquistados por suas habilidades. O(a) candidato(a) que incorrer em erros perderá pontos nas manobras solicitadas pelo fiscal. As Provas Subjetivas terão suas notas somadas ao resultado da Prova Objetiva. O resultado da pontuação obtida pelo candidato será o fator determinante para sua colocação no cargo concorrido. O(a) candidato(a) que provocar acidente será desclassificado(a) do concurso. A nota da Prova Prática valerá de 0-100 pontos, sendo obrigatoriamente o candidato pontuar o mínimo de 50%.

1.4.7. OPERADOR DE MÁQUINAS II CNH "C": Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal; Noções de ética e cidadania; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Noções de Direitos humanos. Noções de Higiene e limpeza pessoal e no ambiente do trabalho; Conhecimento sobre limpeza e conservação; Segurança no trabalho; Demais atividades pertinentes aos cargos, tais como: Procedimento correto para economizar combustível; Cuidados necessários para conservação do veículo; Conhecimento de defeitos simples do motor; Conhecimento básico sobre sistema de freios; Defeitos simples do sistema elétrico. Prevenção de acidentes e incêndio.**Primeiros socorros.**Legislação de trânsito no seu todo conforme preceitua o Código Nacional de Trânsito Lei 9.503/97. Regras de relações humanas adequadas ao trabalho; Legislação de trânsito: Regras gerais de circulação; Regra de ultrapassagem; regra de mudança de direção; regra de preferência; velocidade permitida; classificação das vias; Deveres e proibições; Infrações básicas para a apreensão de documentos de habilitação de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro; Infrações básicas para a cassação de documentos de habilitação; Principais crimes e contravenções de trânsito; Conhecimento de sinais sonoros e gestos de agente autoridade de trânsito; Tipos de sinalização; placas de regulamentação; Advertência e indicação. Conhecimentos da funcionalidade do equipamento: Trator agrícola (pneus) uso das laminas e grades e retroescavadeiras.

OBS. Este cargo realizará prova prática, após a prova teórica.

1.4.7.1.1. Operador de Máquinas II CNH "C":A Prova Subjetiva (Prova prática de trânsito)a esse cargo consiste na posse efetiva no mínimo da CNH "**C**" plenamente em vigor. A prova ao(a) candidato(a) desse grupo, consistirá na comprovação de conhecimento e manutenção obrigatória de um trator de pneu com lâmina e grade e/ou uma retroescavadeira. Nessa fase da prova o(a) candidato(a) fará manobras e demonstrará o desempenho dos equipamentos, bem como sua a habilidade profissional, fará ainda prova de balizas, de estacionamento, garagem e percurso no trânsito. Nessa modalidade de prova prática, o(a) candidato(a) será avaliado conforme a pontuação apresentada no ato da prova prática, com as planilhas de pontos a serem conquistados por suas habilidades. O(a) candidato(a) que incorrer em erros perderá pontos nas manobras solicitadas pelo fiscal. As Provas Subjetivas terão suas notas somadas ao resultado da Prova Objetiva. O resultado da pontuação obtida pelo candidato será o fator determinante para sua colocação no cargo concorrido.

OBS. O(a) candidato(a) que provocar acidente será desclassificado(a) do concurso. A nota da Prova Prática valerá de 0-100 pontos, sendo obrigatoriamente o candidato pontuar o mínimo de 50%.

1.4.8. OPERADOR DE MÁQUINAS III CNH "C": Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal; Noções de ética e cidadania; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Noções de Direitos humanos. Noções de Higiene e limpeza pessoal e no ambiente do trabalho; Conhecimento sobre limpeza e conservação; Segurança no trabalho; Demais atividades pertinentes aos cargos, tais como: Procedimento correto para economizar combustível; Cuidados necessários para conservação do equipamento; Conhecimento de defeitos simples do motor; Conhecimento básico sobre sistema de freios; Defeitos simples do sistema elétrico. Prevenção de acidentes e incêndio.Primeiros socorros.Legislação de trânsito no seu todo conforme preceitua o Código Nacional de Trânsito Lei 9.503/97. Regras de relações humanas adequadas ao trabalho; Legislação de trânsito: Regras gerais de circulação; velocidade permitida; Deveres e proibições; Infrações básicas para a apreensão de documentos de habilitação de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro; Infrações básicas para a cassação de documentos de habilitação; Principais crimes e contravenções de trânsito; Conhecimento de sinais sonoros e gestos de agente autoridade de trânsito; Tipos de sinalização; placas de regulamentação; Advertência e indicação; Sinais luminosos. Conhecimentos da funcionalidade do equipamento: Pá Carregadeiras e/ou Motoniveladora.

OBS. Este cargo realizará prova prática, após a prova teórica.

1.4.8.1. Operador de Máquinas III CNH "C":A Prova Subjetiva (Prova prática de trânsito)a esse cargo consiste na posse efetiva no mínimo da CNH "**C**" plenamente em vigor. A prova ao(a) candidato(a) desse grupo, consistirá na comprovação de conhecimento e manutenção obrigatória de uma Pá Carregadeira e/ou Motoniveladora. Nessa fase da prova o(a) candidato(a) fará manobras e demonstrará o desempenho dos equipamentos, bem como sua a habilidade profissional, fará ainda prova de balizas, de estacionamento, garagem e percurso no trânsito. Nessa modalidade de prova prática, o(a) candidato(a) será avaliado conforme a pontuação apresentada no ato da prova prática, com as planilhas de pontos a serem conquistados por suas habilidades. O(a) candidato(a) que incorrer em erros perderá pontos nas manobras solicitadas pelo fiscal. As Provas Subjetivas terão suas notas somadas ao resultado da Prova Objetiva. O resultado da pontuação obtida pelo candidato será o fator determinante para sua colocação no cargo concorrido.

OBS. O(a) candidato(a) que provocar acidente será desclassificado(a) do concurso. A nota da Prova Prática valerá de 0-100 pontos, sendo obrigatoriamente o candidato pontuar o mínimo de 50%.

1.4.9. OPERADOR DE MÁQUINAS IV CNH "C": Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal; Noções de ética e cidadania; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Noções de Direitos humanos. Noções de Higiene e limpeza pessoal e no ambiente do trabalho; Conhecimento sobre limpeza e conservação; Segurança no trabalho; Demais atividades pertinentes aos cargos, tais como: Procedimento correto para economizar combustível; Cuidados necessários para conservação do equipamento; Conhecimento de defeitos simples do motor; Conhecimento básico sobre sistema de freios; Defeitos simples do sistema elétrico. Prevenção de acidentes e incêndio.Primeiros socorros.Legislação de trânsito no seu todo conforme preceitua o Código Nacional de Trânsito Lei 9.503/97. Regras de relações humanas adequadas ao trabalho; Legislação de trânsito: Regras gerais de circulação; velocidade permitida; Deveres e proibições; Infrações básicas para a apreensão de documentos de habilitação de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro; Infrações básicas para a cassação de documentos de habilitação; Principais crimes e contravenções de trânsito; Conhecimento de sinais sonoros e gestos de agente autoridade de trânsito; Tipos de sinalização; placas de regulamentação; Advertência e indicação; Sinais luminosos. Conhecimentos da funcionalidade do equipamento: Máquinas pesadas (Trator de Esteiras, Escavadeira Hidráulica).

OBS. Este cargo realizará prova prática, após a prova teórica.

1.4.9.1. Operador de Máquinas IV CNH "C":A Prova Subjetiva (Prova prática de trânsito)a esse cargo consiste na posse efetiva no mínimo da CNH "**C**" plenamente em vigor. A prova ao(a) candidato(a) desse grupo, consistirá na comprovação de conhecimento e manutenção obrigatória de Máquinas pesadas (Trator de Esteiras e/ou Escavadeira Hidráulica). Nessa fase da prova o(a) candidato(a) fará manobras e demonstrará o desempenho dos equipamentos, bem como sua a habilidade profissional, fará ainda prova de balizas, de estacionamento, garagem e percurso no trânsito. Nessa modalidade de prova prática, o(a) candidato(a) será avaliado conforme a pontuação apresentada no ato da prova prática, com as planilhas de pontos a serem conquistados por suas habilidades. O(a) candidato(a) que incorrer em erros perderá pontos nas manobras solicitadas pelo fiscal. As Provas Subjetivas terão suas notas somadas ao resultado da Prova Objetiva. O resultado da pontuação obtida pelo candidato será o fator determinante para sua colocação no cargo concorrido.

OBS. O(a) candidato(a) que provocar acidente será desclassificado(a) do concurso. A nota da Prova Prática valerá de 0-100 pontos, sendo obrigatoriamente o candidato pontuar o mínimo de 50%.

1.4.10. VIGIA: Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal; Noções de ética e cidadania; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Noções de Direitos humanos; Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Noções de Higiene e limpeza pessoal e no ambiente do trabalho; Conhecimento sobre limpeza e conservação; Segurança no trabalho; Demais atividades pertinentes aos cargos, tais como: Conhecimento sobre a manutenção da ordem e da disciplina; prevenção contra roubo; vigilância e zelo pelo patrimônio público; comportamento profissional; Noções de relacionamentos interpessoais, como: regras de comportamento no ambiente de trabalho; Conhecimento dos utensílios possíveis de utilização; Conhecimento básico da função; Telefones públicos de emergência: Pronto Socorro, Polícia Militar, Polícia Civil etc.

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA:

2.1. Língua Portuguesa - Língua Portuguesa - 05 (cinco) questões - Peso 4 (quatro) pontos:

Compreensão e interpretação de textos: habilidade de ler, compreender e interpretar textos em língua portuguesa, verbais, não verbais e mistos. Ortografia. Separação de sílabas. Acentuação gráfica. Classe de palavras. Flexão quanto ao gênero, número e grau do substantivo e do adjetivo. Crase. Frase e Oração. Sujeito. Predicado. Sinônimos e Antônimos. Figuras de linguagem.

OBS. Nível de complexidade compatível com a escolaridade.

2.2. Matemática - 05 (cinco) questões - Peso 4 (quatro) pontos:

Sistema de Numeração Decimal: Escrita e Leitura de Números; Operações elementares: Somar, subtrair, multiplicar e dividir; frações ordinárias e decimais, Sistema Métrico; perímetros e áreas das principais figuras planas, Sistema Monetário; Medidas de tempo; regra de três simples; juros simples, porcentagem, números pares e ímpares, equação de 1º grau. Relações métricas no triângulo retângulo.

OBS. Nível de complexidade compatível com a escolaridade.

2.3. Conhecimentos Gerais - 05 (cinco) questões - Peso 4 (quatro) pontos: História dos pioneiros e fundadores do município; Conhecimentos geográficos e históricos do município; Aspectos políticos sobre governantes do Município; Assuntos políticos, econômicos e culturais veiculados nas mídias (rádios, jornais, revistas e televisão), da atualidade e dos últimos anos; comemorações e festas históricas, cívicas e populares; Símbolos do município (bandeira, brasão e hino); Temas relacionados à questão social; religiosa e à política da realidade nacional; Atualidades e acontecimentos do Município: relacionados às áreas de: econômica, política, saúde, segurança, lazer, educação, infraestrutura e meio-ambiente.Conhecimentos geográficos e históricos do Estado de Mato Grosso; Aspectos políticos sobre governos: Estadual e Federal; comemorações e festas históricas, cívicas e populares do Estado de Mato Grosso; Símbolos do Estado (bandeira, brasão e hino); Temas relacionados à questão econômica e social estadual e nacional; Acontecimentos importantes do Estado e da União, veiculados nas mídias (rádios, jornais, revistas, internet e televisão), da atualidade e dos últimos anos; relacionados às áreas: econômica, política, saúde, segurança, lazer, educação, infraestrutura, meio ambiente e cultura.

OBS. Nível de complexidade compatível com a escolaridade.

2.4. Conhecimentos Específicos – 10 (dez) questões - Peso 4 (quatro) pontos:

2.4.1. APOIO EM MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA ESCOLAR – NUTRIÇÃO ESCOLAR:

Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal; Noções de ética e cidadania; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Noções de Direitos humanos; Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Noções de Higiene e limpeza pessoal e no ambiente do trabalho; Conhecimento sobre limpeza e conservação; Segurança no trabalho; Demais atividades pertinentes aos cargos, tais como: Os alimentos. Preparação dos alimentos.

Proteção e conservação dos alimentos. Da merenda à ser servida à crianças e adultos. O gás de cozinha. Utilização e manuseio dos eletrodomésticos. Elaboração dos pratos e interpretação de receitas culinárias. Estocagem dos alimentos; Controle de estoque; Melhor aproveitamento de alimentos; Conservação e validade dos alimentos; Conservação de alimentos e manipulação de carnes; Conservação e higiene; Conceitos básicos de alimentação, nutrição, nutrientes e alimentos; Relação entre saúde e alimento; A classificação dos alimentos; Os nutrientes e sua atuação no organismo; Seleção, conservação e condições inadequadas ao consumo dos alimentos; Cuidados ao compor frutas e verduras, alimentos enlatados, grão e farinhas, massas, doces e tortas, carnes, pescado, laticínios.

2.4.2. APOIO EM MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA ESCOLAR – ZELADOR(A):

Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal; Noções de ética e cidadania; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Noções de Direitos humanos; Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Noções de Higiene e limpeza pessoal, e no ambiente do trabalho. Demais atividades pertinentes aos cargos, tais como: Funções; ferramentas utilizadas; noções de podas de árvores; plantio; replantio; equipamentos utilizados; ferramentas e utensílios comuns ao exercício das funções acima; conhecimento sobre limpeza e conservação de bens móveis e imóveis; dependências internas e externas, utilizando materiais e produtos específicos, visando preservar a higiene; executar serviços internos e externos de limpeza e conservação de prédios públicos, pátios, jardins, manter limpos os equipamentos e utensílios, caixa d'água, mobiliário, instalações diversas, cortinados; conservar e responsabilizar-se pela guarda e manutenção das ferramentas e instrumentos de trabalho; observar e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho; executar tarefas correlatas, a critério do superior imediato.

2.4.3. AUXILIAR DE OFICINA: Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal; Noções de ética e cidadania; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Noções de Direitos humanos. Conhecimento de básicos de oficina mecânica; Noções básicas de mecânica de veículos e máquinas em geral; conhecimentos das ferramentas, chaves e calibragens e tipos de manutenção, plano de manutenção e lubrificação dos veículos e equipamentos; conhecimentos em manutenção de automóveis e outros veículos e equipamentos pesados; funcionamento elétrico e mecânico; noções de solda, noções de hidráulica; conhecimentos de desenho mecânico; desmontagem e montagem total ou parcial do motor, câmbio, e diferencial, sistema de transmissão de máquinas pesadas, sistema de suspensão e frenagem de automóveis, caminhões e equipamentos pesados; noções básicas de segurança e higiene do trabalho inerente ao cargo e relações humanas.

2.4.4. PADEIRO: Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal; Noções de ética e cidadania; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Noções de Direitos humanos. Conceitos de Higiene e limpeza pessoal, e no ambiente do trabalho. Demais atividades pertinentes aos cargos, tais como: Recebimento, guarda e segurança dos alimentos. Aquisição e conservação de ingredientes. Noções de culinária. Utilização adequada de equipamentos e ingredientes. Cálculo de porcentagem e balanceamento de receitas. Conceitos sobre grão de trigo, tipos de farinhas, qualidade da farinha e glúten. Conceitos, funções e variações de excesso e falta de: ovos, gorduras, açúcar, sal, leite, aditivos. O armazenamento das matérias primas. Noções básicas de panificação. Manipulação das massas (ponto de véu, divisão, boleamento, modelagem, fermentação e forneamento). Técnicas para desenvolvimento de: Bombons. Trufas de chocolate. Bombons de molde. Pasta de chocolate. Glacê Real. Pasta Americana. Enfeites para tortas. Torta Bodas de Prata. Acessórios para tortas de vários andares. Recheio para tortas. Pão-de-ló. Bolo sueco. Massa real. Bolo de chocolate com manteiga. Creme de manteiga com calda de açúcar. Merengue industrial. Massa de torta. Creme de confeiteiro. Massa para cestinhas. Massa de bomba. Biscoito champanhe. Amanteigados. Bolo. Pudim de claras. Torta de chocolate com frutas. Rosca de Natal. Panetone genovês e milanês. Torta Selva Negra. Torta Espuma Gelada. Strudel. Materiais, produtos, utensílios e equipamentos utilizados para o desenvolvimento de confeitos.

OBS. Este cargo realizará prova prática, após a prova teórica.

2.4.4.1. Padeiro:A Prova Subjetiva (Prova Prática) será realizada com acompanhamento de um fiscal que solicitará do(a) candidato(a) informações pertinentes ao cargo concorrido e o mesmo deverá demonstrar conhecimento e habilidade quanto a denominação e qualificação das máquinas utilizadas, bem como bancadas e equipamentos necessários à execução dos trabalhos numa confeitaria. Deverá ainda, demonstrar a identificação e capacidade técnica dos equipamentos e maquinários na panificação e outros preparos. Atenderá a preparação de uma receita apresentada pelo fiscal. Nessa modalidade de prova prática, o candidato pontuará em conformidade ao seu desempenho.

OBS. O(a) candidato(a) que provocar acidente será desclassificado(a) do concurso. A nota da Prova Prática valerá de 0-100 pontos, sendo obrigatoriamente o candidato pontuar o mínimo de 50%.

ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA:

3.1. Língua Portuguesa - 10 (dez) questões - Peso 3 (três) pontos: Compreensão e interpretação de textos: habilidade de ler, compreender e interpretar textos em língua portuguesa, verbais, não verbais e mistos. Conceitos de dialogismo, polifonia, discurso, enunciado, enunciação, texto, gêneros discursivos. Ortografia. Acentuação gráfica. Pontuação. Morfologia: estrutura e formação das palavras. Classes de palavras, suas flexões e seu emprego. Sintaxe: termos essenciais, integrantes e acessórios da oração. Processos de coordenação e subordinação. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Estilística. Figuras de linguagem.

3.2. Matemática - 10 (dez) questões - Peso 2 (dois) pontos:Números inteiros: operações e propriedades, múltiplos e divisores; Números racionais: operações nas formas fracionária e decimal; Números e grandezas proporcionais: razões e proporções, divisão proporcional, regra de três simples e composta; Porcentagem; Juros simples; Juros compostos; Taxa Nominal e Taxa Efetiva. Funções do 1º e 2º graus: problemas, equações e inequações de 1º e 2º graus. Sistema de medidas decimais e não decimais; Médias: aritmética e ponderada; Conjuntos; Perímetros e áreas de figuras planas; Volume de sólidos geométricos. Estatística e Lógica.

3.3. Conhecimentos Gerais - 10 (dez) questões - Peso 1,5 (um e meio) pontos: História dos pioneiros e fundadores do município e da região; Conhecimentos geográficos e históricos do município; Aspectos políticos sobre governos: Municipal; Estadual e Federal; comemorações e festas históricas, cívicas e populares; Símbolos do município (bandeira, brasão e hino); Temas relacionados à questão econômica e social local, regional e estadual; religiosa estadual e à política da realidade local, regional, estadual e nacional; Acontecimentos importantes do município, do Estado e da União, vei-

culados nas mídias (rádios, jornais, revistas, internet e televisão), da atualidade e dos últimos anos; relacionados às áreas: econômica, política, saúde, segurança, lazer, educação, infraestrutura, meio ambiente e cultura. História de Mato Grosso: Fundação de Cuiabá; A Rusga 1831-1840; Mato Grosso no 1º Império; Presidentes do 2º Império; A Guerra do Paraguai; Mato Grosso da 1ª à 4ª República; Ciclo das casas comerciais e das usinas; o Ciclo do Ouro; As estradas de ferro Noroeste do Brasil. Governos: Estadual. Divisão do Estado. História do Brasil: Pré-Colonial - as expedições e a exploração do pau-brasil. Brasil Colonial - Capitanias Hereditárias. Governo Geral. Invasões Estrangeiras. Entradas e Bandeiras. Conquista do território brasileiro. Economia da Colônia. Os movimentos de rebelião contra a Coroa. A família real no Brasil. A Revolução de 1817. Império: Política interna e externa do Império. Economia do Século XIX. República: A proclamação. A República Velha. A Revolução de 1930. A Era de Vargas. A República de 1945-64. A República militar e a Nova República. Temas relacionados à questão econômica e social do País, do MERCOSUL e do mundo. Folclore. Símbolos do Estado (bandeira, brasão e hino); Mato Grosso e seus Municípios. Acontecimentos importantes do município, do Estado e do Brasil veiculados nas mídias (rádios, jornais, revistas, internet e televisão), da atualidade e fatos importantes e relevantes dos últimos anos; relacionados às áreas: econômica, política, saúde, segurança, lazer, educação, infraestrutura, meio-ambiente e cultura. Cultura Geral. Lei Federal 9.504/97 (Lei das Eleições); Lei da Ficha Limpa (LC 135/2010). Eleições 2018.

3.4. Conhecimentos Específicos - 10 (dez) questões - Peso 3,5 (três e meio) pontos:

3.4.1. AGENTE ADMINISTRATIVO I: Noções de planejamento, organização e controle do trabalho do expediente de rotina. Noções de Direito Administrativo. Estatuto dos Servidores do Município. Noções básicas de cálculos matemáticos; Racionalização e simplificação dos trabalhos administrativos: conceitos básicos e critérios. Noções de cotações de preços de mercadorias e serviços. Noções de controle de estoque. Noções de controle Patrimonial. Noções de Comunicação: Manual de Redação da Presidência da República; Canais e finalidades. Redação de documentos e correspondência. Noções de prática de Qualidade Total. Atendimento ao público interno e externo. Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal; Noções de ética e cidadania; Noções de Direitos humanos; Noções do Estatuto da Criança e do Adolescente. Noções do Estatuto do Idoso. Noções do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Organização pelo ambiente de trabalho. **Noções de Informática:** utilização de internet e intranet. Sistemas Operacionais Windows e Linux. Cuidados necessários com equipamentos e programas. Segurança de dados: Backup, Antivírus, programas de uso diários como: Word e Excel e Análise de planilhas e textos digitalizados.

3.4.2. AGENTE ADMINISTRATIVO II: Noções de planejamento, organização e controle do trabalho do expediente de rotina. Noções de Direito Administrativo. Estatuto dos Servidores do Município. Noções básicas de cálculos matemáticos; Racionalização e simplificação dos trabalhos administrativos: conceitos básicos e critérios. Noções de cotações de preços de mercadorias e serviços. Noções de controle de estoque. Noções de controle Patrimonial. Noções de Comunicação: Manual de Redação da Presidência da República; Canais e finalidades. Redação de documentos e correspondência. Noções de prática de Qualidade Total. Atendimento ao público interno e externo. Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal; Noções de ética e cidadania; Noções de Direitos humanos; Noções do Estatuto da Criança e do Adolescente. Noções do Estatuto do Idoso. Noções do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Organização pelo ambiente de trabalho. **Noções de Informática:** utilização de internet e intranet. Sistemas Operacionais Windows e Linux. Cuidados necessários com equipamentos e programas. Segurança de dados: Backup, Antivírus, programas de uso diários como: Word e Excel e Análise de planilhas e textos digitalizados.

3.4.3. AGENTE DE TRIBUTOS: Noções de planejamento, organização e controle do trabalho do expediente de rotina. Estatuto dos Servidores do Município. Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal. Noções de ética e cidadania. Noções de Direitos humanos. Constituição Federal artigos 145 a 158. Código Tributário Nacional e Código Tributário do Município. Direito Tributário. Conceito; Os princípios; Legalidade; Isonomia; Anterioridade; Noventena; Irretroatividade; Liberdade de Tráfego; Uniformidade Geográfica. As Imunidades Tributárias: religiosa; política; subjetiva e cultural. Repartição de Receitas: A Sistemática da Repartição de Receitas; Receitas da União; Receitas dos Estados; Participação na CIP. Teoria Geral do Direito Tributário: Conceito de Legislação tributária; A vigência da Legislação Tributária; A aplicação da Legislação tributária; A interpretação da Legislação Tributária. Lançamento; Conceito; Modalidades. O Crédito Tributário: Conceito e Constituição. Administração Tributária: Conceito; Princípios; Procedimentos. Tributos Municipais: O IPTU: Hipótese de Incidência; Fato Gerador; A Base de Cálculo; Sujeição Passiva; Alíquotas. O ITBI: Hipótese de Incidência; Fato Gerador; A Base de Cálculo; Sujeição Passiva; Alíquotas. O ISSQN: Hipótese de Incidência; Fato Gerador; A Base de Cálculo; Sujeição Passiva; Alíquotas. AS TAXAS: Prestação de serviços; Exercício do Poder de Polícia. As Contribuições: Melhoria; Iluminação Pública. Princípios da Administração Pública. Limitações constitucionais do poder de tributar. Impostos de competência da União, dos Estados e dos Municípios. Legislação Tributária: disposições gerais, vigência, aplicação, interpretação e integração. Obrigação tributária principal e acessória. Fato gerador da obrigação tributária. Sujeição ativa e passiva. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Tributo: conceito e classificação. Crédito tributário: conceito e constituição. Lançamento: conceito e modalidades de lançamento. Hipóteses de alteração do lançamento. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Extinção do crédito tributário e suas modalidades. Exclusão do crédito tributário e suas modalidades. Administração tributaria: fiscalização; dívida ativa; certidão negativa. Taxas, Poder de Polícia, Prestação de Serviços. Contribuição de Melhoria: Finalidade, Fato Gerador, Requisitos à aplicabilidade. Finalidade das Infrações e Penalidades. Higiene Pública: Conceito, Abrangência, Estabelecimentos e locais sujeitos à Fiscalização. Da Ordem Pública: Costume, Segurança, Diversões. Redação de documentos e correspondência. Noções de prática de Qualidade Total. **Noções de Informática:** utilização de internet e intranet. Sistemas Operacionais Windows e Linux. Cuidados necessários com equipamentos e programas. Segurança de dados: Backup, Antivírus, programas de uso diários como: Word e Excel e Análise de planilhas e textos digitalizados.

3.4.4. ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II: Noções de planejamento, organização e controle do trabalho do expediente de rotina. Estatuto dos Servidores do Município. Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal. Noções de ética e cidadania. Noções de Direitos humanos. Funções Administrativas: planejamento, organização, direção e controle. Comunicação Interpessoal: barreiras, uso construtivo, comunicação formal e informal, trabalho em equipe. Legislação na Administração Pública: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município (Estatuto dos Servidores). Noções de Licitação (Lei nº 8.666, de 21/06/93 e Lei no. 10.520, de 17/07/2002); Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública. Relações institucionais: Autoridade e Poder, Liderança. Ética na Administração Pública. Sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito (Lei nº. 8429 de 02/06/1992). Noções de documentação e arquivologia: Métodos de arquivamento. Noções de Administração Pública: acadêmica e financeira, de recursos humanos, de material e patrimônio. **Noções de Informática:** utilização de internet e intranet. Sistemas Operacionais Windows e Linux. Cuidados necessários com equipamentos e programas. Segurança de dados: Backup, Antivírus, programas de uso diários como: Word e Excel e Análise de planilhas e textos digitalizados.

3.4.5. AUXILIAR DE CONTABILIDADE:Administração Pública: Noções de planejamento, organização e controle do trabalho do expediente de rotina. Estatuto dos Servidores do Município. Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal. Noções de ética e cidadania. Noções de Direitos humanos. Funções Administrativas: planejamento, organização, direção e controle. Comunicação Interpessoal: barreiras, uso construtivo, comunicação formal e informal, trabalho em equipe. Legislação na Administração Pública: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município (Estatuto dos Servidores). Noções de Licitação (Lei nº 8.666, de 21/06/93 e Lei no. 10.520, de 17/07/2002); Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública. **Contabilidade Geral:** Plano de contas. Procedimentos contábeis básicos: método das partidas dobradas; atos e fatos contábeis; fórmulas de lançamento. As variações do patrimônio líquido. Registro das operações típicas de uma empresa. Operações com mercadorias. Balanço patrimonial. Demonstração do Resultado do Exercício. Outras demonstrações contábeis segundo a Lei 6.404/76 e atualizada pela Lei 11.638/07 e demais atualizações. Problemas contábeis diversos: provisão para devedores duvidosos; operações financeiras (empréstimos e aplicações financeiras); reservas e provisões; depreciação, amortização e exaustão. **Contabilidade Pública:** Contabilidade Pública: sistema orçamentário; sistema financeiro; sistema patrimonial; sistema de compensação e campo de atuação, noções gerais. Orçamento público. **Receita pública:** classificação legal da receita orçamentária; receita extra-orçamentária; receitas intra-orçamentárias; estágios da receita pública; quitações; resíduos ativos ou restos a arrecadar; dívida ativa; restituições de receitas. **Despesa pública:** classificação legal da despesa orçamentária; despesa extra-orçamentária; estágios da despesa; restos a pagar ou resíduos passivos; dívida pública; despesas de exercícios anteriores. **Regimes contábeis:** regime de Caixa, regime de competência (princípio da competência) e escrituração na Contabilidade Pública. Regime de adiantamento. Patrimônio público. Créditos adicionais. Levantamento de balanços: balanço orçamentário; balanço financeiro; balanço patrimonial e demonstração das variações patrimoniais. Fluxo de Caixa. **Estrutura do órgão de controle contábil na administração pública:** tipos de estrutura; evolução do sistema de controle no Brasil; controle interno integrado e a controladoria e a lei 4.320/64. **Noções de Informática:** utilização de internet e intranet. Sistemas Operacionais Windows e Linux. Cuidados necessários com equipamentos e programas. Segurança de dados: Backup, Antivírus, programas de uso diários como: Word e Excel e Análise de planilhas e textos digitalizados.

3.4.6. AUXILIAR DE LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS: Noções de planejamento, organização e controle do trabalho do expediente de rotina. Estatuto dos Servidores do Município. Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal. Noções de ética e cidadania. Noções de Direitos humanos. Evolução das políticas públicas de saúde no Brasil. Sistemas de Saúde e Atenção Primária em Saúde. Endemias, epidemias. Programa Nacional de Imunização (PNI). Acidentes por animais peçonhentos. Evolução das políticas de saúde no Brasil. Municipalização da Saúde. O Cartão SUS. Constituição da República Federativa do Brasil (arts. 196 a 200). Financiamento da saúde. Legislação do SUS: (Lei nº 8080/90 e Lei nº 8142/90). Decreto n 7.508/2011; Portaria do Ministério da Saúde nº 1/2017 (Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde); Portaria 2436/2017 (Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS). Os Conselhos de Saúde. O Pacto pela Saúde. Sistema de informação em saúde. Processo de educação permanente em saúde. Sistema Único de Saúde - SUS: conceitos, fundamentação legal, financiamento da saúde pública, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde Epidemiologia, história natural e prevenção de doenças. Vigilância em Saúde. Indicadores de nível de saúde da população. Lista Nacional de Notificação Compulsória (Portaria nº 1.271 de 06/06/2014). Participação popular e controle social. A organização social e comunitária. Noções de planejamento em Saúde e Diagnóstico situacional. Relações interpessoais no trabalho. Técnicas e cuidados para a coleta de material para exame. Cálculos de dosagens. Ética profissional: comportamento social e de trabalho, sigilo profissional. Microbiologia. Métodos de esterilização e desinfecção. Técnicas de coloração. Morfologias bacterianas. Escolha e preparação dos meios de cultura. Semeaduras dos espécimes clínicos (urina, sangue, fezes, secreções em geral). Testes de sensibilidade aos antimicrobianos. Enterobactérias. Coprocultura. Noções gerais de Virologia. Noções gerais de Micologia (principais micoses sistêmicas). Líquidos biológicos: urina, sangue, líquor, fezes, líquido pleural, líquido ascítico. Hematologia. Hemostasia. Métodos de coloração. Velocidade de hemossedimentação. Prova de falcização. Reconhecimentos microscópicos das células sanguíneas. Anticoagulantes. Hemograma completo. Plaquetas. Hemoglobinopatias. Imunologia. Principais reações imunológicas de aglutinação, precipitação, fixação do complemento, imunofluorescência e neutralização. Provas de atividades reumáticas. Teste imunológico de gravidez. Noções de antígeno, anticorpos e imunoglobinas. Diagnósticos sorológicos mais comumente utilizados em: Toxoplasmose, Sífilis, Rubéola, Doenças Reumáticas, Doença de Chagas, Filariose, HIV, Hepatites virais, HTLV, Mononucleose Infecciosa. Parasitologia. Métodos para conservação de fezes. Helmintos e protozoários (identificação, diagnóstico). Pesquisas de sangue oculto nas fezes. Métodos para identificação dos principais parasitas de importância clínica. Urinálise. Rotinas na análise da urina: testes físicos, testes químicos, exame do sedimento urinário. Uso de tiras reagentes, classificação do aspecto da urina e determinação do volume urinário. Sedimentoscopia. Cristais e cilindros na urina. Biossegurança. Uso de equipamentos de proteção individual e coletiva. Descontaminação. Gerenciamento de resíduos biológicos e químicos. Manuseio de perfurocortantes. Métodos de desinfecção e esterilização. Métodos físicos e químicos. Limpeza e desinfecção de vidrarias, bancadas e pisos, técnicas assépticas. Bioquímica Clínica: Automação. Transmitância. Lei de Beer-Lambert. Medida da transmitância e da absorbância. Marcadores bioquímicos da lesão miocárdica. Eletrólitos (sódio, potássio, cloretos).

3.4.7. MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA: Noções de planejamento, organização e controle do trabalho do expediente de rotina. Estatuto dos Servidores do Município. Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal. Noções de ética e cidadania. Noções de Direitos humanos. Sistema Operacional Windows, XP e GNU/LINUX. Conhecimento sobre o pacote Microsoft Office, XP, (Word, Excel, PowerPoint), Internet; Antivírus. Componentes de microcomputadores. Dispositivos de armazenamento de dados. Gerenciamento de Memória. Memória principal e Cache. Tipos de Memórias. Dispositivos de entrada e saída. Placa Mãe Interfaces paralela, serial, USB, IDE e SCSI. Configuração de microcomputadores. Microprocessadores. Operação de computadores. Impressoras DeskJet/Laser, Scanners, CDROM, DVD, Zip Drives, Multimídia e Modens. Redes Locais, Auto CAD, Corel Draw Pesquisa e Produção de Hipertexto; Utilização das TICs para fins Pedagógicos e Sociais; Informática Instrumental; Softwares Educacionais e Aplicativos; Internet; Sistema Operacional; Componentes de microcomputadores. Dispositivos de armazenamento de dados.

3.4.8. MONITOR DE MÚSICA: Noções de planejamento, organização e controle do trabalho do expediente de rotina. Estatuto dos Servidores do Município. Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal. Noções de ética e cidadania. Conhecimento da Política Nacional de Assistência Social – PNAS; Noções sobre direitos humanos e sociais; Sensibilidades para as questões sociais; Conhecimento da realidade do território e boa capacidade relacional e de comunicação com população em situação de vulnerabilidade social e econômica. Fundamentos do Ensino da Arte Musical. Fundamentos da Linguagem e sons. História da Música. Conhecimentos de Harmonia; Arranjo; Melodia; Regência; Teoria e percepção musical; ensino coletivo. Interpretação, acompanhamento e composição de peças musicais. Conhecimento da Musica Popular Brasileira. **Noções de Informática:** uti-

lização de internet e intranet. Sistemas Operacionais Windows e Linux. Cuidados necessários com equipamentos e programas. Segurança de dados: Backup, Antivírus, programas de uso diários como: Word e Excel e Análise de planilhas e textos digitalizados.

3.4.9. PROFESSOR INDÍGENA (MAGISTÉRIO – ETNIA KAMAIURÁ): Noções de planejamento, organização e controle do trabalho do expediente de rotina. Estatuto dos Servidores do Município. Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal. Noções de ética e cidadania. Educação como direito social público. O sistema de educação no Brasil. Noções do Plano Municipal de Educação. O contexto educacional e histórico da escola pública. O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção. Concepções de currículo e interdisciplinaridade. Projetos de ensino e de aprendizagem. Função social da escola: Relação escola e sociedade. A afetividade como elemento mediador da aprendizagem. Educação e diversidade. Educação e inclusão. Direito à Educação, acesso, permanência e sucesso escolar. Educação, direitos humanos e cotidiano escolar. Educação Indígena x Educação Escolar Indígena: um diálogo possível alfabetização na língua materna: desafios e perspectivas. Políticas linguísticas para manutenção e fortalecimento da língua indígena. Etnociências: saberes e fazeres nos espaços socioeducativos das aldeias. Cultura, Terra e Sociedade: Conquistas e Desafios.

3.4.10. PROFESSOR INDÍGENA (MAGISTÉRIO – ETNIA KAIABI): Noções de planejamento, organização e controle do trabalho do expediente de rotina. Estatuto dos Servidores do Município. Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal. Noções de ética e cidadania. Educação como direito social público. O sistema de educação no Brasil. Noções do Plano Municipal de Educação. O contexto educacional e histórico da escola pública. O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção. Concepções de currículo e interdisciplinaridade. Projetos de ensino e de aprendizagem. Função social da escola: Relação escola e sociedade. A afetividade como elemento mediador da aprendizagem. Educação e diversidade. Educação e inclusão. Direito à Educação, acesso, permanência e sucesso escolar. Educação, direitos humanos e cotidiano escolar. Educação Indígena x Educação Escolar Indígena: um diálogo possível alfabetização na língua materna: desafios e perspectivas. Políticas linguísticas para manutenção e fortalecimento da língua indígena. Etnociências: saberes e fazeres nos espaços socioeducativos das aldeias. Cultura, Terra e Sociedade: Conquistas e Desafios

3.4.11. PROFESSOR INDÍGENA (MAGISTÉRIO – ETNIA WAURÁ): Noções de planejamento, organização e controle do trabalho do expediente de rotina. Estatuto dos Servidores do Município. Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal. Noções de ética e cidadania. Educação como direito social público. O sistema de educação no Brasil. Noções do Plano Municipal de Educação. O contexto educacional e histórico da escola pública. O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção. Concepções de currículo e interdisciplinaridade. Projetos de ensino e de aprendizagem. Função social da escola: Relação escola e sociedade. A afetividade como elemento mediador da aprendizagem. Educação e diversidade. Educação e inclusão. Direito à Educação, acesso, permanência e sucesso escolar. Educação, direitos humanos e cotidiano escolar. Educação Indígena x Educação Escolar Indígena: um diálogo possível alfabetização na língua materna: desafios e perspectivas. Políticas linguísticas para manutenção e fortalecimento da língua indígena. Etnociências: saberes e fazeres nos espaços socioeducativos das aldeias. Cultura, Terra e Sociedade: Conquistas e Desafios

3.4.12. TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: Noções de planejamento, organização e controle do trabalho do expediente de rotina. Estatuto dos Servidores do Município. Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal. Noções de ética e cidadania. Educação como direito social público. O sistema de educação no Brasil. Noções do Plano Municipal de Educação. O contexto educacional e histórico da escola pública. Política educacional brasileira. Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil. O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção. Noções em Administração Escolar: Conceito, objetivo, princípios básicos e funções. Procedimento administrativo escolar. Aspectos fundamentais da comunicação, liderança, motivação, grupos, equipes e cultura organizacional. Noções de arquivo: Conceito, tipos de arquivo, acessórios para arquivamento, método de arquivamento. Organização de arquivos e documentos de instituições de ensino. Redação oficial: ata, ofício, circular, atestado, declaração, relatórios e suas características linguísticas e textuais. Escrituração Escolar. Requerimento de Matrícula. Diário de Classe. Atas de Resultados Finais. Histórico Escolar. Declaração. Revisão. Avaliação inovadora. Legislação: Noções de Direitos humanos. Lei n.º 8069 de 13.07.90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Noções do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Lei Federal 11.494 de 20 de junho de 2007- Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB; Resolução CNE/CEB Nº 2, DE 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; Decreto nº 6.094/07 - Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Todos pela Educação. Resolução CNE nº 01/01 - Diretrizes para a Educação Especial. Parecer CNE/CEB nº 04/98 e Resolução CNE/CEB nº 02/98 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental; Parecer CNE/CEB nº 17/01 e Resolução CNE/CEB nº 02/01 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial; Parecer CNE/CP nº 03/04.

3.4.13. TÉCNICO AGRÍCOLA/AGROPECUÁRIA: Administração Pública: Noções de planejamento, organização e controle do trabalho do expediente de rotina. Estatuto dos Servidores do Município. Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal. Noções de ética e cidadania. Noções de Direitos humanos. **Agricultura:** Organizar e executar os trabalhos relativos a programas e projetos de viveiros, culturas anuais, fruticultura, forrageiras e animal. Aplicação de diferentes alternativas e métodos de preparo do solo. Aplicação de diferentes alternativas e métodos de preparo do solo. Planejamento da mecanização do solo, orientação e manutenção de máquinas e implementos agrícolas. Métodos para coleta de amostras de solo e interpretação de resultados, cálculo de adubação e calagem. Orientar e executar tratos culturais e colheita para as principais culturas regionais: soja, milho, algodão, arroz, feijão, cana-de-açúcar, horticultura, fruticultura. Produção e manutenção de sementes. Uso de água no solo: noção de irrigação. Elaborar orçamentos relativos as atividades de sua competência. Fazer trabalho de vistoria, perícia, arbitramento e consultoria aos produtores rurais do município. **Pecuária:** Tipos de pastagens adaptados à região; Alimentos e alimentação de ruminantes e não-ruminantes. Digestão, absorção e assimilação de carboidratos, proteínas, lipídios, vitaminas e sais minerais. Alimentos alternativos e aditivos na alimentação de ruminantes e não ruminantes. Evolução da produção animal; produção animal e impactos sociais; legislações trabalhistas; produção animal e impactos ambientais; legislações ambientais; gestão de resíduos da produção animal; aspectos de avaliações econômica, social e ambiental.

3.4.14. TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL: Noções de planejamento, organização e controle do trabalho do expediente de rotina. Estatuto dos Servidores do Município. Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal. Noções de ética e cidadania. Noções de Direitos humanos. Lei n.º 8069 de 13.07.90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Noções do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública. Política educacional brasileira. Noções do Plano Municipal de Educa-

ção. Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil. O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção. Concepções de currículo e interdisciplinaridade. Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade. A afetividade como elemento mediador da aprendizagem. Educação e diversidade. Educação e inclusão – a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Direito à Educação, acesso, permanência e sucesso escolar. Educação, direitos humanos e cotidiano escolar. Plano de desenvolvimento da educação: Razões, princípios e programas. Objetivos da Educação Infantil. Criança e infância. Processo de desenvolvimento psicomotor Infantil. Formação de hábitos. Os cuidados com o corpo: cuidados com a higiene pessoal. Cárie e o cuidado com os dentes. Hábitos alimentares. Exercícios físicos. Noções de primeiros socorros. Normas de Segurança. Importância e objetivos dos brinquedos cantados e jogos. Atividades expressivas. Trabalho com histórias e livros. Dramatização. Espaço e tempo. Diferentes linguagens da criança. Lateralidade. Educar e cuidar. Lei n.º 9394, de 20.12.96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Plano Municipal de Educação Lei Municipal. **Noções de Informática:** utilização de internet e intranet. Sistemas Operacionais Windows e Linux. Cuidados necessários com equipamentos e programas. Segurança de dados: Backup, Antivírus, programas de uso diários como: Word e Excel e Análise de planilhas e textos digitalizados.

3.4.15. TÉCNICO EM ENFERMAGEM: Noções de planejamento, organização e controle do trabalho do expediente de rotina. Estatuto dos Servidores do Município. Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal. Noções de ética e cidadania. Noções de Direitos humanos. Evolução das políticas públicas de saúde no Brasil. Sistemas de Saúde e Atenção Primária em Saúde. Endemias, epidemias. Programa Nacional de Imunização (PNI). Acidentes por animais peçonhentos. Evolução das políticas de saúde no Brasil. Municipalização da Saúde. O Cartão SUS. Constituição da República Federativa do Brasil (arts. 196 a 200). Financiamento da saúde. Legislação do SUS: (Lei nº 8080/90 e Lei nº 8142/90). Decreto n 7.508/2011; Portaria do Ministério da Saúde nº 1/2017 (Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde); Portaria 2436/2017 (Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS). Os Conselhos de Saúde. O Pacto pela Saúde. Sistema de informação em saúde. Processo de educação permanente em saúde. Sistema Único de Saúde - SUS: conceitos, fundamentação legal, financiamento da saúde pública, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde Epidemiologia, história natural e prevenção de doenças. Vigilância em Saúde. Indicadores de nível de saúde da população. Lista Nacional de Notificação Compulsória (Portaria nº 1.271 de 06/06/2014). Participação popular e controle social. A organização social e comunitária. Noções de planejamento em Saúde e Diagnóstico situacional. Relações interpessoais no trabalho; técnicas básicas de enfermagem: sinais vitais, higienização, administração de medicamentos via oral e parenteral, cuidados especiais, coleta de material para exame. Cálculos de dosagens. Ética profissional: comportamento social e de trabalho, sigilo profissional. Introdução as doenças transmissíveis: terminologia básica, noções de epidemiologia, esterilização e desinfecção, doenças de notificação compulsória, isolamento, infecção hospitalar, vacinas. Socorros de urgência: parada cardio-respiratória, hemorragias, ferimentos superficiais e profundos, desmaio, estado de choque, convulsões, afogamento, sufocamento, choque elétrico, envenenamento, mordidas de cobras, fraturas e luxações, corpos estranhos, politraumatismo, queimaduras. Pediatra: a criança: o crescimento e o desenvolvimento infantil, alimentação, doenças mais comuns, berçários e lactários. Centro cirúrgico: terminologia cirúrgica, cirurgias mais comuns. Técnica de trabalho para o atendimento em PSF, Postos de Saúde e Farmácia de distribuição de medicamento da rede pública municipal. **Noções de Informática:** utilização de internet e intranet. Sistemas Operacionais Windows e Linux. Cuidados necessários com equipamentos e programas. Segurança de dados: Backup, Antivírus, programas de uso diários como: Word e Excel e Análise de planilhas e textos digitalizados.

3.4.16. TÉCNICO EM INFORMÁTICA: Noções de planejamento, organização e controle do trabalho do expediente de rotina. Estatuto dos Servidores do Município. Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal. Noções de ética e cidadania. Noções de Direitos humanos. **Inglês Técnico**: Interpretação de textos de manuais técnicos; gramática; substantivos; artigos; adjetivos; pronomes; verbos; auxiliares modais; advérbios; preposições e conjunções. **Sistemas Operacionais:** Operação e suporte em ambiente Linux e Windows, Fundamentos: Sistemas de arquivos; Gerência de dispositivos; Gerência de memória. Swapping; Memória virtual; Monitoramento e logging; Performance e detecção de problemas; Virtualização de servidores. **Software e Hardware:** Organização, arquitetura interna, características físicas e componentes funcionais dos microcomputadores e periféricos (mouse, teclado, impressoras, no-breaks, estabilizadores, monitores de vídeo); Conceitos e funções dos principais softwares básicos e aplicativos (sistemas operacionais, pacotes de escritório, anti-vírus, programas de internet, compactadores); Raciocínio numérico e lógico; instalação, configuração, suporte e uso dos programas integrantes dos pacotes Microsoft Office 2007 e OpenOffice; Internet: conceitos básicos e principais serviços; Instalação, configuração, suporte e uso de softwares aplicativos e utilitários em estações dos sistemas operacionais; Montagem, instalação e configuração de microcomputadores e periféricos (impressoras, no-break, monitor, mouse, teclado e scanner); Manutenção corretiva e preventiva em microcomputadores, impressoras, no-break e scanner). **Comunicação:** Redes de computadores: princípios e fundamentos de comunicação de dados; Meios de transmissão. Topologias de redes de computadores; Arquitetura e protocolos de redes de comunicação. Modelo de referência OSI e principais padrões internacionais. Arquitetura cliente-servidor; Tecnologias de redes locais Ethernet/Fast, Ethernet/Gigabit, Ethernet; Fibras ópticas: fundamentos, padrões 1000BaseSX e 1000BaseLX; Redes sem fio (wireless); Elementos de interconexão de redes de computadores (gateways, hubs, repetidores, bridges, switches, roteadores); Redes de longa distância. Redes Frame-Relay e DSL; Internet. Protocolo TCP/IP. Conceitos de serviços de Nomes de Domínios (DNS), HTTP, SSL, SSH, FTP, DHCP, SMTP; Proxy cache. Proxy reverso. NAT; Conceito de VPN. **Gerência de redes:** Protocolo SNMP. Conceitos de MIB. Serviços de gerenciamento de rede (NMS). **Roteamento:** Encaminhamento de pacotes. Tipos de protocolos de roteamento; Rotas estáticas e dinâmicas.

OBS. Este cargo realizará prova prática, após a prova teórica.

3.4.16.1. Técnico em Informática:A Prova Subjetiva ao cargo de Técnico em Informática será realizada através de uso do computador, hardware e Sistemas Operacionais. A prova aos(as) candidatos(as) desse grupo consistirá na comprovação do conhecimento e funcionamento dos sistemas operacionais e periféricos, sua utilização através de demonstração das informações solicitadas pelo fiscal orientador.

O(a) candidato(a) Técnico em Informática deverá demonstrar conhecimentos técnicos em Software e Hardware ao fiscal da prova. Identificar os componentes de um computador; HD; Memória; Processador; Tipo de Processadores; Instalar um aplicativo; Criar uma Partição em HD. Instalar impressoras em rede e computadores em rede. Configuração de drivers: placa de rede, sistema de som e vídeo. Identificar defeitos e inconsistências e/ou incompatibilidade de processos.

OBS. O(a) candidato(a) que provocar acidente será desclassificado(a) do concurso. A nota da Prova Prática valerá de 0-100 pontos, sendo obrigatoriamente o candidato pontuar o mínimo de 50%.

3.4.17. VISITADOR SANITÁRIO: Noções de planejamento, organização e controle do trabalho do expediente de rotina. Estatuto dos Servidores do Município. Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal. Noções de ética e cidadania. Noções de Direitos humanos. Relações interpessoais no trabalho. Evolução das políticas públicas de saúde no Brasil. Sistemas de Saúde e Atenção Primária em Saúde. Endemias, epidemias. Programa Nacional de Imunização (PNI). Acidentes por animais peçonhentos. Evolução das políticas de saúde no Brasil. Municipalização da Saúde. O Cartão SUS. Constituição da República Federativa do Brasil (arts. 196 a 200). Financiamento da saúde. Legislação do SUS: (Lei nº 8080/90 e Lei nº 8142/90). Decreto n 7.508/2011; Portaria do Ministério da Saúde nº 1/2017 (*Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde)*; Portaria 2436/2017 (*Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS).* Os Conselhos de Saúde. O Pacto pela Saúde. Sistema de informação em saúde. Processo de educação permanente em saúde. Sistema Único de Saúde - SUS: conceitos, fundamentação legal, financiamento da saúde pública, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde Epidemiologia, história natural e prevenção de doenças. Vigilância em Saúde. Indicadores de nível de saúde da população. Lista Nacional de Notificação Compulsória (Portaria nº 1.271 de 06/06/2014). Participação popular e controle social. A organização social e comunitária. Noções de planejamento em Saúde e Diagnóstico situacional. Sistemas de Saúde e Atenção Primária em Saúde. Endemias, epidemias. Noções gerais de Vigilância Epidemiológica e vigilância sanitária. Lei 11.350 de 05/10/2006 (Dispõe sobre as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias). Programa Nacional de Imunização (PNI). Acidentes por animais peçonhentos. Edificações e Instalações, área externa, pisos, tetos, paredes e divisórias, portas e janelas. Temperatura, validade e condições dos alimentos. Qualidade higiênico-sanitária dos produtos alimentícios, doenças transmitidas por alimentos, estabelecimentos que os comercializam. Limpeza e sanitização das instalações, iluminação, ventilação, avaliação dos manipuladores - vestuário, asseio pessoal, hábitos higiênicos. Fluxo de produção: matéria-prima e insumos, manipulação dos alimentos, embalagens e rotulagens, armazenamento e transporte do produto final; Abastecimento de água potável, destino dos resíduos e controle de pragas. Higienização e limpeza de máquinas e equipamentos, o ato de fiscalizar: o fiscal sanitário: função, legislação e ação. Higiene, profilaxia e política sanitária. Lixo: separação, reciclagem, destino e prevenção. Diretrizes e princípios do SUS. Saneamento comunitário. Função e normas da ANVISA. Conceito de Meio Ambiente, Meio Ambiente na Constituição, Poluição e contaminação, do ar, água, solo, Técnica de Manejo e Conservação do Solo, Gestão de Unidade de Conservação, Sociedade e Meio Ambiente, Saneamento Ambiental, Poder de Polícia Ambiental, Agrotóxico-uso, produção, transporte e Armazenamento. **Noções de Informática:** utilização de internet e intranet. Sistemas Operacionais Windows e Linux. Cuidados necessários com equipamentos e programas. Segurança de dados: Backup, Antivírus, programas de uso diários como: Word e Excel e Análise de planilhas e textos digitalizados.

NÍVEL SUPERIOR

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA:

4.1. Língua Portuguesa - 10 (dez) questões - Peso 3,5 (três e meio) pontos: Compreensão e interpretação de textos: habilidade de ler, compreender e interpretar textos em língua portuguesa, verbais, não verbais e mistos. Conceitos de dialogismo, polifonia, discurso, enunciado, enunciação, texto, gêneros discursivos. Ortografia. Acentuação gráfica. Pontuação. Morfologia: estrutura e formação das palavras. Classes de palavras, suas flexões e seu emprego. Sintaxe: termos essenciais, integrantes e acessórios da oração. Processos de coordenação e subordinação. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Estilística. Figuras de linguagem.

4.2. Conhecimentos Gerais - 10 (dez) questões - Peso 1,5 (um e meio) pontos: História dos pioneiros e fundadores do município e da região; Conhecimentos geográficos e históricos do município; Aspectos políticos sobre governos: Municipal; Estadual e Federal; comemorações e festas históricas, cívicas e populares; Símbolos do município (bandeira, brasão e hino); Temas relacionados à questão econômica e social local, regional e estadual; religiosa estadual e à política da realidade local, regional, estadual e nacional; Acontecimentos importantes do município, do Estado e da União, veiculados nas mídias (rádios, jornais, revistas, internet e televisão), da atualidade e dos últimos anos; relacionados às áreas: econômica, política, saúde, segurança, lazer, educação, infraestrutura, meio ambiente e cultura. História de Mato Grosso: Fundação de Cuiabá; A Rusga 1831-1840; Mato Grosso no 1º Império; Presidentes do 2º Império; A Guerra do Paraguai; Mato Grosso da 1ª à 4ª República; Ciclo das casas comerciais e das usinas; o Ciclo do Ouro; As estradas de ferro Noroeste do Brasil. Governos: Estadual. Divisão do Estado. História do Brasil: Pré-Colonial - as expedições e a exploração do pau-brasil. Brasil Colonial - Capitanias Hereditárias. Governo Geral. Invasões Estrangeiras. Entradas e Bandeiras. Conquista do território brasileiro. Economia da Colônia. Os movimentos de rebelião contra a Coroa. A família real no Brasil. A Revolução de 1817. Império: Política interna e externa do Império. Economia do Século XIX. República: A proclamação. A República Velha. A Revolução de 1930. A Era de Vargas. A República de 1945-64. A República militar e a Nova República. Temas relacionados à questão econômica e social do País, do MERCOSUL e do mundo. Folclore. Símbolos do Estado (bandeira, brasão e hino); Mato Grosso e seus Municípios. Acontecimentos importantes do município, do Estado e do Brasil veiculados nas mídias (rádios, jornais, revistas, internet e televisão), da atualidade e fatos importantes e relevantes dos últimos anos; relacionados às áreas: econômica, política, saúde, segurança, lazer, educação, infraestrutura, meio-ambiente e cultura. Cultura Geral. Lei Federal 9.504/97 (Lei das Eleições); Lei da Ficha Limpa (LC 135/2010). Eleições 2018.

4.3. Conhecimentos Específicos - 20 (vinte) questões - Peso 2,5 (dois e meio) pontos:

4.3.1. ASSISTENTE SOCIAL: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.Ética profissional. Legislação: Lei Maria da Penha. Código de Ética do Assistente Social. SUAS. LOAS. Estatuto da Criança e do adolescente (Lei n.º 8.069/90); Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº. 8.742/93); Lei nº. 8.842/94 que fixa a Política Nacional do Idoso. Ambiente de atuação do assistente social. Instrumental de pesquisa em processos de investigação social: elaboração de projetos, métodos e técnicas qualitativas e quantitativas. Propostas de intervenção na área social: planejamento estratégico, planos, programas, projetos, e atividades de trabalho. Avaliação de programas e políticas sociais. Estratégias, instrumentos e técnicas de intervenção: sindicância, abordagem individual, técnica de entrevista, abordagem coletiva, trabalho com grupos, em redes, e com famílias, atuação na equipe interprofissional (relacionamento e competências). Diagnóstico. Estratégias de trabalho institucional. Conceitos de instituição. Estrutura brasileira de recursos sociais. Uso de recursos institucionais e comunitários. Redação e correspondências oficiais: laudo e parecer (sociais e psicossociais), estudo de caso, informação e avaliação social. Atuação em programas de prevenção e tratamento. Uso do álcool, tabaco e outras drogas: questão cultural, social, e psicológica. Políticas Sociais. Relação Estado/Sociedade. Contexto atual e o neoliberalismo. Políticas de Seguridade e Previdência Social. Lei Orgânica da Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Política Nacional do Idoso. Legislação de Serviço Social. Níveis, áreas e limites de atuação do profissional de Serviço Social. Atuação do Assistente Social na Saúde. Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho. Reflexões

sobre as competências e atribuições privativas do assistente social. Lei nº 8.662/1993 – Regulamenta a profissão de Serviço Social. Serviço Social e suas dimensões: teórico-metodológica; ético-política; técnico-operativa. A instrumentalidade em Serviço Social. Dimensão investigativa no exercício profissional. Legislação Social e Serviço Social: direitos sociais no contexto atual brasileiro (assistência social, previdência social, idoso, mulher, pessoa portadora de deficiência, criança e adolescente). Trabalho interdisciplinar e trabalho em redes. Serviço Social e trabalho com famílias. Supervisão Profissional.

4.3.2. BIOQUÍMICO: Evolução das políticas públicas de saúde no Brasil. Sistemas de Saúde e Atenção Primária em Saúde. Endemias, epidemias. Programa Nacional de Imunização (PNI). Acidentes por animais peçonhentos. Evolução das políticas de saúde no Brasil. Municipalização da Saúde. O Cartão SUS. Constituição da República Federativa do Brasil (arts. 196 a 200). Financiamento da saúde. Legislação do SUS: (Lei nº 8080/90 e Lei nº 8142/90). Decreto n 7.508/2011; Portaria do Ministério da Saúde nº 1/2017 (*Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde)*; Portaria 2436/2017 (*Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS).* Os Conselhos de Saúde. O Pacto pela Saúde. Sistema de informação em saúde. Processo de educação permanente em saúde. Sistema Único de Saúde - SUS: conceitos, fundamentação legal, financiamento da saúde pública, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde Epidemiologia, história natural e prevenção de doenças. Vigilância em Saúde. Indicadores de nível de saúde da população. Lista Nacional de Notificação Compulsória (Portaria nº 1.271 de 06/06/2014). Participação popular e controle social. A organização social e comunitária. Noções de planejamento em Saúde e Diagnóstico situacional.Legislação Profissional. Código de Ética. Código de Processo Ético. Deontologia e Legislação Farmacêutica: Código de Ética da Profissão Farmacêutica. Código de Processo Ético da Profissão Farmacêutica. A obrigatoriedade de notificação pelos profissionais de saúde, de algumas doenças transmissíveis – Relação de doenças para o Brasil; Transição demográfica e epidemiológica. Vigilância Epidemiológica. Investigação Epidemiológica de Casos e Epidemias. Sistema de Informação em Saúde e Vigilância Epidemiológica. Doenças de Interesse para a Saúde Pública e Vigilância Epidemiológica: AIDS, Cólera, Dengue, Esquistossomose mansônica, Febre Tifóide, Hanseníase, Hantaviroses, Hepatites Virais, Leptospirose, Meningites, Raiva, Tuberculose e Tétano. Doenças Emergentes e Reemergentes. Esquema Básico de Vacinação e vacinação de adultos. Patogenia, sintomatologia, epidemiologia, profilaxia e diagnóstico das parasitoses humanas. Fundamento das técnicas utilizadas no diagnóstico das parasitoses humanas: Enterobacteriaceae, Mycobacteriacea e Streptococaceae: patologia, profilaxia e diagnóstico laboratorial. Meios de cultura para bacteriologia: generalidades, métodos de coloração. Causas de variação nas determinações laboratoriais: a preparação do paciente. Variações e erros devidos à amostra biológica. Fotometria em Bioquímica Clínica: conceito, tipos, leis de fotometria, aplicação nas análises clínicas, transmitância, absorbância, curva e fator de calibração. Técnicas, fundamentos químicos e interpretação clínica das dosagens de: glicose, hemoglobina glicosilada, uréia, ácido úrico, creatinina, colesterol e frações, triglicérides, proteínas totais e albumina, bilirrubina total, direta e indireta. Fosfatases: ácida e alcalina, amilase, creatinofosfoquinse, desidrogenase lática. Transminases: glutânico oxalacética e glutânico-pirúvico. Urinálise: fundamentos químicos, interpretação das análises. Interpretação clínica de eritrograma e hemograma: valores de referência. Índices hematimátricos. Hematoscopia normal e patológica. Alterações qualitativas e quantitativas; Anemias; Leucoses: Alterações no sangue periférico; Imuno-hematologia: exames laboratoriais para classificação sanguínea e doenças auto-imunes; Coagulação e hemostasia: diagnóstico laboratorial das doenças vasculares, plaquetárias e das principais coagulopatias. Coleta e métodos de coloração para exames hematológicos. Diagnóstico imunológico das infecções bacterianas (salmonelose, brucelose, sífilis). Diagnóstico imunológico das infecções virais: mononucleose infecciosa, hepatites, rubéola, AIDS, rotavírus, citomegalovírus; Imunofluoerescência para Toxoplasmose e Doenças de Chagas.

4.3.3. ENFERMEIRO: Evolução das políticas públicas de saúde no Brasil. Sistemas de Saúde e Atenção Primária em Saúde. Endemias, epidemias. Programa Nacional de Imunização (PNI). Acidentes por animais peçonhentos. Evolução das políticas de saúde no Brasil. Municipalização da Saúde. O Cartão SUS. Constituição da República Federativa do Brasil (arts. 196 a 200). Financiamento da saúde. Legislação do SUS: (Lei nº 8080/90 e Lei nº 8142/90). Decreto n 7.508/2011; Portaria do Ministério da Saúde nº 1/2017 (Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde); Portaria 2436/2017 (Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS). Os Conselhos de Saúde. O Pacto pela Saúde. Sistema de informação em saúde. Processo de educação permanente em saúde. Sistema Único de Saúde - SUS: conceitos, fundamentação legal, financiamento da saúde pública, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde Epidemiologia, história natural e prevenção de doenças. Vigilância em Saúde. Indicadores de nível de saúde da população. Lista Nacional de Notificação Compulsória (Portaria nº 1.271 de 06/06/2014). Participação popular e controle social. A organização social e comunitária. Noções de planejamento em Saúde e Diagnóstico situacional. Abordagem do processo saúde-doença das famílias e do coletivo. Conhecimentos básicos inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do cargo, no serviço público.**Gerenciamento da Assistência de Enfermagem; Gerenciamento dos Serviços de Saúde; Saúde Coletiva/Epidemiologia; Vigilância Epidemiológica; Vigilância em Saúde e Vigilância Sanitária, Modelos Assistenciais em Saúde; SUS; Educação, comunicação e práticas pedagógicas em Saúde Coletiva; Programas de atenção à saúde dos diversos grupos: criança, adolescente, mulher, adulto, idoso e trabalhador. Programa Nacional de Imunização: esquema vacinal do Ministério da Saúde; rede de frio; vias e formas de administração e validade; Atuação do Enfermeiro no rompimento do ciclo de transmissão de doenças, biossegurança, processamento de artigos e superfícies; Atuação do Enfermeiro nas urgências e emergências; Relações humanas no trabalho, comunicação e trabalho em equipe.** Legislação Profissional. Código de Ética. Código de Processo Ético.

4.3.4. ENGENHEIRO CIVIL: CF/88, Constituição do Estado de Mato Grosso e Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal. Incidência de tributos e encargos sociais em uma obra. Cálculos e direitos trabalhistas na construção civil. Projeto e execução de obras civis: sondagens; instalações provisórias; canteiro de obras; escavações; escoramento; execução de fundações rasas e profundas. Execução de estruturas em concreto armado, aço, madeira e alvenaria estrutural. Revestimentos de pisos e paredes. Impermeabilização das fundações, paredes, pisos, tanques, piscinas e coberturas.. Pintura. Principais patologias: fundações, pisos, paredes, estruturas e revestimentos. Mecânica dos solos: índices físicos; caracterização, propriedades e pressões dos solos; compactação, compressibilidade e adensamento nos solos; resistência ao cisalhamento; empuxos de terra; estimativa de recalques; estabilidade de taludes; estruturas de arrimo; empuxos de terra. Instalações prediais: instalações elétricas; instalações hidro-sanitárias; telefonia e instalações especiais. Fiscalização e acompanhamento de obras civis. Engenharia de custos: planejamento de obras, cronogramas (Gant, Pert, Linha de Balanço), orçamentos, levantamento de quantitativos, custos unitários. Segurança e higiene no trabalho; segurança na construção civil, proteção coletiva e individual; ergonomia; acessibilidade universal; riscos ambientais (químicos, físicos, biológicos, mecânicos); riscos em eletricidade, em transporte e em movimentação de materiais. Conhecimento de legislações referentes aos serviços de engenharia, inclusive sobre a que se refere

a licitações públicas e contratos. Representação de projetos: arquitetura; instalações, fundações e estruturas, com o auxílio de softwares (AutoCAD). Noções de gestão de pessoas; liderança de equipe. Lei nº 8.666 de 21/06/1993, e alterações posteriores (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); Conhecimento dos procedimentos de licitações de obras e serviços de engenharia e de contratos de obras públicas. **Noções de Informática:** utilização de internet e intranet. Sistemas Operacionais Windows e Linux. Cuidados necessários com equipamentos e programas. Segurança de dados: Backup, Antivírus, programas de uso diários como: Word e Excel e Análise de planilhas e textos digitalizados.

4.3.5. FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO: Evolução das políticas públicas de saúde no Brasil. Sistemas de Saúde e Atenção Primária em Saúde. Endemias, epidemias. Programa Nacional de Imunização (PNI). Acidentes por animais peçonhentos. Evolução das políticas de saúde no Brasil. Municipalização da Saúde. O Cartão SUS. Constituição da República Federativa do Brasil (arts. 196 a 200). Financiamento da saúde. Legislação do SUS: (Lei nº 8080/90 e Lei nº 8142/90). Decreto n 7.508/2011; Portaria do Ministério da Saúde nº 1/2017 (*Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde)*; Portaria 2436/2017 (*Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS).* Os Conselhos de Saúde. O Pacto pela Saúde. Sistema de informação em saúde. Processo de educação permanente em saúde. Sistema Único de Saúde - SUS: conceitos, fundamentação legal, financiamento da saúde pública, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde Epidemiologia, história natural e prevenção de doenças. Vigilância em Saúde. Indicadores de nível de saúde da população. Lista Nacional de Notificação Compulsória (Portaria nº 1. 271 de 06/06/2014). Participação popular e controle social. A organização social e comunitária. Noções de planejamento em Saúde e Diagnóstico situacional.Legislação Profissional. Código de Ética. Código de Processo Ético. Princípios de farmacovigilância e farmacoeconomia. Erros de medicação. Assistência farmacêutica no SUS e Atenção básica: Incentivo a assistência farmacêutica. Política Nacional de Medicamentos. Programas Estratégicos de Responsabilidade do Ministério da Saúde. Programas para Aquisição dos Medicamentos Essenciais da Saúde. Responsabilidades e atribuições do farmacêutico na atenção à saúde. Atenção Farmacêutica: conceitos em Atenção Farmacêutica; metodologia de Seguimento de pacientes; atenção farmacêutica em distúrbios maiores e menores; educação sanitária. Farmacologia: Farmacocinética; farmacodinâmica; farmacoterapia; biodisponibilidade e bioequivalência; interações medicamentosas (interação medicamento - medicamento e medicamento-alimento); incompatibilidades entre fármacos; reações adversos; análise farmacêutica; farmacologia dos Sistemas Orgânicos: Sistema Nervoso Central, Sistema Cardiovascular, Sistema Digestivo, Sistema Endócrino, Sistema Respiratório, Sistema hematopoiético, Farmacologia da dor, Antiinflamatórios, Antimicrobianos, Antiparasitários, Antituberculosos, Antineoplásicos, Antifúngicos, Antivirais, Vacinas, Anestésicos locais, Antialérgicos, Fármacos psicotrópicos. Toxicologia: avaliação toxicológica; intoxicações medicamentosas; drogas de abuso; inseticidas; herbicidas; fungicidas; rodenticidas; metais pesados; gases tóxicos; intoxicação por medicamentos; solventes. Deontologia e Legislação Farmacêutica: Código de Ética da Profissão Farmacêutica; Código de Processo Ético da Profissão Farmacêutica. Responsabilidade Civil do Farmacêutico. Portaria 344/98 (e suas atualizações). Medicamentos genéricos. RENAME (versão atualizada).

4.3.6. FISIOTERAPEUTA: Evolução das políticas públicas de saúde no Brasil. Sistemas de Saúde e Atenção Primária em Saúde. Endemias, epidemias. Programa Nacional de Imunização (PNI). Acidentes por animais peçonhentos. Evolução das políticas de saúde no Brasil. Municipalização da Saúde. O Cartão SUS. Constituição da República Federativa do Brasil (arts. 196 a 200). Financiamento da saúde. Legislação do SUS: (Lei nº 8080/90 e Lei nº 8142/90). Decreto n 7.508/2011; Portaria do Ministério da Saúde nº 1/2017 (*Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde)*; Portaria 2436/2017 (*Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS).* Os Conselhos de Saúde. O Pacto pela Saúde. Sistema de informação em saúde. Processo de educação permanente em saúde. Sistema Único de Saúde - SUS: conceitos, fundamentação legal, financiamento da saúde pública, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde Epidemiologia, história natural e prevenção de doenças. Vigilância em Saúde. Indicadores de nível de saúde da população. Lista Nacional de Notificação Compulsória (Portaria nº 1.271 de 06/06/2014). Participação popular e controle social. A organização social e comunitária. Noções de planejamento em Saúde e Diagnóstico situacional.Legislação Profissional. Código de Ética. Código de Processo Ético. Conhecimentos Específicos: Fundamentos e técnicas de atendimento na fisioterapia. Biomecânica. Reabilitação (paralisia cerebral, acidente vascular cerebral, parkinsonismo, síndrome de Down, hanseníase, paralisias periféricas, afecções de músculos e tendões, escolioses, doenças reumáticas, cardiopatias, amputações, pneumopatias e o trabalho em equipe). Conceito e aplicação de exercícios ativos, ativos assistidos, resistidos, passivos, isométricos, mecanoterapia, hidroterapia, termoterapia, crioterapia, massoterapia e eletroterapia. Fisioterapia em ginecologia. Fisioterapia oncológica. Algias pélvicas crônicas. Ganho de força muscular e amplitude de movimento (métodos, técnicas e recursos fisioterápicos). Coordenação e reeducação dos músculos respiratórios e condicionamento físico geral do indivíduo. Fisioterapia preventiva. Fisioterapia aplicada à ortopedia e à traumatologia. Mobilizações neurodinâmicas. Recursos e condutas fisioterapêuticas. Artrose. Amputações (tipos e próteses). Fisioterapia aplicada à neurologia. Lesão de plexo braquial, plexo lombossacro e nervos periféricos. Lesão medular. Síndrome de Guillain Barré. Poliomielite. Acidente vascular cerebral. Traumatismo craniencefálico. Doenças degenerativas. Avaliação físico-funcional. Conceito neuroevolutivo Bobath. Desenvolvimento neuropsicomotor. Fisioterapias pulmonar e cardiovascular. Abordagem fisioterápica na reinserção do indivíduo ao trabalho, escola, comunidade. Acessibilidade. Fisioterapia na saúde da mulher e da mulher. Ética Profissional.

4.3.7. FONOAUDIÓLOGO: Evolução das políticas públicas de saúde no Brasil. Sistemas de Saúde e Atenção Primária em Saúde. Endemias, epidemias. Programa Nacional de Imunização (PNI). Acidentes por animais peçonhentos. Evolução das políticas de saúde no Brasil. Municipalização da Saúde. O Cartão SUS. Constituição da República Federativa do Brasil (arts. 196 a 200). Financiamento da saúde. Legislação do SUS: (Lei nº 8080/90 e Lei nº 8142/90). Decreto n 7.508/2011; Portaria do Ministério da Saúde nº 1/2017 (*Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde)*; Portaria 2436/2017 (*Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS).* Os Conselhos de Saúde. O Pacto pela Saúde. Sistema de informação em saúde. Processo de educação permanente em saúde. Sistema Único de Saúde - SUS: conceitos, fundamentação legal, financiamento da saúde pública, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde Epidemiologia, história natural e prevenção de doenças. Vigilância em Saúde. Indicadores de nível de saúde da população. Lista Nacional de Notificação Compulsória (Portaria nº 1.271 de 06/06/2014). Participação popular e controle social. A organização social e comunitária. Noções de planejamento em Saúde e Diagnóstico situacional. Legislação Profissional. Código de Ética. Código de Processo Ético. Conhecimentos Específicos: Audiologia: Desenvolvimento do Sistema Auditivo. Processamento Auditivo. Audiologia Educacional. Linguagem: Anatomia e Fisiologia da Linguagem. Aquisição e Desenvolvimento da Linguagem. Etiologia. Avaliação. Classificação. Diagnóstico. Abordagens Terapêuticas. Distúrbios Específicos de linguagem. Alterações do desenvolvimento da Linguagem. Distúrbios de Aprendizagem e Dislexia. Alterações da Linguagem de Origem Neurológica. Gagueira na Criança e no Adulto. Motricidade Orofacial: Atuação Fonoaudi-

ológica em Neonatologia nas funções Orofaciais, nas Disfunções da Articulação Temporomandibular, nas Alterações de Fala, na Fissura Labiopalatina, na Disfagia Orofaríngea Neurogênica e Mecânica. Voz: Avaliação. Classificação. Diagnóstico Clínico. Alterações Vocais. Orientação e Higiene Vocal.

4.3.8. MÉDICO VETERINÁRIO: Evolução das políticas públicas de saúde no Brasil. Sistemas de Saúde e Atenção Primária em Saúde. Endemias, epidemias. Programa Nacional de Imunização (PNI). Acidentes por animais peçonhentos. Evolução das políticas de saúde no Brasil. Municipalização da Saúde. O Cartão SUS. Constituição da República Federativa do Brasil (arts. 196 a 200). Financiamento da saúde. Legislação do SUS: (Lei nº 8080/90 e Lei nº 8142/90). Decreto n 7.508/2011; Portaria do Ministério da Saúde nº 1/2017 (*Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde*); Portaria 2436/2017 (*Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS)*. Os Conselhos de Saúde. O Pacto pela Saúde. Sistema de informação em saúde. Processo de educação permanente em saúde. Sistema Único de Saúde - SUS: conceitos, fundamentação legal, financiamento da saúde pública, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde Epidemiologia, história natural e prevenção de doenças. Vigilância em Saúde. Indicadores de nível de saúde da população. Lista Nacional de Notificação Compulsória (Portaria nº 1.271 de 06/06/2014). Participação popular e controle social. A organização social e comunitária. Noções de planejamento em Saúde e Diagnóstico situacional. Legislação Profissional. Código de Ética. Código de Processo Ético. Conhecimentos Específicos: Código Sanitário Estadual. Vigilância sanitária e epidemiológica de alimentos: Intoxicações e toxi-infecções de origem alimentar. Profilaxia das intoxicações e toxi-infecções alimentares. Investigação de surtos. Colheita de Amostras. Epidemiologia: Epidemiologia geral e aplicada - princípios gerais, definição e classificação. Cadeia epidemiológica e transmissão. Métodos epidemiológicos aplicados à vigilância sanitária. Estatística vital: Definições e conceitos. Levantamento de dados. Estatística de morbidade. Prevalência. Incidência. Proporções, coeficientes, índices utilizados em estudo de saúde. Coeficiente ou taxas de mortalidade, morbidade e letalidade. Gerais. Específicas. Doenças infecto-contagiosas de importância em Saúde Pública Veterinária: Determinada por bactérias. Tuberculose. Brucelose. Leptospirose. Salmoneloses. Estreptococciases. Estafilococciases. Determinadas por vírus. Raiva. Encefalites equinas. Determinadas por protozoários. Leishmaniose. Toxoplasmose. Determinadas por nematóides. Ascaridíase. Ancilostomiase. Determinadas por cestóides. Teníases. Cisticercoses. Equinococoses. Zoonoses: Conceituação e classificação de zoonoses. Controle da raiva. Controle de roedores. Controle de vetores. Quirópteros.

4.3.9. NUTRICIONISTA: Evolução das políticas públicas de saúde no Brasil. Sistemas de Saúde e Atenção Primária em Saúde. Endemias, epidemias. Programa Nacional de Imunização (PNI). Acidentes por animais peçonhentos. Evolução das políticas de saúde no Brasil. Municipalização da Saúde. O Cartão SUS. Constituição da República Federativa do Brasil (arts. 196 a 200). Financiamento da saúde. Legislação do SUS: (Lei nº 8080/90 e Lei nº 8142/90). Decreto n 7.508/2011; Portaria do Ministério da Saúde nº 1/2017 (*Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde*); Portaria 2436/2017 (*Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS)*. Os Conselhos de Saúde. O Pacto pela Saúde. Sistema de informação em saúde. Processo de educação permanente em saúde. Sistema Único de Saúde - SUS: conceitos, fundamentação legal, financiamento da saúde pública, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde Epidemiologia, história natural e prevenção de doenças. Vigilância em Saúde. Indicadores de nível de saúde da população. Lista Nacional de Notificação Compulsória (Portaria nº 1.271 de 06/06/2014). Participação popular e controle social. A organização social e comunitária. Noções de planejamento em Saúde e Diagnóstico situacional.Legislação Profissional. Código de Ética. Código de Processo Ético. Conhecimentos Específicos: Nutrição e Saúde Pública - noções de epidemiologia das doenças nutricionais e desnutrição proteico-calórica; diagnóstico do estado nutricional das populações; vigilância nutricional. Fisiologia e Fisiopatologia aplicadas à Nutrição. Nutrição normal: balanço de nitrogênio, recomendações nutricionais, cálculo energético, dietas equilibradas. Nutrição nos ciclos vitais; nutrição materno-infantil; aleitamento natural; gestação e lactação; crescimento e desenvolvimento; alimentação da gestante e da nutriz; alimentação na infância e na adolescência; alimentação do idoso. Doenças nutricionais: desnutrição calórico-proteica, carências nutricionais. Dietoterapia: conceitos e objetivos; dietas hospitalares nas diferentes patologias, condições clínicas e metabólicas. Avaliação do estado nutricional: métodos e critérios de avaliação. Métodos de assistência ambulatorial em nutrição. Noções de farmacologia: interações alimento-medicamento. Educação alimentar e nutricional. Técnica dietética: composição e classificação dos alimentos; seleção, conservação e armazenamento; técnicas de pré-preparo, preparo e cocção; higiene na manipulação de alimentos; planejamento de cardápios: fatores relacionados. Administração de serviços de alimentação e lactários: área física e equipamentos; planejamento e organização; supervisão e controles; cardápios para coletividades sadias e doentes; custos e avaliação. Microbiologia de alimentos: toxinfecções alimentares; controle sanitário de alimentos; APPCC; controles de temperatura no fluxo dos alimentos. Legislação Profissional. Código de Ética. Código de Processo Ético.

4.3.10. PROFESSOR BACHAREL EM EDUCAÇÃO FÍSICA: Conhecimento de Saúde Pública; Evolução das políticas de saúde no Brasil; Noções básicas sobre o SUS. O Sistema Único de Saúde - SUS. Municipalização da Saúde. Financiamento da saúde; O Programa de Saúde da Família; Lei Orgânica da Saúde (Leis n.º 8080/90 e n.º 8.142/90). Constituição da República Federativa do Brasil (art. 196 a 200); Programa Humaniza SUS. Legislação Profissional. Código de Ética. Código de Processo Ético. Conhecimentos Específicos: Formação, compromissos, características, habilidades e competência. Educação física e saúde coletiva. Fundamentos de Fisiologia do Exercício. O lúdico na Educação Física para diversas faixas etárias. Movimento Humano para diversas faixas etárias. A Educação Física para portadores de necessidades especiais. Educação física, lazer e cultura. Aprendizagem motora (natureza da aprendizagem). Educação Física e Socorros de Urgência. A prática de exercícios nas perspectivas da saúde e do lazer (princípios básicos da orientação de exercícios). Princípios norteadores da prática de exercícios em condições ambientais especiais. Jogos, danças, lutas, ginásticas, capoeira, artes marciais, musculação, atividade laboral e exercícios compensatórios nas perspectivas da saúde, do lazer e da qualidade de vida. Prescrição, supervisão e avaliação de exercícios, atividades físicas e de lazer para diferentes faixas etárias e grupos populacionais. Prescrição de Exercícios em Educação Física. Prescrição, supervisão e avaliação de exercícios e atividades físicas para diabéticos, hipertensos, obesos, idosos e cardíacos. Educação física e saúde coletiva. Ética Profissional.

4.3.11. PROFESSOR PEDAGOGO: Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública. Política educacional brasileira. Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil. Planejamento e avaliação escolar em uma perspectiva construtiva – práticas avaliativas e instrumentos de avaliação. O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção. Concepções de currículo e interdisciplinaridade. Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade. Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano. A afetividade como elemento mediador da aprendizagem. Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação. Educação e diversidade. Educação e inclusão – a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Direito à Educação, acesso, permanência e sucesso escolar.

Educação, direitos humanos e cotidiano escolar. Plano de desenvolvimento da educação: Razões, princípios e programas. Avaliações da Educação Básica: Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANERSC – Provinha Brasil e Prova Brasil), + conhecimentos específicos da área de atuação, disponíveis nos Parâmetros Curriculares Nacional-PCNs em www.mec.gov.br

4.3.12. PROFESSOR PEDAGOGIA INFANTIL: Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública. Política educacional brasileira. Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil. Planejamento e avaliação escolar em uma perspectiva construtiva – práticas avaliativas e instrumentos de avaliação. O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção. Concepções de currículo e interdisciplinaridade. Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade. Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano. A afetividade como elemento mediador da aprendizagem. Conhecimentos Pedagógicos específicos. Cuidados higiênicos e de saúde da criança. Jogos e atividades lúdicas com a criança. Concepção de educação infantil e infância. Estatuto da Criança e do Adolescente. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Objetivos da Educação Infantil. Brinquedo: importância e Etapas. Estimulação. Noções de Planejamento de atividades. Primeiros Socorros. Os brinquedos. Normas para utilização dos brinquedos. Normas de Segurança. Desenvolvimento Físico e Motor. Necessidades Básicas, Desenvolvimento Cognitivo. Desenvolvimento da Linguagem. O Recém-Nascido: Necessidades e Reflexos. Desenvolvimento Emocional, Desenvolvimento Social. Desenvolvimento Intelectual, Crescimento e Desenvolvimento. Lei de Diretrizes e Bases. Currículo. Planejamento. Períodos do desenvolvimento humano segundo Piaget, suas características e aplicação no processo educativo. A psicologia sócio-histórica, baseada na teoria de Vygotsky. + conhecimentos específicos da área de atuação, disponíveis nos Parâmetros Curriculares Nacional-PCNs em www.mec.gov.br

4.3.13. PSICÓLOGO: Evolução das políticas públicas de saúde no Brasil. Sistemas de Saúde e Atenção Primária em Saúde. Endemias, epidemias. Programa Nacional de Imunização (PNI). Acidentes por animais peçonhentos. Evolução das políticas de saúde no Brasil. Municipalização da Saúde. O Cartão SUS. Constituição da República Federativa do Brasil (arts. 196 a 200). Financiamento da saúde. Legislação do SUS: (Lei nº 8080/90 e Lei nº 8142/90). Decreto n 7.508/2011; Portaria do Ministério da Saúde nº 1/2017 (Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde); Portaria 2436/2017 (Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS). Os Conselhos de Saúde. O Pacto pela Saúde. Sistema de informação em saúde. Processo de educação permanente em saúde. Sistema Único de Saúde - SUS: conceitos, fundamentação legal, financiamento da saúde pública, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde Epidemiologia, história natural e prevenção de doenças. Vigilância em Saúde. Indicadores de nível de saúde da população. Lista Nacional de Notificação Compulsória (Portaria nº 1.271 de 06/06/2014). Participação popular e controle social. A organização social e comunitária. Noções de planejamento em Saúde e Diagnóstico situacional.Legislação Profissional. Código de Ética. Código de Processo Ético. **Conhecimentos técnicos profissionais inerentes à Psicologia no contexto da saúde pública; Desenvolvimento Humano (Infância, adolescência, idade adulta e terceira idade).Psicopatologia: Semiologia dos transtornos mentais e Diagnóstico diferencial entre neurose e psicose;Psicodiagnóstico:Entrevista e avaliação psicológica, anamnese, exame do estado mental; Teorias e técnicas psicoterápicas; Conceitos e procedimentos básicos de psicoterapia;**Reabilitação/reinserção psicossocial, clínica da subjetividade, compreensão do sofrimento psíquico. **Clínica e atenção a problemas na área do uso de álcool e outras drogas. Clínica e atenção psicossocial aos transtornos mentais da infância e adolescência. Clínica e atenção psicossocial aos transtornos neuróticos e ligados ao estresse. Clínica e atenção psicossocial aos transtornos psicóticos e aos transtornos do humor. Clínica e atenção psicossocial voltada à população idosa;** Psicologia Social e Comunitária; Psicologia institucional; Processo educativo na prevenção de patologias; Atuação do Psicólogo na atenção integral à família; Papel do Psicólogo na equipe interdisciplinar; O Psicólogo na orientação familiar e como agente multiplicador frente à comunidade; Política Nacional para criança, adolescente, pessoa portadora de deficiência e ao idoso; Estatuto da Criança e do Adolescente; Estatuto do Idoso; Os Fenômenos de Grupo: a comunicação, as atitudes, o processo de socialização, os grupos sociais e seus papéis; Atuação da Equipe Profissional no trabalho com famílias no CRAS; Psicologia tradicional, grupos sociais, trabalho e transformação social; Psicologia Institucional; Psicologia e a Política de Assistência Social; O que é o CRAS; O novo reordenamento da Assistência Social/SUAS; A política social brasileira e os programas sociais de transferência de renda na contemporaneidade: BPC, Bolsa família; Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social – NOB/2005; Tipificação Nacional de Serviços Sócioassistenciais – Resolução nº 109/2009. Direitos Humanos e Cidadania (Lei 10.639 e atualizações). Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do idoso. Lei Maria da Penha (Lei 11.340 e atualizações). Direito Humanos.

Anexo IV

REQUERIMENTO PARA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

NOME:_____

DN:_____/_____/_____ ESTADO CIVIL:_____

RG Nº:_____ **CPF Nº:**_____

ENDEREÇO:_____

CIDADE:_____**CEP:**_____

FONE: (___)_____-_____e-mail:_____

CARGO PRETENDIDO:_____

ESCOLARIDADE:_____

DEFICIENTE FÍSICO: ( ) SIM ( ) NÃO

Motivo do pedido de dispensa da taxa para a inscrição no concurso Edital nº 001/2018:

_____

_____

_____

_____

Anexar:

( ) CÓPIA DO RG E CPF;

( ) CÓPIA DA CTPS (constando demissão sem justa causa no máximo há 6 (seis) meses);

( ) CÓPIA DA CTPS (constando emissão no máximo há 6 (seis) meses), sem registros;

( ) CÓPIA DA RESCISÃO CONTRATUAL OU PORTARIA DE EXONERAÇÃO.

( ) CÓPIA DA CARTEIRA DE DOADOR DE SANGUE (comprovar doação mínima de 03 vezes antes deste certame).

( ) CÓPIA DO NIS.

Declaro estar ciente que a simples formalização deste pedido **não autoriza** a realização da inscrição gratuita. Portanto, retornarei a buscar informações sobre a concessão desta isenção junto ao site www.feliznatal.mt.gov.br em data de **27/11/2018** até o final do prazo para a realização das inscrições, conforme previsto no Edital nº 001/2018.

_____

(assinatura do requerente)

( ) deferido ( ) indeferido

Comissão:_____

Data: _____/_____/_____

Anexo V

(Deve ser impresso em papel timbrado da clínica médica ou Posto de Saúde do atendimento)

MODELO DE LAUDO PARA PERÍCIA MÉDICA

(para candidatos(as) que se declararem portadores de deficiência)

Atesto, para os devidos fins, que o(a) Sr (a) _____ _____

é portador (a) da(s) doença(s), CID-10_____, que resulta(m) na perda das seguintes funções:_____ _____.

(cidade/estado) ____/____/_____

Assinatura e carimbo do Médico com CRM/**UF**

Anexo VI - RECURSO ADMINISTRATIVO

À

Comissão de Concurso Público Edital nº 001/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL – MT

NOME:_____

Nº DE INSCRIÇÃO:_____ Cargo:_____

Marque abaixo o tipo de recurso:

1. ( ) Erro de grafia do nome do(a) candidato(a).
2. ( ) Gabarito Prévio: questão(ões) nº _____.
3. ( ) Erro/omissão em questão da prova de múltipla escolha.
4. ( ) Resultado da prova de múltipla escolha.
5. ( ) Erro/omissão na classificação do(a) candidato(a).
6. ( ) Necessidades Especiais para a realização da prova.
7. ( ) Outros.

Escrever em letra de forma, digitar/datilografar a justificativa do recurso, de forma objetiva, com embasamento teórico.

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

_____/_____/_____ _____

data assinatura do(a) candidato(a)

Anexo VII

Modelo de protocolo de Títulos de Pós Graduação

À

Comissão de Concurso Público Edital nº 001/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL – MT

NOME:_____

Nº DE INSCRIÇÃO:_____ Cargo:_____

Em conformidade ao disposto no item 13 deste Edital, venho requerer a pontuação dos títulos de Pós Graduação na área específica da minha inscrição, conforme abaixo descrito:

Pós Graduação em: _____
_____

Instituição de Ensino: _____

_____/_____/_____ _____

data assinatura do(a) candidato(a)

OBS. Os Títulos de Pós Graduação deverão ser apresentados e vias autenticadas em cartório.

Comissão:_____

Atestamos que recebemos o título descrito neste protocolo e que o mesmo será objeto de análise junto a Comissão de Concurso para o atendimento da bonificação disposta no Edital de Concurso nº 001/2018.

OBS. Preencher esse documento em duas vias e protocolar junto a Comissão na data da prova objetiva.

Anexo VIII

Modelo de protocolo de Laudo de Avaliação Médica (obrigatório PNEs)

À

Comissão de Concurso Público Edital nº 001/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL – MT

NOME:_____

Nº DE INSCRIÇÃO:_____ Cargo:_____

Em conformidade ao disposto no item 4.2.1. deste Edital, venho requerer a inscrição ao processo de Concurso Público como candidato(a) concorrente como Portador(a) de Necessidades Especiais, conforme Classificação Internacional de Doenças: CID-10 nº _____

Atestado Médico em anexo devidamente assinado por profissional médico.

Citar as dificuldades essenciais para o labor diário do cargo: _____
_____
_____

_____

Declaro que conheço o conteúdo do Edital de Concurso Público, bem como os itens que tratam dos direitos e obrigações dos candidatos(as) Deficientes Físicos.

_____/_____/_____ _____

data assinatura do(a) candidato(a)

OBS. Tenho ciência de que o original do Laudo Médico será usado exclusivamente para efeitos desse Concurso Público.

Comissão:_____

Atestamos que recebemos o Laudo Médico em anexo e será objeto de análise junto a Comissão de Concurso Público Edital nº 001/2018.

OBS. Preencher esse documento em duas vias e protocolar junto a Comissão na data da prova objetiva.

Anexo IX

CONCURSO PÚBLICO – PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE TRABALHOS	
OCORRÊNCIAS PREVISTAS	**DATAS PROVÁVEIS**
Período de ampla divulgação: Jornal de circulação regional; Jornal Oficial AMM e; sitio eletrônico www.feliznatal.mt.gov.br	**A partir de 30/10/2018**
Prazo para impugnação do Edital	**Data Máxima 06/11/2018**
Período de realização pela Internet das Inscrições gerais	**16/11/2018 A 02/12/2018**
Período de requerimento de Isenção das Inscrições por hipossuficiência	**16/11/2018 A 21/11/2018**
Publicação das Inscrições autorizadas à se inscreverem gratuitamente	**27/11/2018**

Entrega obrigatória da cópia do Laudo Médico para requerer inscrição como Deficiente Físico	**Data Máxima 02/12/2018**
Vencimento dos boletos impreterivelmente (sem prorrogação)	**03/12/2018**
Homologação das Inscrições	**07/12/2018**
Publicação do local das provas e ensalamento	**11/12/2018**
Provas: Objetiva (08:00hs às 11:30hs)	**Data Provável 16/12/2018**
Provas: Subjetiva (Prática (12:00hs às 16:00hs)	**Data Provável 16/12/2018**
Entrega obrigatória do original do Laudo Médico para comprovação da Deficiência Física (sala de provas ao Fiscal de Sala)	**16/12/2018**
Entrega obrigatória: Títulos de Pós Graduação (cópia autenticada em cartório)	**Local da realização da Prova Objetiva previsão: Data Provável 16/12/2018**
Gabarito Prévio: Mural da Prefeitura e no site: www.feliznatal.mt.gov.br	**Data Provável 17/12/2018**
Prazo para interpelação de recursos contra o Gabarito Prévio (exclusivamente via e-mail à empresa organizadora)	**Até as 12:00hs de 19/12/2018**
Previsão para a publicação do Gabarito Oficial	**26/12/2018**
Previsão para a publicação do Resultado Prévio (pontuação, Notas das disciplinas e classificação prévia)	**27/12/2018**
Prazo final para recurso do resultado apresentado	**Até as 12:00hs de 31/12/2018**
Divulgação do Resultado Final e Classificação dos(as) candidatos(as) Local: Mural da Prefeitura e no site: www.feliznatal.mt.gov.br	**Previsão: 04/01/2019**

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 321/2018.

DATA: 15 de outubro de 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias a Sr.ª **FERNANDA PATRICIA SAUER CAVALLI,** ocupante do cargo Comissionado de **ASSESSORIA II**, lotada junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 15/10/2018 a 13/11/2018.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2017/2018.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUInZE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2018 – CONCURSO PÚBLICO

O Prefeito Municipal de Feliz Natal Sr. **Rafael Pavei** e a presidente a Sra. **Juliele Moura Rodrigues** presidente da Comissão Especial de Organização, Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público, do Município de Feliz Natal MT, nomeada através da Portaria nº 324, de 24 de outubro de 2018, divulga e estabelece normas regulamentares para a abertura do processo de seleção de pessoal, através de Concurso Público destinado ao provimento de vagas existentes e à formação de cadastro de reserva aos cargos disponibilizados e publicados na íntegra no site: www.feliznatal.mt.gov.br

Feliz Natal MT, 30 de outubro de 2018.

Juliele Moura Rodrigues

presidente da Comissão Especial de Organização

Rafael Pavei

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 320/2018.

DATA: 11 de outubro de 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias a Sr.ª **IARA REGINA FLOSS,** ocupante do cargo efetivo de **TECNICA EM RADIOLOGIA** lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 11/10/2018 a 30/10/2018.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2017/2017.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 323/2018

DATA: 22 DE OUTUBRO DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1.º Exonerar, a pedido a Sr.ª **PATRÍCIA DE FATIMA ARDT,** do seu cargo Comissionado de **OUVIDOR GERAL**, lotada junto a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças do Município de Feliz Natal/MT.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE GROSSO, AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 84/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2018

Aos 29 dias do mês de Outubro de 2018, de um lado o(a) **MUNICIPIO DE GAUCHA DO NORTE**, com sede na rua para, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.614.539/0001-01, neste ato, representado pelo(a) **Prefeito(a) , Sr(a). VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, portador do R.G. n.º 2477543SSP/GO e inscrito no CPF nº 402.603.301-59, residente e domiciliado na RUA BRASILIA, bairro CENTRO nesta cidade, neste ato denominado simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2018**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para TERRACEADOR COM 30X26/28X 6,00 MM DISCOS, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor EDER ROBERTO DE PAULA ME		CNPJ 14.822.294/0001-41
Endereço RUA ORIENTE TENUTA		Nº 08
Bairro CONSIL	Cidade CUIABA	CEP 78048450
Representante Legal		CPF
Email sader.licitacao@gmail.com		Telefone (65) 3056-1796

1 29155

TERRACEADOR 30X26/28X 6,00 MM DISCOS

UN - UNIDADE

ECOAGRÍCOLA

1,00 90.000,0000

90.000,0000

TOTAL 90.000,0000

2 – DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO: O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pela Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE mediante assinatura de Contrato e/ou retirada da Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Pregão Presencial nº 60/2018. **2.1** – O compromisso de entrega e execução só estará caracterizado mediante Contrato e/ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital do Pregão Presencial nº 60/2018. **2.2** – O fornecedor registrado, dentro dos quantitativos estimados, fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços. **2.3** – A entrega do(s) item(s) deverá ser efetuada conforme Captulo **XVI** do Edital do Pregão Presencial nº 60/2018. **2.4** – Todas as penalidades e as sanções contidas no Edital do Pregão 60/2018 aplicam-se sob a Ata de Registro de Preço.

3 – DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS: A Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata. **3.1** – Nos termos do art. 15, § 4º da Lei 8.666/93 a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE não está obrigada a adquirir exclusivamente por intermédio desta Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto, uma licitação especifica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições. **3.2** – A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada pelo Órgão Gerenciador ou qualquer outro órgão e entidade da Administração que não tenha participado do certame mediante prévia consulta ao órgão gerenciador da Ata, desde que devidamente comprovada a vantagem. **4 – DOS PREÇOS:** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/93. **4.1** – O preço registrado para cada item poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados. **4.1.1** – Quando o preço inicialmente registrado para cada item, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE convocará o licitante registrado visando à negociação para redução de preços e sua adequação àquele praticado pelo mercado. **4.1.2** – Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

4.1.2.1 – Na hipótese do subitem anterior, a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE convocará os demais fornecedores, na ordem de classificação do processo licitatório para o item em questão, visando igual oportunidade de negociação.

4.2 – Quando o preço de mercado para determinado item tornar-se superior aos preços registrados e, o fornecedor registrado, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura Municipal poderá: **4.2.1** – Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que o requerimento ocorra antes do pedido de fornecimento. **4.2.2** – Convocar os demais fornecedores classificados para o item, visando igual oportunidade de negociação. **4.3** – Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE procederá à revogação do item em questão, da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa. **4.4** – Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis a espécie. **4.5** – O diferencial de preço entre a proposta inicial do fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pela Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE à época da licitação, bem como eventuais descontos por ela concedidos, serão sempre mantidos. 5 **– DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E PAGAMENTO:** A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses contada a partir da data de sua assinatura. O pagamento será efetuado conforme edital na seguinte dotação orçamentária: 6 **– DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Diário Oficial de Contas TCE/MT que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura. 7 **– DO FORO:** O Foro para dirimir questões relativas ao presente compromisso de fornecimento será o Foro da Comarca de GAUCHA DO NORTE, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

VONEY RODRIGUES GOULART

Prefeito(a)

EDER ROBERTO DE PAULA ME

AVISO RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 078/2018

A Pregoeira Oficial do município de Gaúcha do Norte MT designada pelo Decreto Municipal nº. 771/2018, de 30 de janeiro de 2018, torna se público para conhecimento dos interessados em participar do referido certame, que a licitação Pregão Presencial – SRP 078/2018, tipo Menor Preço, tendo como objeto a contratação de empresas especializadas em fornecimento de HIDROMETROS para a secretarias de Obras, com data de abertura ocorrida no dia 29/10/2018 ás 13h30min, foi considerada "DESERTA", face a ausência total de interessados.

Gaúcha do Norte MT, 29 de Outubro de 2018.

NEILLA F. DE SOUZA

PREGOEIRA OFICIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 084/2018

PREGÃO PRESENCIAL - Nº 064/2018

O Município de Gaúcha do Norte/MT, por meio de sua Pregoeira Oficial, torna público o Pregão Presencial para contratação de empresa especializada em fornecimento de Bois, Serviços no Preparo de Bois no Rolete, carvão e Buffet para 23º Aniversário do Município de Gaúcha do Norte.Conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Administração, e conforme descrição no Termo de Referência do Anexo I, onde receberá suas propostas no dia 13/11/2018 às 07h30min (Horário de Cuiabá/MT) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. A retirada do edital será disponibilizada no site www.gauchadonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacaogauchadonorte@gmail.com.

Gaúcha do Norte, 30 de outubro de 2018.

Neilla F. de Souza

Pregoeira Oficial

RESOLUÇÃO 001/2018 - CONSELHO CURADOR POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 19 DE OUTUBRO DE 2018

O Conselho Curador/Previdenciário do RPPS - Fundo Municipal de Previdência Social, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei n.o 194, de 22 de Agosto de 2005, por seu Regimento Interno, e

Considerando a deliberação tomada em reunião extraordinária realizada em 18 de outubro de 2018;

Considerando o disposto no Art. 4º da Resolução CMN 3922, de 25 de novembro de 2010, onde determina que os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social, deverão definir a Política Anual de Investimentos dos recursos em moeda corrente;

RESOLVE:

Art. 1o O RPPS - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, adotará a Política Anual de Investimentos anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

GAÚCHA DO NORTE, MT, 19 de OUTUBRO de 2018.

NEIRY SILVA FREITAS

Presidente do Conselho do Previdenciário

MEMBROS:

_____

_____

_____

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO 44

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 044/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO-MT, através do seu **PREGOEIRO,** torna público, para conhecimento de todos os interessados, que**fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM às 08h00min (horário de Cuiabá) do dia 14 De Novembro de 2018**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de General Carneiro, à Avenida Delson Rodrigues s/n , Centro, General Carneiro /MT, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com as Leis 10.520/2002, 8.666/93.

OBJETO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEICULOS TIPO CAMIONET E MOTOCICLETA PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICIPIO DE GENERAL CARNEIRO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

LOCAL DA DISPUTA: Sala de Licitações – Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT.

RETIRADA DO EDITAL: WWW.generalcarneiro.mt.gov.br via e-mail: licitacao@generalcarneiro.mt.gov.br e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de General Carneiro, das 07h30 às 13h00.**INFORMAÇÕES:** As empresas interessadas poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo.**TELEFONE PARA CONTATO:** (0**66)3416-1215 /1153

General Carneiro - MT, 30 de Outubro de 2018.

ELIEZIO DIAS DA SILVA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 019/2018

A Prefeitura Municipal, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que a Tomada de Preços nº **019/2018**, obteve o seguinte resultado: A empresa **CONSTRUTORA MORIÁ EIRELI – EPP** sagrou-se **VENCEDORA** do certame com o valor global de **R$ 142.546,32 (cento e quarenta e dois mil quinhentos e quarenta e seis reais e trinta e dois centavos)**. O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, n° 135, Bairro Jardim Vitória, neste município de Guarantã Norte/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público. Guarantã do Norte/MT, 30 de outubro de 2018. **Gutenberg Xavier Alves dos Santos/**Presidente da CPL.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 076/2018

Ratificada a DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos do artigo 24, inciso XVII, da Lei Federal 8.666/93, com redação dada pela Lei Federal 8.883/94, conforme parecer favorável da Assessoria Jurídica e parecer da Controladoria Interna. OBJETO: Aquisição de peças e serviço para revisão do veículo ETIOS placa QCB 9594 de 90.000 km de propriedade do Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal. CONTRATADA: **DISVECO LTDA**. VALOR: R$ 395,49 (trezentos e noventa e cinco reais e quarenta e nove centavos). ENTREGA: Imediata. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso XVII, da Lei Federal 8.666/93. Ratifico o presente dispensa de licitação nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, e de conformidade com o parecer jurídico e parecer da Controladoria Interna e justificativa anexo ao Processo de Compra nº 2722/2018. Guarantã do Norte-MT, 30 de Outubro de 2018. Érico Stevan Gonçalves/**Prefeito Municipal**.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 077/2018

Ratificada a DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos do Artigo 24 Inciso XXII da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, conforme parecer favorável da Procuradoria Jurídica e Controle Interno. OBJETO: Estimativo para pagamento de despesas com energia elétrica da Secretaria Municipal de Infraestrutura Rural e Serviços Urbanos do município de Guarantã do Norte/MT. FAVORECIDO: ENERGISA – Distribuidora de Energia S.A. VALOR R$ 19.000 (dezenove mil reais) PERÍODO/PRAZO: Outubro a Dezembro de 2018. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24 Inciso XXII da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Ratifico o presente dispensa de licitação nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, e de conformidade com o parecer jurídico. Parecer da controladoria e justificativa anexas ao processo compra nº2723/2018. Gabinete do Prefeito Municipal, 30 de Outubro de 2018. ÉRICO STEVAN CONGALVES /Prefeito Municipal.

RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 018/2018

A Prefeitura Municipal, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que a Tomada de Preços nº **018/2018**, obteve o seguinte resultado: A empresa **CONSTRUTORA MORIÁ EIRELI – EPP** sagrou-se **VENCEDORA** do certame com o valor global de **R$ 97.401,71 (noventa e sete mil quatrocentos e um reais e setenta e um centavos)**. O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, n° 135, Bairro Jardim Vitória, neste município de Guarantã Norte/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público. Guarantã do Norte/MT, 30 de outubro de 2018. **Gutenberg Xavier Alves dos Santos/Presidente da CPL**.

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 50/2018

Ratificada a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, nos termos do caput do artigo 25 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, conforme parecer favorável da Assessoria Jurídica e controle interno. **OBJETO**: Estimativo para pagamento de despesas de serviços de fornecimento de **água tratada** para a secretaria Municipal de **Educação, Cultura e Desporto** representada pela Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT. FAVORECIDO: **ÁGUAS DE GUARANTÃ LTDA.** VALOR **R$ 5.000,00 (cinco mil reais).** PERÍODO/PRAZO**: Outubro a Dezembro de 2018.** FUNDAMENTO LEGAL: "caput" do artigo 25 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Ratifico a presente inexigibilidade de licitação nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, e de conformidade com o parecer jurídico, parecer da controladoria interna e justificativa anexos ao processo compra nº 2727/2018. Gabinete do Prefeito Municipal, 30 de Outubro de 2018. Érico Stevan Gonçalves/Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

RESULTADO DISPENSA DE LICITAÇÃO 003/2018

RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O Prefeito Municipal, o Sr. Valteir Quirino dos Santos, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, sob dispensa de licitação, fulcrada no inciso III, art. 25 da Lei 8.666/93, A Empresa Nádia F. M. Essi – Construções, sob CNPJ nº. 19.948.145/0001-47, para prestação de *serviços de Reforma de Ponte de Madeira de 22mx 4m, sob o córrego fazenda retiro rancho grande, estrada da Turiba km35,5 br 180 no município de Indiavaí-MT*, **RESOLVO**, **RATIFICAR** a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.

Indiavaí – MT, 26 de outubro de 2018.

Valteir Quirino dos Santos

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE PESSOAL Nº: 033/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT CNPJ: 07.209.225/0001-00

CONTRATADO:Jully Anne Alves de Brito Clementino, CPF: 040.776.431.39.

OBJETO: Professor Licenciatura Plena em Pedagogia – Agrovila Monte Alto para à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).

VALOR GLOBAL: O valor global para a prestação do serviço é de R$ 3.434,67 (três mil e quatrocentos e trinta e quatro reais e sessenta e sete centavos);

VIGENCIA: Dia 29 (vinte e nove) de outubro de 2018 e encerrar-se-á no dia 15 (quinze) de dezembro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
PORTARIAS DE FISCAL DE CONTRATOS MÊS: OUTUBRO/2018.

PORTARIA DLC N° 085/2018

DATA: 05 de outubro de 2018.

SÚMULA: "*Designar a servidora Sra. Ana Claudia Germano Alves, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **Ana Claudia Germano Alves,** inscrita no CPF n° 047.152.811.04, para acompanhar e fiscalizar, a execução do **Contrato n° 063/2018**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **KOVALESKI ASSISTENCIA TECNICA LTDA – EPP,** inscrita no CNPJ sob o nº **05.988.570/0001-55**, que tem por objeto a **"Aquisição de Relógio de Ponto Eletrônico para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá-MT.".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 3º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 4° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 5° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 05 de outubro de 2018.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EMERSON SABATINE

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 086/2018

DATA: 05 de outubro de 2018.

SÚMULA: "*Designar a servidora Sra. Kelly Lunardi da Silva, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **Kelly Lunardi da Silva,** inscrita no CPF n° 024.759.751.13, para acompanhar e fiscalizar, a execução do **Contrato n° 063/2018**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **KOVALESKI ASSISTENCIA TECNICA LTDA – EPP,** inscrita no CNPJ sob o nº **05.988.570/0001-55**, que tem por objeto a **"Aquisição de Relógio de Ponto Eletrônico para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá-MT.".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor. **Art. 2°** - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 3º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 4° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 5° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 05 de outubro de 2018.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SUZANA BÊSS

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 087/2018

DATA: 05 de outubro de 2018.

SÚMULA: "*Designar a servidora Sra. Edilaine Alves da Silva, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **Edilaine Alves da Silva,** inscrita no CPF n° 808.569.692.49, para acompanhar e fiscalizar, a execução do **Contrato n° 063/2018**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **KOVALESKI ASSISTENCIA TECNICA LTDA – EPP,** inscrita no CNPJ sob o nº **05.988.570/0001-55**, que tem por objeto a **"Aquisição de Relógio de Ponto Eletrônico para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá-MT.".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor. **Art. 2°** - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 3º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 4° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 5° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 05 de outubro de 2018.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SANDRA KLASSEN GRZECHOTA

Secretária Municipal de Saúde e Saneamento

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 088/2018

DATA: 05 de outubro de 2018.

SÚMULA: "*Designar o servidor Sr. Joao dos Santos Ferreira, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **Joao dos Santos Ferreira,** inscrito no CPF n° 023.363.359.64, para acompanhar e fiscalizar, a execução do **Contrato n° 063/2018**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **KOVALESKI ASSISTENCIA TECNICA LTDA – EPP,** inscrita no CNPJ sob o nº **05.988.570/0001-55**, que tem por objeto a **"Aquisição de Relógio de Ponto Eletrônico para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá-MT.".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor. **Art. 2°** - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 3º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 4° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 5° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 05 de outubro de 2018.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

DANIEL ORZECHOVSKI

Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serv. Públicos

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 089/2018

DATA: 08 de outubro de 2018.

SÚMULA: "*Designar o servidor Sr. Edinei Caminski, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **Edinei Caminski,** inscrito no CPF n° 007.181.511.27, para acompanhar e fiscalizar, a execução do **Contrato n° 064/2018**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **PAVILUCAS PAVIMENTACAO ASFALTICA EIRELI – ME,** inscrita no CNPJ sob o nº **05.035.815/0001-20**, que tem por objeto a **"Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para remanescente de obra para conclusão do Alargamento da Rua Santo Antônio situada no perímetro urbano Município de Itanhangá-MT.".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 3º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 4° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 5° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 08 de outubro de 2018.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

DANIEL ORZECHOVSKI

Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serv. Públicos

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 090/2018

DATA: 08 de outubro de 2018.

SÚMULA: "*Designar a servidora Sra. Cirlene Natal Contreras, para exercer a função de Suplente de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **Cirlene Natal Contreras,** inscrita no CPF n° 840.797.549.49, para acompanhar e fiscalizar, a execução do **Contrato n° 054/2018**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **COOPERSERV'S – COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS,** inscrita no CNPJ sob o nº **02.355.192.0001-84**, que tem por objeto a "**Prestação de serviços de mão de obra de apoio às atividades operacionais subsidiárias para atender as unidades da prefeitura.".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 3º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 4° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 5° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 08 de outubro de 2018.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EMERSON SABATINE

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 091/2018

DATA: 15 de outubro de 2018.

SÚMULA: "*Designar os servidores Joao dos Santos Ferreira e Edinei Caminski, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **Joao dos Santos Ferreira,** inscrito no CPF n° 023.363.359.64, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato n° 065/2018**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **M R G C ABRAHÃO – EPP,** inscrita no CNPJ sob o nº **09.610.754/0001-38**, que tem por objeto a **"Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte de resíduos sólidos (Classe IIA e IIB NBR 10.004 ABNT)."** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor. **Art. 2° -** Designar o servidor Edinei Caminski, portador do CPF n° 007.181.511.27, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3° - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 4º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 5° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 6° -Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 7º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 15 de outubro de 2018.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

DANIEL ORZECHOVSKI

Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serv. Públicos

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 092/2018

DATA: 17 de outubro de 2018.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **Cristyane Solange Azambuja Cavalcante,** inscrita no CPF n° 829.994.061.34, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do **Contrato n° 066/2018**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **UM CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA – ME,** inscrita no CNPJ sob o nº **26.237.379/0001-41**, que tem por objeto a **"Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para reforma e ampliação do PSF I do Município de Itanhangá-MT".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor. **Art. 2°** - Designar a servidora Lucilene Rodrigues de Carvalho, portadora do CPF n° 033.354.471.40, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3° - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 4º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 5° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 6° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 7º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 17 de outubro de 2018.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SANDRA KLASSEN GRZECHOTA

Secretária Municipal de Saúde e Saneamento

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 093/2018

DATA: 19 de outubro de 2018.

SÚMULA: *"Altera a Portaria n° 060/2017 e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **Edinei Caminski,** inscrito no CPF n° 007.181.511.27, para acompanhar e fiscalizar, a execução do **Contrato n° 051/2017**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **FRANSLEI SOARES AMADOR,** inscrita no CNPJ sob o nº **23.139.568/0001-93**, que tem por objeto a **"Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção da rede de Iluminação Pública e da parte elétrica dos prédios públicos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serv. Públicos do Município de Itanhangá-MT."** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor. **Art. 2° -** Designar o servidor Jeferson da Silva Santos, portador do CPF n° 028.282.295.05, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3° - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 4º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 5° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 6° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 7º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 19 de outubro de 2018.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

DANIEL ORZECHOVSKI

Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serv. Públicos

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 094/2018

DATA: 22 de outubro de 2018.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **Edinei Caminski,** inscrito no CPF n° 007.181.511.27, para acompanhar e fiscalizar, como Titular, a execução do **Contrato n° 067/2018**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **UM CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA – ME,** inscrita no CNPJ sob o nº **26.237.379/0001-41**, que tem por objeto a **"Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para realizar reforma da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos Município de Itanhangá-MT".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor. **Art. 2°** - Designar o servidor Jose Malvino Lima, portador do CPF n° 207.084.244.49, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3° - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 4º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 5° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 6° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 7º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 22 de outubro de 2018.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

DANIEL ORZECHOVSKI

Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serv. Públicos

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 095/2018

DATA: 24 de outubro de 2018.

SÚMULA: "Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **João Evangelista Alves da Cunha,** inscrito no CPF n° 336.639.043.34, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do **Contrato n° 068/2018**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **PERSAN – PERFURAÇÃO SONDAGENS E SANEAMENTO EIRELI – EPP,** inscrita no CNPJ sob o nº **17.004.147/0001-52**, que tem por objeto a **"Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção e limpeza de poço artesiano para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Itanhangá-MT.".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor. **Art. 2°** - Designar a servidora Ana Paula Oliveira Nunes, portadora do CPF n° 045.882.691.00, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3° - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 4º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 5° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 6° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 7º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 24 de outubro de 2018.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EMERSON SABATINE

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 096/2018

DATA: 26 de outubro de 2018.

SÚMULA: "Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **Renata Tereza Zini,** inscrita no CPF n° 022.791.051.60, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do **Contrato n° 069/2018**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **S. O. ZIOBER & CIA EQUIPAMENTOS METALÚRGICOS LTDA – EPP,** inscrita no CNPJ sob o nº **10.547.961/0001-74**, que tem por objeto a **"AQUISIÇÃO DE PARQUE INFANTIL, COLORIDO, EM MADEIRA PLÁSTICA COM COLUNAS DE ALUMINIO, FABRICADO COM MATERIAL SUPER-RESISTENTE E ATOXICO PARA O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT.".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor. **Art. 2°** - Designar o servidor Emersom Ferron Carneiro, portador do CPF n° 000.285.731.61, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3° - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 4º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 5° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 6° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 7º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 26 de outubro de 2018.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PORTARIA DLC N° 097/2018

DATA: 26 de outubro de 2018.

SÚMULA: "Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **Nara Elizete Eickhoff Casavechia,** inscrita no CPF 759.360.629.53, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do **Contrato n° 069/2018**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **S. O. ZIOBER & CIA EQUIPAMENTOS METALÚRGICOS LTDA – EPP,** inscrita no CNPJ sob o nº **10.547.961/0001-74**, que tem por objeto a **"AQUISIÇÃO DE PARQUE INFANTIL, COLORIDO, EM MADEIRA PLÁSTICA COM COLUNAS DE ALUMINIO, FABRICADO COM MATERIAL SUPER-RESISTENTE E ATOXICO PARA O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT.".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor. **Art. 2°** - Designar a servidora Cleusete Aparecida Ulsenheimer, portadora do CPF n° 756.971.499.72, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3° - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 4º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e

ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 5° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 6° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 7º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 26 de outubro de 2018.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PORTARIA DLC N° 098/2018

DATA: 29 de outubro de 2018.

SÚMULA: "*Designar o servidor Dorival Gomes de Souza, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **Dorival Gomes de Souza,** inscrito no CPF n° 925.508.511.53, para acompanhar e fiscalizar, a execução do **Contrato n° 070/2018**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **MONACO MOTOCENTER MATO GROSSO LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **13.976.589/0003-71**, que tem por objeto a **"Aquisição de 01 motocicleta 0km para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Itanhangá-MT.".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor. **Art. 2°** - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 3º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 4° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 5° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 29 de outubro de 2018.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS – OUTUBRO/2018

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 005/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: AGILI SOFTWARE BRASIL – LTDA

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo SUPRIMIR valor contratual previsto na cláusula primeira do contrato nº 005/2015.

VALOR: R$ 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 01/10/2018

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 042/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: SANORTE SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo reajustar o valor mensal, prorrogar a vigência do contrato e aditar o valor do contrato em decorrência da importância dos serviços, alterando as cláusulas quarta e quinta, do contrato nº 042/2017.

VALOR: R$ 13.420,00 (treze mil quatrocentos e vinte reais).

DATA DE ASSINATURA: 16/10/2018

VIGÊNCIA: 16/11/2018

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 051/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: FRANSLEI SOARES AMADOR – ME

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar o valor contratual e prorrogar a vigência do contrato em decorrência da necessidade dos serviços, alterando as cláusulas quarta e quinta, do contrato nº 051/2017.

VALOR: R$ 15.000,00 (quinze mil reais)

DATA DE ASSINATURA: 19/10/2018

VIGÊNCIA: 19/12/2018

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 030/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: M. DIESEL CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA

OBJETO: "O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência do contrato, alterando o prazo previsto na cláusula quarta do contrato nº 030/2018."

DATA DE ASSINATURA: 29/10/2018

VIGÊNCIA: 31/12/2018

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.° 30/2018 FASE DE ASSINATURA DO CONTRATO DE TEMPO DETERMINADO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2018

De ordem do senhor Edu Laudi Pascoski, Prefeito Municipal de Itanhangá tendo em vista o parecer favorável do Departamento de Controle Interno Municipal, referente a entrega da documentação exigida pelo Edital de Convocação 027/2018 da data de 10 de outubro de 2018 publicado na data de 11 de outubro de 2018 Diário Oficial Eletrônico dos Municípios-AMM - https://diariomunicipal.org/mt/amm/ Nº 3.083, e Edital de Convocação 028/2018 da data de 23 de outubro de 2018 publicado na data de 24 de outubro de 2018 Diário Oficial Eletrônico dos Municípios- AMM - https://diariomunicipal.org/mt/amm/ Nº 3.091.

Pelo presente Edital, fica CONVOCADA as candidatas, conforme descrição abaixo, para estar se direcionando a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, às 07:00 horas, no dia 12 de novembro de 2018, para a assinatura do Contrato Por Tempo Determinado De Pessoal.

CARGO		CARGA HORÁRIA
Professor Licenciatura Plena em Pedagogia 24 h - SEDE		*24 Horas*
Candidato	*RG*	*Classificação*
Luciani Piran Denardi	1042517-9	8º
Eliene Rodrigues Cordeiro	MG-11369246	9º

Itanhangá - MT, 30 de outubro de 2018.

Edu Laudi Pascoski

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATOS DE CONTRATOS – MÊS: OUTUBRO/2018

EXTRATO DE CONTRATO N° 063/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: KOVALESKI ASSISTENCIA TECNICA LTDA – EPP

OBJETO: "Aquisição de Relógio de Ponto Eletrônico para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá-MT.".

VALOR GLOBAL: R$ 20.437,50 (vinte mil quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 05/10/2018

VIGÊNCIA: 31/12/2018

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N° 065/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: M R G C ABRAHÃO – EPP

OBJETO: "Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte de resíduos sólidos (Classe IIA e IIB NBR 10.004 ABNT)"

VALOR GLOBAL: R$ 43.344,00 (quarenta e três mil trezentos e quarenta e quatro reais).

DATA DE ASSINATURA: 15/10/2018

VIGÊNCIA: 15/01/2019

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N° 068/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: PERSAN – PERFURAÇÃO SONDAGENS E SANEAMENTO EIRELI – EPP

OBJETO: "Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção e limpeza de poço artesiano para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Itanhangá-MT."

VALOR GLOBAL: R$ 8.682,00 (oito mil seiscentos e oitenta e dois reais).

DATA DE ASSINATURA: 24/10/2018

VIGÊNCIA: 24/12/2018

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N° 069/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: S. O. ZIOBER & CIA EQUIPAMENTOS METALÚRGICOS LTDA – EPP

OBJETO: "AQUISIÇÃO DE PARQUE INFANTIL, COLORIDO, EM MADEIRA PLÁSTICA COM COLUNAS DE ALUMINIO, FABRICADO COM MATERIAL SUPER-RESISTENTE E ATOXICO PARA O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT."

VALOR GLOBAL: R$ 93.030,00 (noventa e três mil e trinta reais).

DATA DE ASSINATURA: 26/10/2018

VIGÊNCIA: 31/12/2018

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N° 070/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: MONACO MOTOCENTER MATO GROSSO LTDA

OBJETO: "Aquisição de 01 motocicleta 0km para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Itanhangá-MT.".

VALOR GLOBAL: R$ 8.850,00 (oito mil oitocentos e cinquenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 29/10/2018

VIGÊNCIA: 29/12/2018

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 039/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: LUCAS NETWORK INFORMÁTICA LTDA – ME.

OBJETO: O preço unitário do presente contrato é de R$ 1.833,30 (um mil oitocentos e trinta e três reais e trinta centavos) por mês, ficando assim fica reajustado em 10,69%1 do valor unitário do contrato original, acrescendo o valor unitário em R$ 195,97 (cento e noventa e cinco reais e noventa e sete centavos), passando para R$ 2.029,27 (dois mil e vinte e nove reais e noventa e sete centavos) a partir de 01 de novembro de 2018.

DATA DE ASSINATURA: 22/10/2018.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.° 15/2018 CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº. 001/2016

A Prefeitura Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, através do seu representando legal Prefeito Edu Laudi Pascoski e tendo em vista a homologação final do resultado do Concurso Público Municipal nº. 001/2016 realizado em 12 de junho de 2016 CONVOCA o candidato aprovado para preenchimento da vaga disponibilizada em face de necessidade, conforme a relação nominal constante no Anexo I.

O candidato deverá se apresentar junto ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, Rua Florianópolis, Centro, 200, Itanhangá – MT no horário das 7:00 horas as 11:00 horas, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, munidos dos documentos que refere o Anexo II, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Provimento no cargo público.

O Município de Itanhangá reserva-se o direito de solicitar outros documentos complementares que julgar necessário para o ato de nomeação do candidato para o respectivo cargo.

ITANHANGÁ - MT, 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Edu Laudi Pascoski

Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGO		
MOTORISTA DE ÔNIBUS E VEÍCULOS ESCOLARES – EDUCAÇÃO 40 HRS		
NOME	N° INSC.	APROVADO
MARCIO UMBELINO PEREIRA	0256	14

Edu Laudi Pascoski

Prefeito Municipal

ANEXO II

CÓPIA E ORIGINAL

1. RG;

2. CPF (não sendo aceito a numeração disponibilizada em outros documentos de identificação). Em caso de 2ª via, o mesmo pode ser expedido através da internet;

3. Certidão de Nascimento ou Casamento;

4. Certidão de Nasc. Dos filhos menores de 18 anos (dependentes comprovante);

5. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

6. Comprovante de escolaridade (Histórico Escolar);

7. Título de eleitor;

8. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui numero de contribuição;

9. CTPS (Carteira de Trabalho);

10. RG e CPF do cônjuge (mesmo sendo União Estável);

11. CPF dos dependentes;

12. Comprovante de residência atual em nome do admitido;

13. Carteira Nacional de Habilitação conforme exigência do Cargo.

14. Se estrangeiro, comprovante de permanência e legalidade no país.

ORIGINAL

15. FOTO 3X4 (atual, colorida);

16. Certidão de Distribuição Primeiro Grau Ações e Execuções Cíveis e Criminais da Esfera Estadual conforme Estado cadastrado em seu endereço da ficha de inscrição do presente concurso;

17. Certidão de Distribuição Primeiro Grau Ações e Execuções Cíveis e Criminais da Esfera Federal conforme Estado cadastrado em seu endereço da ficha de inscrição do presente concurso;

18. Certidão de Quitação Eleitoral da Justiça Eleitoral Tribunal Superior Eleitoral;

19. Certidão Negativa do Poder Judiciário Justiça Militar da União de Ações Criminais (masculino);

20. Certidão Negativa de Débitos Municipais – CNDM;

21. Declaração Quanto ao Exercício ou Não de Outro Cargo, Emprego ou Função Pública (anexo III) ;

22. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio ou Declaração de Imposto de Renda ano calendário – 2015 (anexo IV);

23. Declaração para IRFF e salário família (anexo V);

24. Declaração de Não Ter Sofrido Penalidade Incompatível com Nova Investidura em Cargo Público (anexo VI);

25. Apresentar Registro e Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe conforme o caso.

"É recomendado ao candidato convocado que primeiramente apresente a documentação solicitada nos itens 1 a 25 e após a confirmação destes documentos pelo Departamento Recursos Humanos, realize os demais exames descritos nos itens 26 e 27, salientando que os mesmos devem ser entregues dentro do prazo estipulado neste edital (30 dias)."

26. Exame médico Admissional, conforme Decreto 39/2016 e exames complementares somente para os cargos de Auxiliar de Serviços Gerais 40 horas, Guarda de Patrimônio 40 horas, Auxiliar de Serviços Gerais 30 horas – EDUCAÇÃO e Guarda de Patrimônio 40 horas EDUCAÇÃO, seguindo as orientações do Anexo I, Decreto 39/2016, apenas se o candidato convocado apresentar todos os documentos solicitados.

27. Avaliação Psicológica, IFP - Inventario Fatorial de Personalidade ou BFP - Bateria Fatorial de Personalidade, feito por um profissional da área de psicologia para todos os cargos desde que o candidato convocado apresentar todos os documentos solicitados.

ANEXO III

DECLARAÇÃO AO EXERCÍCIO OU NÃO DE OUTRO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, DECLARO, para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço nenhum cargo, função e emprego público em quaisquer das esferas Federal, Estadual e Municipal, da Administração Pública, que gere impedimento legal nos termos do artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, não comprometendo, dessa forma, minha nomeação e posse para o cargo de _____, do Município de Itanhangá – MT. DECLARO que não percebo proventos de aposentadoria e pensão decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que sejam inacumuláveis com o Cargo em que tomarei posse. E por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2018.

_____

Assinatura

CONSTITUIÇÃO FEDERAL "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (...) § 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DOS BENS E VALORES QUE CONSTITUEM SEU PATRIMÔNIO

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, no Cargo de _____,na Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, para fins de inclusão na minha ficha de registro junto ao Departamento de Recursos Humanos em cumprimento as determinações contidas no art. 24 §4º da Lei Complementar 002/2005, combinado com o art. 13 e seus parágrafos da Lei 8.429/1992, DECLARO que:

a. ( ) Não possuo bens e valores patrimoniais conforme discrimina o art. 34 da Instrução Normativa SRH 001/2011. b. ( ) Integram meu patrimônio os bens e valores discriminados no quadro abaixo (imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações ou quaisquer outros bens e valores patrimoniais localizados no País ou no exterior) Obs.: A presente declaração deverá abranger o patrimônio do cônjuge, companheiro (a), filho (a) ou qualquer pessoa que viva sob a dependência econômica do declarante.

DISCRIMINAÇÃO DO BEM	**VALOR (R$)**

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade das informações prestada poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as conseqüências previstas na legislação vigente. Por ser verdade, firmo o presente.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2018.

_____

Assinatura

ANEXO V

DECLARAÇÃO PARA IRRF E SALÁRIO FAMÍLIA.

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR				
Nome:				
Matricula:	Lotação:			
Situação Funcional: ( ) Inativo ( ) Ativo				
CPF:	RG:			
Endereço residencial: Rua/Avenida/nº/Complemento: _____ _____ Bairro: _____ CEP: _____ Município: _____ UF: _____ Telefone comercial: _____Telefone residencial: _____				
Nome do Dependente	Sexo	Código do Dependente	Data de Nascimento	É portador de necessidade especial ou estudante
Declaro sob as penas da lei serem verdadeiras as informações preenchidas acima, e que o(s) respectivo(s) dependente(s) vivem sob as minhas expensas, não cabendo à fonte pagadora qualquer responsabilidade perante a fiscalização. Data: _____/_____/_____ _____ Assinatura				
CÓDIGO DE DEPENDENTES: C = Cônjuge F = Filho E = Enteado (até 21 anos) P = Pai M = Mãe				

Inclusão no Sistema (para uso do DRH/PMI) Inclusão na folha de pagamento de _____/_____. _____

Assinatura Do Responsável Pela Inclusão/Exclusão

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADE INCOMPATÍVEL COM NOVA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, DECLARO para o fim específico de ingresso **no Cargo de _____,n**a Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, que não sofri, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, incompatível com a nova investidura em cargo publico.

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade da informação prestada poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as conseqüências previstas na legislação vigente.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2018.

_____

Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 252, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

"Exonerar o Servidor que menciona de exercer cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, e dá outras providencias. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo/Prefeitura, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

R E S O L V E:

Art. 1° - Exonerar o servidor abaixo relacionado, do exercício dos cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração**, a partir do dia 30 de outubro de 2018,** conforme segue:

1. ACÁCIO RODRIGUES MARTELLO CPF-MF: 872.313.441-00

Coordenador de Ações Programáticas e Estratégicas – CAPE

Art. 2° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 29 de outubro de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 250, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

Concede Auxílio Doença à servidora que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado à unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, a perícia junto a Junta Médica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Conceder o Auxílio Doença, a servidora abaixo relacionada:

1. MARCIANE MARMETT MALOSSI, servidora pública do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, empossada em 07/03/2008, pelo período de **26/10/2018 à 23/01/2019, conforme Laudo Pericial,** com o retorno aos trabalho no dia **24/01/2019.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 26/10/2018.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 29 de outubro de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 247, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

Concede Licença Prêmio por Assiduidade aos servidores que mencionam, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, o deferimento do Prefeito Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, aos servidores abaixo relacionados:

1. JOANA DARC BARBOSA, servidora pública do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de ASSISTENTE SOCIAL, empossada em 18/09/2013, pelo período de 03 (três) meses– **sendo o período de gozo de 01/12/2018 à 01/03/2019, referente ao período aquisitivo 18/09/2013 a 18/09/2018,** com o retorno aos trabalho no dia **02/03/2019.**

2. JOCELINA PEREIRA DE BRITO, servidora pública do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, empossada em 21/01/2013, pelo período de 03 (três) meses– **sendo o período de gozo de 31/10/2018 à 31/01/2019, referente ao período aquisitivo 21/01/2013 a 21/01/2018**, com o retorno aos trabalho no dia **01/02/2019. 3. ZIRALDO CARVALHO DE FIGUEREDO,** servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de MOTORISTA, empossado em 16/02/2000, pelo período de 01 (um) mês – **sendo o período de gozo de 21/12/2018 à 21/01/2019, referente ao período aquisitivo 16/02/2010 a 16/02/2015**, com o retorno aos trabalho no dia **22/01/2019.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 29 de outubro de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 063, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

"Dispõe Sobre Convocação dos Candidatos Aprovados/Classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2018 da Prefeitura Municipal de Itiquira – MT e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira.

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 888 de 08 de abril de 2015, que dispõe a autorização ao Poder Executivo Municipal a proceder à CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO, visando atender necessidades de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a Homologação do resultado final Processo Seletivo Simplificado, pelo Decreto Nº. 030/2018 de 18 de maio de 2018 o qual possui candidatos aprovados e classificados;

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública Municipal em promover a contratação de pessoal por tempo determinado;

CONSIDERANDO a ordem rigorosa de classificação do Edital Complementar nº 014, do procedimento supracitado;

CONVOCA:

Art. 1° - Ficam convocados os candidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2018, para os Cargos abaixo relacionados, para se apresentarem pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situada na Av. Lúcio Mendonça Primo, 621, Conjunto Habitacional Arco Íris II, em Itiquira, Estado de Mato Grosso, no período de 30 dias a contar da publicação deste, no horário de 08h00-min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, para tratarem de assuntos de seu interesse.

Art. 2º - Os candidatos convocados são os seguintes:

QTD	CANDIDATO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
01	SAMARA LIMA DE OLIVEIRA SOUZA	PROFESSOR NÍVEL II- PEDAGOGIA I AO V ANO-ITIQUIRA	2º COLOCADO CLASSIFICADO

Art. 3º - Os candidatos deverão se apresentar com os seguintes documentos originais, reproduzidos por cópias autenticadas em cartório ou cópia autenticada por servidor municipal com competência conferida por portaria;

01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior 18 (dezoito) anos;

02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts, 12 e 37, I da CF/88);

03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;

04 - Certidão de Nascimento dos filhos e frequência escolar de menores de 14 anos (se for o caso);

05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

07 - Cartão do PIS/PASEP;

08 - Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem a posse;

09 - Título de Eleitor;

10 - Certidão Negativa fornecida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (internet) da Comarca do domicilio dos últimos 05 (cinco) anos relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de contratação;

12 - Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido, expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

13 - 02 (duas) foto 3X4 colorida e recente;

14 - Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

15 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

16 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);

17 - Declaração contendo endereço residencial;

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19 - Declaração de Bens;

20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

21 –Conta Corrente Banco do Brasil.

22- CPF dos dependentes maiores de 14 anos

22- CPF do cônjuge, se for o caso

23- CPF do Pai e da Mãe

23- Cópia da página da Carteira de Trabalho onde consta o número e os dados pessoais

Art. 4º - Se o candidato convocado não comparecer no prazo estabelecido por este Edital, será considerado DESISTENTE do direito de ser contratado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, em 29 de outubro de 2018.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 251, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

Suspende o gozo da Licença Prêmio por Assiduidade concedida pela Portaria nº 236/2018, da servidora pública que especifica, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO, o interesse público e a necessidade de serviço;

R E S O L V E:

Art. 1° - Suspender o gozo da Licença Prêmio por Assiduidade concedida pela Portaria nº 236/2018, da servidora abaixo relacionada.

1. LUCIANE MORAIS BARBOSA, servidora pública do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, empossada em 31/01/2013, pelo período de 03 (três) meses– **sendo o período de gozo de 15/10/2018 à 15/01/2019, referente ao período aquisitivo 01/03/2010 a 01/03/2015,** com o retorno aos trabalho no dia **16/01/2019.**

Parágrafo Único – O período suspenso será gozado em momento oportuno a ser acordado entre as partes.

Art. 3° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 4° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 15/10/2018.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 29 de outubro de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 248, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

"Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares, ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o requerimento na unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, o deferimento do Prefeito Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para Tratar de Interesses Particulares, ao servidor abaixo relacionado:

1. ELISANGELA DA SILVA LIMA, servidora pública do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de PROFESSOR, admitido em 11/03/2008, aprovado em Concurso Público, pelo período de 03 (três) anos – **período de 30/10/2018 à 30/10/2021, referente ao período aquisitivo de 11/03/2008 à 29/10/2018.**

Art. 2º -Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo as providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentário e financeiro, se devidas.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, 29 de outubro de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 062, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

"Dispõe Sobre Convocação dos Candidatos Aprovados/Classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2017 da Prefeitura Municipal de Itiquira – MT e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira.

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 888 de 08 de abril de 2015, que dispõe a autorização ao Poder Executivo Municipal a proceder à CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO, visando atender necessidades de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a Homologação do resultado final Processo Seletivo Simplificado, pelo Decreto Nº. 013/2017 de 08 de fevereiro de 2018 o qual possui candidatos aprovados e classificados;

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública Municipal em promover a contratação de pessoal por tempo determinado;

CONSIDERANDO a ordem rigorosa de classificação do Edital Complementar nº 014, do procedimento supracitado;

CONVOCA:

Art. 1° - Ficam convocados os candidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2017, para os Cargos abaixo relacionados, para se apresentarem pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situada na Av. Lúcio Mendonça Primo, 621, Conjunto Habitacional Arco Íris II, em Itiquira, Estado de Mato Grosso, no período de 30 dias a contar da publicação deste, no horário de 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, para tratarem de assuntos de seu interesse.

Art. 2º - Os candidatos convocados são os seguintes:

QTD	CANDIDATO	CARGO	LOCAL	CLASSIFICAÇÃO
01	KHERONLAINE RAQUEL ARANTES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ITIQUIRA	17 COLOCADA CLASSIFICADA

Art. 3º - Os candidatos deverão se apresentar com os seguintes documentos originais, reproduzidos por cópias autenticadas em cartório ou cópia autenticada por servidor municipal com competência conferida por portaria;

01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior 18 (dezoito) anos;

02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts, 12 e 37, I da CF/88);

03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;

04 - Certidão de Nascimento dos filhos e frequência escolar de menores de 14 anos (se for o caso);

05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

07 - Cartão do PIS/PASEP;

08 - Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem a posse;

09 - Título de Eleitor;

10 - Certidão Negativa fornecida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (internet) da Comarca do domicilio dos últimos 05 (cinco) anos relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de contratação;

12 - Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido, expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

13 - 02 (duas) foto 3X4 colorida e recente;

14 - Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

15 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

16 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);

17 - Declaração contendo endereço residencial;

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19 - Declaração de Bens;

20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

21 –Conta Corrente Banco do Brasil.

22- CPF dos dependentes maiores de 14 anos

23- CPF do cônjuge, se for o caso

24- CPF do Pai e da Mãe

25- Cópia da página da Carteira de Trabalho onde consta o número e os dados pessoais

Art. 4º - Se o candidato convocado não comparecer no prazo estabelecido por este Edital, será considerado DESISTENTE do direito de ser contratado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, em 29 de outubro de 2018.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 241, DE 22 DE OUTUBRO DE 2018.

Concede Licença Prêmio por Assiduidade à servidora que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, o deferimento do Prefeito Municipal

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, às servidoras abaixo relacionadas:

1. ZILDA MARIA HONORIA BATISTA, servidora pública do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, empossada em 29/04/1994, pelo período de 01 (um) mês– **sendo o período de gozo de 05/10/2018 à 05/11/2019, referente ao período aquisitivo 29/04/2009 a 29/04/2014,** com o retorno aos trabalho no dia **06/11/2018.**

2. LETICIA LOPES DO AMARAL, servidora pública do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de PROFESSOR, empossada em 11/03/2008, pelo período de 03 (três) meses– **sendo o período de gozo de 29/10/2018 à 29/01/2019, referente ao período aquisitivo 11/03/2013 a 11/03/2018**, com o retorno aos trabalho no dia **30/01/2019.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 22 de outubro de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 243, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018.

Designar o Servidor responsável pela fiscalização do contrato 012/2018 no Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 021/2013, que dispõe sobre regulamento para fiscalização dos contratos das atribuições e responsabilidades do Fiscal de Contratos no âmbito da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, bem como a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer um servidor para fiscalizar o contrato administrativo 012/2018 do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designa a Servidora abaixo relacionada, para ser responsável pela fiscalização do Contrato Administrativo 012/2018, firmado entre **O MUNICÍPIO DE ITIQUIRA E LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS FREITAS LTDA,** conforme disposto no Decreto Municipal nº 021/2013.

1- JAQUELINE PATRICIA DE LIMA CPF/MF: 082.794.099-80

Art. 2°. As atribuições dos servidores designados, são as estabelecidas no Decreto Municipal nº 021/2013, e por tratar-se de relevante interesse público, não são remuneradas, havendo a dispensa de suas atribuições/funções habituais, quando em horário de expediente, para atender as diligências e demais atividades pertinentes, cabendo a Administração Pública Municipal viabilizar todas as condições necessárias para o fiel cumprimento das referidas atribuições/funções.

Art. 3°. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT . 24 de outubro de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 244, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018.

Designar o Servidor responsável pela fiscalização do contrato 013/2018 no Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 021/2013, que dispõe sobre regulamento para fiscalização dos contratos das atribuições e responsabilidades do Fiscal de Contratos no âmbito da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, bem como a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer um servidor para fiscalizar o contrato administrativo 013/2018 do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designa a Servidora abaixo relacionada, para ser responsável pela fiscalização do Contrato Administrativo 013/2018, firmado entre **O MUNICÍPIO DE ITIQUIRA E LABORATÓRIO GASTÃO DE MATOS S/C LTDA,** conforme disposto no Decreto Municipal nº 021/2013.

1- JAQUELINE PATRÍCIA DE LIMA CPF/MF: 082.794.099-80

Art. 2°. As atribuições dos servidores designados, são as estabelecidas no Decreto Municipal nº 021/2013, e por tratar-se de relevante interesse público, não são remuneradas, havendo a dispensa de suas atribuições/funções habituais, quando em horário de expediente, para atender as diligências e demais atividades pertinentes, cabendo a Administração Pública Municipal viabilizar todas as condições necessárias para o fiel cumprimento das referidas atribuições/funções.

Art. 3°. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT . 24 de outubro de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 210, DE 06 DE SETEMBRO DE 2018.

Concede Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, o deferimento do Prefeito Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, ao servidor abaixo relacionado:

1. ENOK FERREIRA PORTELA, servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, empossada em 30/04/2002, pelo período de 06 (seis) meses– **sendo o período de gozo de 20/03/2018 à 20/09/2018, referente ao período aquisitivo 30/04/2007 a 30/04/2017,** com o retorno aos trabalho no dia **21/09/2018.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 20/03/2018 .

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 06 de setembro de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 249, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

Concede Auxílio Doença à servidora que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado à unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, a perícia junto a Junta Médica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Conceder o Auxílio Doença, a servidora abaixo relacionada:

1. ELENICE SOARES VELASCO, servidora pública do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de PROFESSOR, empossada em 01/03/2008, pelo período de **15/10/2018 à 23/12/2018, conforme Laudo Pericial,** com o retorno aos trabalho no dia **24/12/2018.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 15/10/2018.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 29 de outubro de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Cancelamento da publicação do dia 17/10/2018, edição 3.086, pág. 133, referente à rescisão do contrato nº 217/2018, do Sr. Carlos Alberto dos Santos, vez que a mesma fora publicada de forma equivocada.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 042/2018

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2018

A Prefeitura Municipal de Itiquira, situada na Avenida Lúcio Mendonça Primo, 621, Conjunto Habitacional Arco Íris II, através da senhora Juliane Presotto, pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivandoo **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO NOVO, TIPO CAVALO MECÂNICO TRUCADO (6X2), DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 870472/2018 CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E O MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT,** do tipo menor preço por item, obteve o seguinte resultado: **FANCAR DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA, CNPJ nº 00.784.470/0003-55** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 388.000,00 (trezentos e oitenta e oito mil reais).**

Itiquira/MT, 30 de outubro de 2018.

Juliane Presotto

Pregoeira

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 242, DE 22 DE OUTUBRO DE 2018.

Concede Licença Maternidade à servidora que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo e o atestado médico, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade a servidora abaixo relacionada:

1. CLAUDILENE SOUZA DIAS, servidora pública do quadro de servidores efetivos do Poder Executivo, no Cargo de GARI, admitida por meio de Concurso Público, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, sendo o período de gozo de 19/10/2018 à 16/04/2019, devendo retornar ao trabalho no dia 17/04/2019.

Art. 2º -Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo às providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentário e financeiro, se devidas.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos á 19/10/2018.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 22 de outubro de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

LEI MUNICIPAL Nº 699/2018, DE 19 DE OUTUBRO DE 2018

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA LEI Nº 680/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE JANGADA - MT – LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, Sr. EDERZIO DE JESUS MENDES, no uso de suas atribuições legais, **Faz saber,** que a Câmara Municipal de Jangada - MT aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Artigo 5º da Lei nº 680, de 17 de novembro de 2017, passa ter a seguinte redação:

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no curso da execução orçamentária, com base nos recursos efetivamente disponíveis, como determinado pelo art. 43, § 1°, III, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, créditos adicionais suplementares até o limite de **55% (cinquenta e cinco por cento)** da despesa fixada no art. 2° desta Lei.

Art. 2o – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Jangada – MT, em 30 de outubro de 2018.

EDERZIO DE JESUS MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

AVISO DE CONVOCAÇÃO

AVISO DE CONVOCAÇÃO DE CLASSIFICADOS SUBSEQUENTES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE AO ITEM 03 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2017

Tendo em vista o termo de desistência de prestação de serviços inerentes ao item 03, do pregão presencial nº. 005/2017, pleiteado pela empresa **V PEREIRA DA SILVA TRANSPORTE – ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 26.728.437/0001-30, pelos motivos aduzidos no presente termo, o Pregoeiro vem CONVOCAR, na ordem de classificação, as empresas classificadas em 2º e 3º lugar, respectivamente, para caso, aceite ofertar os serviços inerente ao item 03, do pregão presencial nº. 005/2017, nas mesmas condições que sagrou a proposta vencedora durante a vigência da Ata de Registro de Preços do pregão em apreço. Caso a primeira classificada apresente carta de renúncia da prestação dos serviços, fica, automaticamente, convocado o classificado subsequente, para, caso queira, apresente carta de aceite da prestação de serviços inerente ao referido item durante a vigência da respectiva Ata de Registro de Preço.

Jauru-MT, 30 de outubro de 2018.

Anderson Pavini

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO ANALISE DE CURRICULO/CONTAGEM DE PONTOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2018-PSS

CNPJ 15.072.663/0001-99

Rua Niterói, 81 N, Centro – CEP: 78.575-000 – Fone (66)3556-9400.

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO ANALISE DE CURRICULO/CONTAGEM DE PONTOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2018-PSS

O Prefeito Municipal de Juara-MT Srº **Carlos Amadeu Sirena**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista Analise de Currículo/Contagem de pontos do Processo Seletivo Simplificado Zona Rural para preenchimento de vagas para os cargos de **Professor Nível Superior Licenciatura Pedagogia e Professor Nível Superior Área do Conhecimento**, no quadro temporário da Secretaria Municipal de Educação, tendo em vista o Edital de Abertura de Inscrições publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso no dia 26/10/2018, Edição nº 3.093- **RESOLVE:**

I – **HOMOLOGAR** o resultado final da classificação por Analise de Currículo/Contagem de Pontos do Processo Seletivo Simplificado Nº 005/2018 conforme relação em anexo.

Gabinete do Prefeito Interino em Exercício, Juara - MT, 31 de Outubro de 2018.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito Municipal de Juara-MT.

ZONA RURAL

CARGO: PROFESSOR - ESCOLA MUNICIPAL RENASCER- ASSENTAMENTO BANCO DA TERRA

CLASSIFI CAÇÃO	CANDIDATO	RG	PONTOS TITULAÇÃO	PONTOS QUALIFICA ÇÃO PROFISSIO NAL	TOTAL DE PONTOS	CRITERIO DESEMPA TE	RESULTADO FINAL
01	NEODIR SOARES DE JESUS	1371059-1 SSP/MT	40	-	40	-	Aprovado
02	LUCIANA LEMES PEREIRA	2455270-4 SSP/MT	10	-	10	-	Classificada

CARGO: PROFESSOR- ESCOLA MUNICIPAL SANTO ANTONIO - FAZENDA MONTE AZUL

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	RG	PONTOS TITULAÇÃO	PONTOS QUALIFICA ÇÃO PROFISSIO NAL	TOTAL DE PONTOS	CRITERIO DESEMPA TE	RESULTADO FINAL
01	SANDRA BEZERRA DA SILVA	1371094-0SSP/MT	10	-	10	-	Aprovada

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE.

Processo: Inexigibilidade de Licitação n.º 04/2018.

Assunto: Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Uso e Utilização de Sistema de Pesquisa de Preços denominado "Traz Valor" em Atendimento a Secretaria Municipal de Administração.

Interessada: Secretaria Municipal de Administração.

Contratada: L. Ricardo de Magalhães Eireli - EPP, inscrita com o CNPJ sob o n.º 17.922.286/0001-65, localizada à Avenida Fernando Correia da Costa n.º 400 - Bairro Poção - CEP: 78.015-600 - Edifício Avenida Home & Office Center, Sala 04 - Cuiabá/MT.

Valor Global: R$ 4.410,00 (quatro mil, quatrocentos e dez reais).

Vigência: 03 (três) meses.

RECONHEÇO E RATIFICO com base no Art. 25, Inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93, e a vista do Parecer Jurídico n.º 115/2018/PGM, emitido pela Procuradoria Geral do Município, a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO n.º 04/2018, com fundamento no Art. 25, Inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93, para contratação do objeto supracitado.

Juara/MT, em 29 de outubro de 2018.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

PORTARIA N.º 095 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA, Prefeita Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

ART. 1º. – **EXONERAR** a Servidora **JELSI ADELIS SCHAEDLER,** portador da Cédula de Identidade RG n.º 12R/2.233-797 SSP/SC e do CPF Nº 567.540.861-49, Matrícula 04.01.066, do cargo de professora, nomeada através do Decreto 162/90 para fins de regularização.

ART. 2º.As despesas decorrentes desta Portaria correrão á conta das dotações próprias do orçamento vigente.

ART. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de dezembro de 1992, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Juruena/MT, 30 de outubro de 2018.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Prefeita Municipal, SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da C.P.L. e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação: 048/2018

Modalidade: Pregão Presencial Data da Homologação: 30/10/2018

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BANCO EM CONCRETO ARMADO APARENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERENCIA ANEXO NO EDITAL PELO PERÍODO DE 12 MESES. Fornecedor:

Razão Social: PRE ART PREMOLDADOS E CONSTRUÇÕES LTDA - ME CNPJ: 02.558.922/0001-44 Valor: R$ 35.000,00 Juruena – MT, 30 de outubro de 2018 SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA Prefeita Municipal de Juruena

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N° 004/2018

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N° 004/2018

A prefeitura municipal de Juruena, por intermédio de seu Presidente da Comissão Permanente de Licitação, nomeado pela Portaria n° 75/2018, respeitando os princípios gerais de direito público e as prescrições da Lei de Licitações n° 8.666, procedem o **CANCELAMENTO** da Licitação na modalidade Tomada de Preços n° 004/2018, processo licitatório n° 070/2018, cujo objeto é a Contratação de Empresa Especializada em Construção de Meio Fio e Sarjetas, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras de Juruena, devido a vícios no Edital.

Juruena- MT, 30 de outubro de 2018

Nelson Coutinho de Menezes Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 054/2018

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 054/2018

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 068/2018

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS: N° 048/2018

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Juruena/MT, doravante denominada PREFEITURA, neste ato representada pela Prefeita Municipal Sra. **SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA**, brasileira, portadora da cédula de identidade RG nº 698.611, e do CPF 747.198.402-30 residente e domiciliada na cidade de Juruena/MT resolve registrar os preços da **PRE ART PREMOLDADOS E CONSTRUÇÕES LTDA** - **ME CNPJ: 02.558.922/0001-44**, neste ato representada legalmente pelo Sr. **SERGIO MITSUKAZU NOMURA,** portador do **CPF de n° 567.334.108-34 e RG: 4.511.337-3**, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações e Lei 10.520/02, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto, o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Banco em Concreto Armado Aparente para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Juruena, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo no Edital pelo período de 12 meses.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A referida Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial, com inicio em 30/10/2018 e término em 30/10/2019.

3. DO GERENCIAMENTO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Juruena, através da Superintendência de Aquisição, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais.

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo.

Item	Descrição	Unid	Quant	Marca	Valor Unit	Valor Total
01	BANCO EM CONCRETO ARMADO APARENTE E INTEIRIÇO, COM AS SEGUINTES DIMENSÕES: -COMPRIMENTO 135CM -ESPESSURA 5CM -ASSENTO 45CM -ENCOSTO 40CM	UN	100	PREART	350,00	35.000,00

Juruena – MT, 30 de outubro de 2018.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA PREFEITA MUNICIPAL DE JURUENA

PRE ART PREMOLDADOS E CONSTRUÇÕES LTDA - ME SERGIO MITSUKAZU NOMURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

EXTRATO DO CONTRATO N.º 131/2018

EXTRATO DO CONTRATO N.º 131/2018

LICITAÇÃO: DISPENSA N.º 038/2018

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: WILHEN C. MORETTI & MORETTI LTDA-EPP

CNPJ: 37.460.987/0001-37

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BOMBA HIDRÁULICA PARA O VEÍCULO RETROESCAVADEIRA 580 N DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

VIGÊNCIA: DE 29/10/2018 ATÉ 30/12/2018.

VALOR GLOBAL: R$ 7.793,00 (SETE MIL, SETECENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS).

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE – MT, 29 DE OUTUBRO DE 2018.

GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 637/2018,

De 30 de outubro de 2018.

Autor: Poder Executivo.

"Dispõe sobre a homologação do plano de amortização para cobertura do déficit Atuarial, conforme diretrizes Emanadas Pela portaria n.º 403, de 10 de Dezembro de 2008, e da outras providências."

O Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS**, Prefeito do Município de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art.1º. Fica equacionado o déficit estabelecido pelo cálculo atuarial realizado no mês de agosto de 2018 e será amortizado conforme a tabela I do anexo I desta lei.

Art.2º. O déficit mencionado no caput do artigo anterior será amortizado em 23 (vinte e três) anos a contar da publicação desta lei, o qual somara a alíquota suplementar com a alíquota normal que será estipulada a cada ano por reavaliações atuariais.

Art.3º. A cada exercício os índices indicados na tabela I do anexo I desta lei poderão ser revistos conforme diminuição do déficit indicado na reavaliação atuarial usado como referencia nesta lei, o qual faz parte integrante desta lei.

Art.4º.O inciso III do Art. 50, da Lei Municipal n.º 558/2016, de 10 de novembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

III - *de uma contribuição mensal do município, incluída suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial, conforme o Art. 2º* ***da Lei Federal 9.717/1998, com redação determinada pela Lei Federal 10.887/2004,*** *igual a 13,14% (treze inteiros e quatorze décimos por cento), calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, mais alíquota suplementar igual a 9,26% (nove inteiros e vinte e seis décimos por cento) totalizando uma alíquota global de 22,40% (vinte e dois inteiros e quarenta décimos por cento).*

Art.5º. Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em AGOSTO/2018, que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 6º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N.º 132/2018

EXTRATO DO CONTRATO N.º 132/2018

LICITAÇÃO: DISPENSA N.º 040/2018

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: DINAMICA BRASIL SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA - ME

CNPJ: 09.121.353/0001-14

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ASSESSORIA E CONSULTORIA AO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE-MT JUNTO AO PMCMV – PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA DO GOVERNO FEDERAL.

VIGÊNCIA: DE 30/10/2018 ATÉ 30/10/2019.

VALOR GLOBAL: R$ 17.000,00 (DEZESSETE MIL REAIS).

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE – MT, 30 DE OUTUBRO DE 2018.

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 162/2018, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Aprova o Regulamento da I Conferência Municipal de Cultura de Lambari D'Oeste- MT e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE - MT, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no Decreto nº 43/2018, do dia 25 de outubro de 2018, que convoca a I Conferência Municipal de Cultura de Lambari D'Oeste e o Regulamento da IV Conferência de Cultura do Estado de Mato Grosso.

R E S O L V E:

Art. 1º A I Conferência Municipal de Cultura de Lambari D'Oeste - MT será realizada em 31 de outubro de 2018.

Art. 2º Fica a Secretaria Municipal de Educação e Cultura como responsável pelas providências operacionais para a realização da I Conferência Municipal de Cultura de Lambari D'Oeste - MT.

Art. 3º Os casos omissos e conflitantes do Regulamento da I Conferência Municipal de Cultura de Lambari D'Oeste – MT, serão decididos pela Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e dezoito.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

AVISO DE HOMOLOGAÇAO DA DISPENSA DE LICITAÇAO 040/2018

AVISO DE HOMOLOGAÇAO DA DISPENSA DE LICITAÇAO 040/2018

A prefeitura municipal De Lambari D´Oeste –MT, no uso de suas atribuições legais, torna público os interessados que a DISPENSA DE LICITAÇAO nº 040/2018 cujo certame se deu as 09:00 horas do dia 25 de OUTUBRO de 2018 com objeto: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ASSESSORIA E CONSULTORIA AO MUNICIPIO DE LAMBARI D´OESTE JUNTO AO PMCMV -PROGRAMA MINHA CASA , MINHA VIDA DO GOVERNO FEDERAL".** Fica homologado o objeto a favor da empresa DINAMICA BRASIL SOLUÇOES EM INFORMATICA LTDA –ME , CNPJ:09.121.353/0001-14, localizada Av. André Antônio Maggi , Nº 525 –Ed. Helbor Dual Business & Corporate, CEP; 78.049-080 Cuiabá –MT, sagrou se vencedora com o seguinte R$ 17.000,00 (dezessete mil reais) preço final.

LAMBARI D´OESTE –MT, 29 de Outubro de 2018.

Edimar Aparecido Dos Santos

Presidente Da C.P.L

EXTRATO DO CONTRATO N.º 130/2018

EXTRATO DO CONTRATO N.º 130/2018

LICITAÇÃO: DISPENSA N.º 039/2018

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COMERCIAL PARA FUNCIONAMENTO DO ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA GRATUITA EM SUBSTITUIÇÃO À DEFENSORIA PÚBLICA.

LOCADOR: EDILSON TAMAZZELLI BARBOSA

CPF: 849.410.221-49

VALOR MENSAL: R$ 954,00 (NOVECENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS).

VALOR GLOBAL: R$ 11.448,00 (ONZE MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E OITO REAIS).

VEGÊNCIA: DE 25/10/2018 ATÉ 25/10/2019

FREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE – MT, 25 DE OUTUBRO DE 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2018

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizou o PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO para A AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACORDO COM A REVISÃO DOS 50.000 KMS RODADOS COM A FINALIDADE DE MANTER A GARANTIA DE FABRICA DO VEÍCULO RENAULT/LOGAN EXPRESSION 1.6 – PLACA QCB 8429 ADQUIRIDO NO PREGÃO ELETRÔNICO 011/2016 EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAÚDE, onde contratou-se a Empresa MOREL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA devidamente inscrita no CNPJ SOB O Nº. 15.039.153/0001-10 com um valor total de R$ 999,77. O processo tem Fundamento Legal no Art. 24, Inciso XVII da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores. Maiores Informações junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min.

Matupá – MT, 30 de outubro de 2018.

CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES

- Presidente da Comissão Permanente de Licitação-

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 152, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

AUTOR DO PROJETO DE LEI: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 154/2018.

"Altera o quantitativo de vagas do cargo de Técnico em Radiologia nos anexos II e IX, da Lei Complementar nº 080, de 15 de outubro de 2013, que dispõe sobre reestruturação do plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores do quadro geral do Poder Executivo do Município de Matupá - MT, e dá outras providências".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o quantitativo de vagas do cargo de Técnico em Radiologia no Anexo II – Quadro de Cargos de Provimento Efetivo e Anexo IX – Quadro Geral, da Lei Complementar nº 080/2013, que passa a vigorar com a redação constante nos anexos desta Lei Complementar.

Art. 2º Os demais itens dos anexos permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

ANEXO – II

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Cargo	Área	Escolaridade/Pré-Requisito	Tabela Salarial / Ingresso	Quadro	Carga Horária Semanal
Controlador Interno	Gestão Estratégica de Nível Superior	Curso Superior de Contabilidade, de Administração de Empresa, Direito e Economia, ou áreas afins.	Anexo III-A	1	40 Hs
Contador	Gestão Estratégica de Nível Superior	Curso Superior de Contabilidade, com registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC.	Anexo III-A	1	40 Hs
Advogado	Gestão Estratégica de Nível Superior	Curso Superior de Direito, com inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.	Anexo III-A	2	40 Hs
Engenheiro Agrônomo	Gestão Estratégica de Nível Superior	Curso Superior de Engenharia Agronômica, com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.	Anexo III-A6	1	40 Hs
Engenheiro Ambiental	Gestão Estratégica de Nível Superior	Curso Superior de Engenharia Ambiental, com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.	Anexo III-A6	1	40 Hs
Engenheiro Civil	Gestão Estratégica de Nível Superior	Curso Superior de Engenharia Civil, com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.	Anexo III-A6	1	40 Hs
Engenheiro Florestal	Gestão Estratégica de Nível Superior	Curso Superior de Engenharia Florestal, com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.	Anexo III-A6	1	40 Hs
Engenheiro Sanitarista	Gestão Estratégica de Nível Superior	Curso Superior de Engenharia Sanitária, com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.	Anexo III-A6	1	40 Hs
Biólogo	Gestão Estratégica de Nível Superior	Diploma do Curso de Nível Superior em Ciências Biológicas ou em Ciências, com habilitação em Biologia, fornecido por instituição de ensino oficial ou reconhecido pelo Ministério da Educação e registro no respectivo Órgão de Classe	Anexo III-A6	1	40 Hs
Geólogo	Gestão Estratégica de Nível Superior	Ensino superior completo em Geologia e registro no conselho de classe.	Anexo III-A6	1	40 Hs
Educador Físico	Gestão Estratégica de Nível Superior	Curso Superior com titulo de Bacharel em Educação Física e registro no Conselho Regional de Educação Física – CREF	Anexo III-A5	1	40 Hs
Médico Veterinário	Gestão Estratégica de Nível Superior	Curso Superior em Medicina Veterinária com registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV	Anexo III-A4	1	40 Hs
Analista Administrativo	Gestão Estratégica de Nível Superior	Diploma de Curso de Nível Superior, fornecido por instituição de ensino oficial ou reconhecido pelo Ministério da Educação.	Anexo III-A3	8	40 HS
Assistente Social 30 horas	Gestão Estratégica de Nível Superior	Curso Superior de Serviços Social, inscrição no Conselho Regional de Serviço Social- CRESS	Anexo III-A2	3	30 Hs
Assistente Social 20 horas	Gestão Estratégica de Nível Superior	Curso Superior de Serviços Social, inscrição no Conselho Regional de Serviço Social- CRESS	Anexo III-A1	6	20 Hs
Médico 40 horas	Especialista em Saúde de Nível Superior	Ensino superior Completo em Medicina com registro no CRM.	Anexo III-C	6	40 Hs
Médico 30 horas	Especialista em Saúde de Nível Superior	Ensino superior Completo em Medicina com registro no CRM.	Anexo III-C1	2	30 Hs
Médico Especialista 20 horas	Especialista em Saúde de Nível Superior	Ensino superior Completo em Medicina com registro no CRM e com Especialização reconhecida pelo MEC	Anexo III-C2	3	20 Hs
Odontólogo 40 horas	Especialista em Saúde de Nível Superior	Curso Superior de Odontologia, inscrição no Conselho Regional de Odontologia – CRO.	Anexo III-C3	6	40 Hs
Enfermeiro 40 horas	Especialista em Saúde de Nível Superior	Curso Superior de Enfermagem, com inscrição no Conselho Regional de Enfermagem - COREN.	Anexo III-C4	14	40 Hs
Nutricionista 40 horas	Especialista em Saúde de Nível Superior	Curso Superior de Nutrição e inscrição no Conselho Regional de Nutrição - CRN.	Anexo III-C4	2	40 Hs
Psicólogo 40 horas	Especialista em Saúde de Nível Superior	Curso Superior de Psicologia, com inscrição no Conselho Regional de Psicologia – CRP.	Anexo III-C4	3	40 Hs
Farmacêutico 40 horas	Especialista em Saúde de Nível Superior	Curso Superior em Farmácia Bioquímica com inscrição no Conselho Regional de Farmácia – CRF	Anexo III-C4	3	40 Hs
Odontólogo 20 horas	Especialista em Saúde de Nível Superior	Curso Superior de Odontologia, inscrição no Conselho Regional de Odontologia – CRO.	Anexo III-C5	2	20 Hs
Cargo	**Área**	**Escolaridade/Pré-Requisito**	**Tabela Salarial / Ingresso**	**Quadro**	**Carga Horária Semanal**
Bioquímico 20 horas	Especialista em Saúde de Nível Superior	Curso Superior em Farmácia Bioquímica com inscrição no Conselho Regional de Farmácia – CRF	Anexo III-C6	4	20 Hs
Farmacêutico 20 horas	Especialista em Saúde de Nível Superior	Curso Superior em Farmácia Bioquímica com inscrição no Conselho Regional de Farmácia – CRF	Anexo III-C6	2	20 Hs

Fisioterapeuta 20 horas	Especialista em Saúde de Nível Superior	Curso Superior de Fisioterapia e registro no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – CREFITO	**Anexo III-C6**	**4**	20 Hs
Fonoaudiólogo 20 horas	Especialista em Saúde de Nível Superior	Curso Superior de Fonoaudióloga, com registro no Conselho Regional de Fonoaudióloga - CRF.	**Anexo III-C6**	**2**	20 Hs
Psicólogo 20 horas	Especialista em Saúde de Nível Superior	Curso Superior de Psicologia, com inscrição no Conselho Regional de Psicologia – CRP.	**Anexo III-C6**	**2**	20 Hs
Agente de Tecnologia da Informação	Gestão Estratégica de Nível Médio	Nível Médio Completo + Informática	**Anexo III-B**	**1**	40 Hs
Agente de Tributos	Gestão Estratégica de Nível Médio	Nível Médio Completo + Informática	**Anexo III-B1**	**3**	40 Hs
Agente de Contabilidade	Gestão Estratégica de Nível Médio	Nível Médio Completo + Informática	**Anexo III-B1**	**2**	40 Hs
Desenhista	Gestão Estratégica de Nível Médio	Ensino Nível Médio **e** Curso de Autocad 2D (R13, R14 ou 2000)	**Anexo III-B1**	**1**	40 Hs
Educador do CREAS	Gestão Estratégica de Nível Médio	Nível Médio Completo	**Anexo III-B1**	**2**	40 Hs
Fiscal de Tributos	Gestão Estratégica de Nível Médio	Nível Médio Completo + Informática	**Anexo III-B1**	**9**	40 Hs
Fiscal de Tributos Rodoviários	Gestão Estratégica de Nível Médio	Nível Médio Completo + Informática	**Anexo III-B1**	**4**	40 Hs
Técnico em Agropecuária	Gestão Estratégica de Nível Médio	Nível Médio Completo Técnico, com registro profissional no órgão da classe para as funções cujo exercício esteja regulamentado por Lei.	**Anexo III-B1**	**4**	40 Hs
Técnico Processamento de Dados	Gestão Estratégica de Nível Médio	Nível Médio Completo Técnico devidamente reconhecido por secretaria/Conselho Estadual ou Municipal da Educação na área de Informática.	**Anexo III-B1**	**2**	40 Hs
Topógrafo 40 horas	Gestão Estratégica de Nível Médio	Nível médio Completo Técnico Nível com registro profissional no órgão da classe para as funções cujo exercício esteja regulamentado por Lei.	**Anexo III-B1**	**2**	40 Hs
Instrutor Profissional	Gestão Estratégica de Nível Médio	Ensino nível médio, cursos com comprovação da habilitação da atividade a ser desenvolvida.	**Anexo III-B2**	**10**	40 Hs
Agente Administrativo	Gestão Operacional de Nível Médio	Nível Médio Completo, conhecimentos em informática	**Anexo III-E**	**89**	40 Hs
Assistente Administrativo	Gestão Operacional de Nível Médio	Nível Médio Completo, conhecimentos em informática	**Anexo III-E**	**1**	40 Hs
Motorista Executivo	Gestão Operacional de Nível Médio	Ensino Médio Completo, com CNH, categoria C.	**Anexo III-E**	**2**	40 Hs
Educador Social	Gestão Operacional de Nível Médio	Nível Médio Completo	**Anexo III-E1**	**4**	40 Hs
Cargo	**Área**	**Escolaridade/Pré-Requisito**	**Tabela Salarial / Ingresso**	**Quadro**	**Carga Horária Semanal**
Fiscal de Vigilância Sanitária	Especialista em Saúde de Nível Médio	Nível Médio Completo	**Anexo III-D**	**4**	40 Hs
Técnico em Enfermagem	Especialista em Saúde de Nível Médio	Ensino médio técnico em enfermagem ou Curso Técnico de Enfermagem, com inscrição no Conselho Regional de Enfermagem - COREN.	**Anexo III-D**	**60**	40 Hs
Técnico em Higiene Dental	Especialista em Saúde de Nível Médio	Ensino médio Técnico em Saúde Bucal ou Curso de Técnico em Saúde Bucal, com inscrição no Conselho Regional de Odontologia – CRO	**Anexo III-D**	**5**	40 Hs
Técnico em laboratório	Especialista em Saúde de Nível Médio	Ensino médio técnico de laboratório em análises clínicas ou Curso Técnico em laboratório de análises clínicas ou especialização em análises clínicas	**Anexo III-D**	**4**	40 Hs
Técnico em Radiologia	Especialista em Saúde de Nível Médio	Ensino Médio técnico em radiologia ou Curso Técnico em Radiologia	**Anexo III-D**	**4**	40 Hs
Agente de Inspeção Sanitária	Especialista em Saúde de Nível Médio	Nível Médio Completo	**Anexo III-D1**	**40**	40 Hs
Auxiliar de Enfermagem	Especialista em Saúde de Nível Médio	Nível Médio Completo, Reg. COREN	**Anexo III-D1**	**30**	40 Hs
Auxiliar no Consultório Dentário	Especialista em Saúde de Nível Médio	Ensino Médio e Curso Profissionalizante em Auxiliar de Consultório Dentário e Registro CRO	**Anexo III-D1**	**7**	40 Hs
Auxiliar Administrativo	Gestão Operacional de Nível Fundamental	Nível Fundamental	**Anexo III-F**	**20**	40 Hs
Chapeador	Gestão Operacional de Nível Fundamental	Nível Fundamental	**Anexo III-F**	**2**	40 Hs
Digitador	Gestão Operacional de Nível Fundamental	Nível Fundamental	**Anexo III-F**	**2**	40 Hs

Pedreiro	Gestão Operacional de Nível Fundamental	Nível Fundamental	**Anexo III-F**	**4**	40 Hs
Adjunto de Operações	Gestão Operacional de Nível Fundamental	Nível Fundamental	**Anexo III-F1**	**4**	40 Hs
Marceneiro	Gestão Operacional de Nível Fundamental	Nível Fundamental	**Anexo III-F1**	**4**	40 Hs
Mecânico	Gestão Operacional de Nível Fundamental	Nível Fundamental	**Anexo III-F1**	**2**	40 Hs
Soldador	Gestão Operacional de Nível Fundamental	Nível Fundamental	**Anexo III-F1**	**2**	40 Hs
Carpinteiro	Gestão Operacional de Nível Fundamental	Nível Fundamental	**Anexo III-F2**	**2**	40 Hs
Cuidador Social	Gestão Operacional de Nível Fundamental	Nível Fundamental	**Anexo III-F2**	**4**	40 Hs
Encanador	Gestão Operacional de Nível Fundamental	Nível Fundamental	**Anexo III-F2**	**2**	40 Hs
Eletricista	Gestão Operacional de Nível Fundamental	Nível Fundamental	**Anexo III-F2**	**2**	40 Hs
Instrutor Cursos Comunitários	Gestão Operacional de Nível Fundamental	Nível Fundamental	**Anexo III-F2**	**3**	40 Hs
Operador de Motosserra	Gestão Operacional de Nível Fundamental	Nível Fundamental	**Anexo III-F2**	**1**	40 Hs
Recepcionista	Gestão Operacional de Nível Fundamental	Nível Fundamental	**Anexo III-F2**	**10**	40 Hs
Almoxarife	Gestão Operacional de Nível Fundamental	Nível Fundamental	**Anexo III-F2**	**3**	40 Hs
Apontador	Gestão Operacional de Nível Fundamental	Nível Fundamental	**Anexo III-F2**	**2**	40 Hs
Auxiliar de Mecânico	Gestão Operacional de Nível Fundamental	Nível Fundamental	**Anexo III-F2**	**1**	40 Hs
Cozinheiro	Gestão Operacional de Nível Fundamental	Nível Fundamental	**Anexo III-F2**	**7**	40 Hs
Pintor	Gestão Operacional de Nível Fundamental	Nível Fundamental	**Anexo III-F2**	**2**	40 Hs
Agente Comunitário de Saúde	Gestão Operacional em Saúde de Nível Fundamental	Nível Fundamental	**Anexo III-G**	**45**	40 Hs
Agente de Combate a Endemias	Gestão Operacional em Saúde de Nível Fundamental	Nível Fundamental	**Anexo III-G**	**15**	40 Hs
Agente de Serviços Públicos	Gestão Operacional de Nível Fundamental Incompleto	Nível Fundamental Incompleto	**Anexo III-H**	**54**	40 Hs
Jardineiro	Gestão Operacional de Nível Fundamental Incompleto	Nível Fundamental Incompleto	**Anexo III-H**	**2**	40 Hs
Auxiliar de Serviços Gerais	Gestão Operacional de Nível Fundamental Incompleto	Nível Fundamental Incompleto	**Anexo III-H**	**100**	40 Hs
Operador de Máquinas Pesadas II (Esc. hidráulica/ Motoniveladora)	Gestão Operacional de Nível Fundamental Incompleto	Nível Fundamental Incompleto	**Anexo III-H1**	**6**	40 Hs
Motoristas Veículos Pesados	Gestão Operacional de Nível Fundamental Incompleto	Nível Fundamental Incompleto	**Anexo III-H2**	**50**	40 Hs
Operador de Máquinas Pesadas I (Pá Carregadeira/ Trator esteira/Retro Escavadeira)	Gestão Operacional de Nível Fundamental Incompleto	Nível Fundamental Incompleto	**Anexo III-H3**	**10**	40 Hs
Tratorista	Gestão Operacional de Nível Fundamental Incompleto	Nível Fundamental Incompleto	**Anexo III-H3**	**4**	40 Hs
Motorista veículos leves	Gestão Operacional de Nível Fundamental Incompleto	Nível Fundamental Incompleto	**Anexo III-H4**	**15**	40 Hs

ANEXO IX

QUADRO GERAL				
- Síntese -				
Classe de Cargos	**Código**	**Horas Semanais**	**VB Inicial**	**Quadro**
CARGOS EM COMISSÃO	CC-I	40	R$ 6.947,08	12
	CC-I-A	40	R$ 6.307,95	01
	CC-I-B	40	R$ 5.127,93	02
	CC-II	40	R$ 4.585,07	22
	CC-II-A	40	R$ 4.000,00	1
	CC-III	40	R$ 3.473,54	14
	CC-IV	40	R$ 3.334,59	1
	CC-V	40	R$ 3.056,72	7
	CC-VI	40	R$ 2.300,88	19
	CC-VII	40	R$ 1.891,00	30
	CC-VIII	40	R$ 1.478,34	15
	CC-IX	40	R$ 1.208,80	27
	CC-X	40	R$ 1.042,06	14
				165
1. Gestão Estratégica de Nível Superior	GENS-1	40	R$ 6.947,08	4
	GENS-2	40	R$ 2.917,78	8
	GENS-3	30	R$ 2.709,36	3
	GENS-4	20	R$ 1.806,24	6
	GENS-5	40	R$ 3.612,48	1
	GENS-6	40	R$ 2.880,31	1
	GENS-7	40	R$ 4.367,71	7
				30
2. Gestão Estratégica de Nível Médio	GENM-1	40	R$ 2.778,83	1
	GENM-2	40	R$ 1.438,04	29
	GENM-3	40	R$ 1.319,95	10
				40
3. Especialista em Saúde de Nível Superior	ESNS 1	40	R$ 6.947,08	6
	ESNS 2	30	R$ 5.210,30	2
	ESNS 3	20	R$ 3.681,95	3
	ESNS 4	40	R$ 3.962,61	6
	ESNS 5	40	R$ 3.612,48	22
	ESNS 6	20	R$ 1.981,31	2
	ESNS 7	20	R$ 1.806,24	14
				55
4. Especialista em Saúde de Nível Médio	ESNM 1	40	R$ 1.438,04	77
	ESNM 2	40	R$ 1.076,80	77
				154
5. Gestão Operacional de Nível Médio	GONM 1	40	R$ 1.076,80	92
	GONM 2	40	R$ 1.024,00	4
				96
6. Gestão Operacional de Nível Fundamental	GONF 1	40	R$ 1.136,54	28
	GONF 2	40	R$ 1.119,87	12
	GONF 3	40	R$ 1.024,00	39
				79
7. Gestão Operacional em Saúde de Nível Fundamental	GOSNF 1	40	R$ 1.224,99	60
				60
8. Gestão Operacional de Nível Fundamental Incompleto	GONFI 1	40	R$ 972,59	156
	GONFI 2	40	R$ 3.515,21	6
	GONFI 3	40	R$ 1.721,48	50
	GONFI 4	40	R$ 1.439,43	14
	GONFI 5	40	R$ 1.136,54	15
				241
TOTAL GERAL				**920**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº. 7416 DE 29 DE OUTUBRO DE 2018 "DISPÕE SOBRE, AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO DA SERVIDORA GLORIA LAURIANO DE OLIVEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

Considerando o artigo nº 154 da Lei Complementar Municipal n°. 081/2013, de 15 de outubro de 2013, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município,

RESOLVE:

ART. 1°. Averbar o tempo de serviço para fins de aposentadoria para a servidora GLORIA LAURIANO DE OLIVEIRA, portadora do RG n.º 935655 SSP/MT e CPF n.º 777.790.021-87, efetiva no cargo de **Manutenção e Limpeza Classe C, Nível 07.**

ART. 2°. O tempo de serviço/contribuição averbado neste ato é de 224 dias, que correspondem a 07 meses e 11 dias, conforme certidão apresentada no processo administrativo de averbação nº 03/2018.

ART.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Matupá - MT, em 29 de outubro de 2018.

VALTER MIOTTO FERREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE

Ivaine Molina

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
LEI Nº 1081, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

AUTOR DO PROJETO DE LEI: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

PROJETO DE LEI N° 960/2018.

"Altera a Lei nº 1.051/2018, que aprova o projeto de Loteamento Alto dos Lagos, com área de 644.135,00 m², e dá outras providências".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - O artigo 2º da Lei nº 1.051, de 04 de maio de 2018, passa a vigorar acrescido dos §§ 1º e 2º e com a seguinte alteração:

Art. 2º - O loteador é responsável pela demarcação dos lotes, quadras e logradouros e pela execução das obras de infraestrutura de galerias para escoamento de águas pluviais, rede de água e esgoto, as vias de circulação com pavimentação asfáltica nas ruas e avenidas, construção de meio fio, rede de energia elétrica e iluminação pública, de acordo com os projetos aprovados pelo Município de Matupá.

§ 1º O loteador somente poderá iniciar a comercialização dos lotes após a realização de no mínimo 10 % das obras de infraestrutura e nas localidades do loteamento que possuir demarcação dos lotes, quadras e logradouros, obras de infraestrutura com abertura das vias de circulação, galeria de águas pluviais, rede de água e de energia elétrica.

§ 2º A totalidade das demarcações e obras de infraestrutura do loteamento deve estar concluída no prazo de três anos, sendo que até a conclusão das obras e liberação pelo Município não poderá comercializar fincando como garantia para execução das obras 130 lotes localizados no loteamento.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeitura Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
LEI Nº 1082, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

AUTOR DO PROJETO DE LEI: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

PROJETO DE LEI N° 961/2018.

"Altera a Lei nº 1.051/2018, que aprova o projeto de Loteamento Alto dos Lagos, com área de 644.135,00 m², e dá outras providências".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - O artigo 3º da Lei nº 1.051, de 04 de maio de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º - O loteador deverá promover o registro imobiliário do loteamento no prazo de 270 (duzentos e setenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, sendo que a promoção do registro imobiliário caracteriza a concordância do loteador com as condições e obrigações impostas nesta Lei.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeitura Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
RESCISÃO DE CONTRATO

RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO nº 015/2018

Pelo presente termo de Rescisão Contratual, de um lado o município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, detentor do CNPJ n. 03.755.477/0001-75 neste ato representado pelo Sr. **EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO**, portador do RG 579262 SSP/MT e CPF 415.991.521-34, a seguir denominado **CONTRATANTE** e o Sr**.** ***LUCIANO GONZAGA DA SILVA*****,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Mirassol D'Oeste - MT, portador do RG 1241280-5 SSP/MT e CPF 889.973.831-91, neste ato denominado contratado, resolvem de comum acordo, por iniciativa do contratante, rescindir a partir 06/09/2018 o contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Tempo Determinado nº 015/2018, do contratado ao cargo de **VIGIA**, ficando assim resolvido e não percebendo ambas as partes quaisquer ônus ou direitos posteriores.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 03 de Setembro de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

CONTRATANTE

LUCIANO GONZAGA DA SILVA

CONTRATADO

Testemunhas:

ALCILENA C. QUEIROZ BOTELHO

RG: 375911 SSP/MT

CPF 303.820.681-49

RODRIGO DONIZETE TERRADAS

RG: 1982516-1 SSP/MT

CPF: 024.713.901-70

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
RESCISÃO DE CONTRATO

RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO nº 013/2018

Pelo presente termo de Rescisão Contratual, de um lado o município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, detentor do CNPJ n. 03.755.477/0001-75 neste ato representado pelo Sr. **EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO**, portador do RG 579262 SSP/MT e CPF 415.991.521-34, a seguir denominado **CONTRATANTE** e o Sr**.** ***REGINALDO ALVES MUNIS*****,** brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Cidade de Mirassol D'Oeste - MT, portador do RG 1074557-2 SJ/MT e CPF 984.243.601-25, neste ato denominado contratado, resolvem de comum acordo, por iniciativa do contratante, rescindir a partir 06/09/2018 o contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Tempo Determinado nº 013/2018, do contratado ao cargo de **VIGIA**, ficando assim resolvido e não percebendo ambas as partes quaisquer ônus ou direitos posteriores.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 03 de Setembro de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

CONTRATANTE

REGINALDO ALVES MUNIS

CONTRATADO

Testemunhas:

ALCILENA C. QUEIROZ BOTELHO

RG: 375911 SSP/MT

CPF 303.820.681-49

RODRIGO DONIZETE TERRADAS

RG: 1982516-1 SSP/MT

CPF: 024.713.901-70

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

ORTARIA Nº 511 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO NOMEADA PELA PORTARIA 195/2018 QUE INSTAURA INQUÉRITO E, NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições;

Considerando as justificativas apresentadas pela Comissão, dando conta da dificuldade na localização das testemunhas para oitivas arroladas pela parte inquerida,

R E S O L V E

Art. 1º - Prorrogar até o dia 30 de novembro de 2018, o prazo para conclusão dos trabalhos da comissão nomeada pela Portaria nº 195/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D Oeste, Sede Provisória do Paço Municipal, Avenida Tancredo Neves 5659 em 30 de outubro de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 502 DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

NOMEIA ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DE OBRAS QUE ESPECIFICA.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições;

R E S O L V E

Artigo 1º - Nomear **ENGENHEIRO** para responder pela fiscalização da execução das obras de reconstrução bueiro triplo celular de concreto, conforme RDC 01.2017.

KLEYTON ANTONIO BESSA - Engenheiro Civil CREA 17315/AP-GO

RG: 4234741 DGPC-GO CPF: 001.335.171-01

End: Rua Bento Alexandre dos Santos s/nº - Centro – Mirassol D´Oeste-MT

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, sede provisória do Paço Municipal à Av. Tancredo Neves 5659, em 29 de outubro de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2018

"EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 02/2018."

A Prefeitura Municipal de Nobres – MT, através do Prefeito Municipal, Sr. Leocir Hanel, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados, aprovados no **Processo Seletivo Público e Processo Seletivo Simplificado, nº 001/2018**, para comparecer no prazo máximo de 10 (dez) dias, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, S/N - Bairro Jardim Paraná, para apresentar documentos exigidos para a devida contratação, conforme ANEXO I e ANEXO II deste Edital de Convocação.

Segue abaixo, a relação dos candidatos CONVOCADOS através deste Edital, APROVADOS no Processo Seletivo Público e Processo Seletivo Simplificado:

CARGO: **MOTORISTA DE AMBULÂNCIA**

Classificação no Concurso Ordenado por Nota

Inscrição	Nome	Nota	Class. Geral
000000002180	MANOEL MESSIAS PEREIRA	10,0	1
000000003507	DELMAR HENRIQUE SCHWENGBER	10,0	2
000000003186	OZÉIAS JOSÉ DE SOUZA	9,5	3
000000002583	JOSUEL ISAÍAS DE ARRUDA SILVA	9,5	4

Podendo ainda ser convocados, em futuras publicação, em relação aos cargos acima especificados os demais aprovados e classificados, sempre atendendo à necessidade da Administração Municipal.

Outras informações, se necessárias, poderão ser obtidas no Setor de Legislação e Normas na Sede da Prefeitura Municipal de Nobres – MT em horário comercial ou pelo telefone (65) 3376-4251

Nobres - MT, 30 de outubro de 2018.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

ANEXO I

RELAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

1. 01 (uma) Foto 3 X 4;

2. Cópia da Carteira de Trabalho – CTPS

3. Cópia do PIS/PASEP

4. Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:

4.1. CPF;

4.1.1. Declaração de Imposto de Renda (caso seja isento de apresentar a

declaração, deverá apresentar comprovante de situação regular do CPF emitido

pelo *site*:

https://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/...

ConsultaPublica.asp>);

4.2. Cédula de Identidade (RG) ou de Órgão de Classe Profissional no caso de

carreira regulamentada;

4.3. Titulo de eleitor com ;

4.4. Certidão de quitação eleitoral (comprovante de votação 2018 ou quitação

eleitoral emitido pelo *site*:

eleicoes/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>);

4.5. Certidão de Casamento ou de Nascimento, se solteiro;

4.6. Certidão de Nascimento de filhos com até 18 (dezoito) anos, se tiver;

4.7. Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 (seis) anos;

4.8. Certificado de reservista, para os candidatos do sexo masculino;

4.9. Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;

4.10. Comprovante de residência atualizado;

4.11. Quando exigido para o cargo, comprovante de habilitação em órgão

profissional e/ou cópia da Carteira de Registro nos conselhos, devidamente

acompanhada da certidão de situação de regularidade;

4.12. Carteira de habilitação (para o cargo de motorista na categoria exigida);

4.13. Certidão negativa de ações cíveis e criminais;

5. Declaração/Relação de Bens assinada (modelo em anexo), podendo ser

substituída pela declaração do imposto de renda;

6. Declaração assinada de que o candidato não exerce outro cargo na

Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, que gere impedimento legal

(modelo em anexo);

7. Dados para contato: número de telefone e endereço eletrônico;

8. Número de conta corrente no Banco do Brasil S.A (se não possuir,

providenciar abertura)

9. CPF do cônjuge se casado;

10. CPF dos pais.

11. Exame de Saúde (modelo anexo I) e exames solicitados pelo médico perito.

ANEXO II

1- DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, que nesta data, possuo os seguintes bens:

( ) Não possuo bens a declarar.

( ) Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

IMÓVEIS

Endereço	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

VEÍCULOS

Tipo	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

OUTROS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

FONTES DE RENDA

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Nobres MT, _____/_____/_____.

_____

Assinatura

2- DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGO

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____, inscrito(a) no CPF n.º _____, declaro para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço emprego ou função pública em quaisquer das esferas (Federal, Estadual ou Municipal) que gere impedimento legal nos termos do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha admissão para o cargo de _____, deste Poder.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Nobres MT, _____/_____/_____.

_____

Assinatura do Candidato

NOME:

CARGO:

RG:

CPF:

PERÍCIA MÉDICA (DIAGNÓSTICO)

Nobres MT, _____/_____/_____.

Sec Munic de Adm, Planej e Gestão Médico com CRM

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 061/2018

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Quézia da Rosa Ferreira, nomeada pela portaria 122/2018, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 061/2018**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cuja abertura ocorrerá as 08:00hs do dia **13/11/2018**, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Objeto: **Futura e Eventual AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA, TONERS E CARTUCHOS PARA ATENDER A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOBRES – MT**. Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 11:00 e 13:00h ás 17:00 ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/ . Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4219.

Nobres, 30 de Outubro de 2018.

QUEZIA DA ROSA FERREIRA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 376/2018, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

O Sr. **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar **a Senhora Claudete Reis dos Santos,** Portadora da Cédula de Identidade **RG nº 0419.896-4 SSP/MT** e do **CPF nº 332.382. 431-87** do **Cargo em Comissão Nível DAS-5 "Coordenadora de Recursos Humanos"** do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, aos 30 dias do mês de outubro de 2018, 65º da Emancipação Político-Administrativa. 30.10.2018.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2018

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2018

A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, através da Presidente da CPL nomeada pela Portaria 001/2018, publicada no Jornal da AMM 02/01/2018, torna pública, para conhecimento dos interessados, que a vencedora da presente **Tomada de Preço Nº 03/2018**, processo administrativo 002160/2018, cujo objeto é a **Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia para a obra de Revitalização do Lago Municipal e Construção de Área de Lazer no Entorno, obedecendo rigorosamente os termos, instruções, condições, projetos e especificações técnicas contidas neste instrumento, conforme projeto em anexo, objeto do Termo de Convênio nº 847018/ 2017 e Contrato de Repasse nº 2628.1041727-74/2017, mediante o regime empreitada por preço global,** conforme especificações constantes no TERMO DE REFERENCIA – ANEXO I, que é parte integrante do Edital, sagrou-se vencedora à empresa vencedora: Empresa – **X NOVA FRONTEIRA COSNTRUÇÕES LTDA EPP**– CNPJ nº. 11.644.825/0001-00, com a proposta no valor global de R$ 297.352,57 (**502.651,38 (quinhentos e dois mil seiscentos e cinqüenta e um reais e trinta e oito centavos)**.

Nossa Senhora do Livramento/MT, 30 de outubro de 2018.

Valquíria Ana de Campos

Presidente CPL

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal nº. 8.666/93 e as suas alterações, através de seu prefeito municipal, Sr Silmar de Souza Gonçalves, torna público aos interessados que homologou a licitação modalidade de TP nº. 002/2018, cujo objeto é a **Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia para a obra de Revitalização do Lago Municipal e Construção de Área de Lazer no Entorno, obedecendo rigorosamente os termos, instruções, condições, projetos e especificações técnicas contidas neste instrumento, conforme projeto em anexo, objeto do Termo de Convênio nº 847018/ 2017 e Contrato de Repasse nº 2628.1041727-74/2017, mediante o regime empreitada por preço global,** conforme especificações constantes no TERMO DE REFERENCIA – ANEXO I, que é parte integrante do Edital, sagrou-se vencedora à empresa vencedora: Empresa – **X NOVA FRONTEIRA COSNTRUÇÕES LTDA EPP**– CNPJ nº. 11.644.825/0001-00, com a proposta no valor global de R$ 297.352,57 (**502.651,38 (quinhentos e dois mil seiscentos e cinqüenta e um reais e trinta e oito centavos)**.

Nossa Senhora do Livramento/MT, 30 de outubro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PREGÃO ELETRÔNICO Nº : 030/2018 - DESERTA PROCESSO ADMINISTRATIVO : 002453/2018

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PREGÃO ELETRÔNICO Nº : 030/2018 - DESERTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO : 002453/2018

OBJETO: O objeto da presente licitação é o **Registro de Preço para futura e eventual Contratação de serviço de empresa especializada na realização de exames laboratórios**, de acordo com as condições, especificações, e quantitativos, especificados no item do ANEXO I – A Termo de Referência, deste edital.

No dia 29 (vinte e nove) de outubro de 2018, às 10h30min, reuniram-se na sala de licitações da Prefeitura do Município de Nossa Senhora do Livramento – MT., a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados à Portaria nº 001/2018, para a Sessão Pública do Pregão em epígrafe.

Em conformidade com as disposições contidas no Edital, a Pregoeira abriu a Sessão Pública, a qual, pela inexistência de propostas, está sendo encerrada, também, por caracterizar-se **"licitação deserta".**

Nenhuma empresa apresentou interesse em participar do presente procedimento licitatório. A Pregoeira e equipe de apoio, com efeito, decidiu considerar o certame **DESERTO** e, portanto, sem vencedores, conforme anexo ATA registrada na plataforma da BLL e anexo.

O processo será enviado à autoridade superior para apreciação e, devendo ser tomadas as medidas necessárias à repetição do certame, em sua forma eletrônico, caso seja de interesse da Secretaria solicitante.

Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada, e lavrada a presente Ata, que após ter sido lida e aprovada, vai assinada pela Comissão.

Nossa Senhora do Livramento – MT., 29 de outubro de 2018.

Leonildes Fátima da Silva Benevides

Pregoeira

Valquíria Ana de Campos

Presidente

Edevige Maria Faria de Freitas

Membro

RESULTADO FINAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2018

Resultado Final do Pregão Eletrônico nº 027/2018

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, nomeada pela Portaria 001/2018, publicada no Jornal da AMM 02/01/2018, vem a público divulgar o Resultado Final do **Pregão Eletrônico Nº 027/ 2018**, processo administrativo **001972/2018**, cujo objeto é o **Registro de Preço para futura e eventual Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Locação de 01 (um) caminhão ¾ furgão com capacidade 4.000 kg que será por quilometro rodado**, com motorista devidamente habilitado, para atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Educação, para transporte da Merenda Escolar, tanto na zona urbana quanto na zona rural do município, de acordo com as condições, especificações, e quantitativos, especificados no item do Termo de Referência, ANEXO I deste edital, **teve** como vencedora a empresa: **D M SILVA EPPinscrita no CNPJ 21.659.772/0001-00com o valor R$ 66.990,00 (sessenta e seis mil e novecentos e noventa reais).**

Nossa Senhora do Livramento/MT, 30 de outubro de 2018.

Leonildes Fátima da Silva Benevides

Pregoeira

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal Nº. 8.666/93 e as suas alterações o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições, **HOMOLOGA** o procedimento licitatório **nº 001972/2018**, na modalidade de **Pregão Eletrônico Nº 027/2018,** cujo objeto é o "**Registro de Preço para futura e eventual** Contratação de empresa especializada em prestação de serviços **de Locação de 01 (um) caminhão ¾ furgão com capacidade 4.000 kg que será por quilometro rodado**, com motorista devidamente habilitado, para atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Educação, para transporte da Merenda Escolar, tanto na zona urbana quanto na zona rural do município, de acordo com as condições, especificações, e quantitativos, especificados no item do Termo de Referência, ANEXO I deste edital, **teve** como vencedora a empresa: **D M SILVA EPP**inscrita no CNPJ **21.659.772/0001-00com o valor R$ 66.990,00 (sessenta e seis mil e novecentos e noventa reais).**

Nossa Senhora do Livramento/MT, 30 de outubro de 2018.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 038/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 038/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO ¾ COM CAPACIDADE 4.000 KG, COM MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO, PARA TRANSPORTE DE ÓLEO DIESEL PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PARA ABASTECIMENTO DE ÔNIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA D.M SILVA – EPP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001976/2018 VALIDADEPREGÃO ELETRÔNICO Nº026/2018 SRP - 12 (DOZE) MESES, AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Pelo presente instrumento, o **Município de Nossa Senhora do Livramento,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 038/2018, publicada a homologação no dia 30 de Outubro de 2018, processo administrativo n.º 001976/2018 **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDORA: Empresa: **D.M SILVA – EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.659.772/0001-00, com sede a Avenida Coronel Botelho Bairro Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento CEP: 78170-000, neste ato representado pelo senhor Douglas Martins Silva, portador da cédula de identidade nº 21513708 SSP/MT, inscrito no CPF nº 038.776.641-30, residente e domiciliado na Avenida Coronel Botelho Bairro Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento CEP: 78170-000

1. CLAUSULA PRIMERA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Contratação de empresa especializa em prestação de serviços **de Locação de 01 (um) caminhão ¾ com capacidade 4.000 kg**, com motorista devidamente habilitado, para transporte de óleo diesel para atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Educação e para abastecimento de ônibus do transporte escolar da zona rural, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, especificado Termo de Referência nº 076/2018 do edital de Pregão Eletrônico nº 026/2018, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	Empresa: **D.M SILVA – EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.659.772/0001-00				
Endereço:	Avenida Coronel Botelho Bairro Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento CEP: 78170-000				
Contatos:	(65) 3351 1012				
Representante:	Douglas Martins Silva				
Item	Especificação	Estimativa Mensal KM rodado	Estimativa Anual Km Rodado	Valor Unit	Valor Total
01	Contratação de empresa especializa em prestação de serviços **de Locação de 01 (um) caminhão ¾ com capacidade 4.000 kg**, com motorista devidamente habilitado, para transporte de óleo diesel para atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Educação para abastecimento de ônibus do transporte escolar da zona rural	2.500	30.000,00	R$ 3,30	R$ 99.000,00
VALOR TOTAL: R$ 99.000,00 (NOVENTA E NOVE MIL REAIS)					

2.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

2.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.) .

2. CLAUSULA TERCEIRA VALIDADE DA ATA

2.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir de sua assinatura não podendo ser prorrogada.

3. CLAUSULA QUARTA REVISÃO E CANCELAMENTO

3.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

3.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

3.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

3.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

3.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

3.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

3.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

3.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

3.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

3.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

3.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

3.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

3.7.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

3.7.6. Por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas;

3.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.7.1, 4.7.2 e 4.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

3.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.10. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

4.11. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

4.12. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preço.

4.13Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da Contratada, relativas ao fornecimento.

4.14 Caso a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, o seu exclusivo critério, poder suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O gerenciamento deste instrumento caberá as Secretaria Municipal de Educação d**o Servidor Paulo Leite de Araujo – Coordenador de Transporte Escolar**, que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

5.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997. 5.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato. 5.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos nesta Ata de Registro de Preço. 5.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso. 5.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65

da Lei nº 8.666, de 1993. 5.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. 5.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993. 5.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993. 5.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação. 5.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

6. CLÁUSULA SEXTA – LOCAL EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

6.1 O início da prestação de serviços será em até 02 (dois) dias após a assinatura da Ordem de Serviços; 6.2 O abastecimento dos ônibus escolar acontecerá da seguinte maneira: a) As escolas do item 1 e 5 do anexo I deste termo serão abastecidas nas comunidades em que os ônibus ficam, ou seja no ponto final de cada linha do transporte escolar; b) Os demais itens serão abastecidos os veículos nas escolas conforme endereço descritas no anexo I, conforme as linhas do Transporte Escolar; c) Os veículos serão abastecidos semanalmente, uma vez por semana, d) A quilometragem estimada corresponde ao km/rodado, calculando a saída da Sede até a unidade escolar e o seu retorno. 6.3 Todos os veículos objetos desta Ata de Registro de Preço deverão possuir os equipamentos enumerados abaixo e atender às seguintes obrigações: 6.3.1 Acessórios obrigatórios: cintos de segurança, extintor, estepe, chave de roda, macaco, triângulo e etc.; 6.3.2 Com motorista por conta da contratada. Os veículos deverão possuir seguro total contra acidentes, danos materiais e a terceiros. 6.3.3 O bem locado deverá estar com a documentação em dia referente ao IPVA, Seguro e Licenciamento; 6.3.4 Em caso de defeito, o mesmo deverá ser substituído no prazo máximo de 03 (três) horas, devendo este ser descontado do valor da locação ao término do mês; 6.3.5 O motorista que conduzirá os veículos deverá ter habilitação categoria “D”; 6.3.6 O vencedor se comprometera a entregar os objetos licitados com cobertura de seguro contra danos materiais a terceiros ou responsabilidade civil, correndo essas despesas, durante o prazo contratual, por conta do LOCADOR; 6.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato. 6.5 Os serviços serão realizados nas localidades em que estarão os ônibus conforme especificação no item 7.2. Os serviços do abastecimento dos ônibus escolar serão conforme as rotas designadas para cada veículos nas escolas municipais, conforme distância/quilômetros rodados, conferidos pelo fiscal do contrato. 6.6 Os serviços serão prestados nas escolas da Zona Rural e Sede de acordo com o cronograma de entrega de merenda em anexo a este Termo devendo a empresa contratada entrega - lãs no prazo máximo de 2 (dois) dias a contar da entrega da Ordem de Fornecimento de serviço, nas localidades onde os ônibus se encontram. 6.7 As distancias das escolas e demais localidades encontram-se disponíveis no quadro anexo a este termo para ter como base a prestação dos serviços.

6.8 .O combustível será transportado em recipientes (tambores) apropriados, fornecidos pela Secretaria Municipal de Obras, que disponibiliza os tambores para a empresa locadora do caminhão e a mesma o devolve na Secretaria após a cada entrega.

7. CLAUSULA SETIMA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria/ Programa	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte
05/2045	Próprio	2045 – Manutenção e Encargos da Educação	050019	33.90.39.00	0100
05/2011	FUNDEB	2011 – Manutenção do Ensino Fundamental – FUNDEB 40%	050070	33.90.39.00	0119

8. CLAUSULA OITAVA DA EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1.O abastecimento dos ônibus escolar acontecerá da seguinte maneira: 8.1.1. Os veículos serão abastecidos semanalmente, uma vez por semana; 8.1.2. A quilometragem estimada corresponde ao km/rodado, calculando a saída da Sede até a unidade e o seu retorno. 8.2.A empresa vencedora do objeto desta Ata de Registro de Preço, deverão possuir os equipamentos enumerados abaixo e atender às seguintes obrigações: 8.2.1. Acessórios obrigatórios: cintos de segurança, extintor, estepe, chave de roda, macaco, triângulo e etc.; 8.2.2. Com motorista por conta da contratada. 8.2.3. O bem locado deverá estar com a documentação em dia referente ao IPVA, Seguro e Licenciamento; 8.2.4. Em caso de defeito, o mesmo deverá ser substituído no prazo máximo de 03 (três) horas, devendo este ser descontado do valor da locação ao término do mês; 8.2.5. O motorista que conduzirá os veículos deverá ter habilitação categoria “D” e/ou “E”. 8.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, portanto o vencedor se compromete a entregar os objetos licitados com cobertura de seguro contra danos materiais a terceiros ou responsabilidade civil, correndo essas despesas, durante o prazo contratual, por conta do LOCADOR. 8.4. Os serviços serão realizados nas localidades em que estarão os ônibus conforme especificação no anexo desta Ata de Registro de Preço; 8.5. Os serviços do abastecimento dos ônibus escolar serão conforme as rotas designadas para cada veículos nas escolas municipais, conforme distância/quilômetros rodados, conferidos pelo fiscal do contrato. 8.6.Os serviços serão prestados nas escolas da Zona Rural, que será disponibilizado na Ordem de fornecimento dos abastecimentos dos ônibus conforme Rota em anexo a este Termo devendo a empresa contratada entrega - lãs no prazo máximo de 2 (dois) dias a contar da entrega da Ordem de Fornecimento de serviço, nas localidades onde os ônibus se encontram. 8.7. As distancias das escolas e demais localidades encontram-se disponíveis no quadro anexo a este termo para ter como base a prestação dos serviços. 8.8.Para execução dos serviços, deverão ser utilizados os veículos com as seguintes características: 8.8.1. **Veículo em bom estado de conservação marca, Carga/Caminhão/ Carroceria Aberta, capacidade até 4.000kg. Com combustível a Diesel, ano fabricação a partir de 2000.** 8.8.2. **O motorista deverá executar as anotações nas Requisições, que serão conferidas e atestadas pelo Fiscal do Contrato no final do expediente.** 8.8.3. **O instrumento de medição (odômetro ou similar) do veículo utilizado será acionado a PARTIR DA SAÍDA AUTORIZADA DA Secretaria Municipal de Educação e seu retorno.** 8.8.4. **A CONTRATADA fica obrigada a subtrair da quilometragem rodada do veículo, aquela utilizada para abastecimento, manutenção**

ou qualquer deslocamento do veículo efetuado no seu próprio interesse. 8.8.5. **Será objeto de cobrança apenas a quilometragem constante dos demonstrativo das "Requisições de Transporte" a serviço desta Secretaria Municipal de Educação, a ser conferida e aprovada pelo Fiscal do contrato, de acordo com o trajeto verificado no transporte.** 8.8.6. **Os veículos deverão encontrar-se em perfeito estado de conservação e manutenção, abastecido, e com a documentação exigida.** 8.8.7. **O condutor do veículo deverá se atear em escolher percurso mais racional e econômico para atendimento da "Requisição de Transporte", limitado o deslocamento do veículo somente aos locais que estão identificados na requisição. E, ainda, seguir as orientações da CONTRATANTE quanto aos caminhos mais racionais e econômicos quando houver.** 8.8.8. **As requisições serão entregues ao motoristas, antes da execução do serviço, devidamente autorizadas pelo servidor credenciado, devendo constar a assinatura do usuário, após a execução do percurso.** 8.8.9. **Os motoristas não terão qualquer vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento;** 8.8.10. **As despesas pessoais dos motoristas são de responsabilidade da Contratada, devendo ser disponibilizado em número suficiente para o bom desempenho dos serviços;** 8.8.11. **Cadastro do(s) motorista(s):** 8.8.11.1. **Assim que for efetivada a assinatura do contrato, a Contratada deverá encaminhar à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, ficha cadastral devidamente preenchida com todas as informações do motorista do quadro da empresa (nome, filiação, cópias do RG (identidade), CPF, e Carteira de Trabalho, comprovante de residência, CNH com (categoria), assim como 01 (uma) fotografia 3x4 atualizada.**

9. CLAUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1.O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias de até 25% (vinte e cinco por cento) conforme trata o § 1º do art. 65, da Lei nº. 8.666/93; 9.2.Uma vez comunicada de que a CONTRATANTE efetivará a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer em até 02 (dois) dias, para assinatura de contrato e/ou retirada da Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência. Assinado o contrato e/ou recebida a Ordem de Fornecimento, a empresa vencedora do certame obriga-se a: 9.2.1. A entregar os veículos no padrão exigido pela CONTRATANTE, licenciados e emplacados no Estado de Mato Grosso; 9.2.2. A contratada deverá dispor de veículos de igual especificação reserva, com as mesmas características técnicas contidas no instrumento, licenciado no estado de Mato Grosso, em número suficiente para compor eventuais substituições por indisponibilidade, de modo a garantir a continuidade dos serviços, respeitando o prazo de 02(duas) horas, contados a partir da comunicação, feita pelo gestor do contrato; 9.2.3. As manutenções preventivas e corretivas dos veículos, entendendo-se preventiva aquela constante no plano de manutenção do fabricante, e corretiva aquelas relacionadas à mecânica, elétrica, eletrônica, suspensões, entre outras relativas aos veículos, incluindo socorro mecânico com guincho, serão realizadas por conta da Contratada, sem ônus para a Contratante devendo ser disponibilizada, sempre que solicitado, comprovação destas manutenções em estabelecimentos autorizados; 9.2.4. A contratada deve realizar reparos e substituição de pneus, a qualquer tempo, em todos os veículos locados, sendo somente permitido a parada deste durante o reparos e substituição, limitado ao tempo de 3(três) horas. 9.2.5. A substituição deverá ocorrer quando apresentarem risco ou quanto a profundidade dos sulcos da banda de rodagem estiver próximo de 3 mm, sendo que a identificação deste item é feita pela TWI (Thread Wear Indcators); 9.2.6. A Contratada deverá manter todos e quaisquer gastos com o veículo, compatível com o veículo locado, sendo também o combustível por conta da contratada; 9.2.7. Para efeito de medição, a locação será contada a partir da entrega dos veículos à contratante; 9.2.8. Em caso de aditamento de quantidade, nos termos da lei, a contratada deverá atender nos prazos máximos estipulados neste edital, a contar da data de solicitação da CONTRATANTE; 9.3.É vedada a subcontratação total dos serviços de locação; 9.4. É de inteira responsabilidades da contratada, eventuais danos materiais causados a terceiros, e aos veículos locados; 9.5. Todos os encargos decorrentes da execução deste contrato, tais como: obrigações civis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias ou quaisquer outras, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada; 9.6. Contratada se obriga a cumprir os termos previstos no contrato e responder todas as consultas feitas pela Contratante no que se refere ao atendimento do objeto; 9.7. A aceitação dos veículos está condicionada à prévia vistoria e teste por parte do Setor de Transporte da CONTRATANTE, no ato de sua apresentação. No caso de rejeição dos veículos, os mesmos deverão ser substituídos num prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da determinação; 9.8. O gerenciamento dos veículos locados deverá ocorrer para controle de todos os dados necessários ao monitoramento da frota, inclusive o seu uso, como também para efeito de fiscalização de utilização da frota, devendo ser tal gerenciamento executado em conjunto pela Contratada e Contratante, sendo que os dados dos veículos solicitados pela Contratante devem ser fornecidos de imediato, possibilitando o cruzamento de dados para controle e gestão do contrato; 9.9. As faturas só serão pagas depois de conferidas pelo responsável de acordo com o controle do serviço executado e validado pela CONTRATANTE. 9.10. A manutenção deverá obedecer a um cronograma programático de modo que todos os veículos estejam em dia com a troca de óleo, situação dos pneus, condições plenas de uso, entre outras; 9.11. Deverá manter o perfeito funcionamento dos odômetros dos veículos sendo vedada a utilização de veículos sem o equipamento em perfeito estado de funcionamento; 9.12. Deverá obedecer ao remanejamento, flexibilização e otimização do uso do veiculo determinado pela CONTRATANTE, visando a maximização da utilização da frota; 9.13. Deverá manter durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo; 9.14. Encaminhar a Nota Fiscal ao Setor de transporte para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido; 9.15. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Setor de Transporte, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente; 9.16. Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços prestados ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da CONTRATANTE; 9.17. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo; 9.18. A contratada deve obrigatoriamente conhecer todas as localidades e estradas vicinais do Município; 9.19. O veículo a ser locado deve estar em perfeito estado mecânico, elétrico etc, com a manutenção e revisões em dia, e ficará disponível no pátio da Secretaria Municipal de Obras e Infra Estrutura em horário de expediente da Prefeitura; 9.20. Em casos excepcionais e urgentes a Contratada deverá atender as solicitações feitas fora do período de antecedência estipulado no item anterior, não podendo estas ser recusadas sob quaisquer pretextos; 9.21. Também em casos excepcionais poderá haver cancelamento da solicitação antes do início da prestação do serviço, não cabendo qualquer obrigação de a Contratante pagar a Contratada por eventuais disponibilidade dos caminhões não utilizados 9.22. O vencedor deverá estar com o veículo em perfeitas condições e devidamente abastecido no pátio da Secretaria de Obras de segunda à sexta-feira das 07:00hs às 13:00hs, para que desse local receba através do Secretário de Obras a Ordem de Serviço com a designação do local a ser feito os serviços e faça a distribuição dos mesmos. 9.23. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

10. CLAUSULA DECIMA DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1 Fornecer todas as informações pertinentes para a perfeita execução dos serviços contratados, tais como: horário e local de busca e entrega dos materiais e equipamentos, bem como qualquer mudança no cronograma. 10.2 Convocar a licitante vencedora, em conformidade com o art. 64 da Lei nº. 8.666/93, para retirar a Ordem de Fornecimento; 10.3 Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; 10.4 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências; 10.5 Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste Termo; 10.6 Disponibilizar os veículos para a manutenção, quando solicitada pela contratada, exigindo-lhe a reposição imediata por outro veículo de igual especificação e plenas em condições de uso; 10.7 Penalizar a contratada em caso de descumprimento de regras contratuais e previstas em edital, inclusive comunicar a CONTRATADA, gestora do contrato quanto aos acontecimentos e procedimentos tomados. 10.8 Receber os veículos, verificando o atendimento quanto às normatizações do Código de Trânsito Brasileiro, cabendo relatório, conforme o caso, e o estado geral do veículo, inclusive rejeição do mesmo acaso esteja em desconformidade com o estipulado neste Termo. Utilizar os veículos em atividades exclusivamente de serviço. 10.9 Verificar a regularidade dos recolhimentos dos encargos sociais antes de efetuar o pagamento. 10.10 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta; 10.11 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis; 10.12 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção; 10.13 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

11. CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO REAJUSTE DE PREÇOS

11.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo repasse do percentual determinado.

11.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

11.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

11.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a **Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento** poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso ou negociação.

11.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

12. CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA DE DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado mensalmente em até 05 (cinco) dias após a apresentação da Nota Fiscal, e após atestado de recebimento pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. 12.2 O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito. 12.3 O pagamento será feito com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor dos serviços do presente pregão, pelo preço da proposta adjudicada e homologada, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e CND Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3° da Lei 12.440 de 7/07/2011.

12.4 A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos serviços, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

12.5 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

12.6 Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital.

12.7 A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada.

12.8 Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

12.9 A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

12.10 Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de email institucional Prefeitura a seguir:nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria.

12.11 Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subseqüente.

13. CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA DAS PENALIDADES

13.1.Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que: 13.1.1. Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; 13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto; 13.1.3. Fraudar na execução do contrato; 13.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; 13.1.5. Cometer fraude fiscal; 13.1.6. Não mantiver a proposta. 13.2.A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: **13. 14. 15. 16. 17.** 17.1. 17.2. 13.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante; 13.3.Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que: 13.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 13.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 13.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados. 13.4.A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999. 13.5.As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente. 13.5.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente. 13.5.2. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14 CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA

14.1 Os veículos deverão possuir seguro dos materiais, equipamentos e etc., transportada em cada solicitação de transporte sem responsabilidade para a Contratante. 14.2 Os veículos deverão possuir seguro total contra acidentes, danos materiais e a terceiros

15 CLAUSULA DECIMA QUINTA DOS ILÍCITOS PENAIS

15.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

16. CLAUSULA DÉCIMA SEXTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico nº 026/2018 e seus anexos e as propostas das classificadas.

17. CLAUSULA DÉCIMA SETIMA DO FORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento/MT, 30 de Outubro de 2018.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa: **D.M SILVA – EPP**

CNPJ sob o nº **21.659.772/0001-00**

Representado pelo senhor Douglas Martins Silva,

RG nº 21513708 SSP/MT e CPF nº 038.776.641-30

DECRETO N° 144/2018

DECRETO N° 144/2018

*"Homologa Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição em favor de **João Bosco de Campos**."*

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Art. 3° da Emenda Constitucional n° 47/2005, combinado com o Art. 12º da Lei Nº 516/2005, que rege a previdência municipal, Lei Complementar Nº 007/2004 que dispõe sobre a Carreira dos Profissionais do Município, e do Decreto n° 096/2018, que dispõe sobre a incorporação do provento para fins de aposentadoria, resolve:

Art. 1º - Homologar o beneficio de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição *em favor de **João Bosco de Campos***, portador do RG

360702 SSP/MT e do CPF 314.546.231-87, Efetiva no cargo de Agente Municipal, Classe “B”, Nível “10”, e Matricula N.º 02, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Com **Proventos Integrais**, conforme o processo da NOSSA-PREVI n.º 2018.04.0002, a partir da data da portaria nº 010/2018 da NOSSA PREVI, 30 de outubro de 2018, até posterior deliberação.

Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, 30 de Outubro de 2.018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10/2018, 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Portaria Nº 10/2018, 30 de outubro de 2018.

“Dispõe sobre concessão de benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição em favor do Sr. ***JOÃO BOSCO DE CAMPOS****”.*

O Diretor Executivo da NOSSA-PREVI – Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 3º da Emenda Constitucional Nº 47/2005, combinado com o Art. 12º da Lei Nº 516/2005, que rege a previdência municipal, Lei Complementar Nº 007/2004 que dispõe sobre a carreira dos profissionais do município e Decreto Nº 096/2018 que dispões sobre a incorporação do provento para fins de aposentadoria,

Resolve:

Art. 1º Conceder benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição *em favor do Sr.* ***João Bosco de Campos***, portador do RG Nº 360702 SSP/MT e do CPF Nº 314.546.231-87, Efetivo no cargo de **Agente Municipal**, Classe “B”, Nível “10” e Matricula N.º 2 lotado na Secretaria Municipal de Administração, com **Proventos Integrais**, conforme o processo da NOSSA-PREVI N.º 2018.04.0002, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 30 de outubro de 2018.

_____

EMANUEL ARCANJO DA SILVA

Diretor Executivo

HOMOLOGO:

_____

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 146-2018

DECRETO Nº 146-2018

“Declara Feriado Municipal no dia 02 de novembro de 2018 e dá outras providências.”

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições legais e:

Considerando as celebrações do dia dos Finados;

Considerando o Feriado Nacional do dia 02 de novembro de 2018 (sexta-feira);

D E C R E T A

Art.1º - Fica declarado FERIADO, nos Órgãos da Administração Pública Municipal, o dia 02 de novembro de 2018 (sexta-feira), com suspensão dos expedientes.

Art.2º - O disposto no artigo anterior não se aplicará aos setores que prestam serviços essenciais, em especial ao Hospital Municipal, limpeza pública, vigilâncias em saúde e Conselho Tutelar, os quais manterão equipes permanentes de atendimento.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora do Livramento, 30 de outubro de 2018.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 039/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 039/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO ¾ FURGÃO COM CAPACIDADE 4.000 KG, QUE SERÁ POR QUILOMETRO RODADO, COM MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA TRANSPORTE DA MERENDA ESCOLAR, TANTO NA ZONA URBANA QUANTO NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA D.M SILVA – EPP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001972/2018 VALIDADEPREGÃO ELETRÔNICO Nº027/2018 SRP - 12 (DOZE) MESES, AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma *eletrônica*, para REGISTRO DE PREÇOS nº011/2017, publicada a homologação no dia 31 de Outubro de 2018., processo administrativo n.º 540/2017 **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDORA: Empresa: **D.M SILVA – EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.659.772/0001-00, com sede a Avenida Coronel Botelho Bairro Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento CEP: 78170-000, neste ato representado pelo senhor Douglas Martins Silva, portador da cédula de identidade nº 21513708 SSP/MT, inscrito no CPF nº 038.776.641-30, residente e domiciliado na Avenida Coronel Botelho Bairro Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento CEP: 78170-000

1. CLAUSULA PRIMERA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Contratação de empresa especializa em prestação de serviços **de Locação de 01 (um) caminhão ¾ furgão com capacidade 4.000 kg, que será por quilometro rodado**, com motorista devidamente habilitado, para atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Educação, para transporte da merenda escolar, tanto na zona urbana quanto na zona rural do município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, especificado Termo de Referência nº 075/2018 do edital de Pregão Eletrônico nº 027/2018, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	Empresa: **D.M SILVA – EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.659.772/0001-00				
Endereço:	Avenida Coronel Botelho Bairro Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento CEP: 78170-000				
Contatos:	(65) 3351 1012				
Representante:	Douglas Martins Silva				
Item	Especificação	Estimativa Mensal KM rodado	Estimativa Anual Km Rodado	*Marca* Valor Unit	Valor Total
01	Contratação de empresa especializa em prestação de serviços **de Locação de 01 (um) caminhão ¾ furgão com capacidade 4.000 kg, que será por quilometro rodado**, com motorista devidamente habilitado, para atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Educação, para transporte da merenda escolar, tanto na zona urbana quanto na zona rural do município	2.500	30.000	2.233	66.990,00
VALOR TOTAL: R$ 66.990,00 (Sessenta e Seis Mil Novecentos e Noventa e Nove Reais)					

2.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

2.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.) .

2. CLAUSULA TERCEIRA VALIDADE DA ATA

2.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir de sua assinatura não podendo ser prorrogada.

3. CLAUSULA QUARTA REVISÃO E CANCELAMENTO

3.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

3.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

3.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

3.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

3.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

3.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

3.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

3.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

3.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

3.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

3.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

3.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

3.7.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

3.7.6. Por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas;

3.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.7.1, 4.7.2 e 4.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

3.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.10. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

4.11. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

4.12. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preço.

4.13Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da Contratada, relativas ao fornecimento.

4.14 Caso a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, o seu exclusivo critério, poder suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O gerenciamento deste instrumento caberá as Secretaria Municipal de Educação d**o Servidor Paulo Leite de Araujo – Coordenador de Transporte Escolar**, que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

5.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997. 5.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato. 5.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência. 5.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso. 5.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 5.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. 5.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993. 5.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993. 5.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação. 5.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

6. CLÁUSULA SEXTA – DOS LOCAIS, PRAZOS

6.1.O início da prestação de serviços será em até 02 (dois) dias após a assinatura da Ordem de Serviços; 6.2.A prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência deverá ser iniciada em, no máximo, 02 (dois) dias úteis, contados da assinatura da ARP (Ata de Registro de Preços), devendo a CONTRATADA, nesse prazo, alocar o veículo e motorista nos respectivos local e horários a serem fixados pela Secretaria Municipal de Educação, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir os serviços contratados no prazo estipulado.

7. CLAUSULA SETIMA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria/ Programa	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte
05/2045	Próprio	2045 – Manutenção e Encargos da Educação	050019	33.90.39.00	0100
05/2011	FUNDEB	2011 – Manutenção do Ensino Fundamental – FUNDEB 40%	050070	33.90.39.00	0119

8. CLAUSULA OITAVA DA EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1.O objeto licitado deverá estar à disposição da Secretaria, sempre que solicitado para distribuição dos gêneros alimentícios da merenda escolar nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, conforme cronograma estabelecido, horário e data emitidos juntamente com a Ordem de Fornecimento que deverá ser enviada à empresa contratada com o mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência. 8.2.A empresa deverá possuir os equipamentos enumerados abaixo e atender às seguintes obrigações: 8.2.1. Acessórios obrigatórios: cintos de segurança, extintor, estepe, chave de roda, macaco, triângulo e etc.; 8.2.2. Cordas, papelões, plásticos e todos os demais materiais utilizados para embalar as cargas, quando necessário; 8.2.3. Com motorista por conta da contratada. 8.2.4. O bem locado deverá estar com a documentação em dia referente ao IPVA, Seguro e Licenciamento; 8.2.5. Em caso de defeito, o mesmo deverá ser substituído no prazo máximo de 03 (três) horas, devendo este ser descontado do valor da locação ao término do mês; 8.2.6. O motorista que conduzirá o veículo deverá ter habilitação categoria “D” e “E”. 8.3.O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, portanto o vencedor se compromete a entregar os objetos licitados com cobertura de seguro contra danos materiais a terceiros ou responsabilidade civil, correndo essas despesas, durante

o prazo contratual, por conta do LOCADOR. 8.4.Os serviços serão realizados em localidades rurais e ou escolas municipais onde o caminhão Furgão encontram-se realização os serviços de entrega de merendaescolar conforme as rotas designadas para o veículo e nas escolas municipais, conforme distância/quilômetros rodados, aferidos pelo fiscal do contrato. 8.5.Os serviços serão prestados nas escolas da Zona Rural e Sede,que será disponibilizado na Ordem de fornecimento da entrega de merenda em anexo a este Termo, devendo a empresa contratada entregá-las no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da entrega da Ordem de Fornecimento do Serviço. 8.6.A distancias das escolas e demais localidades encontram-se disponíveis no quadro anexo a este termo para ter como base a prestação dos serviços. **8.7. Para execução dos serviços, deverão ser utilizados os veículos com as seguintes características:** 8.7.1. **Veículo em bom estado de conservação marca, Carga/Caminhão/Furgão, capacidade até 4.000kg. Com combustível a Diesel, ano de fabricação á partir de 2000.** 8.7.2. **O motorista deverá executar as anotações nas Requisições, que serão conferidas e atestadas pelo Fiscal do Contrato no final do expediente.** 8.7.3. **O instrumento de medição (odômetro ou similar) do veículo utilizado será acionado a partir da saída autorizada da Secretaria Municipal de Educação e seu retorno.** 8.7.4. **A CONTRATADA fica obrigada a subtrair da quilometragem rodada do veículo, aquela utilizada para abastecimento, manutenção ou qualquer deslocamento do veículo efetuado no seu próprio interesse.** 8.7.5. **Será objeto de cobrança apenas a quilometragem constante dos demonstrativo das "Requisições de Transporte" a serviço desta Secretaria Municipal de Educação, a ser conferida e aprovada pelo Fiscal do contrato, de acordo com o trajeto verificado no transporte.** 8.7.6. **O veículo deverá encontrar-se em perfeito estado de conservação e manutenção, abastecido, e com a documentação exigida.** 8.7.7. **O condutor do veículo deverá se atear em escolher percurso mais racional e econômico para atendimento da "Requisição de Transporte", limitado o deslocamento do veículo somente aos locais que estão identificados na requisição. E, ainda, seguir as orientações da CONTRATANTE quanto aos caminhos mais racionais e econômicos quando houver.** 8.7.8. **As requisições serão entregues ao motoristas, antes da execução do serviço, devidamente autorizadas pelo servidor credenciado, devendo constar a assinatura do usuário, após a execução do percurso.** 8.7.9. **Os motoristas não terão qualquer vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento;** 8.7.10. **As despesas pessoais dos motoristas são de responsabilidade da Contratada, devendo ser disponibilizado em número suficiente para o bom desempenho dos serviços;** 8.7.11. **Cadastro do(s) motorista(s);** 8.7.11.1. **Assim que for efetivada a assinatura do contrato, a Contratada deverá encaminhar à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, ficha cadastral devidamente preenchida com todas as informações do motoristas do quadro da empresa (nome, filiação, cópias do RG (identidade), CPF, e Carteira de Trabalho, comprovante de residência, CNH com (categoria), assim como 01 (uma) fotografia 3x4 atualizada.**

9. CLAUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1.O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias de até 25% (vinte e cinco por cento) conforme trata o § 1º do art. 65, da Lei nº. 8.666/93; 9.2.Uma vez comunicada de que a CONTRATANTE efetivará a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer em até 02 (dois) dias, para assinatura de contrato e/ou retirada da Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência. Assinado o contrato e/ou recebida a Ordem de Fornecimento, a empresa vencedora do certame obriga-se a: 9.2.1. A entregar os veículos no padrão exigido pela CONTRATANTE, licenciados e emplacados no Estado de Mato Grosso; 9.2.2. A contratada deverá dispor de veículos de igual especificação reserva, com as mesmas características técnicas contidas no instrumento, licenciado no estado de Mato Grosso, em número suficiente para compor eventuais substituições por indisponibilidade, de modo a garantir a continuidade dos serviços, respeitando o prazo de 02(duas) horas, contados a partir da comunicação, feita pelo gestor do contrato; 9.2.3. As manutenções preventivas e corretivas dos veículos, entendendo-se preventiva aquela constante no plano de manutenção do fabricante, e corretiva aquelas relacionadas à mecânica, elétrica, eletrônica, suspensões, entre outras relativas aos veículos, incluindo socorro mecânico com guincho, serão realizadas por conta da Contratada, sem ônus para a Contratante devendo ser disponibilizada, sempre que solicitado, comprovação destas manutenções em estabelecimentos autorizados; 9.2.4. A contratada deve realizar reparos e substituição de pneus, a qualquer tempo, em todos os veículos locados, sendo somente permitido a parada deste durante o reparos e substituição, limitado ao tempo de 3(três) horas. 9.2.5. A substituição deverá ocorrer quando apresentarem risco ou quanto a profundidade dos sulcos da banda de rodagem estiver próximo de 3 mm, sendo que a identificação deste item é feita pela TWI (Thread Wear Indcators); 9.2.6. A Contratada deverá manter todos e quaisquer gastos com o veículo, compatível com o veículo locado, sendo também o combustível por conta da contratada; 9.2.7. Para efeito de medição, a locação será contada a partir da entrega dos veículos à contratante; 9.2.8. Em caso de aditamento de quantidade, nos termos da lei, a contratada deverá atender nos prazos máximos estipulados neste edital, a contar da data de solicitação da CONTRATANTE; 9.3.É vedada a subcontratação total dos serviços de locação; 9.4. É de inteira responsabilidades da contratada, eventuais danos materiais causados a terceiros, e aos veículos locados; 9.5. Todos os encargos decorrentes da execução deste contrato, tais como: obrigações civis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias ou quaisquer outras, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada; 9.6. Contratada se obriga a cumprir os termos previstos no contrato e responder todas as consultas feitas pela Contratante no que se refere ao atendimento do objeto; 9.7. A aceitação dos veículos está condicionada à prévia vistoria e teste por parte do Setor de Transporte da CONTRATANTE, no ato de sua apresentação. No caso de rejeição dos veículos, os mesmos deverão ser substituídos num prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da determinação; 9.8. O gerenciamento dos veículos locados deverá ocorrer para controle de todos os dados necessários ao monitoramento da frota, inclusive o seu uso, como também para efeito de fiscalização de utilização da frota, devendo ser tal gerenciamento executado em conjunto pela Contratada e Contratante, sendo que os dados dos veículos solicitados pela Contratante devem ser fornecidos de imediato, possibilitando o cruzamento de dados para controle e gestão do contrato; 9.9. As faturas só serão pagas depois de conferidas pelo responsável de acordo com o controle do serviço executado e validado pela CONTRATANTE. 9.10. A manutenção deverá obedecer a um cronograma programático de modo que todos os veículos estejam em dia com a troca de óleo, situação dos pneus, condições plenas de uso, entre outras; 9.11. Deverá manter o perfeito funcionamento dos odômetros dos veículos sendo vedada a utilização de veículos sem o equipamento em perfeito estado de funcionamento; 9.12. Deverá obedecer ao remanejamento, flexibilização e otimização do uso do veiculo determinado pela CONTRATANTE, visando a maximização da utilização da frota; 9.13. Deverá manter durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo; 9.14. Encaminhar a Nota Fiscal ao Setor de transporte para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido; 9.15. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Setor de Transporte, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente; 9.16. Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços prestados ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da CONTRATANTE; 9.17. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo; 9.18. A contratada deve obrigatoriamente conhecer todas as localidades e

estradas vicinais do Município; 9.19. O veículo a ser locado deve estar em perfeito estado mecânico, elétrico etc, com a manutenção e revisões em dia, e ficará disponível no pátio da Secretaria Municipal de Obras e Infra Estrutura em horário de expediente da Prefeitura; 9.20. Em casos excepcionais e urgentes a Contratada deverá atender as solicitações feitas fora do período de antecedência estipulado no item anterior, não podendo estas ser recusadas sob quaisquer pretextos; 9.21. Também em casos excepcionais poderá haver cancelamento da solicitação antes do início da prestação do serviço, não cabendo qualquer obrigação de a Contratante pagar a Contratada por eventuais disponibilidade dos caminhões não utilizados 9.22. O vencedor deverá estar com o veículo em perfeitas condições e devidamente abastecido no pátio da Secretaria de Obras de segunda à sexta-feira das 07:00hs às 13:00hs, para que desse local receba através do Secretário de Obras a Ordem de Serviço com a designação do local a ser feito os serviços e faça a distribuição dos mesmos. 9.23. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

10. CLAUSULA DECIMA DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1 Fornecer todas as informações pertinentes para a perfeita execução dos serviços contratados, tais como: horário e local de busca e entrega dos materiais e equipamentos, bem como qualquer mudança no cronograma. 10.2 Convocar a licitante vencedora, em conformidade com o art. 64 da Lei nº. 8.666/93, para retirar a Ordem de Fornecimento; 10.3 Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; 10.4 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências; 10.5 Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste Termo; 10.6 Disponibilizar os veículos para a manutenção, quando solicitada pela contratada, exigindo-lhe a reposição imediata por outro veículo de igual especificação e plenas em condições de uso; 10.7 Penalizar a contratada em caso de descumprimento de regras contratuais e previstas em edital, inclusive comunicar a CONTRATADA, gestora do contrato quanto aos acontecimentos e procedimentos tomados. 10.8 Receber os veículos, verificando o atendimento quanto às normatizações do Código de Trânsito Brasileiro, cabendo relatório, conforme o caso, e o estado geral do veículo, inclusive rejeição do mesmo acaso esteja em desconformidade com o estipulado neste Termo. Utilizar os veículos em atividades exclusivamente de serviço. 10.9 Verificar a regularidade dos recolhimentos dos encargos sociais antes de efetuar o pagamento. 10.10 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta; 10.11 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis; 10.12 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção; 10.13 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

11. CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO REAJUSTE DE PREÇOS

11.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo repasse do percentual determinado.

11.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

11.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

11.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a **Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento** poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso ou negociação.

11.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela **Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento**.

12. CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA DE DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado mensalmente em até 05 (cinco) dias após a apresentação da Nota Fiscal, e após atestado de recebimento pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. 12.2 O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito. 12.3 O pagamento será feito com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor dos serviços do presente pregão, pelo preço da proposta adjudicada e homologada, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e CND Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3° da Lei 12.440 de 7/07/2011.

12.4 A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos serviços, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

12.5 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

12.6 Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital.

12.7 A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada.

12.8 Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

12.9 A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

12.10 Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de email institucional Prefeitura a seguir:nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria.

12.11 Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subseqüente.

13. CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA DAS PENALIDADES

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que: 13.1.1. Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; 13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto; 13.1.3. Fraudar na execução do contrato; 13.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; 13.1.5. Cometer fraude fiscal; 13.1.6. Não mantiver a proposta. 13.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: **13. 14. 15. 16. 17.** 17.1. 17.2. 13.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante; 13.3. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que: 13.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 13.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 13.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados. 13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999. 13.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente. 13.5.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente. 13.5.2. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14. CLAUSULA DECIMA QUARTA DA GARANTIA

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis

CLAUSULA DECIMA QUINTA DOS ILÍCITOS PENAIS

15.1 As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

16. CLAUSULA DÉCIMA SEXTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico nº 027/2018 e seus anexos e as propostas das classificadas.

17. CLAUSULA DÉCIMA SETIMA DO FORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento/MT, 30 de Outubro de 2018.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa: **D.M SILVA – EPP**

CNPJ sob o nº 21.659.772/0001-00

Representado pelo senhor Douglas Martins Silva,

RG nº 21513708 SSP/MT e CPF nº 038.776.641-30

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS LEI 9.452

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS LEI 9.452

A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento –MT, nos Termos do art. 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1.997, notifica os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores, Entidades Empresariais e demais interessados a liberação do(s) seguinte(s) recurso(s) do Governo Federal / Estadual, depositado(s) no Banco do Brasil S.A, Agência 2764-2 ou Caixa Econômica Federal Agência 0790.

DATA CRÉDITO	ORIGEM DO CRÉDITO	BANCO	Nº C/C	APLICAÇÃO	VALOR
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	66.641-6	FETHAB	96.382,29
AGOSTO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	66.641-6	FETHAB	146.995,74
SETEMBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	66.641-6	FETHAB	152.249,08
OUTUBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	66.641-6	FETHAB	148.698,52
JULHO 2018	GOV. ESTADO	BRASIL	70.471-7	FETHAB - SEDUC	17.963,34
AGOSTO 2018	GOV. ESTADO	BRASIL	70.471-7	FETHAB - SEDUC	54.628,03
SETEMBRO 2018	GOV. ESTADO	BRASIL	70.471-7	FETHAB – SEDUC	55.610,84
OUTUBRO 2018	GOV. ESTADO	BRASIL	70.471-7	FETHAB – SEDUC	27.819,05
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	31.731-4	SAL.EDUCAÇÃO	36.236,44
AGOSTO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	31.731-4	SAL.EDUCAÇÃO	36.984,61
SETEMBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	31.731-4	SAL.EDUCAÇÃO	35.897,13
OUTUBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	31.731-4	SAL.EDUCAÇÃO	37.956,46
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	32.524-4	PNATE	30.654,02
AGOSTO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	32.524-4	PNATE	30.654,02
SETEMBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	32.524-4	PNATE	30.654,02
OUTUBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	32.524-4	PNATE	61.308,04

DATA CRÉDITO	ORIGEM DO CRÉDITO	BANCO	Nº C/C	APLICAÇÃO	VALOR
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	42.573-7	FUPIS	38,66
AGOSTO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	42.573-7	FUPIS	37,38
SETEMBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	42.573-7	FUPIS	25,21
OUTUBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	42.573-7	FUPIS	40,40
JANEIRO 2018	GOV. FEDERAL	CEF	647.134-5	AQUISIÇÃO DE EQUIPEMENTOS	73.125,00
JANEIRO 2018	GOV. FEDERAL	CEF	647.139-6	AQUISIÇÃO DE CAMINHONETES	68.250,00
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	CEF	647.139-6	AQUISIÇÃO DE CAMINHONETES	68.250,00
JANEIRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	71.114-4	AQ. MAT. DIDÁTICOS E PEDAGÓGICO	19.937,56
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	72.726-1	RECAPEAMENTO ASFÁLTICO	951.376,02
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	50.689-3	MERENDA ESCOLAR	19.881,00
AGOSTO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	50.689-3	MERENDA ESCOLAR	19.881,00
SETEMBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	50.689-3	MERENDA ESCOLAR	19.881,00
OUTUBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	50.689-3	MERENDA ESCOLAR	19.881,00
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	67.683-7	IGDBF	3.116,61
AGOSTO	GOV. FEDERAL	BRASIL	67.683-7	IGDBF	3.205,19

2018					
SETEMBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	67.683-7	IGDBF	3.214,08
OUTUBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	67.683-7	IGDBF	3.152,54
AGOSTO 2018	GOV. FEDERAL	CEF	099-5	AG. CORREIOS	9.942,03
SETEMBRO 2018	GOV. FEDERAL	CEF	099-5	AG. CORREIOS	8.521,74
OUTUBRO 2018	GOV. FEDERAL	CEF	099-5	AG. CORREIOS	4.260,87
JULHO 2018	GOV. ESTADO	BRASIL	16.273-6	TRANSP. ESCOLAR ESTADO	192.584,62
SETEMBRO 2018	GOV. ESTADO	BRASIL	16.273-6	TRANSP. ESCOLAR ESTADO	144.438,47
OUTUBRO 2018	GOV. ESTADO	BRASIL	16.273-6	TRANSP. ESCOLAR ESTADO	48.146,15
SETEMBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	62.755-0	CONSTR. QDR.POLIESP. MORRO - SEDE	50.883,09
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	61.456-4	FUNDO CR/ADOLESCENTE	3.610,78
AGOSTO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	61.456-4	FUNDO CR/ADOLESCENTE	330,01

Nossa Senhora do Livramento, em 30 de Outubro de 2018

OBS: Maiores informações pelo telefone (65) 3351-1200/1191

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

OTARCI NUNES DA ROSA

Secretário Municipal de Finanças

AO SINDICATO RURAL

NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT

Av. Coronel Botelho, 458 – Centro – CEP: 78170-000 – N. Sra. do Livramento – MT

Tel/Fax.: (65) 351-1200/1191- email: financeiro@livramento.mt.gov.br

Prefeitura Municipal de

Nossa Senhora do Livramento-MT

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS LEI 9.452

A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento –MT, nos Termos do art. 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1.997, notifica os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores, Entidades Empresariais e demais interessados a liberação do(s) seguinte(s) recurso(s) do Governo Federal / Estadual, depositado(s) no Banco do Brasil S.A, Agência 2764-2 ou Caixa Econômica Federal Agência 0790.

DATA CRÉDITO	ORIGEM DO CRÉDITO	BANCO	Nº C/C	APLICAÇÃO	VALOR
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	66.641-6	FETHAB	96.382,29
AGOSTO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	66.641-6	FETHAB	146.995,74
SETEMBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	66.641-6	FETHAB	152.249,08
OUTUBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	66.641-6	FETHAB	148.698,52
JULHO 2018	GOV. ESTADO	BRASIL	70.471-7	FETHAB - SEDUC	17.963,34
AGOSTO 2018	GOV. ESTADO	BRASIL	70.471-7	FETHAB - SEDUC	54.628,03
SETEMBRO 2018	GOV. ESTADO	BRASIL	70.471-7	FETHAB – SEDUC	55.610,84
OUTUBRO 2018	GOV. ESTADO	BRASIL	70.471-7	FETHAB – SEDUC	27.819,05
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	31.731-4	SAL.EDUCAÇÃO	36.236,44
AGOSTO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	31.731-4	SAL.EDUCAÇÃO	36.984,61
SETEMBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	31.731-4	SAL.EDUCAÇÃO	35.897,13
OUTUBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	31.731-4	SAL.EDUCAÇÃO	37.956,46
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	32.524-4	PNATE	30.654,02

AGOSTO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	32.524-4	PNATE	30.654,02
SETEMBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	32.524-4	PNATE	30.654,02
OUTUBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	32.524-4	PNATE	61.308,04

DATA CRÉDITO	ORIGEM DO CRÉDITO	BANCO	Nº C/C	APLICAÇÃO	VALOR
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	42.573-7	FUPIS	38,66
AGOSTO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	42.573-7	FUPIS	37,38
SETEMBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	42.573-7	FUPIS	25,21
OUTUBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	42.573-7	FUPIS	40,40
JANEIRO 2018	GOV. FEDERAL	CEF	647.134-5	AQUISIÇÃO DE EQUIPEMENTOS	73.125,00
JANEIRO 2018	GOV. FEDERAL	CEF	647.139-6	AQUISIÇÃO DE CAMINHONETES	68.250,00
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	CEF	647.139-6	AQUISIÇÃO DE CAMINHONETES	68.250,00
JANEIRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	71.114-4	AQ. MAT. DIDÁTICOS E PEDAGÓGICO	19.937,56
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	72.726-1	RECAPEAMENTO ASFÁLTICO	951.376,02
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	50.689-3	MERENDA ESCOLAR	19.881,00
AGOSTO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	50.689-3	MERENDA ESCOLAR	19.881,00
SETEMBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	50.689-3	MERENDA ESCOLAR	19.881,00
OUTUBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	50.689-3	MERENDA ESCOLAR	19.881,00
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	67.683-7	IGDBF	3.116,61
AGOSTO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	67.683-7	IGDBF	3.205,19
SETEMBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	67.683-7	IGDBF	3.214,08
OUTUBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	67.683-7	IGDBF	3.152,54
AGOSTO 2018	GOV. FEDERAL	CEF	099-5	AG. CORREIOS	9.942,03
SETEMBRO 2018	GOV. FEDERAL	CEF	099-5	AG. CORREIOS	8.521,74
OUTUBRO 2018	GOV. FEDERAL	CEF	099-5	AG. CORREIOS	4.260,87
JULHO 2018	GOV. ESTADO	BRASIL	16.273-6	TRANSP. ESCOLAR ESTADO	192.584,62
SETEMBRO 2018	GOV. ESTADO	BRASIL	16.273-6	TRANSP. ESCOLAR ESTADO	144.438,47
OUTUBRO 2018	GOV. ESTADO	BRASIL	16.273-6	TRANSP. ESCOLAR ESTADO	48.146,15
SETEMBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	62.755-0	CONSTR. QDR.POLIESP. MORRO - SEDE	50.883,09
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	61.456-4	FUNDO CR/ADOLESCENTE	3.610,78
AGOSTO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	61.456-4	FUNDO CR/ADOLESCENTE	330,01

Nossa Senhora do Livramento, em 30 de Outubro de 2018

OBS: Maiores informações pelo telefone (65) 3351-1200/1191

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

OTARCI NUNES DA ROSA

Secretário Municipal de Adm. e Finanças

À CAMARA MUNICIPAL

M.D. Sr. Airton Conceição de Arruda

Av. Coronel Botelho, 458 – Centro – CEP: 78170-000 – N. Sra. do Livramento – MT Tel/Fax.: (65) 351-1200/1191- email: financeiro@livramento.mt.gov.br

Prefeitura Municipal de

Nossa Senhora do Livramento-MT

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS LEI 9.452

A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento –MT, nos Termos do art. 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1.997, notifica os partidos políticos, Sindicatos de Trabalhadores, Entidades Empresariais e demais interessados a liberação do (s) seguinte(s) recurso(s) do Governo Federal / Estadual, depositado(s) no Banco do Brasil S.A, Agência 2764-2 ou Caixa Econômica Federal Agência 0790.

DATA CRÉDITO	ORIGEM DO CRÉDITO	BANCO	Nº C/C	APLICAÇÃO	VALOR
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	66.641-6	FETHAB	96.382,29
AGOSTO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	66.641-6	FETHAB	146.995,74
SETEMBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	66.641-6	FETHAB	152.249,08
OUTUBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	66.641-6	FETHAB	148.698,52
JULHO 2018	GOV. ESTADO	BRASIL	70.471-7	FETHAB - SEDUC	17.963,34
AGOSTO 2018	GOV. ESTADO	BRASIL	70.471-7	FETHAB - SEDUC	54.628,03
SETEMBRO 2018	GOV. ESTADO	BRASIL	70.471-7	FETHAB – SEDUC	55.610,84
OUTUBRO 2018	GOV. ESTADO	BRASIL	70.471-7	FETHAB – SEDUC	27.819,05
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	31.731-4	SAL.EDUCAÇÃO	36.236,44
AGOSTO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	31.731-4	SAL.EDUCAÇÃO	36.984,61
SETEMBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	31.731-4	SAL.EDUCAÇÃO	35.897,13
OUTUBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	31.731-4	SAL.EDUCAÇÃO	37.956,46
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	32.524-4	PNATE	30.654,02
AGOSTO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	32.524-4	PNATE	30.654,02
SETEMBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	32.524-4	PNATE	30.654,02
OUTUBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	32.524-4	PNATE	61.308,04

DATA CRÉDITO	ORIGEM DO CRÉDITO	BANCO	Nº C/C	APLICAÇÃO	VALOR
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	42.573-7	FUPIS	38,66
AGOSTO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	42.573-7	FUPIS	37,38
SETEMBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	42.573-7	FUPIS	25,21
OUTUBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	42.573-7	FUPIS	40,40
JANEIRO 2018	GOV. FEDERAL	CEF	647.134-5	AQUISIÇÃO DE EQUIPEMENTOS	73.125,00
JANEIRO 2018	GOV. FEDERAL	CEF	647.139-6	AQUISIÇÃO DE CAMINHONETES	68.250,00
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	CEF	647.139-6	AQUISIÇÃO DE CAMINHONETES	68.250,00
JANEIRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	71.114-4	AQ. MAT. DIDÁTICOS E PEDAGÓGICO	19.937,56
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	72.726-1	RECAPEAMENTO ASFÁLTICO	951.376,02
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	50.689-3	MERENDA ESCOLAR	19.881,00
AGOSTO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	50.689-3	MERENDA ESCOLAR	19.881,00
SETEMBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	50.689-3	MERENDA ESCOLAR	19.881,00
OUTUBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	50.689-3	MERENDA ESCOLAR	19.881,00
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	67.683-7	IGDBF	3.116,61
AGOSTO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	67.683-7	IGDBF	3.205,19
SETEMBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	67.683-7	IGDBF	3.214,08
	GOV. FEDERAL	BRASIL	67.683-7	IGDBF	3.152,54

OUTUBRO 2018					
AGOSTO 2018	GOV. FEDERAL	CEF	099-5	AG. CORREIOS	9.942,03
SETEMBRO 2018	GOV. FEDERAL	CEF	099-5	AG. CORREIOS	8.521,74
OUTUBRO 2018	GOV. FEDERAL	CEF	099-5	AG. CORREIOS	4.260,87
JULHO 2018	GOV. ESTADO	BRASIL	16.273-6	TRANSP. ESCOLAR ESTADO	192.584,62
SETEMBRO 2018	GOV. ESTADO	BRASIL	16.273-6	TRANSP. ESCOLAR ESTADO	144.438,47
OUTUBRO 2018	GOV. ESTADO	BRASIL	16.273-6	TRANSP. ESCOLAR ESTADO	48.146,15
SETEMBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	62.755-0	CONSTR. QDR.POLIESP. MORRO - SEDE	50.883,09
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	61.456-4	FUNDO CR/ADOLESCENTE	3.610,78
AGOSTO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	61.456-4	FUNDO CR/ADOLESCENTE	330,01

Nossa Senhora do Livramento, em 30 de Outubro de 2018

OBS: Maiores informações pelo telefone (65) 3351-1200/1191

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

OTARCI NUNES DA ROSA

Secretário Municipal de Adm. e Finanças

AO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO –MT

Av. Coronel Botelho, 458 – Centro – CEP: 78170-000 – N. Sra. do Livramento – MT

Tel/Fax.: (65) 351-1200/1191- email: financeiro@livramento.mt.gov.br

Prefeitura Municipal de

Nossa Senhora do Livramento-MT

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS LEI 9.452

A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento –MT, nos Termos do art. 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1.997, notifica os partidos políticos, Sindicatos de Trabalhadores, Entidades Empresariais e demais interessados a liberação do(s) seguinte(s) recurso(s) do Governo Federal / Estadual, depositado(s) no Banco do Brasil S.A, Agência 2764-2 ou Caixa Econômica Federal Agência 0790.

DATA CRÉDITO	ORIGEM DO CRÉDITO	BANCO	Nº C/C	APLICAÇÃO	VALOR
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	66.641-6	FETHAB	96.382,29
AGOSTO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	66.641-6	FETHAB	146.995,74
SETEMBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	66.641-6	FETHAB	152.249,08
OUTUBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	66.641-6	FETHAB	148.698,52
JULHO 2018	GOV. ESTADO	BRASIL	70.471-7	FETHAB - SEDUC	17.963,34
AGOSTO 2018	GOV. ESTADO	BRASIL	70.471-7	FETHAB - SEDUC	54.628,03
SETEMBRO 2018	GOV. ESTADO	BRASIL	70.471-7	FETHAB – SEDUC	55.610,84
OUTUBRO 2018	GOV. ESTADO	BRASIL	70.471-7	FETHAB – SEDUC	27.819,05
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	31.731-4	SAL.EDUCAÇÃO	36.236,44
AGOSTO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	31.731-4	SAL.EDUCAÇÃO	36.984,61
SETEMBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	31.731-4	SAL.EDUCAÇÃO	35.897,13
OUTUBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	31.731-4	SAL.EDUCAÇÃO	37.956,46
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	32.524-4	PNATE	30.654,02
AGOSTO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	32.524-4	PNATE	30.654,02
	GOV. FEDERAL	BRASIL	32.524-4	PNATE	30.654,02

SETEMBRO 2018 ..... OUTUBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	32.524-4	PNATE	61.308,04

DATA CRÉDITO	ORIGEM DO CRÉDITO	BANCO	Nº C/C	APLICAÇÃO	VALOR
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	42.573-7	FUPIS	38,66
AGOSTO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	42.573-7	FUPIS	37,38
SETEMBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	42.573-7	FUPIS	25,21
OUTUBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	42.573-7	FUPIS	40,40
JANEIRO 2018	GOV. FEDERAL	CEF	647.134-5	AQUISIÇÃO DE EQUIPEMENTOS	73.125,00
JANEIRO 2018	GOV. FEDERAL	CEF	647.139-6	AQUISIÇÃO DE CAMINHONETES	68.250,00
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	CEF	647.139-6	AQUISIÇÃO DE CAMINHONETES	68.250,00
JANEIRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	71.114-4	AQ. MAT. DIDÁTICOS E PEDAGÓGICO	19.937,56
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	72.726-1	RECAPEAMENTO ASFÁLTICO	951.376,02
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	50.689-3	MERENDA ESCOLAR	19.881,00
AGOSTO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	50.689-3	MERENDA ESCOLAR	19.881,00
SETEMBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	50.689-3	MERENDA ESCOLAR	19.881,00
OUTUBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	50.689-3	MERENDA ESCOLAR	19.881,00
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	67.683-7	IGDBF	3.116,61
AGOSTO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	67.683-7	IGDBF	3.205,19
SETEMBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	67.683-7	IGDBF	3.214,08
OUTUBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	67.683-7	IGDBF	3.152,54
AGOSTO 2018	GOV. FEDERAL	CEF	099-5	AG. CORREIOS	9.942,03
SETEMBRO 2018	GOV. FEDERAL	CEF	099-5	AG. CORREIOS	8.521,74
OUTUBRO 2018	GOV. FEDERAL	CEF	099-5	AG. CORREIOS	4.260,87
JULHO 2018	GOV. ESTADO	BRASIL	16.273-6	TRANSP. ESCOLAR ESTADO	192.584,62
SETEMBRO 2018	GOV. ESTADO	BRASIL	16.273-6	TRANSP. ESCOLAR ESTADO	144.438,47
OUTUBRO 2018	GOV. ESTADO	BRASIL	16.273-6	TRANSP. ESCOLAR ESTADO	48.146,15
SETEMBRO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	62.755-0	CONSTR. QDR.POLIESP. MORRO - SEDE	50.883,09
JULHO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	61.456-4	FUNDO CR/ADOLESCENTE	3.610,78
AGOSTO 2018	GOV. FEDERAL	BRASIL	61.456-4	FUNDO CR/ADOLESCENTE	330,01

Nossa Senhora do Livramento, em 30 de Outubro de 2018

OBS: Maiores informações pelo telefone (65) 3351-1200/1191

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

OTARCI NUNES DA ROSA

Secretário Municipal de Adm. e Finanças

AO **PRESIDENTE DO PARTIDO PSD**

NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO –MT

Av. Coronel Botelho, 458 – Centro – CEP: 78170-000 – N. Sra. do Livramento – MT

Tel/Fax.: (65) 351-1200/1191- email: financeiro@livramento.mt.gov.

EXTRATO CONTRAT0 091 2018

CONTRAT0 091 2018

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE TRANSPORTE TIPO ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E VAN PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NAS SUAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS, ESPORTIVAS, RECREATIVAS, PASSEIOS, GRUPO FOLCLÓRICOS DO MUNICÍPIOQUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA VARZEA GRANDE TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA ME – EPPPROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 3601/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 060/2018 - AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO OBJETO

1.1 O objeto deste presente contrato é a Contratação de serviço de Locação de Transporte tipo Ônibus, Micro-ônibus e Van para atender a Secretaria Municipal de Educação nas suas atividades educacionais, esportivas, recreativas, passeios, Grupo Folclóricos do Município, conforme condições, especificações e quantidades, a serem estabelecidas **PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 3601/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 060/2018**

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertada na proposta são as que seguem:

Razão Social:	Empresa: **EMPRESA VARZEA GRANDE TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **07.163.699/0001-50**				
Endereço:	Rodovia BR 070 com a MT 060, SN Anexo Posto Free, Zona Rural Município de Nossa Senhora do Livramento CEP: 78170-000				
Contatos:	65 3684 1186 65 99972 1926				
Representante:	Agostinho Alves de Campos				
Item	Descrição	Quantidade	Und	Valor Unit/Km Rodado	Valor Total/Km Rodado
01	Ônibus 44 Lugares C/ Ar Condicionado e banheiro	**1.000**	KM	**R$ 5,29**	**R$ 5.290,00**
02	Micro-Ônibus 28 Lugares C/ Ar Condicionado	**1.500**	KM	**R$ 4,80**	**R$ 7.200,00**
03	Van 15 Lugares C/ Ar Condicionado	**1.500**	KM	**R$ 4,15**	**R$ 6.225,00**
Valor R$ R$ 18.715,00 (Dezoito Mil Setecentos e Quinze Reais)					

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria/ Programa	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Secretaria de Educação Gestão da Educação	Próprio	2045	050019	33.90.39 – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	100	R$ 18.715,00

VALIDADE DO CONTRATO

3.1 O prazo para execução dos serviços será imediatamente a partir da assinatura do contrato e terá vigência de 03 (três) meses a partir da sua assinatura

.

Nossa Senhora do Livramento-MT, 30 de Outubro de 2018

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa: **EMPRESA VARZEA GRANDE TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA ME**,

CNPJ sob o nº 07.163.699/0001-50

Representado pelo senhor Agostinho Alves de Campos

CNH 0007379470, órgão expedidor Detran/MT e CPF nº 531.295.471-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 278/2018

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA CHAMADA PUBLICA Nº 02/2018 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA - MT.''

José Lair Zamoner, Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores abaixo para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Organizadora da Chamada Pública nº 02/2018, da Prefeitura Municipal de Nova Guarita – MT:

Edilaine da Silva Pereira, inscrita no CPF/MF nº 015.513.661.50, como Presidente da Comissão, ocupante do cargo de Psicóloga, com a matrícula funcional nº 1732; Claudia Viviane Pereira Bezerra, inscrita no CPF/MF nº 837.221.904-44, como Membro da Comissão, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social - matrícula nº 1412; Claudenice Nascimento Ferreira Mileski, inscrita no CPF/MF nº 032.453.921-50, como membro da Comissão, ocupante do cargo Comissionado de Gerente de Assistência Social, com a matrícula funcional nº1508. Rosangela Groff, inscrita no CPF/MF nº 051.202.391-37, como secretária da Comissão, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, com a matrícula funcional nº 1519;

Art. 2º. A Comissão Organizadora fica:

I. Encarregada de tomar todas as providências necessárias para realização Chamada Pública nº 02/2018, obedecendo fielmente os ordenamentos legais pertinentes;

II. Divulgar o Edital de chamamento, seguindo as orientações da Comissão de Licitações nomeada pela portaria n° 014/2018.

Art. 3º. Compete ao Presidente desta Comissão, solicitar junto ao Executivo Municipal, todos os recursos materiais, humanos e financeiros necessários à consecução do objetivo desta Portaria.

Art. 4º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 30 de Outubro de 2018.

José Lair Zamoner

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 048/2018

DECRETO N.º 048/2018

SUMULA: Dispõe sobre a suplementação de dotação

Orçamentária no orçamento programa da

Câmara Municipal de Vereadores de Nova

Guarita – MT , e da outras providencias .

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. **JOSÉ LAIR ZAMONER**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pôr Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Suplementar no Valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais) conforme determina a Lei N.º 654/2017 de 20 de Dezembro de 2017, as seguintes dotações orçamentárias:

01.00.00 – CAMARA MUNICIPAL

01.01.00 – CAMARA MUNICIPAL

FUNCIONAL PROGRAM. – 01.031.0017.2.001

005 3.3.90.30-00 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE: 0100 R$ 20.000,00

Art. 2º - Servirá como recurso para atender a suplementação a que se refere o Art. 1º deste decreto, a anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias:

01.00.00 – CAMARA MUNICIPAL

01.01.00 – CAMARA MUNICIPAL

FUNCIONAL PROGRAM. – 01.031.0017.2.001

010 4.4.90.52-00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE FONTE: 0100 R$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação pôr afixação em local de costume.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 16 de Outubro de 2018.

José Lair Zamoner

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N°. 276/2018/GP/PMNG.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. JOSÉ LAIR ZAMONER, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE

ART. 1° - EXONERAR, a pedido e a partir da data da presente portaria, o(a) Servidor(a) Fabiano Balestrin, Matrícula nº 1407 do cargo efetivo de Assistente Administrativo, lotado(a) no Departamento de Frotas, da Secretaria Municipal de Assistente Administrativo, desta Prefeitura Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso.

ART. 2° - O(a) Servidor(a) exonerado(a) pela presente portaria, fica definitivamente desligado do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Guarita, estado de Mato Grosso, onde vinha desempenhando as atribuições de seu cargo desde o dia 26/04/2011.

ART. 3° - O(a) Servidor(a) ora exonerado(a) deverá dirigir-se ao Departamento de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, a partir da data da presente Portaria, para a percepção dos valores oriundos e decorrentes do presente ato, devendo para tanto, firmar toda e qualquer documentação necessária e pertinente ao mesmo.

ART. 4° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE

José Lair Zamoner

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
INEXIGIBILIDADE 10/2018

Inexigibilidade 10/2018

PREFEITURA DE NOVA LACERDA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 010/2018

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 122/2018

O Poder Público Municipal torna pública a Inexigibilidade de Licitação referente à Realização da 9ª Etapa Estadual de MotoCross 2018 a ser realizado nos dias 10 e 11 de Novembro/2018 - Etapa final do Campeonato mato-grossense de MotoCross.

Empresa Federação de Motociclismo do Estado de Mato Grosso,

Valor total contratado: R$ 39.970,00 (trinta e nove mil e novecentos e setenta reais)

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas pela lei 8.883/94 em especial o disposto no art. 25, inciso I.

Nova Lacerda-MT, 30 de outubro de 2018.

Uilson Jose da Silva

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EDITAL RESUMIDO DO PREGÃO 018/2018 SRP 015/2018

O Município de Nova Marilândia – MT, através de seu Pregoeiro Oficial torna Público para conhecimento dos interessados, que realizará às **09h00-min (Horário Local), do dia 14 de novembro de 2018**, na Sala de Li-

citações da Prefeitura Municipal, situada a Avenida Tiradentes, nº211N, Centro – Nova Marilândia - MT, abertura do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2018 – SRP Nº. 015/2018**, "LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE ME's, EPP's E MEI's", do tipo **menor preço por item**, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E MATERIAL DE CONSUMO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT.** O Edital poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Nova Marilândia - MT, Departamento de Licitação, durante o horário normal de expediente, pelo E-mail: pmnovamarilandia@hotmail.com, ou pelo site www.novamarilândia.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 08h00min às 11h30min, através do telefone (65) 3352-1135.

Nova Marilândia – MT, 30 de outubro de 2018.

SAMARA LOIDE SILVA CAMPOS

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá retifica a matéria publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato grosso, Edição Nº 3.091 do dia 24 de Outubro de 2018 referente ao Primeiro Termo de Apostilamento do Contrato nº 003/2018.

Onde se lê:

18 de Outubro de 2018.

Leia-se:

22 de Outubro de 2018.

Nova Maringá – MT, 30 de Outubro de 2018.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE ATA DE REGISTRO Nº 40

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE ATA DE REGISTRO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2018 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5350/2018

OBJETO: *REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS, Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT PARA UM PERÍODO DE 12 MESES.*

Na Publicação da Ata de Registro de Preços nº 40/2018, Processo Administrativo 5350, Na edição nº 3.095, do dia 30/10/18, na página 185, do Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, é o que segue:

Desta forma:

Onde se lê:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS GENUÍNAS E PEÇAS DE PRIMEIRA LINHA ***Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA VEICULAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT PARA UM PERÍODO DE 12 MESES.***

Leia-se:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS, Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT PARA UM PERÍODO DE 12 MESES.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente retificação dos atos praticados, a qual vai assinada pelo Pregoeiro e Membros da Equipe de Apoio.

Johnny Bernatzky

Pregoeiro

Vanuza Aparecida Onofre Tenfen

Membro da equipe de apoio

Regina Célia Werle

Membro da equipe de apoio

LICITAÇÃO
AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2018

AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2018

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto Nº 042/2017, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº. 48/2018, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM,** no dia **13/11/2018 às 08:00 horas** (Horário Local) na sede da Prefeitura Municipal, sala de licitações, na Avenida Mato Grosso, Nº. 51, Centro, Nova Monte Verde-MT, cujo objeto é o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM, Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DE NOVA MONTE VERDE - MT PELO PERÍODO DE 12 MESES.***

Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 059/2009, Decreto Municipal Nº. 14/2010, Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, Lei Complementar 123/2006 e 147/2014, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, no site www.novamonteverde.mt.gov.br, no campo **Publicações - Editais - 2018 - Geral**. Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde-MT, 30 de Outubro de 2018.

JOHNNY BERNATZKY

Pregoeiro Oficial do Município

Decreto 042/2017

Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

ORDEM DE SERVIÇO CONTRATO Nº 46/2018

O Município de Nova Xavantina, MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CPPJ 15.024.045.0001-73, com sede administrativa na Avenida Expedição Roncador Xingu, 249, setor Xavantina, em Nova Xavantina, MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal João Batista Vaz da Silva, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 282.509.151-00 e no RG 1392532 SSPGO, residente e domiciliado na Rua Santarém, nº 250, Centro, em Nova Xavantina, MT, solicita a empresa **Elétrica Radiante Materiais Elétricos Ltda. EPP**, inscrita no CNPJ nº 15.984.883/0001-99, com sede na Av. Volta Redonda nº 951, Qd. 256, Lt. 02, Jd. Novo Mundo, em Goiânia-GO, CEP. 74.703-080, representada pelo Sr. Sergio Augusto Ferreira Beltrão, portador do CPF nº 828.469.871-49 e RG nº 4022002 DGPC/GO, a iniciar de imediato a **IMPLANTAÇÃO DA**

REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA AVENIDA RANULFO PAES DE BARROS, (atual AV DR. RENATO FIGUEIRA VARELLA), conforme projeto básico, planilhas e demais anexos do edital de Tomada de Preços nº 17/2018 e contrato nº. 46/2018.

Nova Xavantina, MT, 30 de outubro de 2018.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - Cebola

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2.018

NOTA DE ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2.018.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT torna público a anulação referente ao Pregão Presencial nº 032/2.018, Objeto: AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) PATRULHAS MECANIZADAS, SENDO 02 (DOIS) CONJUNTOS EQUIPADOS COM: TRATOR DE PNEUS, CARRETA AGRÍCOLA, GRADE ARADORA E COLHEDORA DE FORRAGENS – ORIUNDAS DE CONTRATO DE REPASSE MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA / MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, CONFORME DESCRITO NO EDITAL**, conforme parecer jurídico nº 033/2018.**

Nova Xavantina – MT, 30 de outubro de 2.018.

Walmir Arruda Costa

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 224, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

"RETIFICA A PORTARIA Nº 212/2018".

O Ex.mo Sr. **Silvano Pereira Neves,** Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere ao cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1º- Retificar a Portaria nº 212/2018, de 05 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios em 08 de outubro de 2018, que concede Progressão Funcional à servidora efetiva, abaixo relacionada, por cumprimento dos requisitos especificados no Art. 26, Parágrafo Único da Lei Municipal nº 987, de 28 de maio de 2013.

Onde-se-lê:

Nome	Cargo	Classe/Nível Atual	Classe/Nível Novo
Claudiane Ap. da Rocha	Enfermeira	Nível II	Nível III

Leia-sê:

Nome	Cargo	Classe/Nível Atual	Classe/Nível Novo
Claudiane Ap. da Rocha	Enfermeira	Nível I	Nível II

Artigo 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 30 de outubro de 2018.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITACAO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 012/2018

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, higiene e limpeza, copa e cozinha e utensílios domésticos em atendimento a diversas secretarias.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **SILVANO PEREIRA NEVES,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, torna público à vista do resultado conclusivo emitido pelo pregoeiro e equipe de apoio que fez a adjudicação do processo como vencedora as empresas: **EDSON MARIANO OLIVEIRA - ME,** inscrita no **CNPJ: 23.345.837/0001-78,** com proposta no valor global de **R$ 834. 360,66 (oitocentos e trinta e quatro mil, trezentos e sessenta reais e sessenta e seis centavos)** para os itens**: 0002, 0004, 0006, 0008, 0009, 0012, 0013, 0014, 0015, 0017, 0018, 0020, 0023, 0024, 0027, 0028, 0037, 0038, 0042, 0043, 0044, 0045, 0051, 0056, 0057, 0058, 0059, 0061, 0063, 0064, 0065, 0069, 0070, 0076, 0077, 0079, 0081, 0082, 0084, 0089, 0090, 0091, 0095, 0096, 0098, 0099, 0100, 0101, 0102, 0103, 0105, 0107, 0111, 0112, 0113, 0114, 0115, 0118, 0125, 0126, 0127, 0128, 0129, 0130, 0131, 0132, 0133, 0134, 0135, 0136, 0137, 0138, 0139, 0140, 0141, 0142, 0143, 0144, 0145, 0146, 0147, 0148, 0150, 0151, 0152, 0153, 0154, 0155, 0156, 0157, 0158, 0159, 0160, 0161, 0162, 0163, 0164, 0165, 0166, 0167, 0168, 0169, 0170, 0173, 0174, 0175, 0176, 0177, 0179, 0181, 0182, 0183, 0184, 0185, 0186, 0188, 0192, 0193, 0194, 0195, 0196, 0197, 0198, 0199, 0201, 0202, 0203, 0204, 0205, 0206, 0207, 0208, 0209, 0210, 0211, 0212, 0213, 0214, 0215, 0216, 0217, 0218, 0219, 0220, 0221, 0222, 0223, 0224, 0225, 0226, 0227, 0228, 0229, 0230, 0231, 0232, 0234, 0235, 0236, 0239, 0240, 0241, 0243, 0245, 0246, 0248, 0249, 0250, 0251, 0255, 0256, 0258, 0259, 0260, 0261, 0263, 0264, 0265, 0266, 0267, 0268, 0269, 0270, 0271, 0272, 0273, 0275, 0277, 0278, 0279, 0281, 0283, 0284, 0285, 0286, 0288, 0289, 0290, 0292, 0293, 0294, 0295, 0296, 0297, 0298, 0301, 0302, 0304, 0307, 0309, 0310, 0311, 0312, CARLOS F. ROCHA – EPP,** inscrita no **CNPJ: 11.117.981/0001-78,** com proposta no valor global de **R$ 135.656,90 (cento e trinta cinco mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e noventa centavos)** para os itens:**0001**, **0003, 0005, 0007, 0016, 0019, 0021, 0022, 0032, 0033, 0035, 0036, 0040, 0041, 0046, 0047, 0048, 0050, 0054, 0055, 0060, 0062, 0066, 0067, 0068, 0071, 0074, 0075, 0078, 0080, 0083, 0085, 0097, 0104, 0116, 0117, 0119 0122, 0123, 0171, 0172, 0178, 0180, 0237, 0242, 0257, 0262, 0305, 0306, 0308, BELAFORTE COMERCIAL LTDA ME,** inscrita no **CNPJ: 24.296.486/0001-15,** com proposta no valor global de **R$ 29.746,25 (vinte e nove mil, setecentos e quarenta e seis reais e vinte e cinco centavos),** para os itens:**0025, 0026, 0029, 0030, 0031, 0034, 0049, 0052, 0053, 0073, 0086, 0087, 0088, 0106, 0108, 0109, 0110, 0120, 0121, 0124, JL MONTEIRO DA SILVA EIRELI,** inscrita no **CNPJ: 30.099.251/0001-36,** com proposta no valor global de **R$ 80.427,30 (oitenta mil, quatrocentos e vinte e sete reais e trinta centavos)** para os itens: **0010, 0011, 0039, 0072, 0092, 0093, 0094, 0149, 0187, 0189, 0190, 0191, 0200, 0233, 0238, 0244, 0247, 0252, 0253, 0254, 0274, 0276, 0280, 0282, 0287, 0291, 0299, 0300, 0303,** tudo de acordo com o especificado no anexo I – Termo de referencia do edital. Diante do exposto, **RATIFICO** a adjudicação proferida pelo pregoeiro e **HOMOLOGO** a presente licitação, nos termos da licitante vencedora, que fica obrigada a fornecer o objeto licitado ao Município de Novo Horizonte do Norte – MT, conforme consta no Edital e referido processo.

Novo Horizonte do Norte – MT, em 26 de outubro de 2018.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

PORTARIA N.º 349/2018. DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

"Dispõe sobre concessão de afastamento de servidora em virtude de Licença Maternidade, e dá outras providências".

*A Diretora Executiva do **PREVI-MUNDO**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:*

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER** Licença-Maternidade em conformidade com o artigo 26 º, da lei 189/2004,e atestado médico, para o período de 27/09/2018 à 25/01/2018 à servidora Sra. KAMILA MICKELON DALAZEN portadora do RG nº 1999981-0 SSP/MT e do CPF nº 025.194.971.06, servidora efetiva no cargo de **Agente Financeiro e Patrimonial,** matriculada no DRH sob o nº 052 da Câmara Municipal.

Artigo 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Com efeitos em 27/09/2018.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 29 de outubro de 2018.

LIRIA KURTEN WRONSKI

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 343/2018 DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

"Dispõe Sobre Concessão de Férias, e Dá Outras Providências".

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o Art. 69 da Lei Complementar n.º 004/2001 de 28/12/2001, aos servidores:

ADAO EDILSON MEDINA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 16357043 SSP/MT e CPF sob o nº 025.607.511.51, efetivo no cargo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE**, matriculado no DRH sob o nº 2180, a partir do dia 01/10/2018 a 31/10/2018, referente ao período aquisitivo de 04/05/2017 a 03/05/2018.

CREUZA AMARO VAZ, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 14537397 SSP/MT e CPF sob o nº 962.928.651.34, efetiva no cargo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE**, matriculada no DRH sob o nº 1028, a partir do dia 01/10/2018 a 31/10/2018, referente ao período aquisitivo de 11/02/2016 a 10/02/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 24 de Outubro de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 350/2018 DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

"Dispõe sobre Concessão do Benefício de Auxílio Doença, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art.1º - CONCEDER, a Senhora **FRANCIELE DIAS DE OLIVEIRA,** portadora da RG 24886114 SSP/MT e do CPF nº 066.544.351.09, servidora contratada no cargo de **Apoio Administrativo Educacional Não Profissionalizado (MERENDEIRA),**matriculada no DRH sob o nº 3068, o afastamento por auxilio doença pelo INSS, entre o período de 16/10/2018 ao dia 14/12/2018, em conformidade com o atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em 29 de Outubro de 2018.

_____

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 351/2018 DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

"Dispõe sobre Concessão de afastamento por Benefício de Auxílio Doença, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER, prorrogação de afastamento de Auxilio Doença a Senhora, **SIMONE CRISTINA DE OLIVEIRA,** portadora da RG 17418224 SSP/MT e do CPF nº 026.093.541.77, servidora contratada no cargo de **PROFESSORA,**matriculada no DRH sob o nº 3096,entre o período de 02/10/2018 ao dia 11/11/2018, em conformidade com o atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos ao dia 02/10/2018.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em 29 de Outubro de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 352/2018 DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

"Dispõe sobre Readaptação Funcional de servidor efetivo e dá outras providências".

Considerando o Art. 33 ao 36 da Lei Complementar n.º 04 de 28 Dezembro de 2001. Considerando o Art. 17 e 18 da Lei nº 189 de 04 de Novembro de 2004.

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E :

Art. 1°. DESIGNAR, "ex-officio", a servidora **LUCIMAR DE FATIMA GABRIEL DE ARAUJO,** matrícula funcional nº 845, ocupante do cargo de APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (merendeira), para READAPTAÇÃO FUNCIONAL, em virtude de limitação em sua capacidade física, conforme Laudo de Perícia Médica, por período de 04 (quatro) meses, isto é, até o dia 15/02/2019, ou até nova avaliação médica.

Art. 3º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 29 de Outubro de 2018.

_____

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 353/2018 DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

"*Dispõe Sobre Concessão de Férias, e Dá Outras Providências".*

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o Art. 69 c/c art. 73 da Lei Complementar n.º 004/2001 de 28/12/2001, para o período de 01/10/2018 à 30/10/2018 ao servidor **MANOEL MILTON PEREIRA DE SOUZA,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 1383620-0 SSP/MT e do CPF sob o nº. 205.358.803.91, servidor efetivo no cargo de **GARI**, matriculado no DRH sob o nº 859, referente ao período aquisitivo de 03/09/2017 a 02/09/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 29 de Outubro de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 342/2018 DE 22 DE OUTUBRO DE 2018

"*Dispõe Sobre Concessão Da Licença Premio, e dá Outras Providências".*

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E :

Artigo 1°- CONCEDER, Licença Prêmio, em conformidade com o § 2º do Artigo 101 da LC 04/2001 de 28/12/2001, aos servidores:

CRISTINA APARECIDA DA SILVA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 14603284 SSP/MT e CPF sob o nº 003.730.391.07, servidora no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO**, matriculada no DRH sob o nº 1119, para o período de 22/10/2018 à 21/12/2018, totalizando 60 dias, referente ao quinquênio de 02/05/2013 à 02/05/2018.

FRANCIELE ELEUTERIO DE OLIVEIRA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1947932-8 SSP/MT e CPF sob o nº 025.484.111.25, servidora no cargo de **PROFESSORA 30 HORAS**, matriculada no DRH sob o nº 2211, para o período de 01/10/2018 à 31/10/2018, totalizando 30 dias, referente ao quinquênio de 02/07/2012 à 01/07/2017.

WENDEL CARVALHO MARQUES, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 264030850 SSP/MT e CPF sob o nº 187.583.628.43, servidor no cargo de **PROFESSOR 30 HORAS**, matriculado no DRH sob o nº 956, para o período de 30/10/2018 à 28/12/2018, totalizando 60 dias, referente ao quinquênio de 01/11/2012 à 31/10/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 22 de Outubro de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 354/2018 DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

"*Dispõe Sobre Exoneração de Servidor Publico Municipal Ocupante de Cargo Efetivo, e dá Outras Providências".*

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

CONSIDERANDO: Relatório final feito pela Comissão de Sindicância e Inquérito Administrativo Disciplinar anexo 01.

CONSIDERANDO: Requerimento de exoneração de servidor do dia 01/10/2018.

R E S O L V E:

Artigo 1° - **EXONERAR** o servidor publico municipal **JOSE ADALBERTO RIBEIRO SANTOS,** brasileiro, portador da RG 0279719-4 SSP/MT e CPF sob n° 241.017.371.34, no cargo de **MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR**, devidamente matriculado sob o n° 2215.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos a partir de 09 de Outubro de 2018.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 29 de Outubro de 2018.

_____

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 338/2018 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

"*Dispõe sobre Readaptação Funcional de servidor efetivo e dá outras providências".*

Considerando o Art. 33 ao 36 da Lei Complementar n.º 04 de 28 Dezembro de 2001. Considerando o Art. 17 e 18 da Lei nº 189 de 04 de Novembro de 2004.

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E :

Art. 1°. DESIGNAR, "ex-officio", a servidora **ODETE MARTINS BALBINO,** matrícula funcional nº 852, ocupante do cargo de APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, para READAPTAÇÃO FUNCIONAL, em virtude de limitação em sua capacidade física, conforme Laudo de Perícia Médica, por período de 06 (seis) meses, isto é, até o dia 18/03/2018, ou até nova avaliação médica.

Art. 3º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 09 de Outubro de 2018.

_____

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 341/2018 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

"Dispõe Sobre Concessão de Férias, e Dá Outras Providências".

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o Art. 69 da Lei Complementar n.º 004/2001 de 28/12/2001, aos servidores:

WALFRID GRAHL, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 1010321-0 SSP/MT e CPF sob o nº 181.666.369.72, efetivo no cargo de **DESENHISTA**, matriculado no DRH sob o nº 47, a partir do dia 24/09/2018 a 23/10/2018, referente ao período aquisitivo de 03/10/2017 a 02/10/2018.

ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 14602555 SSP/MT e CPF sob o nº 009.660.971.06, celetista no cargo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE**, matriculada no DRH sob o nº 984, a partir do dia 01/10/2018 a 30/10/2018, referente ao período aquisitivo de 01/01/2017 a 31/12/2017.

ROBERTA MEZALIRA VENTUROSO, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1356677-6 SSP/MT e CPF sob o nº 942.621.281.72, efetiva no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, matriculada no DRH sob o nº 68, a partir do dia 01/10/2018 a 30/10/2018, referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 a 28/02/2017.

REGINALDO JOSE RODRIGUES PIEDADE, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 1253135-9 SSP/MT e CPF sob o nº 878.529.691.00, celetista no cargo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE**, matriculado no DRH sob o nº 1007, a partir do dia 01/10/2018 a 30/10/2018, referente ao período aquisitivo de 01/01/2018 a 31/12/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 10 de Outubro de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 340/2018 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

"Dispõe Sobre Concessão Da Licença Premio, e dá Outras Providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E :

Artigo 1°- CONCEDER, 60(sessenta) dias de Licença Prêmio, em conformidade com o § 2º do Artigo 101 da LC 04/2001 de 28/12/2001, a servidora **NADIR DOMINGOS DOS SANTOS,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 508342 SSP/PR e CPF sob o nº 299.175.811-20, servidora no cargo de **AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS**, matriculada no DRH sob o nº 850, para o período de 01/10/2018 à 30/11/2018, referente ao quinquênio de 2012 à 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 10 de Outubro de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 345/2018 DE 24 DE OUTUBRO DE 2018.

"Dispõe sobre concessão do benefício de Auxílio doença ao Servidor Efetivo e dá outras providências".

A Diretora Executiva do ***PREVI-MUNDO****, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;*

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER**, o benefício de Auxílio Doença em conformidade com o artigo 15 e 16, da Lei/189 de 04 de novembro de 2004, atestado médico de 17/10/2018 à 16/11/2018, ao servidor Sr. LUIZ AFONSO MALLMANN**,** brasileiro, Portador da Cédula de Identidade RG nº 240 510 SSP MS e do CPF sob o nº 019.273.518.71, no cargo de **PROFESSOR,** devidamente matriculado sob o nº 023.

Artigo 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.Com efeitos em 17/10/2018

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Previdência de Novo Mundo/MT, aos 24 de outubro de 2018

_____

LIRIA KURTEN WRONSKI

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 346/2018 DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

"Dispõe Sobre Concessão de Férias, e Dá Outras Providências".

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o Art. 69 da Lei Complementar n.º 004/2001 de 28/12/2001, aos servidores:

LUCIENE EVANGELISTA BARBOSA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 14772167 SSP/MT e CPF sob o nº 978.444.971.49, no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACINAL PROFISSIONALIZADO**, matriculada no DRH sob o nº 1112, a partir do dia 24/10/2018 a 23/11/2018, referente ao período aquisitivo de 01/04/2016 a 31/03/2017.

RENILTON DOMINGOS FERREIRA SANCHES, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 1792216-0 SSP/MT e CPF sob o nº 020.741.451.36 no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO (Vigia)**, matriculado no DRH sob o nº 885, referente aos períodos aquisitivos de 10/09/2016 a 09/09/2017 e 10/09/2017 a 09/09/2018, para o período de 10/10/2018 à 08/12/2018.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 26 de Outubro de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 339/2018. DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

"*Dispõe sobre transferência de lotação de servidor, e dá outras providências".*

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1º - **TRANSFERIR** de lotação servidores para adequação das fontes de recursos segundo normas do STN.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em local de costume, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em 11 de Outubro de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 347/2018 DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

"Conceder retorno de Licença Premio, e dá Outras Providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E :

Artigo 1°- Conceder, a pedido, ao retorno de afastamento de Licença Prêmio, a servidora **VALDENICE ANTONIO DE ALMEIDA,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 13360825 SSP/PR e CPF sob o nº 550.789.901.00, no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO**, matriculada no DRH sob o nº 100, sendo que a mesma usufruiu 30 dias do benefício de 23/09/2018 a 23/10/2018 ficando 59 dias para posterior agendamento.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário, em especial a Portaria 321/2018.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 29 de Outubro de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 337/2018 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

"*Dispõe sobre Readaptação Funcional de servidor efetivo e dá outras providências".*

Considerando o Art. 33 ao 36 da Lei Complementar n.º 04 de 28 Dezembro de 2001. Considerando o Art. 17 e 18 da Lei nº 189 de 04 de Novembro de 2004.

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E :

Art. 1°. DESIGNAR, "ex-officio", a servidora **MARISTELA FEYH MAGALHAES,** matrícula funcional nº 941, efetiva do cargo de AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS, para READAPTAÇÃO FUNCIONAL, em virtude de limitação em sua capacidade física, conforme Laudo de Perícia Médica, por período de 01 (um) ano, isto é, até o dia 02/09/2019, ou até nova avaliação médica.

Art. 3º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 09 de Outubro de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 344/2018 DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

"*Dispõe Sobre Concessão de Férias, e Dá Outras Providências".*

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o Art. 69 c/c art. 73 da Lei Complementar n.º 004/2001 de 28/12/2001, para o período de 01/10/2018 à 31/10/2018 ao servidor **ELSON JOSE PEREIRA,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 16797663 SSP/MT e do CPF sob o nº. 031.877.611.19, servidor no cargo de **COORDENADOR DE PLANEJAMENTO FISCAL E PROGRAMAÇÃO TRIBUTÁRIA**, matriculado no DRH sob o nº 971, referente ao período aquisitivo de 01/11/2016 a 31/10/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 24 de Outubro de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 348/2018 DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

"Dispõe Sobre Concessão Da Licença Premio, e dá Outras Providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E :

Artigo 1°- CONCEDER, Licença Prêmio, em conformidade com o § 2º do Artigo 101 da LC 04/2001 de 28/12/2001, aos servidores:

CILVANE DE FATIMA CABRAL, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 17/R-2.873.796 SSP/SC e CPF sob o nº 811.640.179.34, servidora no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO**, matriculada no DRH sob o nº 921, para o período de 23/10/2018 à 21/12/2018, totalizando 60 dias, referente ao quinquênio de 01/10/2012 à 31/092017.

MARLI MARTELLO SOBOLESKI, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 14511932 SSP/MT e CPF sob o nº 001.218.981.21, servidora no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO**, matriculada no DRH sob o nº 129, para o período de 24/10/2018 à 21/01/2019, totalizando 90 dias, referente ao quinquênio de 01/03/2007 à 28/02/2012.

NAIR PEZZINI, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 405419 SSP/MT e CPF sob o nº 295.880.491.72, servidora no cargo de **PROFESSORA 40 HORAS**, matriculada no DRH sob o nº 34, para o período de 25/10/2018 à 23/12/2018, totalizando 60 dias, referente ao quinquênio de 03/03/2012 à 02/03/2017.

SIMONE PEREIRA DA SILVA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 001226384 SSP/MT e CPF sob o nº 767.023.911.53, servidora no cargo de **PROFESSORA 30 HORAS**, matriculada no DRH sob o nº 867, para o período de 25/10/2018 à 23/12/2018, totalizando 60 dias, referente ao quinquênio de 03/09/2007 à 02/09/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 29 de Outubro de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

AVISO DE PRORROGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 05/2018

SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 066/2018

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio, Estado de Mato Grosso, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, sob o nº. 05/2018, do tipo "**MENOR PREÇO**". O critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**. Objeto da licitação na modalidade pregão eletrônico: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, INSUMOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ONDONTOLÓGICOS PARA ENTREGA FRACIONADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTONIO - MT,** conforme condições e especificações constantes no Edital e seus anexos. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**: durante os dias **01 de Novembro a 14 de Novembro de 2018**, período integral do expediente, sendo que excepcionalmente, no dia **14 de Novembro de 2018** as propostas poderão ser encaminhadas até às 09:h00, horário de Brasília. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 09:h00. Inicio da sessão da disputa: às 10h00 (Horário de Brasília) do dia 14 de Novembro de 2018. **LOCAL DA DISPUTA**: Site da Bolsa de Licitações e Leilões: www.bllcompras.gov.br, **RETIRADA DO EDITAL:** site: www.novosantoantonio.mt.gov.br. **INFORMAÇÕES:** As empresas interessadas deverão providenciar o cadastro no sistema da BLL, conforme edital de chamamento. **CONTATO:** (0**66)3548-1140/1100 ou e-mail: licitacao@novosantoantonio.mt.gov.br .

Novo Santo Antônio-MT, 30 de Outubro de 2018.

EVA RODRIGUES BRITO

Pregoeira Oficial

LEI MUNICIPAL Nº 402/2018 29 DE OUTUBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADÃO SOARES NOGUEIRA, Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar até o limite de 6,00% (seis por cento) do Orçamento da Despesa do Exercício de 2018, previstos no artigo 3º da Lei Municipal nº 383/2018, de 10 de Janeiro de 2018 – LOA 2018.

Art. 2º- Os créditos abertos no artigo anterior somar-se-ão ao limite dos créditos autorizados pela Lei Municipal nº 383/2018, de 10 de Janeiro de 2018 – LOA 2018.

Art. 3º - Para dar cobertura aos créditos adicionais serão utilizados os recursos mencionados no Artigo 43 da lei Federal nº 4.320/64.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Remanejar e Transpor recursos entre órgãos e categorias econômicas, inclusive fonte de recursos, nos termo do artigo 167, Inciso VI da Constituição Federal.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de Outubro de 2018.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio, 29 de Outubro de 2018.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
EDITAL Nº 001/2018

EDITAL Nº 001/2018

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e com base nos princípios da Gestão Democrática emanados da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Lei Federal n.° 9394/1996-LDB, do DecretoFederal n.° 6.094/2007 e da Lei n.° 511/2008 comunica que estão abertas as inscrições para o processo de seleção de profissionais da educação a serem designados para a função gratificada de diretor das escolas públicas municipais.

1. Das inscrições:

1.1. As inscrições estarão abertas nas Escolas Municipais, no dia 09 de novembro de 2018, das 07:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h.

2. No ato da inscrição o candidato deverá:

2.1. Preencher uma ficha padrão identificando a escola para a qual está se candidatando.

2.2. Declarar por escrito de que está de pleno acordo com as condições deste Edital e da Portaria 288/2018 apresentando e assinando os seguintes documentos:

a) Curriculum Vitae (documentado);

b) Cópias da carteira de identidade/RG e CPF, apresentando os originais para conferência;

c) Declaração de efetivo tempo de serviço na unidade escolar expedido pela Secretaria da Escola na qual concorre ao cargo eletivo

d) Termo de compromisso de dedicação exclusiva assinado;

e) Termo de desistência da cooperação técnica, para os candidatos com vínculo com o Estado. Em sendo eleito será excluído da cooperação técnica.

f) Declaração do Banco Brasil de que está apto a movimentar conta bancária;

g) Certidão Negativa de Tributos Municipais;

2. Das etapas:

2.1. A seleção de profissional para provimento do cargo eletivo de diretor das Escolas Públicas, considerando-se a aptidão para liderança e as habilidades necessárias ao exercício do cargo, será realizada em 2 (duas) etapas:

I – Etapa – constará de orientação sobre a obrigação de qualificação e capacitação através do ciclo de estudos nos dias 21 e 22 de novembro de 2018, sob a responsabilidade das Coordenadoras Pedagógicas nas Escolas Municipais.

II - Etapa - constará de seleção do candidato pela comunidade escolar por meio de votação na própria unidade escolar, no dia 30 de novembro de 2018 das 7:00 às 17:00h.

3. Da proposta de trabalho:

3.1. A apresentação da proposta de trabalho pelos candidatos à comunidade no período de 21 a 23 de novembro de 2018, no horário estabelecido pela Comissão Eleitoral Escolar.

3.2. O candidato eleito encaminhará a proposta de trabalho à Secretaria Municipal de Educação no período de 12 de dezembro de 2018.

3.3. A apresentação das propostas de trabalho de cada candidato deverá ser realizada em Assembleia Geral e registrada em ata pela Comissão Eleitoral Escolar.

4. Dos critérios:

4.1. Os critérios e demais normas de seleção para diretores de escola pública municipal estão contidas no Título V da Lei 511/2008 e da Portaria 288/2018.

5. Da Comissão Eleitoral Escolar:

5.1. Haverá em cada unidade escolar uma comissão para conduzir o processo de seleção de candidato à direção, constituída em Assembleia Geral da Comunidade Escolar, convocada pelo dirigente da escola, conforme artigo 65 da Lei 511/2008 e artigo 17 da Portaria 018/2018.

5.2. As atribuições da Comissão Eleitoral Escolar serão nos termos do artigo 66 da Lei 511/2008 e artigo 18 da Portaria 018/2018.

5.3 - A Comissão Eleitoral Escolar será formada no dia 05 de novembro de 2018, sob a coordenação do atual diretor da unidade escolar e dos CDCEs.

6. Da posse:

6.1. O candidato eleito tomará posse no dia 07 de dezembro de 2018, conforme cronograma da portaria 018 /2018 para programar a agenda das atividades das eleições escolares para o ano de 2018.

7. Das disposições gerais:

7.1. A confirmação de inscrição será feita através de divulgação nas Escolas Municipais e na Secretaria Municipal de Educação.

7.2. É vedada ao candidato a inscrição condicional ou por correspondência.

7.3. As inscrições que não atenderem os requisitos para a função de diretor serão indeferidas.

7.4. Em hipótese alguma haverá prorrogação do prazo de inscrições.

7.5. Encerrado o prazo, a Comissão Eleitoral encaminhará para Secretaria Municipal de Educação a lista com as inscrições deferidas e indeferidas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

7.6. A inscrição do candidato implicará no conhecimento da presente instrução e compromisso tácito de aceitar as condições do processo de seleção, tais como se acham estabelecidas em legislação vigente.

7.7. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral Municipal, que atenderá na Secretaria Municipal de Educação.

8. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranatinga MT, 29 de novembro de 2018.

Arlinda Barbosa de Arruda Vian

***S**ECRETÁRIA **M**UNICIPAL DE **E**DUCAÇÃO*

***P**ORTARIA 429/2017*

ANEXO I

ATA DE APURAÇÃO DA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA

COMISSÃO ELEITORAL

ATA Nº____/___

Aos ..... dias do mês de .....de ....., às .....horas, na Escola Municipal..... ..... Situada na Rua.....foi realizada a Assembleia Geral da comunidade escolar, para proceder a escolha dos membros da Comissão Eleitoral Escolar, atendendo os dispositivos da Lei n.° 511/2008, que ao final do processo apresentou o seguinte resultado, ficando assim constituída:

(Citar os escolhidos, representante dos segmentos: pai, alunos e profissionais da educação e respectivos suplentes, bem como definir o presidente da referida comissão.)

Nada havendo nada mais a relatar, eu_____Secretário(a) designado(a) lavrei a presente ata, que após sua leitura, segue assinada por mim e por todos os presentes.

ANEXO II

COMISSÃO ELEITORAL

Eleito em:...../...../.....Conforme Ata nº. .....de...../...../.....

	Nome	Endereço/ CEP	Telefone
1	Nome: Assinatura:		
2	Nome: Assinatura:		
3	Nome: Assinatura:		

Suplentes da Comissão Eleitoral

	Nome	Endereço/ CEP	Telefone
1	Nome: Assinatura:		
2	Nome: Assinatura:		
3	Nome: Assinatura:		

ANEXO III

FICHA DE INSCRIÇÃO DO CANDIDATO À DIREÇÃO

Nome da Escola para qual se candidata:.....

Número da ordem de inscrição na Escola:.....

Dados Pessoais

Nome:.....

Título de Eleitor nº.:.....Zona:.....Seção:.....

RG nº. .....Expedido em:.....

CPF nº.:.....Estado Civil:.....

Filiação:..... .....

Endereço Completo:.....Fone:.....

Dados Profissionais

Graduação/Curso:..... Ano de Conclusão:.....

Instituição:.....

Pós Graduação/Curso:.....Ano de Conclusão:.....

Instituição:.....

Lotação E.M.:.....Período:.....

Tempo de serviço na Unidade Escolar que se candidata:.....

Situação Funcional:.....

Classe:.....Nível:.....

Tempo de serviço no Magistério Público do Município de Paranatinga:.....

Paranatinga,.....de.....de 2018.

Assinatura do Candidato

Assinatura do Secretário (a) Municipal de Educação

ANEXO IV

TERMO DE COMPROMISSO DEDICAÇÃO EXCLUVISA

Eu_____

RG n.º_____ CPF n.º_____

Residente e domiciliado à_____

Município de Paranatinga.

Lotado na Escola _____

Ocupante do cargo de_____

Declaro estar ciente e de acordo com as legislações previstas no Edital n.º 01/2018/SMEC, firmo o compromisso de, no caso de ser eleito (a), diretor (a) da escola, assumir a função de Diretor da escola em regime de Dedicação Exclusiva, não tenho outro vínculo empregatício, de acordo com a Lei 511/ 2008, Art. 11.

Paranatinga/MT., _____ de _____ de 2.018.

_____

ASSINATURA

ANEXO V

TERMO DE DESISTÊNCIA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Eu_____

RG n.º_____ CPF n.º_____

Residente e domiciliado à_____

Município de Paranatinga.

Lotado na Escola _____

Ocupante do cargo de_____

Declaro estar ciente e de acordo com as legislações previstas no Edital n.º 01/2018/SMEC, e firmo o compromisso de, no caso de ser eleito(a), desistir da Cooperação Técnica, em razão de vínculo com Estado.

Paranatinga/MT., _____ de _____ de 2.018.

_____

ASSINATURA

ANEXO VI

TERMO DE COMPROMISSO ASSEGURANDO A REGULARIDADE DE FUNCIONAMENTO DA ESCOLA

Eu_____

RG n.º_____ CPF n.º_____

Residente e domiciliado à_____

Município de Paranatinga – MT Município de Paranatinga.

Lotado na Escola _____

Ocupante do cargo de_____

Declaro estar ciente e de acordo com os termos estabelecidos no Edital n.º 01/2018/SMEC e Portaria nº. 288/2018, e firmo compromisso de, no caso de ser eleito(a), assegurar a regularidade de funcionamento da unidade escolar e autorização dos cursos ofertados, junto ao Conselho Estadual de Educação-CEE-MT.

Paranatinga/MT., _____ de _____ de 2.018.

_____

ASSINATURA

ANEXO VII

DESIGNAÇÃO DOS COMPETENTES DAS MESAS RECEPTORAS E ESCRUTINADORES

A Comissão Eleitoral escolar, através da Lei 511/2008, Art. 66, Inciso IX, designa os componentes das mesas receptoras e escrutinadores para conduzir o processo de seleção de candidato à direção.

TITULARES

Nome:_____

Função:_____

Segmento:_____

Nome:_____

Função:_____

Segmento:_____

Nome:_____

Função:_____

Segmento:_____

SUPLENTES

Nome:_____

Função:_____

Segmento:_____

Nome:_____

Função:_____

Segmento:_____

Nome:_____

Função:_____

Segmento:_____

_____

Presidente da Comissão Eleitoral Escolar

ANEXO VIII

REQUERIMENTO DE IMPUGNAÇÃO

Eu_____

RG n.º_____ CPF n.º_____

Residente e domiciliado à_____

Município de Paranatinga.

Atualmente membro da Escola Municipal _____ de acordo com a Lei nº 511/2008, Art. 66, Inciso VIII, venho requerer a impugnação do candidato pelo(s) motivo(s) relatado(s):

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Paranatinga/MT., _____ de_____ de 2.018.

_____

Assinatura

ANEXO XI

MODELO DE CÉDULA ELEITORAL

PARA CANDIDATURA ÚNICA

CÉDULA ELEITORAL
Candidato(a).....

Sim

Não

_____
Assinatura do Presidente da Comissão Eleitoral

Assinatura do Secretário da Mesa

CÉDULA ELEITORAL
Candidatos(as).....
_____
_____
_____
_____
_____
Assinatura do Presidente da Comissão Eleitoral

Assinatura do Secretário da Mesa

ANEXO X

ATA DE APURAÇÃO DA ELEIÇÃO DE DIRETOR(A)

Escola.....Município de Paranatinga.

Aos(s) .....dias(s) do mês de.....de.....às.....horas, encerrada a votação, reuniu-se a Comissão Eleitoral Escolar, juntamente com a mesa receptora, para realizar a escrutinação dos votos, apresentando o seguinte resultado:

1- Nome do(s) candidato(s);

2- Número (por extenso) dos votantes que compareceram na eleição;

3- Número (por extenso) dos votantes que deixaram de comparecer;

4- Número de votos (por extenso) recolhidos em separado;

5- Número (por extenso) de votos nulos;

6- Número (por extenso) de votos brancos;

7- Total de votos válidos (por extenso);

8- Total de votos obtido por cada candidato;

9- Nome do candidato eleito.

7 – Ocorrências _____

_____

_____

_____

(somente questões relevantes)

Nada havendo nada mais a relatar, eu_____Secretário(a) da mesa receptora lavrei a presente ata, que após sua leitura, segue assinada por mim, pelos demais membros da Mesa Receptora/Escrutinadora e pelos componentes da Comissão eleitoral Escolar.

Comissão Eleitoral Escolar Membros da Mesa

Receptora/Escrutinadora

_____ _____

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE APTIDÃO PARA MOVIMENTAÇÃO

BANCÁRIA

Eu _____RG nº._____SSP/_____inscrito no CPF sob nº_____

residente e domiciliado na _____

Candidato a função de Diretor, declaro para os devidos fins estar apto para movimentar Conta Bancária.

Por ser verdade, afirmo a presente.

Paranatinga/MT., _____ de_____ de 2.018.

_____

CANDIDATO

.

ANEXO XII

Modelo para elaboração do documento a ser apresentado como Proposta de Trabalho à Assembléia Geral (Art.59, inciso II e alíneas a, b e c da Lei nº 511/2008)

Candidato (a) .....

Escola .....

Local ..... Dia ...../...../..... Horário.....

Justificativa

Dimensão: ( ) Pedagógica ( ) Administração Pessoal ( ) Financeira ( ) Jurídica

Meta

Objetivo

Descrição das Ações	Metodologias a serem trabalhadas	Resultados a serem alcançados

Observações:

A justificativa deverá conter os dados do IDEB da referida escola, cuja análise deverá contemplar uma reflexão e avaliação desses dados, em função das melhorias que se quer propor;

2. Para cada uma das dimensões: Pedagógica, Administrativo-Pessoal, Financeira, Jurídica deverão ser formuladas: a) definição da meta, b) objetivo pretendido,

Ações que serão desenvolvidas, d) proposição de metodologias participativas e como serão trabalhadas, e) resultados que serão alcançados por todos na escola; É absolutamente fundamental articular esta proposta com o Projeto Político Pedagógico, Plano de Desenvolvimento da Escola e os índices do IDEB.

PARANATINGAPREV
RESOLUÇÃO Nº 002, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O Conselho Curador do Paranatinga-Prev - Fundo Municipal de Previdência Social, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei n.o 181, de 21 de Junho de 2006,

Considerando a deliberação tomada em reunião extraordinária realizada em 29 de Outubro de 2018;

Considerando o disposto no Art. 4º da Resolução CMN 3922, de 25 de novembro de 2010, onde determina que os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social, deverão definir a Política Anual de Investimentos dos recursos em moeda corrente;

RESOLVE:

Art. 1o O Paranatinga-Prev - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, adotará a Política Anual de Investimentos anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paranatinga/MT, 29 de Outubro de 2018.

MARCELO FERNANDES

Presidente do Conselho Curador

MEMBROS:

Leticia Soares Vaz de Souza_____

Rozeli Almeida da Silva_____

Jonson Leandro Gunsh_____

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 80/2018

Contrato nº. 80/2018 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada **ELETRONICA A TEVERAMA LTDA - ME, CNPJ: 26.421.588/0001-40.** Objeto: A Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços para a Realização de **Conserto do Equipamento Autoclave, Marca Sercon 0101, Série 100821**, com fornecimento de peças, atendendo a Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga-MT, com fulcro no artigo 24, Inciso IV da Lei 8.666/93. **Valor: R$ 4.098,75 (Quatro mil noventa e oito reais e setenta e cinco centavos)**. **Vigência:** 26/10/2018 A 26/02/2019. Departamento de Licitações e Contratos, em 30 de outubro de 2018.

OUVIDORIA MUNICIPAL
D E C R E T O Nº 1542/2018. FL. 01/02.

D E C R E T O Nº 1542/2018. FL. 01/02.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO SUPLEMENTAÇÃO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, Sr. Josimar Marques Barbosa, no uso de suas atribuições legais, principalmente as conferidas pela Lei Municipal nº 1665/2018, de 28 de setembro de 2018, de conformidade com o artigo nº 41, da Lei Federal 4.320/64.

D E C R E T A:

ARTIGO 1º – Fica aberto ao Orçamento Programa do Município de Paranatinga – MT, Crédito Adicional Suplementar por anulação e transposição parcial de dotação no valor de R$ 160.016,00 (Cento e Sessenta Mil e Dezesseis Reais), no Orçamento da Câmara Municipal de Paranatinga - MT. conforme segue abaixo.:

Parágrafo I – Credito Adicional Suplementar:

Fonte 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.

01.001.01.031.0002.2002.3190.11.00.00.....R$ 130.016,00

01.001.01.031.0002.2002.3191.13.00.00.....R$ 30.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES.....R$ 160. 016,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da transposição, remanejamento, anulação total ou parcial de dotações orçamentárias, de um órgão para outro e de uma categoria econômica de despesa para outra.

Parágrafo II – Anulação de:

Fonte 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.

01.001.01.031.0002.1001.4490.52.00.00.....R$ 30.000,00

01.001.01.031.0002.1003.4490.52.00.00.....R$ 20.000,00

01.001.01.031.0002.1004.4490.51.00.00.....R$ 60.000,00

01.001.01.031.0002.1007.3390.30.00.00.....R$ 8.000,00

01.001.01.031.0002.1007.3390.39.00.00.....R$ 12.000,00

01.001.01.031.0002.2001.3390.41.00.00.....R$ 20.000,00

01.001.01.031.0002.2002.3190.94.00.00.....R$ 4.016,00

01.001.01.031.0002.2002.3390.32.00.00.....R$ 2.000,00

01.001.01.031.0002.2002.3390.33.00.00.....R$ 2.000,00

01.001.01.031.0002.2002.3390.92.00.00.....R$ 2.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES.....R$ 160. 016,00

ARTIGO 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 17 de setembro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Paranatinga – MT, 02 de outubro de 2018.

Josimar Marques Barbosa

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM

02 / 10 / 2018.

_____

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 73/2018

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria nº 126 de 20 de março de 2018, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação pela modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 73/2018**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, tendo por Objeto o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Materiais Permanentes,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital.

EMPRESA VENCEDORA	CNPJ DA EMPRESA	VALOR TOTAL (R$)
A.PAZINATO MARINGA - ME	CNPJ: 04.352.905/0001-81	R$: 15.657,49
OLMI INFORMATICA LTDA - EPP	CNPJ: 00.789.321/0001-17	R$: 98.305,20
TREND COMERCIAL EIRELI - EPP	CNPJ: 23.130.098/0001-05	R$: 37.265,00
V P SILVA BRINQUEDOS - ME	CNPJ: 18.448.863/0001-91	R$: 10.845,88
WANDA COM. DE MOV.E EQUIP. PARA ESC.LTDA - EPP	CNPJ: 12.358.170/0001-21	R$: 12.925,00

Em 30 de outubro de 2018. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA 26/2018

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria 125 de 20 de março de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação, pela modalidade **Dispensa Nº. 26/2018**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1. 005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: a Contratação de Empresa Especializada para **Locação de 01 (um) Caminhão Pipa com motorista, Ano 2001, VW, Toco, capacidade de 10.000 litros,** atendendo as necessidadesda SecretariaMunicipal de Obras e Serviços Urbanos de Paranatinga - MT, Com fulcro no Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93 e artigo 2º, Inciso II da Lei Municipal 1450/2017. Homologado em 30/10/2018 ás 16:00hs.

NOME DA EMPRESA	CNPJ	VALOR TOTAL
JHONLAY ILTO MAINARDI 02524822125	15.750.778/0001-95	R$:8.000,00

Presidente da CPL Devenilson da Silva, em 30 de outubro de 2018.

LICITAÇÃO
ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA 26/2018

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria 125 de 20 de março de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação, pela modalidade **Dispensa Nº. 26/2018**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1. 005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: a Contratação de Empresa Especializada para **Locação de 01 (um) Caminhão Pipa com motorista, Ano 2001, VW, Toco, capacidade de 10.000 litros,** atendendo as necessidadesda SecretariaMunicipal de Obras e Serviços Urbanos de Paranatinga - MT, Com fulcro no Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93 e artigo 2º, Inciso II da Lei Municipal 1450/2017. Data da Abertura dia 30/10/2018 ás 10:00hs. Presidente da CPL Devenilson da Silva, em 30 de outubro de 2018.

OUVIDORIA MUNICIPAL
D E C R E T O Nº 1543/2018 FL. 01/02.

D E C R E T O Nº 1543/2018 FL. 01/02.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, Sr. Josimar Marques Barbosa, **no uso de suas atribuições legais, principalmente as conferidas pela Lei Municipal nº 1670/2018, de 15 de outubro de 2018, de conformidade com o artigo 43, da Lei Federal 4.320/64.**

D E C R E T A:

ARTIGO 1º – Fica aberto ao Orçamento Programa do Município de Paranatinga – MT, Crédito Adicional Especial por excesso de arrecadação no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta Mil Reais), no Orçamento da Prefeitura Municipal de Paranatinga-MT, conforme segue abaixo:

Parágrafo I – Credito Especial:

Fonte.: 0.1.29.00000 – Transf. Rec. do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

08.003.08.244.0016.1198.4490.52.00.....
.R$ 40.000,00

**TO-
TAL.....R$
40.000,00**

ARTIGO 2º -Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação do exercício do Bloco IGD – SUAS do Fundo Nacional de Assistência - FNAS, conforme art.43, § 1º, Inciso II da Lei 4320/64 e Resolução de Consulta nº 43/2008/TCE/MT.

Parágrafo I – Excesso de:

Fonte: 0.1.29.00000 – Transf. de Rec. Fundo Nac. de Assist. Social. .....
R$ 40.000,00

**TOTAL DO EXCESSO.....R$
40.000,00**

ARTIGO 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranatinga – MT, 15 de outubro de 2018.

Josimar Marques Barbosa

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM

15 / 10 / 2018.

_____

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 288/2018

PORTARIA Nº 288/2018

O Senhor Josimar Marques Barbosa, Prefeito Municipal de Paranatinga, no uso de suas atribuições legais e com base nos princípios da Gestão Democrática emanados da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Lei Federal n.º 9394/1996 - LDB, do DecretoFederal n.º 6.094/2007 e Lei n.º 511/2008 que Regulamenta os dispositivos do Artigo 14 da lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), bem como o inciso VI do Artigo 206 da Constituição Federal, e Artigo 59, Parágrafo Único da Lei Municipal nº 002/2000, que estabelecem Gestão Democrática do Ensino Público do município de Paranatinga, adotando o sistema eletivo para escolha dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino e a criação dos Conselhos Deliberativos da Comunidade Escolar nas Unidades de Ensino.

RESOLVE

Art. 1º. Determinar a abertura do processo eleitoral para a escolha de diretor (a) de unidade escolar da rede pública municipal, para o biênio 2019/2020, conforme cronograma anexo a esta Portaria.

§ 1º. O processo eleitoral deverá ocorrer em todas as unidades escolares da rede pública municipal acima de 100 alunos.

§ 2º. Ficam excepcionadas do parágrafo anterior as escolas municipais unidocentes e ou com menos de 100 alunos por terem sua gestão e política pedagógica vinculadas à coordenação específica da Secretaria Municipal de Educação.

§ 3º. As escolas do Campo e Indígenas que estão em processo de estadualização/reordenamento, poderão fazer opção pela eleição, sabendo que os diretores eleitos voltarão a sua função de origem caso o número de alunos torne-se inferior ao mínimo exigido por lei.

Art. 2º. Os critérios para escolha de diretores têm como referência clara os campos do conhecimento, da competência, da aptidão para liderança e habilidades gestoras necessárias ao exercício da função.

Art. 3º. A seleção de profissional para provimento do cargo eletivo de diretor das escolas públicas, considerando-se a aptidão para liderança e as habilidades necessárias ao exercício do cargo, será realizada em 3 (três) etapas:

I – 1ª Etapa – constará de orientação sobre a obrigação de qualificação e capacitação nos termos do inciso III do presente artigo;

II – 2ª Etapa – constará da seleção do (a) candidato (a) pela comunidade escolar por meio de votação na própria unidade escolar, levando-se em consideração a Proposta de Trabalho do candidato, que deverá conter:

a) objetivos e metas para melhoria da escola e do ensino;

b) estratégias para a preservação do patrimônio público;

c) estratégias para a participação da comunidade no cotidiano da escola, na gestão dos recursos financeiros, bem como, no acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas;

d) plano de reavaliação e intervenção pedagógica com vista à melhoria da qualidade do ensino, considerando as avaliações externas (IDEB, Prova Brasil e outras).

e) estratégias para garantia de formação continuada aos profissionais sob a sua gestão;

III – 3ª Etapa - constará de ciclos de estudos sobre educação, bases legais, indicadores de qualidade, gestão democrática, formação continuada, gestão pública, gestão de pessoas e financeira, patrimônio público, lei de responsabilidade, a ser oferecidos pela Secretaria Municipal em no máximo 60 dias após as eleições.

§ 1º. Na definição das metas de longo e curto prazo, dos objetivos, ações e previsão orçamentária que constituirão sua Proposta de Trabalho, o (a) candidato (a) deverá apoiar-se no PPP e PDDE em execução na escola onde pretende atuar.

§ 2º. O (a) diretor (a) em exercício garantirá o acesso do (a) candidato (a) aos documentos do Projeto Político Pedagógico – PPP e demais Projetos em execução na escola, bem como, a apresentação dos dados, informações e documentos resultantes da avaliação das metas propostas e executadas pela unidade escolar, inclusive apontando as facilidades e dificuldades em operacionalizá-las, para subsidiar a elaboração da Proposta de Trabalho do (a) candidato (a) e posteriormente dará acesso impreterivelmente lavrado em ata, a senhas e quaisquer outros mecanismos necessários para gestão da escola.

§ 3º. No exercício do seu mandato, o (a) diretor (a) terá como balizador da sua atuação a Proposta de Trabalho aprovada pela comunidade, e a avaliação anual do seu desempenho incidirá sobre a execução e resultados desta proposta.

§ 4º A avaliação das metas estabelecidas na Proposta de Trabalho do diretor da unidade escolar, será realizada, anualmente pela comunidade escolar, aprovada e validada em Assembleia Geral e encaminhada Ata de avaliação à Secretaria Municipal de Educação – Coordenadorias da Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 4º. A Comissão Eleitoral Escolar prevista no artigo 17 deverá comunicar o (a) candidato (a) e divulgar à comunidade o cronograma de apresentação da Proposta de Trabalho em Assembleia Geral, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

§ 1º. A Assembleia a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser realizada em horário que possibilite o atendimento ao maior número possível de

interessados na exposição da Proposta de Trabalho, cujo teor deverá ser amplamente divulgado.

§ 2º. Na Assembleia Geral deverá ser concedido a cada candidato a mesma fração de tempo para exposição e debate de sua Proposta de Trabalho.

Art. 5º. O (a) candidato (a) que não se submeter à apresentação da Proposta de Trabalho em Assembleia Geral, em data e horário marcados pela Comissão Eleitoral Escolar, estará automaticamente desclassificado (a), cabendo à Comissão Eleitoral local registrar o evento em ATA.

Art. 6º. Para candidatar-se à função de diretor (a) de que trata a Lei 511/2008, o (a) integrante do quadro dos Profissionais da Educação Básica deve:

I. ser ocupante de cargo efetivo ou estável do quadro dos Profissionais da Educação Básica*;*

II. ter no mínimo 01 (um) anos de efetivo exercício ininterruptos até a data de inscrição, prestados na escola que pretende dirigir;

III. ser habilitado (a) em nível de Licenciatura Plena;

IV. participar dos ciclos de estudos a serem organizados pelas Coordenadoras Pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação;

V. apresentar a Proposta de Trabalho em Assembleia Geral, de acordo com as orientações e diretrizes expedidas pela Secretaria Municipal de Educação;

VI. apresentar Certidão de Adimplência do CDCE da escola, quando for candidato a reeleição ou esteja no exercício de presidente ou tesoureiro do CDCE, emitida pelo setor responsável pela Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Paranatinga.

VII. apresentar Declaração negativa emitida pelo Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal de Paranatinga, comprovando que não esteja respondendo processo administrativo disciplinar e sindicância administrativa;

apresentar Declaração expedida pelo Departamento Pessoal da Prefeitura de Paranatinga, de que o candidato não está com agendamento para o processo de aposentadoria e/ou sob licenças contínuas e sucessivas.

IX. apresentar Certidão Negativa de Tributos Municipais;

X. estar apto (a) a movimentar conta bancária;

XI. assinar termo de compromisso de Dedicação Exclusiva (DE) no ato da inscrição;

XII. assinar termo de desistência da Cooperação Técnica, para os (as) candidatos (as) com vínculo com Estado;

assinar termo de compromisso assegurando a regularidade de funcionamento da escola e autorização dos cursos ofertados junto ao CEE/MT; assinar termo compromisso de participar em cursos de formação continuada ofertados pela Secretaria Municipal de educação e/ou instituições parceiras. concorrer à direção de apenas uma escola.

Art. 7º O (a) servidor (a) que possuir dois cargos, legalmente acumuláveis, perceberá:

I. Se servidor (a) com um cargo no âmbito municipal, perceberá, seus proventos por uma jornada de trabalho de 40 horas e obrigatoriamente, a gratificação de dedicação exclusiva.

II. Se servidor (a) com dois cargos efetivos, cuja carga horária exceda as 40 horas, deverá optar pela dedicação exclusiva ou a carga horária excedente a 40 horas.

Paragráfo Único. O profissional com dois cargos, legalmente acumulável, sendo um com municipio e outro com o estado, outros órgãos ou poderes, deverá afastar-se obrigatoriamente do outro cargo.

Art. 8º. O (a) diretor (a) eleito (a) obriga-se a atender em todos os turnos de funcionamento da unidade escolar, podendo estabelecer cronograma de horários e períodos, devendo este ser afixado em local de fácil consulta e visibilidade.

Art. 9º. Na unidade escolar onde inexistir professor com habilitação de nível superior, poderá inscrever-se o professor com habilitação em nível de médio, com Magistério, ou com profissionalização específica, desde que seja efetivo.

Art. 10. Na unidade escolar onde não houver candidato (a) poder-se-á inscrever o profissional efetivo que tenha dois anos em qualquer escola pública da rede municipal no município, desde que atenda os incisos I, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI. XII. XIII, XIV. XV do artigo 6º, desta Portaria.

Art. 11. Na unidade escolar onde não houver candidato (a) poder-se-á inscrever o profissional efetivo que tenha um ano em qualquer escola pública da rede municipal no município, desde que atenda os incisos I, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X do artigo 6º.

Art. 12. É vedada a participação no processo de escolha de diretor (a) do profissional da educação básica que nos últimos 5 (cinco) anos:

I – tenha sido exonerado (a), dispensado (a) ou suspenso (a) do exercício do cargo e/ou função em decorrência de processo administrativo disciplinar;

II – esteja respondendo a processo administrativo disciplinar;

III – esteja sob processo de sindicância administrativa;

IV – esteja sob licenças contínuas;

V - tenha mais de 5 (cinco) faltas não justificadas com atestado médico por ano letivo.

Parágrafo Único. Entende-se por licenças contínuas o período de afastamentopara tratamento de saúde, readaptação de função e acompanhamento familiar que ultrapassema somatória demais de 120 (cento e vinte) dias nos últimos 2 (dois) anos, exceto no gozo de férias, maternidade e licença prêmio.

Art. 13. O período de administração do diretor corresponde a mandato de 02 (dois) anos, permitida apenas uma recondução ao cargo.

Art. 14. O (a) diretor (a) eleito (a) obriga-se a atender em todos os turnos de funcionamento da unidade escolar, devendo estabelecer cronograma de acordo com seu regime de trabalho semanal, especificando horários e períodos de atendimento, devendo o cronograma ser afixado em local de fácil consulta e visibilidade.

Art. 16. Na escola onde não houver candidato caberá a Secretária Municipal de Educação e Cultura, designar um profissional que se enquadre nos incisos I e III do artigo 6° desta portaria, para exercer a função de Diretor.

Art. 17. Haverá, em cada unidade escolar, uma Comissão Eleitoral Escolar para conduzir o processo de seleção de candidato (a) à direção, que será constituída em Assembleia Geral da comunidade escolar, convocada pelo gestor da escola.

§ 1º. Devem compor a Comissão 1 (um) membro titular e seu respectivo suplente, dentre os seguintes segmentos:

I – representante dos Profissionais da Educação Básica;

II – representante dos pais;

III – representante dos alunos maiores de 14 (quatorze) anos.

§ 2º. O membro titular e seu suplente serão eleitos em Assembleia Geral, pelos respectivos segmentos, em data, hora e local, amplamente divulgados.

§ 3º. A Comissão Eleitoral Escolar, uma vez constituída, elegerá um de seus membros para presidi-la.

§ 4º. O membro da Comissão Eleitoral Escolar que praticar qualquer ato lesivo às normas que regulam o processo será substituído pelo seu suplente, após a comprovação da irregularidade e parecer da Secretaria Municipal de Educação.

§ 5º. Não poderá compor a Comissão Eleitoral Escolar:

I – qualquer um dos candidatos (as), seu cônjuge e/ou parente até o segundo grau;

II – A servidora em exercício na função de diretor (a).

§ 6º. A diretora da escola deverá colocar à disposição da Comissão Eleitoral Escolar os recursos humanos e materiais necessários ao desempenho de suas atribuições.

Art. 18. A Comissão Eleitoral Escolar terá, dentre outras, as atribuições de:

I - planejar, organizar, coordenar e presidir o processo de seleção do candidato pela comunidade;

II - divulgar amplamente as normas e os critérios relativos ao processo de seleção;

III - analisar, mediante critérios estabelecidos em portaria específica, as inscrições dos candidatos, deferindo-as ou não;

IV - convocar a Assembleia Geral para a exposição de proposta de trabalho do candidato aos alunos, aos pais e aos profissionais da educação;

V - providenciar material de votação, lista de votantes por segmento e urnas;

VI - credenciar até dois fiscais indicados pelos candidatos, identificando-os através de crachás;

VII - lavrar e assinar as atas de todas as reuniões e decisões em livro próprio;

VIII - receber os pedidos de impugnação - por escrito - relativos ao candidato ou ao processo para análise junto com a Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Paranatinga e emitir parecer no máximo em 24 horas após o recebimento do pedido;

IX - designar, credenciar, instruir, com a devida antecedência, os componentes das mesas receptoras e escrutinadoras;

X - acondicionar as cédulas e fichas de votação, bem como a listagem dos votantes em envelopes lacrados e rubricados por todos os seus membros, arquivando na escola por um prazo de 90 (noventa) dias, após os quais deverá proceder à incineração.

XI - divulgar o resultado final do processo de seleção e enviar a documentação à Secretaria Municipal de Educação, através de documento expedido pela Comissão Eleitoral e direção da Escola, em 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 19. É vedado ao (a) candidato (a) e à comunidade:

I – exposição de faixas e cartazes fora da unidade escolar;

II – distribuição de panfletos promocionais e de brindes de qualquer espécie como objeto de propaganda ou de aliciamento de votantes;

III – realização de festas na unidade escolar, que não estejam previstas no calendário letivo;

IV – atos que impliquem o oferecimento, promessas inviáveis ou vantagens de qualquer natureza;

V – aparição isolada nos meios de comunicação, ainda que em forma de entrevista jornalística;

VI – utilização de símbolos, frases, imagens associadas ou semelhantes às empregadas por órgãos do governo;

VII – denegrir a imagem do outro candidato.

Art. 20. Estará afastado do processo de disputa da função de diretor, à vista de representação da parte ofendida, devidamente fundamentada e dirigida a comissão, o candidato que praticar quaisquer dos atos do Artigo 69 desta lei, ou que permitir a outrem praticá-los em seu favor.

Art. 21. O (a) candidato (a) que possuir apelido pelo qual é conhecido (a) poderá usá-lo para divulgação de sua candidatura junto à comunidade escolar.

Art. 22. Podem votar:

I - profissionais da educação efetivos e em regime de contrato temporário em exercício na unidade escolar;

II - alunos regularmente matriculados com frequência comprovada, que estejam cursando no mínimo o 5º ano do Ensino Fundamental de 9 anos;

III - pai e mãe (dois votos por família) ou responsável (um voto por família) pelos alunos menores de 18 (dezoito) anos que tenham frequência comprovada.

§ 1º. O profissional da educação com filhos na escola votará apenas pelo seu segmento.

§ 2º. O profissional da educação que ocupa mais de um cargo na escola votará só uma vez.

§ 3º O profissional que ocupar cargos em mais de uma unidade escolar, deverá fazer opção por uma delas através de ofício dirigido à Secretaria Municipal de Educação no início do processo eleitoral;

§ 4º.Poderá votar em caso de substituição temporária de até 120 (cento e vinte) dias o titular do cargo e, em caso de sua desistência, protocolada junto a Comissão Eleitoral Escolar, até 96 (noventa e seis) horas antes do pleito, votará seu substituto (a).

§ 5º. Comprovado o afastamento do titular do cargo, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias votará o seu substituto (a).

Art. 23. No ato de votação, o votante deverá apresentar à mesa receptora um documento que comprove sua legitimidade (documento de identidade ou outro documento oficial com fotografia) e, em caso de aluno (a) o registro de nascimento.

Art. 24. O votante com identidade comprovada, cujo nome não conste em nenhuma lista, poderá votar numa lista separada.

Parágrafo único. Não é permitido o voto por procuração.

Art. 25. O processo de votação será conduzido por mesas receptoras designadas pela Comissão Eleitoral Escolar, na data designada pela Secretaria Municipal de Educação, das 07:00 às 17:00.

Art. 26. Poderão permanecer no recinto destinado à mesa receptora apenas os seus membros e os fiscais.

Art. 27. A escola não poderá disponibilizar uma urna específica para cada segmento, garantindo o direito do (a) servidor (a) ao voto secreto.

Art. 28. Nenhuma autoridade estranha à mesa receptora poderá intervir, sob pretexto algum, em seu regular funcionamento, exceto o (a) presidente da Comissão Eleitoral Escolar, quando solicitado.

Art. 29. Cada mesa será composta por, no mínimo 03 (três) e no máximo 05 (cinco) membros e 02 (dois) suplentes escolhidos pela Comissão Eleitoral Escolar entre os votantes e com antecedência mínima de três dias.

Parágrafo único. Não podem integrar a mesa os (as) candidatos (as), seus cônjuges e parentes até o segundo grau.

Art. 30. Os eventuais pedidos de impugnação dos mesários, devidamente fundamentados, serão dirigidos ao presidente da Comissão Eleitoral Escolar e, caso sejam considerados pertinentes, a substituição será feita pelo suplente.

Parágrafo único. O (a) candidato (a) que não solicitar a impugnação ficará impedido de arguir, sobre este fundamento, a nulidade do processo.

Art. 31. O voto deverá ser dado em cédula única, contendo o carimbo identificador da unidade escolar, devidamente assinado pelo presidente da Comissão Eleitoral Escolar e um dos mesários.

Art. 32. O (a) secretário (a) da mesa deverá lavrar a ata circunstanciada dos trabalhos realizados, a qual deverá ser assinada por todos os mesários e fiscais.

Art. 33. Os fiscais indicados pelos (as) candidatos (as) poderão solicitar ao presidente da mesa o registro em ata, de eventuais irregularidades ocorridas durante o processo.

Art. 34. As mesas receptoras, uma vez encerrada a votação e elaborada a respectiva ata, ficam automaticamente transformadas em mesas escrutinadoras, para procederem imediatamente à contagem dos votos, no mesmo local de votação.

§ 1º. Antes da abertura da urna, a Comissão Eleitoral Escolar deverá verificar se há nela indícios de violação e, em caso de constatação, a mesma deverá ser encaminhada com relatório ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar para a decisão cabível.

§ 2º. Caso o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar se julgue impossibilitado de atender ao que consta no § 1º deste artigo, recorrerá à Secretaria Municipal de Educação e está, se for o caso, à Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Paranatinga, que decidirá em parecer fundamentado.

§ 3º. Antes da abertura da urna, a mesa escrutinadora deverá examinar os votos tomados em separado, anulando-os se for o caso, ou incluindo-os entre os demais, preservando o sigilo.

Art. 35. Não havendo coincidência entre o número de votantes e o número de cédulas existentes na urna, o fato somente constituirá motivo de anulação se resultante de fraude comprovada e, neste caso, adota-se o mesmo procedimento citado nos §§ 1º, 2º e 3º do artigo 35.

Art. 36. Os pedidos de impugnação fundada em violação de urna somente poderão ser apresentados até sua abertura.

Art. 37. Os votos em branco e nulo não serão computados a nenhum candidato (a) e nem mesmo entram no cômputo dos votos válidos.

Art. 38. Havendo empate entre os (as) candidatos (as), o desempate se dará levando-se em conta os critérios na ordem relacionada abaixo:

I – maior tempo de serviço na unidade escolar;

II – maior tempo no serviço público;

III – maior idade.

Art. 39. O (a) candidato (a) único só será considerado escolhido quando obtiver 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos votos válidos.

Parágrafo único. Caso não obtenha o percentual mínimo dos votos, a Secretaria Municipal de Educação designará um diretor de acordo com o art. 16, desta Portaria.

Art. 40. Serão nulos os votos:

I – registrados em cédulas que não correspondam ao modelo padrão;

II – que indiquem mais de um (a) candidato (a);

III – que contenham expressões ou qualquer outra manifestação além daquela que exprime o voto;

IV – dados a candidatos (as) que não estejam aptos a participar da 2ª etapa do processo seletivo, conforme o artigo 3º desta Portaria.

Art. 41. Concluídos os trabalhos de escrutinação, lavrada a ata do resultado final de todo o processo e assinada pelos componentes da mesa escrutinadora, todo material será entregue ao Presidente da Comissão Eleitoral que se reunirá com os demais membros para:

I – verificar toda a documentação;

II – decidir sobre eventuais irregularidades;

III – divulgar o resultado final da votação.

Parágrafo único. Divulgado o resultado, não cabe sua revisão, exceto em caso de provimento de recurso impetrado nos termos do artigo 48 desta Portaria.

Art. 42. No momento de transmissão e ou recondução da função a (o) diretor (a) eleito (a), o profissional da educação que estiver na direção, deverá apresentar à comunidade escolar:

I – avaliação de sua gestão, nos termos das diretrizes expedidas pela Secretaria Municipal de Educação;

II – balanço do acervo documental;

III – credenciamento do estabelecimento de ensino e autorização dos cursos ofertados à comunidade escolar;

IV – inventário do material, do equipamento e do patrimônio existente na unidade escolar;

V – apresentação de prestação de contas à comunidade escolar, aprovada pelo CDCE.

§ 1º. Caso o (a) diretor (a) não cumpra o estabelecido neste artigo, competirá ao novo diretor com a colaboração do CDCE, relatar os fatos e oficializar à Secretaria Municipal de Educação, no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 2º. O CDCE só poderá dar posse ao (a) diretor (a) reeleito (a) após cumprir o disposto neste artigo, sob pena de responsabilidade de seus membros, na forma do parágrafo anterior.

Art. 43. O profissional da educação que esteja na direção da escola, caso seja reeleito (a), apresentará à comunidade escolar, em Assembleia Geral, a prestação de contas da gestão anterior, aprovada pelo CDCE, no momento da posse.

Parágrafo único. Se no prazo legal não for aprovada a prestação de contas da escola pelo CDCE, a reeleição do (a) diretor (a) será considerada nula de pleno direito, cujo ato declaratório será expedido pela Comissão Eleitoral Municipal.

Art. 44. A posse deverá ocorrer em Assembleia Geral da comunidade escolar, conforme a programação anexa.

Art. 45. Até o último dia do ano letivo, o diretor em exercício deverá apresentar à comunidade escolar e entregar ao diretor eleito, por escrito, os seguintes documentos:

I – avaliação de sua gestão, nos termos das diretrizes expedidas pela Secretaria Municipal de Educação;

II – balanço do acervo documental;

III – credenciamento do estabelecimento de ensino e autorização dos cursos ofertados à comunidade escolar;

IV – inventário do material, do equipamento e do patrimônio existente na unidade escolar;

V – apresentação de prestação de contas à comunidade escolar, aprovada pelo CDCE.

§ 1º. O (a) diretor (a) em exercício garantirá, impreterivelmente em ato lavrado em ata, ao (a) candidato (a) eleito (a), o acesso a senhas e quaisquer outros mecanismos necessários para gestão da escola.

§ 2º. Caso o (a) diretor (a) não cumpra o estabelecido neste artigo, competirá ao novo diretor com a colaboração do CDCE, relatar os fatos e oficializar à Secretaria Municipal de Educação, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da posse.

§ 3º. O CDCE só poderá dar posse ao (a) diretor (a) reeleito (a) após cumprir o disposto neste artigo, sob pena de responsabilidade de seus membros, na forma do parágrafo anterior.

Art. 46. O profissional da educação que esteja na direção da escola, caso seja reeleito (a), apresentará à comunidade escolar, em Assembleia Geral, a prestação de contas da gestão anterior, aprovada pelo CDCE, no momento da posse.

Parágrafo único. Se no prazo legal não for aprovada a prestação de contas da escola pelo CDCE, a reeleição do (a) diretor (a) será considerada nula de pleno direito, cujo ato declaratório será expedido pela Comissão Eleitoral Municipal.

Art. 47. A posse deverá ocorrer em Assembleia Geral da comunidade escolar, em local determinado pela Secretaria Municipal de Educação conforme a programação anexa.

Art. 48. O (a) candidato (a) que se sentir prejudicado (a) ou detectar irregularidade no desenvolvimento do processo eleitoral poderá dirigir representação à Comissão Eleitoral Escolar, conforme artigo 18, inciso VIIIdesta Portaria.

Art. 49. Das decisões da Comissão Eleitoral Escolar cabem recursos dirigidos à Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O prazo para a interposição dos recursos é de 72 (setenta e duas) horas, improrrogáveis, contadas do recebimento da notificação da decisão desfavorável à representação.

Art. 50. Decorridos o prazo previsto no parágrafo único do artigo 50 e não havendo recursos, o (a) candidato (a) eleito (a) assumirá a função de diretor (a).

Art. 51. O processo de seleção ocorrerá por meio de votação manual em cédulas próprias em todas as Escolas Municipais, observada a programação anexa a esta Portaria.

Art. 52. Os casos omissos serão resolvidos pela Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Paranatinga.

Art. 53. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paranatinga MT, 29 de outubro de 2018.

Josimar Marques Barbosa

***P**REFEITO **M**UNICIPAL DE **P**ARANATINGA*

ANEXO I

Programação da Formação da Comissão Eleitoral e Eleição dos Diretores Biênio: 2019/2020			
MESES E DATAS		**AÇÕES**	**LOCAL**
Outubro e Novembro de 2018	05/11/2018	Assembleia Geral para formação da Comissão Eleitoral às 16:00 horas nas escolas municipais onde acontecerão as eleições para direção.	Escolas Municipais
	09/11/2018	Inscrição dos candidatos à direção das Escolas das 7:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas	Escolas Municipais
	13/11/2018	Divulgação das inscrições deferidas ou indeferidas dos candidatos à direção das Unidades Escolares	Escolas Municipais
	21 e 22/11/2018	Capacitação dos candidatos à direção da escola (Ciclos de estudos) pelas Coordenações da SMEC das 13:00 às 17:00 horas.	Auditório da Escola Mun. Vista Alegre
	23 a 28/11/2018	Período da Campanha	Escolas Municipais
	23 a 28/11/2018	Apresentação da Proposta de Trabalho à comunidade escolar, pelos candidatos à direção da Unidade Escolar para o Biênio 2017/2018.	Escolas Municipais
	30/11/2018	Realização da eleição por Unidade Escolar para escolha do diretor das 7:00 às 17:00 horas	Escolas Municipais
	07/12/2018	Diplomação e ato de posse do diretor eleito para o Biênio 2017/2018 às 18:00 horas	Auditório da Escola Mun. Vista Alegre
	12/12//2018	Encaminhamento do Plano de Trabalho pelo diretor eleito, para acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação.	Secretaria Municipal de Educação

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 86/2018

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria nº 126 de 20 de março de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 86/2018**, regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Decreto Municipal nº 1005/2014, Decreto nº 1452/2018 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. Objeto: o Registro de Preços paraFutura e Eventual **Aquisição de Peças de primeira linha, independentemente de marca e categoria, com recurso do Programa Novo Mais Educação,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Data de abertura **13/11/2018**, terça-feira **às 08:00 h (Horário Local).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, nº 1900 – Centro, mais Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou Telefone 66 3573-1329/1756. Horário de atendimento é de segunda a sexta-feira das **07 às 11h (Horário Local)**. Em 30 de outubro de 2018. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 007 2018	**DATA: 30/10/2018**
CONTRATADO: DVI CONSTRUTORA EIRELI –EPP.	
Prestação de serviços de Pavimentação Asfáltica e Drenagem Profunda no Bairro Jardim Morumbi no Município de Pedra Preta – MT, mediante o regime empreitada por menor preço global conforme especificações constantes no Memorial Descritivo, Orçamento da Obra (Sem Desoneração), Resumo do Orçamento (Sem desoneração), Cronograma Físico Financeiro, Composição do BDI e Quadro de Composição do Investimento – QCI (Sem Desoneração) – ANEXOS, os mesmos são parte integrante deste Edital, referente ao Processo nº 59800.601953/2016-92, Convenio 842670/2016 – SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro – Oeste. Projeto e demais anexos do presente instrumento.	
VALOR: R$ 741.140,40	**VIGÊNCIA: 27/06/2019**
DOTAÇÃO: 05.001.15.451.0009.1.015.449051.0000	

PORTARIA Nº 525/2018 DE 30 DE OUTUBRO DE 2.018.

PORTARIA Nº 525/2018

DE 30 DE OUTUBRO DE 2.018.

Dispõe sobre NOMEAÇÃO do Servidor Público Municipal, e dá outras providências;

***JUVENAL PEREIRA BRITO*, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - Fica **NOMEADO** o Servidor Público Municipal o Senhor **Weliton Wagner Garcia**, advogado inscrito na OAB/MT sob o n.º 12.458 para ocupar o cargo em comissão de Procurador Geral, do Município de Pedra Preta - MT.

***ART.2º* -** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 22.10.2018.

ART.3º - Revogam-se as disposições ao contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2.018.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Luís Cândido Rodrigues Pereira

Sec. Geral de Coord. Administrativa

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PORTARIA Nº. 20/2018/SMEC/PEIXOTO DE AZEVEDO/MT

Dispõe sobre o Calendário Escolar das Unidades Escolares pertencentes à Rede Municipal de Ensino de Peixoto de Azevedo/MT para o ano letivo de 2019 e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, considerando a Lei Complementar nº 16, de 11 de maio de 2011, dispõe do Plano de Cargo, Carreira e Salário dos Profissionais da Educação Básica Pública e a Lei Municipal nº 378 de 14 de setembro de 2000 do Município de Peixoto de Azevedo-MT.

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto no Capt. II no artigo 24, inciso I, da Lei nº 9.394/96;

Considerando ainda, a necessidade de normatizar o início e término do ano letivo nas Unidades Escolares Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º Determinar que o calendário escolar para o Ensino Fundamental e Educação Infantil deve ter, no mínimo, 200 (duzentos) dias letivos, sendo a matriz curricular com a carga horária mínima de 800 horas e máxima de 880 horas anual.

Parágrafo único – A educação integral deve ter carga horária mínima de 1600 horas e máxima de 2000 horas anual. (Creche)

Art. 2º A Secretaria Municipal de Educação - SMEC encaminhará para as Unidades Escolares o modelo de calendário para o ano letivo de 2019, com as datas estabelecidas para adequações às suas especificidades, anexo a esta Portaria.

I- Caberá à Unidade Escolar discutir, validar e aprovar em Assembleia Geral, encaminhando em duas vias o presente documento, assinado pelo Diretor, Coordenador Pedagógico e Presidente do CDCE, para a Assessoria Pedagógica do Município, em conjunto com a Ata da Assembleia realizada;

II- - A Assessoria Pedagógica irá receber o calendário escolar enviado pelas escolas e analisar se o mesmo cumpre com as normas e legislações vigentes, para fazer a sua validação;

III- - Após a análise, a Assessoria Pedagógica poderá devolver o calendário à unidade escolar, quando passível de correção, quantas vezes forem necessárias, até ser possível a sua validação;

IV- O Calendário Escolar 2019, devidamente aprovado/validado, será assinado pelo Assessor Pedagógico, sendo uma via arquivada na Assessoria Pedagógica e outra na Unidade Escolar.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Educação, juntamente, com a Assessoria Pedagógica Estadual / SEDUC, deverão articular a possibilidade de compatibilização do calendário das unidades escolares quanto à data de início e término do horário de atendimento e do ano letivo, bem como regulamentar as férias previstas, objetivando o atendimento da demanda de alunos que utilizam o transporte escolar e outras atividades.

Parágrafo único. O disposto descrito nesse artigo deverá ser registrado em Ata, e assinado pela Secretaria Municipal de Educação, Assessoria Pedagógica Estadual e Unidade Escolar.

Art. 4º Estabelecer o início do ano letivo em 11.02.2019 e o término em 20.12.2019, nas unidades escolares da rede municipal.

I - Ao término do 1º semestre letivo ocorrerá o período de recesso escolar, pelo prazo de 15 dias, a partir de 15 de julho a 29 de julho de 2019, destinado aos alunos e professores que estejam em regência de turma (sala de aula), articulação da aprendizagem, sala de recursos multifuncionais, intérprete de libras, instrutor surdo, Técnicos em Desenvolvimento Infantil (TDI) e motoristas dos ônibus escolares.

II – Ao término do ano letivo , ocorrerá o período de férias escolares com início em 02/01/2019 e término em 31/01/2019, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 5º Para atender a organização escolar própria da educação do campo e educação escolar indígena o calendário escolar poderá ser adequado à realidade local, devendo a equipe gestora encaminhar a assessoria pedagogia, com a finalidade de regulamentação e aprovação.

Art. 6º Determinar que 1º dia útil após o término das férias coletivas integrais o profissional da educação básica, efetivo ou concursado, devem retornar as suas atribuições funcionais, na Unidade Escolar de lotação, para planejamento das atividades escolares referentes ao ano letivo de 2019.

Art. 7º Determinar que após o término das férias escolares, referente ao período 2018/2019, o professor da educação básica, efetivo e/ ou estabilizado, retorne às suas atribuições funcionais na unidade escolar de lotação, para participar do processo de atribuição de classes e/ou aulas, planejamento das atividades escolares referentes ao ano letivo/2019, auxiliar a Comissão de Atribuição de Classes e/ou Aulas e Regime/Jornada de Trabalho, no processo de composição do quadro de pessoal e demais atividades pertinentes.

Parágrafo Único - Nos dias **04 a 08/02/2019** as unidades escolares realizarão planejamento pedagógico curricular do ano letivo de 2019;

Art.8º. Os casos omissos serão solucionados pela secretária municipal de educação e cultura e comissão de atribuição de classe/aula.

Art.9º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Peixoto de Azevedo, 10 de outubro de 2018.

_____

Maria dos Santos Lopes da Silva

Secretária Municipal de Educação e Cultura

COMISSÃO:

Maria dos Santos Lopes da Silva _____

Adriana Gonçalves Pinheiro Ojeda _____

Josirene Rego Fernandes _____

Raimunda Barbosa da Silva _____

Sulamita Ortega Bianchi _____

Marcos Monteiro _____

Rosilene Santos Rodrigues _____

Lélia Laura Silva _____

Messias Clemente Rondon _____

Deliana Muriel Rodrigues _____

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 007/2018

AVISO CREDENCIAMENTO EMPRESA PARA INSTRUÇÃO DE PROGRAMAS RECREATIVOS E PROFISSIONALIZANTES

- OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas, prestadoras de serviços, para credenciarem-se objetivando futura e eventual prestação de serviços de Educador Físico, Instrutor de Dança, Instrutor de Fanfarra, Instrutor de Coral e Instrutor de Artesanato para exercer atividades de facilitador social para atender as necessidades dos programas sociais desenvolvidos pela Secretaria de Assistência Social do Município de Peixoto de Azevedo/MT, conforme descrição detalhada constante da Lista de Serviços do respectivo Edital de Chamada Pública.

- PERÍODO E LOCAL: De 30 de Outubro de 2018 a 30 de Outubro de 2019, na Sede Administrativa da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, situada na Rua Ministro César Cals, nº 226, Centro, nesta cidade.

- AQUISIÇÃO DO EDITAL: Os interessados poderão obter o presente Edital de Chamada Pública 007/2018, sem quaisquer ônus ou recolhimento de taxa, diretamente na sala da Comissão Permanente de Licitação, na Sede Administrativa, de segunda à sexta-feira, no horário das 12h às 18h, pelo telefone (0xx66) 3575-5100, e-mail: licitacao_peixotodeazevedo@hotmail.com ou pelo site: www.peixotodeazevedo.mt.gov.br

Peixoto de Azevedo-MT, 30 de Outubro de 2018.

Aline Vanessa Mochi

Presidente - CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 054/2018

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 042/2018, de 06/02/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, que fica **PRORROGADO para o dia 12/11/2018 as 08h00min**, em decorrência do não comparecimento de nenhuma empresa interessada no objeto do certame.

A reunião de recebimento e abertura das documentações e proposta, conforme especificado no Edital de Licitação n° 054/2018, na Modalidade Pregão Presencial deverão ser entregues no endereço Praça da Matriz, s/n° - Centro, Poconé/MT. Informamos aos interessados que o Edital encontra-se ou no site www.pmpocone.com.br.

Objeto da Licitação:

PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE POCONÉ.

DIA DA ABERTURA: 12/11/2018 ÀS 10:00 HORAS.

Poconé, 30 de Outubro de 2018.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA Nº 002/2017 - COMPOSIÇÃO DO COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA PRO FAMÍLIA E APROVAÇÃO DA LISTA DOS CONTEMPLADOS DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA-MT

Ata Nº 002/2017

Dispõe sobre a Composição do Comitê Gestor do Programa Pro Família e aprovação da Lista dos contemplados do Município de Pontal do Araguaia-MT.

Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social os membros do Comitê Gestor do Programa Pró Família tendo como pauta a aprovação da lista dos contemplados pelo Programa Pro Família. Dando início a reunião a Secretaria de Assistência Social Srª Eliana Apª Borges da Rosa agradeceu a presença de todos. Após a última reunião do Comitê foi realizada uma reunião com os Agentes de Saúde visando rever alguns casos apontados pelo Comitê para substituição. E após as considerações feita pela supervisora Srª Darcilene Guerra, assistente social do CRAS, a nova lista foi **analisada e aprovada** com os nomes abaixo relacionados: Olivia Cristina Araújo Lima, Rosangela Delmondes do Nascimento, Rozibett Rodrigues Teixeira, Silvani Rodrigues da Silva, Ana Maria Rodrigues Lima, Joseny Pereira da Silva, Luana Souza Ferreira Lima, Tereza Pereira dos Santos, Andrezza Pereira de Santana, Rosângela Maria Dias Ferreira, Aparecida Pereira, Maria de Fátima Soares da Silva, Lucélia Cavalcante Cruz, Leide Daiana Vanderley de Sousa, Rosangela Aparecida Amorin, Cheila Ribeiro de Souza, Vitória Mirian Félix Lira, Sebastião Alves Feitosa, Telma Sudré de Souza, Flávia Barbosa Guedes, Laíse Gomes Vieira Castilho, Sauriene Silva Ribeiro, Ana Paula Rodrigues do Carmo, Irismar Alves da Silva Belém, Marlene da Silva Santos, Maria Margarida Batista da Silva Fernandes, Jerônima do Carmo Pereira, Patrícia da Silva Santos, Adrielly Pereira de Jesus Paes, Maria Lica Sousa Lima, Monik Hele Belo Teixeira, Laiane José da Costa Oliveira, Tatiane Jesus Santana, Vanizethe Alves Moreira, Regina Lima Medrado, Patrícia Lopes Caetano, Kátia Ribeiro da Silva, Lucilene Rodrigues Dias Feitosa, Monize Campos Figueira, Andriele dos Santos Silva, Elza Maria Alves Duarte Fahl, Maria Auxiliadora Souza, Maristela Cesário Rocha, Vilma dos Santos Silva, Helaine de Fátima da Silva, Jaqueline Félix Sousa, Francisca Pires, Francisco Leitão dos Santos, Solange de Araújo, Betânia Santana de Oliveira, Marcilene Marques Rodrigues, Priscila de Souza Santos, Josiane Aguiar Veloso, Gleidijanne Souza Torres, Ana Kássia Cardoso Silva, Rosália Luiz da Silva, Sara Rosa Barbosa, Luzia Silva de Souza, Francisco A. de Oliveira, João Bosco da Silva Lima, Serislene Bezerra Brito. A lista foi selecionada pelos seguintes profissionais da saúde: Darcilene Guerra Libório, Alaine Alves C. de Souza Mendonça, Alexandre Cesário Alves, Atanael Ribeiro de Souza, Geslaine Domingos Teixeira, Leidiana Duques da Silva, Leidiane Dias de Souza Teixeira, Leila Aparecida de Oliveira, Liene Paniago da Silva, Lucélia Jacinto de Lima, Maria Cristina Ribeiro de Oliveira, Maria Divina de Lima Moraes e Orlandinete Nogueira da Silva. Nada mais havendo a relatar encerro o presente ata que vai assinada por todos os presentes. **No intuito de Retificar a ata supracitada** conforme orientação Estadual, o Comitê Gestor reuni-se na **data de 26/10/2018** para atender tal orientação de inclusão do NIS e CPF dos beneficiários deste programa.

Nome/família	Nis	Cpf
Olívia Cristina Araújo Lima	23624932582	041.958.711-07
Rosângela Demondes do Nascimento	16548882033	047609111-03
Rozibett Rodrigues Teixeira	20695476623	005737151-22
Silvani Rodrigues Lima	16560334520	016645121-52
Ana Maria Rodrigues Lima	21247000941	013068181-41
Joseny Pereira da Silva	16305105961	975509221-87
Luana Souza Ferreira Lima	22801275882	058229511-47
Tereza Pereira dos Santos	21004978652	720703741-49
Andrezza Pereira de Santana	20715351952	044609171-57
Rosângela Maria Dias Ferreira	16672020668	034955611-37
Aparecida Pereira	16108926512	028436941-16
Maria de Fátima Soares da Silva	13005303402	798023701-34
Lucélia Cavalcante Cruz	12595170408	960653461-87
Leide Daiana Vaderley de Sousa	20936434001	013582971-26
Rosangela Aparecida Amorim	13855965772	335011058-43
Cheila Ribeiro de Souza	16536243596	038810271-30
Allana Kelly Moreira Duarte	20436433782	040222371-39
Josilene de Melo Lopes	16177235620	947392691-04
Telma Sudré de Souza	16560381553	028011551-28
Flávia Barbosa Guedes	16200559156	038322741-03

Laíse Gomes Vieira Castilho	21022030282	329466271-87
Sauriene Silva Ribeiro	16553432873	032956121-96
Ana Paula Rodrigues do Carmo	16020710581	048916961-92
Irismar Alves da Silva Belém	13040825312	939142701-44
Marlene da Silva Santos	21028780100	303707521-04
Jerônima do Carmo Pereira	23749318146	487466571-34
Patrícia da Silva Santos	16675549449	044559991-55
Rosiliely Freitas Martins	19052532519	057913621-37
Maria Lica Sousa Lima	16436835106	570594201-00
Monik Hele Belo Teixeira	13726627412	056955841-75
Laiane José da Costa Oliveira	16412325531	033034451-09
Tatiane Jesus Santana	23644226144	042424841-78
Vanizethe Alves Moreira	12342524473	483755861-53
Regina Lima Medrado	16616286240	617119851-04
Patrícia Lopes Caetano	23692027229	072972161-27
Kátia Ribeiro da Silva	16472868663	637514613-53
Lucilene Rodrigues Dias Feitosa	22823998712	045066901-76
Monize Campos Figueira	23673503126	049965611-30
Adriele dos Santos Silva	20733767324	055540351-32
Elza Maria Alves Duarte Fahl	17022432889	327668071-87
Maria Auxiliadora Souza	16466586295	008533101-57
Maristela Cesário Rocha	20974976088	939603101-10
Vilma dos Santos Silva	16581367340	006523131-75
Helaine de Fátima da Silva	20926787793	966897301-15
Jaqueline Félix Sousa	22002768888	051701881-02
Francisca Pires	16229277647	027710901-98
Francisco Leitão dos Santos	16299127350	005850633-03
Solange de Araújo	20654704427	977896401-78
Betânia Santana de Oliveira	21007542073	013576681-80
Marcilene Marques Rodrigues	21028692252	97995150172
Priscila de Souza Santos	16526726764	042410011-81
Josiane Aguiar Veloso	16279148115	044364611-22
Gleidijanne Souza Torres	16135417008	029823751-25
Ana Kássia Cardoso Silva	20733767316	014928631-73
Rosália Luiz da Silva	20957729779	420615471-68
Sara Rosa Barbosa	16569078276	062047461-03
Luzia Silva de Souza	23698425676	980273281-87
Ana Paula da Silva Ferreira	16611185535	652161211-53
João Bosco da Silva Lima	16175528914	041221503-96
Gabriela Rodrigues Mato	20711837656	430881358-13
Francisco Alexandrino de Oliveira	23786925700	711197921-42

Nada mais para o momento, retificamos esta Ata aprovada por este comitê, Eu, Lindomar Alves de Sousa, redigir esta Ata que será assinada por todos os presentes.

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 1824/2017

DECRETO Nº 1824/2017

EMENTA: Dispõe sobre o cancelamento dos Restos a Pagar Inscritos em exercícios anteriores, e dá outras Providencias.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA – MT, Sr. Gerson Rosa de Moraes** no uso de suas atribuições legais e:

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 101/2000, só devem compor a divida flutuante os restos a pagar, desde que haja disponibilidade de caixa para esse efeito;

CONSIDERANDO que a contabilidade deve evidenciar o nível de endividamento e a situação de liquidez do Município durante todo o exercício;

CONSIDERANDO a **Portaria STN/MF nº 633/2006**, que não permite inclusão de restos a pagar não processados anteriores ao último exercício no Anexo IX – Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão, competente do Relatório Resumido da Execução Orçamentária;

CONSIDERANDO o **Decreto nº 29.910, de 06 de Janeiro de 1932**, estabelece que a dívida passiva da União, dos Estados e dos Municípios prescreve em 05 (cinco) anos;

CONSIDERANDO o que se aplica o disposto no **Art. 68 do Decreto nº 93. 872, de 23 de dezembro de 1986**, em que a inscrição de despesas como Restos a Pagar será automática, no encerramento do exercício financeiro de emissão da Nota de Empenho, desde que satisfaça às condições estabelecidas, e terá validade até 31 de dezembro do ano subseqüente;

CONSIDERANDO o que se aplica o disposto no **Art. 70 do Decreto nº 93. 872, de 23 de dezembro de 1986,** em que prescreve em 05 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar (CCB art. 178,§10, VI);

CONSIDERANDO o disposto no **Art. 359-F da Lei nº 10.028/2000**, dos crimes contra as finanças públicas, onde penaliza o Gestor que deixar de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei;

CONSIDERANDO a recomendação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso exarada no relatório do voto do Conselheiro Interino Luiz Henrique Lima referente às Contas de 2016 julgadas hoje dia 19/12/2017, para que abstenha-se de realizar inscrições em Restos a Pagar sem que haja a suficiente disponibilidade de caixa, conforme dispõe o art. 42 da LRF, a fim de serem evitados desvios que possam afetar o equilíbrio das contas.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam cancelados, por não execução da despesa, os restos a pagar não processados referentes a Notas de Empenhos ordinário, por estimativa ou global de exercícios anteriores a 2017.

Art. 2º - Ficam cancelados, por prescrição, os restos a pagar processados inscritos há mais de 05 (cinco) anos.

Parágrafo Único - Prescreve em cinco anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar (CCB art. 178, § 10, VI).

Art. 3º - Após o cancelamento da inscrição da despesa como Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto, poderá ser atendido à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual à conta de Despesas de Exercícios Anteriores ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida.

Art. 4º - Os Restos a Pagar cancelados poderão ser restabelecidos de acordo com os permissivos contábeis vigentes e com o artigo 37, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, em 12 de Dezembro de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA Nº 005/2018 - SUBSTITUIÇÃO DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA PRO-FAMILIA E DELIBERAÇÕES DO COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA PRO FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA-MT

Ata Nº 005/2018 Dispõe sobre substituição de famílias beneficiárias do Programa PRO-FAMILIA e deliberações do Comitê Gestor do Programa Pro família do Município de Pontal do Araguaia-MT. Aos vinte e seis(26) dias do mês de outubro(10) do ano de dois mil e dezoito(2018), reuniram-se nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social sito à rua Padre Teixeira, s/n os Comitê Gestor do Programa Pro família do Município de Pontal do Araguaia-MT com o objetivo de discutir a seguinte pauta: Aprovar o Parecer Unificado que reconduz o Programa Pro-Família por mais um ano, ou seja até agosto(08) de dois mil e dezenove(2019), reafirmamos que o Município de Pontal do Araguaia, foi contemplado com 61 famílias beneficiarias do Cartão Alimentação. Este Comitê aprova o Parecer da Técnica de Referência do Programa em questão, sendo totalmente favorável a recondução das famílias abaixo citadas , relacionadas com nº do NIS e CPF.

Relação das famílias:

Nome/Família	NIS	CPF
Ana Kássia Cardoso Silva	20733767316	014928631-73
Ana Maria Rodrigues Lima	21247000941	013068181-41
Ana Paula da Silva Ferreira	16611185535	065216211-53
Ana Paula Rodrigues do Carmo	16020710581	048916961-92
Andrezza Pereira de Santana	20715351952	044609171-57
Andriele dos Santos Silva	20733767324	055540351-32
Aparecida Pereira	16108926512	028436941-16
Betânia Santana de Oliveira	210.075.42073	013.576681-80
Cheila Ribeiro de Souza	16536243596	038810271-30
Edivanete Batista da Silva	21218908221	031180221-40
Elza Maria Alves Duarte Fahl	17022432889	327668071-87
Flávia Barbosa Guedes	16200559156	038322741-03
Francisca Pires	16229277647	027710901-98
Francisco Alexandrino de Oliveira	23786925700	711197921-42
Francisco Leitão dos Santos	16299127350	005850633-03
Gabriela Rodrigues Mato	20711837656	430881358-13
Glaucyene Cruz Gonzaga	236335544471	029188302-83
Gleidijanne Souza Torres	16135417008	029823751-25
Helaine de Fátima da Silva	20926787793	966897301-15
Irismar Alves da Silva Belém	13040825312	939142701-44
Izanete Gomes da Silva	16216528131	021716411-00
Jaqueline Félix Sousa	22002768888	051701881-02
Jerônima do Carmo Pereira	23749318146	487466571-34
Joseny Pereira da Silva	16305105961	975509221-87
Josiane Aguiar Veloso	16279148115	044364611-22
Josilene de Melo Lopes	16177235620	947392691-04
Kátia Ribeiro da Silva	16472868663	637514613-53
Laiane José da Costa Oliveira	16412325531	033034451-09
Laíse Gomes Vieira Castilho	21022030282	329466271-87
Laryssa Suellen Pereira	20492008072	478142528-30
Leide Daiana Vanderley de Sousa	20936434001	013.582971-26
Luana Souza Ferreira Lima	22801275882	058229511-47
Lucélia Cavalcante Cruz	12595170408	960653461-87
Lucilene Rodrigues Dias Feitosa	22823998712	045066901-76
Luzia Silva de Souza	23698425676	980273281-87
Marcilene Marques Rodrigues	210.28692252	979951501-72
Marcolina Sousa Lima	2095538182	02435846100
Maria Auxiliadora Souza	16466586295	008533101-57
Maria de Fátima Soares da Silva	13005303402	798023701-34
Maria Lica Sousa Lima	16436835106	570594201-00
Maristela Cesário Rocha	20974976088	939603101-10
Marlene da Silva Santos	21028780100	303707521-04
Monize Campos Figueira	23673503126	049.965611-30
Olivia Cristina Araújo Lima	23624932582	041958711-07
Patrícia Lopes Caetano	23692027229	072972161-27
Priscila de Souza Santos	16526726764	042410011-81
Regina Lima Medrado	16616286240	617119851-04
Rosália Luiz da Silva	20957729779	420615471-68
Rosangela Aparecida Amorin	13855965772	335011058-43
Rosangela Delmondes do Nascimento	16548882033	047609111-03
Rosângela Maria Dias Ferreira	166.720.206.68	034.955.611-37
Rosiliely Freitas Martins	19052532519	057913621-37
Rozibett Rodrigues Teixeira	20695476623	005737151-22
Sara Rosa Barbosa	16569078276	062047461-03
Silvani Rodrigues da Silva	16560334520	016645121-52
Solange de Araújo	20654704427	977896401-78
Tatiane Jesus Santana	23644226144	042424841-78
Telma Sudré de Souza	16560381553	028011551-28
Tereza Pereira dos Santos	21004978652	720703741-49
Vanizethe Alves Moreira	12342524473	483755861-53
Vilma dos Santos Silva	16581367340	00652313175

Acredito ser necessária a prorrogação deste programa, por possuir uma metodologia diferenciada para o acompanhamento familiar, ferramenta esta importante para sensibilizar as famílias a buscarem qualidade de vida para seus familiares e sua emancipação financeira. Nada mais para o momento fica aprovado o Parecer Unificado com a obrigatoriedade de publicar este documento. Eu Lindomar Alves de Sousa encerro essa ata e assino juntamente com os demais.

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PACTO PRÓ FAMÍLIA - ANO 2018

PACTO PRÓ FAMÍLIA

PONTAL DO ARAGUAIA/MT

ANO-2018

IDENTIFICAÇÃO:

Município: Pontal do Araguaia

Estado: Mato Grosso-MT

HISTÓRICO:

Pontal do Araguaia é um município brasileiro do interior do estado de Mato Grosso, Região Centro-Oeste do país. Localiza-se a uma latitude 15º50'43" sul e a uma longitude 52º00'33" oeste, estando a uma altitude de 370 metros. Sua população estimada em 2011 era de 6092 habitantes. Possui uma área de 2764,71 km².

A denominação Pontal do Araguaia, vem da forma geográfica do município, como uma ponta, situando-se entre os rios Garças e Araguaia. As origens de Pontal do Araguaia remontam à abertura de fazendas no século passado, seguida de atividades garimpeiras.

A Propaganda do diamante atraiu muita gente à região, principalmente goianos, mineiros e baianos. Proliferavam os garimpos.

A região também foi ativada por extratores do látex da árvore do cerrado - a mangaba. A igreja católica foi à primeira instituição a contribuir socialmente com o antigo distrito de Pontal do Araguaia. Percebe-se que seus povoadores tinham a preocupação em preservar sua identidade cultural, resistindo à nova leva de migrantes que chegaram ao município, notadamente sulistas. A Lei Estadual nº 5.097, de 20 de dezembro de 1991, criou o município de Pontal do Araguaia.

Densidade: 1,97 hab/km

IDH: 0.734

Prefeito: Gerson Rosa de Moraes

Endereço da Prefeitura: Rua Padre Sebastião Teixeira, nº 01 Bairro: Centro

CEP: 78.698.000 Fone: (66) 3401- 8541

E-mail: pmpapontaldoarguaia@hotmail.com

Secretaria Municipal de Assistência Social de Pontal do Araguaia

Endereço: Rua Padre Sebastião Teixeira, nº 01 Bairro: Centro

CEP: 78.698.000 Fone: (66) 3401- 8541

Secretária Municipal de Assistência Social: Cristina Matias de Sousa

E-mail: smaspontal@hotmail.com

DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DO CRAS:

Centro de Referência de Assistência Social de Pontal do Araguaia – CRAS

Endereço: Rua Esmeralda, S/N E-mail: craspontal@outlook.com

Bairro: João Rocha CEP: 78698000 Fone: (66) 3401-4653

Famílias:

Famílias do Território: 5395 hab.(2010)

Famílias vulneráveis: 615 (perfil cadúnico) 359 (perfil bolsa família)

Famílias beneficiárias do programa pró-família: 60 pessoas(faltam 17 famílias)

PERFIL ETÁRIO DA POPULAÇÃO

População: 5395 hab.

População estimada: 6092 habitantes

População com menos de 15 anos: 1282 (senso 2010)

População com 15 á 64 anos: 3782

População acima de 65 anos: 331

Perfil Socioeconômico da População:

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 24,32% trabalhavam no setor agropecuário, extrativista, 5,70% na indústria de transformação, 5,75 no setor de construção, 0,96% nos setores de utilidade e comércio e 46,77% no setor de serviços.

Mapeamento das Unidades Socioassistencial pública:

-CRAS Pontal do Araguaia;

-COMAS;

-Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Mapeamento das unidades Socioassistencial privada e/ou Organização Não Governamental.

-Pastoral da Criança.

Mapeamento das unidades socioassistencial de outras políticas públicas

-Conselho Tutelar;

-CMDCA;

-Secretaria Municipal de Saúde;

-Secretaria Municipal de Educação

-OBJETIVO:

Incentivar às famílias beneficiárias a superarem a questão das desigualdades sociais e vulnerabilidades.

-METAS:

Atingir 100% das famílias beneficiárias do programa pró-família.

ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Meta	Oportunidade	Ação	Resultado
Famílias	Atualizar cadastro no cadúnico	Mobilização para que as famílias atualizem seu cadastro	100% dos cadastros atualizados
Famílias	Fortalecimento de vínculos	Inserção das crianças e adolescentes nos serviços de fortalecimento de vínculos ofertados nos municípios.	100% de participação dos usuários nos serviços socioassistenciais.
Saúde			
Famílias	Acompanhar as vacinas das crianças e adolescentes beneficiárias	Verificar as cadernetas de vacinação se estão com os dados atualizados	100% das famílias imunizadas
Famílias	Inserir nas campanhas contra dengue	Fomentar a participação das famílias beneficiárias nas campanhas	100% de famílias na prevenção da dengue

Educação			
Famílias	Priorizar a inserção das crianças na educação infantil	Listar e identificar as crianças que necessitam ser inseridas na educação infantil	100% de famílias atendidas
Famílias	Inserir crianças e/ou adolescentes no projeto mais educação	Listar e identificar as crianças que necessitam ser inseridas no programa Mais educação	100% de famílias atendidas

Gerson Rosa de Moraes

Prefeito

Comitê Gestor:

_____ _____

_____ _____

_____ _____

_____ _____

_____ _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/FUNDO DE PREVIDENCIA
PORTARIA N.º 044/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXILIO-DOENÇA a servidora Srª MARIA APARECIDA DA SILVA."

O Sr **Sergio Aparecido Paulino - Gestor do PREVI-PORTO** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PORTO ESTRELA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16 da Lei Municipal n.º 275/2005, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXILIO - DOENÇA, a servidora Srª. MARIA APARECIDA DA SILVA, efetivo no cargo de MERENDEIRA, lotado na PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA- SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO/MERENDEIRA/EFETIVOS 25%, com vencimentos integrais, a partir de 24/06/2018 e termino em 28/12/2018, conforme processo administrativo do PREVI-PORTO, n.º **2017.05.00021R4**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

PORTO ESTRELA - MT, 30/10/2018

SERGIO APARECIDO PAULINO

Gestor do Fundo Municipal de Previdência Social - PREVI-PORTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
AVISO ADIAMENTO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 008/2018.

A Prefeitura Municipal de PORTO ESTRELA/MT, faz saber aos interessados que se encontra aberto o PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, do tipo menor preço por Item, com a finalidade de selecionar a melhor proposta, para futura e eventual Contratação de Empresa para aquisição de forma parcelada de Gêneros Alimentícios, Produtos de Limpeza, Higiene, Material de Copa e Cozinha e Utensílios em Geral para atender as necedades da Municipalidade, que aconteceria no dia 01 de Novembro de 2018, as 09:00h, a agora fica **adiado** para o dia **14 de Novembro de 2018, as 09:00h,** o edital completo, suas alterações e demais informações poderão ser obtido por meio do endereço eletrônico: www.portoestrela.mt.gov.br, ou através do Departamento de Licitações desta prefeitura, no horário de funcionamento das 07:00 às 11:00 hs e das 13:00 às 17:00 hs.

Porto Estrela – MT, 30 de Outubro de 2018.

Vinícius Ignacio de Borja Santos

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 001/2018 - CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE ESTUDOS E REESTRUTURAÇÃO DA NORMATIVA DE CONTAGEM DE PONTOS

Que dispõe sobre criação da Comissão de Estudos e Reestruturação da Normativa de Contagem de Pontos e Atribuições de Aulas para o ano letivo de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO ESTRELA-MT, TÂNIA CANDIDA LEONEL PARA, no uso de suas atribuições que lhe confere;

Considerando a Instrução Normativa nº 001/2012 – Versão nº 008, de 27 de novembro de 2018, que dispõe sobre normas e procedimentos do Processo de atribuição de aulas na Unidade Escolar Izabel dos Santos Faria, escolas rurais e funcionários das atividades letivas para o ano de 2019, resolve:

Art. 1º. Designar os Servidores abaixo para compor a Comissão de Estudos e Reestruturação da Normativa de Contagem de Pontos e Atribuições de Aulas para o ano letivo de 2019:

ü Adriana Alves de Oliveira - representante da equipe Pedagógica;

ü Andréia de Aguiar Campos Moretti – Representante dos professores do período vespertino;

ü Fátima Alves Campos – representante Da Subsede do SINTEP de Porto Estrela;

ü Ivanete Magalhães Costa – representante dos professores do período matutino;

ü Maria Aparecida Miranda - representante Da Subsede do SINTEP de Porto Estrela;

ü Marilda Nogueira de Almeida – representante da equipe Pedagógica;

ü Raeli de Souza Denis – Diretora Escolar;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Estrela –MT, 30 de outubro de 2018.

Tânia Cândida Leonel Papa

Secretária Municipal de Educação

Port. Nº 060/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.º 115/2018 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

"EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR BRUNO LEOPOLDINO NEGRIS DO CARGO DE COORDENADOR DE PROGRAMAS E PROJETOS ES-

TRATÉGICOS DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT."

TARCISIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a pedido o servidor **BRUNO LEOPOLDINO NEGRIS** do cargo de **Coordenador de Programas e Projetos Estratégicos** desta Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 30 de Outubro de 2018.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

_____

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 27/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT

CONTRATADO: NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA

CNPJ Nº.: 07.797.967/0001-95

OBJETO:**Contratação de empresa para firmar uma parceria com o referido órgão, a fim de oferecer a ferramenta de pesquisas, elaboração de especificação técnica, elaboração de termo de referência, consolidações e comparação de preços praticados pela administração pública, Banco de Preços, sistema inteligente de pesquisa de preços, baseados no resultados de licitações adjudicadas que torna o processo de cotação de preços simples e rápido; bem como dar agilidade e praticidade nos processos administrativos do município de Reserva do Cabaçal – MT.**

VALOR : R$ 7.990,00 (Sete Mil Reais).

VIGENCIA: 23.03.2018 a 23.03.2019.

Reserva do Cabaçal-MT, 30 de Outubro de 2018.

TARCÍSIO FERRARI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO N. 11/2018

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n. 11/2018

Aos vinte e seis de outubro de 2018, o Município de Ribeirão Cascalheira – MT, com sede a Av. Padre João Bosco n.º 2037, Centro, Ribeirão Cascalheira - MT, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no D.O.U. de 18 de julho de 2002, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial para Registro de Preços n° 11/2018, RESOLVE registrar os preços para Formação de registro de preço para futura aquisição de passagens(terrestres), fretes e despacho de documentos em geral para atender as necessidades desta municipalidade

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Formação de registro de preço para futura e eventual aquisição de passagens(terrestres), fretes e despacho de documentos em geral para atender as necessidades desta municipalidade. Conforme itens em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá validade por **12 (doze) meses** contados a partir da sua assinatura.

Parágrafo primeiro: Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir os produtos citados na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR, sendo, entretanto, assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada a vantagem.

Parágrafo primeiro: Os Órgãos e entidades que não participarem do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Contratante, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.

Parágrafo segundo: Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas com o Contratante.

Parágrafo terceiro: As aquisições adicionais por outros órgãos ou entidades não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

O recebimento, o local e o prazo de entrega dos bens deverão ocorrer de acordo com as especificações contida na ordem de compra, não podendo ultrapassar o prazo de 02 (dois) dias da expedição da mesma.

Parágrafo Único: A empresa que não cumprir o prazo estipulado sofrerá as sanções previstas no item 27 do Edital em conformidade com a Lei 8. 666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante a entrega dos produtos acompanhados da fatura (nota fiscal), discriminada de acordo com a nota de empenho, após a conferência da quantidade e qualidade dos materiais por gestor a ser designado pela contratante. Observado o recebimento definitivo da Nota Fiscal emitida pela empresa com discriminação dos bens, juntamente com o Termo de Recebimento, será esta atestada e encaminhada à administração da entidade contratante para fins liquidação.

Parágrafo Primeiro: O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, por meio de ordem bancária ou cheque nominativo, o qual ocorrerá em até 30 (trinta) dias corridos do recebimento definitivo dos materiais, após a aceitação e atesto nas Notas Fiscais/Faturas.

Parágrafo Segundo: Será procedida consulta **"em sítios oficiais"** antes do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR, para verificação da situação do mesmo, relativamente às condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio.

Parágrafo Terceiro: Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na contratante em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A entrega dos produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do bem.

O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto do Pregão Presencial para Registro de Preços n° 18/2018 a Administração da entidade contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às fornecedoras as seguintes sanções:

I - Advertência, que será aplicada por meio de notificação via ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de **05** (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

II - multa de **0,1%** (zero vírgula um por cento) por dia de atraso pelo descumprimento das obrigações estabelecidas, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor dos produtos não entregues, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - multa de **10%** (dez por cento) sobre o valor do material não entregues, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de **15** (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao contratante pela não execução parcial ou total do contrato.

Parágrafo Primeiro - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até **05 (cinco)** anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

Parágrafo Segundo - As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de **05** (cinco) dias úteis.

Parágrafo Terceiro - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo Quarto - As penalidades serão obrigatoriamente registradas junto ao cadastro de fornecedores da entidade contratante, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Primeiro: O preço registrado poderá ser revisto em face da eventual redução daqueles praticados no mercado, ou em razão de fato que eleve o custo dos bens registrados.

Parágrafo Segundo: Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Contratante convocará o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

Parágrafo Terceiro: Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

Parágrafo Quarto: Na hipótese do parágrafo anterior, o Contratante convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quinto: Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Contratante poderá:

I - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorreu antes do pedido do fornecimento;

II - Convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Sexto: Não havendo êxito nas negociações, o Contratante procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O recebimento do objeto constante da presente ata está condicionado à observância de suas especificações técnicas, amostras, e quando couber embalagens e instruções, cabendo a verificação ao representante designado pela contratante**.**

Parágrafo Primeiro: Os produtos deverão ser novos, assim considerados de primeiro uso, e deverão ser entregues no endereço constante na ordem de compra, acompanhados das respectivas notas fiscais;

Parágrafo Segundo: Serão recebidos da seguinte forma:

I - Provisoriamente, no ato de entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações constantes da proposta da empresa, marca, modelo e especificações técnicas.

II - Definitivamente, após a verificação da qualidade, da quantidade dos produtos e sua conseqüente aceitação, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO E DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O inadimplemento das cláusulas estabelecidas nesta Ata pelo contratado assegurará ao Contratante o direito de rescindi-lo, no todo ou em parte, a qualquer tempo, mediante comunicação oficial de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à outra parte, em consonância com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

1.2. Esta Ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

1.3 O Contratado fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que, a critério do Contratante, que se façam necessários, até o limite de 25% do valor global deste Contrato;

1.4 As supressões poderão ultrapassar o limite acima estabelecido, havendo acordo entre as partes;

1.5 O Contratante poderá revogar esta Ata, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

1.6 A declaração de nulidade deste Ata opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;

1.7 A nulidade não exonera o Contratante do dever de indenizar o Contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa;

1.8. Não será permito a Subcontratação Parcial ou Total.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA

A aquisição do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela contratante.

Parágrafo Único: A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizado pelo órgão requisitante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

O licitante registrado na Ata de Registro de Preços estará obrigado a fornecer, quando solicitados, quantitativos superiores àqueles registrados, em função do direito de acréscimo de até **25%** (vinte e cinco por cento) de acordo com o § 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro: Na hipótese prevista no item anterior, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados na Ata.

Parágrafo Segundo: A supressão dos materiais registradas nesta Ata poderá ser total ou parcial, a critério da Administração, considerando-se o disposto no parágrafo 4º do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS PREÇOS E ITENS DE FORNECIMENTO

Os preços ofertados pela empresa classificada em primeiro lugar, da presente Ata de Registro de Preços, constam do **Encarte**, que se constitui em anexo à presente Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único: Os preços, expressos em Real (R$), serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

A empresa fornecedora compromete-se a cumprir as obrigações constantes no edital e contrato, sem prejuízo das decorrentes das normas, dos anexos e da natureza da atividade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE, além das constantes no edital e do Contrato:

Parágrafo Primeiro: Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal (ais) /Fatura(s) da contratada, em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos materiais e emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

Parágrafo Segundo: Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio do fiscal especialmente designado, de acordo com a Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata o Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 18/2018 e a proposta da empresa classificada em 1º lugar.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira, com observância das disposições constantes das Leis nºs 8.666/93 e 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Ribeirão Cascalheira – MT, com exclusão de qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Luzia Nunes Brandão

Prefeita Municipal

Contratante

TIM TRANSPORTES INTEGRADOS MATOGROSSENSES LTDA

CNPJ: 14.421.118/0001-06

Contratado

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO N. 12/2018

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n. 12/2018

Aos vinte e seis de outubro de 2018, o Município de Ribeirão Cascalheira – MT, com sede a Av. Padre João Bosco n.º 2037, Centro, Ribeirão Cascalheira - MT, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no D.O.U. de 18 de julho de 2002, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial para Registro de Preços n° 12/2018, RESOLVE registrar os preços para Formação de registro de preço para futura aquisição de passagens(terrestres), fretes e despacho de documentos em geral para atender as necessidades desta municipalidade

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Formação de registro de preço para futura e eventual aquisição de passagens(terrestres), fretes e despacho de documentos em geral para atender as necessidades desta municipalidade. Conforme itens em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá validade por **12 (doze) meses** contados a partir da sua assinatura.

Parágrafo primeiro: Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir os produtos citados na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR, sendo, entretanto, assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do

certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada a vantagem.

Parágrafo primeiro: Os Órgãos e entidades que não participarem do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Contratante, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.

Parágrafo segundo: Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas com o Contratante.

Parágrafo terceiro: As aquisições adicionais por outros órgãos ou entidades não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

O recebimento, o local e o prazo de entrega dos bens deverão ocorrer de acordo com as especificações contida na ordem de compra, não podendo ultrapassar o prazo de 02 (dois) dias da expedição da mesma.

Parágrafo Único: A empresa que não cumprir o prazo estipulado sofrerá as sanções previstas no item 27 do Edital em conformidade com a Lei 8. 666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante a entrega dos produtos acompanhados da fatura (nota fiscal), discriminada de acordo com a nota de empenho, após a conferência da quantidade e qualidade dos materiais por gestor a ser designado pela contratante. Observado o recebimento definitivo da Nota Fiscal emitida pela empresa com discriminação dos bens, juntamente com o Termo de Recebimento, será esta atestada e encaminhada à administração da entidade contratante para fins liquidação.

Parágrafo Primeiro: O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, por meio de ordem bancária ou cheque nominativo, o qual ocorrerá em até 30 (trinta) dias corridos do recebimento definitivo dos materiais, após a aceitação e atesto nas Notas Fiscais/Faturas.

Parágrafo Segundo: Será procedida consulta **"em sítios oficiais"** antes do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR, para verificação da situação do mesmo, relativamente às condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio.

Parágrafo Terceiro: Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na contratante em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A entrega dos produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do bem.

O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto do Pregão Presencial para Registro de Preços n° 18/2018 a Administração da entidade contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às fornecedoras as seguintes sanções:

I - Advertência, que será aplicada por meio de notificação via ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de **05** (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

II - multa de **0,1%** (zero vírgula um por cento) por dia de atraso pelo descumprimento das obrigações estabelecidas, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor dos produtos não entregues, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - multa de **10%** (dez por cento) sobre o valor do material não entregues, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de **15** (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao contratante pela não execução parcial ou total do contrato.

Parágrafo Primeiro - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até **05 (cinco)** anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

Parágrafo Segundo - As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de **05** (cinco) dias úteis.

Parágrafo Terceiro - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo Quarto - As penalidades serão obrigatoriamente registradas junto ao cadastro de fornecedores da entidade contratante, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Primeiro: O preço registrado poderá ser revisto em face da eventual redução daqueles praticados no mercado, ou em razão de fato que eleve o custo dos bens registrados.

Parágrafo Segundo: Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Contratante convocará o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

Parágrafo Terceiro: Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

Parágrafo Quarto: Na hipótese do parágrafo anterior, o Contratante convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quinto: Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Contratante poderá:

I - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorreu antes do pedido do fornecimento;

II - Convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Sexto: Não havendo êxito nas negociações, o Contratante procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O recebimento do objeto constante da presente ata está condicionado à observância de suas especificações técnicas, amostras, e quando couber embalagens e instruções, cabendo a verificação ao representante designado pela contratante**.**

Parágrafo Primeiro: Os produtos deverão ser novos, assim considerados de primeiro uso, e deverão ser entregues no endereço constante na ordem de compra, acompanhados das respectivas notas fiscais;

Parágrafo Segundo: Serão recebidos da seguinte forma:

I - Provisoriamente, no ato de entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações constantes da proposta da empresa, marca, modelo e especificações técnicas.

II - Definitivamente, após a verificação da qualidade, da quantidade dos produtos e sua conseqüente aceitação, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO E DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O inadimplemento das cláusulas estabelecidas nesta Ata pelo contratado assegurará ao Contratante o direito de rescindi-lo, no todo ou em parte, a qualquer tempo, mediante comunicação oficial de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à outra parte, em consonância com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

1.2. Esta Ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

1.3 O Contratado fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que, a critério do Contratante, que se façam necessários, até o limite de 25% do valor global deste Contrato;

1.4 As supressões poderão ultrapassar o limite acima estabelecido, havendo acordo entre as partes;

1.5 O Contratante poderá revogar esta Ata, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

1.6 A declaração de nulidade deste Ata opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;

1.7 A nulidade não exonera o Contratante do dever de indenizar o Contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa;

1.8. Não será permito a Subcontratação Parcial ou Total.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA

A aquisição do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela contratante.

Parágrafo Único: A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizado pelo órgão requisitante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

O licitante registrado na Ata de Registro de Preços estará obrigado a fornecer, quando solicitados, quantitativos superiores àqueles registrados, em função do direito de acréscimo de até **25%** (vinte e cinco por cento) de acordo com o § 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro: Na hipótese prevista no item anterior, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados na Ata.

Parágrafo Segundo: A supressão dos materiais registradas nesta Ata poderá ser total ou parcial, a critério da Administração, considerando-se o disposto no parágrafo 4º do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS PREÇOS E ITENS DE FORNECIMENTO

Os preços ofertados pela empresa classificada em primeiro lugar, da presente Ata de Registro de Preços, constam do **Encarte**, que se constitui em anexo à presente Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único: Os preços, expressos em Real (R$), serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

A empresa fornecedora compromete-se a cumprir as obrigações constantes no edital e contrato, sem prejuízo das decorrentes das normas, dos anexos e da natureza da atividade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE, além das constantes no edital e do Contrato:

Parágrafo Primeiro: Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal (ais) /Fatura(s) da contratada, em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos materiais e emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

Parágrafo Segundo: Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio do fiscal especialmente designado, de acordo com a Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata o Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 18/2018 e a proposta da empresa classificada em 1º lugar.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira, com observância das disposições constantes das Leis nºs 8.666/93 e 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Ribeirão Cascalheira – MT, com exclusão de qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Luzia Nunes Brandão

Prefeita Municipal

Contratante

VIAÇÃO ARAÉS LTDA

CNPJ: 03.515.370/0001-50

Contratado

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2018

SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

A Pregoeira juntamente com sua equipe de apoio, torna público o resultado do Pregão em epígrafe que tem por objeto a Registro de Preço para futura e eventual aquisição de passagens(terrestres), **fretes e despacho de documentos em geral,** para atender as necessidades desta municipalidade. Conforme especificações constantes no anexo I. Sagrou-se vencedora do certame as empresas:

VIAÇÃO ARAÉS LTDA CNPJ: 03.515.370/0001-50 no valor global de R$ 281.725,37(duzentos e oitenta e um mil, setecentos e vinte e cinco reais e trinta e sete centavos) e TIM TRANSPORTES INTEGRADOS MATO-GROSSENSES LTDA CNPJ: 14.421.118/0001-06 no valor global de R$ 276.810,52(duzentos e setenta e seis mil, oitocentos e dez reais e cinquenta e dois centavos).

Ribeirão Cascalheira, 26 de outubro de 2018.

Luzinete Martins Ferreira

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 304/GP/18 EM, 01 DE OUTUBRO DE 2018.

Portaria Nº. 304/GP/18 Em, 01 de Outubro de 2018.

“Dispõe sobre Abono de 30 dias de Licença Premio de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Art. 1º - Conforme Art. 89 da Lei Complementar 005 de 10 de maio de 2001, alterado pela Lei Complementar nº. 030/2008, conceder conversão em Abono Pecuniário de Licença Prêmio da servidora efetiva**, LUIZA HELENA PERES RODRIGUES**, ocupante do cargo de Professor, lotado junto a Secretária Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT; pelo o período de 30 dias, referente ao Segundo quinquênio ininterrupto de exercício, contados de 05/02/2009 a 04/02/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 303/GP/18 E M, 01 DE OUTUBRO DE 2018.

Portaria nº 303/GP/18 E m, 01 de Outubro de 2018.

“Dispõe sobre Ferias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **ALCILENE NAVES DOS SANTOS**, referente ao período aquisitivo de 03/09/2016 a 03/09/2017. A partir de 01/10/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 302/GP/18 EM,01 DE OUTUBRO DE 2018

Portaria nº 302/GP/18 Em,01 de Outubro de 2018

“Dispõe sobre Nomeação de função gratificada.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a servidora efetiva Sra LUCILENE SILVA MACHADO para exercer a função gratificada de Chefe de Seção da Creche.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 301/GP/18 EM, 01 DE OUTUBRO DE 2018.

Portaria nº 301/GP/18 Em, 01 de Outubro de 2018.

“Dispõe sobre Auxilio Doença de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.”

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001,

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde a servidora efetiva, ILDACI RODRIGUES DA SILVA, a mesma recebera auxilio doença através do Fundo de Previdência Própria do município, PREVI RIBE, conforme Lei Municipal em vigência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Outubro do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 320/GP/18 E M, 01 DE OUTUBRO DE 2018.

Portaria nº 320/GP/18 E m, 01 de Outubro de 2018.

"Dispõe sobre Ferias de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º - Conforme Art. 86 da Lei Complementar 005 de 10 de maio de 2001 e suas alterações conforme Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ribeirãozinho em seu Artigo 85, alterado pela Lei complementar nº87/2018 de 28 de Agosto de 2018, conceder Licença Parlamentar sem remuneração para o desempenho do exercício de mandato político, ao servidor CLEVERSON ALVES DE OLIVEIRA, funcionário efetivo desta Prefeitura, sob a matricula nº26 ocupante do cargo de PROFESSOR junto a Secretária Municipal de Educação, pelo período de 01(um) ano, a partir de 03/10/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 326 /GP/2018 EM, 22 DE OUTUBRO DE 2018.

Portaria nº 326 /GP/2018 Em, 22 de Outubro de 2018.

Designa Comissão de Gestão Patrimonial e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas Por Lei, e;

Considerando o atendimento das determinações legais da Unidade de Controle Interno e Tribunal de Contas do Estado - TCE, e,

Considerando que a elaboração de um inventário compreende a discriminação organizada e analítica de todos os bens permanentes e dos valores de um patrimônio, num determinado período;

R E S O L V E:

Art.1º - Instituir a Comissão Permanente de Gestão Patrimonial para atuar nos casos exigidos por Lei composta dos seguintes servidores municipais:

Presidente – Izabel Chaves Venâncio

Secretario – Maria Auxiliadora Cardoso

Membro – Ailton Moura

Art. 2º - A Comissão atuará na implementação do processo de levantamento físico e financeiro, avaliação, reavaliação e incorporação de bens móveis permanentes ao Poder Executivo Municipal.

Art. 3° - Deverá a Comissão adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

I – entregar o Relatório de Bens Patrimoniais dos Órgãos/unidade ao respectivo gestor para análise e avaliação das informações;

II – registrar o patrimônio encontrado, verificando a conformidade ou não conformidade entre as informações constantes do Relatório de Bens Patrimoniais e os bens encontrados na unidade;

III – registrar no Formulário de Levantamento de Bens a conformidade em relação a todos os bens, como também as ocorrências de não conformidades encontradas nos campos pertinentes a cada situação;

IV – exigir do gestor documentos comprobatórios de transferências para outras unidades;

V – proceder diligências *in loco*, sempre que julgar necessário, visando a confirmação de informações recebidas das unidades;

VI – consolidar as informações recebidas, elaborando o Termo de Responsabilidade atualizado e encaminhá-lo à unidade para assinatura do gestor titular ou seu substituto legal;

VII – esclarecer qualquer dúvida referente a esta Portaria;

VIII - outras atribuições correlatas.

Art. 4º **-** A comissão poderá solicitar o apoio aos gestores das Secretarias a adotarem, dentro outros, os seguintes procedimentos:

I – realizar pessoalmente os trabalhos de levantamento dos bens patrimoniais de sua unidade ou designar servidor de sua confiança;

II – proceder à conferência rigorosa dos bens patrimoniais;

III – registrar todos os bens patrimoniais da unidade, inclusive aqueles que estiverem sem a placa de Registro Patrimonial, ou que estejam em desuso ou danificados;

IV – receber o Relatório de Bens Patrimoniais da unidade e o Formulário de Levantamento de Bens, encaminhados pela Comissão de Inventário;

V – analisar e avaliar as informações constantes no Relatório de Bens Patrimoniais e no Formulário de Levantamento de Bens da unidade;

VI – registrar no Formulário de Levantamento de Bens a conformidade em relação a todos os bens e as ocorrências de não conformidade;

VII – assinar o Formulário de Levantamento de Bens juntamente com um servidor de sua unidade, exceto nas unidades em que houver somente um servidor;

VIII – encaminhar o Formulário de Levantamento de Bens assinado à Comissão de Gestão Patrimonial;

IX – anexar os documentos comprobatórios referentes às causas das não conformidades registradas no Formulário de Levantamento de Bens;

X – reter em sua unidade uma cópia do Relatório de Bens Patrimoniais e do Formulário de Levantamento para posterior consolidação e assinatura do Termo de Responsabilidade que será encaminhado pela Comissão de Gestão Patrimonial;

XI - assinar o Termo de Responsabilidade e encaminhá-lo à Comissão de Gestão Patrimonial; Art. 5° **-** No caso de ausência do gestor, o seu substituto legal deverá solicitar à Comissão de Gestão Patrimonial a emissão do Termo de Responsabilidade em nome do gestor titular quando do retorno do mesmo ou nomeação para o exercício do cargo, efetuadas as devidas conferências.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 319/GP/18 EM, 01 DE OUTUBRO DE 2.018.

Portaria Nº. 319/GP/18 Em, 01 de Outubro de 2.018.

"Dispõe sobre Licença Premio de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Art. 1º - Conforme Art. 89 da Lei Complementar 005 de 10 de maio de 2001, alterado pela Lei Complementar nº. 030/2008, conceder Licença Prêmio a servidora efetiva**, GEANE DA SILVA MONTEIRO**, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, lotado junto a Secretária Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT; pelo o período de 90 dias corridos, com início em 01/10/2018 e termino em 29/12/2018 referente ao primeiro quinquênio ininterrupto de exercício, contados de 18/10/2011 a 18/10/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 318/GP/18 EM, 01 DE OUTUBRO DE 2.018.

Portaria Nº. 318/GP/18 Em, 01 de Outubro de 2.018.

“Dispõe sobre Licença Premio de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Art. 1º - Conforme Art. 89 da Lei Complementar 005 de 10 de maio de 2001, alterado pela Lei Complementar nº. 030/2008, conceder Licença Prêmio a servidora efetiva**, CLEONEIR CASTRO DA SILVA**, ocupante do cargo de Professor, lotado junto a Secretária Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT; pelo o período de 90 dias corridos, com início em 12/09/2018 e termino em 10/12/2018 referente ao primeiro quinquênio ininterrupto de exercício, contados de 04/04/2005 a 04/04/2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 317/GP/18 EM, 01 DE OUTUBRO DE 2018.

Portaria Nº. 317/GP/18 Em, 01 de Outubro de 2018.

“Dispõe sobre Abono de 30 dias de Licença Premio de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Art. 1º - Conforme Art. 89 da Lei Complementar 005 de 10 de maio de 2001, alterado pela Lei Complementar nº. 030/2008, conceder conversão em Abono Pecuniário de Licença Prêmio da servidora efetiva**, TANIA CARRIJO ROLDAO**, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado junto a Secretária Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT; pelo o período de 30 dias, referente ao Quinto quinquênio ininterrupto de exercício, contados de 02/01/2014 a 02/01/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 316/GP/18 E M, 01 DE OUTUBRO DE 2018.

Portaria nº 316/GP/18 E m, 01 de Outubro de 2018.

“Dispõe sobre Ferias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **LUCILENE SILVA MACHADO**, referente ao período aquisitivo de 19/09/2017 a 19/09/2018. A partir de 01/10/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 315/GP/18 E M, 01 DE OUTUBRO DE 2018.

Portaria nº 315/GP/18 E m, 01 de Outubro de 2018.

“Dispõe sobre Ferias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias ao servidor efetivo **SALVIANO DE FREITAS RIBEIRO**, referente ao período aquisitivo de 19/02/2015 a 19/02/2016. A partir de 01/10/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 314/GP/18 E M, 01 DE OUTUBRO DE 2018.

Portaria nº 314/GP/18 E m, 01 de Outubro de 2018.

"Dispõe sobre Abono Pecuniário de Férias de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001,

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007

R E S O L V E:

Art.1º Conceder Abono Pecuniário de férias ao servidor efetivo **WILLIAM SOUSA**, referente ao período aquisitivo de 15/08/2017 a 15/08/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 313/GP/18 E M, 01 DE OUTUBRO DE 2018.

Portaria nº 313/GP/18 E m, 01 de Outubro de 2018.

"Dispõe sobre Ferias de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **GRAZIELE ARAUJO MARTINS**, referente ao período aquisitivo de 07/08/2017 a 07/08/2018. A partir de 01/10/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 312/GP/18 E M, 01 DE OUTUBRO DE 2018.

Portaria nº 312/GP/18 E m, 01 de Outubro de 2018.

"Dispõe sobre Ferias de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **MONICA BORGES**, referente ao período aquisitivo de 01/03/2015 a 01/03/2016. A partir de 01/10/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 311/GP/18 E M, 01 DE OUTUBRO DE 2018.

Portaria nº 311/GP/18 E m, 01 de Outubro de 2018.

"Dispõe sobre Ferias de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias ao servidor efetivo **JONAS MAGALHAES FERREIRA**, referente ao período aquisitivo de 13/04/2017 a 13/04/2018. A partir de 01/10/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 310/GP/18 E M, 01 DE OUTUBRO DE 2018.

Portaria nº 310/GP/18 E m, 01 de Outubro de 2018.

"Dispõe sobre Ferias de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **DAIANE GOULART GOMES**, referente ao período aquisitivo de 09/07/2017 a 09/07/2018. A partir de 01/10/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 309/GP/18 E M, 01 DE OUTUBRO DE 2018.

Portaria nº 309/GP/18 E m, 01 de Outubro de 2018.

“Dispõe sobre Ferias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias ao servidor efetivo **VINICIUS JOSE RIBEIRO**, referente ao período aquisitivo de 14/06/2016 a 14/06/2017. A partir de 01/10/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 308/GP/18 E M, 01 DE OUTUBRO DE 2018.

Portaria nº 308/GP/18 E m, 01 de Outubro de 2018.

“Dispõe sobre Ferias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **KEILA LARISSA FAVARO**, referente ao período aquisitivo de 08/02/2015 a 08/02/2016. A partir de 01/10/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 307/GP/18 EM, 01 DE OUTUBRO DE 2.018.

Portaria Nº. 307/GP/18 Em, 01 de Outubro de 2.018.

“Dispõe sobre Licença Premio de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Art. 1º - Conforme Art. 89 da Lei Complementar 005 de 10 de maio de 2001, alterado pela Lei Complementar nº. 030/2008, conceder Licença Prêmio a servidora efetiva**, NADIA CARLA DE CARLI**, ocupante do cargo de Agente de Combate a Endemias, lotado junto a Secretária Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT; pelo o período de 30 dias corridos, com início em 01/10/2018 e termino em 30/10/2018 referente ao primeiro quinquênio ininterrupto de exercício, contados de 18/10/2011 a 18/10/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 306/GP/18 E M, 01 DE OUTUBRO DE 2018.

Portaria nº 306/GP/18 E m, 01 de Outubro de 2018.

“Dispõe sobre Ferias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **ALCILENE MARIA CARNEIRO**, referente ao período aquisitivo de 02/02/2017 a 02/02/2018. A partir de 28/09/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 305/GP/18 EM, 01 DE OUTUBRO DE 2018.

Portaria Nº. 305/GP/18 Em, 01 de Outubro de 2018.

“Dispõe sobre Abono de 30 dias de Licença Premio de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Art. 1º - Conforme Art. 89 da Lei Complementar 005 de 10 de maio de 2001, alterado pela Lei Complementar nº. 030/2008, conceder conversão em Abono Pecuniário de Licença Prêmio da servidora efetiva**, LUCIANA RIBEIRO BENTO**, ocupante do cargo de Professor, lotado junto a Secretária Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT; pelo o período de 30 dias, referente ao Segundo quinquênio ininterrupto de exercício, contados de 10/09/2006 a 09/09/2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 298/GP/18 EM, 01 DE OUTUBRO DE 2.018.

Portaria Nº. 298/GP/18 Em, 01 de Outubro de 2.018.

"Dispõe sobre nomeação de Agente de vigilância Sanitária".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001,

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007

R E S O L V E:

Art.1º Nomear A Sra. ALESSANDRA SANTANA DA SILVA, ao cargo em comissão de Agente de Vigilância Sanitária, junto a Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Outubro do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ronivon Parreira das Neves

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 207/GP/18 E M, 06 DE JULHO DE 2018.

Portaria nº 207/GP/18 E m, 06 de Julho de 2018.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **CRISTIANA RODRIGUES VIEIRA**, referente ao período aquisitivo de 03/09/2016 a 02/09/2017. A partir de 02/05/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02/05/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 323/GP/18 EM, 01 DE OUTUBRO DE 2.018.

Portaria Nº. 323/GP/18 Em, 01 de Outubro de 2.018.

"Dispõe sobre Ascensão de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe C nível 03, a servidora VALDIRENE MARIA LOPES, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação, na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 322/GP/18 EM, 01 DE OUTUBRO DE 2.018.

Portaria Nº. 322/GP/18 Em, 01 de Outubro de 2.018.

"Dispõe sobre Ascensão de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe A nível 03, a servidora RENATA LERIZE ALENCAR, ocupante do cargo efetivo de ODONTOLOGO conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Saúde, na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 324/GP/18 EM, 01 DE OUTUBRO DE 2018.

Portaria nº 324/GP/18 Em, 01 de Outubro de 2018.

"Dispõe sobre Auxilio Doença de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde ao servidor efetivo, DANIEL PAULINO DOS SANTOS, o mesmo recebera auxilio doença através do Fundo de Previdência Própria do município, PREVI RIBE, conforme Lei Municipal em vigência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº. 321/GP/18 EM, 01 DE OUTUBRO DE 2018.

Portaria Nº. 321/GP/18 Em, 01 de Outubro de 2018.

"Dispõe sobre Abono de 30 dias de Licença Premio de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Art. 1º - Conforme Art. 89 da Lei Complementar 005 de 10 de maio de 2001, alterado pela Lei Complementar nº. 030/2008, conceder conversão em Abono Pecuniário de Licença Prêmio da servidora efetiva**, MARIA EDMAR DO NASCIMENTO**, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotado junto a Secretária Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT; pelo o período de 30 dias, referente ao Segundo quinquênio ininterrupto de exercício, contados de 03/09/2006 a 03/09/2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 188/2018

EXTRATO DO CONTRATO Nº 188/2018

AQUISIÇÕES DE MICRO-ÔNIBUS 0KM, ADAPTADO PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM DEFICIÊNCIA, TIPO CADEIRANTE E DIFICULDADES DE LOCOMOÇÃO, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO CONTRAM Nº 316/09, COM CAPACIDADE DE 20 A 24 PASSAGEIROS, REFERENTE AO CONVENIO Nº 11412.592000/1170-5 FIRMADO COM O MINISTÉRIO DA SAÚDE.

EMPRESA : SAN MARINO ÔNIBUS LTDA

AQUISIÇÃO DE UM MICRO-ONIBUS

NO VALOR de R$ 299.306,66 (DUZENTOS E NOVENTA E NOVE MIL TREZENTOS E SEIS REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS)

ROSÁRIO OESTE 30 DE OUTUBRO DE 2018

RENAN A. F. GIRALDO

PREGOEIRO

LICITAÇÃO
REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO -RDC N.º 01/2018

O Município de Rosário Oeste/MT, Estado de Mato Grosso,neste ato representada por sua Comissão de Licitação, torna público aos interessados, que irá realizar procedimento licitatório na modalidade **REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO – RDC N. 01/2018, FORMA DE EXECUÇÃO DA LICITAÇÃO PRESENCIAL, MODO DE DISPUTA COMBINADO (fechado até a proposta e aberto na fase de Lances), REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO**, Lei Federal n. 12.462/2011 alterada pela Lei 12.980/2014, pelo Decreto Federal n. 7.581/2011, pela Portaria Ministerial n. 624/2018, no **dia 27 de novembro de 2018, ÀS 09h00m (horário local)**, na Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, situada à Avenida Otávio Costa, s/n, Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste/MT, com a finalidade da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICO/EXECUTIVO E EXECUÇÃO DE OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE PONTES E BUEIROS DESTRUÍDOS PELO DESASTRE RECONHECIDO PELA PORTARIA N. 101/2016 DA SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**. Poderão participar deste procedimento licitatório as empresas cujo ramo de atividade esteja em consonância com o objeto e demais clausulas desta licitação. As informações poderão ser retiradas com a Comissão Permanente de Licitação – CPL, na Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, situada na Avenida Otávio Costa, s/n, Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste/MT, por intermédio da Comissão de Licitação, de segunda a sexta das 08:00 às 14:00 horas, ou no telefone (65) 3356-1209 e pelo e-mail: licitacaorosario@hotmail.com e no site: www.rosariooeste.mt.gov.br.

Rosário Oeste/MT, 30 de outubro de 2018.

RENAN ATILA FERREIRA GIRALDO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO
N O T I F I C A Ç Ã O REF. CONTRATO Nº 016/2018

NOTIFICAÇÃO

NOTIFICANTE:	**Prefeitura Municipal de Rosário Oeste – MT**
NOTIFICADA:	**NEMARI BERTAGLIA BRAUM HERRERA – ME** C.N.P.J Nº 11.012.407/0001-55
ENDEREÇO:	Rua Boa Esperança s/n, Bairro da Torre – Rosário Oeste/MT, CEP 78.048-470
CONTRATO:	**Contrato n° 016/2018 – Pregão Presencial nº 044/2017**
OBJETO:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE ÔNIBUS COM MOTORISTA PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT

Ilmo Senhor(a),

Ao tempo em que lhe cumprimento, sirvo do presente para notificá-lo nos termos que abaixo segue:

CONSIDERANDO, que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.** (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (*artigo, 37, caput, da CF/88);*

CONSIDERANDO, que os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado**.** (*artigo 54, caput, da lei nº 8666/93*);

CONSIDERANDO, a paralisação injustificada da prestação de serviços descritas no Contrato Administrativo nº 016/2018;

CONSIDERANDO que segundo previsão contratual as penas para o caso descrito podem variar desde a advertência da empresa CONTRATADA por conta de paralisação injustificada até a declaração de inidoneidade e/ou proibição de contratação com o Poder Publico.

CONSIDERANDO a possibilidade de vir a sofrer prejuízos e, inclusive ter que responder por omissões juntos aos órgãos competentes;

CONSIDERANDO o dever/poder desta municipalidade para exigir o cumprimento das cláusulas contratuais;

CONSIDERANDO, que o Município de Rosário Oeste/MT, presa pela observância do princípio da eficiência que tem partes com as normas de 'boa administração', indicando que a Administração Pública, em todos os seus setores, deve concretizar atividade administrativa predisposta à extração do maior número possível de efeitos positivos ao administrado. Deve sopesar relação de custo-benefício, buscar a otimização de recursos, em suma, tem por obrigação dotar da maior eficácia possível todas as ações do Estado". (*Curso de direito constitucional*, São Paulo: Saraiva, 1998, p. 235).

Venho por meio desta **NOTIFICAR** a empresa **NEMARI BERTAGLIA BRAUM HERRERA – ME** C.N.P.J Nº 11.012.407/0001-55, em virtude de paralisação na prestação dos serviços, descumprimento do edital que relacionava ônibus como transporte e quilometragem rodada inferir ao previsto no termo de referencia previstos no contrato administrativo 016/2018 sem justa causa, e sem nenhum comunicado formal ao órgão contratante, para que apresente as devidas justificativas e reinicie os serviços descritos no contrato 016/2018 no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de rescisão contratual unilateral aplicação das penalidades legais previstas contratualmente.

Rosário Oeste/MT, 30 de Outubro de 2018.

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito de Rosário Oeste/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

PORTARIA N.º 179/2018 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

"Retifica a Portaria nº 125/2018 de 10 de Julho de 2018, que nomeia os Membros do Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, Srº Wemerson Adão Prata, no uso de suas atribuições legais, exaradas na Lei Municipal nº 283 de 22 de Março de 2007, e em especifico os da Ementa Constitucional nº 53 de 19 de Dezembro de 2006 e a Medida Provisória nº 339 de 28 de Dezembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica retificada a Portaria nº 125/2018 de 10 de Julho de 2018 que nomeia os Membros do Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, para Acompanhamento do Controle Social Comprovação e Fiscalização dos Recursos, conforme segue:

Na representação dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:

Suplente: Onde se lêMaria Moreira Curty, leia-se **MARIA BRANDOLFO CURTY.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ou afixação no local de costume, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 30 de Outubro de 2018.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

WEMERSON ADÃO PRATA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 178/2018 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

"DISPÕE DA NOMEAÇÃO DOS MÉDICOS RESPONSAVEIS TÉCNICO DO PSF I E PSF II, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no Art. 49, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o **Dr. RIDRES DE OLIVEIRA NOVATO,** devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob nº 032.998.771-27 e inscrito no Conselho Regional de Medicina sob o nº 10253– MT, a Função de Responsável Técnico do PSF I Agenésio Novaes de Araújo.

Art. 2º - Nomear o **Dr. HYURE FERREIRA MIRANDA,** devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob nº 043.392,941-36 e inscrito no Conselho Regional de Medicina sob o nº 10180/MT, a Função de Responsável Técnico do PSF II Sebastião Antônio da Silva.

Parágrafo-Único - Para o exercício da função especificada nos Artigos 1° e 2º desta portaria, não haverá nenhum tipo de ônus.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu – MT, 30 de Outubro de 2018.

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

WEMERSON ADÃO PRATA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 176/2018 DE 19 DE OUTUBRO DE 2018

CONCEDE VERBA DE LOCOMOÇÃO NA CIRCUNSCRIÇÃO DO MUNICÍPIO AOS SERVIDORES QUE MENCIONA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, Srº Wemerson Adão Prata, no uso de suas atribuições legais, exaradas no Art. 3º da Lei Municipal nº 513 de 20 de Janeiro de 2015.

CONSIDERANDO: O Relatório de Atividades, expedido pela Secretaria Municipal de Educação, datado e protocolado em 19 de Outubro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder Pagamento de Verba de Locomoção aos Servidores Ademilson Dornelas Vales, Florisvaldo Kusther Preisigke, Joadeson de Souza Câmara, Julio dos Reis Ferreira, Reginaldo Bendler, Sebastião Euzébio de Santana, Uéliton Rosa de Queiroz, Valdinei Cardoso dos Santos, lotados na Secretaria Municipal de Educação que realizam transporte escolar na Zona Rural do Município.

Art. 2º - A verba de Locomoção, ora concedida, será acrescida juntamente ao Salário Base do mês de Outubro do corrente Ano.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias no corrente exercício, suplementadas, se necessário, na forma da Legislação específica que rege a matéria em vigor.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 19 de Outubro de 2018.

WEMERSON ADÃO PRATA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 177/2018 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

"NOMEIA O Dr. HYURE FERREIRA MIRANDA PARA AUTORIZAR AS AIH (S) DO HOSPITAL MUNICIPAL, DO MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no Art. 49, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o **Dr. HYURE FERREIRA MIRANDA,** devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob nº 043.392,941-36 e inscrito no Conselho Regional de Medicina sob o nº 10180/MT, para autorizar as AIH (S) do Hospital Municipal de Salto Céu - MT.

Parágrafo-Único - Para o exercício da função especificada no Artigo 1° desta portaria, não haverá nenhum tipo de ônus.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ou afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu – MT, 30 de Outubro de 2018.

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

WEMERSON ADÃO PRATA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 175/2018 DE 19 DE OUTUBRO DE 2018

CONCEDE VERBA DE LOCOMOÇÃO NA CIRCUNSCRIÇÃO DO MUNICÍPIO AOS SERVIDORES QUE MENCIONA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, Srº Wemerson Adão Prata, no uso de suas atribuições legais, exaradas no Art. 3º da Lei Municipal nº 513 de 20 de Janeiro de 2015.

CONSIDERANDO: O Relatório de Atividades, expedido pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, datado e protocolado em 19 de Outubro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder Pagamento de Verba de Locomoção aos Servidores Wagner Câmara, Geraldo Silva Prado Neto, Aldir Carmo de Oliveira, Lidiomar Esteves dos Santos, José Cardoso Mendes, Sebastião Lopes Alves, lotados na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos que realizam Serviços na Zona Rural do Município.

Art. 2º - A verba de Locomoção, ora concedida, será acrescida juntamente ao Salário Base do mês de Outubro do corrente Ano.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias no corrente exercício, suplementadas, se necessário, na forma da Legislação específica que rege a matéria em vigor.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 19 de Outubro de 2018.

WEMERSON ADÃO PRATA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 174/2018 DE 15 DE OUTUBRO DE 2018

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SÁUDE A SERVIDORA QUE MENCIONA E, DÁ PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e Art.190, inciso I, letra F da Lei 069/93 Estatuto dos Servidores públicos Municipais.

CONSIDERANDO: O Atestado Médico datado em 27/09/2018;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para Tratamento de Saúde a servidora: **SONIA MARIA DE OLIVEIRA MEROTTI,** Cargo: Assistente Social, Órgão Unidade: Secretária Municipal de Assistência Social, até dia 27/10/2018 conforme o atestado médico supracitado.

Art. 2º - Caberá aos órgãos e unidades competentes do Poder Executivo proceder às anotações/registros pertinentes e, as providências na substituição da Servidora acima citada, se for imprescindível e inadiável bem como efetuar o pagamento devido, na forma da Legislação que disciplina a matéria em vigor.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias no corrente exercício, suplementadas, se necessário, na forma da Legislação específica que rege a matéria em vigor.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 15 de Outubro de 2018.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

WEMERSON ADÃO PRATA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 180/2018 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

ATRIBUI AO SENHOR FAGNER MICHAELL DE ALMEIDA SILVA ROK, REGISTRO NACIONAL Nº MT029607 ENGENHEIRO FISCAL, A RESPONSABILIDADE PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA OBRA RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA - REALIZAÇAO DE SERVIÇOS DE APLICAÇAO DE LAMA ASFALTICA - NAS RUAS: CELCINO PEREIRA, JOSINO LOPES, COLUMBIA, CARLOS LAET, ESPIRITO SANTO, MIGUEL MIRANDA, MARIA CUPERTINO, ZE PARAIBA, RAILDA (AMAZONIA), PARANA (JOAO CORDEIRO SOBRAL), SAO PAULO, MINAS GERAIS, MATO GROSSO, IRMA SANTINHA, PASTOR BENEDITOO, JOAO PAULO II, 13 DE DEZEMBRO, DOM AQUINO, GETULIO VARGAS, BRAULINO DE ALMEID, EMANCIPAÇAO, OLIVEIRAS E PEDRO PEDROSSIAN NO MUNICIPIO DE SALTO DO CEU MT, NO MUNICIPIO DE SALTO DO CÉU – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. .

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, Srº Wemerson Adão Prata, no uso de suas atribuições Legais.

RESOLVE:

Art.1º - Atribuir ao Senhor **Fagner Michaell de Almeida Silva Rok**, Registro Nacional Nº. **MT029607** Engenheiro fiscal a responsabilidade pelo acompanhamento e fiscalização da obra de **RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA - REALIZAÇAO DE SERVIÇOS DE APLICAÇAO DE LAMA ASFALTICA - NAS RUAS: CELCINO PEREIRA, JOSINO LOPES, COLUMBIA, CARLOS LAET, ESPIRITO SANTO, MIGUEL MIRANDA, MARIA CUPERTINO, ZE PARAIBA, RAILDA (AMAZONIA), PARANA (JOAO CORDEIRO SOBRAL), SAO PAULO, MINAS GERAIS, MATO GROSSO, IRMA SANTINHA, PASTOR BENEDITOO, JOAO PAULO II, 13 DE DEZEMBRO, DOM AQUINO, GETULIO VARGAS, BRAULINO DE ALMEIDA, EMANCIPAÇAO, OLIVEIRAS E PEDRO PEDROSSIAN NO MUNICIPIO DE SALTO DO CEU MT, no Município de Salto do Céu – MT**, Empresa responsável pela obra: **BTX ENGENHARIA EIRELI**, CNPJ Nº 26.117.657/0001-27, vinculada ao Contrato Nº 046/2018 e ordem de serviço emitida em 10/10/2018.

Art.º 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 30 de Outubro de 2018.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

WEMERSON ADÃO PRATA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT.

RESOLUÇÃO N.º 005/2018.

CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT.

O CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT, noexercício das suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica e de acordo com a **REUNIÃO ORDINÁRIA DE 26 DE OUTUBRO DE 2018.**

RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a **primeira Prestação de Contas** relativa à aplicação dos Recursos do PNATE, contas **Transporte Escolar FETHAB SEDUC e Transporte Escolar SEDUC referente a 2018.**

Art.2º- Está resolução entra em vigor na data da sua publicação;

Registra-se e Cumpra-se.

Santa Rita do Trivelato-MT, 26 de Outubro de 2018.

_____

Sueli Miranda

Pres. Do Conselho Municipal do FUNDEB.

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO N° 082/2018 E 083/2018

EXTRATO CONTRATO N° 082/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **GENTE SEGURADORA S/A**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 90.180.605/0001-20; **VIGÊNCIA:** 19/10/2018 até 19/10/2019. **Valor**:**R$** 39.100,0**0**; **Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE SEGURO TOTAL PARA VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL, A FIM DE ATENDER A TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.** conforme PREGÃO PRESENCIAL 065/2018. **DATA:** 19/10/2018.

EXTRATO CONTRATO N° 083/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **CONTRATADA**:**MAFRE SEGUROS GERAIS S/A,** inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.074.175/0001-38; **VIGÊNCIA:** 19/10/2018 até 19/10/2019. **Valor**:**R$** 28.600,00; **Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE SEGURO TOTAL PARA VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL, A FIM DE ATENDER A TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS,** conforme PREGÃO PRESENCIAL 065/2018. **DATA:** 19/10/2018.

PORTARIA Nº 0336/2018 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PARA FISCALIZAÇÃO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 098 A 100/2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora Luciana Paula Hoeperc, inscrita no CPF nº 569.688.841-00, como Fiscal de Atas de Registro de Preços nº098 a 100/2018, cujo objeto é: futura e eventual aquisição de merenda escolar.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se demais disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 30 DE OUTUBRO DE 2018.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se, afixe-se

Na data supra

COMPRAS E LICITAÇÃO
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 056/2017

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 056/2017, REFERENTE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE SEGURO TOTAL EM VEÍCULOS, QUE ENTRE SÍ CELEBRAM O MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT E A EMPRESA GENTE SEGURADORA S/A.

O **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob o Nº 04.205.596/0001-17 com sede na Av. Flávio Luiz, 2201, Centro, SANTA RITA DO TRIVELATO – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Sr. EGON HOEPERS**, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa **GENTE SEGURADORA S/A**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 90.180.605/0001-20, estabelecida a Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 450, Bairro Centro, CEP: 90.020-060 na cidade de Porto Alegre - RS, representada neste ato por seu Diretor o Sr. **MARCELO WAIS,** portador da cédula de identidade RG sob nº 70090361666 SSP/RS e do CPF sob nº 632.005.380-15, residente e domiciliado na Rua Engenheiro Teixeira Soares, Nº 200/202, Torre A, Bairro Bela Vista, Porto Alegre/RS, doravante denominada **CONTRATADA,** tendo em vista os termos do contrato original nº 056/2017, ajustam e acordam celebrar o presente Termo Aditivo, nos termos da Lei Federal n° 8.666/93, com suas posteriores alterações, e demais dispositivos legais aplicáveis, mediante as clausulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar o valor inicial, bem como prorrogar a vigência, previstos nas Cláusulas Primeira e Quarta, respectivamente, do Contrato nº 056/2017, que passa a ter as seguintes redações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O valor do presente Termo Aditivo é **R$ 9.122,34 (Nove mil cento e vinte e dois reais e trinta e quatro centavos),** conforme valores descriminados na proposta atualizada da contratada.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. Fica prorrogado o prazo do contrato original em mais 60 (sessenta) dias, passando a vigorar até **27 de Novembro de 2018.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

2.1. As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão à conta da Dotação Orçamentária abaixo especificada e consignada na peça orçamentária do exercício de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo artigo 57, II e artigo 65, § 1º, da Lei Federal n° 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial, celebrado entre as partes em data de 27/09/2017.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Santa Rita do Trivelato - MT, 26 de Setembro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

GENTE SEGURADORA S/A

CNPJ/MF sob nº 90.180.605/0001-20

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____

_____

Nome: Nome:

CPF: **CPF:**

COMPRAS E LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 0337/2018 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

PORTARIA Nº 0337/2018

DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PARA FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS Nº 069/2018 E 070/2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o servidor Rogério Aparecido de Araujo, inscrito no CPF nº 034.167.211-44 como Fiscal dos Contratos nº 069/2018 e 070/2018, conforme descritos abaixo.

CONTRATO Nº 069/2018 – decorrente do PREGÃO PRESENCIAL 048/2017 **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 052/2017** – **Contratação De Empresa Para Locação De Caminhão Basculante para Realização de Transporte De Terra, Cascalho, Entulhos E Pedras, e Contratação De Serviços De Caminhão Tanque Para Fazer Aspersão De Água Em Ruas E Avenidas Sem Asfalto Do Município De Santa Rita Do Trivelato/MT – empresa** seguradora **CLAUDEMIR MOREIRA DE MEIRELES, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.050.180.0001-00;**

CONTRATO Nº 070/2018 – decorrente do PREGÃO PRESENCIAL 048/2017 **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 052/2017** – **Contratação De Empresa Para Locação De Caminhão Basculante para Realização de Transporte De Terra, Cascalho, Entulhos E Pedras, e Contratação De Serviços De Caminhão Tanque Para Fazer Aspersão De Água Em Ruas E Avenidas Sem Asfalto Do Município De Santa Rita Do Trivelato/MT – empresa** seguradora **V.E MAUSOLF TRANSPORTES ME**, devidamente cadastrada no **CNPJ Nº 10881.165/0001-73;**

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 30 DE OUTUBRO DE 2018.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se, afixe-se

Na data supra

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO N° 069/2018 E 070/2018

EXTRATO CONTRATO N° 069/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **CONTRATADA**: **V.E MAUSOLF TRANSPORTES ME**, devidamente cadastrada no **CNPJ Nº 10881.165/0001-73**; **VIGÊNCIA:** 05/09/2018 até 18/10/2018. **Valor**:**R$ 32.695,00**; **Objeto: Contratação De Empresa Para Locação De Caminhão Basculante para Realização de Transporte De Terra, Cascalho, Entulhos E Pedras, e Contratação De Serviços De Caminhão Tanque Para Fazer Aspersão De Água Em Ruas E Avenidas Sem Asfalto Do Município De Santa Rita Do Trivelato/MT**, conforme PREGÃO PRESENCIAL 048/2017 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 051/2017. **DATA:** 05/10/2018.

EXTRATO CONTRATO N° 070/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **CONTRATADA**: **CLAUDEMIR MOREIRA DE MEIRELES, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.050.180.0001-00**; **VIGÊNCIA:** 03/09/2018 até 18/10/2018. **Valor**:**R$ 8.250,00**; **Objeto: item 01 - Contratação de Caminhão basculante de 180 CV capacidade de 10 metros cúbicos á caçamba**, conforme PREGÃO PRESENCIAL 048/2017 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 052/2017. **DATA:** 05/10/2018.

COMPRAS E LICITAÇÃO
CONTRATO Nº 073/2018 - PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 042/2018

CONTRATO Nº 073/2018

Processo de Dispensa de Licitação nº 042/2018

Por este instrumento particular de contrato, de um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 04.205.596/0001-17, com sede na Av. Flávio Luiz, nº 2.201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **EGON HOEPERS**, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa **MRF TRANSPORTE LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 02.618.731/0001-20, situada na Rua D Quadra 06 lotes 12,13,14 e 15, neste ato representada pelo Sr. ALTAIR BATTISTUZ, brasileiro, empresário,casado, portador do RG n° 1.641.526 SSP/PR, inscrito no CPF nº 372.209.859-91, residente e domiciliado na Rua 40, nº 68, Bairro Boa esperança, no Município de Cuiabá/MT, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, firmam o presente Contrato, mediante cláusulas especificas a seguir, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Municipal nº 494/2014:

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FINALIDADE

1.1 – O objeto do presente Contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE, DE NOBRES ATÉ SANTA RITA DO TRIVELATO, PARA CARRAGAMENTO DE PEDRAS E PÓ DE PEDRA, QUE SERÃO UTILIZADOS NA PAVIMENTÇÃO DA AV. 28 DE DEZEMBRO E DEMAIS RUAS, BEM COMO NA EXECUÇÃO DE CICLOVIAS NA AV. MATRINCHÃ PARA ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT**, conforme Processo de Dispensa de Licitação nº 042/2018, nas quantidades e especificações contidas no quadro abaixo:

ITEM	COD TCE	UNID TCE	DESCRIÇÃO	UNID	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	300971-8	15	BRITA 1	TONELADA	260	R$ 51,00	R$ 13.260,00
2	300971-8	15	BRITA 0	TONELADA	152	R$ 51,00	R$ 7.752,00
3	300971-8	15	PÓ DE PEDRA	TONELADA	82	R$ 51,00	R$ 4.182,00
VALOR FINAL						R$ 25.194,00	

1.0 **– CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO**

2.1 – O prazo de vigência do presente contrato é de **até 31/12/2018,** contados da data da assinatura, podendo ser prorrogado, no interesse das partes, até o máximo permitido em lei.

2.2 – A empresa contratada deverá executar o objeto contratado no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data da solicitação.

2.3 – Em havendo a execução definitiva do serviço contratado antes da data prevista no Item 2.1, dar-se-á automaticamente por encerrado o presente contrato.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 – Receberá o CONTRATADO pela prestação dos serviços descritos na Cláusula Primeira, a importância total de **R$ 25.194,00 (vinte e cinco mil cento e noventa e quatro reais),** pagos impreterivelmente no prazo máximo de até 30 (trinta) dias da execução dos serviços, após apresentação da Nota Fiscal.

3.2 – O valor do contrato é fixo e irreajustável durante sua vigência, salvo por motivos de alteração na legislação econômica do país, que autorize a correção nos contratos com a administração pública.

3.3 – No caso de prorrogação do prazo deste contrato, o mesmo somente poderá ser reajustado após período de 12 (doze) meses.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

4.1 - A presente contratação prescinde de licitação, aja vista satisfazer o elencado no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, atualizado pelo no art. 1°, Lei Municipal nº 494/2014.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS.

5.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a este Contrato, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

5.2 – Aplica-se ainda, subsidiariamente as normas do Código Civil e leis complementares, inerentes aos contratos de locação de imóvel.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 – O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência.

6.2 – Constituem motivos para rescisão sem indenização:

6.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

6.2.2 – o cometimento reiterado da falta de sua execução;

6.2.3 – o falecimento do contratado;

6.2.4 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificado pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

6.2.5 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

6.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei nº 8.666/93.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES

7.1 – Do CONTRATANTE:

a) Atestar nas Notas Fiscais/faturas da efetiva prestação de serviço do item deste Contrato;

b) Aplicar à contratada penalidades, quando for o caso;

c) Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;

d) Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avançado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

e) Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção.

7.2 – Do CONTRATADO:

a) Executar o serviço nas especificações contidas neste Contrato e estritamente em conformidade com a proposta inicialmente apresentada;

b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre a prestação de serviços;

c) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;

d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto deste contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

e) entregar o objeto contratado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta inicialmente apresentada;

f) Fornecer o objeto de boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no presente termo;

g) Fornecer o objeto conforme solicitação da Secretaria competente.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1 As penalidades contratuais aplicáveis são:

a) Advertência verbal ou escrita;

b) Multas;

c) Declaração de inidoneidade e;

d) Suspensão do direito de licitar e contratar, de acordo com o Capítulo IV, da Lei nº 8.666, de 21/06/93, e alterações posteriores.

8.2 A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.

8.3 As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:

a) 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso no fornecimento dos serviços;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

c) 2% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

d) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato – MT, por prazo não superior a dois anos;

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

f) perda da garantia contratual, quando for o caso.

8.4 De qualquer sanção imposta, a CONTRATADA poderá, no prazo máximo de cinco dias, contados da intimação do ato, oferecer recurso à CONTRATANTE, devidamente fundamentado.

8.5 As multas previstas no item anterior são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

9.0 – CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

9.1 – Os recursos para o pagamento deste contrato serão oriundos dos recursos do Orçamento do Município e serão empenhados nas seguintes rubricas:

Secretaria de Obras,Transporte,Serviços Urbanos e Rural.

(085) 05.001.15.452.0008.2007-33.90.39.00.00.00 – Fonte 100

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1 A fiscalização da execução do contrato será exercida por servidor credenciado, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinada pela CONTRATANTE, o seu exclusivo juízo. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

10.2 A contratada obriga-se a entregar o objeto conforme especificação estabelecida na solicitação da secretaria competente.

10.3 A fiscalização do presente contrato será exercida pela Secretaria solicitante através dos membros devidamente nomeados pelo Município de Santa Rita do Trivelato – MT.

.

11.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 – O foro da Comarca de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, é o competente para dirimir eventuais pendências acerca deste contrato, na forma da lei nacional de licitação, art. 55, § 2º.

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 – Este contrato sujeita-se, ainda, às Leis municipais inerentes ao assunto.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Santa Rita do Trivelato – MT, 19 de Setembro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT

EGON HOEPERS

CONTRATANTE

MRF TRANSPORTE LTDA

ALTAIR BATTISTUZ

CONTRATADA

Testemunhas:

Pierre Francis Haubricht Maria Cilene Pereira

CPF: 014.981.911-00 CPF: 655.749.661-15

COMPRAS E LICITAÇÃO
CONTRATO Nº 056/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2018

CONTRATO Nº 056/2018

Dispensa de Licitação nº 033/2018

Por este instrumento particular de contrato, de um lado, o MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 04.205.596/0001-17, com sede na Av. Flávio Luiz, nº 2.201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EGON HOEPERS, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa ATIVA LOCAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 02.580.316/0004-78, situada na R K, nº 1335, na cidade de Cuiabá, neste ato representada pelo Sr. WEBER MOREIRA ALVES, brasileira, empresário, portador do RG n° 14.010.729-0, inscrito no CPF nº 055.476.268-48, residente e domiciliado na Rua Maestro Edmundo Russomano, nº 280, Bairro City Ribeirão, no Município de Ribeirão Preto, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, firmam o presente Contrato, mediante cláusulas especificas a seguir, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Municipal nº 494/2014:

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FINALIDADE

1.1 – O objeto do presente Contrato é a **LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS PARA EVENTO DE COMEMORAÇÃO DO ANIVERSARIO DA CIDADE (2018)**, conforme Processo de Dispensa de Licitação nº 033/2018, nas quantidades e especificações contidas no quadro abaixo:

ITEM	COD TCE	UNID TCE	DESCRIÇÃO/LINHA/TRAJETO	UNID	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	307387-4	1	LOCAÇÃO DE BANHIRO QUIMICO: DO TIPO CABINES MASCULINO E FEMININO NA COR AZUL PRODUZIDOS EM PROLIPOPILENO DE ALTA DENSDADE COM VASO SANITARIO COM SUPORTE PARA PAPEL E MICTORIO, COM PISO ANTIDERRAPANTE, COMTRINCO E FECHADURA AUTOMATICO. TRANSPORTE DE TODOS EQUIPAMENTOS ASSIM COMO MONTAGEM E DESMOTAGEM DO MESMO INCLUINDO 2 LIMPEZA E DEMAIS MATERIAIS QUE SEJA NECESSARIO CONFORME NORMA PERTINENTE.	**08**	R$ 375,00	R$ 3.000,00

1.2 – A empresa contratada deverá disponibilizar 08 (oito) cabines de banheiro químico, sendo: 03 (três) cabines para o sexo masculino e 03 (três) cabines para o sexo feminino, e 02 (duas) adaptadas para portadores de necessidades especiais (PNE).

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1 – O prazo de vigência do presente contrato é até 31 de dezembro de 2018, contados da data da assinatura, podendo ser prorrogado, no interesse das partes, até o máximo permitido em lei.

2.2 – A empresa contratada deverá disponibilizar o objeto contratado nos dias 23 e 24 de Setembro de 2018, durante todo o período das festivas de aniversário do Município.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 – Receberá o CONTRATADO pela aquisição dos itens descritos na Cláusula Segunda, a importância total de **R$3.000,00 (três mil reais)**, pagos impreterivelmente no prazo máximo de até 10 (dez) dias após a realização do evento, após apresentação da Nota Fiscal.

3.2 – O valor do contrato é fixo e irreajustável durante sua vigência, salvo por motivos de alteração na legislação econômica do país, que autorize a correção nos contratos com a administração pública.

3.3 – No caso de prorrogação do prazo deste contrato, o mesmo somente poderá ser reajustado após período de 12 (doze) meses.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

4.1 - A presente contratação prescinde de licitação, aja vista satisfazer o elencado no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, atualizado pelo no art. 1°, Lei Municipal nº 494/2014.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS.

5.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a este Contrato, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

5.2 – Aplica-se ainda, subsidiariamente as normas do Código Civil e leis complementares, inerentes aos contratos de locação de imóvel.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 – O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência.

6.2 – Constituem motivos para rescisão sem indenização:

6.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

6.2.2 – o cometimento reiterado da falta de sua execução;

6.2.3 – o falecimento do contratado;

6.2.4 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificado pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

6.2.5 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

6.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei nº 8.666/93.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES

7.1 – Do CONTRATANTE:

a) Atestar nas Notas Fiscais/faturas da efetiva entrega do produto deste Contrato;

b) Aplicar à contratada penalidades, quando for o caso;

c) Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;

d) Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avançado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

e) Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção.

7.2 – Do CONTRATADO:

a) Disponibilizar os itens nas especificações contidas neste Contrato;

b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre a aquisição do produto;

c) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;

d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto deste contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

e) Fornecer o produto contratado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta inicialmente apresentada;

f) Fornecer um produto de boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no presente termo;

g) Fornecer os produtos contratados conforme solicitação da Secretaria competente.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1 As penalidades contratuais aplicáveis são:

a) Advertência verbal ou escrita;

b) Multas;

c) Declaração de inidoneidade e;

d) Suspensão do direito de licitar e contratar, de acordo com o Capítulo IV, da Lei nº 8.666, de 21/06/93, e alterações posteriores.

8.2 A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.

8.3 As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:

a) 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso no fornecimento dos serviços;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

c) 2% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

d) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato – MT, por prazo não superior a dois anos;

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

f) perda da garantia contratual, quando for o caso.

8.4 De qualquer sanção imposta, a CONTRATADA poderá, no prazo máximo de cinco dias, contados da intimação do ato, oferecer recurso à CONTRATANTE, devidamente fundamentado.

8.5 As multas previstas no item anterior são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

9.0 – CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

9.1 – Os recursos para o pagamento deste contrato serão oriundos dos recursos do Orçamento do Município e serão empenhados nas seguintes rubricas:

Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

(Red.377) 09.001.20.392.0034.2054.33.90.39.00.00.00 – Fonte 100

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1 A fiscalização da execução do contrato será exercida por servidor credenciado, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinada pela CONTRATANTE, o seu exclusivo juízo. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

10.2 A contratada obriga-se a executar os serviços conforme especificação estabelecida na solicitação da secretaria competente.

10.3 A fiscalização do presente contrato será exercida pela Secretaria solicitante através dos membros devidamente nomeados pelo Município de Santa Rita do Trivelato – MT.

.

11.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 – O foro da Comarca de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, é o competente para dirimir eventuais pendências acerca deste contrato, na forma da lei nacional de licitação, art. 55, § 2º.

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 – Este contrato sujeita-se, ainda, às Leis municipais inerentes ao assunto.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Santa Rita do Trivelato – MT, 29 de Agosto de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT

EGON HOEPERS

CONTRATANTE

ATIVA LOCAÇÃO LTDA

WEBER MOREIRA ALVES

CONTRATADA

Testemunhas:

Pierre Francis Haubricht Maria Cilene Pereira

CPF: 014.981.911-00 CPF: 655.749.661-15

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

TERMO RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO 28/2018

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO Nº 28/2018,QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-MT E A EMPRESA ACPI – ASSESSORIA CONSULTORIA PLANEJAMENTO & INFORMÁTICA LTDA.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA, ESTADO DE MATO GROSSO** Pessoa Jurídica de Direito Público interno, com sede administrativa à Rua 25 s/nº, CEP 78.650.000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob o nº 15.031.669/00001-18, neste ato representado na forma da sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal Senhor **EUCLÉSIO JOSÉ FERRETTO**, residente e domiciliado neste município, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral nº 3028554412 SSP/RS e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 405.119.010-20, doravante denominada simplesmente **DISTRATANTE**, e do outro lado a empresa **ACPI – ASSESSORIA CONSULTORIA PLANEJAMENTO & INFORMÁTICA LTDA**., inscrita no CNPJ sob o nº 36.879.070/0001-09, e Inscrição Estadual nº 13.135.632-1, com sede à Rua G, Casa 1, Setor Norte, Bairro Morada do Ouro, Cuiabá – MT, neste ato representada pelo Senhor **OSVALDO PEREIRA LEITE**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade, Registro Geral sob o nº 040.466/SSP-MT, e Inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas de nº 039.203.301-10, denominado simplesmente de **DISTRATADA**, resolvem RESCINDIR AMIGAVELMENTE o Contrato nº 28/2018, face as seguintes justificativas.

CLÁUSULA PRIMEIRA- DA RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL

1.1 Fica rescindido amigavelmente o Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados de Acompanhamento de Atividades Burocráticas e de Consultoria Administrativa, Contábil, Financeira e Patrimonial nº 28/2018 por acordo entre as partes. **1.2** Por força da presente rescisão as partes dão por finalizado o referido contrato, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindindo de forma amigável.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

2.1 O presente instrumento se fundamenta no item 8.1 “a” do Contrato nº 28/2018 e no art. 78, inciso XII e art. 79, inciso II, ambos da Lei nº. 8.666/93.

2.2A presente rescisão é motivada pela conveniência e oportunidade em decorrência do interesse público em não continuar com a execução do contrato, sendo aceito pela **DISTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA- DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1A **DISTRATANTE** bem como a **DISTRATADA** ficam dispensadas do pagamento de multa contratual em virtude das razões que motivaram a presente rescisão amigável. **3.2** A **DISTRATANTE** promoverá a partir desta data a anulação do saldo orçamentário do valor restante do Contrato nº 28/2018. **3.3** Fica eleito foro da Comarca de Vila Rica - MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas oriunda dessa decisão.

Por estarem justos e distratados mutualmente assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma para todos os efeitos legais, juntamente com duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Santa Terezinha – MT, 24 de outubro de 2018.

EUCLÉSIO JOSÉ FERRETTO PREFEITO MUNICIPAL DISTRATANTE	**OSVALDO PEREIRA LEITE ACPI – ASSESSORIA CONSULTORIA PLANEJAMENTO & INFORMÁTICA LTDA. DISTRATADA**

Nome Nome:

RG: RG:

CPF: CF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE TERMO ADITIVO 058/2018 TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE Nº. 028/2018

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso Pessoa Jurídica de Direito Publico Municipal, com sede administrativa à Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, nesta Cidade, devidamente Inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, representada neste ato pelo atual Prefeito Municipal em exercício Sr. **JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES,** portador da Cédula de identidade R.G. nº 14428342SSP/MT e CPF sob o nº 867.715.741-72 e;

CONTRATADO:VANDERLEI CUSTODIO FONSECA, portador (a) da cédula de identidade RG sob nº**. M-4715175 SSP/MG,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **691.327.986-87** e residente a RUA SALGADO FILHO, S/N, Bairro; NOVO CAMPO, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Termo Aditivo **nº 002/2017**

sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transcrição, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de prazo de Termo Aditivo **nº 058/2018**, original à **CLÁUSULA SEGUNDA**, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA PRIMEIRA do Termo Aditivo **nº 058/2018**, o prazo de 02 (dois) meses, VENCENDO EM **31/12/2018**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade da prestação de serviços por parte do servidor bem como pela necessidade que a mesma desempenhe suas funções por um período maior que estabelecidos no contrato original, observando o limite estabelecido na Lei Municipal nº 135/2005. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADO, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 29 de Outubro de 2018.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

VANDERLEI CUSTODIO FONSECA

Contratado (a)

T E S T E M U N H A S

Nome:

RG:

Nome:

RG:

JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 704/2018 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para Elaboração da Lei Orçamentária de 2019, e dá outras providências.

JOSÉ ARIMATÉIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal em Exercício de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso,faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em conformidade com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, as diretrizes orçamentárias do Município de Santo Antonio do leste - MT para o Exercício Financeiro de 2019, compreendendo:

I - as metas fiscais;

II - as prioridades da administração municipal;

III - a estrutura e organização dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e execução do orçamento do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre a divida pública municipal;

VI - as disposições relativas às despesas municipais com pessoal e encargos sociais;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária municipal;

VIII - as disposições gerais.

CAPITULO I

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício financeiro de 2019, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 575, de 30 de agosto de 2007-STN.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá o Órgão da Administração Direta, e suas Unidades Orçamentárias que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4 º - Os Anexos de Metas Fiscais referidos no Art. 2º desta Lei constitui-se dos seguintes:

Demonstrativo I - Metas Anuais;

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo são apurados em cada Unidade Orçamentária consolidando-as que constituirão as Metas Fiscais do Município.

METAS ANUAIS

Art. 5º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo I - Metas Anuais são elaborados em valores Correntes e Constantes, relativos a Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício Financeiro de 2019 e para os dois seguintes.

Parágrafo 1º - Os valores correntes dos exercícios financeiros de 2019, 2020, 2021 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 575/2007 da STN.

Parágrafo 2º - Os valores da coluna "% PIB" são calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 6º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada

e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art.7º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, estão instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifica os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

§ Único - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores são demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 8º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, traduz as variações do Patrimônio do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresenta em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 9º - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, são reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresenta em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 10º - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios O Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS, seguindo o modelo da Portaria nº 575/2007-STN, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 11 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais conterá um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

Parágrafo 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Parágrafo 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Art. 12 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 13 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria nº 575/2007-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2019 e 2020.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

Art. 14 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário obedecerá à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

Art. 15 - O cálculo do Resultado Nominal obedecerá à metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, leva em conta a Dívida Consolidada, da qual será deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 16 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta é representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único – Utiliza-se a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração constituindo os valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2019 e 2020.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art.17 - Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição da República, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2019 são as que estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2018 a 2021 devidamente especificadas no Anexo de Metas e Prioridades integrante desta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos, não se constituindo, entretanto, em limite inflexível à programação das despesas e, ainda, com observância das seguintes estratégias:

I – promover o crescimento sustentado da economia local;

II – promover o desenvolvimento de programas voltados para a geração de empregos e oportunidades de renda;

III – combater a pobreza através do resgate da cidadania, da dignidade e da inclusão social;

IV – consolidar o Estado Democrático de Direito com ampla participação popular;

V – oportunizar o exercício dos direitos de minorias vítimas de preconceito e discriminação;

VI – Valorizar o profissional da educação com a devida compensação salarial.

VII – Intensificar assistência a todas as famílias carentes, por meio de programas.

VIII – Valorizar o profissional da saúde com um Plano de Cargos, Carreira e salário concomitante recomposição salarial.

Parágrafo Único - A execução das ações vinculadas às prioridades e metas do Anexo a que se refere o caput deste artigo, estará condicionada à manutenção do equilíbrio de contas publicas **ficando** vedada à criação, expansão ou o aperfeiçoamento de programa de trabalho que acarrete aumento de despesa sem a verificação de seu impacto orçamentário e financeiro e a compatibilidade com o Plano Plurianual.

CAPÍTULO III

III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art.18- O orçamento para o exercício financeiro de 2019 abrangera o Poder Executivo e Legislativo, e Unidades Orçamentárias que recebem recursos do Tesouro e da Seguridade Social evidenciando as Receitas e Despesas, especificando as aqueles vínculos com Fundos; desdobrando as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, a qual estão anexados os anexos ora exigidos nas portarias da Secretaria do Tesouro Nacional – STN; integrara ainda no orçamento a mensagem de encaminhamento da proposta orçamentária de que trata o artigo 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/64, contendo todos os anexos exigidos na legislação pertinente.

- Para o cumprimento do caput, entende-se por estrutura do orçamento, senão vejamos:

I – Programa: instrumento de organização da ação de governo, visando alcançar os objetivos pretendidos, sendo medidos por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II – Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, circunscrevendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação governamental;

III – Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, circunscrevendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

IV - Cada programa **identificará** as ações necessárias para a consecução dos seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, demonstrando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

V - As categorias de programação de que trata esta Lei são identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades ou projetos, e respectivos subtítulos com indicação de suas metas físicas.

VI - O orçamento fiscal e da seguridade social abrangerá a programação da administração direta do Poder Executivo, discriminando a despesa por unidade orçamentária, detalhando por categoria as respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recurso e os grupos de despesas, da seguinte forma:

a – pessoal e encargos sociais;

b – juros e encargos da dívida;

c – outras despesas correntes;

d – investimentos;

e – inversões financeiras; e

f – amortização da dívida

VII - O projeto de lei orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído de acordo com as exigências contidas na Lei n. 4.320/64, especialmente no que concerne a:

a – quadros orçamentários consolidados;

b– anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa;

c – discriminação da legislação da receita e da despesa, referente ao orçamento fiscal e da seguridade social.

VIII – Na estrutura do orçamento anual do Município consignará ainda:

a – os recursos destinados ao pagamento da dívida municipal e seus serviços;

b – os recursos destinados ao pagamento de precatórios, nos termos previstos no art. 100 e parágrafos, da Constituição da República;

c – os recursos para pagamento de pessoal e seus encargos;

d – os recursos para a educação conforme artigo 212 da Constituição da República, aplicando 25% (vinte e cinco por cento) de suas receitas resultantes de impostos, incluídas as transferências obrigatórias constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

e – os recursos destinados à manutenção do Poder Legislativo,conforme a Emenda Constitucional de nº 58 de 23-09-09 que altera o inciso VI do artigo 29 e acrescenta o artigo 29-A à Constituição Federal que dispõem sobre limites de despesa com o Poder Legislativo Municipal que terá o percentual de 7% (sete por cento) da soma da receita tributária e das transferências prevista no § 5º do artigo 153 e nos arts, 158 e 159 efetivamente realizado no exercício anterior do mesmo diploma legal.

f – os recursos destinados à capacitação profissional dos servidores públicos e dos agentes políticos;

g – os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, em montante igual ou superior ao limite estabelecido no art. 69 da Lei n. 9. 324/96;

h – os recursos destinados a Execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE;

i – os recursos destinados a Execução do Programa Direto de Dinheiro na Escola - PDDE.

j – os recursos destinados a atender a Emenda Constitucional n. 29/00 que altera os art. 34, 35, 156, 160, 167,168 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, que no exercício financeiro de 2019 será de no mínimo de 15,00%.

IX - Os decretos de abertura de créditos suplementares serão acompanhados de exposição detalhada de motivos, contendo justificativa, bem como os efeitos prováveis dos cancelamentos das dotações sobre a execução das atividades e dos projetos, levando-se sempre em conta o equilíbrio fiscal.

X- Os créditos Adicionais Suplementares, Transposição e Remanejamento de uma categoria econômica para outra ou de um órgão para outro, esta

fixado no corpo da lei orçamentária no limite de 30% (Trinta por cento) observando o disposto no art. 43 da Lei 4.320/64.

XI- O valor estimado para a formação do Patrimônio do Servidor Publico PASEP corresponde a 1% das Receitas Correntes e Transferências de Capital, menos as retenções para o FUNDEB, estando de acordo com as Disposições contidas no artigo 2º inciso III, c/c artigos 7º e 8º inciso III da Lei nº 9.715/98.

CAPÍTULO IV

IV- DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 19 - A elaboração do projeto, aprovação e execução da lei orçamentária de 2019 deverá ocorrer de modo a dar transparência à gestão fiscal, com observância ao princípio da publicidade, permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações concernentes a cada uma dessas etapas, bem como indicar sugestões acompanhadas de soluções para o desenvolvimento dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei; devendo ainda ser observado os efeitos da alteração da legislação tributaria, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de calculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios para os dois seguintes.

Parágrafo Único - Além dos princípios da transparência e da publicidade da gestão fiscal, a proposta orçamentária deverá estar em consonância com os princípios da universalidade, anualidade e exclusividade, onde as despesas fixadas devem manter estrita observância com as previsões das receitas.

Art. 20 - O projeto de lei orçamentária poderá incluir a programação contida em propostas de alterações do Plano Plurianual 2018-2021, desde que tais propostas tenham sido objetos de projetos de lei específicos.

Parágrafo Único- Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará a disposição da Câmara Municipal e do Ministério Publico, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subseqüentes e as respectivas memórias de calculo.

Art. 21 – Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas fiscais bem como o resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários para as dotações abaixo:

I- projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferência voluntárias;

II- obras em geral, desde que ainda não tenha iniciadas;

III- dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV- dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo 1º- Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Parágrafo 2º- Poderá ainda a redução recair sobre outras dotações que serão devidamente analisadas pelos Gestores de cada Poder, com exceção das despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do Município, dentre elas às destinadas ao pagamento da dívida pública.

Parágrafo 3º - Quando a diferença na arrecadação ocorrer nas receitas advindas do FUNDEB ou dos Fundos Federal e Estadual de Saúde, a redução será implementada pelo Poder Executivo, no âmbito exclusivo de seus créditos orçamentários.

Parágrafo 4º - Após restabelecimento da receita prevista, total ou parcialmente, a recomposição das dotações anteriormente limitadas será elaborada por meio de ato de cada Poder.

Art. 22- As Despesas obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Liquida para o exercício financeiro de 2019 será expandidas em até 3,5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual de 2017, bem como só serão contemplada aquelas fixadas na Lei Orçamentária Anual bem como no Plano Plurianual.

Art. 23 – Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas publicas do município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei.

Parágrafo Único - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos de Reserva de Contingências e também, se houver, do Exercício de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2018.

Art. 24 – A reserva de contingência que consta da Lei destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na portaria MPO nº 42/1999 art 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (artigo 5º III, “b” da LRF) bem como situações emergenciais e urgentes, nos casos de calamidade pública e outros eventos imprevistos que possam exigir de imediato a atuação do Governo Municipal, equivalente a 1% (um por cento) da receita corrente liquida.

Art. 25 – O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecera até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso.

Art. 26- Os projetos e Atividades priorizadas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de credito, alienações de bens e outras extraordinárias, só serão executadas e utilizadas a qualquer titulo, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

Art. 27 – A renuncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2019, constante do anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de calculo do orçamento da receita.

Art. 28 - O Poder Executivo poderá firmar convênios ou instrumentos congêneres com outros entes públicos e privados para desenvolvimento de programas prioritários, bem como poderá consignar no orçamento municipal recursos para financiar serviços ou atividades incluídas nas suas funções, típicas ou subsidiarias, a serem executadas por entidades publicas e privadas, e em especial as de cunhos sociais e de ilibada reputação, como aquelas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, previstas na Lei nº 9.790 de 23 de março de 1.999.

Parágrafo 1º - Asdespesasde competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária; Assim como a transferência de recursos oriundas do Tesouro Municipal a entidades publicas e privadas, somente beneficiara aqueles de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal.

Parágrafo 2º – As entidades ora beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverá prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da CF).

Art. 29- Os procedimentos administrativos de estimativas do impacto orçamentário – financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inscrito no processo que obriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Art. 30 - consideram-se despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2019 em cada evento, não exceda o valor limite previsto no item I do artigo 24 da Lei nº 8.666/93 devidamente consubstanciado no § 3º, do artigo 16, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 31 - Será dada prioridade às execuções dos projetos em andamento e conservação do patrimônio público, em detrimento de novos projetos ou ações; salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de credito.

Art. 32- A previsão das receitas e a fixação das despesas do exercício financeiro de 2019 são orçadas a preços correntes; e a execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação das despesas nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Art. 33- As normas os controles de custos e ações e avaliações dos resultados terá por base as metas fiscais, metas físicas e operações orçamentárias financeiras e patrimoniais.

CAPÍTULO V

V- DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DIVIDA PUBLICA

Art. 34- A Lei Orçamentária Anual do exercício financeiro de 2019 conterse-á autorização para contratação de Operação de Credito para atendimento a Despesa de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Liquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30,31 e 32).

Art. 35- Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira.

CAPÍTULO VI

VI - DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 36- O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderá no exercício financeiro de 2019, criar cargos e funções,alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso publico ou caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169 § 1º II da CF).

Parágrafo Único- Os recursos financeiros para cobrir as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento anual para o exercício financeiro de 2019.

Art. 37 - No exercício financeiro de 2019, as despesas com pessoal, ativas e inativas, dos Poderes Legislativo e Executivo observar-se-á rigorosamente, os limites estabelecidos na forma da Lei Complementar - Lei de responsabilidade Fiscal a que se refere o art. 169 da Constituição da República.

Parágrafo 1º - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse publico, e ou concessão de vantagens tais como (horas extras etc.) ou aumento de remuneração aos servidores fica condicionada ao limite das despesas impostas pelas legislações previstas no caput deste artigo; entretanto devera ser justificado pela autoridade competente, de forma que a Administração Municipal poderá autorizar a realização das vantagens e ou aumento de remuneração para os servidores, desde que as despesas com pessoal não excedam a 95% do limite estabelecido nos artigos 20, III e 22, parágrafo único, V da LRF

Parágrafo 2º - Ao Poder Legislativo caberão as providências, no seu âmbito; ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um do Poder Executivo e Legislativo no exercício financeiro de 2019, não excederá em percentual da Receita Corrente Liquida, a despesa verificada no exercício de 2017 acrescida de 5%, obedecido o limites prudencial de 51,30% e 5,70 da Receita corrente Liquida respectivamente, para o fiel cumprimento dos limites de despesas com pessoal, com fulcro no artigo 71 da LRF, se esta for inferior ao limite definido no art. 20, III, "a", do mesmo Diploma Legal.

Art. 38 - Atingido o limite da despesa total com pessoal previsto nos arts. 19 e 20 da LC nº 101/2000, deverá os Poderes Executivo e Legislativo, adotar as providencias previstas nos § 3º e 4º do artigo 169 da Constituição Federal combinado com as previsões contidas nos arts. 22 e 23 do mesmo Diploma Legal, senão vejamos:

I- eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II- eliminação das despesas com horas extras;

III- exoneração de servidores ocupantes de a cargos em comissão

IV- demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39 - O total de despesa do Legislativo, incluído os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os percentuais previstos no art. 29-A da Constituição da República introduzido pela EC nº 25, de 14/02/2000, alterada pela EC 58 de 23/09/09.

Art. 40 – Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão - de - obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com a atividade ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contrato ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesas que não o "34 – Outras despesas decorrentes de contratos de Terceirização".

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 41 - A lei que conceder ou ampliar beneficio fiscal de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor quando acompanhada de medidas de compensação, que será proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de calculo, majoração ou na criação de tributo ou contribuição, conforme prevê o art. 14 da LC nº 101, de 04/05/2000.

Art. 42 - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária anual poderão ser considerados os efeitos de eventuais propostas de alterações na legislação tributária, podendo, ainda, ser levado em conta:

I – os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade de cada fonte;

II – a carga de trabalho estimada para o serviço quando este for remunerado;

III – os fatores, internos e externos, que influenciam na arrecadação dos tributos;

IV – a eficiência e a eficácia pretendida na arrecadação e cobrança de tributos;

V – o estoque e a qualidade dos créditos duvidosos;

Art. 43 - O Poder Executivo fica obrigado a arrecadar todos os impostos de sua competência, nos termos do art. 11 da LC n. 101, de 04/05/2000, exceto os tributos lançados e não arrecadados, inscrito em divida ativa cujos custos para cobrança sejam superiores ao credito tributário, estes são

cancelados, sendo os mesmos relacionados e justificando a não constituição como renuncia de receita, previsto no § 3º do artigo 14 da LRF.

CAPÍTULO VIII

VIII- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 44 - O Prefeito Municipal enviará até o dia 30 de setembro de 2019, para a Câmara Municipal, o projeto de lei orçamentária anual de 2019, que será apreciado até o encerramento da Sessão Legislativa.

Parágrafo 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

Parágrafo 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual sofrer qualquer atraso na sua regular aprovação e sanção, a programação que nele constar poderá ser executada, mês a mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação.

Art. 45 – Fica o Poder Executivo autorizado a considerar legal; as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 46 – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício poderá ser reaberto no exercício subsequente, por atodo Chefe do Poder Executivo.

Art. 47 – O Poder Executivo fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual por meio dos Órgãos da Administração direta e indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município.

Art. 48 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 49 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 30 DE OUTUBRO DE 2018

JOSÉ ARIMATÉIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 155/2018 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 066/2018 – PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM/MT.

AVISO DEADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 155/2018 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 066/2018 – PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM/MT.

AVISO DE ADESÃO (CARONA) A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO Nº 145/2018/CPL/PP

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso torna público que nos termos da Lei nº 8.666 de 21/06/93, com as alterações subsequentes, e o § 1º, artigo 8º do Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, com redação dada pelo Decreto nº 4.343 de 23/08/2002 a adesão a ata de registro de preços nº. 155/2018 do Pregão Presencial nº. 066/2018 da Prefeitura Municipal de Nova Mutum/MT, com objeto: **Aquisição de Equipamento e Material Permanente (Ar condicionado, sendo 01(um) de 18.000 BTUS e 01 (um) de 24.000 BTUS) para serem utilizados na agência do Detran deste município.**

Fornecedor Registrado Ata nº. 155/2018 – **WANDA COM. DE MOVEIS E EQUIP. P/ESCRITÓRIO LTDA-EPP, CNPJ-12.358.170/0001-21**

ENDEREÇO: Av. Brasil, nº 1200-w, bairro Jardim Acácia, Tangará da Serra – MT - CEP: 78300-000.

Telefone: (65) 3925-5300

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	AR CONDICIONADO 24.000 BTUS	ELGIN – HWF124B21	01	R$ 2.648,00	**R$ 2.648,00**
4	AR CONDICIONADO 18.000 BTUS SPLIT HI WALL II	AGRATO – CCS18F	01	R$ 1.995,00	**R$ 1.995,00**

Valor total dos itens: R$ 4.643,00 (quatro mil seiscentos e quarenta e três reais).

Santo Antônio do Leste – MT, 30 de outubro de 2018.

_____

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

PREGOEIRO

Portaria Nº. 141/2018

De 05 de fevereiro de 2018

TERMO DE ADJUDICAÇAO E HOMOLOGAÇAO - TOMADA DE PREÇO 009/2018

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 009/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO 125/2018

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste/MT, no uso das atribuições e de acordo com o art. 43, VI, da Lei 8.666/93, Resolve, **ADJUDICAR** o item licitado a empresa **MENDONÇA LOCAÇAO DE MAQUINAS EIRELI,** estando de acordo com as exigências do edital ficando vencedora a empresa **MENDONÇA LOCAÇAO DE MAQUINAS EIRELI, CNPJ 19.901.914/0001-51, com o valor total de** R$ **141.226,56** (cento e quarenta e um mil duzentos e vinte e seis reais e cinquenta e seis centavos), e, **HOMOLOGAR** o presente processo licitatório na modalidade Tomada de Preços Nº 009/2018, tipo menor preço por empreitada por preço global, cujo objeto é a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de construção de 01 (um) laboratório de Ciências a ser implantado na Escola Municipal Domingos Azzolini localizada neste município**, e **DETERMINO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da empresa vencedora.

Santo Antonio do Leste - MT, 30 de outubro de 2018.

_____

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
NOTIFICAÇÃO CONTRIBUINTES IPTU

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PREF. MUN. DE SANTO ANTONIO DO LESTE CNPJ: 04217362000190
RUA: A, Nº 367 - JARDIM SANTA INÊS
Relação das Notificações Emitidas Modulo: 1 IMOBILIÁRIO Lote da Notificação: 52/2018 à 52/2018

Data Emissão:	30/10/2018
Hora:	15:07:47
Exercício:	2018
Usuário:	CYNTHIA
Página(s):	**1 de 27**

O MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE - MT, Notificamos através do presente, que vossa Senhoria possui débitos de natureza tributária junto a Fazenda Pública deste Município. Para tanto Vossa Senhoria, ou seu representante legal, deverá comparecer na Coordenadoria de Tributos e Cadastros deste Município, situado na Rua "A", 367, Jardim Santa Inês, para **QUITAR A DÍVIDA, no Pazo de 30 (Trinta) Dias a Partir desta Publicação.**

Através deste, fica também vossa Senhoria **NOTIFICADO(A)** para comprovar, no mesmo prazo, o pagamento da dívida, que não e possuidor e/ou proprietário do Imóvel/atividade abaixo indicado, ou que, de qualquer forma não é devedor do montante constante nesta notificação. Informamos também que após este prazo, para dar cumprimento a LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL o município **Ajuizará** o valor constante neste aviso.

Nº Notificação	Data	Mod	Cadastro	Contribuinte	Endereço	Guia	Vr Notificado
52/2018 - 1/2018	30/10/2018	1	000000013	ADELAR TAFAREL	RUA PROJETADA , 00000 -	N	165,15
52/2018 - 2/2018	30/10/2018	1	000000022	SAIDY ANTONIO KOLLING	RUA PROJETADA , 00000 -	N	171,86
52/2018 - 3/2018	30/10/2018	1	000000025	JORGE DISEGMA	RUA PROJETADA , 00000 -	N	171,86
52/2018 - 4/2018	30/10/2018	1	000000030	MARCELO ZELENTE KRUGER	RUA PROJETADA , 00000 -	N	171,86
52/2018 - 5/2018	30/10/2018	1	000000031	MAURICIO LINDEN	RUA GOIAS, 00000 -	N	165,15
52/2018 - 6/2018	30/10/2018	1	000000035	SAIDY ANTONIO KOLLING	RUA GOIAS, 00000 -	N	155,94
52/2018 - 7/2018	30/10/2018	1	000000036	SAIDY ANTONIO KOLLING	RUA GOIAS, 00000 -	N	156,36
52/2018 - 8/2018	30/10/2018	1	000000041	MARCELO ZELENTE KRUGER	RUA PROJETADA , 00000 -	N	171,86
52/2018 - 9/2018	30/10/2018	1	000000045	GIOVANI DALTI CRESPANI	RUA PROJETADA , 00000 -	N	2.685,56
52/2018 - 10/2018	30/10/2018	1	000000063	ANTONIO SERAPIAO BARBOSA JUNIOR	RUA GOIAS, 00000 -	N	110,30
52/2018 - 11/2018	30/10/2018	1	000000077	ADELAR TAFAREL	RUA GOIAS, 00000 -	N	150,91
52/2018 - 12/2018	30/10/2018	1	000000087	OI S/A	RUA GARCAS, 00000 -	N	47,51
52/2018 - 13/2018	30/10/2018	1	000000089	OI S/A	RUA GARCAS, 00000 -	N	44,10
52/2018 - 14/2018	30/10/2018	1	000000092	ANTONIO ALBERTO FARIAS RODRIGUES	RUA GOIAS, 00000 -	N	165,15
52/2018 - 15/2018	30/10/2018	1	000000101	DIOGO BRUNETTA	RUA SALGADO FILHO, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 16/2018	30/10/2018	1	000000124	OI S/A	AVENIDA FLORIANOPOLIS, 00000 -	N	339,44
52/2018 - 17/2018	30/10/2018	1	000000162	ELOY ARMANDO ROBE	RUA DAS FLORES, 00000 -	N	39,59
52/2018 - 18/2018	30/10/2018	1	000000164	JOAO DAVI C. BARASUAL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	205,37
52/2018 - 19/2018	30/10/2018	1	000000165	JOAO DAVI C. BARASUAL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	205,37
52/2018 - 20/2018	30/10/2018	1	000000166	MARIO SCHIMANSKI	RUA DAS FLORES, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 21/2018	30/10/2018	1	000000167	SERGIO ANTONIO TAFAREL	RUA DAS FLORES, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 22/2018	30/10/2018	1	000000170	VOLNIR TAFAREL	RUA DAS FLORES, 00000 -	N	67,65
52/2018 - 23/2018	30/10/2018	1	000000177	ZELIA MARTINI NOGUEIRA	RUA PROJETADA , 00000 -	N	185,63
52/2018 - 24/2018	30/10/2018	1	000000178	CLAUDEIR VELOSO	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	205,37
52/2018 - 25/2018	30/10/2018	1	000000180	GILMAR VIEIRA DA SILVA	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	106,62
52/2018 - 26/2018	30/10/2018	1	000000185	GILMAR VIEIRA DA SILVA	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	50,96
52/2018 - 27/2018	30/10/2018	1	000000191	PEDRO FRIGO	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 28/2018	30/10/2018	1	000000193	PEDRO FRIGO	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 29/2018	30/10/2018	1	000000197	JOSE CLEMENTINO DE ARIMATEIA	AVENIDA FLORIANOPOLIS, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 30/2018	30/10/2018	1	000000200	SINCLARI TRAMONTIN	AVENIDA FLORIANOPOLIS, 00000 -	N	339,44
52/2018 - 31/2018	30/10/2018	1	000000201	VANESSA LUIZ BRUNETTA	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	135,95
52/2018 - 32/2018	30/10/2018	1	000000205	NEI PABLIANO RIBEIRO DOS SANTOS	RUA DAS FLORES, 00000 -	N	205,37

Fiorilli Sociedade Civil Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

PREF. MUN. DE SANTO ANTONIO DO LESTE CNPJ: 04217362000190

RUA: A, Nº 367 - JARDIM SANTA INÊS

Relação das Notificações Emitidas Modulo: 1 IMOBILIÁRIO Lote da Notificação: 52/2018 à 52/2018

Data Emissão:	30/10/2018
Hora:	15:07:47
Exercício:	2018
Usuário:	CYNTHIA
Página(s):	**2 de 27**

O MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE - MT, Notificamos através do presente, que vossa Senhoria possui débitos de natureza tributária junto a Fazenda Pública deste Município. Para tanto Vossa Senhoria, ou seu representante legal, deverá comparecer na Coordenadoria de Tributos e Cadastros deste Município, situado na Rua "A", 367, Jardim Santa Inês, para **QUITAR A DÍVIDA, no Pazo de 30 (Trinta) Dias a Partir desta Publicação.**

Através deste, fica também vossa Senhoria **NOTIFICADO(A)** para comprovar, no mesmo prazo, o pagamento da dívida, que não e possuidor e/ou proprietário do Imóvel/atividade abaixo indicado, ou que, de qualquer forma não é devedor do montante constante nesta notificação. Informamos também que após este prazo, para dar cumprimento a LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL o município **Ajuizará** o valor constante neste aviso.

Nº Notificação	Data	Mod	Cadastro	Contribuinte	Endereço	Guia	Vr Notificado
52/2018 - 33/2018	30/10/2018	1	000000207	ARMANDO LUIZ BRUNETTA	RUA DAS MANGUEIRAS, 00000 -	N	128,76
52/2018 - 34/2018	30/10/2018	1	000000215	AURI DE CASTRO	RUA PASSO FUNDO, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 35/2018	30/10/2018	1	000000217	AURI DE CASTRO	RUA PASSO FUNDO, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 36/2018	30/10/2018	1	000000218	DIOGO BRUNETTA	AVENIDA FLORIANOPOLIS, 00000 -	N	92,37
52/2018 - 37/2018	30/10/2018	1	000000220	URIAS CARDOSO DOS SANTOS	RUA SALGADO FILHO, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 38/2018	30/10/2018	1	000000230	PEDRO FRIGO	RUA SALGADO FILHO, 00000 -	N	83,28
52/2018 - 39/2018	30/10/2018	1	000000236	PEDRO FRIGO	RUA SALGADO FILHO, 00000 -	N	120,03
52/2018 - 40/2018	30/10/2018	1	000000243	MARCELO ZELENTE KRUGER	RUA SALGADO FILHO, 00000 -	N	88,30
52/2018 - 41/2018	30/10/2018	1	000000247	URIAS CARDOSO DOS SANTOS	RUA SALGADO FILHO, 00000 -	N	56,35
52/2018 - 42/2018	30/10/2018	1	000000252	JOSE LUIZ DE CARVALHO	RUA 2 DE JULHO, 00000 -	N	108,41
52/2018 - 43/2018	30/10/2018	1	000000260	JOSE SOUZA CARVALHO	RUA 2 DE JULHO, 00000 -	N	84,24
52/2018 - 44/2018	30/10/2018	1	000000262	JOSE CLOVIS LUIZ	AVENIDA DAS ARARAS, 00000 -	N	106,02
52/2018 - 45/2018	30/10/2018	1	000000272	JOSEMAR OLIVEIRA DA SILVA	RUA GARCAS, 00000 -	N	93,69
52/2018 - 46/2018	30/10/2018	1	000000277	RICARDO CARDOSO DA SILVA	RUA GARCAS, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 47/2018	30/10/2018	1	000000297	ALVADI TAFAREL	RUA SANTO ANTONIO, 00000 -	N	155,10
52/2018 - 48/2018	30/10/2018	1	000000298	ADELAR TAFAREL	RUA SANTO ANTONIO, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 49/2018	30/10/2018	1	000000299	ADELAR TAFAREL	RUA SANTO ANTONIO, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 50/2018	30/10/2018	1	000000300	ADELAR TAFAREL	RUA SANTO ANTONIO, 00000 -	N	191,01
52/2018 - 51/2018	30/10/2018	1	000000301	ADELAR TAFAREL	RUA PIRACICABA, 00000 -	N	64,13
52/2018 - 52/2018	30/10/2018	1	000000308	GELSON TADEU DA SILVA	RUA IPE, 00000 -	N	44,49
52/2018 - 53/2018	30/10/2018	1	000000323	EDIO GOMES DA SILVA	RUA PIRACICABA, 00000 -	N	123,38
52/2018 - 54/2018	30/10/2018	1	000000324	EDEVALDO ALVES DE OLIVEIRA	RUA PIRACICABA, 00000 -	N	312,51
52/2018 - 55/2018	30/10/2018	1	000000328	LEANDRO BORTOLIERO	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 56/2018	30/10/2018	1	000000330	ANDRE ILDO BORTOLIERO	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 57/2018	30/10/2018	1	000000331	EDVALDO SOUZA LUZ	RUA SALGADO FILHO, 00000 -	N	89,74
52/2018 - 58/2018	30/10/2018	1	000000333	EDVALDO SOUZA LUZ	RUA SALGADO FILHO, 00000 -	N	51,19
52/2018 - 59/2018	30/10/2018	1	000000342	DARCI DOS SANTOS MARINHO	AVENIDA DAS ARARAS, 00000 -	N	113,81
52/2018 - 60/2018	30/10/2018	1	000000346	NAILDE CONCEICAO DE OLIVEIRA	AVENIDA DAS ARARAS, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 61/2018	30/10/2018	1	000000352	ALGERI LEONARDO BRUEL	RUA DAS FLORES, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 62/2018	30/10/2018	1	000000360	NEIDE RODRIGUES SANTANA	RUA DAS FLORES, 00000 -	N	78,49
52/2018 - 63/2018	30/10/2018	1	000000366	ALDO ROSA VIEIRA ALVES	RUA PIRACICABA, 00000 -	N	339,44
52/2018 - 64/2018	30/10/2018	1	000000367	GILBERTO LOPES DA COSTA	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	205,37

Fiorilli Sociedade Civil Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

PREF. MUN. DE SANTO ANTONIO DO LESTE CNPJ: 04217362000190

RUA: A, Nº 367 - JARDIM SANTA INÊS

Relação das Notificações Emitidas Modulo: 1 IMOBILIÁRIO Lote da Notificação: 52/2018 à 52/2018

Data Emissão:	30/10/2018
Hora:	15:07:47
Exercício:	2018
Usuário:	CYNTHIA
Página(s):	**3 de 27**

O MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE - MT, Notificamos através do presente, que vossa Senhoria possui débitos de natureza tributária junto a Fazenda Pública deste Município. Para tanto Vossa Senhoria, ou seu representante legal, deverá comparecer na Coordenadoria de Tributos e Cadastros deste Município, situado na Rua "A", 367, Jardim Santa Inês, para **QUITAR A DÍVIDA, no Pazo de 30 (Trinta) Dias a Partir desta Publicação.**

Através deste, fica também vossa Senhoria **NOTIFICADO(A)** para comprovar, no mesmo prazo, o pagamento da dívida, que não e possuidor e/ou proprietário do Imóvel/atividade abaixo indicado, ou que, de qualquer forma não é devedor do montante constante nesta notificação. Informamos também que após este prazo, para dar cumprimento a LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL o município **Ajuizará** o valor constante neste aviso.

Nº Notificação	Data	Mod	Cadastro	Contribuinte	Endereço	Guia	Vr Notificado
52/2018 - 65/2018	30/10/2018	1	000000371	GILBERTO LOPES DA COSTA	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 66/2018	30/10/2018	1	000000376	ARMANDO CARLOS	AVENIDA DAS ARARAS, 00000 -	N	339,44
52/2018 - 67/2018	30/10/2018	1	000000381	GIOVANI DA DALTI CRESPANI	RUA 2 DE JULHO, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 68/2018	30/10/2018	1	000000404	JUREMA CALEGARI BRUNETA	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 69/2018	30/10/2018	1	000000407	JUREMA CALEGARI BRUNETA	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	339,44
52/2018 - 70/2018	30/10/2018	1	000000426	IRINEU FRANCISCO ROTILI	RUA DAS FLORES, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 71/2018	30/10/2018	1	000000427	IRINEU FRANCISCO ROTILI	RUA DAS FLORES, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 72/2018	30/10/2018	1	000000438	CELIO BALBINO DE OLIVEIRA	RUA SALGADO FILHO, 00000 -	N	49,53
52/2018 - 73/2018	30/10/2018	1	000000446	ADELAR TAFAREL	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 74/2018	30/10/2018	1	000000447	ADELAR TAFAREL	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 75/2018	30/10/2018	1	000000448	ADELAR TAFAREL	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 76/2018	30/10/2018	1	000000449	RENATO MARINHO DE OLIVEIRA	AVENIDA DAS ARARAS, 00000 -	N	339,44
52/2018 - 77/2018	30/10/2018	1	000000450	ROSENY ALVES DOS ANJOS	AVENIDA DAS ARARAS, 00000 -	N	68,32
52/2018 - 78/2018	30/10/2018	1	000000471	VERONICE ALVES EMELIANO	RUA 2 DE JULHO, 00000 -	N	72,50
52/2018 - 79/2018	30/10/2018	1	000000476	LUIZ JOSE MORODIN	RUA DO COMERCIO, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 80/2018	30/10/2018	1	000000480	CLAUDESIR BARCO	RUA DO COMERCIO, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 81/2018	30/10/2018	1	000000483	ARI PANOSSO	RUA B, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 82/2018	30/10/2018	1	000000484	GILBERTO JOSE ROSSATTO	RUA B, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 83/2018	30/10/2018	1	000000485	GILBERTO JOSE ROSSATTO	RUA B, 00000 -	N	57,55
52/2018 - 84/2018	30/10/2018	1	000000500	VAUDETE DOS SANTOS LUIZ BRITO	RUA DOMINGOS AZZOLINI, 00000 -	N	121,46
52/2018 - 85/2018	30/10/2018	1	000000501	MARGARETE BIFF FRIGO	RUA DO COMERCIO, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 86/2018	30/10/2018	1	000000503	VAUDETE DOS SANTOS LUIZ BRITO	RUA DOMINGOS AZZOLINI, 00000 -	N	44,38
52/2018 - 87/2018	30/10/2018	1	000000505	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	152,70
52/2018 - 88/2018	30/10/2018	1	000000506	VILMAR JOSE HABITZREITER	RUA C, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 89/2018	30/10/2018	1	000000508	ANTONIO AQUILIS ROTILI	RUA C, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 90/2018	30/10/2018	1	000000511	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 91/2018	30/10/2018	1	000000515	ELIONE BATISTA DE OLIVEIRA	RUA DOMINGOS AZZOLINI, 00000 -	N	123,98
52/2018 - 92/2018	30/10/2018	1	000000516	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 93/2018	30/10/2018	1	000000517	DERLI HIBNER	RUA F, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 94/2018	30/10/2018	1	000000518	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 95/2018	30/10/2018	1	000000521	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 96/2018	30/10/2018	1	000000523	INEZ AZZOLINI	RUA F, 00000 -	N	272,40

Fiorilli Sociedade Civil Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

PREF. MUN. DE SANTO ANTONIO DO LESTE CNPJ: 04217362000190

RUA: A, Nº 367 - JARDIM SANTA INÊS

Relação das Notificações Emitidas Modulo: 1 IMOBILIÁRIO Lote da Notificação: 52/2018 à 52/2018

Data Emissão:	30/10/2018
Hora:	15:07:47
Exercício:	2018
Usuário:	CYNTHIA
Página(s):	**4 de 27**

O MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE - MT, Notificamos através do presente, que vossa Senhoria possui débitos de natureza tributária junto a Fazenda Pública deste Município. Para tanto Vossa Senhoria, ou seu representante legal, deverá comparecer na Coordenadoria de Tributos e Cadastros deste Município, situado na Rua "A", 367, Jardim Santa Inês, para **QUITAR A DÍVIDA, no Pazo de 30 (Trinta) Dias a Partir desta Publicação.**

Através deste, fica também vossa Senhoria **NOTIFICADO(A)** para comprovar, no mesmo prazo, o pagamento da dívida, que não e possuidor e/ou proprietário do Imóvel/atividade abaixo indicado, ou que, de qualquer forma não é devedor do montante constante nesta notificação. Informamos também que após este prazo, para dar cumprimento a LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL o município **Ajuizará** o valor constante neste aviso.

Nº Notificação	Data	Mod	Cadastro	Contribuinte	Endereço	Guia	Vr Notificado
52/2018 - 97/2018	30/10/2018	1	000000524	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 98/2018	30/10/2018	1	000000525	ELIONE BATISTA DE OLIVEIRA	RUA DOMINGOS AZZOLINI, 00000 -	N	71,31
52/2018 - 99/2018	30/10/2018	1	000000527	INEZ AZZOLINI	RUA F, 00000 -	N	254,81
52/2018 - 100/2018	30/10/2018	1	000000528	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 101/2018	30/10/2018	1	000000529	INEZ AZZOLINI	AVENIDA K, 00000 -	N	254,38
52/2018 - 102/2018	30/10/2018	1	000000530	INEZ AZZOLINI	AVENIDA K, 00000 -	N	254,38
52/2018 - 103/2018	30/10/2018	1	000000531	INEZ AZZOLINI	RUA DO COMERCIO, 00000 -	N	225,48
52/2018 - 104/2018	30/10/2018	1	000000532	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 105/2018	30/10/2018	1	000000533	INEZ AZZOLINI	AVENIDA K, 00000 -	N	253,97
52/2018 - 106/2018	30/10/2018	1	000000534	INEZ AZZOLINI	AVENIDA K, 00000 -	N	253,54
52/2018 - 107/2018	30/10/2018	1	000000535	INEZ AZZOLINI	AVENIDA K, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 108/2018	30/10/2018	1	000000536	INEZ AZZOLINI	RUA E, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 109/2018	30/10/2018	1	000000538	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 110/2018	30/10/2018	1	000000540	INEZ AZZOLINI	RUA E, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 111/2018	30/10/2018	1	000000541	IRINEU FRANCISCO ROTILI	RUA E, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 112/2018	30/10/2018	1	000000544	ELIONE BATISTA DE OLIVEIRA	RUA DOMINGOS AZZOLINI, 00000 -	N	51,69
52/2018 - 113/2018	30/10/2018	1	000000545	INEZ AZZOLINI	RUA E, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 114/2018	30/10/2018	1	000000547	INEZ AZZOLINI	RUA G, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 115/2018	30/10/2018	1	000000548	INEZ AZZOLINI	RUA G, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 116/2018	30/10/2018	1	000000549	INEZ AZZOLINI	RUA G, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 117/2018	30/10/2018	1	000000551	INEZ AZZOLINI	RUA G, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 118/2018	30/10/2018	1	000000552	INEZ AZZOLINI	RUA G, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 119/2018	30/10/2018	1	000000554	INEZ AZZOLINI	RUA G, 00000 -	N	256,89
52/2018 - 120/2018	30/10/2018	1	000000555	INEZ AZZOLINI	AVENIDA K, 00000 -	N	256,89
52/2018 - 121/2018	30/10/2018	1	000000556	INEZ AZZOLINI	AVENIDA K, 00000 -	N	256,48
52/2018 - 122/2018	30/10/2018	1	000000557	INEZ AZZOLINI	AVENIDA K, 00000 -	N	256,05
52/2018 - 123/2018	30/10/2018	1	000000559	INEZ AZZOLINI	RUA F, 00000 -	N	255,65
52/2018 - 124/2018	30/10/2018	1	000000560	INEZ AZZOLINI	RUA F, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 125/2018	30/10/2018	1	000000561	INEZ AZZOLINI	RUA F, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 126/2018	30/10/2018	1	000000562	INEZ AZZOLINI	RUA F, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 127/2018	30/10/2018	1	000000563	IVO BRUNETTA	RUA B, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 128/2018	30/10/2018	1	000000564	INEZ AZZOLINI	RUA F, 00000 -	N	272,40

Fiorilli Sociedade Civil Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

PREF. MUN. DE SANTO ANTONIO DO LESTE CNPJ: 04217362000190

RUA: A, Nº 367 - JARDIM SANTA INÊS

Relação das Notificações Emitidas Modulo: 1 IMOBILIÁRIO Lote da Notificação: 52/2018 à 52/2018

Data Emissão:	30/10/2018
Hora:	15:07:47
Exercício:	2018
Usuário:	CYNTHIA
Página(s):	**5 de 27**

O MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE - MT, Notificamos através do presente, que vossa Senhoria possui débitos de natureza tributária junto a Fazenda Pública deste Município. Para tanto Vossa Senhoria, ou seu representante legal, deverá comparecer na Coordenadoria de Tributos e Cadastros deste Município, situado na Rua "A", 367, Jardim Santa Inês, para **QUITAR A DÍVIDA, no Pazo de 30 (Trinta) Dias a Partir desta Publicação.**

Através deste, fica também vossa Senhoria **NOTIFICADO(A)** para comprovar, no mesmo prazo, o pagamento da dívida, que não e possuidor e/ou proprietário do Imóvel/atividade abaixo indicado, ou que, de qualquer forma não é devedor do montante constante nesta notificação. Informamos também que após este prazo, para dar cumprimento a LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL o município **Ajuizará** o valor constante neste aviso.

Nº Notificação	Data	Mod	Cadastro	Contribuinte	Endereço	Guia	Vr Notificado
52/2018 - 129/2018	30/10/2018	1	000000565	INEZ AZZOLINI	RUA F, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 130/2018	30/10/2018	1	000000566	WALTER GARCIA A. DE ASSIS	RUA B, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 131/2018	30/10/2018	1	000000569	INEZ AZZOLINI	RUA F, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 132/2018	30/10/2018	1	000000571	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 133/2018	30/10/2018	1	000000572	ROMARIO SANTOS OLIVEIRA	RUA C, 00000 -	N	71,31
52/2018 - 134/2018	30/10/2018	1	000000574	JOSE FERREIRA CAVALCANTE	RUA DO COMERCIO, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 135/2018	30/10/2018	1	000000580	RONALDO DE PAULA CAMARGO	RUA B, 00000 -	N	100,64
52/2018 - 136/2018	30/10/2018	1	000000588	JOSE PEDRO DO CARMO	RUA G, 00000 -	N	77,90
52/2018 - 137/2018	30/10/2018	1	000000590	LENIR DE FATIMA AZZOLINI	RUA G, 00000 -	N	91,06
52/2018 - 138/2018	30/10/2018	1	000000592	INEZ AZZOLINI	RUA M, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 139/2018	30/10/2018	1	000000594	URIAS CARDOSO DOS SANTOS	RUA B, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 140/2018	30/10/2018	1	000000595	INEZ AZZOLINI	RUA M, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 141/2018	30/10/2018	1	000000596	BENEVENUTA PEREIRA DE SOUZA	RUA B, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 142/2018	30/10/2018	1	000000597	INEZ AZZOLINI	RUA M, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 143/2018	30/10/2018	1	000000598	INEZ AZZOLINI	RUA M, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 144/2018	30/10/2018	1	000000600	INEZ AZZOLINI	RUA M, 00000 -	N	225,48
52/2018 - 145/2018	30/10/2018	1	000000601	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	225,48
52/2018 - 146/2018	30/10/2018	1	000000602	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	225,48
52/2018 - 147/2018	30/10/2018	1	000000603	GIRASSOL AUTO PECAS	RUA DO COMERCIO, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 148/2018	30/10/2018	1	000000604	INEZ AZZOLINI	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 149/2018	30/10/2018	1	000000607	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	225,48
52/2018 - 150/2018	30/10/2018	1	000000609	INEZ AZZOLINI	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 151/2018	30/10/2018	1	000000610	INEZ AZZOLINI	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 152/2018	30/10/2018	1	000000611	INEZ AZZOLINI	RUA M, 00000 -	N	225,48
52/2018 - 153/2018	30/10/2018	1	000000613	GIRASSOL AUTO PECAS	RUA G, 00000 -	N	339,44
52/2018 - 154/2018	30/10/2018	1	000000614	INEZ AZZOLINI	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 155/2018	30/10/2018	1	000000617	LENITA DE SOUZA FERREIRA	RUA B, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 156/2018	30/10/2018	1	000000640	LUCAS DOS SANTOS SOUZA	RUA C, 00000 -	N	66,52
52/2018 - 157/2018	30/10/2018	1	000000642	INEZ AZZOLINI	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 158/2018	30/10/2018	1	000000643	INEZ AZZOLINI	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 159/2018	30/10/2018	1	000000644	INEZ AZZOLINI	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 160/2018	30/10/2018	1	000000645	INEZ AZZOLINI	AVENIDA K, 00000 -	N	253,97

Fiorilli Sociedade Civil Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

PREF. MUN. DE SANTO ANTONIO DO LESTE CNPJ: 04217362000190

RUA: A, Nº 367 - JARDIM SANTA INÊS

Relação das Notificações Emitidas Modulo: 1 IMOBILIÁRIO Lote da Notificação: 52/2018 à 52/2018

Data Emissão:	30/10/2018
Hora:	15:07:47
Exercício:	2018
Usuário:	CYNTHIA
Página(s):	**6 de 27**

O MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE - MT, Notificamos através do presente, que vossa Senhoria possui débitos de natureza tributária junto a Fazenda Pública deste Município. Para tanto Vossa Senhoria, ou seu representante legal, deverá comparecer na Coordenadoria de Tributos e Cadastros deste Município, situado na Rua "A", 367, Jardim Santa Inês, para **QUITAR A DÍVIDA, no Pazo de 30 (Trinta) Dias a Partir desta Publicação.**

Através deste, fica também vossa Senhoria **NOTIFICADO(A)** para comprovar, no mesmo prazo, o pagamento da dívida, que não e possuidor e/ou proprietário do Imóvel/atividade abaixo indicado, ou que, de qualquer forma não é devedor do montante constante nesta notificação. Informamos também que após este prazo, para dar cumprimento a LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL o município **Ajuizará** o valor constante neste aviso.

Nº Notificação	Data	Mod	Cadastro	Contribuinte	Endereço	Guia	Vr Notificado
52/2018 - 161/2018	30/10/2018	1	000000646	INEZ AZZOLINI	AVENIDA K, 00000 -	N	253,54
52/2018 - 162/2018	30/10/2018	1	000000647	INEZ AZZOLINI	RUA E, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 163/2018	30/10/2018	1	000000648	INEZ AZZOLINI	RUA E, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 164/2018	30/10/2018	1	000000649	INEZ AZZOLINI	RUA E, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 165/2018	30/10/2018	1	000000652	IRINEI ROTILI	RUA E, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 166/2018	30/10/2018	1	000000653	IRINEI ROTILI	RUA E, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 167/2018	30/10/2018	1	000000656	ARI PANOSSO	RUA C, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 168/2018	30/10/2018	1	000000657	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 169/2018	30/10/2018	1	000000661	IVAN DE MOURA RITZ	RUA B, 00000 -	N	63,53
52/2018 - 170/2018	30/10/2018	1	000000662	IVAN DE MOURA RITZ	RUA B, 00000 -	N	64,73
52/2018 - 171/2018	30/10/2018	1	000000663	IVAN DE MOURA RITZ	RUA B, 00000 -	N	143,13
52/2018 - 172/2018	30/10/2018	1	000000664	IVAN DE MOURA RITZ	RUA B, 00000 -	N	143,13
52/2018 - 173/2018	30/10/2018	1	000000668	JOSELI VAZ DE CAMARGO	RUA C, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 174/2018	30/10/2018	1	000000671	ARMANDO CARLOS	RUA C, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 175/2018	30/10/2018	1	000000673	GELSON TADEU DA SILVA	RUA IPE, 00000 -	N	40,51
52/2018 - 176/2018	30/10/2018	1	000000674	MARIA MOREIRA DA SILVA	RUA DAS MANGUEIRAS, 00000 -	N	29,50
52/2018 - 177/2018	30/10/2018	1	000000675	SEBASTIAO MAFRA	RUA CURSINO DO AMARANTE, 00000 -	N	20,52
52/2018 - 178/2018	30/10/2018	1	000000677	RODRIGO NOGUEIRA SOUSA	RUA CURSINO DO AMARANTE, 00000 -	N	56,10
52/2018 - 179/2018	30/10/2018	1	000000680	CICERO MIGUEL DA SILVA	RUA CURSINO DO AMARANTE, 00000 -	N	39,08
52/2018 - 180/2018	30/10/2018	1	000000682	CLAUDECIR NUNES DE OLIVEIRA	RUA DOS PAPAGAIOS, 00000 -	N	59,43
52/2018 - 181/2018	30/10/2018	1	000000687	JAIR DE SOUZA CORREIA	RUA DOS PAPAGAIOS, 00000 -	N	50,23
52/2018 - 182/2018	30/10/2018	1	000000690	INEZ AZZOLINI	RUA B, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 183/2018	30/10/2018	1	000000692	JAIR DE SOUZA CORREIA	RUA DOS PAPAGAIOS, 00000 -	N	18,13
52/2018 - 184/2018	30/10/2018	1	000000694	JAIR DE SOUZA CORREIA	RUA DOS PAPAGAIOS, 00000 -	N	18,73
52/2018 - 185/2018	30/10/2018	1	000000704	SERGIO MUNARO	RUA DAS MANGUEIRAS, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 186/2018	30/10/2018	1	000000705	INEZ AZZOLINI	RUA DOMINGOS AZZOLINI, 00000 -	N	339,44
52/2018 - 187/2018	30/10/2018	1	000000712	AURI DE CASTRO	RUA B, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 188/2018	30/10/2018	1	000000715	AURI DE CASTRO	RUA B, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 189/2018	30/10/2018	1	000000716	AURI DE CASTRO	RUA B, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 190/2018	30/10/2018	1	000000717	AURI DE CASTRO	RUA B, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 191/2018	30/10/2018	1	000000718	AURI DE CASTRO	RUA D, 00000 -	N	339,44
52/2018 - 192/2018	30/10/2018	1	000000719	AURI DE CASTRO	RUA DOMINGOS AZZOLINI, 00000 -	N	339,44

Fiorilli Sociedade Civil Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

PREF. MUN. DE SANTO ANTONIO DO LESTE CNPJ: 04217362000190

RUA: A, Nº 367 - JARDIM SANTA INÊS

Relação das Notificações Emitidas Modulo: 1 IMOBILIÁRIO Lote da Notificação: 52/2018 à 52/2018

Data Emissão:	30/10/2018
Hora:	15:07:47
Exercício:	2018
Usuário:	CYNTHIA
Página(s):	**7 de 27**

O MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE - MT, Notificamos através do presente, que vossa Senhoria possui débitos de natureza tributária junto a Fazenda Pública deste Município. Para tanto Vossa Senhoria, ou seu representante legal, deverá comparecer na Coordenadoria de Tributos e Cadastros deste Município, situado na Rua "A", 367, Jardim Santa Inês, para **QUITAR A DÍVIDA, no Pazo de 30 (Trinta) Dias a Partir desta Publicação.**

Através deste, fica também vossa Senhoria **NOTIFICADO(A)** para comprovar, no mesmo prazo, o pagamento da dívida, que não e possuidor e/ou proprietário do Imóvel/atividade abaixo indicado, ou que, de qualquer forma não é devedor do montante constante nesta notificação. Informamos também que após este prazo, para dar cumprimento a LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL o município **Ajuizará** o valor constante neste aviso.

Nº Notificação	Data	Mod	Cadastro	Contribuinte	Endereço	Guia	Vr Notificado
52/2018 - 193/2018	30/10/2018	1	000000720	AURI DE CASTRO	RUA C, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 194/2018	30/10/2018	1	000000721	AURI DE CASTRO	RUA C, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 195/2018	30/10/2018	1	000000726	AURI DE CASTRO	RUA C, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 196/2018	30/10/2018	1	000000727	AURI DE CASTRO	RUA C, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 197/2018	30/10/2018	1	000000729	LUIZ TOME BORGES NETO	RUA F, 00000 -	N	64,13
52/2018 - 198/2018	30/10/2018	1	000000732	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	52,16
52/2018 - 199/2018	30/10/2018	1	000000735	INEZ AZZOLINI	RUA E, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 200/2018	30/10/2018	1	000000741	INEZ AZZOLINI	RUA E, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 201/2018	30/10/2018	1	000000742	INEZ AZZOLINI	RUA E, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 202/2018	30/10/2018	1	000000743	INEZ AZZOLINI	RUA E, 00000 -	N	252,71
52/2018 - 203/2018	30/10/2018	1	000000744	INEZ AZZOLINI	AVENIDA K, 00000 -	N	252,29
52/2018 - 204/2018	30/10/2018	1	000000746	INEZ AZZOLINI	AVENIDA K, 00000 -	N	251,87
52/2018 - 205/2018	30/10/2018	1	000000747	INEZ AZZOLINI	AVENIDA K, 00000 -	N	251,46
52/2018 - 206/2018	30/10/2018	1	000000749	INEZ AZZOLINI	AVENIDA K, 00000 -	N	251,03
52/2018 - 207/2018	30/10/2018	1	000000750	INEZ AZZOLINI	RUA DOMINGOS AZZOLINI, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 208/2018	30/10/2018	1	000000751	ALTEMAR QUIRINO DA COSTA	RUA DOMINGOS AZZOLINI, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 209/2018	30/10/2018	1	000000754	INEZ AZZOLINI	RUA DOMINGOS AZZOLINI, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 210/2018	30/10/2018	1	000000756	INEZ AZZOLINI	RUA DOMINGOS AZZOLINI, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 211/2018	30/10/2018	1	000000758	ALTEMAR QUIRINO DA COSTA	RUA DOMINGOS AZZOLINI, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 212/2018	30/10/2018	1	000000772	URIAS CARDOSO DOS SANTOS	RUA I, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 213/2018	30/10/2018	1	000000775	INEZ AZZOLINI	RUA L, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 214/2018	30/10/2018	1	000000777	INEZ AZZOLINI	RUA L, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 215/2018	30/10/2018	1	000000779	INEZ AZZOLINI	RUA L, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 216/2018	30/10/2018	1	000000782	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 217/2018	30/10/2018	1	000000783	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 218/2018	30/10/2018	1	000000784	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 219/2018	30/10/2018	1	000000785	INEZ AZZOLINI	RUA DO COMERCIO, 00000 -	N	225,48
52/2018 - 220/2018	30/10/2018	1	000000786	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 221/2018	30/10/2018	1	000000787	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 222/2018	30/10/2018	1	000000788	INEZ AZZOLINI	RUA DO COMERCIO, 00000 -	N	225,48
52/2018 - 223/2018	30/10/2018	1	000000789	INEZ AZZOLINI	RUA H, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 224/2018	30/10/2018	1	000000790	INEZ AZZOLINI	RUA H, 00000 -	N	272,40

Fiorilli Sociedade Civil Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

PREF. MUN. DE SANTO ANTONIO DO LESTE CNPJ: 04217362000190

RUA: A, Nº 367 - JARDIM SANTA INÊS

Relação das Notificações Emitidas Modulo: 1 IMOBILIÁRIO Lote da Notificação: 52/2018 à 52/2018

Data Emissão:	30/10/2018
Hora:	15:07:47
Exercício:	2018
Usuário:	CYNTHIA
Página(s):	**8 de 27**

O MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE - MT, Notificamos através do presente, que vossa Senhoria possui débitos de natureza tributária junto a Fazenda Pública deste Município. Para tanto Vossa Senhoria, ou seu representante legal, deverá comparecer na Coordenadoria de Tributos e Cadastros deste Município, situado na Rua "A", 367, Jardim Santa Inês, para **QUITAR A DÍVIDA, no Pazo de 30 (Trinta) Dias a Partir desta Publicação.**

Através deste, fica também vossa Senhoria **NOTIFICADO(A)** para comprovar, no mesmo prazo, o pagamento da dívida, que não e possuidor e/ou proprietário do Imóvel/atividade abaixo indicado, ou que, de qualquer forma não é devedor do montante constante nesta notificação. Informamos também que após este prazo, para dar cumprimento a LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL o município **Ajuizará** o valor constante neste aviso.

Nº Notificação	Data	Mod	Cadastro	Contribuinte	Endereço	Guia	Vr Notificado
52/2018 - 225/2018	30/10/2018	1	000000791	INEZ AZZOLINI	RUA H, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 226/2018	30/10/2018	1	000000792	INEZ AZZOLINI	RUA H, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 227/2018	30/10/2018	1	000000793	INEZ AZZOLINI	RUA H, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 228/2018	30/10/2018	1	000000794	INEZ AZZOLINI	RUA H, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 229/2018	30/10/2018	1	000000795	INEZ AZZOLINI	RUA H, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 230/2018	30/10/2018	1	000000796	INEZ AZZOLINI	RUA H, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 231/2018	30/10/2018	1	000000797	INEZ AZZOLINI	RUA H, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 232/2018	30/10/2018	1	000000798	INEZ AZZOLINI	RUA DO COMERCIO, 00000 -	N	85,91
52/2018 - 233/2018	30/10/2018	1	000000799	INEZ AZZOLINI	AVENIDA K, 00000 -	N	259,00
52/2018 - 234/2018	30/10/2018	1	000000800	INEZ AZZOLINI	AVENIDA K, 00000 -	N	259,00
52/2018 - 235/2018	30/10/2018	1	000000801	INEZ AZZOLINI	AVENIDA K, 00000 -	N	258,52
52/2018 - 236/2018	30/10/2018	1	000000802	INEZ AZZOLINI	AVENIDA K, 00000 -	N	258,16
52/2018 - 237/2018	30/10/2018	1	000000803	INEZ AZZOLINI	RUA DO COMERCIO, 00000 -	N	225,48
52/2018 - 238/2018	30/10/2018	1	000000804	INEZ AZZOLINI	RUA G, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 239/2018	30/10/2018	1	000000805	INEZ AZZOLINI	RUA G, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 240/2018	30/10/2018	1	000000806	INEZ AZZOLINI	RUA M, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 241/2018	30/10/2018	1	000000807	INEZ AZZOLINI	RUA G, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 242/2018	30/10/2018	1	000000808	INEZ AZZOLINI	RUA M, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 243/2018	30/10/2018	1	000000809	INEZ AZZOLINI	RUA M, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 244/2018	30/10/2018	1	000000810	INEZ AZZOLINI	RUA G, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 245/2018	30/10/2018	1	000000811	INEZ AZZOLINI	RUA G, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 246/2018	30/10/2018	1	000000812	INEZ AZZOLINI	RUA G, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 247/2018	30/10/2018	1	000000813	INEZ AZZOLINI	RUA G, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 248/2018	30/10/2018	1	000000814	INEZ AZZOLINI	RUA G, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 249/2018	30/10/2018	1	000000815	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 250/2018	30/10/2018	1	000000816	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 251/2018	30/10/2018	1	000000817	INEZ AZZOLINI	RUA DO COMERCIO, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 252/2018	30/10/2018	1	000000818	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 253/2018	30/10/2018	1	000000819	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 254/2018	30/10/2018	1	000000820	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 255/2018	30/10/2018	1	000000821	INEZ AZZOLINI	RUA DO COMERCIO, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 256/2018	30/10/2018	1	000000824	INEZ AZZOLINI	RUA I, 00000 -	N	272,40

Fiorilli Sociedade Civil Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

PREF. MUN. DE SANTO ANTONIO DO LESTE CNPJ: 04217362000190

RUA: A, Nº 367 - JARDIM SANTA INÊS

Relação das Notificações Emitidas Modulo: 1 IMOBILIÁRIO Lote da Notificação: 52/2018 à 52/2018

Data Emissão:	30/10/2018
Hora:	15:07:47
Exercício:	2018
Usuário:	CYNTHIA
Página(s):	**9 de 27**

O MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE - MT, Notificamos através do presente, que vossa Senhoria possui débitos de natureza tributária junto a Fazenda Pública deste Município. Para tanto Vossa Senhoria, ou seu representante legal, deverá comparecer na Coordenadoria de Tributos e Cadastros deste Município, situado na Rua "A", 367, Jardim Santa Inês, para **QUITAR A DÍVIDA, no Pazo de 30 (Trinta) Dias a Partir desta Publicação.**

Através deste, fica também vossa Senhoria **NOTIFICADO(A)** para comprovar, no mesmo prazo, o pagamento da dívida, que não e possuidor e/ou proprietário do Imóvel/atividade abaixo indicado, ou que, de qualquer forma não é devedor do montante constante nesta notificação. Informamos também que após este prazo, para dar cumprimento a LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL o município **Ajuizará** o valor constante neste aviso.

Nº Notificação	Data	Mod	Cadastro	Contribuinte	Endereço	Guia	Vr Notificado
52/2018 - 257/2018	30/10/2018	1	000000825	INEZ AZZOLINI	RUA I, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 258/2018	30/10/2018	1	000000826	INEZ AZZOLINI	RUA I, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 259/2018	30/10/2018	1	000000827	INEZ AZZOLINI	RUA I, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 260/2018	30/10/2018	1	000000828	INEZ AZZOLINI	RUA I, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 261/2018	30/10/2018	1	000000829	INEZ AZZOLINI	RUA I, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 262/2018	30/10/2018	1	000000830	INEZ AZZOLINI	AVENIDA K, 00000 -	N	261,92
52/2018 - 263/2018	30/10/2018	1	000000831	INEZ AZZOLINI	AVENIDA K, 00000 -	N	261,51
52/2018 - 264/2018	30/10/2018	1	000000832	INEZ AZZOLINI	AVENIDA K, 00000 -	N	261,08
52/2018 - 265/2018	30/10/2018	1	000000833	INEZ AZZOLINI	AVENIDA K, 00000 -	N	260,67
52/2018 - 266/2018	30/10/2018	1	000000836	INEZ AZZOLINI	AVENIDA K, 00000 -	N	260,25
52/2018 - 267/2018	30/10/2018	1	000000837	INEZ AZZOLINI	RUA H, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 268/2018	30/10/2018	1	000000838	INEZ AZZOLINI	RUA H, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 269/2018	30/10/2018	1	000000839	INEZ AZZOLINI	RUA H, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 270/2018	30/10/2018	1	000000840	INEZ AZZOLINI	RUA DO COMERCIO, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 271/2018	30/10/2018	1	000000841	INEZ AZZOLINI	RUA H, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 272/2018	30/10/2018	1	000000842	INEZ AZZOLINI	RUA H, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 273/2018	30/10/2018	1	000000844	INEZ AZZOLINI	RUA I, 00000 -	N	65,32
52/2018 - 274/2018	30/10/2018	1	000000845	INEZ AZZOLINI	RUA H, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 275/2018	30/10/2018	1	000000847	INEZ AZZOLINI	RUA I, 00000 -	N	339,44
52/2018 - 276/2018	30/10/2018	1	000000848	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 277/2018	30/10/2018	1	000000854	INEZ AZZOLINI	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 278/2018	30/10/2018	1	000000855	INEZ AZZOLINI	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 279/2018	30/10/2018	1	000000856	INEZ AZZOLINI	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 280/2018	30/10/2018	1	000000857	INEZ AZZOLINI	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 281/2018	30/10/2018	1	000000858	INEZ AZZOLINI	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 282/2018	30/10/2018	1	000000859	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 283/2018	30/10/2018	1	000000860	INEZ AZZOLINI	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 284/2018	30/10/2018	1	000000861	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 285/2018	30/10/2018	1	000000862	INEZ AZZOLINI	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 286/2018	30/10/2018	1	000000863	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 287/2018	30/10/2018	1	000000865	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 288/2018	30/10/2018	1	000000866	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	205,37

Fiorilli Sociedade Civil Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

PREF. MUN. DE SANTO ANTONIO DO LESTE CNPJ: 04217362000190

RUA: A, Nº 367 - JARDIM SANTA INÊS

Relação das Notificações Emitidas Modulo: 1 IMOBILIÁRIO Lote da Notificação: 52/2018 à 52/2018

Data Emissão:	30/10/2018
Hora:	15:07:47
Exercício:	2018
Usuário:	CYNTHIA
Página(s):	**10 de 27**

O MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE - MT, Notificamos através do presente, que vossa Senhoria possui débitos de natureza tributária junto a Fazenda Pública deste Município. Para tanto Vossa Senhoria, ou seu representante legal, deverá comparecer na Coordenadoria de Tributos e Cadastros deste Município, situado na Rua "A", 367, Jardim Santa Inês, para **QUITAR A DÍVIDA, no Pazo de 30 (Trinta) Dias a Partir desta Publicação.**

Através deste, fica também vossa Senhoria **NOTIFICADO(A)** para comprovar, no mesmo prazo, o pagamento da dívida, que não e possuidor e/ou proprietário do Imóvel/atividade abaixo indicado, ou que, de qualquer forma não é devedor do montante constante nesta notificação. Informamos também que após este prazo, para dar cumprimento a LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL o município **Ajuizará** o valor constante neste aviso.

Nº Notificação	Data	Mod	Cadastro	Contribuinte	Endereço	Guia	Vr Notificado
52/2018 - 289/2018	30/10/2018	1	000000868	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 290/2018	30/10/2018	1	000000869	INEZ AZZOLINI	AVENIDA K, 00000 -	N	265,70
52/2018 - 291/2018	30/10/2018	1	000000870	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 292/2018	30/10/2018	1	000000871	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 293/2018	30/10/2018	1	000000872	INEZ AZZOLINI	AVENIDA K, 00000 -	N	265,27
52/2018 - 294/2018	30/10/2018	1	000000873	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 295/2018	30/10/2018	1	000000874	INEZ AZZOLINI	AVENIDA K, 00000 -	N	265,27
52/2018 - 296/2018	30/10/2018	1	000000875	INEZ AZZOLINI	RUA I, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 297/2018	30/10/2018	1	000000876	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 298/2018	30/10/2018	1	000000877	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 299/2018	30/10/2018	1	000000878	INEZ AZZOLINI	RUA I, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 300/2018	30/10/2018	1	000000879	INEZ AZZOLINI	RUA I, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 301/2018	30/10/2018	1	000000880	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 302/2018	30/10/2018	1	000000881	INEZ AZZOLINI	RUA I, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 303/2018	30/10/2018	1	000000882	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 304/2018	30/10/2018	1	000000883	INEZ AZZOLINI	RUA I, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 305/2018	30/10/2018	1	000000884	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 306/2018	30/10/2018	1	000000885	INEZ AZZOLINI	RUA I, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 307/2018	30/10/2018	1	000000887	INEZ AZZOLINI	AVENIDA K, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 308/2018	30/10/2018	1	000000888	INEZ AZZOLINI	AVENIDA K, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 309/2018	30/10/2018	1	000000889	INEZ AZZOLINI	RUA I, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 310/2018	30/10/2018	1	000000890	INEZ AZZOLINI	AVENIDA K, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 311/2018	30/10/2018	1	000000891	INEZ AZZOLINI	AVENIDA K, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 312/2018	30/10/2018	1	000000892	INEZ AZZOLINI	AVENIDA K, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 313/2018	30/10/2018	1	000000893	INEZ AZZOLINI	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 314/2018	30/10/2018	1	000000894	INEZ AZZOLINI	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 315/2018	30/10/2018	1	000000895	INEZ AZZOLINI	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 316/2018	30/10/2018	1	000000896	INEZ AZZOLINI	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 317/2018	30/10/2018	1	000000897	INEZ AZZOLINI	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 318/2018	30/10/2018	1	000000898	INEZ AZZOLINI	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 319/2018	30/10/2018	1	000000899	INEZ AZZOLINI	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 320/2018	30/10/2018	1	000000900	INEZ AZZOLINI	RUA DO COMERCIO, 00000 -	N	225,48

Fiorilli Sociedade Civil Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

PREF. MUN. DE SANTO ANTONIO DO LESTE CNPJ: 04217362000190

RUA: A, Nº 367 - JARDIM SANTA INÊS

Relação das Notificações Emitidas Modulo: 1 IMOBILIÁRIO Lote da Notificação: 52/2018 à 52/2018

Data Emissão:	30/10/2018
Hora:	15:07:47
Exercício:	2018
Usuário:	CYNTHIA
Página(s):	**11 de 27**

O MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE - MT, Notificamos através do presente, que vossa Senhoria possui débitos de natureza tributária junto a Fazenda Pública deste Município. Para tanto Vossa Senhoria, ou seu representante legal, deverá comparecer na Coordenadoria de Tributos e Cadastros deste Município, situado na Rua "A", 367, Jardim Santa Inês, para **QUITAR A DÍVIDA, no Pazo de 30 (Trinta) Dias a Partir desta Publicação.**

Através deste, fica também vossa Senhoria **NOTIFICADO(A)** para comprovar, no mesmo prazo, o pagamento da dívida, que não e possuidor e/ou proprietário do Imóvel/atividade abaixo indicado, ou que, de qualquer forma não é devedor do montante constante nesta notificação. Informamos também que após este prazo, para dar cumprimento a LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL o município **Ajuizará** o valor constante neste aviso.

Nº Notificação	Data	Mod	Cadastro	Contribuinte	Endereço	Guia	Vr Notificado
52/2018 - 321/2018	30/10/2018	1	000000903	INEZ AZZOLINI	RUA DO COMERCIO, 00000 -	N	225,48
52/2018 - 322/2018	30/10/2018	1	000000904	INEZ AZZOLINI	RUA DO COMERCIO, 00000 -	N	225,48
52/2018 - 323/2018	30/10/2018	1	000000905	INEZ AZZOLINI	RUA DO COMERCIO, 00000 -	N	225,48
52/2018 - 324/2018	30/10/2018	1	000000907	LUIZ ALBERTO GONCALVES	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 325/2018	30/10/2018	1	000000908	INEZ AZZOLINI	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 326/2018	30/10/2018	1	000000909	INEZ AZZOLINI	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 327/2018	30/10/2018	1	000000910	JOSE FRANCISCO DA COSTA	RUA DO COMERCIO, 00000 -	N	308,31
52/2018 - 328/2018	30/10/2018	1	000000912	JOSE AMILTON PEREIRA LOURENCO	RUA DO COMERCIO, 00000 -	N	225,48
52/2018 - 329/2018	30/10/2018	1	000000913	INEZ AZZOLINI	RUA DO COMERCIO, 00000 -	N	225,48
52/2018 - 330/2018	30/10/2018	1	000000914	INEZ AZZOLINI	RUA I, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 331/2018	30/10/2018	1	000000915	INEZ AZZOLINI	RUA I, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 332/2018	30/10/2018	1	000000916	INEZ AZZOLINI	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 333/2018	30/10/2018	1	000000917	INEZ AZZOLINI	RUA I, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 334/2018	30/10/2018	1	000000918	INEZ AZZOLINI	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 335/2018	30/10/2018	1	000000919	INEZ AZZOLINI	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 336/2018	30/10/2018	1	000000920	INEZ AZZOLINI	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 337/2018	30/10/2018	1	000000921	INEZ AZZOLINI	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	225,48
52/2018 - 338/2018	30/10/2018	1	000000922	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	225,48
52/2018 - 339/2018	30/10/2018	1	000000923	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	225,48
52/2018 - 340/2018	30/10/2018	1	000000924	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	225,48
52/2018 - 341/2018	30/10/2018	1	000000925	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	225,48
52/2018 - 342/2018	30/10/2018	1	000000927	JANDIR AZZOLINI	RUA I, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 343/2018	30/10/2018	1	000000928	INEZ AZZOLINI	RUA J, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 344/2018	30/10/2018	1	000000929	INEZ AZZOLINI	RUA J, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 345/2018	30/10/2018	1	000000930	INEZ AZZOLINI	RUA J, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 346/2018	30/10/2018	1	000000931	JANDIR AZZOLINI	RUA I, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 347/2018	30/10/2018	1	000000932	WILIAN NUNES CRUVINEL	RUA J, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 348/2018	30/10/2018	1	000000933	MARIA NEIDE LEANDRO LIMA E SILVA	RUA I, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 349/2018	30/10/2018	1	000000934	INEZ AZZOLINI	RUA J, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 350/2018	30/10/2018	1	000000936	INEZ AZZOLINI	RUA I, 00000 -	N	225,48
52/2018 - 351/2018	30/10/2018	1	000000937	INEZ AZZOLINI	RUA J, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 352/2018	30/10/2018	1	000000938	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	225,48

Fiorilli Sociedade Civil Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

PREF. MUN. DE SANTO ANTONIO DO LESTE CNPJ: 04217362000190

RUA: A, Nº 367 - JARDIM SANTA INÊS

Relação das Notificações Emitidas Modulo: 1 IMOBILIÁRIO Lote da Notificação: 52/2018 à 52/2018

Data Emissão:	30/10/2018
Hora:	15:07:47
Exercício:	2018
Usuário:	CYNTHIA
Página(s):	**12 de 27**

O MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE - MT, Notificamos através do presente, que vossa Senhoria possui débitos de natureza tributária junto a Fazenda Pública deste Município. Para tanto Vossa Senhoria, ou seu representante legal, deverá comparecer na Coordenadoria de Tributos e Cadastros deste Município, situado na Rua "A", 367, Jardim Santa Inês, para **QUITAR A DÍVIDA, no Pazo de 30 (Trinta) Dias a Partir desta Publicação.**

Através deste, fica também vossa Senhoria **NOTIFICADO(A)** para comprovar, no mesmo prazo, o pagamento da dívida, que não e possuidor e/ou proprietário do Imóvel/atividade abaixo indicado, ou que, de qualquer forma não é devedor do montante constante nesta notificação. Informamos também que após este prazo, para dar cumprimento a LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL o município **Ajuizará** o valor constante neste aviso.

Nº Notificação	Data	Mod	Cadastro	Contribuinte	Endereço	Guia	Vr Notificado
52/2018 - 353/2018	30/10/2018	1	000000941	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	225,48
52/2018 - 354/2018	30/10/2018	1	000000942	INEZ AZZOLINI	RUA C, 00000 -	N	272,40
52/2018 - 355/2018	30/10/2018	1	000000948	JOSE FRANCISCO DA COSTA	RUA H, 00000 -	N	47,97
52/2018 - 356/2018	30/10/2018	1	000000955	JULIANO MENDES BORGES	RUA CURSINO DO AMARANTE, 00000 -	N	40,28
52/2018 - 357/2018	30/10/2018	1	000000956	SIMPLICIO PIRES BENTENCURT	RUA CURSINO DO AMARANTE, 00000 -	N	46,85
52/2018 - 358/2018	30/10/2018	1	000000958	DEUSILENE LUCIANA DA SILVA ALVES	RUA CURSINO DO AMARANTE, 00000 -	N	53,44
52/2018 - 359/2018	30/10/2018	1	000000962	GENIVALDO ANTONIO FIGUEIRA	RUA CURSINO DO AMARANTE, 00000 -	N	27,11
52/2018 - 360/2018	30/10/2018	1	000000970	DARIO PEIXOTO	RUA IPE, 00000 -	N	41,47
52/2018 - 361/2018	30/10/2018	1	000000971	CESAR DIRCEU GUMIERO	RUA IPE, 00000 -	N	51,11
52/2018 - 362/2018	30/10/2018	1	000000975	SEBASTIANA PEREIRA DE CARVALHO	RUA IPE, 00000 -	N	12,74
52/2018 - 363/2018	30/10/2018	1	000000979	SERGIO MUNARO	RUA DAS MANGUEIRAS, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 364/2018	30/10/2018	1	000000980	SERGIO MUNARO	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	91,42
52/2018 - 365/2018	30/10/2018	1	000000981	SERGIO MUNARO	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 366/2018	30/10/2018	1	000000982	SERGIO MUNARO	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 367/2018	30/10/2018	1	000000983	SERGIO MUNARO	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 368/2018	30/10/2018	1	000000995	ROSANA DOS SANTOS	AV CEARA, 00000 -	N	1.432,20
52/2018 - 369/2018	30/10/2018	1	000000999	JOAO TOSTA DE OLIVEIRA NETO	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	126,76
52/2018 - 370/2018	30/10/2018	1	000001002	JOAO RIBEIRO DA SILVA	RUA SALGADO FILHO, 00000 -	N	167,67
52/2018 - 371/2018	30/10/2018	1	000001003	DOMINGOS MIRANDA DE OLIVEIRA	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	140,97
52/2018 - 372/2018	30/10/2018	1	000001006	LEONICE DE LIMA GOMES	AV CEARA, 00000 -	N	60,28
52/2018 - 373/2018	30/10/2018	1	000001007	VALDIR ALVES DOS ANJOS	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	53,93
52/2018 - 374/2018	30/10/2018	1	000001009	GERMANO DE SOUZA SILVA	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 375/2018	30/10/2018	1	000001014	FABIO CARVALHO DEFANTE	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 376/2018	30/10/2018	1	000001017	EDNA BIALA DE BRITO	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	83,94
52/2018 - 377/2018	30/10/2018	1	000001019	EDNA BIALA DE BRITO	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	40,28
52/2018 - 378/2018	30/10/2018	1	000001021	APARECIDO ALVES GOMES	AVENIDA CAMPO GRANDE, 00000 -	N	75,33
52/2018 - 379/2018	30/10/2018	1	000001031	APARECIDO BRAZ DA SILVA	AVENIDA CAMPO GRANDE, 00000 -	N	45,32
52/2018 - 380/2018	30/10/2018	1	000001034	EDIVALDO AUGUSTO CARDOSO	AVENIDA CAMPO GRANDE, 00000 -	N	52,16
52/2018 - 381/2018	30/10/2018	1	000001043	JOSE GONCALVES DE OLIVEIRA FILHO	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	108,41
52/2018 - 382/2018	30/10/2018	1	000001047	NEURACI OLIVEIRA SILVA	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	73,96
52/2018 - 383/2018	30/10/2018	1	000001048	EDMILSON DE OLIVEIRA CARVALHO	RUA GARCAS, 00000 -	N	74,48
52/2018 - 384/2018	30/10/2018	1	000001056	BALTAZAR LAZARO DA SILVA	AV CEARA, 00000 -	N	53,30

Fiorilli Sociedade Civil Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

PREF. MUN. DE SANTO ANTONIO DO LESTE CNPJ: 04217362000190

RUA: A, Nº 367 - JARDIM SANTA INÊS

Relação das Notificações Emitidas Modulo: 1 IMOBILIÁRIO Lote da Notificação: 52/2018 à 52/2018

Data Emissão:	30/10/2018
Hora:	15:07:47
Exercício:	2018
Usuário:	CYNTHIA
Página(s):	**13 de 27**

O MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE - MT, Notificamos através do presente, que vossa Senhoria possui débitos de natureza tributária junto a Fazenda Pública deste Município. Para tanto Vossa Senhoria, ou seu representante legal, deverá comparecer na Coordenadoria de Tributos e Cadastros deste Município, situado na Rua "A", 367, Jardim Santa Inês, para **QUITAR A DÍVIDA, no Pazo de 30 (Trinta) Dias a Partir desta Publicação.**

Através deste, fica também vossa Senhoria **NOTIFICADO(A)** para comprovar, no mesmo prazo, o pagamento da dívida, que não e possuidor e/ou proprietário do Imóvel/atividade abaixo indicado, ou que, de qualquer forma não é devedor do montante constante nesta notificação. Informamos também que após este prazo, para dar cumprimento a LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL o município **Ajuizará** o valor constante neste aviso.

Nº Notificação	Data	Mod	Cadastro	Contribuinte	Endereço	Guia	Vr Notificado
52/2018 - 385/2018	30/10/2018	1	000001060	JOSE ROBERTO PAULINO DE JESUS	AV CEARA, 00000 -	N	370,70
52/2018 - 386/2018	30/10/2018	1	000001063	FABIO TRAMONTIN	RUA GARCAS, 00000 -	N	99,61
52/2018 - 387/2018	30/10/2018	1	000001070	MILTON NAZARIO FERNANDES	AV CEARA, 00000 -	N	76,10
52/2018 - 388/2018	30/10/2018	1	000001086	IRES ROSA BIGUELINI	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	90,46
52/2018 - 389/2018	30/10/2018	1	000001087	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	90,46
52/2018 - 390/2018	30/10/2018	1	000001088	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	90,46
52/2018 - 391/2018	30/10/2018	1	000001089	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	90,46
52/2018 - 392/2018	30/10/2018	1	000001090	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	90,46
52/2018 - 393/2018	30/10/2018	1	000001091	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	90,46
52/2018 - 394/2018	30/10/2018	1	000001092	JOILSON LEANDRO BULHOES	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	90,46
52/2018 - 395/2018	30/10/2018	1	000001093	SEBASTIAO PIRES	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	90,46
52/2018 - 396/2018	30/10/2018	1	000001094	IZAQUE ADENIS DE LIMA	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	90,46
52/2018 - 397/2018	30/10/2018	1	000001095	CELIA EBERT MARTINI	RUA DAS FLORES, 00000 -	N	100,04
52/2018 - 398/2018	30/10/2018	1	000001099	JURACY EMILIANO SANTANA	AVENIDA PORTO ALEGRE, 00000 -	N	100,04
52/2018 - 399/2018	30/10/2018	1	000001101	SUELMAR SOUZA LUZ	AVENIDA PORTO ALEGRE, 00000 -	N	100,04
52/2018 - 400/2018	30/10/2018	1	000001103	PEDRO CARDOSO ESPEREDIÃO	AVENIDA PORTO ALEGRE, 00000 -	N	64,74
52/2018 - 401/2018	30/10/2018	1	000001109	ROSIRAN ALVES CORDEIRO	AVENIDA PORTO ALEGRE, 00000 -	N	38,05
52/2018 - 402/2018	30/10/2018	1	000001115	TIAGO COZER	RUA DAS FLORES, 00000 -	N	25,20
52/2018 - 403/2018	30/10/2018	1	000001117	MARIA JOSE SOUZA LUZ	RUA DAS FLORES, 00000 -	N	70,37
52/2018 - 404/2018	30/10/2018	1	000001118	VALDINEI ANTONIO DE SOUSA	AVENIDA PORTO ALEGRE, 00000 -	N	464,75
52/2018 - 405/2018	30/10/2018	1	000001124	ENEIAS PEREIRA DE OLIVEIRA	AVENIDA PORTO ALEGRE, 00000 -	N	145,32
52/2018 - 406/2018	30/10/2018	1	000001128	JULIANA DO AMARAL PEREIRA	RUA PASSO FUNDO, 00000 -	N	51,30
52/2018 - 407/2018	30/10/2018	1	000001132	ADRIANO CESAR DE BRITO	AVENIDA GRAMADOS, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 408/2018	30/10/2018	1	000001133	ADELAR TAFAREL	AVENIDA GRAMADOS, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 409/2018	30/10/2018	1	000001134	ARLINDO NETO PEREIRA DOS SANTOS	RUA PASSO FUNDO, 00000 -	N	100,04
52/2018 - 410/2018	30/10/2018	1	000001136	ADELAR TAFAREL	AVENIDA GRAMADOS, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 411/2018	30/10/2018	1	000001144	JORGE DE ARRUDA DAVID	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 412/2018	30/10/2018	1	000001146	IRES ROSA BIGUELINI	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 413/2018	30/10/2018	1	000001151	GILSON MOURA DOS SANTOS	AVENIDA CAMPO GRANDE, 00000 -	N	107,05
52/2018 - 414/2018	30/10/2018	1	000001153	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 415/2018	30/10/2018	1	000001154	EVANDRO FACCO	RUA DAS FLORES, 00000 -	N	100,04
52/2018 - 416/2018	30/10/2018	1	000001165	JACONIAS ALVES DE SOUSA	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	139,19

Fiorilli Sociedade Civil Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

PREF. MUN. DE SANTO ANTONIO DO LESTE CNPJ: 04217362000190

RUA: A, Nº 367 - JARDIM SANTA INÊS

Relação das Notificações Emitidas Modulo: 1 IMOBILIÁRIO Lote da Notificação: 52/2018 à 52/2018

Data Emissão:	30/10/2018
Hora:	15:07:47
Exercício:	2018
Usuário:	CYNTHIA
Página(s):	**14 de 27**

O MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE - MT, Notificamos através do presente, que vossa Senhoria possui débitos de natureza tributária junto a Fazenda Pública deste Município. Para tanto Vossa Senhoria, ou seu representante legal, deverá comparecer na Coordenadoria de Tributos e Cadastros deste Município, situado na Rua "A", 367, Jardim Santa Inês, para **QUITAR A DÍVIDA, no Pazo de 30 (Trinta) Dias a Partir desta Publicação.**

Através deste, fica também vossa Senhoria **NOTIFICADO(A)** para comprovar, no mesmo prazo, o pagamento da dívida, que não e possuidor e/ou proprietário do Imóvel/atividade abaixo indicado, ou que, de qualquer forma não é devedor do montante constante nesta notificação. Informamos também que após este prazo, para dar cumprimento a LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL o município **Ajuizará** o valor constante neste aviso.

Nº Notificação	Data	Mod	Cadastro	Contribuinte	Endereço	Guia	Vr Notificado
52/2018 - 417/2018	30/10/2018	1	000001171	RENATO MARINHO DE OLIVEIRA	AVENIDA GRAMADOS, 00000 -	N	91,42
52/2018 - 418/2018	30/10/2018	1	000001173	EUZA TONETTA	AVENIDA BELO HORIZONTE, 00000 -	N	100,04
52/2018 - 419/2018	30/10/2018	1	000001182	LUCIANO BATISTA DE MORAES	AVENIDA BELO HORIZONTE, 00000 -	N	76,10
52/2018 - 420/2018	30/10/2018	1	000001192	JORGE DISEGMA	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 421/2018	30/10/2018	1	000001201	WESLEI MARTINS LIMA	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	59,73
52/2018 - 422/2018	30/10/2018	1	000001208	DILMA NOGUEIRA DA SILVA	AVENIDA GRAMADOS, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 423/2018	30/10/2018	1	000001216	EVA MARIA DOS SANTOS	RUA ARINOS, 00000 -	N	624,77
52/2018 - 424/2018	30/10/2018	1	000001217	CLAUDECIR NUNES DE OLIVEIRA	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	91,42
52/2018 - 425/2018	30/10/2018	1	000001218	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	91,42
52/2018 - 426/2018	30/10/2018	1	000001219	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	91,42
52/2018 - 427/2018	30/10/2018	1	000001220	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	91,42
52/2018 - 428/2018	30/10/2018	1	000001221	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	91,42
52/2018 - 429/2018	30/10/2018	1	000001222	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	91,42
52/2018 - 430/2018	30/10/2018	1	000001223	ADELAR TAFAREL	RUA DAS MANGUEIRAS, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 431/2018	30/10/2018	1	000001225	ADELAR TAFAREL	RUA DAS MANGUEIRAS, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 432/2018	30/10/2018	1	000001232	NELSON CAMARGO COSTA	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	52,39
52/2018 - 433/2018	30/10/2018	1	000001234	ADELAR TAFAREL	RUA SALGADO FILHO, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 434/2018	30/10/2018	1	000001236	VANESSA DE MEDEIROS	AVENIDA GRAMADOS, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 435/2018	30/10/2018	1	000001238	MARIA MOREIRA DA SILVA	AVENIDA PORTO ALEGRE, 00000 -	N	34,46
52/2018 - 436/2018	30/10/2018	1	000001241	BENTO PAPAGUACU GOMES DA SILVA	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 437/2018	30/10/2018	1	000001256	TEREZA VISSOTO	AVENIDA GRAMADOS, 00000 -	N	91,42
52/2018 - 438/2018	30/10/2018	1	000001262	LINDINALVA TRINDADE DO CARMO	RUA RAFAEL BORGHETTI, 00000 -	N	370,70
52/2018 - 439/2018	30/10/2018	1	000001281	LUIZ JARDEL PETRAZINE	RUA GARCAS, 00000 -	N	44,01
52/2018 - 440/2018	30/10/2018	1	000001288	DERLI HIBNER	RUA DOMINGOS AZZOLINI, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 441/2018	30/10/2018	1	000001292	GELSON DOS SANTOS	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	91,42
52/2018 - 442/2018	30/10/2018	1	000001299	SIDINEIA DE LIMA QUENNEEHEN	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 443/2018	30/10/2018	1	000001302	CRISTINA FERREIRA	RUA DAS FLORES, 00000 -	N	32,75
52/2018 - 444/2018	30/10/2018	1	000001304	ROSALINA ROSA DOS ANJOS	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 445/2018	30/10/2018	1	000001305	ELENITA VIDAL DE ALMEIDA	AVENIDA CAMPO GRANDE, 00000 -	N	31,04
52/2018 - 446/2018	30/10/2018	1	000001310	MARIA VERA LUCIA DOS ANJOS	AVENIDA CAMPO GRANDE, 00000 -	N	31,04
52/2018 - 447/2018	30/10/2018	1	000001313	CILSA APARECIDA DE SOUSA CRECENCIO	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	34,46
52/2018 - 448/2018	30/10/2018	1	000001314	JOSE ANTONIO VICENTE	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	34,46

Fiorilli Sociedade Civil Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

PREF. MUN. DE SANTO ANTONIO DO LESTE CNPJ: 04217362000190

RUA: A, Nº 367 - JARDIM SANTA INÊS

Relação das Notificações Emitidas Modulo: 1 IMOBILIÁRIO Lote da Notificação: 52/2018 à 52/2018

Data Emissão:	30/10/2018
Hora:	15:07:47
Exercício:	2018
Usuário:	CYNTHIA
Página(s):	**15 de 27**

O MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE - MT, Notificamos através do presente, que vossa Senhoria possui débitos de natureza tributária junto a Fazenda Pública deste Município. Para tanto Vossa Senhoria, ou seu representante legal, deverá comparecer na Coordenadoria de Tributos e Cadastros deste Município, situado na Rua "A", 367, Jardim Santa Inês, para **QUITAR A DÍVIDA, no Pazo de 30 (Trinta) Dias a Partir desta Publicação.**

Através deste, fica também vossa Senhoria **NOTIFICADO(A)** para comprovar, no mesmo prazo, o pagamento da dívida, que não e possuidor e/ou proprietário do Imóvel/atividade abaixo indicado, ou que, de qualquer forma não é devedor do montante constante nesta notificação. Informamos também que após este prazo, para dar cumprimento a LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL o município **Ajuizará** o valor constante neste aviso.

Nº Notificação	Data	Mod	Cadastro	Contribuinte	Endereço	Guia	Vr Notificado
52/2018 - 449/2018	30/10/2018	1	000001315	MANOEL MESSIAS PEREIRA VIEIRA	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	32,75
52/2018 - 450/2018	30/10/2018	1	000001320	FLAIRON GOMES LIMA	RUA RAFAEL BORGHETTI, 00000 -	N	44,35
52/2018 - 451/2018	30/10/2018	1	000001329	BENEDITA ALVES DA SILVA	AVENIDA PORTO ALEGRE, 00000 -	N	91,85
52/2018 - 452/2018	30/10/2018	1	000001330	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	91,42
52/2018 - 453/2018	30/10/2018	1	000001331	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	91,42
52/2018 - 454/2018	30/10/2018	1	000001332	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 455/2018	30/10/2018	1	000001335	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 456/2018	30/10/2018	1	000001337	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	91,42
52/2018 - 457/2018	30/10/2018	1	000001338	ADELAR TAFAREL	RUA SALGADO FILHO, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 458/2018	30/10/2018	1	000001346	NERIS ARLI CESPEDE MARÇAL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	65,35
52/2018 - 459/2018	30/10/2018	1	000001352	DEUZENE DE DEUS DOS SANTOS	RUA DAS FLORES, 00000 -	N	57,49
52/2018 - 460/2018	30/10/2018	1	000001360	LUCIA ANTUNES DOS SANTOS	AVENIDA PORTO ALEGRE, 00000 -	N	37,04
52/2018 - 461/2018	30/10/2018	1	000001371	ADELAR TAFAREL	RUA MATRINCHA, 00000 -	N	91,42
52/2018 - 462/2018	30/10/2018	1	000001372	DONIZETE ANTONIO DE SOUZA	RUA DOMINGOS AZZOLINI, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 463/2018	30/10/2018	1	000001373	DONIZETE ANTONIO DE SOUZA	RUA DOMINGOS AZZOLINI, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 464/2018	30/10/2018	1	000001375	SILVANA MARTA AYALA DA SILVA	RUA PASSO FUNDO, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 465/2018	30/10/2018	1	000001376	LORIMAR MARQUES DE ARRUDA	RUA PASSO FUNDO, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 466/2018	30/10/2018	1	000001377	LORIMAR MARQUES DE ARRUDA	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	91,42
52/2018 - 467/2018	30/10/2018	1	000001378	LORIMAR MARQUES DE ARRUDA	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 468/2018	30/10/2018	1	000001379	LORIMAR MARQUES DE ARRUDA	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 469/2018	30/10/2018	1	000001380	NEUDIO CAVALHEIRO	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	91,42
52/2018 - 470/2018	30/10/2018	1	000001381	NEUDIO CAVALHEIRO	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 471/2018	30/10/2018	1	000001388	EVERMONDO DE ALMEIDA	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	91,42
52/2018 - 472/2018	30/10/2018	1	000001393	JUANA DA COSTA OLIVEIRA	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	78,88
52/2018 - 473/2018	30/10/2018	1	000001411	ADER JUNIOR FERREIRA DA SILVA	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	29,21
52/2018 - 474/2018	30/10/2018	1	000001414	GILBERTO BARONAS DE MORAES	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	29,21
52/2018 - 475/2018	30/10/2018	1	000001420	JORGE DE ARRUDA DAVID	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	91,42
52/2018 - 476/2018	30/10/2018	1	000001421	HELTON LIPAUS DA SILVA	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	38,18
52/2018 - 477/2018	30/10/2018	1	000001425	WILLIAN EDUARDO RIBEIRO DE CAMPOS	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	62,72
52/2018 - 478/2018	30/10/2018	1	000001437	JOSE BENHUR VIERA	AVENIDA CAMPO GRANDE, 00000 -	N	38,94
52/2018 - 479/2018	30/10/2018	1	000001449	MARCELO BERNARDES SILVANO	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	922,27
52/2018 - 480/2018	30/10/2018	1	000001451	JEFERSON RAYON GOMES DA SILVA	AVENIDA BELO HORIZONTE, 00000 -	N	81,12

Fiorilli Sociedade Civil Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

PREF. MUN. DE SANTO ANTONIO DO LESTE CNPJ: 04217362000190

RUA: A, Nº 367 - JARDIM SANTA INÊS

Relação das Notificações Emitidas Modulo: 1 IMOBILIÁRIO Lote da Notificação: 52/2018 à 52/2018

Data Emissão:	30/10/2018
Hora:	15:07:47
Exercício:	2018
Usuário:	CYNTHIA
Página(s):	**16 de 27**

O MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE - MT, Notificamos através do presente, que vossa Senhoria possui débitos de natureza tributária junto a Fazenda Pública deste Município. Para tanto Vossa Senhoria, ou seu representante legal, deverá comparecer na Coordenadoria de Tributos e Cadastros deste Município, situado na Rua "A", 367, Jardim Santa Inês, para **QUITAR A DÍVIDA, no Pazo de 30 (Trinta) Dias a Partir desta Publicação.**

Através deste, fica também vossa Senhoria **NOTIFICADO(A)** para comprovar, no mesmo prazo, o pagamento da dívida, que não e possuidor e/ou proprietário do Imóvel/atividade abaixo indicado, ou que, de qualquer forma não é devedor do montante constante nesta notificação. Informamos também que após este prazo, para dar cumprimento a LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL o município **Ajuizará** o valor constante neste aviso.

Nº Notificação	Data	Mod	Cadastro	Contribuinte	Endereço	Guia	Vr Notificado
52/2018 - 481/2018	30/10/2018	1	000001453	LEIDIANE OLIVEIRA DOS SANTOS	AVENIDA BELO HORIZONTE, 00000 -	N	78,72
52/2018 - 482/2018	30/10/2018	1	000001472	EDMILSON GUIMARAES DOS SANTOS	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	67,51
52/2018 - 483/2018	30/10/2018	1	000001476	JOSE DE ARAUJO SILVA	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	59,43
52/2018 - 484/2018	30/10/2018	1	000001487	DEJANILDES RODRIGUES DE CAMPOS	AV CEARA, 00000 -	N	35,55
52/2018 - 485/2018	30/10/2018	1	000001491	JOSIENE MARIA DA CONCEICAO	AV CEARA, 00000 -	N	26,18
52/2018 - 486/2018	30/10/2018	1	000001504	JAMILTON CARVALHO NEVES	AVENIDA CAMPO GRANDE, 00000 -	N	25,50
52/2018 - 487/2018	30/10/2018	1	000001524	SAIDY ANTONIO KOLLING	RUA PROJETADA, 00000 -	N	171,86
52/2018 - 488/2018	30/10/2018	1	000001528	MARCELO ZELENTE KRUGER	RUA SALGADO FILHO, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 489/2018	30/10/2018	1	000001529	JESSICA RAMOS GOMES	RUA RAFAEL BORGHETTI, 00000 -	N	76,10
52/2018 - 490/2018	30/10/2018	1	000001531	ADELAR TAFAREL	RUA SANTO ANTONIO, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 491/2018	30/10/2018	1	000001532	ADELAR TAFAREL	RUA SANTO ANTONIO, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 492/2018	30/10/2018	1	000001533	ADELAR TAFAREL	AVENIDA GRAMADOS, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 493/2018	30/10/2018	1	000001534	ADELAR TAFAREL	RUA PASSO FUNDO, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 494/2018	30/10/2018	1	000001535	ADELAR TAFAREL	AVENIDA GRAMADOS, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 495/2018	30/10/2018	1	000001536	ADELAR TAFAREL	AVENIDA GRAMADOS, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 496/2018	30/10/2018	1	000001537	ADELAR TAFAREL	AVENIDA GRAMADOS, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 497/2018	30/10/2018	1	000001538	ADELAR TAFAREL	AVENIDA GRAMADOS, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 498/2018	30/10/2018	1	000001543	ADELAR TAFAREL	RUA DAS FLORES, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 499/2018	30/10/2018	1	000001544	ADELAR TAFAREL	RUA DAS FLORES, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 500/2018	30/10/2018	1	000001548	ADELAR TAFAREL	AVENIDA GRAMADOS, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 501/2018	30/10/2018	1	000001549	ADELAR TAFAREL	AVENIDA GRAMADOS, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 502/2018	30/10/2018	1	000001550	ADELAR TAFAREL	AVENIDA GRAMADOS, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 503/2018	30/10/2018	1	000001551	ADELAR TAFAREL	AVENIDA GRAMADOS, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 504/2018	30/10/2018	1	000001552	ADELAR TAFAREL	AVENIDA GRAMADOS, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 505/2018	30/10/2018	1	000001553	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 506/2018	30/10/2018	1	000001554	ADELAR TAFAREL	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 507/2018	30/10/2018	1	000001555	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 508/2018	30/10/2018	1	000001556	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 509/2018	30/10/2018	1	000001557	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 510/2018	30/10/2018	1	000001558	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 511/2018	30/10/2018	1	000001559	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 512/2018	30/10/2018	1	000001560	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	85,19

Fiorilli Sociedade Civil Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

PREF. MUN. DE SANTO ANTONIO DO LESTE CNPJ: 04217362000190

RUA: A, Nº 367 - JARDIM SANTA INÊS

Relação das Notificações Emitidas Modulo: 1 IMOBILIÁRIO Lote da Notificação: 52/2018 à 52/2018

Data Emissão:	30/10/2018
Hora:	15:07:47
Exercício:	2018
Usuário:	CYNTHIA
Página(s):	**17 de 27**

O MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE - MT, Notificamos através do presente, que vossa Senhoria possui débitos de natureza tributária junto a Fazenda Pública deste Município. Para tanto Vossa Senhoria, ou seu representante legal, deverá comparecer na Coordenadoria de Tributos e Cadastros deste Município, situado na Rua "A", 367, Jardim Santa Inês, para **QUITAR A DÍVIDA, no Pazo de 30 (Trinta) Dias a Partir desta Publicação.**

Através deste, fica também vossa Senhoria **NOTIFICADO(A)** para comprovar, no mesmo prazo, o pagamento da dívida, que não e possuidor e/ou proprietário do Imóvel/atividade abaixo indicado, ou que, de qualquer forma não é devedor do montante constante nesta notificação. Informamos também que após este prazo, para dar cumprimento a LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL o município **Ajuizará** o valor constante neste aviso.

Nº Notificação	Data	Mod	Cadastro	Contribuinte	Endereço	Guia	Vr Notificado
52/2018 - 513/2018	30/10/2018	1	000001561	ADELAR TAFAREL	RUA DAS FLORES, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 514/2018	30/10/2018	1	000001562	ADELAR TAFAREL	RUA DAS FLORES, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 515/2018	30/10/2018	1	000001563	ADELAR TAFAREL	AVENIDA GRAMADOS, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 516/2018	30/10/2018	1	000001564	ADELAR TAFAREL	AVENIDA GRAMADOS, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 517/2018	30/10/2018	1	000001565	ADELAR TAFAREL	AVENIDA GRAMADOS, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 518/2018	30/10/2018	1	000001566	ADELAR TAFAREL	AVENIDA GRAMADOS, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 519/2018	30/10/2018	1	000001567	ADELAR TAFAREL	AVENIDA GRAMADOS, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 520/2018	30/10/2018	1	000001568	ADELAR TAFAREL	AVENIDA GRAMADOS, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 521/2018	30/10/2018	1	000001569	ETELVINO DAL CERO	AVENIDA GRAMADOS, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 522/2018	30/10/2018	1	000001571	ADELAR TAFAREL	AVENIDA GRAMADOS, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 523/2018	30/10/2018	1	000001572	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 524/2018	30/10/2018	1	000001575	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 525/2018	30/10/2018	1	000001576	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 526/2018	30/10/2018	1	000001577	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 527/2018	30/10/2018	1	000001578	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 528/2018	30/10/2018	1	000001579	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 529/2018	30/10/2018	1	000001580	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 530/2018	30/10/2018	1	000001581	EDNA DA ROCHA OLIVEIRA	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 531/2018	30/10/2018	1	000001582	ADELAR TAFAREL	AVENIDA GRAMADOS, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 532/2018	30/10/2018	1	000001583	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 533/2018	30/10/2018	1	000001591	TAFAREL & CIA LTDA	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	242,48
52/2018 - 534/2018	30/10/2018	1	000001593	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 535/2018	30/10/2018	1	000001596	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 536/2018	30/10/2018	1	000001597	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 537/2018	30/10/2018	1	000001598	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 538/2018	30/10/2018	1	000001599	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 539/2018	30/10/2018	1	000001602	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 540/2018	30/10/2018	1	000001603	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 541/2018	30/10/2018	1	000001604	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 542/2018	30/10/2018	1	000001605	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 543/2018	30/10/2018	1	000001606	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 544/2018	30/10/2018	1	000001607	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	85,19

Fiorilli Sociedade Civil Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

PREF. MUN. DE SANTO ANTONIO DO LESTE CNPJ: 04217362000190

RUA: A, Nº 367 - JARDIM SANTA INÊS

Relação das Notificações Emitidas Modulo: 1 IMOBILIÁRIO Lote da Notificação: 52/2018 à 52/2018

Data Emissão:	30/10/2018
Hora:	15:07:47
Exercício:	2018
Usuário:	CYNTHIA
Página(s):	**18 de 27**

O MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE - MT, Notificamos através do presente, que vossa Senhoria possui débitos de natureza tributária junto a Fazenda Pública deste Município. Para tanto Vossa Senhoria, ou seu representante legal, deverá comparecer na Coordenadoria de Tributos e Cadastros deste Município, situado na Rua "A", 367, Jardim Santa Inês, para **QUITAR A DÍVIDA, no Pazo de 30 (Trinta) Dias a Partir desta Publicação.**

Através deste, fica também vossa Senhoria **NOTIFICADO(A)** para comprovar, no mesmo prazo, o pagamento da dívida, que não e possuidor e/ou proprietário do Imóvel/atividade abaixo indicado, ou que, de qualquer forma não é devedor do montante constante nesta notificação. Informamos também que após este prazo, para dar cumprimento a LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL o município **Ajuizará** o valor constante neste aviso.

Nº Notificação	Data	Mod	Cadastro	Contribuinte	Endereço	Guia	Vr Notificado
52/2018 - 545/2018	30/10/2018	1	000001608	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	85,19
52/2018 - 546/2018	30/10/2018	1	000001609	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	85,19
52/2018 - 547/2018	30/10/2018	1	000001610	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	85,19
52/2018 - 548/2018	30/10/2018	1	000001611	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	85,19
52/2018 - 549/2018	30/10/2018	1	000001612	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	85,19
52/2018 - 550/2018	30/10/2018	1	000001613	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	85,19
52/2018 - 551/2018	30/10/2018	1	000001614	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	85,19
52/2018 - 552/2018	30/10/2018	1	000001615	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	85,19
52/2018 - 553/2018	30/10/2018	1	000001616	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	85,19
52/2018 - 554/2018	30/10/2018	1	000001617	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	85,19
52/2018 - 555/2018	30/10/2018	1	000001618	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	85,19
52/2018 - 556/2018	30/10/2018	1	000001619	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	85,19
52/2018 - 557/2018	30/10/2018	1	000001620	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	85,19
52/2018 - 558/2018	30/10/2018	1	000001621	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	85,19
52/2018 - 559/2018	30/10/2018	1	000001622	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	85,19
52/2018 - 560/2018	30/10/2018	1	000001625	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CEARA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 561/2018	30/10/2018	1	000001626	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CEARA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 562/2018	30/10/2018	1	000001628	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 563/2018	30/10/2018	1	000001629	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CEARA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 564/2018	30/10/2018	1	000001630	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 565/2018	30/10/2018	1	000001631	ADELAR TAFAREL	RUA 2 DE JULHO, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 566/2018	30/10/2018	1	000001633	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	85,19
52/2018 - 567/2018	30/10/2018	1	000001634	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	85,19
52/2018 - 568/2018	30/10/2018	1	000001635	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	85,19
52/2018 - 569/2018	30/10/2018	1	000001636	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	85,19
52/2018 - 570/2018	30/10/2018	1	000001637	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	85,19
52/2018 - 571/2018	30/10/2018	1	000001638	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CEARA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 572/2018	30/10/2018	1	000001640	ADELAR TAFAREL	AV CEARA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 573/2018	30/10/2018	1	000001641	ADELAR TAFAREL	AV CEARA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 574/2018	30/10/2018	1	000001643	ADELAR TAFAREL	AV CEARA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 575/2018	30/10/2018	1	000001644	ADELAR TAFAREL	RUA 2 DE JULHO, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 576/2018	30/10/2018	1	000001645	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	85,19

Fiorilli Sociedade Civil Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

PREF. MUN. DE SANTO ANTONIO DO LESTE CNPJ: 04217362000190

RUA: A, Nº 367 - JARDIM SANTA INÊS

Relação das Notificações Emitidas Modulo: 1 IMOBILIÁRIO Lote da Notificação: 52/2018 à 52/2018

Data Emissão:	30/10/2018
Hora:	15:07:47
Exercício:	2018
Usuário:	CYNTHIA
Página(s):	**19 de 27**

O MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE - MT, Notificamos através do presente, que vossa Senhoria possui débitos de natureza tributária junto a Fazenda Pública deste Município. Para tanto Vossa Senhoria, ou seu representante legal, deverá comparecer na Coordenadoria de Tributos e Cadastros deste Município, situado na Rua "A", 367, Jardim Santa Inês, para **QUITAR A DÍVIDA, no Pazo de 30 (Trinta) Dias a Partir desta Publicação.**

Através deste, fica também vossa Senhoria **NOTIFICADO(A)** para comprovar, no mesmo prazo, o pagamento da dívida, que não e possuidor e/ou proprietário do Imóvel/atividade abaixo indicado, ou que, de qualquer forma não é devedor do montante constante nesta notificação. Informamos também que após este prazo, para dar cumprimento a LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL o município **Ajuizará** o valor constante neste aviso.

Nº Notificação	Data	Mod	Cadastro	Contribuinte	Endereço	Guia	Vr Notificado
52/2018 - 577/2018	30/10/2018	1	000001646	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 578/2018	30/10/2018	1	000001647	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 579/2018	30/10/2018	1	000001649	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 580/2018	30/10/2018	1	000001650	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	85,19
52/2018 - 581/2018	30/10/2018	1	000001651	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 582/2018	30/10/2018	1	000001653	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 583/2018	30/10/2018	1	000001655	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 584/2018	30/10/2018	1	000001656	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 585/2018	30/10/2018	1	000001658	ADELAR TAFAREL	RUA 2 DE JULHO, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 586/2018	30/10/2018	1	000001659	ADELAR TAFAREL	RUA 2 DE JULHO, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 587/2018	30/10/2018	1	000001660	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 588/2018	30/10/2018	1	000001661	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 589/2018	30/10/2018	1	000001662	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 590/2018	30/10/2018	1	000001663	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 591/2018	30/10/2018	1	000001664	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 592/2018	30/10/2018	1	000001665	ADELAR TAFAREL	RUA 2 DE JULHO, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 593/2018	30/10/2018	1	000001666	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	85,19
52/2018 - 594/2018	30/10/2018	1	000001668	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	85,19
52/2018 - 595/2018	30/10/2018	1	000001669	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	85,19
52/2018 - 596/2018	30/10/2018	1	000001670	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	85,19
52/2018 - 597/2018	30/10/2018	1	000001671	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	85,19
52/2018 - 598/2018	30/10/2018	1	000001672	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 599/2018	30/10/2018	1	000001673	LINDOMAR SANTOS COSTA	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	138,34
52/2018 - 600/2018	30/10/2018	1	000001676	JEOSEMAR CARVALHO DE MORAES	RUA B, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 601/2018	30/10/2018	1	000001677	CENTRO F. C. VEICULOS AUTOMOTORES L	RUA B, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 602/2018	30/10/2018	1	000001697	ROSANJILA TEIXEIRA DUTRA DE CASTRO	RUA PASSO FUNDO, 00000 -	N	62,93
52/2018 - 603/2018	30/10/2018	1	000001701	SIVALDO DE SOUZA OLIVEIRA	RUA PASSO FUNDO, 00000 -	N	76,10
52/2018 - 604/2018	30/10/2018	1	000001711	PEDRO FRIGO	RUA SALGADO FILHO, 00000 -	N	80,40
52/2018 - 605/2018	30/10/2018	1	000001712	PEDRO LUIZ BRUNETTA	AVENIDA FLORIANOPOLIS, 00000 -	N	34,12
52/2018 - 606/2018	30/10/2018	1	000001714	DARCI DOS SANTOS MARINHO	RUA DAS ARARAS, 00000 -	N	34,92
52/2018 - 607/2018	30/10/2018	1	000001729	IDE OLIVEIRA DOS SANTOS DA SILVA	RUA PASSO FUNDO, 00000 -	N	100,04
52/2018 - 608/2018	30/10/2018	1	000001739	MANOEL CARLOS DA SILVA	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	28,45

Fiorilli Sociedade Civil Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

PREF. MUN. DE SANTO ANTONIO DO LESTE CNPJ: 04217362000190

RUA: A, Nº 367 - JARDIM SANTA INÊS

Relação das Notificações Emitidas Modulo: 1 IMOBILIÁRIO Lote da Notificação: 52/2018 à 52/2018

Data Emissão:	30/10/2018
Hora:	15:07:47
Exercício:	2018
Usuário:	CYNTHIA
Página(s):	**20 de 27**

O MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE - MT, Notificamos através do presente, que vossa Senhoria possui débitos de natureza tributária junto a Fazenda Pública deste Município. Para tanto Vossa Senhoria, ou seu representante legal, deverá comparecer na Coordenadoria de Tributos e Cadastros deste Município, situado na Rua "A", 367, Jardim Santa Inês, para **QUITAR A DÍVIDA, no Pazo de 30 (Trinta) Dias a Partir desta Publicação.**

Através deste, fica também vossa Senhoria **NOTIFICADO(A)** para comprovar, no mesmo prazo, o pagamento da dívida, que não e possuidor e/ou proprietário do Imóvel/atividade abaixo indicado, ou que, de qualquer forma não é devedor do montante constante nesta notificação. Informamos também que após este prazo, para dar cumprimento a LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL o município **Ajuizará** o valor constante neste aviso.

Nº Notificação	Data	Mod	Cadastro	Contribuinte	Endereço	Guia	Vr Notificado
52/2018 - 609/2018	30/10/2018	1	000001746	MARTA DE FATIMA NASCIMENTO	AVENIDA CEARA, 00000 -	N	184,25
52/2018 - 610/2018	30/10/2018	1	000001754	VIRGILINO FERREIRA	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	52,86
52/2018 - 611/2018	30/10/2018	1	000001755	PEDRO SIQUEIRA CARVALHO	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	76,10
52/2018 - 612/2018	30/10/2018	1	000001758	GILMAR VIEIRA DA SILVA	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 613/2018	30/10/2018	1	000001761	ADELAR TAFAREL	RUA 11, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 614/2018	30/10/2018	1	000001762	ADELAR TAFAREL	RUA 40, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 615/2018	30/10/2018	1	000001763	ADELAR TAFAREL	RUA 11, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 616/2018	30/10/2018	1	000001764	ADELAR TAFAREL	RUA B, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 617/2018	30/10/2018	1	000001765	ADELAR TAFAREL	RUA B, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 618/2018	30/10/2018	1	000001766	ADELAR TAFAREL	RUA DO COMERCIO, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 619/2018	30/10/2018	1	000001768	ADELAR TAFAREL	RUA 11, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 620/2018	30/10/2018	1	000001769	NESCY RIBEIRO DE SOUSA	RUA SANTO ANTONIO, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 621/2018	30/10/2018	1	000001771	MARGARETE BIFF FRIGO	RUA DO COMERCIO, 00000 -	N	205,37
52/2018 - 622/2018	30/10/2018	1	000001772	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 623/2018	30/10/2018	1	000001773	ADELAR TAFAREL	RUA DOMINGOS AZZOLINI, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 624/2018	30/10/2018	1	000001776	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 625/2018	30/10/2018	1	000001777	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 626/2018	30/10/2018	1	000001778	MARIA LEODINA GOMES DA SILVA	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 627/2018	30/10/2018	1	000001783	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 628/2018	30/10/2018	1	000001789	ADELAR TAFAREL	RUA DOS GRAMADOS, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 629/2018	30/10/2018	1	000001790	ADELAR TAFAREL	RUA DOS GRAMADOS, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 630/2018	30/10/2018	1	000001791	ADELAR TAFAREL	RUA DOS GRAMADOS, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 631/2018	30/10/2018	1	000001795	AGOSTINHO SANTANNA NETO	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 632/2018	30/10/2018	1	000001796	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 633/2018	30/10/2018	1	000001799	ADELAR TAFAREL	RUA SANTO ANTONIO, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 634/2018	30/10/2018	1	000001800	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 635/2018	30/10/2018	1	000001801	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 636/2018	30/10/2018	1	000001802	ADELAR TAFAREL	RUA PASSO FUNDO, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 637/2018	30/10/2018	1	000001803	ADELAR TAFAREL	RUA PASSO FUNDO, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 638/2018	30/10/2018	1	000001805	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 639/2018	30/10/2018	1	000001806	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 640/2018	30/10/2018	1	000001807	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19

Fiorilli Sociedade Civil Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

PREF. MUN. DE SANTO ANTONIO DO LESTE CNPJ: 04217362000190

RUA: A, Nº 367 - JARDIM SANTA INÊS

Relação das Notificações Emitidas Modulo: 1 IMOBILIÁRIO Lote da Notificação: 52/2018 à 52/2018

Data Emissão:	30/10/2018
Hora:	15:07:47
Exercício:	2018
Usuário:	CYNTHIA
Página(s):	**21 de 27**

O MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE - MT, Notificamos através do presente, que vossa Senhoria possui débitos de natureza tributária junto a Fazenda Pública deste Município. Para tanto Vossa Senhoria, ou seu representante legal, deverá comparecer na Coordenadoria de Tributos e Cadastros deste Município, situado na Rua "A", 367, Jardim Santa Inês, para **QUITAR A DÍVIDA, no Pazo de 30 (Trinta) Dias a Partir desta Publicação.**

Através deste, fica também vossa Senhoria **NOTIFICADO(A)** para comprovar, no mesmo prazo, o pagamento da dívida, que não e possuidor e/ou proprietário do Imóvel/atividade abaixo indicado, ou que, de qualquer forma não é devedor do montante constante nesta notificação. Informamos também que após este prazo, para dar cumprimento a LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL o município **Ajuizará** o valor constante neste aviso.

Nº Notificação	Data	Mod	Cadastro	Contribuinte	Endereço	Guia	Vr Notificado
52/2018 - 641/2018	30/10/2018	1	000001810	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 642/2018	30/10/2018	1	000001811	ADELAR TAFAREL	RUA DOMINGOS AZZOLINI, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 643/2018	30/10/2018	1	000001812	ADELAR TAFAREL	RUA DOMINGOS AZZOLINI, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 644/2018	30/10/2018	1	000001813	ADELAR TAFAREL	RUA 2 DE JULHO, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 645/2018	30/10/2018	1	000001814	ADELAR TAFAREL	RUA 2 DE JULHO, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 646/2018	30/10/2018	1	000001816	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 647/2018	30/10/2018	1	000001817	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 648/2018	30/10/2018	1	000001819	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 649/2018	30/10/2018	1	000001820	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 650/2018	30/10/2018	1	000001821	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 651/2018	30/10/2018	1	000001822	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 652/2018	30/10/2018	1	000001823	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 653/2018	30/10/2018	1	000001824	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 654/2018	30/10/2018	1	000001825	ADELAR TAFAREL	RUA 2 DE JULHO, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 655/2018	30/10/2018	1	000001826	ADELAR TAFAREL	RUA 2 DE JULHO, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 656/2018	30/10/2018	1	000001827	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 657/2018	30/10/2018	1	000001828	ADELAR TAFAREL	RUA GARCAS, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 658/2018	30/10/2018	1	000001829	ADELAR TAFAREL	RUA GARCAS, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 659/2018	30/10/2018	1	000001830	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 660/2018	30/10/2018	1	000001831	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 661/2018	30/10/2018	1	000001832	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 662/2018	30/10/2018	1	000001833	ADELAR TAFAREL	RUA SANTO ANTONIO, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 663/2018	30/10/2018	1	000001834	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 664/2018	30/10/2018	1	000001835	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 665/2018	30/10/2018	1	000001836	ADELAR TAFAREL	RUA GARCAS, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 666/2018	30/10/2018	1	000001837	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 667/2018	30/10/2018	1	000001840	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 668/2018	30/10/2018	1	000001841	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 669/2018	30/10/2018	1	000001842	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 670/2018	30/10/2018	1	000001844	PETR FEODOSIEVICH FEFELOV	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 671/2018	30/10/2018	1	000001845	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 672/2018	30/10/2018	1	000001846	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19

Fiorilli Sociedade Civil Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

PREF. MUN. DE SANTO ANTONIO DO LESTE CNPJ: 04217362000190

RUA: A, Nº 367 - JARDIM SANTA INÊS

Relação das Notificações Emitidas Modulo: 1 IMOBILIÁRIO Lote da Notificação: 52/2018 à 52/2018

Data Emissão:	30/10/2018
Hora:	15:07:47
Exercício:	2018
Usuário:	CYNTHIA
Página(s):	**22 de 27**

O MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE - MT, Notificamos através do presente, que vossa Senhoria possui débitos de natureza tributária junto a Fazenda Pública deste Município. Para tanto Vossa Senhoria, ou seu representante legal, deverá comparecer na Coordenadoria de Tributos e Cadastros deste Município, situado na Rua "A", 367, Jardim Santa Inês, para **QUITAR A DÍVIDA, no Pazo de 30 (Trinta) Dias a Partir desta Publicação.**

Através deste, fica também vossa Senhoria **NOTIFICADO(A)** para comprovar, no mesmo prazo, o pagamento da dívida, que não e possuidor e/ou proprietário do Imóvel/atividade abaixo indicado, ou que, de qualquer forma não é devedor do montante constante nesta notificação. Informamos também que após este prazo, para dar cumprimento a LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL o município **Ajuizará** o valor constante neste aviso.

Nº Notificação	Data	Mod	Cadastro	Contribuinte	Endereço	Guia	Vr Notificado
52/2018 - 673/2018	30/10/2018	1	000001847	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 674/2018	30/10/2018	1	000001848	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 675/2018	30/10/2018	1	000001849	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 676/2018	30/10/2018	1	000001850	ADELAR TAFAREL	RUA SANTO ANTONIO, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 677/2018	30/10/2018	1	000001851	ADELAR TAFAREL	RUA SANTO ANTONIO, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 678/2018	30/10/2018	1	000001852	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 679/2018	30/10/2018	1	000001853	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 680/2018	30/10/2018	1	000001854	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 681/2018	30/10/2018	1	000001855	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 682/2018	30/10/2018	1	000001856	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 683/2018	30/10/2018	1	000001857	ADELAR TAFAREL	RUA PASSO FUNDO, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 684/2018	30/10/2018	1	000001858	PETR FEODOSIEVICH FEFELOV	RUA PASSO FUNDO, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 685/2018	30/10/2018	1	000001859	LINDOMAR SANTOS COSTA	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 686/2018	30/10/2018	1	000001860	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 687/2018	30/10/2018	1	000001861	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 688/2018	30/10/2018	1	000001862	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 689/2018	30/10/2018	1	000001863	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 690/2018	30/10/2018	1	000001864	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 691/2018	30/10/2018	1	000001865	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 692/2018	30/10/2018	1	000001866	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 693/2018	30/10/2018	1	000001867	ADELAR TAFAREL	RUA PASSO FUNDO, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 694/2018	30/10/2018	1	000001868	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 695/2018	30/10/2018	1	000001869	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MATRINCHA, 0000, -	N	119,19
52/2018 - 696/2018	30/10/2018	1	000001870	ADELAR TAFAREL	RUA DAS FLORES, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 697/2018	30/10/2018	1	000001871	ADELAR TAFAREL	RUA DAS FLORES, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 698/2018	30/10/2018	1	000001872	ADELAR TAFAREL	RUA PASSO FUNDO, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 699/2018	30/10/2018	1	000001877	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 700/2018	30/10/2018	1	000001878	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 701/2018	30/10/2018	1	000001879	ADELAR TAFAREL	RUA SANTO ANTONIO, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 702/2018	30/10/2018	1	000001880	ADELAR TAFAREL	RUA SANTO ANTONIO, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 703/2018	30/10/2018	1	000001881	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 704/2018	30/10/2018	1	000001882	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	85,19

Fiorilli Sociedade Civil Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

PREF. MUN. DE SANTO ANTONIO DO LESTE CNPJ: 04217362000190

RUA: A, Nº 367 - JARDIM SANTA INÊS

Relação das Notificações Emitidas Modulo: 1 IMOBILIÁRIO Lote da Notificação: 52/2018 à 52/2018

Data Emissão:	30/10/2018
Hora:	15:07:47
Exercício:	2018
Usuário:	CYNTHIA
Página(s):	**23 de 27**

O MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE - MT, Notificamos através do presente, que vossa Senhoria possui débitos de natureza tributária junto a Fazenda Pública deste Município. Para tanto Vossa Senhoria, ou seu representante legal, deverá comparecer na Coordenadoria de Tributos e Cadastros deste Município, situado na Rua "A", 367, Jardim Santa Inês, para **QUITAR A DÍVIDA, no Pazo de 30 (Trinta) Dias a Partir desta Publicação.**

Através deste, fica também vossa Senhoria **NOTIFICADO(A)** para comprovar, no mesmo prazo, o pagamento da dívida, que não e possuidor e/ou proprietário do Imóvel/atividade abaixo indicado, ou que, de qualquer forma não é devedor do montante constante nesta notificação. Informamos também que após este prazo, para dar cumprimento a LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL o município **Ajuizará** o valor constante neste aviso.

Nº Notificação	Data	Mod	Cadastro	Contribuinte	Endereço	Guia	Vr Notificado
52/2018 - 705/2018	30/10/2018	1	000001883	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 706/2018	30/10/2018	1	000001884	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 707/2018	30/10/2018	1	000001885	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 708/2018	30/10/2018	1	000001886	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 709/2018	30/10/2018	1	000001887	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 710/2018	30/10/2018	1	000001888	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 711/2018	30/10/2018	1	000001889	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 712/2018	30/10/2018	1	000001890	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 713/2018	30/10/2018	1	000001891	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 714/2018	30/10/2018	1	000001892	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 715/2018	30/10/2018	1	000001893	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 716/2018	30/10/2018	1	000001894	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 717/2018	30/10/2018	1	000001895	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 718/2018	30/10/2018	1	000001896	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 719/2018	30/10/2018	1	000001900	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 720/2018	30/10/2018	1	000001902	ADELAR TAFAREL	RUA DAS FLORES, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 721/2018	30/10/2018	1	000001904	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 722/2018	30/10/2018	1	000001905	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 723/2018	30/10/2018	1	000001906	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 724/2018	30/10/2018	1	000001907	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 725/2018	30/10/2018	1	000001908	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 726/2018	30/10/2018	1	000001909	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 727/2018	30/10/2018	1	000001910	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 728/2018	30/10/2018	1	000001912	ADELAR TAFAREL	RUA DAS FLORES, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 729/2018	30/10/2018	1	000001913	ADELAR TAFAREL	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 730/2018	30/10/2018	1	000001914	ADELAR TAFAREL	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 731/2018	30/10/2018	1	000001916	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 732/2018	30/10/2018	1	000001917	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 733/2018	30/10/2018	1	000001919	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 734/2018	30/10/2018	1	000001920	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 735/2018	30/10/2018	1	000001921	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 736/2018	30/10/2018	1	000001922	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	119,19

Fiorilli Sociedade Civil Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

PREF. MUN. DE SANTO ANTONIO DO LESTE CNPJ: 04217362000190

RUA: A, Nº 367 - JARDIM SANTA INÊS

Relação das Notificações Emitidas Modulo: 1 IMOBILIÁRIO Lote da Notificação: 52/2018 à 52/2018

Data Emissão:	30/10/2018
Hora:	15:07:47
Exercício:	2018
Usuário:	CYNTHIA
Página(s):	**24 de 27**

O MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE - MT, Notificamos através do presente, que vossa Senhoria possui débitos de natureza tributária junto a Fazenda Pública deste Município. Para tanto Vossa Senhoria, ou seu representante legal, deverá comparecer na Coordenadoria de Tributos e Cadastros deste Município, situado na Rua "A", 367, Jardim Santa Inês, para **QUITAR A DÍVIDA, no Pazo de 30 (Trinta) Dias a Partir desta Publicação.**

Através deste, fica também vossa Senhoria **NOTIFICADO(A)** para comprovar, no mesmo prazo, o pagamento da dívida, que não e possuidor e/ou proprietário do Imóvel/atividade abaixo indicado, ou que, de qualquer forma não é devedor do montante constante nesta notificação. Informamos também que após este prazo, para dar cumprimento a LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL o município **Ajuizará** o valor constante neste aviso.

Nº Notificação	Data	Mod	Cadastro	Contribuinte	Endereço	Guia	Vr Notificado
52/2018 - 737/2018	30/10/2018	1	000001923	ADELAR TAFAREL	RUA DAS FLORES, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 738/2018	30/10/2018	1	000001924	ADELAR TAFAREL	RUA DAS FLORES, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 739/2018	30/10/2018	1	000001925	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 740/2018	30/10/2018	1	000001926	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 741/2018	30/10/2018	1	000001927	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 742/2018	30/10/2018	1	000001928	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 743/2018	30/10/2018	1	000001929	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 744/2018	30/10/2018	1	000001930	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 745/2018	30/10/2018	1	000001931	ADELAR TAFAREL	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 746/2018	30/10/2018	1	000001932	ADELAR TAFAREL	AVENIDA FORTALEZA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 747/2018	30/10/2018	1	000001934	ADELAR TAFAREL	RUA GARCAS, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 748/2018	30/10/2018	1	000001935	ADELAR TAFAREL	AV CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 749/2018	30/10/2018	1	000001937	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 750/2018	30/10/2018	1	000001938	JOSE CARLOS DO CARMO	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 751/2018	30/10/2018	1	000001939	EMILIO DIVINO RODRIGUES	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 752/2018	30/10/2018	1	000001940	ADELAR TAFAREL	RUA SANTO ANTONIO, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 753/2018	30/10/2018	1	000001941	ADELAR TAFAREL	RUA SANTO ANTONIO, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 754/2018	30/10/2018	1	000001942	ADELAR TAFAREL	RUA 2 DE JULHO, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 755/2018	30/10/2018	1	000001943	ADELAR TAFAREL	RUA 2 DE JULHO, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 756/2018	30/10/2018	1	000001944	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 757/2018	30/10/2018	1	000001945	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 758/2018	30/10/2018	1	000001949	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 759/2018	30/10/2018	1	000001950	ADELAR TAFAREL	RUA GARCAS, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 760/2018	30/10/2018	1	000001951	ADELAR TAFAREL	RUA GARCAS, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 761/2018	30/10/2018	1	000001952	ADELAR TAFAREL	RUA DOMINGOS AZZOLINI, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 762/2018	30/10/2018	1	000001953	ADELAR TAFAREL	RUA DOMINGOS AZZOLINI, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 763/2018	30/10/2018	1	000001954	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 764/2018	30/10/2018	1	000001955	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 765/2018	30/10/2018	1	000001956	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 766/2018	30/10/2018	1	000001957	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 767/2018	30/10/2018	1	000001958	ALTEMAR QUIRINO DA COSTA	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 768/2018	30/10/2018	1	000001959	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19

Fiorilli Sociedade Civil Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

PREF. MUN. DE SANTO ANTONIO DO LESTE CNPJ: 04217362000190

RUA: A, Nº 367 - JARDIM SANTA INÊS

Relação das Notificações Emitidas Modulo: 1 IMOBILIÁRIO Lote da Notificação: 52/2018 à 52/2018

Data Emissão:	30/10/2018
Hora:	15:07:47
Exercício:	2018
Usuário:	CYNTHIA
Página(s):	**25 de 27**

O MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE - MT, Notificamos através do presente, que vossa Senhoria possui débitos de natureza tributária junto a Fazenda Pública deste Município. Para tanto Vossa Senhoria, ou seu representante legal, deverá comparecer na Coordenadoria de Tributos e Cadastros deste Município, situado na Rua "A", 367, Jardim Santa Inês, para **QUITAR A DÍVIDA, no Pazo de 30 (Trinta) Dias a Partir desta Publicação.**

Através deste, fica também vossa Senhoria **NOTIFICADO(A)** para comprovar, no mesmo prazo, o pagamento da dívida, que não e possuidor e/ou proprietário do Imóvel/atividade abaixo indicado, ou que, de qualquer forma não é devedor do montante constante nesta notificação. Informamos também que após este prazo, para dar cumprimento a LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL o município **Ajuizará** o valor constante neste aviso.

Nº Notificação	Data	Mod	Cadastro	Contribuinte	Endereço	Guia	Vr Notificado
52/2018 - 769/2018	30/10/2018	1	000001960	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 770/2018	30/10/2018	1	000001961	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 771/2018	30/10/2018	1	000001962	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 772/2018	30/10/2018	1	000001963	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 773/2018	30/10/2018	1	000001964	ADELAR TAFAREL	RUA 2 DE JULHO, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 774/2018	30/10/2018	1	000001965	ADELAR TAFAREL	RUA SALGADO FILHO, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 775/2018	30/10/2018	1	000001966	ADELAR TAFAREL	RUA 2 DE JULHO, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 776/2018	30/10/2018	1	000001967	ADELAR TAFAREL	RUA SALGADO FILHO, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 777/2018	30/10/2018	1	000001968	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 778/2018	30/10/2018	1	000001969	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 779/2018	30/10/2018	1	000001970	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 780/2018	30/10/2018	1	000001971	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 781/2018	30/10/2018	1	000001972	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 782/2018	30/10/2018	1	000001973	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 783/2018	30/10/2018	1	000001974	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 784/2018	30/10/2018	1	000001975	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 785/2018	30/10/2018	1	000001976	ADELAR TAFAREL	RUA SALGADO FILHO, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 786/2018	30/10/2018	1	000001977	ADELAR TAFAREL	RUA SALGADO FILHO, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 787/2018	30/10/2018	1	000001978	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 788/2018	30/10/2018	1	000001979	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 789/2018	30/10/2018	1	000001980	ADELAR TAFAREL	RUA DOMINGOS AZZOLINI, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 790/2018	30/10/2018	1	000001981	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 791/2018	30/10/2018	1	000001982	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 792/2018	30/10/2018	1	000001983	ADELAR TAFAREL	RUA DOMINGOS AZZOLINI, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 793/2018	30/10/2018	1	000001984	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 794/2018	30/10/2018	1	000001985	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 795/2018	30/10/2018	1	000001987	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 796/2018	30/10/2018	1	000001989	ADELAR TAFAREL	RUA DOMINGOS AZZOLINI, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 797/2018	30/10/2018	1	000001991	ADELAR TAFAREL	RUA DOMINGOS AZZOLINI, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 798/2018	30/10/2018	1	000002005	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 799/2018	30/10/2018	1	000002006	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 800/2018	30/10/2018	1	000002007	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA, 00000 -	N	119,19

Fiorilli Sociedade Civil Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

PREF. MUN. DE SANTO ANTONIO DO LESTE CNPJ: 04217362000190

RUA: A, Nº 367 - JARDIM SANTA INÊS

Relação das Notificações Emitidas Modulo: 1 IMOBILIÁRIO Lote da Notificação: 52/2018 à 52/2018

Data Emissão:	30/10/2018
Hora:	15:07:47
Exercício:	2018
Usuário:	CYNTHIA
Página(s):	**26 de 27**

O MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE - MT, Notificamos através do presente, que vossa Senhoria possui débitos de natureza tributária junto a Fazenda Pública deste Município. Para tanto Vossa Senhoria, ou seu representante legal, deverá comparecer na Coordenadoria de Tributos e Cadastros deste Município, situado na Rua "A", 367, Jardim Santa Inês, para **QUITAR A DÍVIDA, no Pazo de 30 (Trinta) Dias a Partir desta Publicação.**

Através deste, fica também vossa Senhoria **NOTIFICADO(A)** para comprovar, no mesmo prazo, o pagamento da dívida, que não e possuidor e/ou proprietário do Imóvel/atividade abaixo indicado, ou que, de qualquer forma não é devedor do montante constante nesta notificação. Informamos também que após este prazo, para dar cumprimento a LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL o município **Ajuizará** o valor constante neste aviso.

Nº Notificação	Data	Mod	Cadastro	Contribuinte	Endereço	Guia	Vr Notificado
52/2018 - 801/2018	30/10/2018	1	000002008	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	119,19
52/2018 - 802/2018	30/10/2018	1	000002009	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	119,19
52/2018 - 803/2018	30/10/2018	1	000002010	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	119,19
52/2018 - 804/2018	30/10/2018	1	000002011	ADELAR TAFAREL	RUA DAS MANGUEIRAS, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 805/2018	30/10/2018	1	000002012	ADELAR TAFAREL	RUA DAS MANGUEIRAS, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 806/2018	30/10/2018	1	000002013	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 807/2018	30/10/2018	1	000002014	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 808/2018	30/10/2018	1	000002015	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 809/2018	30/10/2018	1	000002016	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 810/2018	30/10/2018	1	000002017	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 811/2018	30/10/2018	1	000002018	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 812/2018	30/10/2018	1	000002019	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 813/2018	30/10/2018	1	000002020	ADELAR TAFAREL	AVENIDA CUIABA, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 814/2018	30/10/2018	1	000002021	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 815/2018	30/10/2018	1	000002022	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 816/2018	30/10/2018	1	000002023	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 817/2018	30/10/2018	1	000002024	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 818/2018	30/10/2018	1	000002025	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	119,19
52/2018 - 819/2018	30/10/2018	1	000002026	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	85,19
52/2018 - 820/2018	30/10/2018	1	000002027	ADELAR TAFAREL	RUA DAS MANGUEIRAS, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 821/2018	30/10/2018	1	000002028	ADELAR TAFAREL	RUA DAS MANGUEIRAS, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 822/2018	30/10/2018	1	000002029	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	85,19
52/2018 - 823/2018	30/10/2018	1	000002030	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	85,19
52/2018 - 824/2018	30/10/2018	1	000002031	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	85,19
52/2018 - 825/2018	30/10/2018	1	000002032	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	85,19
52/2018 - 826/2018	30/10/2018	1	000002033	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	85,19
52/2018 - 827/2018	30/10/2018	1	000002034	ADELAR TAFAREL	RUA PRIMAVERA , 00000 -	N	85,19
52/2018 - 828/2018	30/10/2018	1	000002035	ADELAR TAFAREL	RUA SALGADO FILHO, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 829/2018	30/10/2018	1	000002036	ADELAR TAFAREL	RUA SALGADO FILHO, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 830/2018	30/10/2018	1	000002037	ADELAR TAFAREL	AV CEARA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 831/2018	30/10/2018	1	000002038	ADELAR TAFAREL	AV CEARA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 832/2018	30/10/2018	1	000002039	ADELAR TAFAREL	AV CEARA, 00000 -	N	85,19

Fiorilli Sociedade Civil Software

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

PREF. MUN. DE SANTO ANTONIO DO LESTE CNPJ: 04217362000190

RUA: A, Nº 367 - JARDIM SANTA INÊS

Relação das Notificações Emitidas Modulo: 1 IMOBILIÁRIO Lote da Notificação: 52/2018 à 52/2018

Data Emissão:	30/10/2018
Hora:	15:07:47
Exercício:	2018
Usuário:	CYNTHIA
Página(s):	**27 de 27**

O MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE - MT, Notificamos através do presente, que vossa Senhoria possui débitos de natureza tributária junto a Fazenda Pública deste Município. Para tanto Vossa Senhoria, ou seu representante legal, deverá comparecer na Coordenadoria de Tributos e Cadastros deste Município, situado na Rua "A", 367, Jardim Santa Inês, para **QUITAR A DÍVIDA, no Pazo de 30 (Trinta) Dias a Partir desta Publicação.**

Através deste, fica também vossa Senhoria **NOTIFICADO(A)** para comprovar, no mesmo prazo, o pagamento da dívida, que não e possuidor e/ou proprietário do Imóvel/atividade abaixo indicado, ou que, de qualquer forma não é devedor do montante constante nesta notificação. Informamos também que após este prazo, para dar cumprimento a LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL o município **Ajuizará** o valor constante neste aviso.

Nº Notificação	Data	Mod	Cadastro	Contribuinte	Endereço	Guia	Vr Notificado
52/2018 - 833/2018	30/10/2018	1	000002040	ADELAR TAFAREL	AV CEARA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 834/2018	30/10/2018	1	000002041	ADELAR TAFAREL	AV CEARA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 835/2018	30/10/2018	1	000002042	ADELAR TAFAREL	AV CEARA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 836/2018	30/10/2018	1	000002043	ADELAR TAFAREL	RUA DAS MANGUEIRAS, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 837/2018	30/10/2018	1	000002044	ADELAR TAFAREL	RUA DAS MANGUEIRAS, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 838/2018	30/10/2018	1	000002045	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 839/2018	30/10/2018	1	000002046	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 840/2018	30/10/2018	1	000002047	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 841/2018	30/10/2018	1	000002048	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 842/2018	30/10/2018	1	000002049	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 843/2018	30/10/2018	1	000002050	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MACEIO, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 844/2018	30/10/2018	1	000002051	ADELAR TAFAREL	RUA DOMINGOS AZZOLINI, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 845/2018	30/10/2018	1	000002052	ADELAR TAFAREL	RUA DOMINGOS AZZOLINI, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 846/2018	30/10/2018	1	000002053	ADELAR TAFAREL	AV CEARA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 847/2018	30/10/2018	1	000002054	ADELAR TAFAREL	AV CEARA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 848/2018	30/10/2018	1	000002055	ADELAR TAFAREL	AV CEARA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 849/2018	30/10/2018	1	000002056	ADELAR TAFAREL	AV CEARA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 850/2018	30/10/2018	1	000002057	ADELAR TAFAREL	AV CEARA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 851/2018	30/10/2018	1	000002058	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 852/2018	30/10/2018	1	000002059	ADELAR TAFAREL	AVENIDA MATRINCHA, 00000 -	N	85,19
52/2018 - 853/2018	30/10/2018	1	000002063	MOACIR TRAMONTIN	RUA SANTO ANTONIO, 00000 -	N	138,34
52/2018 - 854/2018	30/10/2018	1	000002065	MARIA TEODORO DE SOUZA	RUA DAS FLORES, 00000 -	N	922,27
52/2018 - 855/2018	30/10/2018	1	000002066	ELMO EPITACIO DE SOUZA	RUA GOIAS, 00000 -	N	165,15
52/2018 - 856/2018	30/10/2018	1	000002068	ELIOMAR ROSA DE OLIVEIRA	AVENIDA BELO HORIZONTE, 00000 -	N	76,10
52/2018 - 857/2018	30/10/2018	1	000002072	DAVANIR JUNIOR RODOVALHO	AV SAO PAULO, 00000 -	N	559,35
52/2018 - 858/2018	30/10/2018	1	000002073	POSTO CAMPO VERDE LTDA	RUA 2 DE JULHO, 00000 -	N	854,24
52/2018 - 859/2018	30/10/2018	1	000002079	ADIRCO MARTINS DE OLIVEIRA	RUA RAFAEL BORGHETTI, 00000 -	N	52,16
52/2018 - 860/2018	30/10/2018	1	000002084	SILVONEI AMANCIO DE LIMA	RUA DAS FLORES, -	N	522,36
Quantidade de Notificações : 860							136.590,37

Fiorilli Sociedade Civil Software

ATO DE HOMOLOGAÇAO - ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 155/2018 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 066/2018 – PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM/MT

Ato de homologação

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 155/2018 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 066/2018 – PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM/MT.

OBJETO: Aquisição de Equipamento e Material Permanente (Ar condicionado, sendo 01(um) de 18.000 BTUS e 01 (um) de 24.000 BTUS) para serem utilizados na agência do Detran deste município.

Fornecedor Registrado Ata nº. 155/2018 – **WANDA COM. DE MOVEIS E EQUIP. P/ESCRITÓRIO LTDA-EPP, CNPJ-12.358.170/0001-21**

ENDEREÇO: Av. Brasil, nº 1200-w, bairro Jardim Acácia, Tangará da Serra – MT - CEP: 78300-000.

Telefone: (65) 3925-5300

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	AR CONDICIONADO 24.000 BTUS	ELGIN – HWF124B21	01	R$ 2.648,00	**R$ 2.648,00**
4	AR CONDICIONADO 18.000 BTUS SPLIT HI WALL II	AGRATO – CCS18F	01	R$ 1.995,00	**R$ 1.995,00**

Valor total dos itens: R$ 4.643,00 (quatro mil seiscentos e quarenta e três reais).

Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob o império da lei 8.666/93, com as alterações subsequentes e§ 1º, artigo 8º do Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, com redação dada pelo Decreto nº 4.343 de 23/08/2002, estando os preços de acordo com o mercado, homologo o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Santo Antônio do Leste - MT, 30 de outubro de 2018.

_____

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
DISTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 017/2018

Por este instrumento particular, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na cidade de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, na Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, por seu representante legal, Sr. **JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES,** Prefeito Municipal em Exercício, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 14428342 SSP/MT e CPF sob o nº 867.715.741-72, a seguir denominado CONTRATANTE,**EDILAINE CRISTINA DA SILVA E SILVA,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **14017440 SSP/MT,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **002.858.931-90** e residente a Rua Projetada, N°45, Bairro Jardim Bem Viver, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), acordam.

1. A CONTRATANTE e O (A) CONTRATADO (A), em 15/02/2018 firmaram o contrato Nº. 013/2018, pelo qual a primeira confiou ao segundo serviços de**PROFESSOR CLASSE B,** como previsto na cláusula 1ª do Contrato por Tempo Determinado Nº 013/2018.

2. O (A) CONTRATADO (A), por força do instrumento ora distratado, vêm executando seus serviços até 30/10/2018.

3. Em contraprestação pelos serviços profissionais referidos nos itens anteriores, a CONTRATANTE obrigou-se a pagar ao CONTRATADO (A) a quantia de **R$ 2.844,57 (dois mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos).**

4. O (A) CONTRATANTE, por razões próprias, decidiu desistir da continuidade do contrato até agora vigente, resolvendo as partes rescindirem o contrato até então vigente, restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADO (A) a quantia de R$ **7.171,08 (sete mil cento e setenta e um reais e oito centavos).**

5. O (A) CONTRATADO (A) outorga à CONTRATANTE plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratado, bem como aos serviços prestados.

6. O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

7. As partes elegem o Foro da Comarca em Primavera do Leste para dirimir eventuais litígios decorrentes do ora acordado.

Assim, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Santo Antônio do Leste – MT, 30/10/2018.

_____

EDILAINE CRISTINA DA SILVA E SILVA

SERVIDOR (A)

_____

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

TERMO DE RATIFICAÇAO - DISPENSA DE LICITAÇAO 065/2018

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 065/2018

O Prefeito Municipal em Exercício, Senhor Jose Arimateia Vieira Alves, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta com dispensa de licitação, fulcrada no § X, do art. 24 da Lei 8.666/93, num total anual de R$ 14.400,00 (catorze mil e quatrocentos reais). Tendo como objeto a **Locação de um imóvel urbano para ser utilizado como sede da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme termo de Cessão da lei municipal 699/2018 de 19 de setembro de 2018**, sito a Rua "Passo Fundo", quadra 16, lote 02, Bairro Centro, que deverá ser utilizado como sede da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos de Santo Antônio do Leste/MT. Resolve RATIFICAR o presente processo a favor de **TEREZA ALVES CARRIJO, brasileira, portadora da cédula do RG nº 0794788-7 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 912.520.831-49** e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei 8.666/93.

_____

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

Prefeito Municipal em Exercício

JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 707/2018 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Altera a Lei Municipal nº 675/2017 de 22 de dezembro de 2017 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2018."

JOSÉ ARIMATÉIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal em Exercício de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica o Executivo Municipal autorizado a incluir projetos na Lei Municipal nº 675/2017 de 22 de dezembro de 2017 – Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2018, constituído pelos anexos integrantes deste Projeto de Lei.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 30 DE OUTUBRO DE 2018

JOSÉ ARIMATÉIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS - 2018

CLASSIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORGÃO	**06**	**Secretaria Municipal de Educação e Cultura**
UNIDADE	**01**	**Gabinete do Sec. Mun. de Educação**
FUNÇÃO	**12**	**Educação**
SUBFUNÇÃO	**122**	**Administração Geral**
PROGRAMA	**5007**	**Gestão da Educação e Cultura**
PROJ/ATIV.	**1121**	**Aquisição de veiculo**
AÇÃO	**4490.52**	**Equipamento e Material Permanente**

METAS E PRIORIDADES COM VALOR

05 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura 01 – Gabinete do Sec. Mun. de Educação	**METAS E PRIORIDADES**	**VALOR R$**
Aquisição de veiculo	O presente projeto tem por objetivo, a aquisição de um veiculo para atender as necessidades da secretaria de educação.	R$ 100. 000,00

JURIDICO
LEI MUNICIPAL N.º 703/2018 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre alteração de projetos nos anexos da Lei Municipal nº 674/2017 de 22 de dezembro de 2017 – Dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA do Município de Santo Antônio do Leste para o período 2018 a 2021.

JOSÉ ARIMATÉIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal em Exercício de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que me são conferidas por lei, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º- Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar inclusão de novos projetos e ações e alteração de valores nos anexos da Lei Municipal nº 674/2017 - Plano Plurianual do Município de Santo Antônio do Leste para o período de 2018 a 2021, constituído pelos anexos integrantes deste Projeto de Lei.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2.019.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 30 DE OUTUBRO DE 2018

JOSÉ ARIMATÉIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 705/2018 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre a autorização para o Executivo Municipal efetuar Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) no orçamento do exercício de 2018 da Prefeitura Municipal e dá outras providências.

JOSÉ ARIMATÉIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal em Exercício de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) na Lei Orçamentária Anual de 2018 da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste.

Artigo 2º - O crédito citado no artigo anterior será aberto na seguinte unidade orçamentária:

ÓRGÃO:	06 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura
UNIDADE:	01– Gabinete da Sec. Mun. de Educação
FUNÇÃO:	12– Educação
SUBFUNÇÃO:	122 – Administração Geral
PROGRAMA:	5007 – Gestão da Educação e Cultura
PROJETO:	1121 – Aquisição de Veiculo
ELEMENTO DESPESA:	449052 – Equipamento e Material Permanente R$ 100.000,00 (cem mil reais

Artigo 3º Para suprir o crédito citado no artigo anterior será utilizado o excesso de arrecadação no presente exercício

Artigo 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 30 DE OUTUBRO DE 2018

JOSÉ ARIMATÉIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

CONTRATO 107/2018 - TOMADA DE PREÇOS 008/2018

CONTRATO 107/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2018

"QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE - MT E DE OUTRO, A EMPRESA MARIA BRITO OLIVEIRA DA MATA-ME NAS CONDIÇÕES ABAIXO E SEGUINTES."

01- DAS PARTES

1.1-MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE - MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste/MT, neste ato representado por seu Prefeito em exercício Sr. **JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES**, brasileiro, casado, portador do RG n.º 14428342 – SSP/MT e do CPF n. º 867.715.741-72, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste/MT, doravante denominado, simplesmente, CONTRATANTE;

1.2- **MARIA BRITO OLIVEIRA DA MATA-ME**, jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob número 09.666.823/0001-25, com sede na Rua Piauí, s/nº, bairro Centro – Poxoréo/MT – CEP: 78.800-000, neste ato representada pela sua proprietária Sra. Maria Brito Oliveira da Mata, brasileira, viúva, portadora do RG sob o n. ° 116674 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. ° 062.116.231-00, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

02- DO SUPORTE LEGAL

2.1- Este Contrato de Prestação de Serviço se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei Federal n.º 8.883/94 e ainda Lei Complementar n.º 123/2006 e Licitação TOMADA DE PREÇOS N.º 008/2018 do tipo MENOR PREÇO, sob a forma de execução indireta, em regime de EMPREITA POR PREÇO GLOBAL, Processo Administrativo n.º 111/2018 e convenções estabelecidas neste Instrumento, bem como nas normas inerentes à matéria e ainda na homologação do Prefeito no dito certame, datada de 29/10/2018.

03- DO OBJETO

3.1- A CONTRATADA se obriga pelo presente Instrumento Particular a contratação de empresa especializada na execução de obra de **ampliação e reforma da escola municipal de educação indígena – Aldeia Água Limpa,** CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, Planilha Orçamentária Padrão, cronograma físico-financeiro e Memorial Descritivo, constantes do Processo Licitatório TOMADA DE PREÇO N.°008/2018;

3.2- Para a prestação dos serviços, objeto deste Contrato, deverá a CONTRATADA obedecer.

Às instruções e normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), Ministério da Saúde.

04- DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1- Os serviços será executada de conformidade com os termos da Licitação, TOMADA DE PREÇO N.°008/2018, do tipo MENOR PREÇO, sob a forma de execução indireta, em regime de **EXECUÇÃO INDIRETA**, nos termos estatuídos pelo Artigo 6°, Inciso VIII, alínea "e" da Lei Federal n.º 8.666/93.

05- DO FATO GERADOR CONTRATUAL

5.1- O presente Instrumento Contratual foi firmado em decorrência do Despacho Homologatório e Adjudicatório pelo Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste -MT, em 29/10/2018, concernente à Licitação instaurada na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº. 008/2018, Processo Administrativo n.º 111/2018 e de conformidade com os ditames da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

06- DO VALOR

6.1- O menor preço para a execução dos serviços objeto deste Contrato corresponde ao valor de R$ 191.491,65 (cento e noventa e um mil quatrocentos e noventa e um reais e sessenta e cinco centavos).

07- DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

7.1- As despesas decorrentes deste procedimento correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária da Secretaria Municipal de Educação.

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Ampliação e/ou reforma de Unidades Escolares

02.06.01.12.361.5007.1025.0000.4.4.90.51.00 – Obras e Instalações.

7.2- Se for o caso, nos exercícios subsequentes, as despesas, em referência, poderá correr à mesma conta ou àquela correspondente que for destinada a custear este tipo de despesa pela CONTRATANTE.

08- PRAZO

8.1- O PRAZO para a execução dos serviços, objeto deste Contrato, será de 120 (cento e vinte) dias, com início nesta data (30/10/2018) e término em (26/02/2019), podendo ser prorrogado se necessário, somente mediante Aditivo Contratual, nos termos estabelecidos pela Lei Federal n.º 8. 666/93 e alterações posteriores;

8.2- O prazo para início dos serviços será de no máximo até 10 (dez) dias úteis após a data da emissão da respectiva Ordem de Serviço;

8.3- Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação mantida às demais Cláusulas do Contrato e assegurada à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorram alguns dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

a) Alteração do projeto executivo dos serviços ou especificações, pela Administração;

b) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

c) Interrupção de execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho por ordem e no interesse da Administração;

d) Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei;

e) Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

f) Omissão ou atraso de providências a cargo da administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

09- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1- Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da CONTRATANTE, sito à Rua A, nº 367, bairro Jardim Santa Inês, nesta cidade de Santo Antônio do Leste- MT, se outra não for à decisão ou através de conta bancária;

9.2- Os pagamentos serão realizados conforme medições, em até 10 (dez) dias contados da data de emissão da nota fiscal/fatura, condicionados a ORDEM DE SERVIÇOS e medições devidamente atestados pelo Departamento de Engenharia desta Prefeitura e comprovação do pagamento/regularidade com a Previdência Social e FGTS, sendo que o pagamento e recebimento definitivo serão condicionados à demonstração de regularidade da CONTRATADA perante os órgãos antes descritos e funcionários.

10- DO REAJUSTAMENTO

10.1- Os preços para a prestação dos serviços em referência serão fixos e não sofrerão reajuste durante a vigência deste Contrato, de acordo com os termos estabelecidos pela legislação vigente e atinente à matéria, ressalvados os casos estipulados neste contrato e se houver desequilíbrio econômico – financeiro do contrato devidamente justificado;

10.2- No caso de prorrogação do Contrato de Prestação de Serviço, só poderá haver reajuste, se existir acordo entre as partes, nunca contrariando, qualquer que for algum índice oficial estabelecido pelo Governo Federal.

11- DAS PENALIDADES

11.1- Pelo INADIMPLEMENTO TOTAL ou PARCIAL do presente Contrato, ficará a CONTRATADA sujeita às seguintes penalidades, a critério do CONTRATANTE, garantida a prévia defesa:

11.1.1- Advertência;

11.1.2- Multas;

11.1.3- Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 12 (doze) meses;

11.1.4- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração enquanto perdurarem os motivos determinados da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a CONTRATANTE.

12- MULTAS

12.1- Ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovado, ou ainda situações que o CONTRATANTE caberia obviar, a CONTRATADA incorrerá nas seguintes multas:

a) Por dia que exceder o prazo de entrega dos serviços, 0,0l% (um centésimo por cento) do valor atualizado do contrato;

b) Multas variáveis de 1% (um por cento) do valor atualizado do contrato:

b.1) – Se a entrega dos serviços não atender o andamento de acordo com Cronograma;

b.2) - Se não efetuar a entrega do objeto deste instrumento, de acordo com as normas, manuais, instruções e especificações contidas no Memorial Descritivo;

12.2- As multas estabelecidas serão entendidas como independentes e cumulativas:

12.2.1- A CONTRATADA terá o limite de 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação da penalidade no órgão oficial, para recolher a multa aos cofres do Município;

12.2.2- Os recursos contra a multa aplicada deverão ser feitos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, nas condições do Artigo 109, Inciso I, alínea "f" da Lei Federal n.º 8.666/93.

13- DA RESCISÃO

13.1- Constitui motivo para rescisão deste Contrato os Incisos de I a XVII do Artigo 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei Federal n.º 8. 883/94;

13.2. - A rescisão do presente Contrato poderá ser:

a) Amigável - por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

b) Administrativa - por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerado nos Incisos I a XII e XVII do Artigo 78 da Lei Federal n.º 8.666/ 93;

c) Judicial - nos termos da Legislação Processual.

14- DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1- O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos termos do Artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações, de comum acordo entre as partes e somente mediante aditivo contratual e, em especial nos casos abaixo:

I - Unilateralmente pela CONTRATANTE:

a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 8.666/93;

14.2- A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

14.3- Quaisquer tributos ou encargos criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso;

14.4- Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a CONTRATANTE deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos preceituados pelo § 6° do Artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93;

14.5- As alterações do valor do contrato, decorrente de modificação de quantitativos previstos, revisão de preços bem como a prorrogação de prazos e o seu desequilíbrio financeiro, serão formalizadas pôr lavraturas de Termo de Aditamento, pôr acordo das partes, conforme disposição legal contida no artigo 65 e seus incisos e parágrafos da Lei Federal n.º 8.666/93.

15- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1- O Contrato de Prestação de Serviço deverá ser executado fielmente de acordo com as cláusulas avençadas, sendo obrigações da CONTRATADA:

a) Prestar os serviços, objeto do presente Contrato, com absoluta diligencia e perfeição;

b) A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da prestação dos serviços, objeto deste instrumento contratual;

c) A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

15.2- Os acréscimos, supressões ou modificações que incorram em serviços complementares ou extraordinários, respeitados os limites da Legislação vigente, serão objetos de alterações unilateral do Contrato, e serão formalizados através de um único documento, quando do recebimento do objeto ora contratado;

15.3- A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciário, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste Contrato;

15.4- A CONTRATADA responsabiliza-se pelo fiel cumprimento das obrigações pertinentes aos serviços objeto deste Contrato;

15.5- A CONTRATADA fica ciente e se responsabiliza pela prestação dos serviços de acordo com Projetos de arquitetura (planta baixa, cortes), quando for o caso, Cláusulas constantes do Edital de Licitação 008/2018, Planilha Orçamentária e Memorial Descritivo, com acompanhamento através do Departamento de Engenharia da Prefeitura, que se encarregará de repassar as orientações para a realização do mesmo;

15.6- Para assinar o contrato, deverá a CONTRATADA prestar caução de garantia de 1% (um por cento) do valor a ser contratado, a preços iniciais, em conformidade com o § 1° do artigo 56 da Lei Federal n.º 8.666/93, devendo permanecer sua validade durante a vigência do contrato, sob pena de decair o direito à contratação.

16-DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

16.1- A CONTRATANTE se responsabiliza pelo pagamento nas condições estabelecidas neste Instrumento;

16.2- Fica o Departamento de Engenharia da CONTRATANTE, responsável pelo acompanhamento, fiscalização e pela realização das medições dos serviços objeto deste Instrumento Contratual;

16.3 - Publicar o Extrato deste Instrumento na forma da Lei;

16.4 - Fornecer à CONTRATADA todas as orientações e subsídios necessários ao bom e fiel cumprimento do objeto deste Contrato;

16.5- Notificar a CONTRATADA no caso da existência de alguma contrariedade relacionada aos serviços prestados e andamento.

16.6 Responsabilizar-se pelas licenças necessárias, inclusive ao funcionamento dos equipamentos.

17- DA FISCALIZAÇÃO

17.1Ficará responsável pela fiscalização deste Contrato servidor (a) público (a) municipal desta Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste/MT, Sr. Aminadalb Alves de Souza Junior – Engenheiro Civil designado para dirimir as dúvidas que surgirem no curso das aquisições, que de tudo dará ciência à Administração, conforme art. 67, da Lei nº 8.666/93, com suas ulteriores alterações.

18- DA VINCULAÇÃO

18.1- O presente Contrato de Prestação de Serviço vincula-se ao Processo Administrativo n.º 111/2018, TOMADA DE PREÇOS N.º 008/2018 e seus anexos, bem como a proposta apresentada, pelos vencedores do certame.

19- DO DOMICÍLIO E FORO

19.1- As partes elegem como domicílio legal, o Foro da Comarca de Primavera do Leste - MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste Contrato de Prestação de Serviço, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja, desde que não possam ser resolvidas amigavelmente.

20- DA ASSINATURA

20.1- E, por estarem devidamente acordados, declaram as partes que aceitam as disposições estabelecidas nas Cláusulas deste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei Federal n.º 8.883/94, bem como as demais normas complementares, assinando este Contrato n.º ..... em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste– MT, 30 de outubro de 2018.

_____

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

_____

MARIA BRITO OLIVEIRA DA MATA-ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____.

NOME:

RG;

CPF;

02)_____.

NOME:

RG:

CPF

JURIDICO
LEI MUNICIPAL N.º 706/2018 DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

"Dispõe sobre inclusão de projeto nos anexos da Lei Municipal nº 674/2017 de 22 de Dezembro de 2017 – Dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA do Município de Santo Antônio do Leste para o período 2017 a 2021. "

JOSÉ ARIMATÉIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal em Exercício de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que me são conferidas por lei, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º- Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar inclusão de novo projeto nos anexos da Lei Municipal nº 674/2017 - Plano Purianual do Município de Santo Antônio do Leste para o período de 2018 a 2021, constituído pelos anexos integrantes deste Projeto de Lei.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 30 DE OUTUBRO DE 2018

JOSÉ ARIMATÉIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

PLANO PLURIANUAL 2018-2021

DISCRIMINAÇÃO DE METAS POR PROGRAMA COM VALOR

PROGRAMAS	EXERCÍCIO			
06 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura 01 – Gabinete da Sec. Mun. de Educação e Cultura	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Aquisição de Veiculo	R$ 100.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

PLANO PLURIANUAL 2018-2021

DISCRIMINAÇÃO DE METAS POR PROGRAMA COM OBJETIVO.

PROGRAMAS	OBJETIVOS
5007 – Gestão da Educação e Cultura	
Aquisição de Veiculo	O presente projeto tem por objetivo, a aquisição de um veiculo para atender as necessidades da secretaria de educação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
IPASFA - PORTARIA Nº 29, DE 6 DE AGOSTO DE 2018 - CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA À SERVIDORA NILIA SANTANA COSTA BRITO

PORTARIA Nº 29, DE 6 DE AGOSTO DE 2018.

Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA à servidora Senhora NILIA SANTANA COSTA BRITO

O Senhor WEMES PEREIRA LEITE, Secretário de Administração e Planejamento do Município de SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 14, da Lei Municipal nº 557, de 15 de Janeiro de 2007 que alterou a Lei Municipal nº 468, de 1º de Junho de 2004, que rege a previdência municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA à servidora Senhora **NILIA SANTANA COSTA BRITO**, efetiva no cargo de PROFESSORA, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, com vencimentos integrais, a partir de 29/07/2018 e término em 20/01/2019, conforme **Processo Administrativo do IPASFA, Nº 2018.05.00016R1.**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia (MT), 6 de agosto de 2018.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

WEMES PEREIRA LEITE

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 014/2018.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 014/2018.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2018.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE "SHOW PIROTÉCNICO" (COM FORNECIMENTO DOS FOGOS DE ARTIFÍCIO), EM COMEMORAÇÃO A VIRADO DO ANO (REVEILLON 2018/2019).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II, da Lei 8.666/93. Observa-se também o disposto na Lei Municipal nº 758, de 02 de Fevereiro de 2015, em especial o Decreto nº 17/2017 de 31 de março de 2017, que atualizou os valores para dispensa de licitação para compras e serviços.

FAVORECIDA: COMETA COMERCIO ATACADISTA DE FOGOS EIRELI – EPP, inscrita no CNPJ 05.922.660/0001-43

VALOR: R$ 24.890,00(vinte e quatro mil e oitocentos e noventa reais)

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a Justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Contratos e o Parecer da Assessoria Jurídica e por se tratar de execução dos serviços Públicos, nos termos do artigo 24, II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

São Félix do Araguaia - MT, 29 de outubro de 2018.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITO MUNICIPAL

SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 091/2018

OBJETO: **CONTRATO 091/2018 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE "SHOW PIROTÉCNICO" (COM FORNECIMENTO DOS FOGOS DE ARTIFÍCIO), EM COMEMORAÇÃO A VIRADO DO ANO (REVEILLON 2018/2019).**

FIRMADO EM: 30/10/2018 COM O TÉRMINO EM 30/01/2019.

FAVORECIDA: **COMETA COMERCIO ATACADISTA DE FOGOS EIRELI – EPP, inscrita no CNPJ 05.922.660/0001-43, com sede a Rua 210,159, Setor Coimbra Goiânia – GO – CEP 74.535-280, Fone: (62)3291-9810.**

PRAZO DE VIGENCIA: 90 dias

VALOR GLOBAL:***24.890,00(vinte e quatro mil e oitocentos e noventa reais).***

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24 inciso II, da Lei Nº 8.666/1993.

São Félix do Araguaia - MT, em 30 de outubro de 2018.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITO MUNICIPAL

SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
IPASFA - PORTARIA Nº 27, DE 3 DE AGOSTO DE 2018 - CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA À SERVIDORA GABRIELA DE SOUZA PINTO CRUZ

PORTARIA Nº 27, DE 3 DE AGOSTO DE 2018.

Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA à servidora Senhora GABRIELA DE SOUZA PINTO CRUZ

O Senhor WEMES PEREIRA LEITE, Secretário de Administração e Planejamento do Município de SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 14, da Lei

Municipal nº 557, de 15 de Janeiro de 2007 que alterou a Lei Municipal nº 468, de 1º de Junho de 2004, que rege a previdência municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA à servidora Senhora **GABRIELA DE SOUZA PINTO CRUZ**, efetiva no cargo de NUTRICIONISTA, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, com vencimentos integrais, a partir de 10/08/2018 e término em 21/08/2018, conforme **Processo Administrativo do IPASFA, Nº 2018.05.00020P.**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia (MT), 3 de agosto de 2018.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

WEMES PEREIRA LEITE

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
IPASFA - PORTARIA Nº 28, DE 6 DE AGOSTO DE 2018 - CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA À SERVIDORA MARIA IRACY SANTANA DA COSTA BARROS

PORTARIA Nº 28, DE 6 DE AGOSTO DE 2018.

Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA à servidora Senhora MARIA IRACY SANTANA DA COSTA BARROS

O Senhor WEMES PEREIRA LEITE, Secretário de Administração e Planejamento do Município de SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 14, da Lei Municipal nº 557, de 15 de Janeiro de 2007 que alterou a Lei Municipal nº 468, de 1º de Junho de 2004, que rege a previdência municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA à servidora Senhora **MARIA IRACY SANTANA DA COSTA BARROS**, efetiva no cargo de PROFESSORA, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, com vencimentos integrais, a partir de 20/07/2018 e término em 18/09/2018, conforme **Processo Administrativo do IPASFA, Nº 2018.05.00018R1.**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia (MT), 6 de agosto de 2018.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

WEMES PEREIRA LEITE

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
PACTO PELAS FAMILIA DE SÃO JOSÉ DO POVO-MT

PACTO PELAS FAMILIA DE SÃO JOSÉ DO POVO-MT

• IDENTIFICAÇÃO

• Dados do Município: São José do Povo

PROGRAMA PRÓ-FAMÍLIA

PACTO PELAS FAMÍLIAS MATO-GROSSENSES

• Dados Referentes ao Comitê Gestor

Alessandra Alves dos Reis

Agamenon José da Silva

Katiuscia Leal Amorim

Maria Aparecida Azevedo dos Santos

Isaias Dias Pereira

Selma de Oliveira Ferreira

• Dados Referentes ao Centro de Referência de Assistência Social do Município

O Cras funciona desde 2008 no Município de São José do Povo e atende a população que é de 3.514 habitantes segundo o ultimo IBGE. Esta localizado na rua José Fragelli s/n centro. E tem como equipe de referencia a Assistente Social Nágila Lopes de Moraes e a Psicóloga Katiuscia Leal Amorim.

• DIAGNÓSTICO SÓCIO TERRITORIAL DO CRAS

• População do Município: 3.514 habitantes

• Quantidade de famílias no território: Temos no município cerca 961 famílias cadastradas nos PSF da família de e dessas estão em situação de vulnerabilidade, pois a renda familiar não chega a meio salario, pois o Município que é pequeno não oferece muitas opções de emprego, não temos empresas e o comércio e fraco. O município vive basicamente dos servidores do municipal e agricultura familiar.

• Temos como meta no Pro Família dar condições às famílias que participam do projeto para que eles tenham condições de manter suas casas e se tornarem independentes deixando a situação de vulnerabilidade a que se encontram, para isso está ofertando cursos de corte e costura e limpeza de ar condicionado que a família pode utilizar para trabalhar e garantir sua subsistência.

PARCEIROS

MERCEARIA DA VILMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

CABRAL PRESTADORA DE SERVIÇO E CONSTRUTORA

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO MUNICIPAL

ALESSANDRA ALVES DOS REIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº19/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2018

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

27/08/2018 á 27/08/2019

Aos dias 27 de agosto de 2018, **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua José Salmem Hanze, 924, nesta cidade de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº 32.972.424/0001-04, neste ato representada pelo Prefeito Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** Senhor **ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**, brasileiro, solteiro, empresária, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG. 494 351SSP/MT e CPF nº 353.365.011-15, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de outro lado, a Sociedade empresária doravante denominada simplesmente **Vencedor 1: MARIA JOSE DOS REIS NETO COMERCIO REPRESENTAÇÃO-EPP, CNPJ nº 10.226.940/0001-57 ,** sediada na RUA COMANDANTE COSTA N° 10, CEP: 78166-000 Bairro: PLANALTO IPIRANGA, Cidade de VARZEA GRANDE-MT Neste ato representado através de procuração pelo Sr Rodrigo Goncalo de Assunção Torres da Paz, RG n° 18807430 SEJUSP/MT, CPF n° 025.926.991-39. Pregão para Registro de Preços **nº30/2017, REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ATENDER A DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE SÃO JOSE POVO-MT, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERENCIA ANEXOS I**, nos termos da Lei nº 10.520, .dezembro de 2000, 3.784, de 06 de abril de 2001, 3. 931,de 19 de setembro de 2001 e 4.342, de 23 de agosto de 2002, que regulamentam a modalidade do Pregão e o Sistema de Registro de Preços, e no que couber, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ATENDER A DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE SÃO JOSE POVO-MT, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERENCIA ANEXOS I, de acordo com planilha constante no anexo I deste Edital dos seguintes itens:

Vencedor: MARIA JOSE DOS REIS NETO COMERCIO REPRESENTAÇÃO-EPP, CNPJ nº 10.226.940/0001-57

Nº30 PREGÃO	Nº19 ARP	Nº ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	FORNECEDOR MARIA JOSE DOS REIS NETO COMERCIO REPRESENTAÇÃO-EPP	VALOR UNITARIO
		9704	COLHER INOX PARA SERVIR REFEIÇÃO	150 UN	MARIA JOSE DOS REIS NETO COMERCIO REPRESENTAÇÃO-EPP	1,1200
		566241	ACENDEDOR - TIPO ISQUEIRO, DE PLASTICO, TAMANHO GRANDE, COMBUSTIVEL A BASE DE FLUIDO	136 UN	MARIA JOSE DOS REIS NETO COMERCIO REPRESENTAÇÃO-EPP	1,6300
		450855	INSETICIDA DOMESTICO - LIQUIDO, MEDIA TOXIDADE, DICLORVOS TETRAMETRINA,SINERGISTA, COM SOLVENTE A BASE DE PETROLEO, SEM CFC	15 UN	MARIA JOSE DOS REIS NETO COMERCIO REPRESENTAÇÃO-EPP	40,2100
		449105	CONCHA - EM ACO INOX, MEDINDO 50CM CABO/10CM DIAM	60 UN	MARIA JOSE DOS REIS NETO COMERCIO REPRESENTAÇÃO-EPP	12,8400
		3580016	SACO PARA LIXO DOMESTICO - EM POLIETILENO,COM CAPACIDADE DE 20 LITROS,MEDINDO (43 CMX 05MM),NA COR PRETA,PESANDO 950G,OBEDECER AS NORMAS NBR 9190 E NBR 9191	700 UN	MARIA JOSE DOS REIS NETO COMERCIO REPRESENTAÇÃO-EPP	1,3100
		3004430	COPO DESCARTAVEL - DE ACRILICO,PARA BEBIDAS,CAPACIDADE PARA 180 ML,OBEDECENDO NORMAS DE HIGIENE E CONTROLE DE QUALIDADE	1.300 UN	MARIA JOSE DOS REIS NETO COMERCIO REPRESENTAÇÃO-EPP	70,8500
		2802490	SABAO EM BARRA - (TABLETE) COMPOSICAO BASICA SAL INORGANICO, COADJUVANTES, EMOLIENTES, PIGMENTOS, GLICERINA, AGUA,E OUTRAS SUBSTANCIAS QUIMICAS PERMITIDAS,PESANDO 200G,NEUTRO,NA COR AMARELA,PLASTICA,PRODUTO COM NOTIFICACAO / REGISTRO NA ANVISA	950 UN	MARIA JOSE DOS REIS NETO COMERCIO REPRESENTAÇÃO-EPP	4,8600
		2801	COLHER PARA REFEIÇÕES	600 UN	MARIA JOSE DOS REIS NETO COMERCIO REPRESENTAÇÃO-EPP	1,1700
		2716348	SABAO ALVEJANTE - EM PO,PARA LAVAGEM DE ROUPAS,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM CONTENDO 1 KG,ROTULO COM QUE CONTENHA EM SEU ROTULO DESCRICAO DO PRODUTO, INDICACAO DOS COMPONENTES QUIMICOS, INFORMACOES SOBRE MODO DE UTILIZACAO, RESPONSAVEL TECNICO, FABRICANTE, REGISTRO NA ANVISA OU MINISTERIO DA SAUDE, DATA DE FABRICACAO E DATA DE VALIDADE	345 UN	MARIA JOSE DOS REIS NETO COMERCIO REPRESENTAÇÃO-EPP	76,0700
		2713900	PRATO DESCARTAVEL	750 UN	MARIA JOSE DOS REIS NETO COMERCIO REPRESENTAÇÃO-EPP	1,6300
		239593	FACA- DE INOX	30 UN	MARIA JOSE DOS REIS NETO COMERCIO REPRESENTAÇÃO-EPP	1,6300
		235040	SABONETE - EM TABLETE, SUAVE(PH ENTRE 5,5 A 8,5), COMUM, PARA HIGIENE CORPORAL, 90 GRAMAS	90 UN	MARIA JOSE DOS REIS NETO COMERCIO	0,8900

					REPRESENTAÇÃO-EPP	
		18636	COPO DESCARTAVEL 250 ML	150 UN	MARIA JOSE DOS REIS NETO CO-MERCIO REPRESENTAÇÃO-EPP	4,5500
		18535	SACO PARA LIXO DOSMESTICO 100 LITROS-PACOTE CONTENDO 20 UN	500 PC	MARIA JOSE DOS REIS NETO CO-MERCIO REPRESENTAÇÃO-EPP	8,8600
		1737422	PALITO DE MADEIRA, PARA HIGIENE BUCAL, FORMATO REDONDO	65 CX	MARIA JOSE DOS REIS NETO CO-MERCIO REPRESENTAÇÃO-EPP	11,7800
		1665324	PAPEL HIGIENICO - COMPOSTO DE PAPEL HIGIENICO, TEXTURA MACIA., NA COR BRANCA, COM FOLHA SIMPLES, MEDINDO 8 X 800 , E FORNECIDO EM FARDO COM OITO ROLAO	15 UN	MARIA JOSE DOS REIS NETO CO-MERCIO REPRESENTAÇÃO-EPP	7,6200
		1598520	SABONETE - EM TABLETE, COM PH ENTRE 5,5 A 8,5, COMUM, PARA HIGIENE CORPORAL, COM 90G	70 PC	MARIA JOSE DOS REIS NETO CO-MERCIO REPRESENTAÇÃO-EPP	10,7300
		1563815	SACO PARA LIXO DOMESTICO - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 100 LITRO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 43 CM X 0,5 MM, NA COR PRETA, PESANDO APROXIMADAMENTE 800 GRAMAS	500 UN	MARIA JOSE DOS REIS NETO CO-MERCIO REPRESENTAÇÃO-EPP	1,5200
		1557530	JARRA DE PLASTICO 2 LITROS	30 UN	MARIA JOSE DOS REIS NETO CO-MERCIO REPRESENTAÇÃO-EPP	6,4900
		1536338	PANO DE LIMPEZA - MEDINDO (71 X 54)CM, FABRICADO EM ALGODAO CRU, NA COR BRANCA	364 UN	MARIA JOSE DOS REIS NETO CO-MERCIO REPRESENTAÇÃO-EPP	3,7700
		1531786	DETERGENTE COMPLEXO PARA HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA	672 UN	MARIA JOSE DOS REIS NETO CO-MERCIO REPRESENTAÇÃO-EPP	8,000
		1503936	ALCOOL - ACETICO, CATEGORIA P.A., ACONDICIONADO EM FRASCO DE 1 LITRO, ROTULO COM FORMULA, DATA DE FABRICACAO E VALIDADE, NR. DO LOT	1.280 UN	MARIA JOSE DOS REIS NETO CO-MERCIO REPRESENTAÇÃO-EPP	5,4800
		1487515	ESPONJA PARA LIMPEZA - TIPO SIMPLES C/08 UNIDADES, MEDINDO 110X90X26MM, COM FORMATO RETANGULAR, ACO CARBONO, NA COR GRAFITE	122 UN	MARIA JOSE DOS REIS NETO CO-MERCIO REPRESENTAÇÃO-EPP	1,3900
		1480111	SACO PARA LIXO DOMESTICO - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 10 LITROS, MEDINDO 43 CM X 0,5 MM, NA COR PRETA, PESANDO 800 GRAMAS, NBR 9190, NBR	700 UN	MARIA JOSE DOS REIS NETO CO-MERCIO REPRESENTAÇÃO-EPP	1,3100
		1480081	COPO - DE COPO DE VIDRO, COM 200ML, DIAMETRO 7CM, ALTURA 10CM, PARA USO DOMESTICO, NA COR BRANCO TRANSPARENTE	150 UN	MARIA JOSE DOS REIS NETO CO-MERCIO REPRESENTAÇÃO-EPP	2,1500
		14314	GUARDANAPOS 24 X 22CM	30 FD	MARIA JOSE DOS REIS NETO CO-MERCIO REPRESENTAÇÃO-EPP	46,0000
		1320530	DETERGENTE LIQUIDO - PRINCIPIO ATIVO LINEAR ALQUILBENZENO,SULFONATO DE SODIO, COMPOSICAO BASICA TENSOATIVOS:ANIONICOS,NAO IONICOS,COADJUVANTE, PRESERVANTES,SEQUESTRANTE,ESPESSANTE,FRAGANCIAS E OUTRAS SUBSTANCIAS QUIMICAS PERMITIDAS, TEOR DE ATIVOS MINIMO DE 8,0%,PH=6,0-9,0,SOLUCAO 1% P/P, COMPOSICAO AROMATICA NEUTRO, ACONDICIONADO EM FRASCO PLASTICO,CONTENDO 500ML	126 UN	MARIA JOSE DOS REIS NETO CO-MERCIO REPRESENTAÇÃO-EPP	15,8300

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

O presente, Ata de Registro de Preços vigorará por **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura.

2.1 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** não será obrigada a utilizar-se dos produtos referido na Cláusula I, exclusivamente, pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de quaisquer espécies às sociedades empresárias detentoras, podendo inclusive, cancelar esta Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos às detentoras, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O presente Ata, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto a Prefeitura Municipal de São José do Povo, para que este autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos a serem locados, não podendo exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados.

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pelo(s) Fornecedor (es) signatário(s) da presente Ata de Registro de Preços está especificado no Anexo I, do Edital do **Pregão nº30/2018**, de acordo com a respectiva classificação.

3.2 Para os fornecimentos decorrentes desta Ata, serão observados os aspectos relativos aos preços e condições constantes do Edital do **Pregão nº30/2018.**

3.3 Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta de preços apresentada, no **Pregão nº30/2018**, pela sociedade empresária detentora da presente Ata.

CLÁUSULA IV - DO LOCAL

Todas as atividades necessárias à execução do objeto desta Ata de Registro de Preços deverão ser realizadas em espaços físicos e instalações adequadas.

CLÁUSULA V - DO PAGAMENTO

5.1 A Contratada deverá apresentar a Nota de fiscal/fatura após a solicitação dos produtos, devendo o pagamento ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data da fatura;

5.2 O pagamento será creditado em nome da licitante vencedora, mediante ordem bancária, a ser efetivado no banco, agência, e conta corrente, explicitados em sua Proposta de Preços.

5.3 O Departamento de Compras da PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** reserva-se o direito de suspender o pagamento se os produtos fornecidos estiverem em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência - Anexo V do Edital de Pregão.

5.4 Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao fornecedor e o pagamento ficará pendente, até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**.

CLÁUSULA VI - DAS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS

6.1- O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado após expedição de regular nota de empenho pela PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, “autorização de compra”, na qual deverá (ao) ser indicado (s) local (is) para entrega dos produtos.

6.2- O fornecedor, quando do recebimento da solicitação da necessidade da aquisição dos produtos, emitido pelo Órgão solicitante deverá colocar na cópia, que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a recebeu além da identificação de quem a recebeu.

6.3- A cópia da solicitação, referida no item anterior, deverá ser devolvida ao Órgão requisitante, a fim de ser anexada ao respectivo processo.

6.4- O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

6.5- Entregar os produtos solicitados em um prazo máximo de 5 (cinco) dias, a partir do recebimento da requisição feita pelo Departamento de Compras do Município de SÃO JOSÉ DO POVO-MT ou Secretaria Solicitante.

CLÁUSULA VII - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar às detentoras desta Ata, segundo a gravidade da falta cometida, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente cabíveis:

a) **advertência**, por escrito;

b) **multa** equivalente a 10% (dez por cento), pela recusa da entrega dos produtos ou por estar em desacordo com o ora pactuado, calculada sobre o valor total do Contrato, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado do recebimento da notificação;

c) **suspensão** temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** ,por um prazo de até 02 (dois) anos, conforme fixar a Autoridade Competente, em função da natureza e gravidade da falta cometida;

d) **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramentos de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei nº 10.520, de 17.7.2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa prevista na alínea “b” desta Cláusula e demais cominações legais, conforme determina o art. 7º, da Lei em comento.

7.1 Se qualquer um dos motivos ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente, justificado e aceito pela PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, a licitante detentora desta Ata ficará isenta das penalidades supra.

7.2 As multas referidas nesta Cláusula serão recolhidas diretamente a PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da notificação ou, quando da efetiva contratação, descontada dos pagamentos, eventualmente, devidos pela Administração, da garantia, ou, ainda, cobrada judicialmente, nos termos dos §§ 2º e 3º, do art. 86, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

7.3 As penalidades previstas nesta Cláusula serão formalmente motivadas nos autos do processo e serão independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLAUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECEDOR

O Fornecedor poderá ter o seu registro de preços cancelado:

8.1 Por iniciativa da Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT.** Quando:

descumprir as condições constantes da Ata de Registro de Preços;

a) não retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

b) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

c) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

d) der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente da presente Ata de Registro de Preços.

8.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente da Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT.**

8.3 A pedido do Fornecedor, quando:

a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados;

b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material/equipamento. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

8.4 A comunicação do cancelamento dos preços registrados será feita pessoalmente ou por correspondência, com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos.

8.5 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado(s) o(s) preço(s) registrado(s) no dia subsequente à publicação.

CLAUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

A aquisição dos produtos, objeto do presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em todo caso, pela PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO- MT,** ou, na hipótese prevista na cláusula III pelo órgão requisitante.

9.1 As emissões de Autorizações de compra, suas retificações ou cancelamentos, totais ou parciais, serão, igualmente, autorizados pela Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT.** Ou pelo Órgão requisitante ao qual tenha sido facultado à utilização desta Ata de Registro de Preços.

CLAUSULA X – DA FISCALIZAÇÃO

Ficará responsável pela fiscalização desta Ata de Registro de Preços o funcionário público municipal desta Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT. Srª.JOSE LEONARDO DE SOUZA, DILMA FLORES FARIAS e QUEILA DE MIRANDA SILVA,** nomeados como **FISCAL DE CONTRATO**, através da Portaria nº. 88/2017 DE 05 DE MAIO DE 2017, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso das aquisições, que de tudo dará ciência à Administração, conforme art. 67, da Lei nº 8.666/93, com suas anteriores alterações.

CLÁUSULA XI - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta de Dotações Orçamentárias, conforme a Secretaria Solicitante:

02-PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO POVO

030-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO E GESTAO

04.122.5020.02010.3.3.90.30.00.00 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS-SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

04.122.7070.02017.3.3.90.30.00.00 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.8010.02027.3.3.90.30.00.00 - MANTER O ENSINO FUNDAMENTAL - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

20.606.9010.02043.3.3.90.30.00.00 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO-SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO

13.392.8050.02034.3.3.90.30.00.00 - DESPESAS COM DATAS COMEMORATIVAS E EVENTOS - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

SECRETARIA DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL -SECRETARIA DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

08.243.9260.02065.3.3.90.30.00.00 - MANTER O CONSELHO TUT.DOS DIR.DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

03-SECRETARIA DE SAUDE

160-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.9110.02048.3.3.90.30.00.00 - SAUDE DA FAMILIA - SF - FEDERAL - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

10.304.9140.02061.3.3.90.30.00.00 - MANTER AS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA-FEDERAL - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

04-SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL

120-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.243.9280.02136.3.3.90.30.00.00 - EXEC.PROG.FORT.VINC.CRIANÇA E APOIO A FAMILIA-SFVC/PAIF - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integra esta Ata o Edital de Pregão para Registro de Preços nº **30/2018**, seus Anexos e a Proposta de Preço da sociedade empresária: **MARIA JOSE DOS REIS NETO COMERCIO REPRESENTAÇÃO-EPP, CNPJ nº 10.226.940/0001-57**no mencionado certame.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº**10. 520**, de 17 de julho de 2002, Decretos nº**3.555**, de 08 de agosto de 2000, **3.693**, de 20 de dezembro de 2000, **3.784**, de 06 de abril de 2001, **3.931**,de 19 de setembro de 2001 e **4.342**, de 23 de agosto de 2002 e no que couber, com a Lei nº**8.666**, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores e ainda a lei complementar e 123/2006.

CLÁUSULA XIII - DA PUBLICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO- MT** providenciará a publicação, do extrato, desta Ata de Registro de Preços no Jornal Oficial dos Municípios, no prazo de até vinte dias da data de sua assinatura.

CLÁUSULA XIV - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com o Contrato vinculado a esta Licitação a Licitante Vencedora deve se subordinar ao Foro da Justiça Comum, da Comarca de Rondonópolis- MT, excluindo, por mais privilegiado que for, qualquer outro, desde que não possa ser resolvido amigavelmente;

SÃO JOSÉ DO POVO- MT, 27 de AGOSTO de 2018.

_____

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

Rodrigo Goncalo de Assunção Torres da Paz,

RG n° 18807430 SEJUSP/MT

FORNECEDOR: MARIA JOSE DOS REIS NETO COMERCIO REPRESENTAÇÃO-EPP, CNPJ nº 10.226.940/0001-57

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: **CPF**:

RG: **RG**:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº16/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2018

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

21/08/2018 á 21/08/2019

Aos dias 21 de agosto de 2018, **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua José Salmem Hanze, 924, nesta cidade de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº 32.972.424/0001-04, neste ato representada pelo Prefeito Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** Senhor **ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**, brasileiro, solteiro, empresária, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG. 494 351SSP/MT e CPF nº 353.365.011-15, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de outro lado, a Sociedade empresária doravante denominada simplesmente **Vencedor 1: JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME, CNPJ nº 01.901.073/0001-17,** sediada na RUA: **JOSE SALMEN HANZE,** N: 984, CEP: **78.773-000** Bairro: **Centro**, Cidade de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**. Neste ato representado através de procuração pelo Sr: José Eduardo Romano, RG n° 282890 SSP/SP, CPF n° 274.673.761-20. Pregão para Registro de Preços **nº28/2017, REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE SÃO JOSE POVO-MT, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERENCIA ANEXOS I**, nos termos da Lei nº 10.520, .dezembro de 2000, 3.784, de 06 de abril de 2001, 3.931,de 19 de setembro de 2001 e 4.342, de 23 de agosto de 2002, que regulamentam a modalidade do Pregão e o Sistema de Registro de Preços, e no que couber, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE SÃO JOSE POVO-MT, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERENCIA ANEXOS I, de acordo com planilha constante no anexo I deste Edital dos seguintes itens:

Vencedor - JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME, CNPJ nº 01.901.073/0001-17

Nº28 PREGÃO	Nº16 ARP	Nº ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	FORNECEDOR JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	VALOR UNITARIO
		989	OVOS	870	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	4,6400
		9880	OLEO DE COZINHA	500 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	4,1900
		988	TOMATE	3.080 KG	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	3,4900
		985	REPOLHO	2.780 KG	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	2,7900
		984	CENOURA	3.250	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	3,1400
		982	CHA MATE 200 KG	45 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	4,5900
		981	BATATA LISA	3.150 KG	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	2,4900
		977	SARDINHA 87 G	500 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	3,0900
		976	COLORAL EM PÓ-PACOTE DE 500 G	25 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	4,8900
		975	MARGARINA VEGETAL 1KG	29 CX	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	75,9000
		973	SAL REFINADO 1KG	342 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	1,1400
		971	CEBOLA	4.742 KG	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	2,8400
		970	ALHO	3.932 KG	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	13,1900
		967	BISCOITO SALGADO 400G	110 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	2,5900
		964	FARINHA DE MANDIOCA	10 FD	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	81,4900
		963	FEIJÃO 1KG	360 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	2,5900
		962	ARROZ 5KG TIPO 1	470 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	9,2400
		959	CAFÉ 500G	1.784 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	9,0400
		958	AÇUCAR 2KG	2.691 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	2,9400
		9275	MACARÃO	383 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	2,4400
		8277	BATATA INGLESA	90 KG	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	2,1900
		8276	QUEIJO PARMESÃO RALADO 100G	400 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	4,3900
		8272	FERMENTO QUIMICO 100G-CAIXA	24 CX	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	24,5400
		8254	CHA MATE	870 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	5,9900
		8251	MILHO VERDE EM CONSERVA 200G	920 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	1,4900
		8243	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO 860G	35 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	5,4900
		8232	BISCOITO DE MAISENA 800G	780 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	5,6900
		8231	AMENDOIM CRU SEM CASCA 500G	780 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	5,9900
		8230	TEMPERO PRONTO 500G	385 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	5,9900
		8229	OLEO DE SOJA 900ML CX COM 24 UN	303 CX	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	89,8000
		6030	MILHO DE PIPOCA 500G	610 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	1,8900
		6029	BATATA PALHA 500G	350UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	8,6400
		5301	QUEIJO-TIPO MUSSARELA FATIADA	100 KG	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	31,4900
		5299	ERVA DOCE 10G	150 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	0,9400
		5297	AZEITONA VIDRO 250G	445 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	5,3900
		5295	BANANA NANICA	680 KG	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	2,4900
		5092	CREME DE LEITE 300G	712 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	3,6900

		5091	LEITE CONDENSADO	700 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	3,4900
		4755	ABACAXI	120 KG	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	5,0000
		4753	MELAO	350 KG	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	10,0000
		4646	LEITE EM PÓ 400G	500 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	8,9900
		4644	POLVILHO DOCE	340 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	5,7400
		4387	OREGANO	30 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	0,9400
		3633	PÃO FRANCÊS	500 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	12,9000
		3621	LEITE	1.000 L	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	4,1900
		3569	BOLACHA AGUA E SAL 800G	130 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	7,9900
		3473	BANANA MAÇÃ	780 KG	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	3,7900
		3471	CHUCHU	35 KG	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	2,1900
		3409	ACHOCOLATADO MEDIO 500G	500 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	9,1900
		3305	LARANJA	1460 KG	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	1,9900
		3304	MAÇÃ	720 KG	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	4,5000
		3303	MAMAO	580 KG	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	5,9000
		3112390	FARINHA DE TRIGO	80 FD	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	24,4700
		3081	REFRIGERANTE 2L	1.045 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	4,000
		2991446	MASSA/MACARRÃO 500 G	80 FD	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	45,7900
		2865	MILHO DE CANJICA 500G	490 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	1,8400
		2819	BETERRABA	580 KG	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	3,2400
		2762	MARGARINA DE 500G	644 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	3,6200
		2759	MAIONEZE DE 250G	435 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	2,3900
		2758	CALDO DE CARNE 19G	350 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	1,6000
		2500	EXTRATO DE TOMATE 850G	255 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	6,7000
		2497	ABOBORA	200 KG	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	1,9000
		2204827	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO-TIPO MAISENA	350 CX	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	60,0000
		18621	PÃO DO TIPO HOT-DOG 200G-PACOTE	800 PC	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	4,9000
		18619	PÃO DE FORMA FATIADO 500G	500 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	4,7000
		18613	MAISENE 500G	150 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	4,0000
		18608	BATATA PALHA 1KG	250 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	15,0000
		17790	MILHO DE PIPOCA	50 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	1,9000
		17787	REIQUEIJÃO-TIPO CREMOSO, 200G	225 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	4,7000
		17786	OLEO COMESTIVEL - DE SOJA, OBTIDO DA SOJA, SEM COLESTEROL E SEM ADITIVO, ISENTO DE RANCO E SUBSTANCIAS ESTRANHAS, ACONDICIONADO EM LATA DE 900 ML	20 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	4,0000
		17784	FARINHA DE TRIGO 1KG	48 FD	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	25,0000
		17781	BOLACHA DE DOCE 400G	50 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	2,45000
		17726	BANANA PRATA	490 KG	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	4,5000
		17724	VINAGRE	80 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	1,6000
		17706	BISCOITO TIPO ROSQUINHA 360G	1.300 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	2,4000
		17705	BISCOITO MAISENA 400G	200 CX	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	54,0000
		153079	MAMAO FORMOSA	180 KG	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	3,5000
		14664	PÃO-DO TIPO HOT-DOG 500G PACOTE	800 PC	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	4,0000
		13998	FARINHA DE TRIGO-FARDO	500 FD	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	25,0000

		13542	POLVILHO AZEDO-PACOTE 1KG	320 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	5,5000
		1294342	FERMENTO BIOLOGICO - TIPO EM PASTA, COMPOSTO DE SACCHARORNYCES CEREVISIAL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA	200 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	0,9000
		12676	OLEO DE SOJA REFINADO 900ML	40 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	2,14
		11172	MASSA PRONTA P/BOLO 450G	150 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	1,9500
		108251	OVO - DE GALINHA, BRANCO, GRANDE, ISENTO DE SUJIDADES,FUNGOS E SUBSTANCIAS TOXICAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA	15 DUZIA	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	3,9000
		10723	SUCO EM PÓ	800 UN	JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME	4,5500

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

O presente, Ata de Registro de Preços vigorará por **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura.

2.1 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** não será obrigada a utilizar-se dos produtos referido na Cláusula I, exclusivamente, pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de quaisquer espécies às sociedades empresárias detentoras, podendo inclusive, cancelar esta Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos às detentoras, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O presente Ata, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto a Prefeitura Municipal de São José do Povo, para que este autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos a serem locados, não podendo exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados.

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pelo(s) Fornecedor (es) signatário(s) da presente Ata de Registro de Preços está especificado no Anexo I, do Edital do **Pregão nº28/2018**, de acordo com a respectiva classificação.

3.2 Para os fornecimentos decorrentes desta Ata, serão observados os aspectos relativos aos preços e condições constantes do Edital do **Pregão nº28/2018.**

3.3 Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta de preços apresentada, no **Pregão nº28/2018**, pela sociedade empresária detentora da presente Ata.

CLÁUSULA IV - DO LOCAL

Todas as atividades necessárias à execução do objeto desta Ata de Registro de Preços deverão ser realizadas em espaços físicos e instalações adequadas.

CLÁUSULA V - DO PAGAMENTO

5.1 A Contratada deverá apresentar a Nota de fiscal/fatura após a solicitação dos produtos, devendo o pagamento ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data da fatura;

5.2 O pagamento será creditado em nome da licitante vencedora, mediante ordem bancária, a ser efetivado no banco, agência, e conta corrente, explicitados em sua Proposta de Preços.

5.3 O Departamento de Compras da PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** reserva-se o direito de suspender o pagamento se os produtos fornecidos estiverem em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência - Anexo V do Edital de Pregão.

5.4 Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao fornecedor e o pagamento ficará pendente, até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**.

CLÁUSULA VI - DAS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS

6.1- O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado após expedição de regular nota de empenho pela PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, "autorização de compra", na qual deverá (ao) ser indicado (s) local (is) para entrega dos produtos.

6.2- O fornecedor, quando do recebimento da solicitação da necessidade da aquisição dos produtos, emitido pelo Órgão solicitante deverá colocar na cópia, que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a recebeu além da identificação de quem a recebeu.

6.3- A cópia da solicitação, referida no item anterior, deverá ser devolvida ao Órgão requisitante, a fim de ser anexada ao respectivo processo.

6.4- O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

6.5- Entregar os produtos solicitados em um prazo máximo de 5 (cinco) dias, a partir do recebimento da requisição feita pelo Departamento de Compras do Município de SÃO JOSÉ DO POVO-MT ou Secretaria Solicitante.

CLÁUSULA VII - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar às detentoras desta Ata, segundo a gravidade da falta cometida, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente cabíveis:

a) **advertência**, por escrito;

b) **multa** equivalente a 10% (dez por cento), pela recusa da entrega dos produtos ou por estar em desacordo com o ora pactuado, calculada sobre o valor total do Contrato, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado do recebimento da notificação;

c) **suspensão** temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** ,por um prazo de até 02 (dois) anos, conforme fixar a Autoridade Competente, em função da natureza e gravidade da falta cometida;

d) **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramentos de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei nº 10.520, de 17.7.2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa prevista na alínea "b" desta Cláusula e demais cominações legais, conforme determina o art. 7º, da Lei em comento.

7.1 Se qualquer um dos motivos ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente, justificado e aceito pela PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, a licitante detentora desta Ata ficará isenta das penalidades supra.

7.2 As multas referidas nesta Cláusula serão recolhidas diretamente a PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da notificação ou, quando da efetiva contratação, descontada dos pagamentos, eventualmente, devidos pela Administração, da garantia, ou, ainda, cobrada judicialmente, nos termos dos §§ 2º e 3º, do art. 86, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

7.3 As penalidades previstas nesta Cláusula serão formalmente motivadas nos autos do processo e serão independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLAUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECEDOR

O Fornecedor poderá ter o seu registro de preços cancelado:

8.1 Por iniciativa da Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT.** Quando:

descumprir as condições constantes da Ata de Registro de Preços;

a) não retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

b) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

c) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

d) der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente da presente Ata de Registro de Preços.

8.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente da Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT.**

8.3 A pedido do Fornecedor, quando:

a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados;

b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material/equipamento. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

8.4 A comunicação do cancelamento dos preços registrados será feita pessoalmente ou por correspondência, com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos.

8.5 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado(s) o(s) preço(s) registrado(s) no dia subsequente à publicação.

CLAUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

A aquisição dos produtos, objeto do presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em todo caso, pela PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO- MT,** ou, na hipótese prevista na cláusula III pelo órgão requisitante.

9.1 As emissões de Autorizações de compra, suas retificações ou cancelamentos, totais ou parciais, serão, igualmente, autorizados pela Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT.** Ou pelo Órgão requisitante ao qual tenha sido facultado à utilização desta Ata de Registro de Preços.

CLAUSULA X – DA FISCALIZAÇÃO

Ficará responsável pela fiscalização desta Ata de Registro de Preços o funcionário público municipal desta Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT. Srª.JOSE LEONARDO DE SOUZA, DILMA FLORES FARIAS e QUEILA DE MIRANDA SILVA,** nomeados como **FISCAL DE CONTRATO**, através da Portaria nº. 88/2017 DE 05 DE MAIO DE 2017, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso das aquisições, que de tudo dará ciência à Administração, conforme art. 67, da Lei nº 8.666/93, com suas anteriores alterações.

CLÁUSULA XI - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta de Dotações Orçamentárias, conforme a Secretaria Solicitante:

02-PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO POVO

030-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO E GESTAO

04.122.5020.02010.3.3.90.30.00.00 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS-SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

04.122.7070.02017.3.3.90.30.00.00 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.306.8040.02024.3.3.90.30.00.00 - EXECUTAR O PROG. NAC.DE ALIM.ESCOLAR-PNAE-FEDERAL - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

20.606.9010.02043.3.3.90.30.00.00 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO-SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO

13.392.8050.02034.3.3.90.30.00.00 - DESPESAS COM DATAS COMEMORATIVAS E EVENTOS - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

SECRETARIA DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL -SECRETARIA DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

08.243.9260.02065.3.3.90.30.00.00 - MANTER O CONSELHO TUT.DOS DIR.DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

03-SECRETARIA DE SAUDE

160-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.9110.02048.3.3.90.30.00.00 - SAUDE DA FAMILIA - SF - FEDERAL - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

10.302.9120.02057.3.3.90.30.00.00 - MANTER O CENTRO DE SAUDE - HOSPITAL MUNICIPAL - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

10.304.9140.02061.3.3.90.30.00.00 - MANTER AS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA-FEDERAL - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

04-SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL

120-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.243.9280.02136.3.3.90.30.00.00 - EXEC.PROG.FORT.VINC.CRIANÇA E APOIO A FAMILIA-SFVC/PAIF - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integra esta Ata o Edital de Pregão para Registro de Preços nº **28/2018**, seus Anexos e a Proposta de Preço da sociedade empresária: **JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME, CNPJ nº 01.901.073/0001-17**

no mencionado certame.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº**10. 520**, de 17 de julho de 2002, Decretos nº**3.555**, de 08 de agosto de 2000, **3.693**, de 20 de dezembro de 2000, **3.784**, de 06 de abril de 2001, **3.931**,de 19 de setembro de 2001 e **4.342**, de 23 de agosto de 2002 e no que couber, com a Lei nº**8.666**, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores e ainda a lei complementar e 123/2006.

CLÁUSULA XIII - DA PUBLICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO- MT** providenciará a publicação, do extrato, desta Ata de Registro de Preços no Jornal Oficial dos Municípios, no prazo de até vinte dias da data de sua assinatura.

CLÁUSULA XIV - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com o Contrato vinculado a esta Licitação a Licitante Vencedora deve se subordinar ao Foro da Justiça Comum, da Comarca de Rondonópolis- MT, excluindo, por mais privilegiado que for, qualquer outro, desde que não possa ser resolvido amigavelmente;

SÃO JOSÉ DO POVO- MT, 21 de AGOSTO de 2018.

_____

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

JOSÉ EDUARDO ROMANO,

RG°: n° 282890 SSP/SP

FORNECEDOR: JOSE EDUARDO ROMANO ME-ME, CNPJ nº 01.901.073/0001-17

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: **CPF**:

RG: **RG**:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº17/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2018

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

21/08/2018 á 21/08/2019

Aos dias 21 de agosto de 2018, **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua José Salmem Hanze, 924, nesta cidade de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº 32.972.424/0001-04, neste ato representada pelo Prefeito Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** Senhor **ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**, brasileiro, solteiro, empresária, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG. 494 351SSP/MT e CPF nº 353.365.011-15, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de outro lado, a Sociedade empresária doravante denominada simplesmente **Vencedor 1:- VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO, CNPJ nº 07.507.230/0001-90,** sediada na Rua Presidente Castelo Branco N° 840, CEP: 78.773-000 Bairro: Centro, Cidade de São José do Povo-MT Neste ato representado através de procuração pelo Sra Vilma Aparecida Cordeiro Carvalho, RG n° 06407226 SSP/MT, CPF n° 531.083. 411-15. Pregão para Registro de Preços **nº28/2017, REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE SÃO JOSE POVO-MT, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERENCIA ANEXOS I**, nos termos da Lei nº 10.520, .dezembro de 2000, 3.784, de 06 de abril de 2001, 3.931,de 19 de setembro de 2001 e 4.342, de 23 de agosto de 2002, que regulamentam a modalidade do Pregão e o Sistema de Registro de Preços, e no que couber, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE SÃO JOSE POVO-MT, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERENCIA ANEXOS I, de acordo com planilha constante no anexo I deste Edital dos seguintes itens:

Vencedor - VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO, CNPJ nº 07.507.230/0001-90

Nº28 PREGÃO	Nº17 ARP	Nº ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	FORNECEDOR VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	VALOR UNITARIO
		9879	PRESUNTO FATIADO	100 KG	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	28,0000
		969	COCO RALADO 50G	800 UN	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	2,1500
		960	CANELA EM CASCA 200G	40 UN	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	18,5000
		8252	GELATINA-PACOTE DE 1KG	150 UN	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	21,6600
		8242	ERVA DOCE 10G	90 CX	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	23,8000
		8234	CRAVO DA INDIA 40G	80 UN	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	2,3500
		8233	COCO RALADO 100G SEM AÇUCAR	12 CX	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	62,0000
		6004	CHOCOLATE GRANULADO 200G	250 UN	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	5,6000
		4756	MELANCIA	1.450 KG	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	2,8500
		4752	UVA	850 KG	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	11,9000
		4384	ACHOCOLATADO EM PÓ 800G-CAIXA DE 24 UN	20 CX	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	234,0000
		3179	CALDO DE GALINHA CAIPIRA 190G-CAIXA CONTENDO 12 UN	216 CX	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	22,0000
		2501	FUBA	300 UN	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	2,8000
		18618	IOGURTE 170G	400 UN	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	4,5000
		18617	TEMPERO PARA ALIMENTOS 60G	300 UN	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	3,1300
		18616	ATUM RALADO 170G	200 UN	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	8,8500
		18615	MANTEIGA COM SAL 500G	100 UN	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	14,5000
		18614	MACARRÃO LASANHA 500G	200 UN	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	4,8000
		18612	KETCHUP 390G	150 UN	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	5,0000
		18611	AZEITE EXTRA-VIRGEM 1L	150 UN	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	13,0000
		18610	GELATINA 150G	500 CX	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	35,0000
		18606	CREME DE LEITE 3,5KG	175 UN	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	51,0000

		18605	LEITE CONDENSADO 5KG	50 UN	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	57,5000
		18604	MAIONEZE 3KG	100 UN	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	16,0000
		18603	MARGARINA 3KG-BALDE	100 UN	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	21,0000
		18534	COMINHO-MUIDO E SEM MISTURA 200G	250 UN	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	11,5000
		1784005	FERMENTO QUIMICO	550 UN	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	4,8500
		17732	UVA-NIAGARA	300 KG	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	14,2500
		17731	UVA-ITALIA	450 KG	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	12,9500
		17722	BISCOITO C/SAL BOLACHA FOLHADA	90 CX	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	155,0000
		17720	FERMENTO BIOLOGICO-TIPO PASTA	150 UN	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	8,2500
		17719	FERMENTO QUIMICO 1KG	265 UN	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	25,0000
		14724	POUPA DE FRUTAS PARA SUCO	960 KG	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	18,6500
		14723	COUVE	1.500 KG	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	3,2500
		14715	COENTRO	1.880 KG	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	3,0000
		14712	FEIJÃO CATADOR	2.500 KG	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	17,000
		14258	CAQUI	400 KG	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	9,3500
		14256	BEIJINHO	300 UN	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	14,9000
		14255	BRIGADEIRO	350 UN	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	20,0000
		14002	LEITE CONDENSADO 395G	12 CX	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	83,0000
		13876	LEITE INTEGRAL 1L	30 CX	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	44,5000
		13762	MANTEIGA 250G	15 UN	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	8,3800
		13514	CEBOLINHA VERDE-PACOTE	80 PC	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	6,9000
		13512	ALFACE	3.400 KG	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	3,9000
		1315	COADOR DE CAFÉ N103	10 UN	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	3,5000
		11147	CHA MATE 250G	90 UN	VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO	2,0500

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

O presente, Ata de Registro de Preços vigorará por **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura.

2.1 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** não será obrigada a utilizar-se dos produtos referido na Cláusula I, exclusivamente, pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de quaisquer espécies às sociedades empresárias detentoras, podendo inclusive, cancelar esta Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos às detentoras, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O presente Ata, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto a Prefeitura Municipal de São José do Povo, para que este autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos a serem locados, não podendo exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados.

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pelo(s) Fornecedor (es) signatário(s) da presente Ata de Registro de Preços está especificado no Anexo I, do Edital do **Pregão nº28/2018**, de acordo com a respectiva classificação.

3.2 Para os fornecimentos decorrentes desta Ata, serão observados os aspectos relativos aos preços e condições constantes do Edital do **Pregão nº28/2018.**

3.3 Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta de preços apresentada, no **Pregão nº28/2018**, pela sociedade empresária detentora da presente Ata.

CLÁUSULA IV - DO LOCAL

Todas as atividades necessárias à execução do objeto desta Ata de Registro de Preços deverão ser realizadas em espaços físicos e instalações adequadas.

CLÁUSULA V - DO PAGAMENTO

5.1 A Contratada deverá apresentar a Nota de fiscal/fatura após a solicitação dos produtos, devendo o pagamento ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data da fatura;

5.2 O pagamento será creditado em nome da licitante vencedora, mediante ordem bancária, a ser efetivado no banco, agência, e conta corrente, explicitados em sua Proposta de Preços.

5.3 O Departamento de Compras da PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** reserva-se o direito de suspender o pagamento se os produtos fornecidos estiverem em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência - Anexo V do Edital de Pregão.

5.4 Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao fornecedor e o pagamento ficará pendente, até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**.

CLÁUSULA VI - DAS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS

6.1- O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado após expedição de regular nota de empenho pela PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, "autorização de compra", na qual deverá (ao) ser indicado (s) local (is) para entrega dos produtos.

6.2- O fornecedor, quando do recebimento da solicitação da necessidade da aquisição dos produtos, emitido pelo Órgão solicitante deverá colocar na cópia, que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a recebeu além da identificação de quem a recebeu.

6.3- A cópia da solicitação, referida no item anterior, deverá ser devolvida ao Órgão requisitante, a fim de ser anexada ao respectivo processo.

6.4- O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

6.5- Entregar os produtos solicitados em um prazo máximo de 5 (cinco) dias, a partir do recebimento da requisição feita pelo Departamento de Compras do Município de SÃO JOSÉ DO POVO-MT ou Secretaria Solicitante.

CLÁUSULA VII - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar às detentoras desta Ata, segundo a gravidade da falta cometida, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente cabíveis:

a) **advertência**, por escrito;

b) **multa** equivalente a 10% (dez por cento), pela recusa da entrega dos produtos ou por estar em desacordo com o ora pactuado, calculada sobre o valor total do Contrato, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado do recebimento da notificação;

c) **suspensão** temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** ,por um prazo de até 02 (dois) anos, conforme fixar a Autoridade Competente, em função da natureza e gravidade da falta cometida;

d) **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramentos de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei nº 10.520, de 17.7.2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa prevista na alínea "b" desta Cláusula e demais cominações legais, conforme determina o art. 7º, da Lei em comento.

7.1 Se qualquer um dos motivos ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente, justificado e aceito pela PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, a licitante detentora desta Ata ficará isenta das penalidades supra.

7.2 As multas referidas nesta Cláusula serão recolhidas diretamente a PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da notificação ou, quando da efetiva contratação, descontada dos pagamentos, eventualmente, devidos pela Administração, da garantia, ou, ainda, cobrada judicialmente, nos termos dos §§ 2º e 3º, do art. 86, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

7.3 As penalidades previstas nesta Cláusula serão formalmente motivadas nos autos do processo e serão independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLAUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECEDOR

O Fornecedor poderá ter o seu registro de preços cancelado:

8.1 Por iniciativa da Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT.** Quando:

descumprir as condições constantes da Ata de Registro de Preços;

a) não retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

b) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

c) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

d) der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente da presente Ata de Registro de Preços.

8.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente da Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT.**

8.3 A pedido do Fornecedor, quando:

a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados;

b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material/equipamento. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

8.4 A comunicação do cancelamento dos preços registrados será feita pessoalmente ou por correspondência, com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos.

8.5 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado(s) o(s) preço(s) registrado(s) no dia subsequente à publicação.

CLAUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

A aquisição dos produtos, objeto do presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em todo caso, pela PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO- MT,** ou, na hipótese prevista na cláusula III pelo órgão requisitante.

9.1 As emissões de Autorizações de compra, suas retificações ou cancelamentos, totais ou parciais, serão, igualmente, autorizados pela Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT.** Ou pelo Órgão requisitante ao qual tenha sido facultado à utilização desta Ata de Registro de Preços.

CLAUSULA X – DA FISCALIZAÇÃO

Ficará responsável pela fiscalização desta Ata de Registro de Preços o funcionário público municipal desta Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT. Srª.JOSE LEONARDO DE SOUZA, DILMA FLORES FARIAS e QUEILA DE MIRANDA SILVA,** nomeados como **FISCAL DE CONTRATO**, através da Portaria nº. 88/2017 DE 05 DE MAIO DE 2017, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso das aquisições, que de tudo dará ciência à Administração, conforme art. 67, da Lei nº 8.666/93, com suas anteriores alterações.

CLÁUSULA XI - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta de Dotações Orçamentárias, conforme a Secretaria Solicitante:

02-PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO POVO

030-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO E GESTAO

04.122.5020.02010.3.3.90.30.00.00 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS-SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

04.122.7070.02017.3.3.90.30.00.00 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.306.8040.02024.3.3.90.30.00.00 - EXECUTAR O PROG. NAC.DE ALIM.ESCOLAR-PNAE-FEDERAL - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

20.606.9010.02043.3.3.90.30.00.00 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO-SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO

13.392.8050.02034.3.3.90.30.00.00 - DESPESAS COM DATAS COMEMORATIVAS E EVENTOS - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

SECRETARIA DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL -SECRETARIA DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

08.243.9260.02065.3.3.90.30.00.00 - MANTER O CONSELHO TUT.DOS DIR.DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

03-SECRETARIA DE SAUDE

160-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.9110.02048.3.3.90.30.00.00 - SAUDE DA FAMILIA - SF - FEDERAL - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

10.302.9120.02057.3.3.90.30.00.00 - MANTER O CENTRO DE SAUDE - HOSPITAL MUNICIPAL - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

10.304.9140.02061.3.3.90.30.00.00 - MANTER AS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA-FEDERAL - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

04-SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL

120-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.243.9280.02136.3.3.90.30.00.00 - EXEC.PROG.FORT.VINC.CRIANÇA E APOIO A FAMILIA-SFVC/PAIF - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integra esta Ata o Edital de Pregão para Registro de Preços nº **28/2018**, seus Anexos e a Proposta de Preço da sociedade empresária: **VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO, CNPJ nº 07.507.230/0001-90**

no mencionado certame.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº**10. 520**, de 17 de julho de 2002, Decretos nº**3.555**, de 08 de agosto de 2000, **3.693**, de 20 de dezembro de 2000, **3.784**, de 06 de abril de 2001, **3.931**,de 19 de setembro de 2001 e **4.342**, de 23 de agosto de 2002 e no que couber, com a Lei nº**8.666**, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores e ainda a lei complementar e 123/2006.

CLÁUSULA XIII - DA PUBLICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO- MT** providenciará a publicação, do extrato, desta Ata de Registro de Preços no Jornal Oficial dos Municípios, no prazo de até vinte dias da data de sua assinatura.

CLÁUSULA XIV - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com o Contrato vinculado a esta Licitação a Licitante Vencedora deve se subordinar ao Foro da Justiça Comum, da Comarca de Rondonópolis- MT, excluindo, por mais privilegiado que for, qualquer outro, desde que não possa ser resolvido amigavelmente;

SÃO JOSÉ DO POVO- MT, 21 de AGOSTO de 2018.

_____

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO

RG°: n° 06407226 SSP/MT

FORNECEDOR: VILMA APARECIDA CORDEIRO CARVALHO, CNPJ nº 07.507.230/0001-90

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: **CPF**:

RG:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº18/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2018

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

27/08/2018 á 27/08/2019

Aos dias 27 de agosto de 2018, **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua José Salmem Hanze, 924, nesta cidade de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº 32.972.424/0001-04, neste ato representada pelo Prefeito Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** Senhor **ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**, brasileiro, solteiro, empresária, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG. 494 351SSP/MT e CPF nº 353.365.011-15, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de outro lado, a Sociedade empresária doravante denominada simplesmente **Vencedor 1: R. G. DA PAZ EIRELI - EPP, CNPJ nº 21. 058.617/0001-38,** sediada na AV ALZIRA SANTANA N° 5, CEP: 78130-724 Bairro: IKARAY, Cidade de VARZEA GRANDE-MT Neste ato representado através de procuração pelo Sr Rodrigo Garcia da Paz, RG n° 1477296-5 SSP/MT, CPF n° 731.341.201-00. Pregão para Registro de Preços **nº30/2017, REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ATENDER A DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE SÃO JOSE POVO-MT, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERENCIA ANEXOS I**, nos termos da Lei nº 10. 520, .dezembro de 2000, 3.784, de 06 de abril de 2001, 3.931,de 19 de setembro de 2001 e 4.342, de 23 de agosto de 2002, que regulamentam a modalidade do Pregão e o Sistema de Registro de Preços, e no que couber, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ATENDER A DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE SÃO JOSE POVO-MT, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERENCIA ANEXOS I, de acordo com planilha constante no anexo I deste Edital dos seguintes itens:

Vencedor: R. G. DA PAZ EIRELI - EPP, CNPJ nº 21.058.617/0001-38

Nº30 PREGÃO	Nº18 ARP	Nº ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	FORNECEDOR R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	VALOR UNITARIO
		6165	COPO DESCARTAVEIS PARA CAFÉ	10 UN	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	67,6000
		4851	GARRAFA TERMICA 5 LITROS	6 UN	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	24,7000
		3819485	BALDE - BALDO PLASTICO EM MATERIAL VIRGEM DE PRIMEIRA QUALIDADE, RESISTENTE, COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS, COM ALCA	365 UN	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	5,7500
		3788768	RODO (PUXA E SECA) - CABO EM MADEIRA REVESTIDA COM PLASTICO, COM COMPRIMENTO DE APROXIMADAMENTE 1,00 M,BASE COM 40CM DE LARGURA,EM POLIPROPILENO,COM 02 LAMINAS DE BORRACHA	72 UN	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	5,1000

		320722	COPO DESCARTAVEL - DE POLIESTIRENO, PARA LIQUIDOS, COM CAPACIDADE DE 200 ML, 220 GRAMAS	6.220 UN	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	3,2000
		317578	PALHA DE ACO - DO TIPO ACO CARBONO, N. 02, PARA LIMPEZA/BRILHO	180 UN	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	0,8200
		3091821	PANELA DE ALUMINIO 5 LITROS	15 UN	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	21,4000
		3053210	DESINFETANTE - AGENTE DESINFETANTE QUE ELIMINA GERMES E BACTERIAS,ALQUIL BENZENO, SULFONATO DE SODIO,COADJUVANTES,SEQUESTRANTE,COMPOSICAO AROMATICA FRAGANCIA E AGUA,ACONDICIONADO DE FORMA ADEQUADA	230 UN	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	49,0000
		3048390	LIMPA METAIS - LIQUIDO,A BASE DE ACIDO SULFONICO E CLORIDRICO,EM USO DOMESTICO PARA LIMPEZA DE ALUMINIO,COM OU SEM FRAGRANCIA,EMBALAGEM DE 500 ML	53 CX	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	51,4000
		2986	PAPEL ALUMINIO 7,5M X 45CM-CAIXA	30 UN	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	4,4500
		2892340	SACO PARA LIXO DOMESTICO - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 40 LITROS, MEDINDO (60CMX0,05MM), NA COR AZUL, PESANDO 1,5KGS, NBR 9190,NBR 9191	1.780 UN	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	1,4800
		2855100	AGUA SANITARIA - SOLUCAO AQUOSA, PRINCIPIO ATIVO: HIPOCLORITO DE SODIO 2,0 % A 2,5 % P/P DE CLORO ATIVO,PLASTICA CONTENDO 1.000 ML. CAIXA COM 12 UNIDADES,HIDROXIDO DE SODIO E AGUA, COM REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE	15 CX	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	118,0000
		2726700	AGUA SANITARIA - SOLUCAO AQUOSA, PRINCIPIO ATIVO: HIPOCLORITO DE SODIO,PLASTICA CONTENDO 1.000 ML. PRODUTO COM REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE,HIPOCLORITO DE SODIO, HIDROXIDO DE SODIO E AGUA, TEOR ATIVO ENTRE 2% E 2,5% P/P PERFUMADA	1.662 UN	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	2,1000
		2414961	ESCOVA PARA LIMPEZA - LIMPEZA DE BANHEIROS, ESCOVA SANITARIA COM SUPORTE, BASE DE CORPO EM POLIPROPILENO, MEDINDO BASE DA BOLA COM 11CM E 9CM DE PROFUNDIDADE, MEDINDO CABO COM 38CM DE COMPRIMENTO, NA COR BRANCA	18 UN	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	4,9000
		2348292	LIMPADOR MULTIUSO DOMESTICO - LIQUIDO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLASTICA DE 500ML, COM VALIDADE DE 03 ANOS, COMPOSTO DE COM COMPONENTES MINIMOS: SULFONATO DE SODIO, PERFUME, VEICULO, EMBALADO EM EMBALAGEM CONTENDO EM SEU ROTULO: DADOS DO FABRICANTE, PRINCIPIO ATIVO, MODO DE USO, RESPONSAVEL TECNICO, E SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE OU ANVISA	10 UN	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	25,7000
		226610	DESODORIZADOR AMBIENTAL - AEROSOL, FLORAL, PROPANO E BUTANO, FRASCO DE ALUMINIO	435 UN	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	7,7000
		1978772	GARRAFA TERMICA - TIPO COMUM, REVESTIMENTO EM PLASTICO, AMPOLA DE PLASTICO TERMICO, TAMPA DE ROSCA, ALCA E COM TORNEIRA, PARA CAFE, AGUA, SUCO, ETC, COM CAPACIDADE PARA 5 LITROS, CORES DIVERSAS	12 UN	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	24,7000
		1954474	XICARA DE VIDRO	108 UN	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	13,2000
		1912879	PANO DE COPA E COZINHA - DE ALGODAO LISO (PARA PRATO), MEDINDO 43 X 67CM, NA COR BRANCA, 100% ALGODAO	60 UN	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	2,4500
		18646	COADOR DE PAPEL, CONICO, BRANCA. NO.104, EM CAIXA, PARA CAFÉ	300 UN	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	4,4500
		18644	VASSOURA DE ACO COM CABO DE MADEIRA, UTILIZADA EM JARDINS	45 UN	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	32,9000
		18643	LIMPADOR MULTIUSO DOMESTICO - LIMPADOR GERAL CONCENTRADO LIQUIDO, COMPOSTO DE LINEAR ALQUIL BEZENO SULFONATO DE SODIO, TENSOATIVO NAO IONICO, ALCALINIZANTE, SEQUESTRANTE, SOLUBILIZANTE, ETER GLICOLICO, ALCOOL, PERFUME E AGUA, COM CAPACIDADE DE 500 ML , E SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE	45 CX	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	25,7000
		18641	SACO PARA LIXO DOMESTICO - DE PLASTICO REFORCADO EM POLIETILENO, COM ESTAQUEIDADE SUFICIENTE PARA QUE NAO HAJA VAZAMENTO DE LIXO LIQUIDO,COM CAPACIDADE DE 240 LITROS,ESPESSURA MININA DE 10 MICRA,NA COR PRETA,SUPORTANDO SUSPENDER 40KG SEM RASGAR,OBEDECER AS NORMAS NBR 9190 E NBR 9191	1.500 UN	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	3,7500
		1845438	SABÃO ALVEJANTE- EM SABÃO EM PO, PARA LIMPEZA PESADA, EM UTILIZAÇÃO PARA LIMPEZA, CAIXA COM 500 G	316 UN	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	2,6300
		17459	COPO DESCARTAVEL 200 ML	95 UN	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	3,5400
		1633821	SACO PARA LIXO DOMESTICO - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 30 LITROS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 59CM ALTURA X 62CM COMPRIMENTO, NA COR AZUL, PESANDO 6KGS, NBR 9190, NBR 9191	70 UN	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	1,3100
		1485717	SACO PARA LIXO DOMESTICO - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 100 LITROS, MEDINDO 72CM X 82CM X 0,04MM, NA COR PRETA, PESANDO APROXIMADAMENTE 3 KILOS, NBR 9190, NBR 9191	100 UN	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	1,3100
		1447530	ESCOVA - MADEIRA, NATURAL OU PINTADO OU COLORIDO	105 UN	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	1,6400
		1407066	PANO DE LIMPEZA - MEDINDO 30X20CM, COM ACABAMENTO EM COSTURA NAS BORDAS., ALGODAO	35 UN	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	0,9800
		1308513	SACO PARA LIXO DOMESTICO 30 LITROS - PACOTE CONTENDO 20 UNID	950 PC	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	1,3200
		1305484	SACO PARA LIXO DOMESTICO - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 15 LITROS, MEDINDO (LARG.39CMXALT.58CMXESP.0,05MM), NA COR PRETA, PESANDO 850GRAMAS, NBR 9190, NBR 9191	2.310 PC	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	1,3100
		1282921	ESPONJA PARA LIMPEZA - TIPO DUPLA FACE, MEDINDO 110X75X22MM, COM FORMATO RETANGULAR, COM BACTERICIDA, NA COR VERMELHA/BRANCA	25 UN	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	1,6500
		127868	COPO DESCARTAVEL - DE POLIESTIRENO, PARA LIQUIDOS, COM CAPACIDADE DE 50ML, 75 GRAMAS, DE ACORDO COM A NBR NUM. 14865	110 UN	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	1,400
		1274481	PAPEL HIGIENICO COMUM - FOLHA SIMPLES,GOFRADO,SEM PICOTE, NA COR NATURAL, MEDINDO 40MX10CM, COMPOSTO DE FIBRAS NATURAIS E APARAS DE PAPEL	180 FD	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	54,7000
		10064	SACO PARA LIXO DOMESTICO 50 LITROS - PACOTE CONTENDO 20 UNID	500 PC	R. G. DA PAZ EIRELI - EPP	2,6400
		1003	RODO (PUXA E SECA) 30 CM	130 UN	R. G. DA PAZ EIRELI – EPP	4,2900

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

O presente, Ata de Registro de Preços vigorará por **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura.

2.1 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** não será obrigada a utilizar-se dos produtos referido na Cláusula I, exclusivamente, pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar con-

veniente, sem que caiba recurso ou indenização de quaisquer espécies às sociedades empresárias detentoras, podendo inclusive, cancelar esta Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos às detentoras, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O presente Ata, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto a Prefeitura Municipal de São José do Povo, para que este autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos a serem locados, não podendo exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados.

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pelo(s) Fornecedor (es) signatário(s) da presente Ata de Registro de Preços está especificado no Anexo I, do Edital do **Pregão nº30/2018**, de acordo com a respectiva classificação.

3.2 Para os fornecimentos decorrentes desta Ata, serão observados os aspectos relativos aos preços e condições constantes do Edital do **Pregão nº30/2018.**

3.3 Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta de preços apresentada, no **Pregão nº30/2018**, pela sociedade empresária detentora da presente Ata.

CLÁUSULA IV - DO LOCAL

Todas as atividades necessárias à execução do objeto desta Ata de Registro de Preços deverão ser realizadas em espaços físicos e instalações adequadas.

CLÁUSULA V - DO PAGAMENTO

5.1 A Contratada deverá apresentar a Nota de fiscal/fatura após a solicitação dos produtos, devendo o pagamento ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data da fatura;

5.2 O pagamento será creditado em nome da licitante vencedora, mediante ordem bancária, a ser efetivado no banco, agência, e conta corrente, explicitados em sua Proposta de Preços.

5.3 O Departamento de Compras da PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** reserva-se o direito de suspender o pagamento se os produtos fornecidos estiverem em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência - Anexo V do Edital de Pregão.

5.4 Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao fornecedor e o pagamento ficará pendente, até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**.

CLÁUSULA VI - DAS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS

6.1- O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado após expedição de regular nota de empenho pela PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, "autorização de compra", na qual deverá (ao) ser indicado (s) local (is) para entrega dos produtos.

6.2- O fornecedor, quando do recebimento da solicitação da necessidade da aquisição dos produtos, emitido pelo Órgão solicitante deverá colocar na cópia, que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a recebeu além da identificação de quem a recebeu.

6.3- A cópia da solicitação, referida no item anterior, deverá ser devolvida ao Órgão requisitante, a fim de ser anexada ao respectivo processo.

6.4- O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

6.5- Entregar os produtos solicitados em um prazo máximo de 5 (cinco) dias, a partir do recebimento da requisição feita pelo Departamento de Compras do Município de SÃO JOSÉ DO POVO-MT ou Secretaria Solicitante.

CLÁUSULA VII - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar às detentoras desta Ata, segundo a gravidade da falta cometida, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente cabíveis:

a) **advertência**, por escrito;

b) **multa** equivalente a 10% (dez por cento), pela recusa da entrega dos produtos ou por estar em desacordo com o ora pactuado, calculada sobre o valor total do Contrato, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado do recebimento da notificação;

c) **suspensão** temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** ,por um prazo de até 02 (dois) anos, conforme fixar a Autoridade Competente, em função da natureza e gravidade da falta cometida;

d) **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramentos de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei nº 10.520, de 17.7.2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa prevista na alínea "b" desta Cláusula e demais cominações legais, conforme determina o art. 7º, da Lei em comento.

7.1 Se qualquer um dos motivos ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente, justificado e aceito pela PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, a licitante detentora desta Ata ficará isenta das penalidades supra.

7.2 As multas referidas nesta Cláusula serão recolhidas diretamente a PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da notificação ou, quando da efetiva contratação, descontada dos pagamentos, eventualmente, devidos pela Administração, da garantia, ou, ainda, cobrada judicialmente, nos termos dos §§ 2º e 3º, do art. 86, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

7.3 As penalidades previstas nesta Cláusula serão formalmente motivadas nos autos do processo e serão independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLAUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECEDOR

O Fornecedor poderá ter o seu registro de preços cancelado:

8.1 Por iniciativa da Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT.** Quando:

descumprir as condições constantes da Ata de Registro de Preços;

a) não retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

b) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

c) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

d) der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente da presente Ata de Registro de Preços.

8.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente da Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT.**

8.3 A pedido do Fornecedor, quando:

a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados;

b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material/equipamento. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

8.4 A comunicação do cancelamento dos preços registrados será feita pessoalmente ou por correspondência, com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos.

8.5 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado(s) o(s) preço(s) registrado(s) no dia subsequente à publicação.

CLAUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

A aquisição dos produtos, objeto do presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em todo caso, pela PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO- MT,** ou, na hipótese prevista na cláusula III pelo órgão requisitante.

9.1 As emissões de Autorizações de compra, suas retificações ou cancelamentos, totais ou parciais, serão, igualmente, autorizados pela Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT.** Ou pelo Órgão requisitante ao qual tenha sido facultado à utilização desta Ata de Registro de Preços.

CLAUSULA X – DA FISCALIZAÇÃO

Ficará responsável pela fiscalização desta Ata de Registro de Preços o funcionário público municipal desta Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT. Srª.JOSE LEONARDO DE SOUZA, DILMA FLORES FARIAS e QUEILA DE MIRANDA SILVA,** nomeados como **FISCAL DE CONTRATO**, através da Portaria nº. 88/2017 DE 05 DE MAIO DE 2017, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso das aquisições, que de tudo dará ciência à Administração, conforme art. 67, da Lei nº 8.666/93, com suas anteriores alterações.

CLÁUSULA XI - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta de Dotações Orçamentárias, conforme a Secretaria Solicitante:

02-PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO POVO

030-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO E GESTAO

04.122.5020.02010.3.3.90.30.00.00 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS-SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

04.122.7070.02017.3.3.90.30.00.00 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.8010.02027.3.3.90.30.00.00 - MANTER O ENSINO FUNDAMENTAL - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

20.606.9010.02043.3.3.90.30.00.00 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO-SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO

13.392.8050.02034.3.3.90.30.00.00 - DESPESAS COM DATAS COMEMORATIVAS E EVENTOS - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

SECRETARIA DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL -SECRETARIA DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

08.243.9260.02065.3.3.90.30.00.00 - MANTER O CONSELHO TUT.DOS DIR.DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

03-SECRETARIA DE SAUDE

160-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.9110.02048.3.3.90.30.00.00 - SAUDE DA FAMILIA - SF - FEDERAL - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

10.304.9140.02061.3.3.90.30.00.00 - MANTER AS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA-FEDERAL - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

04-SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL

120-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.243.9280.02136.3.3.90.30.00.00 - EXEC.PROG.FORT.VINC.CRIANÇA E APOIO A FAMILIA-SFVC/PAIF - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integra esta Ata o Edital de Pregão para Registro de Preços nº **30/2018**, seus Anexos e a Proposta de Preço da sociedade empresária: **R. G. DA PAZ EIRELI - EPP, CNPJ nº 21.058.617/0001-38** no mencionado certame.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº**10. 520**, de 17 de julho de 2002, Decretos nº**3.555**, de 08 de agosto de 2000, **3.693**, de 20 de dezembro de 2000, **3.784**, de 06 de abril de 2001, **3.931**,de 19 de setembro de 2001 e **4.342**, de 23 de agosto de 2002 e no que couber, com a Lei nº**8.666**, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores e ainda a lei complementar e 123/2006.

CLÁUSULA XIII - DA PUBLICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO- MT** providenciará a publicação, do extrato, desta Ata de Registro de Preços no Jornal Oficial dos Municípios, no prazo de até vinte dias da data de sua assinatura.

CLÁUSULA XIV - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com o Contrato vinculado a esta Licitação a Licitante Vencedora deve se subordinar ao Foro da Justiça Comum, da Comarca de Rondonópolis- MT, excluindo, por mais privilegiado que for, qualquer outro, desde que não possa ser resolvido amigavelmente.

SÃO JOSÉ DO POVO- MT, 27 de AGOSTO de 2018.

_____

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

Rodrigo Garcia da Paz,

RG n° 1477296-5 SSP/MT

FORNECEDOR: R. G. DA PAZ EIRELI - EPP, CNPJ nº 21.058.617/0001-38

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: **CPF**:

RG: **RG**:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº20/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2018

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

27/08/2018 á 27/08/2019

Aos dias 27 de agosto de 2018, **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua José Salmem Hanze, 924, nesta cidade de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº 32.972.424/0001-04, neste ato representada pelo Prefeito Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** Senhor **ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**, brasileiro, solteiro, empresária, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG. 494 351SSP/MT e CPF nº 353.365.011-15, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de outro lado, a Sociedade empresária doravante denominada simplesmente **Vencedor 1: TOTAL SEGURANCA EQUIP DE PROTECAO E SERV ESPECIALIZADOS LTDA, CNPJ nº 13.851.726/0001-80,** sediada na RUA: 15, N°47, CEP: 78830-000, Bairro: MACHADO, Cidade de JATAI-GO. Neste ato representado através de procuração pelo Sr Sergio Resende Batista, RG n° 4012837 DGPC/GO, CPF n° 025.926.991-39. Pregão para Registro de Preços **nº30/2017, REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ATENDER A DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE SÃO JOSE POVO-MT, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERENCIA ANEXOS I**, nos termos da Lei nº 10.520, .dezembro de 2000, 3.784, de 06 de abril de 2001, 3.931,de 19 de setembro de 2001 e 4.342, de 23 de agosto

de 2002, que regulamentam a modalidade do Pregão e o Sistema de Registro de Preços, e no que couber, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ATENDER A DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE SÃO JOSE POVO-MT, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERENCIA ANEXOS I, de acordo com planilha constante no anexo I deste Edital dos seguintes itens:

Vencedor: TOTAL SEGURANCA EQUIP DE PROTECAO E SERV ESPECIALIZADOS LTDA, CNPJ nº 13.851.726/0001-80

Nº30 PREGÃO	Nº20 ARP	Nº ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	FORNECEDOR	VALOR UNITARIO
		993	DESINFETANTE 500ML	27 UN	TOTAL SEGURANCA EQUIP DE PROTECAO E SERV ESPECIALIZADOS LTDA	1,7500
		8228	RODO (PUXA E SECA) 60CM	180 UN	TOTAL SEGURANCA EQUIP DE PROTECAO E SERV ESPECIALIZADOS LTDA	7,1000
		559032	LUVA PARA LIMPEZA - BORRACHA DE LATEX NATURAL,NORMA NBR 13393, TAMANHO MEDIO, COM REVESTIMENTO INTERNO,REFORCADA,COM SUPERFICIE EXTERNA ANTIDERRAPANTE	20 UN	TOTAL SEGURANCA EQUIP DE PROTECAO E SERV ESPECIALIZADOS LTDA	2,2000
		4438	RODO (PUXA E SECA) – CABO DE ALUMINIO	13 UN	TOTAL SEGURANCA EQUIP DE PROTECAO E SERV ESPECIALIZADOS LTDA	14,7000
		3819736	COADOR - COADOR DE PANO PARA CAFE, EM TECIDO ESPECIAL,COM ARO DE APOIO E CABO PLASTICO, DIAMETRO DE 22CM, TAMANHO GRANDE	170 UN	TOTAL SEGURANCA EQUIP DE PROTECAO E SERV ESPECIALIZADOS LTDA	3,3000
		3590976	- LIMPADOR MULTIUSO DOMESTICO - LIQUIDO DESENGORDURANTE,COMPOSTO ATIVO CONSERVANTE, EMULSIFICANTE, COADJUVANTES, CORANTE, FRAGANCIA E VEICULO,AMINA ETOXILADA QUATEMIZADA,EM FRASCO PLASTICO DE 500ML,LEGISLACAO VIGENTE DE ACORDO COM REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE OU ANVISA	516 UN	TOTAL SEGURANCA EQUIP DE PROTECAO E SERV ESPECIALIZADOS LTDA	2,1300
		2802414	PAPEL HIGIENICO - PARA FINS SANITARIOS COMPOSTO POR FIBRAS COM 100% DE CELULOSE NATURAL, MACIO, ABSORVENTE, HIDROSSOLUVEL,NA COR NATURAL,COM FOLHA SIMPLES,MEDINDO 10CM DE LARGURA X 30M DE COMPRIMENTO,SEM RELEVO,SEM PERFUME	1.880 UN	TOTAL SEGURANCA EQUIP DE PROTECAO E SERV ESPECIALIZADOS LTDA	1,9000
		2678900	PAPEL TOALHA - MULTIUSO,PARA LIMPEZA DE BANCADAS,NO TAMANHO MINIMO (28 X 33)CM,ISENTO DE IMPUREZA, COM BAIXA LIBERACAO DE PARTICULAS,100% FIBRAS CELULOSICAS, VIRGENS,,ABSORCAO PROPRIA, RESISTENTE A SOLVENTES E DETERGENTES,NA COR BRANCA	810 UN	TOTAL SEGURANCA EQUIP DE PROTECAO E SERV ESPECIALIZADOS LTDA	3,7000
		2348454	LUVA - LÁTEX NATURAL, TAMANHO MEDIO E GRANDE, FORMA ANATOMICA, PALMA ANTIDERRAPANTE,FORRADA INTERNAMENTE	25 UN	TOTAL SEGURANCA EQUIP DE PROTECAO E SERV ESPECIALIZADOS LTDA	2,2100
		1988670	LIXEIRA - DE PVC, TIPO VAZADA (TELADA), COM CAPACIDADE PARA 10LITROS, NA COR PRETA	8 UN	TOTAL SEGURANCA EQUIP DE PROTECAO E SERV ESPECIALIZADOS LTDA	2,1600
		1908219	VASSOURA - DE PALHA, CABO DE OU SEJA SEM CABO, MEDIDA DA BASE INEXISTENTE, COM BASE DE OU SEJA SEM TIPO DE BASE	190 UN	TOTAL SEGURANCA EQUIP DE PROTECAO E SERV ESPECIALIZADOS LTDA	6,9000
		18645	VASSOURA - DE PELO, CABO DE MADEIRA, MEDIDA DA BASE 40 CM, COM BASE DE METAL	120 UN	TOTAL SEGURANCA EQUIP DE PROTECAO E SERV ESPECIALIZADOS LTDA	8,4500
		1777211	CERA LIQUIDA PARA PISO	560 UN	TOTAL SEGURANCA EQUIP DE PROTECAO E SERV ESPECIALIZADOS LTDA	2,5500
		1571150	RODO(PUXA E SECA) - CABO DE MADEIRA, BASE MEDINDO 20CM, BASE DE MADEIRA, COM 1 LAMINA DE BORRACHA	43 UN	TOTAL SEGURANCA EQUIP DE PROTECAO E SERV ESPECIALIZADOS LTDA	5,2000
		1484010	BALDE - DE EM PLASTICO RESISTENTE, COM CAPACIDADE DE 10 LITROS, COM ALCA DE METAL, BEGE	15 UN	TOTAL SEGURANCA EQUIP DE PROTECAO E SERV ESPECIALIZADOS LTDA	3,3000
		1483587	FLANELA - 100% ALGODAO, MEDINDO 50X50CM., NA COR LARANJA	20 UN	TOTAL SEGURANCA EQUIP DE PROTECAO E SERV ESPECIALIZADOS LTDA	2,0500
		1480146	ESCOVA PARA LIMPEZA - VASO SANITARIO, CONVENCIONAL, COM CERDAS FLEXIVEL, SEM ALCA, CABO DE PASTICO OU MADEIRA, MEDINDO 30CM, NA COR BRANCA	149 UN	TOTAL SEGURANCA EQUIP DE PROTECAO E SERV ESPECIALIZADOS LTDA	3,7000
		1473131	ESPONJA PARA LIMPEZA - TIPO DUPLA FACE, MEDINDO 110MM X 75MM X 20 MM, COM FORMATO RETANGULAR, POLIURETAN0 E FIBRA SINTETICA, NA COR VERDE/AMARELO (LIMPEZA PESADA)	30 UUN	TOTAL SEGURANCA EQUIP DE PROTECAO E SERV ESPECIALIZADOS LTDA	0,6500

		1410253	VASSOURA - DE PELO SINTETICO DE NYLON, CABO DE MADEIRA, COM ROSCA, REVESTIDO COM CAPA PLASTICA, MEDIDA DA BASE 40 CM, COM BASE DE MADEIRA, CABO C/ROSCA, PINTADA	224 UN	TOTAL SEGURANCA EQUIP DE PROTE-CAO E SERV ESPE-CIALIZADOS LTDA	8,4000
		1332147	PANO DE LIMPEZA - MEDINDO 40X80CM, SACO ALVEJADO, ALGODAO	95 UN	TOTAL SEGURANCA EQUIP DE PROTE-CAO E SERV ESPE-CIALIZADOS LTDA	4,8000
		1332066	VASSOURA - DE CERDA DE PALHA(TIPO CAIPIRA), CABO DE MADEIRA, MEDIDA DA BASE 30CM, COM BASE DE ARAME	302 UN	TOTAL SEGURANCA EQUIP DE PROTE-CAO E SERV ESPE-CIALIZADOS LTDA	6,9300
		1327780	TOUCA - 100% POLIPROPILENO P, M, G E GG, EG, PADRAO CONTENDO 100 UNIDADES	280 PC	TOTAL SEGURANCA EQUIP DE PROTE-CAO E SERV ESPE-CIALIZADOS LTDA	6,2400
		1319310	LA DE ACO - COMPOSTO DE ACO CARBONO, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO, EMBA-LADO EM 08 UNIDADES	137 PC	TOTAL SEGURANCA EQUIP DE PROTE-CAO E SERV ESPE-CIALIZADOS LTDA	18,2000
		1308	DETERGENTE 500ML	202 UN	TOTAL SEGURANCA EQUIP DE PROTE-CAO E SERV ESPE-CIALIZADOS LTDA	1,3000
		1299077	RODO(PUXA E SECA) - CABO DE MADEIRA, BASE MEDINDO 60CM, BASE DE MADEIRA, COM 2 LAMINAS DE BORRACHA	21 UN	TOTAL SEGURANCA EQUIP DE PROTE-CAO E SERV ESPE-CIALIZADOS LTDA	8,4000
		1261371	PANO DE COPA E COZINHA - DE ALGODAO, MEDINDO (40 X 60)CM, BRANCA, COM ESTAMPA	670 UN	TOTAL SEGURANCA EQUIP DE PROTE-CAO E SERV ESPE-CIALIZADOS LTDA	2,5600

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

O presente, Ata de Registro de Preços vigorará por **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura.

2.1 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** não será obrigada a utilizar-se dos produtos referido na Cláusula I, exclusivamente, pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de quaisquer espécies às sociedades empresárias detentoras, podendo inclusive, cancelar esta Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos às detentoras, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O presente Ata, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto a Prefeitura Municipal de São José do Povo, para que este autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos a serem locados, não podendo exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados.

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pelo(s) Fornecedor (es) signatário(s) da presente Ata de Registro de Preços está especificado no Anexo I, do Edital do **Pregão nº30/2018**, de acordo com a respectiva classificação.

3.2 Para os fornecimentos decorrentes desta Ata, serão observados os aspectos relativos aos preços e condições constantes do Edital do **Pregão nº30/2018.**

3.3 Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta de preços apresentada, no **Pregão nº30/2018**, pela sociedade empresária detentora da presente Ata.

CLÁUSULA IV - DO LOCAL

Todas as atividades necessárias à execução do objeto desta Ata de Registro de Preços deverão ser realizadas em espaços físicos e instalações adequadas.

CLÁUSULA V - DO PAGAMENTO

5.1 A Contratada deverá apresentar a Nota de fiscal/fatura após a solicitação dos produtos, devendo o pagamento ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data da fatura;

5.2 O pagamento será creditado em nome da licitante vencedora, mediante ordem bancária, a ser efetivado no banco, agência, e conta corrente, explicitados em sua Proposta de Preços.

5.3 O Departamento de Compras da PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** reserva-se o direito de suspender o pagamento se os produtos fornecidos estiverem em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência - Anexo V do Edital de Pregão.

5.4 Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao fornecedor e o pagamento ficará pendente, até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**.

CLÁUSULA VI - DAS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS

6.1- O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado após expedição de regular nota de empenho pela PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, “autorização de compra”, na qual deverá (ao) ser indicado (s) local (is) para entrega dos produtos.

6.2- O fornecedor, quando do recebimento da solicitação da necessidade da aquisição dos produtos, emitido pelo Órgão solicitante deverá colocar na cópia, que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a recebeu além da identificação de quem a recebeu.

6.3- A cópia da solicitação, referida no item anterior, deverá ser devolvida ao Órgão requisitante, a fim de ser anexada ao respectivo processo.

6.4- O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

6.5- Entregar os produtos solicitados em um prazo máximo de 5 (cinco) dias, a partir do recebimento da requisição feita pelo Departamento de Compras do Município de SÃO JOSÉ DO POVO-MT ou Secretaria Solicitante.

CLÁUSULA VII - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar às detentoras desta Ata, segundo a gravidade da falta cometida, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente cabíveis:

a) **advertência**, por escrito;

b) **multa** equivalente a 10% (dez por cento), pela recusa da entrega dos produtos ou por estar em desacordo com o ora pactuado, calculada sobre o valor total do Contrato, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado do recebimento da notificação;

c) **suspensão** temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** ,por um prazo de até 02 (dois) anos, conforme fixar a Autoridade Competente, em função da natureza e gravidade da falta cometida;

d) **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramentos de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei nº 10.520, de 17.7.2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa prevista na alínea "b" desta Cláusula e demais cominações legais, conforme determina o art. 7º, da Lei em comento.

7.1 Se qualquer um dos motivos ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente, justificado e aceito pela PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, a licitante detentora desta Ata ficará isenta das penalidades supra.

7.2 As multas referidas nesta Cláusula serão recolhidas diretamente a PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da notificação ou, quando da efetiva contratação, descontada dos pagamentos, eventualmente, devidos pela Administração, da garantia, ou, ainda, cobrada judicialmente, nos termos dos §§ 2º e 3º, do art. 86, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

7.3 As penalidades previstas nesta Cláusula serão formalmente motivadas nos autos do processo e serão independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLAUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECEDOR

O Fornecedor poderá ter o seu registro de preços cancelado:

8.1 Por iniciativa da Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT.** Quando:

descumprir as condições constantes da Ata de Registro de Preços;

a) não retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

b) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

c) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

d) der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente da presente Ata de Registro de Preços.

8.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente da Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT.**

8.3 A pedido do Fornecedor, quando:

a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados;

b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material/equipamento. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

8.4 A comunicação do cancelamento dos preços registrados será feita pessoalmente ou por correspondência, com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos.

8.5 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado(s) o(s) preço(s) registrado(s) no dia subsequente à publicação.

CLAUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

A aquisição dos produtos, objeto do presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em todo caso, pela PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO- MT,** ou, na hipótese prevista na cláusula III pelo órgão requisitante.

9.1 As emissões de Autorizações de compra, suas retificações ou cancelamentos, totais ou parciais, serão, igualmente, autorizados pela Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT.** Ou pelo Órgão requisitante ao qual tenha sido facultado à utilização desta Ata de Registro de Preços.

CLAUSULA X – DA FISCALIZAÇÃO

Ficará responsável pela fiscalização desta Ata de Registro de Preços o funcionário público municipal desta Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT. Srª.JOSE LEONARDO DE SOUZA, DILMA FLORES FARIAS e QUEILA DE MIRANDA SILVA,** nomeados como **FISCAL DE CONTRATO**,

através da Portaria nº. 88/2017 DE 05 DE MAIO DE 2017, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso das aquisições, que de tudo dará ciência à Administração, conforme art. 67, da Lei nº 8.666/93, com suas anteriores alterações.

CLÁUSULA XI - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta de Dotações Orçamentárias, conforme a Secretaria Solicitante:

02-PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO POVO

030-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO E GESTAO

04.122.5020.02010.3.3.90.30.00.00 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS-SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

04.122.7070.02017.3.3.90.30.00.00 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.8010.02027.3.3.90.30.00.00 - MANTER O ENSINO FUNDAMENTAL - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

20.606.9010.02043.3.3.90.30.00.00 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO-SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO

13.392.8050.02034.3.3.90.30.00.00 - DESPESAS COM DATAS COMEMORATIVAS E EVENTOS - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

SECRETARIA DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL -SECRETARIA DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

08.243.9260.02065.3.3.90.30.00.00 - MANTER O CONSELHO TUT.DOS DIR.DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

03-SECRETARIA DE SAUDE

160-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.9110.02048.3.3.90.30.00.00 - SAUDE DA FAMILIA - SF - FEDERAL - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

10.304.9140.02061.3.3.90.30.00.00 - MANTER AS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA-FEDERAL - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

04-SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL

120-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.243.9280.02136.3.3.90.30.00.00 - EXEC.PROG.FORT.VINC.CRIANÇA E APOIO A FAMILIA-SFVC/PAIF - MATERIAL DE CONSUMO.

Saldo da Dotação: _____

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integra esta Ata o Edital de Pregão para Registro de Preços nº **30/2018**, seus Anexos e a Proposta de Preço da sociedade empresária: **TOTAL SEGURANCA EQUIP DE PROTECAO E SERV ESPECIALIZADOS LTDA, CNPJ nº 13.851.726/0001-80**no mencionado certame.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº**10. 520**, de 17 de julho de 2002, Decretos nº**3.555**, de 08 de agosto de 2000, **3.693**, de 20 de dezembro de 2000, **3.784**, de 06 de abril de 2001, **3.931**,de 19 de setembro de 2001 e **4.342**, de 23 de agosto de 2002 e no que couber, com a Lei nº**8.666**, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores e ainda a lei complementar e 123/2006.

CLÁUSULA XIII - DA PUBLICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO- MT** providenciará a publicação, do extrato, desta Ata de Registro de Preços no Jornal Oficial dos Municípios, no prazo de até vinte dias da data de sua assinatura.

CLÁUSULA XIV - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com o Contrato vinculado a esta Licitação a Licitante Vencedora deve se subordinar ao Foro da Justiça Comum, da Comarca de Rondonópolis- MT, excluindo, por mais privilegiado que for, qualquer outro, desde que não possa ser resolvido amigavelmente;

SÃO JOSÉ DO POVO- MT, 27 de AGOSTO de 2018.

_____

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

Sergio Resende Batista,

RG n° 4012837 DGPC/GO

FORNECEDOR: TOTAL SEGURANCA EQUIP DE PROTECAO E SERV ESPECIALIZADOS LTDA, CNPJ nº 13.851.726/0001-80

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: **CPF**:

RG: **RG**:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
LEI Nº 1.200, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

INSTITUI O INCENTIVO DE PRODUTIVIDADE E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de São José do Rio Claro-MT faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Incentivo de Produtividade e Conservação de Veículos, a ser concedido aos servidores públicos que desempenham a função de motorista de transporte escolar.

§ 1º O Incentivo de Produtividade e Conservação de Veículo está diretamente ligado à racionalização dos gastos e otimização dos recursos orçamentários durante os exercícios das atividades laborais e funcionais, sendo proibida a concessão de tal vantagem a servidores que não estejam em plena atividade na administração pública municipal.

§ 2º Somente os servidores no exercício pleno de suas funções e atividades do quadro funcional do executivo municipal serão beneficiados pelo Incentivo de Produtividade e Conservação de Veículo, sendo vedada a concessão deste incentivo nos seguintes casos:

a) Funcionários em exercício de cargo político, função gratificada, ou comissionada;

b) Funcionários cedidos, ou em cessão, a outros órgãos, poder, ou ente da federação.

Art. 2º O valor do Incentivo de Produtividade e Conservação de Veículo terá como limite o valor de R$ 300,00 (trezentos reais), sendo que os procedimentos e critérios para a sua concessão deverão observar as seguintes regras:

I - proporcionalidade à quilometragem rodada e número de viagens, em função do planejamento das atividades exercidas;

II - dedução proporcional aos gastos com manutenção do veículo e multas;

III – qualidade e comprometimento com a prestação do serviço público; **IV -** comprometimento com o cumprimento da legislação funcional;

V - atendimento a metas estabelecidas pela Administração Pública; **VI -** comportamento que resulte em otimização de resultados e redução de custos;

VII - agilidade no controle de gastos e racionalização do custo da frota; **VIII -** proporcional ao estado de conservação, limpeza e manutenção do veículo;

§ 1º O motorista que ocasionar acidente por imprudência, imperícia ou negligência, não receberá o Incentivo de Produtividade e Conservação de Veículo, até a recomposição total do dano ao patrimônio público.

§ 2º O motorista que for multado ou ocasionar prejuízos à administração ou ao bem patrimonial sob sua guarda, somente receberá o Incentivo de Produtividade e Conservação de Veículo após a comprovação de que o prejuízo foi sanado.

Art. 3º O Incentivo de Produtividade e Conservação de Veículo instituído por esta Lei:

I - Tem caráter transitório e é condicionado à efetiva prestação do serviço e ao preenchimento dos requisitos legais, na forma a ser definida em regulamento;

II - É devido em razão da pontuação obtida pelo servidor em aferição mensal no cumprimento das metas de produtividade, na forma a ser definida em regulamento;

III - É acrescido ao vencimento básico, dele se destacando;

IV - Não integra a remuneração para nenhum efeito, não sendo devida por ocasião de férias;

V - Não se acumula para qualquer fim;

VI - Não é devido na hipótese de imposição de qualquer penalidade disciplinar, aplicada mediante o devido processo administrativo;

§ 1º O valor fixado para o Incentivo de Produtividade e Conservação de Veículo será de no máximo R$ 300,00 (trezentos reais), distribuído na seguinte proporção:

I - de 70 a 79 pontos: 70% do valor do prêmio;

II - de 80 a 89 pontos: 80% do valor do prêmio;

III - de 90 a 99 pontos: 90% do valor do prêmio;

IV - 100 pontos ou superior a 100 pontos: 100% do valor do prêmio. **§ 2º** A pontuação inferior a 70% (setenta por cento) do total de pontos distribuídos não conta para efeitos de percepção do prêmio de Incentivo à Produtividade de que cuida esta Lei.

§ 3º O servidor que sofrer penalidade disciplinar perderá o direito a percepção do Incentivo de Produtividade nas seguintes situações:

a) advertência, perda de 3 (três) meses do direito de percepção, contados a partir do mês subsequente à ciência da penalidade;

b) suspensão, perda de 6 (seis) meses do direito de percepção, contados a partir do mês subsequente à ciência da penalidade.

§ 4º A reincidência em qualquer das infrações acima dispostas dobrará a perda do direito de percepção do Incentivo.

§ 5º É vedado o acúmulo de pontos de um mês para o outro.

§ 6º A análise de desempenho do servidor será efetuada, em cada período, na forma estabelecida em regulamento.

Art. 4º A análise do desempenho do servidor para o recebimento do Incentivo de Produtividade e Conservação de Veículo, será efetuada diretamente pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º Não é devido o Incentivo de Produtividade e Conservação de Veículo nas hipóteses de licenças e afastamentos previstos na legislação municipal, já que não caracteriza complementação salarial.

Art. 6º Devem ser descontados no mês subseqüente, os pontos que vierem a ser invalidados por decisão administrativa que tenham sido considerados para o cálculo do Incentivo à Produtividade quando:

I - indevidamente atribuídos;

II - decorrentes de procedimentos que não tenham sido comprovadamente realizados;

III - decorrentes de tarefas não concluídas no prazo legal, regulamentar ou aquele estabelecido pela autoridade.

Parágrafo Único - Além dos descontos dos pontos na formas dos incisos deste artigo, devem ser ressarcidos os valores indevidamente pagos. **Art. 7º** As despesas decorrentes da presente Lei correm à conta das dotações próprias, consignadas no orçamento vigente.

Art. 8º Esta Lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 30 de outubro de 2018.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
LEI Nº 1.199, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

INSTITUI O PROGRAMA "IPTU PREMIADO", O DESCONTO DE 15 % (QUINZE POR CENTO) E PARCELAMENTO DO IPTU DO ANO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO LACHOVICZ, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas apresentar o Projeto de Lei:

Art. 1o Fica concedido o desconto de 15% (quinze por cento), para o contribuinte que efetuar o pagamento em quota única até dia 15 de dezembro de 2018, do Imposto Predial e Territorial Urbano exercício de 2018 do município de São José do Rio Claro-MT, excetuada as Taxas junto dele lançadas.

Art. 2º O contribuinte do Imposto Predial e Territorial Urbano do exercício de 2018 e das Taxas, junto dele lançadas, poderá optar pelo pagamento, sem desconto, em até duas parcelas mensais, mediante requerimento desde que a 1ª parcela tenha vencimento em 20 de novembro 2018 e a 2ª em 20 de dezembro de 2018.

Art. 3o Fica instituído para o exercício de 2018, o programa "IPTU PREMIADO", que promovera sorteio de prêmios, a título de incentivo aos contribuintes que estiverem quites com o fisco municipal até o dia 31 de dezembro de 2018.

Parágrafo Único. A definição dos prêmios a serem sorteados, bem como a data da realização do sorteio a que se refere esta lei, serão definidos na forma regulamentar, que será instituído mediante decreto.

Art. 4º Para efeito desta lei, considera-se prêmio os descritos em regulamento.

Art. 5° A comissão organizadora do sorteio "IPTU PREMIADO", será instituída pelo Poder Executivo mediante Decreto.

Art.6° Participarão do sorteio dos prêmios a que se refere esta Lei, todos os contribuintes do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana do Município de São José do Rio Claro-MT

§ 1º Somente fará jus ao prêmio o contribuinte que até o dia 31 de dezembro de 2018 não tenha nenhum débito pendente de tributos referentes a imóveis, inscrito ou não em dívida ativa, referente ao imóvel contemplado, bem como em relação a outros imóveis de sua propriedade inscritos no cadastro imobiliário, exceto na hipótese de comprovação do recolhimento.

§ 2º Para efeito de participação do sorteio também será considerado débito tributário as parcelas vencidas até o dia 31 de dezembro de 2018.

Art. 7° Para efeitos desta lei, considerar-se-á proprietário o titular do domínio útil, o possuidor a qualquer título, bem como o locatário.

§ 1° O locatário do imóvel somente fará jus ao recebimento do prêmio se comprovar, através de contrato de locação, ter expressamente assumido a responsabilidade pelo pagamento do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana.

§ 2° No caso do locador do imóvel se encontrar em débito para com a Fazenda Municipal, inscrito ou não em dívida ativa, com tributos municipais relativos a imóveis de sua propriedade, tal não fará jus ao recebimento do prêmio.

§ 3º Não fará jus ao recebimento do prêmio o contribuinte que não estiver cumprindo rigorosamente em dia com os pagamentos dos débitos tributários objeto de parcelamento.

Art. 8° O valor dos bens a serem sorteados durante a campanha não poderá ultrapassar o montante de R$ 19.604,00 (Dezenove Mil, Seiscentos e Quatro Reais).

Art. 9° Para efeito do sorteio será atribuído pela municipalidade um cupom para cada imóvel regular com o IPTU, o qual será impresso e depositado em uma urna, para posterior sorteio.

Art. 10 Os resultados do sorteio serão homologados pelo Prefeito Municipal e divulgados através da imprensa local.

Art. 11 O direito ao recebimento dos prêmios prescrevem em 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação da homologação dos resultados.

Parágrafo Único. Os prêmios não retirados na data estipulada no caput deste artigo serão doados pelo município às entidades filantrópicas do município.

Art. 12 Ficam excluídos da participação no sorteio, o Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores da Câmara Municipal de São José do Rio Claro-MT, os Secretários Municipais e os membros da comissão organizadora do sorteio, bem como aqueles que são legalmente isentos ao pagamento do IPTU.

Art. 13 As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: código reduzido (117) 04.001.04.129.0003.20009. 3.3.90.31 – Prêmios Culturais, artísticas, cientificas de porto e outros / fonte 100 - R$ 19.604,00 (Dezenove Mil Seiscentos e Quatro Reais).

Art. 14 O não pagamento do IPTU, ensejará na inscrição de protesto conforme Lei nº 1110/2017 de descrito no Documento Arrecadação Municipal/ DAM.

Art. 15 O IPTU será disponibilizado no Site da Prefeitura Municipal de São Jose do Rio Claro – MT, onde o mesmo poderá ser emitido pelo próprio contribuinte e não ensejará na cobrança da taxa de expediente.

Art. 16 Aos contribuintes que já efetuaram o pagamento do IPTU 2018 em cota única, com o desconto de 30% (trinta por cento), ou parcelado sem desconto, será recalculado, aplicando-se a planta genérica do ano de 2010, e em havendo, diferenças a serem lançadas como crédito ou débito, será analisado caso a caso.

§ 1º As diferenças relativas a crédito poderão ser lançadas como compensação a outros tributos, ou ainda, restituídos a critério do contribuinte.

§ 2º As diferenças relativas a débitos serão lançadas no extrato de débitos do contribuinte, podendo ser efetuado o pagamento conforme disposição acima.

Art. 17º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contidas nas leis nºs 1178; 1185 e 1187/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 30 de outubro de 2018.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro da PMSJQM/MT. Torna Público que com referência ao **Processo de Licitação 45/2018 na Modalidade Pregão Presencial RP 33/2018**, Objeto: "**SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E AUDITORIA TRIBUTÁRIA, COM VISTAS A TORNAR MAIS EFICIENTE A ATUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E, CONSEQUENTEMENTE, AUMENTAR A ARRECADAÇÃO DOS TRIBUTOS, COM ÊNFASE EM IMPOSTOS SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL – ITR''** Teve a Empresa vencedora: **ERÊNDIRAH MÁXIMA DE BALBINO E TRINDADE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ: 30.936.635/0001-66;** O valor pago será de R$ 0,19 (dezenove Centavos) por Real recuperado ou acrescido na receita do ITR.EVANDO DE SOUZA VENTUROLLI, Pregoeiro.

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

RETIFICAÇÃO: A publicação da matéria Publicada no Diário Oficial da AMM na Sexta-Feira dia 05 de Outubro de 2018, na página nº 212 Extrato do Contrato Nº 50/2018 onde se lê **FIRMADO EM 10/09/2018** Leia – se **FIRMADO EM 19/09/2018.**

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Presidente da CPL da PMSJQM/MT. Torna Público que com referência ao **Processo de Licitação 49/2018 na Modalidade Tomada de Preço 04/2018**, Objeto: " **OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGENS PLUVIAIS''**. Teve a Empresa Habilitada, **CONSTRUMANÁ CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, CNPJ** sob o nº 03.744.864/0001-06, sediada na Rua Ceará nº 920 Centro de São José dos Quatro Marcos – MT. Após abertura do envelope 02 a empresa Apresentou a Proposta vencedora aceita pela comissão de **R$ 1.413.484,81 (Um Milhão Quatrocentos e Treze Mil Quatrocentos e Oitenta e Quatro Reais e Oitenta e Um Centavos)**. VALMIR IZIDORIO PEREIRA, Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 011/2018

A Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa, através de Pregoeira designada, torna público que, referente ao PREGÃO **n.º 011/2018** foi vencedora às Empresas **J. SODRÉ DOS SANTOS SILVA MÁXIMO –ME,** foi vencedoranos itens1, 4, 8, 9, 10, 15, 16, 21, 29, 32, 40, 46, 59, 61, 62, 63, 64, 67, 72, perfazendo ao valor global de **R$ 49.012,00 (quarenta e nove mil doze reais)**,a empresa **ADILENO M. BARBOSA & CIA** foi vencedora nos itens 2, 3, 7, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 22, 24, 27, 28, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 49, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 68, 71, perfazendo ao valor global de **R$ 47.295,00 (quarenta e sete mil duzentos e noventa e cinco reais),** a empresa **EMERSON SILVA NASCIMENTO - ME** foi vencedora nos itens 5, 6, 19, 20, 23, 25, 26, 33, 34, 39, 48, 50, 52, 69, 70 ,perfazendo ao valor global de**R$ 23.521,50 (vinte e três mil quinhentos e vinte e um mil cinquenta centavos)**, a empresa **E. MANTOANI COMÉRCIO DE FRIOS LTDA –EPP** perfazendo ao valor global de **R$ 49.845,00 (quarenta e nove mil oitocentos e quarenta e cinco reais).** Totalizando o valor da licitação **R$ 169.673,50(cento e sessenta e nove mil seiscentos e setenta e três reais e cinquenta centavos).** Conforme Relatório Geral da Sessão anexa a Ata. São Pedro da CIPA-MT, 30 de Outubro de 2018. ***MARCIANA DA SILVA CHERUBIM*** Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Ata de Registro de P. Nº 005/2018-C.

À

EMPRESA GESNER BIONDO - ME

CNPJ: 09.344.867/0001-39

ENDEREÇO: Rua Luiz Gonzaga de Sousa, nº 230, Centro de São Felix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000.

REPRESENTANTE: Gesner Biondo.

Senhor Representante,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, em conformidade com a Ata de R. P. Nº 005/2018-C, Pregão Presencial nº 006/2018,nessa medida, atentando- se às cláusulas do contrato em discussão e, de igual modo aos dispositivos legais aplicáveis ao caso, **o Município Contratante vem, pela presente, NOTIFICAR Vossa Senhoria – Representante da empresa GESNER BIONDO - ME, para que a empresa atenda a solicitação em caráter de urgência, colocando um ônibus escolar com motorista para nos atender na Linha da Nova União. Conforme Solicitação da própria empresa, com a máxima urgência, no prazo improrrogável de 02 (dois) dias, a contar do recebimento desta notificação.**

Ressaltamos, outrossim, que, caso a Empresa não atenda ao quantum referendado nesta notificação, no prazo acima assinalado, o Gestor Municipal, atento aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública e, bem assim, aplicado o conteúdo normativo do Contrato em apreço, adotará todas as medidas Administrativamente cabíveis, com fito de proceder à rescisão e a punição da empresa, para que não hajam maiores prejuízos ao erário e ao interesse público.

Alertamos ainda que, dando cumprimento o princípio da publicidade, esta notificação será publicada na impressa oficial e no mural da prefeitura, nesta data, para que não restem dúvidas quanto à legitimidade e validade deste ato.

O Município contratante aguarda manifestação da empresa notificada, no prazo acima assinalado, sendo o silêncio entendido como confissão dos fatos anotados.

Serra Nova Dourada - MT, 29 de outubro de 2018.

ROSANA SILVA AGUIAR

Secretaria M. de Educação de Serra Nova Dourada – MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

RECURSOS HUMANOS
PREVIPORÃ - POLÍTICA ANUAL DE INVESTIMENTOS - 2019

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICO DE TABAPORÃ /MT PREVIPORÃ

POLÍTICA ANUAL DE INVESTIMENTOS

P.A.I. 2019

1. INTRODUÇÃO.. 2

2. OBJETIVO DA GESTÃO.. 2

3.DEFINIÇÃO DA METODOLOGIA DE SELEÇÃO DE INVESTIMENTOS.. 3

4. LIMITAÇÕES, RESTRIÇÕES E VEDAÇÕES DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS.. 4

5. CENÁRIO MACROECONÔMICO E PROJEÇÕES ECONÔMICAS.. 6

5.1 TAXA SELIC.. 7

5.2 INFLAÇÃO.. 8

5.4. PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB.. 9

5.5 TAXA DE CÂMBIO.. 11

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS.. 12

6.1 Segmento de Renda Fixa. 12

6.2 Segmento em Renda Variável 14

6.3 Segmento Imóveis. 15

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.. 17

1 - INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao artigo 4° da Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3.922 de 25 de novembro de 2010, apresenta-se a política anual de investimentos do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tabaporã / MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 14.994.961/0001-73, sediado à av. Com. José Pedro Dias, 979 N, Bairro Centro, nesta cidade comarca de Tabaporã, Estado de Mato Gross, CEP 78. 563-000, para o exercício de 2019.

A Política Anual de Investimentos do PREVIPORÃ tem como objetivo definir o modelo de gestão que será próprio estabelecendo as diretrizes das aplicações dos recursos respeitando os limites de diversificação e concentração previstos na Resolução CMN n.º 3.922/2010 com redação dada pela Resolução n.º 4.604/2017 tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

2 - OBJETIVO DA GESTÃO

O objetivo da alocação dos recursos será a preservação do equilíbrio financeiro econômico – financeiro e atuarial, visando o atendimento da meta atuarial de 6% (seis por cento) ao ano de taxa de juros, acrescida da variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, medido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, obedecendo aos limites de riscos por emissão e por segmento, bem como aos princípios de boa governança, da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência, estabelecidos nesta Política Anual de Investimentos.

A Política Anual de Investimentos tem ainda, como objetivo especifico zelar pela eficiência na condução das operações relativas às aplicações dos recursos em moeda corrente cuja origem vem das contribuições dos servidores, do ente e das compensações previdenciárias, descontadas as despesas administrativas, buscando alocar os investimentos em instituições que possuam solidez patrimonial e grande experiência positiva no exercício da atividade de administração de grande volume de recursos.

Os responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social deverão manter motivação, adequação à natureza do RPPS, boa fé, lealdade, diligência e zelar por elevados padrões éticos, para assegurar o cumprimento dos princípios e diretrizes estabelecidos na Resolução n.º 3.922/2010. Ainda, os participantes do processo decisório dos investimentos deverão comprovar experiência profissional e conhecimento técnico conforme requisitos estabelecidos nas normas gerais para os RPPS.

Caso ocorram mudanças na legislação que, de alguma forma, tornem as diretrizes inadequadas, durante a vigência deste instrumento, esta Política e procedimentos dela decorrentes poderão ser revisados no curso de sua execução, de forma a evitar exposição desnecessária a riscos, preservando os interesses dos servidores deste RPPS.

3 - DEFINIÇÃO DA METODOLOGIA DE SELEÇÃO DE INVESTIMENTOS

O Comitê de Investimentos contendo, no total de sua composição, a maioria de seus membros certificados[1], constituído por ato será um órgão auxiliar no processo decisório quanto à formulação e execução desta política de investimento.

Zelar pela integridade e imparcialidade dos membros do Comitê de Investimentos, na condução e execução das operações de investimentos e desinvestimentos, com padrão ético e eficiência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle das aplicações, podendo contar com o assessoramento técnico profissional de instituições registradas na CVM que, comprovadamente, atuem na análise do mercado de capitais, de sorte a garantir maior segurança nas decisões que envolvem alocações de recursos.

Somente os fundos de investimentos e instituições credenciadas poderão obter aplicações dos recursos deste RPPS, conforme redação dada pela Portaria nº 519/2011, Art. 3º. Os investimentos específicos são definidos com base na avaliação risco/retorno, no contexto do portfólio global do RPPS.

Individualmente, os retornos dos ativos são projetados com base em um modelo que parte do cenário macroeconômico (global e local) e projeta os impactos desse cenário para o comportamento da curva futura de juros no caso da Renda Fixa, e para os diversos setores econômicos e empresas no caso da Renda Variável.

As informações utilizadas para a construção dos cenários e modelos acima descritos serão obtidas de fontes públicas e de consultorias privadas.

Os investimentos poderão acontecer de forma direta e/ou indireta:

Forma Direta: quando o(s) investimento(s) ou desinvestimento(s) ocorrerem via Títulos Públicos Federais ou operações compromissadas dentro do limite permitido pela Resolução 3.922/10.

Forma Indireta: quando o(s) investimento(s) ou desinvestimento(s) ocorrerem via cotas de fundos investimentos também respeitando os limites desta Resolução.

Para fins de cômputo dos limites definidos nesta Política Anual de Investimentos, as aplicações no segmento de imóveis serão efetuadas exclusivamente com os imóveis transferidos por Lei para este RPPS e este investimento não entra no limite estabelecido para os investimentos em FII's com negociação de suas cotas em bolsa e nem para o cálculo do patrimônio líquido do RPPS para efeito dos demais enquadramentos.

No caso de investimentos em Títulos Públicos Federais só poderão ser realizadas por meio de plataformas eletrônicas administrados por sistemas autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários.

Será permitida a contratação de consultorias independentes para auxiliar na definição dos investimentos e obrigações legais, desde que a consultoria seja devidamente autorizada a funcionar pela **CVM –**

Comissão de Valores Mobiliários.

Nos investimentos em Fundos de Investimento Renda Fixa/ Referenciada Fundo de Índice Renda Fixa, Fundo de Investimento de Renda Fixa e Cotas de Fundos de Índices seus devidos regulamentos deverão respeitas as seguintes subordinações:

Que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem suas carteiras ou os respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito, com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País; e

Que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento).

4 - LIMITAÇÕES, RESTRIÇÕES E VEDAÇÕES DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Devem ser observados os limites e as restrições de concentração dos investimentos financeiros na seguinte forma:

As empresas financeiras, recebedoras de depósitos em poupança, não tenham controle societário detido pelo Estado.

Os recursos destinados a investimentos em fundos de renda variável deverão respeitar o limite máximo de 30% dos recursos em moeda corrente *do RPPS* podendo enquadrar todos os Fundos que possuam algum índice de referência (benchmark), divulgado por bolsa de valores no Brasil, que é a B3, cuja composição leve em conta a variação das cotações de, pelo menos, 50 ações, bem como os Fundos de índices de Ações, conhecidos pela sigla "ETFs", com as mesmas características.

Os investimentos em CDBs (Certificados de Depósito Bancário) são limitados ao valor de R$ 250.000,00, por emissor, que é o valor garantido pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC) e não ultrapasse 15% do patrimônio líquido do RPPS investidor.

As aplicações dos recursos referidas no art. 7º, incisos V (Letras Imobiliárias Garantidas) e VI (CDBs e Depósito de Poupança), ficam igualmente condicionadas a que a instituição financeira não tenha o respectivo controle societário detido, direta ou indiretamente, por Estado. Em outras palavras, o RPPS não poderá investir em LIG's, CDBs e Caderneta de Poupança do BANESTES ou do BANRISUL. O investimento em caderneta de poupança divide este limite com os CDBs em 15%.

Os investimentos enquadrados no Artigo 8º, inciso II classificados como ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela CVM (fundos de renda variável) e os fundos de investimento em índice de mercado variável (ETFs), negociáveis em bolsa de valores, cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índices de renda variável, conforme regulamentação estabelecida pela CVM (fundos de índice de renda variável), este possui limite de 20%.

Os investimentos em FIPs e FIIs para poderem ser credenciados e receber investimentos dos RPPSs investidores os fundo de investimentos imobiliários, tem que ter histórico de liquidez, com a comprovação de presença em 60% (sessenta por cento) dos pregões de negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários no período de doze meses anteriormente à aplicação.

Quanto aos investimentos enquadrados no Artigo 7º, Inciso VII, os FIDCs (Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios) aberto ou fechado, o percentual para estes investimentos passaram a ter o limite total em 5%. Os critérios seletivos que os gestores dos FIDIC's precisam comprovar para poderem ser credenciados junto aos RPPSs investidores são:

1) Que o gestor do fundo de investimento comprove já ter realizado, pelo menos, dez ofertas públicas de cotas seniores de FIDC's encerradas e integralmente liquidadas;

2) Os RPPS's investidores em conjunto só podem possuir, no máximo, 50 % do patrimônio líquido de cada FIDC investido;

3) Que o regulamento do fundo de investimento em direitos creditórios determine que o devedor ou coobrigado do direito creditório tenha suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM e publicadas, no mínimo, anualmente.

O total das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social em um mesmo fundo de investimento deverá representar, no máximo, 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do fundo, sendo que, esse limite se reduz para 5% nos casos dos investimentos em: FIDC's, Fundos Multimercado, FIP's e FII's.

Está vedado aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cujas carteiras contenham títulos que ente federativo figure como devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma.

Estão proibidos todos os tipos de operações com derivativos, a não serem aquelas para proteção da carteira de fundos de investimentos, ainda assim limitadas a uma vez o patrimônio líquido do fundo.

Está vedado investimentos de recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados.

Está vedado qualquer investimento em Fundos de Investimentos ou Fundo em Cotas de Fundos de Investimentos, que não preveja em seu regulamento a impossibilidade de operações do tipo *day-trade*.

Estão vedados os investimentos em Fundos de Investimentos em gestoras ou administradoras que não se disponham a fornecer a carteira aberta dos fundos de investimentos, em período máximo defasado de cinco dias úteis da data do fechamento do mês, ou da data do investimento, ou ainda da data da solicitação.

Está proibida a atuação em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos na Resolução n.º 3922/2010.

5 - CENÁRIO MACROECONÔMICO E PROJEÇÕES ECONÔMICAS

Para embasar as decisões de investimento do RPPS será elaborado cenário macroeconômico com revisões mensais. Para estas projeções com indicadores macroeconômicos de curto prazo do exercício de 2019 serão usados o relatórios FOCUS do Banco Central e Relatório de Mercado da ANBIMA como base.

5.1 TAXA SELIC

Sendo a taxa SELIC o referencial de juros na economia brasileira, além de instrumento de política monetária para controle da inflação, diante do cenário mundial e doméstico as projeções de mercado apontam uma taxa de 6,50% a.a para o fim de 2018 mantendo-se no mesmo patamar desde a reunião do COPOM em março/2018. Para os anos de 2019, 2020 e 2021 as projeções são de 8,00% a.a, cessando o período de cortes sucessivos da taxa básica de juros da economia, conforme relatório FOCUS de Mercado de 31 de agosto de 2018.

O comportamento da taxa SELIC para os próximos períodos depende, sobretudo da leitura sobre as expectativas para o cenário de inflação do país, que pode ter seus resultados impactados conforme as políticas adotadas pela futura gestão que será eleita em outubro de 2018, além do entendimento da equipe formadora do Comitê de Política Monetária sobre os impactos reais que a taxa SELIC exerce sobre os níveis de preço e atividade produtiva do país.

No mercado financeiro, especificamente nos investimentos da modalidade renda fixa, podemos esperar alterações de rentabilidade, como em 2018 onde os cortes seguidos na taxa SELIC fizeram com que investidores procurassem alternativas de incremento ao portfólio, dado que as rentabilidades de renda fixa, principalmente fundos compostos por ativos de curto prazo, sentiram o impacto deste patamar de juros mais baixos, forçando uma busca por alternativas mais voláteis incluindo as oportunidades em renda variável. A seguir visualizamos o histórico da Taxa SELIC meta, onde podemos notar os cortes contínuos após o período recessivo em 2015:

GRÁFICO 01 – TAXA SELIC META

FONTE: Elaboração própria – dados Relatório FOCUS de Mercado BACEN, 31 de agosto de 2018.

5.2 INFLAÇÃO

A inflação, medida oficialmente no Brasil pelo IPCA- Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo IBGE- Instituo Brasileiro de Geografia e Estatística, seguia em linha com o ano de 2017, estando abaixo do ano anterior no primeiro trimestre. Porém a paralisação do setor dos transportes (greve dos caminhoneiros) na última semana de maio deste ano impulsionou o índice para resultados acima do esperado, notadamente em junho quando o índice atingiu alta de 1,26% refletindo os efeitos da paralisação no “mês fechado”. Em maio foi registrada alta de 0,40%.

Mesmo com essa alta considerável, que tirou a inflação dos eixos, o COPOM decidiu manter a taxa SELIC em 6,50%, como já demonstrado anteriormente, assinalando que estes resultados são pontuais e não fazem parte do cenário estrutural do país, apontando para as taxas mais condizentes em um horizonte de recuperação, passados os acontecimentos de maio/ junho, tal que em julho o índice recuou para 0,33% sugerindo que os impactos sofridos com a paralisação estão se amenizando, confirmado pelo resultado de agosto (divulgado em 06 de setembro) quando o IPCA registrou deflação de -0,09%.

A inflação de 2018 acumula alta de 2,82% acima dos 1,61% do mesmo período em 2017. Em doze meses o índice apresenta alta de 4,12%, dentro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, que é de 4,5%.

Espera-se que esse ano o índice se situe em torno de 4,16%, conforme expectativa divulgada no relatório FOCUS de mercado de 31 de agosto de 2018, resultando em uma meta atuarial de 10,41% para o ano. Para 2019,2020 e 2021 as expectativas são de 4,11%, 4,00% e 3,82% respectivamente, acumulando as metas atuariais de 10,36%, 10,24%, 10,05%, se considerarmos a manutenção da taxa de 6,00% a.a de acréscimo junto ao IPCA.

A seguir visualizamos o histórico de inflação e as expectativas.

GRÁFICO 02 – IPCA 2018 x 2017

FONTE: Elaboração própria – DADOS IBGE disponíveis no banco de dados do IPEADATA e Relatório FOCUS de Mercado BACEN, de 31 de agosto de 2018.

A condução da política para o controle das metas de inflação para o próximo ano dependerá de quem será o vencedor (a) das eleições em 2018 e o que de fato o candidato (a) executará de suas propostas, considerando a formação de sua equipe econômica.

5.4. PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB

Após o período recessivo com pico em 2015, o PIB (soma de todos os bens e serviços **finais** da economia produzidos em determinado período de tempo) mostra sinais de recuperação de forma lenta, porém positiva.

Em 2017 tivemos nos três primeiros trimestres resultados negativos, porém crescentes evidenciando a retomada do crescimento produtivo do país, tal que no primeiro tri foi registrado um PIB de -2,2% em relação o período anterior e no quarto e último trimestre de 2017 alcançamos um crescimento de 1,0% frente ao trimestre anterior.

Em 2018 continuamos no ritmo de recuperação lenta, com crescimento de 0,1% e 0,2% para os dois primeiros trimestres do ano respectivamente (após a divulgação de 0,4% para o primeiro tri, o IBGE revisou a estatística e divulgou a correção para 0,1%). A pequena variação no segundo trimestre também sentiu os impactos da paralisação do setor dos transportes, que afetou de forma significativa toda a cadeia produtiva e de consumo do país, fazendo com que os agentes de mercado reduzissem também as projeções de crescimento para este ano (projeção de crescimento de 1,44%, conforme relatório FOCUS de Mercado do Banco Central, de 31 de agosto de 2018), associado ao ambiente de total incerteza e indecisão quanto aos rumos que a política irá seguir após as eleições.

Abaixo visualizamos o comportamento do PIB em 2018, 2017 e as projeções, conforme expectativas de mercado.

GRÁFICO 03 – PIB 2018 x 2017 E PROJEÇÕES

FONTE: Elaboração própria – dados IBGE e Relatório FOCUS de Mercado BACEN, de 31 de agosto de 2018.

Os resultados positivos se devem principalmente ao setor de serviços, que teve crescimento de 0,3% no segundo trimestre, enquanto a agropecuária se mostrou estável (0,0%) e a indústria apresentou queda 0,6%. O consumo das famílias também mostra recuperação com crescimento de 2,3% no acumulado em 12 meses.

O PIB acumulado nos últimos quatro trimestres mostra crescimento de 1,4%, sugerindo que estamos em trajetória de recuperação da economia.

5.5 TAXA DE CÂMBIO

O ambiente de instabilidade e incerteza quanto aos rumos da política, associado à alta de juros dos EUA propicia um ambiente desfavorável à nossa moeda. Estamos atingindo um pico histórico.

GRÁFICO 04 – TAXA DE CÂMBIO R$/ USD: 2001- 2018

FONTE: Elaboração própria – dados disponíveis no IPEADATA

O gráfico acima representa a taxa de câmbio de compra do Dólar comercial, fechada no fim do período (mensal). Notamos que o câmbio atual supera o pico de 2002, também em período eleitoral. Em 05 de setembro de 2018 o câmbio atingiu o patamar de R$ 4,16 (durante a elaboração deste documento), já considerado pico histórico.

No Brasil o câmbio é flutuante “sujo”, isto é, o Banco Central intervém quando acredita ser necessário, não deixando a cotação ser definida exclusivamente pelo mercado. Apesar da recente intervenção do BACEN vendendo uma parte de suas reservas de dólares, não foi o suficiente para segurar a alta da moeda americana.

A indefinição política no país traz maior volatilidade no momento e afeta as expectativas de mercado. Conforme Relatório FOCUS, a taxa esperada para o fim de 2018 é de R$ 3,80. Para 2019, 2020 e 2021 as taxas são de R$ 3,70, R$ 3,68 e R$ 3,75 respectivamente.

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS Diante do cenário macroeconômico que o ano de 2018 vem apresentando e as perspectivas para o ano de 2019 as alocações nos segmentos de renda fixa, renda variável e imóvel deverá permanecer conforme os limites da Resolução 3922/2010 CMN possibilitando a diversificação dos investimentos. **6.1 Segmento de Renda Fixa**

Para aplicação no segmento renda fixa as premissas abaixo devem ser seguidas:

Quando das operações diretas com títulos públicos, deverão ser observados os seguintes pontos:

a) abertura de conta segregada de custódia; b) pesquisas sobre níveis de preços em entidades reconhecidas; c) processo de tomada de preços via cotações de mercado; e d) uso de plataformas eletrônicas.

Nos investimentos em renda fixa direto via títulos públicos ou operações compromissadas (Resolução BCB 3339/06 e Resolução BCB 550/79) e nos investimentos indiretos via fundos de investimentos deverão ser levados em conta os seguintes riscos envolvidos nas operações:

Risco de crédito dos ativos: possibilidade do devedor não honrar seus compromissos.

Risco sistemático ou conjuntural: são os riscos que os sistemas econômicos, político e social, impõem ao governo.

Risco próprio: consiste no risco intrínseco ao ativo e ao subsistema ao qual o ativo pertença.

Risco de mercado: é o risco de oscilações de preços do ativo.

Risco de liquidez: também chamado risco financeiro. É conhecido pela falta de condição de pagamento do emissor ou ausência de mercado secundário daquele tipo de ativo.

Risco de contraparte: também conhecido como risco de coobrigação, é quando da securitização de dívida existe endosso por parte de terceiros e este também fica sem liquidez.

Risco legal: tipo de risco o qual o ativo objeto do investimento esteja sujeito a interpelação judicial.

Risco operacional: está ligado à incompetência ou à desonestidade dos administradores.

Notas de Rating: os ativos integrantes das carteiras ou seus respectivos emissores, conforme definido na Resolução 3.922/10, serão considerados de baixo risco de crédito, de acordo com classificação mínima (rating) estabelecida, por pelo menos uma das agências classificadoras de risco em funcionamento no País conforme tabela abaixo.

Os investimentos em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa com sufixo “referenciado”, conforme regulamentação estabelecida pela CVM, constituídos sob a forma de condomínio aberto, que apliquem seus recursos exclusivamente em títulos definidos a alínea “a”, ou compromissadas lastreadas nesses títulos, e cuja política de investimento assegure que o patrimônio líquido esteja investido em ativos que acompanham o índice de renda fixa não atrelado a títulos públicos (fundo de renda fixa) e cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda fixa negociáveis em bolsa de valores, cuja carteira seja composta exclusivamente por títulos públicos (fundo de índice de renda fixa), caracterizam o Art. 7º inciso I.

Aplicações previstas no art. 7º incisos III e IV e alínea “b” do inciso VII deverão determinar nos regulamentos dos fundos que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem suas carteiras ou os respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito, com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País e que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento).

Aplicações previstas no inciso VI e alínea “a’ do inciso VII, subordinam-se a que a série ou classe de cotas do fundo seja considerada de baixo risco de crédito e que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 15% (quinze por cento).

De forma geral, os fundos de investimento do segmento de renda fixa:

a) Não poderão manter em seu patrimônio aplicações em ativos financeiros no exterior, assim definidos pela CVM em regulamentação específica.

b) Os ativos financeiros de emissores privados que integrem as carteiras dos fundos de investimento deste artigo devem:

I. Ser emitidos por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

II. Ser emitidos por companhias abertas (com ações negociadas na B3), exceto securitizadoras, desde que operacionais e registradas na CVM;

III. Ser cotas de classe sênior de fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC classificado como de baixo risco de crédito por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia; ou

IV. Ser cotas de fundos de investimento cujos ativos investidos observem as condições do itens I e II descritos aqui acima.

Nas alternativas de investimentos que exigem avaliação de risco de crédito *(rating)*, este RPPS utilizará a tabela abaixo como parâmetro. Nela estão descritas as notas das principais agencias classificadoras de risco, até a nota mínima aceita. Em caso de avaliação de risco de crédito executada por outra agência sua nota equivalente deverá ser estar compreendida com uma das do mesmo quadro:

ratingpara PAI da AA-1

Diante do cenário possível para alocação no segmento renda fixa tentará buscar um retorno de rentabilidade equivalente à meta atuarial.

6.2 Segmento em Renda Variável

Para aplicação em Fundo de Ações as premissas abaixo devem ser seguidas:

A Política Anual de Investimentos, para a seleção de fundos de ações no que se refere a risco, basear-se-á em que o administrador ou gestor do fundo em questão utilize as seguintes metodologias de forma cumulativa ou isoladamente;

Value at Risk (VaR): fornece uma medida da pior perda esperada em ativo ou carteira para um determinado período de tempo e um intervalo de confiança previamente especificado;

Stress Testing: processo que visa identificar e gerenciar situações que possam causar perdas extraordinárias, com quebra de relações históricas, sejam temporárias ou permanentes;

Coeficiente Beta: unidade de medida que através da covariância entre ativos, mede o potencial que cada ativo isoladamente pode amplificar ou mitigar o risco do fundo através da aderência ao benchmark escolhido, avaliando assim o efeito da diversificação do fundo;

Índice de Sharpe: unidade de medida que através de estudos estatísticos mede a relação risco/retorno do fundo.

Adicionalmente, buscar uma seleção eficiente de gestores de fundo de investimento especializados em cada Artigo, pois se trata de uma característica do segmento de renda variável.

As aplicações previstas no Art. 8º são limitadas a 30% da totalidade das aplicações do RPPS.

Diante do cenário possível para alocação no segmento renda variável tentará buscar um retorno de rentabilidade equivalente à meta atuarial.

6.3 Segmento Imóveis

Conforme determina no art. 9º da Resolução 3.922/2010 as aplicações nesse segmento serão efetuados exclusivamente com imóveis vinculados por lei ao RPPS.

A seguir, apresentamos a tabela síntese com os limites estabelecidos na resolução 3.922/2010 dada pela redação da 4.604/2017 para as aplicações deste RPPS.

ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO 3.922/2010 E 4.604/2017

	TIPO DE ATIVO	ARTIGO	LIMITE RESOLUÇÃO (%)	LIMITE INFERIOR (%)	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR (%)
RENDA FIXA	Títulos Tesouro Nacional – SELIC	7º, I, "a"	100%	0%	2,0%	100%
	FI Referenciados em 100% títulos TN	7º, I, "b"	100%	0%	60%	100%
	FI Referenciados em Índice de Renda Fixa, 100% títulos TN	7º, I, "c"	100%	0%	2,0%	100%
	Operações compromissadas em títulos TN	7º, II	5%	0%		5%

	FI Referenciados RF	**7º, III, "a"**	**60%**	0%	2,0%	60%
	FI de Índices Referenciado RF	**7º, III, "b"**	**60%**	0%	2,0%	60%
	FI de Renda Fixa	**7º, IV, "a"**	**40%**	0%	10,0%	40%
	FI de Índices Renda Fixa	**7º, IV, "b"**	**40%**	0%	2,0%	40%
	Letras Imobiliárias Garantidas	**7º, V, "a"**	**20%**	0%		5%
	Certificados de Depósitos Bancários	**7º, VI, "a"**	**15%**	0%	0,5%	15%
	Depósito em Poupança	**7º, VI, "b"**	**15%**	0%	0,0%	5%
	FI em Direitos Creditórios	**7º, VII, "a"**	**5%**	0%		5%
	FI Renda Fixa "Crédito Privado"	**7º, VII, "b"**	**5%**	0%		5%
	FI de Debêntures Infraestrutura	**7º, VII, "c"**	**5%**	0%		5%
	SUBTOTAL				**95%**	
RENDA VARIÁVEL	FI Referenciados em Renda Variável	**8º, I, "a"**	**30%**	0%	2,0%	10%
	FI de Índices Referenciados em Renda Variável	**8º, I, "b"**	**30%**	0%	1,0%	10%
	FI em Ações	**8º, II, "a"**	**20%**	0%	0,5%	10%
	FI em Índices de Ações	**8º, II, "b"**	**20%**	0%	0,5%	10%
	FI Multimercado	**8º, III**	**10%**	0%	0,5%	10%
	FI em Participações	**8º, IV, "a"**	**5%**	0%		5%
	FI Imobiliário	**8º, IV, "b"**	**5%**	0%	0,4%	5%
	SUBTOTAL				**5%**	
	TOTAL GERAL				**100%**	

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a execução desta Política Anual de Investimento e cumprimento da legislação em vigor, será obrigatória a realização de relatórios mensais, trimestrais, semestrais e anuais de rentabilidade, tendo como parâmetro de análise a variação dos Índices e Meta atuarial e o acompanhamento destes nas reuniões periódicas do Comitê de Investimento e/ou Conselho.

No tocante a operacionalidade de credenciamento e seleção de prestadores de serviços será observada os aspectos determinados pela Portaria MPS 519/2011.

Essa Política Anual de Investimentos foi elaborada com base na atualização mais recente da Res. CMN nº 3.922/2010, Res. CMN nº 4.604/2017.

Tabaporã-MT, 11 de Setembro de 2018.

PAULO KATSUMI TAKEDA

Gestor do RPPS

[1] Profissional aprovado em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais.

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 3.710/2018

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o término do período de substituição dos Titulares do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar licenciados, em razão de suas férias anuais e Licença Médica;

DECRETA:

Artigo 1º. – DAR POR ENCERRADA A SUBSTITUIÇÃO, a partir de 01/11/2018, do senhor **FABIO HENRIQUE DA SILVA, Conselheiro Tutelar em substituição,** com matricula no RH nº. 1776, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura Municipal de Tabaporã – MT, por término do período de Férias Anuais e Licença Médica de Membro Oficial, Titular do Cargo Eletivo de Conselheiro Tutelar, e pela cessação da necessidade imperiosa de substituição, nos termos das Leis Municipais nº. 787/2010 c/c 919/2013, 987/2015, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;PUBLIQUE-SE;CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 31 de Outubro de 2018.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 722/2018

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER o **Direito a 02 (dois) dias de folga*, nos dias 05 e 06/11/2018****,*** *sem prejuízo de sua remuneração a* senhora **LUCINETT ADELIA RODRIGUES DOS SANTOS**, servidora efetiva, com matricula no RH nº. 76, admitida em 06/02/2002,nocargo de **Professora**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer desta Prefeitu-

ra, ***devido à servidora ter prestado relevantes serviços à Justiça Eleitoral, atuado como Presidente de Mesa Receptora no 2º Turno – 2018, ocorrido no dia 28/10/2018, nas Eleições Gerais desta 27ª Zona Eleitoral, no Município de Tabaporã MT,*** sendo merecedora dos benefícios legais, constante no artigo 98 da Lei Federal nº. 9.504/97, e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 31 de Outubro de 2018.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PREVIPORÃ - RESOLUÇÃO Nº 001, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

O Conselho Curador do PREVIPORÃ - Fundo Municipal de Previdência Social, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei n.o 482, de 14 de Dezembro de 2004, por seu Regimento Interno, e

Considerando a deliberação tomada em reunião extraordinária realizada em 11 de Setembro de 2018;

Considerando o disposto no Art. 4º da Resolução CMN 3922, de 25 de novembro de 2010, onde determina que os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social, deverão definir a Política Anual de Investimentos dos recursos em moeda corrente;

RESOLVE:

Art. 1o O PREVIPORÃ - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, adotará a Política Anual de Investimentos para o exercício de 2.019 - P.A.I - 2019, anexo a esta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Tabaporã/MT, 31 de Outubro de 2018.

Maria Aparecida de Almeida Souza

Presidente do Conselho do Curador

MEMBROS:

Andréia Hatschbach Freitas

Ilson José

Adair José Schneider

Doreni Brito

Rosimeire Neves da Silva Bezerra da Silva

LICITACAO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 44/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2018

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** do tipo **Menor Preço por item,** visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SERRALHERIA COM INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA A MANUTENÇÃO E REPARO DOS IMÓVEIS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT, conforme **ANEXO I** deste Edital.

Repartição interessada:---------- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

----------SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER.

----------SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL.

----------SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL N°. 10.520/02, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, LEI MUNICIPAL N° 1.117/2018 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA

O município de Tabaporã, estado de Mato Grosso, através de seu Prefeito Municipal, senhor Sirineu Moleta, em atendimento ao disposto na Lei Federal n°. 10.520/02 – art. 4° - inciso XXII c.c. Lei Federal nº. 8.666/93 – art. 43 – Inciso VI, **HOMOLOGA** o resultado final do Processo Licitatório supracitado, proferido pelo Pregoeiro e sua Equipe, instituídos pela portaria nº. 028/2018 de 17 de Janeiro de 2018.

Empresas vencedoras:

LUIZ ALBERTO APARECIDO DELMONICO – MEI

CNPJ Sob n° **17.513.024/0001-47**

Venceu os Itens: 01,02,03,04 e 05

Valor Total dos Itens: R$ 141.982,50 (Cento e quarenta e um mil novecentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos)

Valor Total da Homologação:

>>> R$ 141.982,50 (Cento e quarenta e um mil novecentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos)

Homologo o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Tabaporã – MT, 30 de Outubro de 2018.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 723/2018

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER ao senhor ***VICTOR HUGO BORK BARBOSA,*** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1828, no cargo de **Agente da Administração Pública III - Auxiliar de Saneamento**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura, por estar desempenhando atribuições excedentes a do seu cargo, **"FG-V – Função Gratificada",** nos termos das Leis Municipais nº. 218/1999, c/c 1.090/2017 e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 31 de Outubro de 2018.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITACAO
EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO Nº. 058/2018

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT.

CONTRATADO:

W.S. CAVALLARI – EPP, CNPJ Sob n° **01.115.168/0001-05**, estabelecia na Rua Rio Branco, n° 625, Centro, CEP: 78.575-000, no Município de Juara - MT.

OBJETO DO CONTRATO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS AVENIDAS DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ - MT, tudo conforme Projeto Básico e seus anexos.

DATA DO CONTRATO:----------30 de Outubro de 2018.

PRAZO DO CONTRATO:----------30 de Outubro de 2019.

VALOR DO CONTRATO: R$ 104.000,00 (Cento e quatro mil reais).

PROCESSO LICITATÓRIO: Tomada de Preços nº. 012/2018.

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Tabaporã/MT, em 30/10/2018.

SIRINEU MOLETA

Prefeito municipal

LICITACAO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 44/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2018

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** do tipo **Menor Preço por item,** visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SERRALHERIA COM INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA A MANUTENÇÃO E REPARO DOS IMÓVEIS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT, conforme **ANEXO I** deste Edital.

Repartição interessada:---------- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

----------SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER.

----------SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL.

----------SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL N°. 10.520/02, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, LEI MUNICIPAL N° 1.117/2018 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA

Em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02 – art. 3° - inciso IV c.c. art. 4° - inciso XX da mesma Lei, o município de Tabaporã/MT, através de seu Prefeito, senhor Sirineu Moleta, **ADJUDICA** o objeto desta Licitação, às Empresas vencedoras abaixo especificadas:

LUIZ ALBERTO APARECIDO DELMONICO – MEI

CNPJ Sob n° **17.513.024/0001-47**

Venceu os Itens: 01,02,03,04 e 05

Valor Total dos Itens: R$ 141.982,50 (Cento e quarenta e um mil novecentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos)

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Tabaporã – MT, 30 de Outubro de 2018.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DE TERMO DE PARCERIA

DISTRATO DO TERMO DE PARCERIA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE TABAPORÃ, ESTADO DO MATO GROSSO ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA RURAL QUILOMBO RIBEIRÃO DA MUTUCA - ACORQUIRIM - MT, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT.

Por este e na melhor forma de direito, consoante a concordância expressa de ambas as partes, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ**, situada à Rua: Comendador José Pedro Dias, 979 N - Centro, CEP 78.563-00, inscrita no CNPJ sob o nº 37.464.997/0001-40, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Sirineu Moleta, Brasileiro, Professor, portador da Cédula de Identidade RG no. 12.223.800/SSP-MG e do CPF no. 505.657.109-15, residente e domiciliado neste Município de Tabaporã/MT, doravante denominada simplesmente *DISTRATANTE*, e a **ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA RURAL QUILOMBO RIBEIRÃO DA MUTUCA - ACORQUIRIM - MT,** situada junto à Rodovia MT 060 - Km 027, Comunidade Mutuca - Caixa Postal 35, CEP 78.170-000, no Município de Nossa Senhora do Livramento - MT, devidamente inscrita no CNPJ sob o no. 05.020.118/0001-03, aqui representada por sua Presidente *Maria Renata de Jesus*, portadora da Cédula de Identidade RG no. 0. 411.482/SSP-MT e do CPF sob o no. 871.271.481-04, brasileira, solteira, trabalhadora rural, residente e domiciliada na Rodovia MT 060, Km, 27, comunidade Mutuca, CEP 78.170-000, em Nossa Senhora do Livramento, estado de Mato Grosso, doravante denominado simplesmente *DISTRATADA*. têm entre si, de maneira justa e acordada, o presente **DISTRATO DE TERMO DE PARCERIA**, ficando desde já aceito, pelas cláusulas abaixo descritas:

1. O presente tem como OBJETO o Termo de Parceria celebrado entre as partes mencionadas, o qual teve como objeto a Construção de Unidades Habitacionais no Município de Tabaporã - MT, de acordo com as Normas e Legislações vigentes no Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades (FDS), **datado de 17 de Novembro de 2.017**. 2. As partes resolvem, nesta data, em comum acordo e de forma amigável e consensual, **D I S T R A T A R** em todos os seus expressos termos o aludido Termo de Parceria. 3. E assim, por estarem justos e acordados, firmam o presente DISTRATO em 2 vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas baixo descritas, destinando-se uma via para cada uma das partes.

Tabaporã - MT., 25 de Outubro de 2 018

_____

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal

Distratante

_____

ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA RURAL QUILOMBO

RIBEIRÃO DA MUTUCA - ACORQUIRIM

Distratada

Testemunhas:

_____

a) Paulo Katsumi Takeda

CPF: 205.155.379-34

_____

b) Genezi Córdoba de Oliveira

CPF: 550.543.071-68

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

CONTRATOS
EXTRATO DA ERRATA DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº111-ADM-2018

ERRATA AO EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 111/ADM/2018.

Onde se lê: O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT **/ COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS SHOPPING LTDA./** . O presente Termo de Apostilamento tem por objeto ALTERAR a **CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO** e a **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**, conforme indicação da Coordenação de Contabilidade, sob protocolo nº31840/2018, passando a vigorar da seguinte maneira:/"(...) **Onde se lia:**

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO

4.1. Pela execução do objeto ora contratado, de acordo com a proposta comercial apresentada no Processo Licitatório, a Contratante pagará à Contratada a importância total de **R$ 453.865,40 (quatrocentos e cinquenta e três mil e oitocentos e sessenta e cinco reais e quarenta centavos)**, conforme tabela a seguir:

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE						
ITEM	**QUANT.**	**UNID.**	**DESCRIÇÃO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNIT.(R$)**	**VALOR TOTAL (R$)**
01	**1.900**	LTS	**GASOLINA**	IPIRANGA	R$ 4,86	R$ 9.234,00
03		LTS	**ÓLEO DIESEL S-500**	IPIRANGA	R$ 4,14	R$ 2.484,00
Total						R$ 11.718,00

./Data da Assinatura 10.10.2018. / Leia-se:

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO

4.1. Pela execução do objeto ora contratado, de acordo com a proposta comercial apresentada no Processo Licitatório, a Contratante pagará à Contratada a importância total de **R$ 453.865,40 (quatrocentos e cinquenta e três mil e oitocentos e sessenta e cinco reais e quarenta centavos)**, conforme tabela a seguir:

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE						
ITEM	**QUANT.**	**UNID.**	**DESCRIÇÃO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNIT.(R$)**	**VALOR TOTAL (R$)**
01	**1.900**	LTS	**GASOLINA**	IPIRANGA	R$ 4,86	R$ 9.234,00
03		LTS	**ÓLEO DIESEL S-500**	IPIRANGA	R$ 4,14	R$ 2.484,00
Total						R$ 11.718,00

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

04- Secretaria Municipal De Administração

2404-33.90.30.01.000100000000 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos.....R$ 2.620,50

06- Secretaria Municipal De Esportes

2602-33.90.30.01.000100000000 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos.....R$ 3.402,00

2603-33.90.30.01.000100000000 - Combustíveis e Lubrificantes p. outras Finali.....R$ 1.117,80

2606-33.90.30.01.000100000000 - Combustíveis e Lubrificantes p. outras Finali.....R$ 340,20

14- Secretaria Municipal De Turismo

2050 – Manutenção do Gabinete da Secretaria Municipal de Turismo

33.90.30.39000100000000.....R$ 1.944,00

2060 – Manutenção do Gabinete da Secretaria Municipal de Turismo

33.90.30.39000100000000.....R$ 6.210,00

Leia-se:

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO

4.1. Pela execução do objeto ora contratado, de acordo com a proposta comercial apresentada no Processo Licitatório, a Contratante pagará à Contratada a importância total de **R$ 453.865,50 (quatrocentos e cinquenta e três mil e oitocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos)**, conforme tabela a seguir:

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE						
ITEM	**QUANT.**	**UNID.**	**DESCRIÇÃO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNIT.(R$)**	**VALOR TOTAL (R$)**
01	**1.900**	LTS	**GASOLINA**	IPIRANGA	R$ 4,86	R$ 9.234,00

03	**600**	LTS	**ÓLEO DIESEL S-500**	IPIRANGA	R$ 4,14	R$ 2.484,00
Total						R$ 11.718,00

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

04- Secretaria Municipal De Administração

2401-33.90.30.01.000100000000 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos.....R$ 121,50

2404-33.90.30.01.000100000000 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos.....R$ 588,00

2418-33.90.30.01.000382000033 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos.....R$ 1.176,00

2417-33.90.30.01.000100000000 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos.....R$ 735,00

06- Secretaria Municipal De Esportes

2602-33.90.30.01.000100000000 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos.....R$ 3.402,00

2603-33.90.30.03.000100000000 - Combustíveis e Lubrificantes p. outras Finali.....R$ 1.117,80

2606-33.90.30.03.000100000000 - Combustíveis e Lubrificantes p. outras Finali.....R$ 340,20

14- Secretaria Municipal De Turismo

2050 – Manutenção do Gabinete da Secretaria Municipal de Turismo

33.90.30.01000100000000.....R$ 1.944,00

2060 – Manutenção do Gabinete da Secretaria Municipal de Turismo

33.90.30.01000100000000.....R$ 6.210,00. Data da Assinatura 10.10.2018.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ERRATA PP 083/2018

ERRATA DE PUBLICAÇÃO - AMM-3.095- de 30.07.2018, Página 310 - **PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2018- CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS DECORATIVAS PARA REALIZAÇÃO DO NATAL ILUMINADO 2018**,conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexos II e III, parte Integrante do Edital, de acordo com o presente Edital e seus AnexosO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através dos(a) Pregoeiros(a), nomeados(a) pelas Portaria nº 730/GP/2016 de 29.12.2016, 421/GP/2018 de 15.03. 2018, torna público a ERRATA DE PUBLICAÇÃO acima, nos seguintes termos: **Onde se lê: EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS DECORATIVAS, Leia-Se: EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PEÇAS PARA REALIZAÇÃO DO "NATAL ILUMINADO 2018,"**Todo conteúdo restante da publicação permanece inalterado. Tangará da Serra- MT, 30 de Outubro de 2018. Aguinaldo Vicente Segura- Chefe Departamento de Licitação.

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR 022/2018 - PROCESSO SELETIVO N.º 003/2018

EDITAL COMPLEMENTAR 022/2018

PROCESSO SELETIVO N.º 003/2018

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira**, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO o presente Edital para convocar os candidatos classificados e/ou aprovados no Processo Seletivo nº 003/2018**, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva para o exercício funcional temporário no âmbito das Secretarias Municipais de Tangará da Serra e Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

1. Para que compareçam no Departamento de Gestão de Pessoas e Processos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura na Prefeitura Municipal de Tangará da Serra-MT, situada a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, conforme abaixo relacionados para **atribuição de local de trabalho**:

1.1 Dia 31/10/2018 às 7h30min para atribuição de local de trabalho os candidatos relacionados abaixo:

Cargo.:1113-AJUDANTE DE SER. GERAIS - DISTRITO DE PROGRESSO						
Nº	**Insc.**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Notas**	**Classificação**
7	416	DEYVISSON DOS SANTOS FAVERA	17/01/1991	15494101 SSPMT	100	CLASSIFICADO
Cargo.: 1151-AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS						
Nº	**Insc.**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Notas**	**Classificação**
311	626	FABIANO LOPES LEÃO	08/12/1987	1981237-0 MT	95	CLASSIFICADO
312	767	CINTIA FRANCISCA DA COSTA	17/02/1988	19186231 SSP	95	CLASSIFICADO
313	950	MARCIA CRISTINA LIMA DOS SANTOS	29/06/1988	1973746-3 SSPMT	95	CLASSIFICADO
314	1164	SYLVANA DA SILVA NOVAIS	27/07/1988	218246-6 SSP MT	95	CLASSIFICADO
315	16	MARLI VIEIRA DO NASCIMENTO	07/08/1988	18578101	95	CLASSIFICADO
316	788	EDILENE DA SILVA	08/08/1988	000978456 SSPMT	95	CLASSIFICADO
317	263	ELIENAY BELTRÃO DA SILVA	07/10/1988	25252135 SSPMT	95	CLASSIFICADO
318	418	ADEMIR DOS SANTOS	12/11/1988	1922075-8 MT	95	CLASSIFICADO
319	191	DAIANE DIAS DA SILVA	13/06/1989	20380496 SSP/MT	95	CLASSIFICADO
320	399	LAIANE RIBEIRO SILVA	23/06/1989	2934565 SSPDF	95	CLASSIFICADO
321	342	MARIA DO SOCORRO DE SOUZA	01/07/1989	2112034-0 SSP/MT	95	CLASSIFICADO
322	401	ANA CLAUDIA DAS NEVES	10/07/1989	20703317 SSP/MT	95	CLASSIFICADO

323	697	ANDRESSA RAFAELA CARDOSO DE LIMA	02/11/1989	2792474 SSP/MT	95	CLASSIFICADO
324	1273	ALESSANDRA NEVES DAS CANDEIAS ANDRADE	27/11/1989	32292443-0 MT	95	CLASSIFICADO
325	758	LUANA FRANAVIA DE SOUZA PINTO	09/01/1990	2356817-8 SSP/MT	95	CLASSIFICADO

2. Para entrega de documentos: Dia 31/10/2018 das 08:00 às 11h00 e 13h00 às 16h00 e no dia 01/11/2018 das 08:00 às 11h00 e 13h00 às 16h00.
2.1 Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Pessoal situada à Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, nos dias relacionados no Item 2 para entrega de documentos, munidos com **ORIGINAIS E CÓPIAS** dos documentos abaixo relacionados: **2.2** No ato da contratação o candidato deverá comparecer pessoalmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório;

a) Comprovante de escolaridade de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

b) Atestado admissional (APTIDÃO FÍSICA, MENTAL E PSICOLÓGICA), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho, com data igual ou posterior a data de convocação;

b.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.

c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

e) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

f) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

g) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

h) Comprovante de residência;

i) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos (se dependente);

j) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

k) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

l) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

m) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

n) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

o) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo à existência ou inexistência de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

p) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

q) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2018/Ano - Calendário 2017 ou mais recente);

r) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

s) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

t) Cartão de vacina.

3. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 30 de Outubro de 2018.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto Wesley Lopes Torres

Secretária Municipal de Administração Diretor Geral - SAMAE

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº103/ADM/2018

O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT **/ JOTA – JAIME TRENTIN & CIA LTDA - ME** / O presente instrumento contratual tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES (MÓVEIS, ELETROELETRÔNICOS, AR CONDICIONADO, DENTRE OUTROS)**, descritos na Cláusula Terceira, para atender necessidades das Secretarias deste Município, conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexos II e III, parte integrante do Edital do Pregão nº **046/2018** e Processo Administrativo **nº131/2018./ R$6.680,00**/Data da Assinatura 28.09.2018.

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº125-ADM-2018

O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT **/ TANGARA GARDEN – KASPRZAK & STRALIOTTO LTDA** / O presente CONTRATO tem por

objeto o **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE PLANTAS PARA PAISAGISMO, VASOS E ACESSÓRIOS, INCLUINDO PLANTIO E MANUTENÇÃO, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO/ R$ 88.000,00** / Data da Assinatura 22.10.2018.

CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº112-ADM-2018

O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT **/ VINICIUS BELOTO - ME /** O presente Termo de Apostilamento tem por finalidade corrigir erro material, na **CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO,** item 3.1do Contrato **nº114/ADM/2018** conforme protocolo exarado pela Coordenação de Contabilidade, sob **nº31145/2018**, em virtude de divergência quanto a quantidade, passando a vigorar da seguinte forma:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01	LOCAÇÃO DE VEÍCULO 0 KM, TIPO HATCH, ANO/MODELO 2016 OU SUPERIOR, CINCO (05) LUGARES INCLUINDO MOTORISTA, COR A DEFINIR, MOTOR 1.0 E COM NO MINIMO 65 CV DE POTÊNCIA, TIPO DE COMBUSTIVEL FLEX (ÀLCOOL OU GASOLINA), 05 PORTAS, CONDICIONADOR DE AR, DIREÇÃO HIDRAULICA, AIRBAG DUPLO, FREIOS ABS, VIDROS E TRAVAS DAS 4 PORTAS ELÉTRICOS E SEM MOTORISTA. COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E ACESSÓRIOS EXIGIDOS EM LEI. TROCA DE PNEUS DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS NO T.W.I. TREAD WEAR INDICATOR OU QUANDO O SULCO ATINGIR 1.6 MM. SEGURO (RESPONSABILIDADE CIVIL). MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA A CARGO DA CONTRATADA, INCLUSIVE COLAGEM DE PNEUS E POSSIVEIS SITUAÇÕES DECORRENTES DE SINISTRO A TERCEIROS. O VEÍCULO DEVERÁ SER ENTREGUE COM CD MP3, INSULFILM, ALARME ANTIFURTO, RASTREADO POR SATÉLITE, ADESIVAGEM COM A LOGOMARCA DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA DO ESTADO DE MATO GROSSO E TANQUE CHEIO. O VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR TODA A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA EXIGIDA EM LEI E ESTAR REGISTRADO NO DETRAN/MT. NÃO SERÁ PERMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO, NO TODO OU EM PARTE, DO OBJETO DESTE CERTAME LICITATÓRIO. DEVENDO O VEÍCULO SER SUBSTITUÍDO AO ATINGIR O MÁXIMO DE 50.000 KM, POR OUTRO DE NO MÁXIMO 25.000 KM, OU QUANDO APRESENTAR VÍCIOS DE DEFEITOS INERENTES AO DESGASTE NATURAL DE UTILIZAÇÃO. QUALQUER POSSÍVEL TROCA DE VEÍCULO SOMENTE SERÁ REALIZADA COM A CONCORDÂNCIA E AUTORIZAÇÃO DA CONTRATANTE.	UN	**12**	R$ 1.898,00	R$ 22.776,00

.Data da Assinatura 23.10.2018.

CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº110-ADM-2018

O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT **/ DENTAL TANGARÁ LTDA - ME /** O presente Termo de Apostilamento tem por objeto ALTERAR a CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO do CONTRATO Nº137/ADM/2014, no que tange aos fiscais, conforme **Portaria nº0122/SEPLAN/2018**, para fazer constar: "(...)como Fiscal de Contrato **CARLOS ERINALDO BATISTA CAMACHO**, matrícula 106847, CPF nº029.309.631-74, como Suplente de Fiscal de Contrato **CRISTIANE VARANDA VENTRESQUI GUEDES DALE**, matrícula nº101337 e CPF nº495.865.211-68." .Data da Assinatura 19.10.2018.

SAMAE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 25/2018/SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 25/2018/SAMAE

TIPO	OITAVO TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO N. 64/2016/SAMAE
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 N – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, Representado pelo Diretor Geral **WESLEY LOPES TORRES.**
CONTRATADA	**PERSAN – PERFURAÇÃO, SONDAGENS E SANEAMENTO EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ: 17.004.147/0001-52, localizada na Av. Generoso Malheiros, nº 748, Sl. 02, Bairro Cidade Alta, Município de Cuiabá-MT, Representada pela Administradora Sra. **MARISE FADIA VITORIANO RIBEIRO.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente Termo Aditivo tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PERFURAÇÃO DE TRÊS POÇOS ARTESIANOS EM LOCAIS ESTRATÉGICOS PARA ABASTECIMENTO DE ÁGUA TRATADA, COM PRAZO DE EXECUÇÃO DE 15 DIAS,** com supedâneo no artigo 57, da Lei 8.666/93. R$ 330.095,00 (trezentos e trinta mil e noventa e cinco reais)
PRAZO	**Tangará da Serra-MT, 25 de outubro de 2018 com prazo até 25 de março de 2018.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

EDITAL DE RESULTADO DO PREGAO 75/2018

EDITAL DE RESULTADO DO PREGAO 75/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, SENDO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 75/2018, TEVE COMO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE UM CAMINHAO BASCULANTE, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE **TERRA NOVA DO NORTE/MT.** E QUE TEVE COMO VENCEDOR A EMPRESA- M DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LTDA.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 30 DE OUTUBRO DE 2018.

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 279/2018

EXTRATO DO CONTRATO: 279/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: **JD ANDRADE DROGARIA EPP**

OBJETO **: MATERIAIS PARA USO NO HOSPITAL MUNICIPAL**

VALOR: 551,56

VIGÊNCIA: 30/10/2018 Á 31/12/2018

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 582

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 06/2018/GS/RM/SMECD

Dispõe sobre o calendário escolar das Unidades Escolares pertencentes à Rede Pública Municipal de Ensino de Terra Nova do Norte – MT para o ano letivo de 2019 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei e,

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto no artigo 24, inciso I, da Lei nº 9.394/96 e Resolução Normativa nº 002/2015 CEE/MT;

Considerando ainda, a necessidade de normatizar o início e término do ano letivo de 2019 nas unidades escolares da rede municipal de ensino;

R E S O L V E:

Art. 1º Determinar que o Calendário Escolar para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental deverá ter, no mínimo, 200 (duzentos) dias letivos, sendo a matriz curricular com a carga horária mínima de 800 horas, respeitando a especificidade de cada etapa e modalidade de ensino das respectivas Unidades Escolares.

§ 1º - As escolas que atendem a modalidade de Educação do Campo poderão ter a matriz curricular com a carga horária anual acima da estabelecida no caput do Artigo 1º com prévia análise e aprovação da SMECD.

§ 2º- As escolas com a matriz curricular prevendo a carga horária superior a 800 horas deverão garantir que todos os alunos tenham condições de frequentar 100% da carga horária diária.

Art. 2º A SMECD juntamente com os Diretores e respectivos CDCE - Conselhos Deliberativos da Comunidade Escolar, na elaboração do calendário do ano letivo 2018, deverão observar as datas estabelecidas nesta Portaria.

Art. 3º Estabelecer o início do ano letivo em **11/02/2019** e o término em **20/12/2018**nas unidades escolares municipais.

Art. 4º Determinar que as férias dos professores da Educação Básica, nos termos do inciso I, do artigo 84, da Lei Complementar 024/11 sejam nos seguintes períodos:

I - após o término do 1º semestre letivo, de **17/07/2019 a 31/07/2019** período de 15 (quinze) dias de férias escolares destinadas aos alunos e professores em regência de turma (sala de aula), sala de recursos multifuncionais, auxiliar de turma e monitores;

II - As férias coletivas dos professores para o exercício de 2018/2019, serão usufruídas de acordo com o disposto em Portaria específica.

Art. 5º Determinar que após o término das férias, referente a 2018/2019 que serão do dia **26 de Dezembro de 2018 a 24 de Janeiro de 2019,** todos os profissionais da educação efetivos deverão retornar as suas atribuições funcionais, na sua unidade escolar de lotação, para planejamento das atividades escolares referentes ao ano letivo/2019.

Art. 6º Os professores deverão registrar no Diário de Classe, no prazo máximo de **21 de dezembro de 2018,** os dados da vida acadêmica dos alunos possibilitando a SMECD e Secretaria Escolar fazer o fechamento do ano letivo de 2018.

Art. 7º Os casos omissos serão solucionados pelas SMECD de acordo com as atribuições inerentes a que lhe é conferido.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação, com vigência para o ano letivo de 2019.

Terra Nova do Norte/MT, 15 de Outubro de 2018.

REGINALDO MARCOLAN

Sec. Mun. de educação

Port. 058/2017

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CALENDÁRIO ESCOLAR – 2019 SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

CALENDÁRIO ESCOLAR – 2019

Mês	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	T
Janeiro	Fe	F	F	F	S	D	F	F	F	F	F	S	D	F	F	F	F	F	S	D	F	F	F	F	Re	S	D	AA	AA	AA	AA	
Fevereiro	AA	S	D	P	P	P	P	P	S	D	IBL	L	L	L	L	S	D	L	L	L	L	L	S	D	L	L	L	L	--	---	---	14
Março	L	S	D	PF	Fe	PF	L	L	S	D	L	L	L	L	L	S	D	L	L	L	L	L	S	D	L	L	L	L	L	S	D	18
Abril	L	L	L	L	L	S	D	L	L	L	L	L	S	D	L	L	L	PF	Fe	S	D Fe	L	L	L	L	L	S	D	L	L TB	--	20
Maio	Fe	IBL	L	S	D	L	L	L	L	L	S	D	Fe	L	L	L	L	S	D	L	L	L	L	L	S	D	L	L	L	L	L	21
Junho	S	D	L	L	L	L	L	S	D	L	L	L	L	L	S	D	L	L	L	Fe	PF	S	D	L	L	L	L	L	S	D	--	18
Julho	L	L	L	L	L	S	D	L	L	L	L	L	S	D	L	TBL	F	F	F	S F	D F	F	F	F	F	F	S F	D F	F	F	F	12
Agosto	IBL	L	S	D	L	L	L	L	L	S	D	L	L	L	L	L	S	D	L	L	L	L	L	S	D	L	L	L	L	L	S	22
Setembro	D	L	L	L	L	L	S Fe	D	L	L	L	L	L	S	D	L	L	L	L	L	S	D	L	L	L	L	L	S	D	L	--	21
Outubro	L	L	L	L	S	D	TBL	IBL	L	L	L	S Fe	D	PF	PF	L	L	L	S	D	L	L	L	L	L	S	D	PF	L	L	L	20
Novembro	L	S Fe	D	L	L	L	L	L	S	D	L	L	L	L	Fe	S	D	L	L	Fe	L	L	S	D	L	L	L	L	L	S	--	19
Dezembro	D	L	L	L	L	L	S	D	L	L	L	L	L	S	D	L	L	L	L	L TB	S	D	Re	Re	Fe	F	F	S	D	F	F	15

TOTAL 200 Dias Letivos

LEGENDA

1º Bimestre = 52 dias – (11/02 a 30/04) 2º Bimestre = 51 dias – (02/05 a 16/07)
3º Bimestre = 48 dias – (01/08 a 07/10)
4º Bimestre = 49 dias– (08 /10 a 20/12)

L = Letivo **P=** Planejamento

AA= Atribuição de aulas **PF=** Ponto Facultativo

Re = Retorno dos Efetivos **IB** = Início do Bimestre

Fe = Feriado **TB** = Término do Bimestre

F= Férias

EDITAL DE RESULTADO DO PREGAO 72/2018

EDITAL DE RESULTADO DO PREGAO 72/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, SENDO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 72/2018, TEVE COMO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE DOIS VEICULOS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE **TERRA NOVA DO NORTE/MT.** E QUE TEVE COMO VENCEDOR A EMPRESA REAVEL VEICULOS EIRELI, SAN MARINO ONIBUS LTDA.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 30 DE OUTUBRO DE 2018

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 277/2018

EXTRATO DO CONTRATO: 277/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: **FLUID BRASIL SISTEMAS E TECNOLOGIA LTDA**

OBJETO **: AQUISIÇÃO DE UMA OSMOSE REVERSA**

VALOR: **513.346,07**

VIGÊNCIA: 30/10/2018 Á 30/04/2019

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 280/2018

EXTRATO DO CONTRATO: 280/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: **COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI-ME**

OBJETO **: MEDICAMENTOS PARA USO NO HOSPITAL MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE**

VALOR: 965,14

VIGÊNCIA: 30/10/2018 Á 31/12/2018

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 582

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 278/2018

EXTRATO DO CONTRATO: 278/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO:FARMACIA SUPER POPULAR LTDA –EPP

OBJETO: AQUISIÇAO DE MEDICAMENTOS PARA HOSPITAL MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE.

VALOR: R$ 597,96

VIGÊNCIA: 30/10/2018 até 31/12/2018

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 582

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 281/2018

EXTRATO DO CONTRATO: 281/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA USO DO HOSPITAL DO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

VALOR: R$ 5.779,10

VIGÊNCIA: 30/10/ 2018 até 31/12/2018

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 582

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 282/2018

EXTRATO DO CONTRATO: 282/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: **CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES**

OBJETO **: MEDICAMENTOS PARA USO NO HOSPITAL MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE**

VALOR: 948,94

VIGÊNCIA: 30/10/2018 Á 31/12/2018

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 582

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

EDITAL DE RESULTADO DO PREGAO 74/2018

EDITAL DE RESULTADO DO PREGAO 74/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, SENDO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 74/2018, TEVE COMO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSULTORIA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE **TERRA NOVA DO NORTE/MT.** E QUE TEVE COMO VENCEDOR A EMPRESA MARIA SIRLEIDE GONSALVES DA SILVA.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 30 DE OUTUBRO DE 2018.

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 285/2018

EXTRATO DO CONTRATO: 285/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

***CONTRATADO:* COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI-ME**

***OBJETO* : MEDICAMENTOS PARA USO NO HOSPITAL MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE**

VALOR: 2.446,85

VIGÊNCIA: 30/10/2018 Á 31/12/2018

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 582

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CONSELHO DA CIDADE DE VÁRZEA GRANDE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DA CIDADE CONCIDADE

DIA 06 DE NOVEMBRO DE 2.018

O Presidente do Conselho da Cidade, nos termos das Leis Municipais nº 3.112/2.007 (dispõe sobre o Plano Diretor do Município) e nº 4.151/2.016 (dispõe sobre o Conselho da Cidade de Várzea Grande), **CONVOCA os integrantes do Conselho da Cidade - CONCIDADE a fazerem-se presentes na 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA, a se realizar no dia 06 de novembro de 2.018, às 08:00horas, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN**, localizada no Paço Couto Magalhães, em Várzea Grande/MT, para tratar da seguinte Ordem do Dia:

1. Análise dos pareceres técnicos referentes aos instrumentos de Estudo de Impacto de Vizinhança e Relatório de Impacto de Vizinhança - EIV/RIV, da empresa Ductievicz Incorporadora Ltda., para subdivisão da área de terra em lotes menores destinados à edificação de uso residencial – **LOTEAMENTO CHAPÉU DO SOL – III**, com localização na Avenida Universitária, Bairro Jardim Chapéu do Sol, em Várzea Grande. Coordenadas geográficas: Latitude 15° 35'13,72 ''S e Longitude: 56°11'01,63''W. 2. Entre outros assuntos correlatos ao Colegiado.

Várzea Grande-MT, 30 de outubro de 2018

EDSON ROBERTO SILVA

Presidente do Conselho da Cidade de Várzea Grande e

Secretário Municipal de Planejamento

AVISO DE REABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 71/2018 - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM/AMPLA CONCORRÊNCIA

PROCESSO Nº 547644/2018. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual **aquisição de medicamentos** para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde de Várzea Grande-MT. A realização do certame esta previsto para **dia 14 de novembro de 2018**, **às 09hs30 min.** horário de Brasília DF. O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande Superintendência de Gestão (Secretaria de Saúde), mediante a taxa de recolhimento de R$ 0,13(treze centavos) por impressão - não restituível, e gratuitamente no sitio: www.bllcompras.org.br e www.varzeagrande.mt.gov.br. 30 de outubro de 2018. **Diógenes Marcondes. Secretario Municipal de Saúde**

TORNA SEM EFEITO ORDEM DE INICIO DE SERVIÇOS

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais:

Considerando mero erro material nas especificações constantes na OS n°. 024/2018;

RESOLVE:

1 - Tornar sem efeito a Ordem de Início de Serviços n°. 024/2018, vinculada ao Contrato n°. 110/2018;

Várzea Grande, 29 de outubro de 2018.

Profº Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Representante da Empresa

ATO Nº. 370/2018

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Marilza Ferreira de Santana no cargo em Comissão de Assistente Técnico – DNS 7, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 01 de novembro de 2018.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 26 de outubro de 2018.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura,Esporte e Lazer

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PUBLICA N. 17/2018 - MENOR PREÇO/EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

PROCESSO Nº 543320/2018. Objeto: seleção e contratação de empresa de engenharia para execução de obra de construção de escola com 10 (dez) salas de aula, constituída de uma área de aproximadamente 2.

137,25m², com capacidade para atender até 300 alunos em dois turnos (matutino e vespertino),denominada Escola Municipal de Educação Básica Alino Ferreira Magalhães, Localizada na Av. Verdão, esq. com Rua B, Bairro Alto da Boa Vista – Cristo Rei, no município de Várzea Grande/MT, conforme descrito nos anexos deste projeto básico e documentos constantes nos autos do processo**.** A realização esta prevista para o **dia 04 de dezembro de 2018, às 08h30min** (horário local). O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande - Superintendência de Licitação, com pagamento da taxa de R$ 0,13 por cópia não restituível, e gratuitamente no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande - MT, 30 de outubro de 2018. **Silvio Aparecido Fidelis -** Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº 075/2018

PORTARIA Nº 075/2018

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei n. 1.733/97, alterada pela Lei n. 1.866/98, e

RESOLVE:

Art. 1°. A Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, criada pela Portaria N.º 043/2006 – DAE/VG passa a ter a seguinte composição:

Presidente – Larissa Amorim de Queiroz Machado

Membro – Bruna Isabela de Campos Siqueira

Membro – Anderson Kleiton Correa Botelho

SUPLENTE – Leandrey Akerley Silva

SUPLENTE - Michelle Stuy Rosada

Art. 2°. Essa Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições em contrario.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 30 de outubro de 2018.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG

RESOLUÇÃO Nº 020/2018

O Conselho Municipal de SAÚDE de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1.291 de 13 de maio de 1993.

Considerando o art. 198, inciso III da Constituição da Republica, o que prevê a participação da comunidade como diretriz do Sistema Único de Saúde – SUS.

Considerando a Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 e a Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, as quais regulamentam o Sistema Único de Saúde – SUS- e o controle social no âmbito da saúde, respectivamente;

Considerando a Lei Municipal nº 1.291 de 13 de maio de 1993 que dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal de Saúde e dá outras providencias;

Considerando o disposto do inciso V do artigo 20 Regimento Interno deste Órgão Colegiado;

Considerando as deliberações do Plenário do CMS, em sua Reunião Ordinária do dia 25 de Outubro de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a planilha de pactuação com as metas e resultados do ano de 2017 e a inclusão dos indicadores 24, 25, 26 e 27.

Esta resolução entrará em vigor a partir de sua publicação.

Sala das deliberações do Conselho Municipal de Saúde de Várzea Grande, 26 de Outubro de 2018.

Erick William Pinto

Presidente do CMS/VG

Homologação:

Homologo a Resolução nº 020/2018 do CMS/VG

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 1.242/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de **Outubro/Novembro/2018**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
6176	BERNADETE ANTUNES MIRANDA	Efetivo/ Comissão	**2011/2012**	01.10.18 A 08.10.18 (08 dias)
111172	JURANDIR RODRIGUES BENTO	Comissão	**2017/2018**	01.11.18 A 30.11.18 (30 dias)
29575	LUIZ CARLOS DE ARAUJO E SILVA	Efetivo	**2015/2016**	01.11.18 A 30.11.18 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 30 de Outubro de 2018.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 077/ CORREG. GERAL/ 2018.

O Corregedor Geral da Guarda Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 4.108/2015, de 12 de novembro de 2015, Lei Complementar nº. 4.180/2016, de 30 de dezembro de 2016, e pelo Decreto nº. 80 de 17 de dezembro de 2015;

Considerando o Requerimento de 30 de Outubro de 2018 do Presidente da Comissão encarregado de apurar os atos e fatos constantes do PAD nº 006/2018 solicitando o sobrestamento do referido procedimento.

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR o SOBRESTAMENTO do PAD nº 006/18, em trâmite no âmbito da Corregedoria Geral, com a consequente SUSPENSÃO da contagem de prazo até o dia 06/11/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 30 de outubro de 2018.

Jackson Nunes Cunha

Corregedor Geral – GMVG

PORTARIA Nº 1.237/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de **Novembro/2018**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO FAZENDÁRIA				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
11545	EDER SILVA LOURENÇO	Efetivo	**2009/2010**	05.11.18 A 14.11.18 (10 dias)
86787	DANIEL DA SILVA MARTINS NETO	Comissão	**2014/2015**	12.11.18 A 21.11.18 (10 dias)
86787	DANIEL DA SILVA MARTINS NETO	Comissão	**2014/2015**	30.11.18 A 04.12.18 (05 dias)
34336	MARINEIA FATIMA DE QUEIROZ	Efetivo	**2015/2016**	21.11.18 A 05.12.18 (15 dias)
34429	MARIO MARCIO DE ALMEIDA BARROS	Efetivo	**2017/2018**	19.11.18 A 28.11.18 (10 dias)
35793	MIRIAM HELENA CREPALDI DE BARROS	Efetivo	**2015/2016**	19.11.18 A 28.11.18 (10 dias)
86421	STEFANIA BORGES DA SILVA	Efetivo	**2016/2017**	06.11.18 A 19.11.18 (14 dias)
46151	VANEIDE BRONEL CORREA	Efetivo	**2016/2017**	21.11.18 A 30.11.18 (10 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 30 de Outubro de 2018.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 1.238/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de **Novembro/Dezembro/2018**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

CONTROLADORIA GERAL				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
86840	SONIA DE OLIVEIRA LEAL	Efetivo	**2016/2017**	05.11.18 A 14.11.18 (10 dias)
86840	SONIA DE OLIVEIRA LEAL	Efetivo	**2017/2018**	15.11.18 A 19.11.18 (05 dias)
86840	SONIA DE OLIVEIRA LEAL	Efetivo	**2017/2018**	26.12.18 A 04.01.19 (10 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 30 de outubro de 2018.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE – MT.

Aos 30 dias do mês de outubro de 2018, com início as 15 horas, na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável, complexo Abrassa, Várzea Grande – MT, situada na Avenida Castelo Branco nº 1530, Bairro Água Limpa, ocorreu a segunda reunião Ordinária do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA do Município de Várzea Grande – MT, conforme lista de presença assinada e anexa a esta ata. A Secretária Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento rural Sustentável, Hélen Farias Ferreira, agradeceu a presença de todos os presentes e colocou em pauta os projetos de alteração da Lei 1497 de 1994 e altera a Lei 4063 de 2014. Discutida pelos membros presentes, foi explicada a necessidade das alterações. Após ficou deliberado por UNANIMIDADE pelo encaminhamento das minutas de Leis apresentadas, ante ao interesse público de Várzea Grande e por atender aos requisitos legais. Às 15:42 foi encerrada a reunião. Assinam a todos, e segue lista de presentes em anexo.

Várzea Grande, 30 de outubro de 2018.

Lista de Presença para a Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMDEMA

CONSELHEIROS	FUNÇÃO NO COMDEMA	INSTITUIÇÃOS	ASSINATURA
HELEN FARIAS FERREIRA	TITULAR - PRESIDENTE	SEMMADRS	
CELSO DE SOUZA BRANDÃO	SUPLENTE	SEMMADRS	
ICARO GIBRAN REVELES DE ANDRADE	TITULAR	CÂMARA MUNICIPAL	
IVAN DOS SANTOS OLIVEIRA	SUPLENTE	CÂMARA MUNICIPAL	
BERNADETE DA SILVA SIQUEIRA	TITULAR	SMVO	
ELVISTON EULÁLIO DA ANUNCIAÇÃO	SUPLENTE	SMVO	
JADERSON DIEGO FIGUEIREDO	TITULAR	SMS	
ALAN TOSHIAKI SATO	SUPLENTE	SMS	
ADRIANA CONCEIÇÃO DA SILVA FERNANDES	TITULAR	PROCURADORIA GERAL	
JÉSSICA CARVALHO MAGALHÃES FREITAS	SUPLENTE	PROCURADORIA GERAL	
TAINAH DA SILVA FERREIRA	TITULAR	DAE	
MICHELLE STUY ROSADA	SUPLENTE	DAE	
FERNANDO DA SILVA SÉ	TITULAR	SMDUET	
GONÇALO SOARES DE LIMA FILHO	SUPLENTE	SMDUET	
CLAIDO CELESTINO BATISTA	TITULAR	UNIVAB	
OSMAR MILAN CAPILÉ	SUPLENTE	UNIVAB	
GERMANO GUARIM NETO	TITULAR	UFMT	
KELLY DAYANA BENEDET MAAS	SUPLENTE	UNIVAG	

DOMINGOS SÁVIO BRUNO DA SILVA	TITULAR	CREA-VG	
JOÃO FRANCISCO ALBUUERQUE	SUPLENTE	CREA-VG	
GISELE GAUDENCIO ALVES DA SILVA	TITULAR	OAB-VG	
SAMUEL RICHARD DECKER NETO	SUPLENTE	OAB-VG	
ADAUTON CESAR DE ALMEIDA	TITULAR	ACIVAG	
DAVID WILLIAN CORREA	SUPLENTE	ACIVAG	

PORTARIA Nº 1.239/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de **Outubro/Novembro/2018**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

PROCURADORIA GERAL				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
109562	KAMILA ARRUDA DE OLIVEIRA	Comissão	**2017/2018**	05.11.18 A 09.11.18 (05 dias)
109094	PAULIENE FERRAZ	Comissão	**2017/2018**	29.10.18 A 31.10.18 (03 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 30 de Outubro de 2018.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

AVISO DE RESULTADO DE CHAMAMENTO PUBLICO 02/2018.

Processo n. 534761/2018. Objeto: Chamamento Público para selecionar empresa que atue no ramo da construção civil visando à construção de 03 (três) unidades escolares, sendo: 01(uma) escola - Projeto Espaço Educativo Urbano e Rural - 6 salas padrão FNDE, denominado Equipamento Público, no RESIDENCIAL CELESTINO HENRIQUE PEREIRA; 01(uma) escola - Projeto Espaço Educativo Urbano e Rural - 6 salas padrão FNDE, denominado Equipamento Público, no RESIDENCIAL SÃO MATEUS e 01(uma) escola - Projeto Espaço Educativo Urbano e Rural - 6 salas com quadra padrão FNDE, denominado Equipamento Público, no RESIDENCIAL JOSÉ CARLOS GUIMARÃES, empreendimentos horizontais já construídos pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o qual será contratado pela Caixa Econômica Federal (CEF) através de Recursos oriundos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). A CLP aguardou quinze minutos para o comparecimento do único licitante participante do certame, contudo, o mesmo não compareceu. Portando, a CPL **Declarou** a Licitação **FRACASSADA.** O presente documento esta disponível no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande, 30 de Outubro de 2018. **ALINE ARANTES CORREA -** PRESIDENTE CPL

PORTARIA Nº 1.240/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017.

RESOLVE

Art. 1°. Conceder 10 (dez) dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo **2017/2018**, a vigorar a partir de **05.11.2018 a 14.11.2018,** a servidora **ANITA ANTONI JOSE DA SILVA**, matrícula n° 109150, exercendo o cargo em Comissão de Assistente Técnico – DNS 07, lotada no Gabinete da Prefeita.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 30 de Outubro de 2018.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 1.241/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Art. 1°. Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo 2015/2016, a vigorar a partir de **05.11.2018 a 04.12.2018,** ao servidor **CLOVIS GONÇALVES DE CAMPOS**, matrícula n° 8929, Estável, exercendo o cargo Técnico de Desenvolvimento Econômico e Social, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 30 de outubro de 2018.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE DISTRATO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE DISTRATO

Nº 019/2018

DE 30/OUTUBRO/2018

T O R N A P Ú B L I C O

Pelo Presente Edital de Publicação de Rescisão Contrato a Prefeitura Municipal De Vila Rica, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 03.238.862/0001/45, com sede na Av. Brasil nº 2000 – Bairro Bela Vista Nesta Cidade representada pelo seu Prefeito, Sr. Abmael Borges Da Silveira, nos termos do artigo 4º da Lei Municipal nº 1425/2016, resolve PUBLICAR a relação das rescisões de contratos de Prestação de Serviços no mês de OUTUBRO de 2018.

PLARDIA ALVES DE ALMEIDA contrato nº 112/2017 para prestação de Professor de I a IV; MARCOS VINICIUS FRANCISCONI contrato nº 137/2017 para prestação de Trabalhador Braçal;

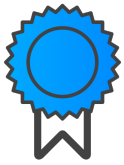
P U B L I QU E S E

Gabinete do Prefeito Municipal de Vila Rica MT, em 30 de Outubro de 2018.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Tue Oct 30 22:31:44 UTC 2018
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)